



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1767

Segunda-feira - 22 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Garuva .....	447	Petrolândia .....	661
Água Doce .....	3	Gaspar .....	450	Pinheiro Preto .....	662
Alto Bela Vista .....	7	Governador Celso Ramos .....	452	Pomerode .....	667
Anchieta .....	20	Grão Pará .....	454	Ponte Serrada .....	668
Antônio Carlos .....	21	Guaramirim .....	455	Porto Belo .....	669
Arroio Trinta .....	27	Herval d'Oeste .....	468	Porto União .....	672
Balneário Rincão .....	29	Ibiam .....	469	Presidente Castello Branco .....	673
Barra Velha .....	30	Imarui .....	470	Presidente Nereu .....	674
Benedito Novo .....	38	Imbituba .....	473	Rio dos Cedros .....	681
Biguaçu .....	39	Indaial .....	485	Rio do Sul .....	675
Blumenau .....	50	Iomerê .....	489	Salto Veloso .....	682
Bom Jesus do Oeste .....	56	Ipumirim .....	490	Santa Rosa do Sul .....	683
Bom Retiro .....	57	Irineópolis .....	501	Santiago do Sul .....	685
Braço do Trombudo .....	59	Itapiranga .....	504	São Bento do Sul .....	687
Brunópolis .....	60	Itapoá .....	505	São Domingos .....	689
Brusque .....	61	Joaçaba .....	508	São João do Oeste .....	690
Caçador .....	62	José Boiteux .....	513	São Joaquim .....	691
Camboriú .....	85	Lages .....	514	São José .....	692
Campo Alegre .....	87	Laguna .....	573	São José do Cedro .....	695
Campos Novos .....	100	Lebon Regis .....	576	São Lourenço do Oeste .....	701
Canoinhas .....	116	Leoberto Leal .....	578	São Miguel do Oeste .....	706
Capinzal .....	123	Lindóia do Sul .....	579	Schroeder .....	709
Catanduvas .....	125	Luzerna .....	580	Serra Alta .....	712
Caxambu do Sul .....	397	Mafra .....	585	Sul Brasil .....	713
Chapadão do Lageado .....	398	Maravilha .....	586	Timbé do Sul .....	718
Cocal do Sul .....	399	Meleiro .....	587	Timbó .....	719
Concórdia .....	400	Modelo .....	588	Treze Tilias .....	723
Cordilheira Alta .....	410	Morro da Fumaça .....	591	Tunápolis .....	724
Coronel Martins .....	411	Navegantes .....	592	Turvo .....	726
Corupá .....	412	Nova Trento .....	593	União do Oeste .....	734
Curitibanos .....	413	Orleans .....	604	Urussanga .....	735
Dionísio Cerqueira .....	422	Paial .....	605	Vargeão .....	736
Eral Velho .....	427	Palhoça .....	606	Vidal Ramos .....	737
Faxinal dos Guedes .....	432	Palmitos .....	639	Videira .....	738
Forquilha .....	433	Papanduva .....	641	Xanxerê .....	741
Fraiburgo .....	440	Passo de Torres .....	658	Xaxim .....	745
Frei Rogério .....	441	Paulo Lopes .....	659		
Garopaba .....	442	Penha .....	660		

### Consórcios

ARIS .....	750
CIMVI .....	757
CIS/AMARP .....	758
CIASS .....	759

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.053/2015

DECRETO MUNICIPAL N.053/2015

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito do Município de Abdon Batista – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, I da Lei Federal nº 8.666/93, e CONSIDERANDO o Parecer do Ministério Público da Comarca de Anita Garibaldi-SC, proferido nos autos da ação de mandado de segurança; CONSIDERANDO o Parecer Técnico da DLC junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos da REP-15/00166542, orientando pela irregularidade procedimental da Licitação modalidade Pregão Presencial n.16/2015; CONSIDERANDO que a administração pública poderá a qualquer momento revogar/anular seus atos quando eivados de irregularidade avocando para isso o poder de autotutela;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica por força deste Decreto rescindido unilateralmente o Contrato Administrativo n.56/2015, oriundo do Pregão Presencial n.16/2015, cujo objeto era: Aquisição de Kits para Professores e Alunos para Montagem de Sala Inteligente no Centro Municipal de Ensino Luiz Zanchett, celebrado com a empresa AIOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Art.2º. Determino ainda o cancelamento de eventual despesa empenhada junto ao Setor Contábil do Município decorrente do contrato n.56/2015.

Art.3º. Notifique-se a empresa AIOX DO BRASIL com cópia deste decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor da data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se.

Abdon Batista-SC, em 17 de junho de 2015.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO MUNICIPAL N.056/2015

DECRETO MUNICIPAL N.056/2015

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito do Município de Abdon Batista – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, I da Lei Federal nº 8.666/93, e CONSIDERANDO o Parecer do Ministério Público da Comarca de Anita Garibaldi-SC, proferido nos autos da ação de mandado de segurança; CONSIDERANDO o Parecer Técnico da DLC junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos da REP-15/00166542, orientando pela irregularidade procedimental da Licitação modalidade Pregão Presencial n.16/2015; CONSIDERANDO que a administração pública poderá a qualquer momento revogar/anular seus atos quando eivados de irregularidade avocando para isso o poder de autotutela; CONSIDERANDO o Decreto 053/2015, que rescindiu unilateralmente o contrato administrativo nr.56/2015, oriundo do Pregão Presencial nr. 16/2015.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica ANULADO o Processo Licitatório Pregão Presencial nr. 16/2015, cujo objeto era Aquisição de Kits para professores e alunos para montagem de sala inteligente no centro Municipal de ensino Luiz Zanchett, tornando sem efeito todos os atos concernentes aquele certame.

Art.2º. Com a presente anulação determino que o departamento de licitações, comunique a empresa AIOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, bem como aos demais participantes do certame sobre esta decisão.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor da data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se.

Abdon Batista-SC, em 17 de junho de 2015.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

PREFEITO MUNICIPAL

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 194/2015

PORTARIA Nº 194/2015 de 17 de junho de 2015

“DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para CLEONIR ALVES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 024.111.379-23, a partir de 17/06/2015 para exercer o cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de junho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 195/2015

PORTARIA Nº 195/2015 de 17 de junho de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária MARINES LUCIA CASAGRANDE TONIAL, inscrita sob CPF nº 518.029.969-15, funcionária efetiva no cargo de Assistente administrativo, a partir de 17/06/2015 a 06/07/2015, período 12/13 e conceder abono pecuniário dos dias restantes.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de junho de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

**BALANCETE FINANCEIRO FMAS-MAIO 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>475,29</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>14.052,23</b>
RECEITA PATRIMONIAL	475,29	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>14.052,23</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.580,74
		Transferencias a Uniao	6.471,49
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>8.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>32.617,98</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.865,00</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.778,29	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.778,29
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	14.052,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.787,46
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.787,46	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	17.299,25
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>111.974,29</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>103.150,33</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	89.773,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	78.273,00
BANCO C/ MOVIMENTO	22.201,29	BANCO C/ MOVIMENTO	24.877,33
<b>TOTAL</b>	<b>153.067,56</b>	<b>TOTAL</b>	<b>153.067,56</b>

AGUA DOCE, 16/06/2015

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



**BALANCETE FINANCEIRO FMS-MAIO 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>169.195,77</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>321.419,73</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	887,92	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>319.841,41</b>
RECEITA PATRIMONIAL	5.272,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.341,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.035,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.061,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	INVESTIMENTOS	439,00
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.578,32</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.578,32
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>241.482,73</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	241.482,73		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>749.409,45</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>795.008,59</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.247,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.302,91
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	324.752,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	391.305,60
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	389.409,67	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	368.352,56
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	47,52
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.273.740,50</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.317.400,13</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	956.668,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	966.668,00
BANCO C/ MOVIMENTO	317.072,50	BANCO C/ MOVIMENTO	350.732,13
<b>TOTAL</b>	<b>2.433.828,45</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.433.828,45</b>

AGUA DOCE, 19/06/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO SIMA-MAIO 2015**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.424,90</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>18.149,03</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.886,17	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>18.149,03</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.514,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.149,03
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	14.024,27		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>44.041,53</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>74.452,87</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	360,85	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	566,58
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	18.149,03	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	25.531,65
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	25.531,65	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	48.354,64
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.858.356,10</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.845.220,63</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.800.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.800.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	58.356,10	BANCO C/ MOVIMENTO	45.220,63
<b>TOTAL</b>	<b>1.937.822,53</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.937.822,53</b>

AGUA DOCE, 17/06/2015

ELIAS VIECELI  
 Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.041 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. ALINE MONICA LOHMANN, inscrita no CPF sob nº 077.049.009-35, portadora da cédula de Identidade nº 5.565.361 – SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE com as atribuições estabelecidas no art. 16, §3º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### ERRATA DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

ERRATA DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA

O município de ALTO BELA VISTA, SC, com sede na Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, vem a público RETIFICAR O EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 01/2015, nos seguintes itens: Onde se Lê: LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 15 de JUNHO de 2015, tendo como local o AUDITÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, Leia-se: LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 09 de JULHO de 2015, tendo como local o CENTRO DE CULTURA, Rua Emílio Tieg, SN, Centro, Alto Bela Vista, SC. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou no site da Prefeitura WWW.ALTOBELAVISTA.SC.GOV.BR ou através do site WWW.MAXLEILOES.COM.BR.

ALTO BELA VISTA (SC), 19 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL Nº 670 DE 19 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I. Erradicação do analfabetismo;

II. Universalização do atendimento escolar;

III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV. Melhoria da qualidade da educação;

V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX. Valorização dos (as) profissionais da educação;

X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I. Secretaria Municipal de Educação;

II. Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III. Conselho Municipal de Educação – CME;

IV. Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I. Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II. Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III. Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta

XVII do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º- O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação.

§ 1º A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I. Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II. Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º - O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10 - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11 - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de

lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 19 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

## ANEXO I

### METAS E ESTRATÉGIAS

META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 75% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

### ESTRATÉGIAS

1.1 Promover a oferta da educação infantil numa dimensão pedagógica que respeite as especificidades de cada faixa etária, articulando o binômio educar e cuidar enquanto práticas indissociáveis no efetivo trabalho que se realiza no cotidiano, promovendo dessa forma, o desenvolvimento pleno da criança nas dimensões histórico, cultural e social.

1.2 Realizar levantamentos dos espaços adequados para a construção de prédios para funcionamento de instituições de Educação Infantil em conformidade com os padrões arquitetônicos do Ministério da Educação – MEC, respeitando as normas de acessibilidade, as especificidades geográficas e culturais locais.

1.3 Fortalecer e ampliar as parcerias com o governo federal para garantir a aquisição de mobiliário, equipamentos, brinquedos e jogos educativos, bem como demais materiais pedagógicos nas escolas da educação infantil, considerando a especificidade de cada faixa etária e a diversidade em todos os aspectos, com vistas à valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças e vivência da infância.

1.4 Manter e ampliar o atendimento na pré-escola através do atendimento em turno integral e parcial, de acordo com a Lei Federal nº 12.796/13 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.5 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento por demanda.

1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, considerando como base os parâmetros nacionais de qualidade, com o intuito de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal proporcional ao número de crianças atendidas nas creches, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a mobilidade de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7 Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

1.8 Promover a formação continuada, em horário de trabalho, dos (as) profissionais que atuam na educação infantil.

1.9 Incentivar o profissional que atua na educação infantil a adquirir formação inicial em nível de curso superior específico, ampliando dessa forma os profissionais habilitados na sua área de atuação.

1.10 Estruturar, em regime de colaboração com o governo federal,

núcleos tecnológicos, com acesso a internet, jogos interativos, programas para computador, aplicativos educacionais, para 100% das escolas de educação infantil, até o final de vigência deste Plano – PME.

1.11 Garantir a inclusão digital, através de núcleos tecnológicos, como ferramenta no processo educativo para 100% dos docentes e discentes da educação infantil da rede municipal até o 5º ano de vigência deste plano.

1.12 Garantir o transporte escolar, atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de trânsito – DNT, e as normas de acessibilidade que garantam a segurança e o tempo de permanência das crianças na escola.

1.13 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.14 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.15 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental, superando dessa forma, práticas de inserção fragmentadas neste segmento.

1.16 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.17 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família, em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade, em cursarem ou não a instituição responsável pelo atendimento dessa faixa etária.

1.18 Estimular a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições de Educação Infantil, a fim de tornar sua gestão democrática, bem como para o acompanhamento e controle dos recursos financeiros recebidos e executados pelas instituições.

**META 2 :** Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir pelo 95 % dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência desse plano.

## ESTRATÉGIAS

2.1 Manter um programa de formação continuada para os professores do Ensino Fundamental, considerando a área de atuação do profissional, a fim de propor novas estratégias que venham a considerar a necessidade dos alunos, para buscar a permanência e sucesso escolar.

2.2 Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como identificação de situações de discriminação, preconceitos e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, enaltecendo práticas assertivas, de modo a divulgar e assumir novas posturas e intencionalidades.

2.3 Manter a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com a áreas da saúde e assistência social, com

base nos cadastros atualizados das respectivas entidades, com manutenção do levantamento atualizado desses sujeitos; bem como, o apoio de toda comunidade escolar.

2.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo / espaço e atividades didáticas desenvolvidas pela escola, envolvendo toda a comunidade escolar, considerando as especificidades da educação especial e do campo a fim de propor metodologias que problematizem a prática social dos indivíduos envolvidos.

2.5 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, identidade e as condições climáticas da região.

2.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares.

2.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, envolvendo - os nos projetos escolares, na exploração de territórios educativos e plantão bimestral feito pelos professores.

2.8 Expandir o atendimento específico às populações do campo e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para a atuação junto a essas populações.

2.9 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade, na sistematização dos conhecimentos histórica e culturalmente acumulados para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, quais seja: aulas de reforço, projeto AEE, em contra turno.

2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo educacional.

2.12 Efetivar, com as áreas da saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial.

2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratório didático e biblioteca informatizada com acervo atualizado e coerente aos princípios de uma escola crítica e emancipadora.

2.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.15 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, de acordo com os fundamentos do materialismo histórico dialético.

2.16 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17-Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas.

2.18-Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.19 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino dando a igualdade de condições para o acesso e permanência no ensino fundamental.

2.20 Elaborar uma proposta pedagógica consistente com base no materialismo histórico dialético, de modo a promover a busca de uma melhor qualidade da educação, com base nas D.C.N de todas



as áreas, proposta curricular de Santa Catarina.

2.21- Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação do espaço físico, aquisição de materiais, recursos pedagógicos e capacitação de professores assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social conforme metas da Educação Especial, bem como, a garantia de um professor auxiliar.

2.22 Construir, reformar, ampliar e regulamentar escolas de ensino fundamental, com recursos próprios ou em parceria com a União, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, aspectos regionais e educação inovadora.

2.23 Ajustar o número de alunos por professor, garantindo a qualidade do processo ensino-aprendizagem em conformidade com a Resolução específica expedida pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

2.24 Reduzir, no prazo de três anos da vigência do Plano Municipal de Educação, em 95% a repetência no Ensino Fundamental.

2.25 Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas pelo Plano de Ações Articuladas – PAR mediante as responsabilidades estabelecidas;

2.26 Assegurar o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 (oitocentas) horas/aula aos estudantes da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

**META 3:** Manter, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio em 100%.

#### ESTRATÉGIAS

3.1 O município apoiará, enquanto órgão governamental, política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Apoiar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3 Contribuir no incentivo da universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior. Incentivando os alunos desde a 1ª série do ensino médio a realizar o ENEM.

3.4 Orientar e incentivar para que os educandos procurem e instituições de educação profissional;

3.5 Trabalhar em consonância com o estado para fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como ter um atendimento dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de

forma Inter setorial;

3.6 Auxiliar na busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma Inter setorial, com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.7 Contribuir com programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. Com alguns programas específicos tais como: programas oferecidos pelo CRAS;

3.8 Contribuir nas políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.9 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.10 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;

3.11 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma;

**META 4 - Universalizar**, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS

4.1 Consolidar 40h semanais para as Salas de Recursos Multifuncionais, priorizando profissionais com formações específicas para a atuação, até 2016;

4.2 Oferecer nas salas de Atendimento Educacional Especializado o atendimento a alunos com deficiência e Ensino Fundamental.

4.3 Proporcionar aos professores que atuam na Salas de Recursos Multifuncionais a formação continuada para atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação e deficiência visual e/ou auditiva, intelectual e autismo.

4.4 Manter e ampliar programas municipais e federais que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para assegurar o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio de todas as dimensões de acessibilidade, até 2018;

4.5 Garantir, no Projeto Político Pedagógico das escolas, a inclusão de ações voltadas ao atendimento à diversidade;

4.6 Assegurar a inserção e permanência de pessoas com deficiência na educação básica, atendendo 100% da demanda;

4.7 Garantir acesso à Tecnologia Assistiva (T. A.) e suas modalidades, por meio do ensino e utilização de recursos que possibilitem aos/as estudantes a ampliação de suas habilidades, oportunizando autonomia e ações em todos os momentos escolares.

4.8 Disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos em BRAILLE específicos para alunos cegos e com baixa visão, distribuição de laptops equipados com programas com sistema de voz, para os alunos da Educação Básica.

4.9 Garantir recursos financeiros para a oferta de cursos de formação continuada em Braille, LIBRAS, soroban, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.10 Implementar o serviço de estimulação precoce na Educação Infantil, oferecendo espaços adequados, profissionais qualificados e materiais necessários adaptados ao atendimento multiprofissional;

4.11 Assegurar a oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais, conforme a necessidade identificada por meio de uma avaliação e consentimento da família, assim como garantir

profissional com formação em LIBRAS nas escolas e nos salas de AEE;

4.12 Orientar e acompanhar as famílias, através de ações interseccionais voltadas aos esclarecimentos das dificuldades de aprendizagem do educando, em regime de colaboração com as secretarias municipais.

4.13 Criar a Campanha de Prevenção de Deficiências no município como medida preventiva à população.

Meta 5: Alfabetizar todas crianças aos 06 (seis) anos de idade ou, até no máximo aos 08 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

#### ESTRATÉGIAS

5.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até no máximo 08 (oito) anos de idade.

5.2 Estruturar o currículo do 1º, 2º e 3º ano, considerando os conhecimentos imprescindíveis para a consolidação da alfabetização e do letramento neste ciclo.

5.3 Criar política de alfabetização que garanta a permanência e continuidade dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

5.4 Fomentar parcerias junto ao governo federal para a realização de formação continuada na área de alfabetização e do letramento.

5.5 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas as diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem com o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.6 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetivação.

5.7 Implantar, imediatamente, após a aprovação do plano, programas de incentivo à leitura, escrita e cálculo com base na elaboração de um projeto articulado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

5.8 Planejar,acompanhar e executar as intervenções a partir dos resultados da Provinha Brasil, para os alunos do 2º ano e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), para os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental.

5.9 Estruturar salas apropriadas com recursos pedagógicos e profissionais capacitados a fim de promover a alfabetização.

5.10 Oferecer a todas as crianças que apresentem dificuldades em alfabetização e que possuam Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), reforço escolar em contra turno e reorientação com acompanhamento pedagógico supervisionado para garantir a aprendizagem.

5.11 Priorizar o acompanhamento individual das crianças com dificuldades de aprendizagem especificamente no 3º ano (final do ciclo de alfabetização) para garantir que ao final do ano letivo vigente, 100% das crianças sejam alfabetizadas.

5.12 Oferecer nas salas regulares, ambientes alfabetizadores e condições adequadas para os alunos que tiverem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, respeitando as especificidades peculiares de cada um e o número de alunos determinado pela legislação vigente.

5.13 Promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.

5.14 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização e o letramento pleno de todas as crianças, superando assim, a fragmentação existente na transição da educação infantil para o ensino fundamental.

Meta 6 : Ampliar o atendimento em educação integral em, no

mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40 % (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do plano.

#### ESTRATÉGIAS

6.1 Promover a oferta da educação básica pública em escola integral, com a ampliação dos tempos, dos espaços e das oportunidades educativas, fundamentada em um projeto elaborado coletivamente por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola e conforme dotação orçamentária do município.

6.2 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças laboratórios, inclusive de informática, valorizando cada um deles enquanto comunidades de aprendizagem.

6.3 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades de base diversificada, como: recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.4 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola integral, conforme legislação específica.

6.5 Instituir, em regime de colaboração, programa de melhorias na infraestrutura e de mobiliário adequado para o atendimento na educação integral.

6.6 Construir um currículo para a Educação Integral que valorize os conhecimentos clássicos (historicamente construídos e acumulados) tanto quanto os saberes cotidianos.

6.7 Promover formação continuada em horário de trabalho, para os profissionais que atuam na educação integral, por meio de abordagens pertinentes a proposta que está sendo instituída.

META 5: Alfabetizar todas crianças aos 06 (seis) anos de idade ou, até no máximo aos 08 (oito) anos de idade no Ensino Fundamental.

#### ESTRATÉGIAS

5.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano de ensino fundamental.

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental, com vistas a desenvolver ações que os tornem especialistas nesta área, conferindo-lhes maior rigor científico.

5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurando o desenvolvimento de propostas pedagógicas embasadas na concepção histórico cultural bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.4 Implantar, imediatamente, após a aprovação do plano, programas de incentivo à leitura, escrita, oralidade enfim, desenvolvimento das múltiplas linguagens e raciocínio lógico matemático com base na elaboração de projetos e ações em consonância com o P.P.P. das escolas.

5.5 Planejar e acompanhar as intervenções a partir dos resultados da Provinha Brasil, para os alunos do 2º ano e Avaliação Nacional da Alfabetização, para os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental; (realizar intervenções inclusive para os alunos que farão a Provinha Brasil, utilizando-se como base as Provinhas dos anos anteriores)

5.6 Implantar salas apropriadas com recursos pedagógicos e profissionais capacitados a fim de promover a alfabetização e o letramento.

5.7 Oferecer a todas as crianças que apresentem dificuldades em

alfabetização, reforço escolar com recursos didáticos diferenciados em contra turno e reenturmação com acompanhamento pedagógico supervisionado para garantir a aprendizagem.

5.8 Priorizar o acompanhamento individual das crianças com dificuldades de aprendizagem especificamente no 3º ano (final do ciclo de alfabetização) para garantir que ao final do ano letivo vigente, 100% das crianças sejam alfabetizadas.

5.9 Oferecer condições adequadas a todos os docentes que tenham alunos com deficiência inseridos em salas regulares, disponibilizando recursos, materiais didáticos diferenciados e um professor auxiliar, respeitando as especificidades e o número de alunos determinado pela legislação vigente.

5.10 Promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.

5.11 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias lúdicas desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.12 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que auxiliem na promoção da alfabetização e letramento e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos.

**META 6 :** Ampliar o atendimento em educação de tempo integral em, no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40 % (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do plano.

#### ESTRATÉGIAS

6.1 Promover a oferta da Educação básica pública em tempo integral, fundamentada em um projeto elaborado coletivamente por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola e sua permanência nos anos seguintes conforme dotação orçamentária do município.

6.2 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças laboratórios, inclusive de informática, envolvendo a comunidade de um modo geral.

6.3 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas culturais e ações de educação nutricional.

6.4 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica, bem como o desenvolvimento de ações que incentivem hábitos saudáveis de alimentação.

6.5 Instituir, em regime de colaboração, programas de melhorias na infraestrutura e de mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral. Bem como, materiais diversificados de cunho cultural, artístico e esportivo.

**META 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias.

2015 2017 2019 2020

Anos Iniciais de Ens. Fundamental 5,8 6,0 6,3 6,5

Anos finais do Ens. Fundamental 5,8 6,0 6,3 6,5

#### ESTRATÉGIAS

7.1 Construir processualmente e coletivamente uma proposta pedagógica consistente com os fundamentos do materialismo histórico

dialético, de modo a promover a busca de uma melhor qualidade da educação, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de todas as áreas, proposta curricular de Santa Catarina.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento) pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado e 80% (oitenta por cento), pelo menos o nível desejado.

7.3 Instituir, em colaboração entre o Estado e o Município, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Desenvolver um processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Planejar e operacionalizar propostas de ações articuladas, de modo a evoluir para o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Referendar e divulgar tecnologias educacionais para o Ensino Fundamental, incentivando práticas pedagógicas coerentes com o materialismo histórico dialético e que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.7 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da Educação do campo na faixa etária da Educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.8 Fomentar políticas de prevenção à violência na escola, articuladas a uma proposta pedagógica que evoque no educando a generosidade, gratuidade e cooperação.

7.9 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar a avaliação permanente das políticas públicas educacionais implantadas.

7.10 Manter a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.11 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.12 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho do IDEB.

7.13 Manter e aprimorar os programas e as metodologias de acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando a aprendizagem significativa dos estudantes.

7.14 Assegurar a renovação, manutenção das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços,



acervos bibliográficos, bem como profissionais capacitados para a formação de leitores.

7.15 Elevar o patamar das práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógicos, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.16 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet e formação continuada “mídias na educação” a todos os professores atrelado ao projeto pedagógico.

7.19 Promover a construção coletiva permanente do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino conforme as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

7.20 Garantir o atendimento das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

7.21 Implementar, um programa de apoio pedagógico para a correção de fluxo escolar, tendo em vista a redução da desigualdade educacional dentro das escolas de ensino fundamental.

7.22 Executar o Plano de Ação Articulada – PAR e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação – PME, tendo em vista as metas e estratégias estabelecidas para a educação básica pública.

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### ESTRATÉGIAS

8.1 Apoiar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Apoiar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.4 Auxiliar na busca ativa de jovens fora de escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

**META 9:** Contribuir na elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 100% (cem por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional respeitando a diversidade.

#### ESTRATÉGIAS

9.1 Observar para que o Estado assegure a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Acompanhar o levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para contribuir na formulação de políticas públicas junto ao Estado, garantindo o acesso e a permanência dos jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens

e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Apoiar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.5 Apoiar, técnica e financeiramente, determinados projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.6 Contribuir com mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos.

9.7 Auxiliar o Estado com programas de capacitação tecnológica para jovens e adultos, direcionados, especialmente, para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.8 Ampliar em consonância com o Estado a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.9 Manter parceria com órgãos estaduais para a manutenção do funcionamento de turmas do ensino fundamental e médio da Educação de Jovens e Adultos, por meio de convênio, firmado entre Município e Estado.

**META 10:** Intensificar a relação entre Município e as Instituições que oferecem cursos profissionalizantes, visando atender às demandas para cursos de nível médio profissionalizante.

#### ESTRATÉGIAS

10.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais.

10.2 Desenvolver programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

**META 11:** Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 40% (quarenta por cento) e a taxa líquida para 30% (trinta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### ESTRATÉGIAS

11.1 Estimular a matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos, elevando gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas e privadas;

11.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública de excelência e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica, de modo a divulgar os programas do governo federal de financiamento do ensino superior, como PROUNI, FIES nas escolas de ensino médio;

11.3 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal, além de realizar ações filantrópicas nas cidades da microrregião.

11.4 Apoiar no âmbito de sua competência, ações que visem contribuir, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos

curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, por meio da prestação de serviços no município, através de convênios preferencialmente envolvendo a participação de acadêmicos residentes no município.

11.5 Supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais;

11.6 Incentivar o acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais, nas instituições de ensino superior.

11.7 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

11.8 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

11.9 Contribuir com a articulação em consonância com a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo.

11.10 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência, observando os critérios de avaliação seletiva.

11.11 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados, objetivando a oferta de ensino de qualidade crescente.

**META 12:** Incentivar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

#### ESTRATÉGIAS

12.1 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

12.2 Fomentar, em articulação com a União, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas, incentivando a capacitação os professores para atender o público com necessidades especiais.

**META 13:** Viabilizar em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS

13.1 Elaborar um diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

13.2 Contribuir na oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a demanda.

13.3 Apoiar o acesso ao financiamento a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

13.4 Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em Santa Catarina.

13.5 Promover parcerias com universidades e cursos técnicos. SENAI, SEST, SESC entre outros, de acordo com a demanda.

13.6 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais, implementando a nível municipal programas de estágio de estudantes, de modo a articular projetos de pesquisa de ensino e extensão de acordo com a realidade do município.

13.7 Apoiar a organização de programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas;

13.8 Oferecer a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino e prioritariamente na construção coletiva da Proposta Pedagógica, de modo a consolidar política de formação continuada prevista para o Município.

13.9 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

13.10 Oportunizar a oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico no materialismo histórico dialético, que promova a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

13.11 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, preservando o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

13.12 Apoiar programas de formação docente, para educação profissional, voltados à especialização, didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública.

13.13 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

13.14 Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais, de modo a reconfigurar as escolas numa concepção de diversidade emancipatória.

13.15 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a produção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

13.16 Oportunizar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível com diversos tipos de mídias.

**META 14:** Fomentar para que 90% (noventa por cento) dos professores de educação básica tenham nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e oferecer a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS

14.1 Incentivar os profissionais da educação básica na formação em curso de pós-graduação.

14.2 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

14.3 Incentivar a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

14.4 Incentivar políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores efetivos da rede pública de ensino.

14.5 Apoiar a oferta de cursos de pós-graduação para professores e profissionais da educação básica e suas modalidades – lato sensu e stricto sensu – acesso nas instituições de ensino superior.

14.6 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de toda educação básica.

**META 15:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a reestruturação de plano de carreira, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano de vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

15.1 Realizar, no prazo de dois anos, a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VII, do Art. 206, da Constituição Federal.

15.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

15.3 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

15.4 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.5 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargo de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

15.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

15.7 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação

documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

**META 16:** Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

16.1 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

16.2 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

16.3 Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.

16.4 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

16.5 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

16.6 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

16.7 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

16.8 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

16.9 Criar e manter fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

16.10 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e organizações afins; realização de cursos para pais, professores funcionários e estudantes e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal e regional.

16.11 Criar comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

16.12 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis,



assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

16.13 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Gestão.

16.14 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

16.15 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito regional e municipal;

16.16 Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores na rede municipal de ensino.

**META 17:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

17.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

17.2 Cooperar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

17.3 Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 171, da Constituição Estadual.

17.4 Otimizar a destinação e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

17.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

17.6 Desenvolver com apoio da contabilidade pública municipal, juntamente com a Gerência Municipal de Educação, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante, em todos os níveis, etapas e modalidades.

17.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

17.8 Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre Estados e Município, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal.

17.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da

sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

17.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

17.11 Definir critérios para distribuição dos recursos dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

17.12, Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Município, quando comprovadamente não atingir o valor Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

17.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

17.14 Firmar parcerias com Instituições para o financiamento da educação profissional pública.

17.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

17.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, em escolas públicas.

17.17 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas adequadas às etapas e modalidades de ensino.

#### ANEXO II

#### DIAGNÓSTICO

##### 6.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Estando a Educação inserida num contexto social, econômico e cultural, faz-se necessário um estudo dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos para a realização de um diagnóstico mais preciso sobre o cenário atual da educação.

O município de Alto Bela Vista, emancipado do município de Concórdia em 04 de Julho de 1995, sua extensão territorial é de 103,980 Km e uma população estimada em 2014 de 1997 habitantes. A população rural é de 1400 habitantes, e a população urbana de 597 habitantes.

Capital Catarinense do Coalho e produtor agropecuário, com destaque para a bovinocultura de leite e corte e, suinocultura. O município tem predominância da pequena propriedade familiar. É destaque regional pela cultura Germânica.

##### 6.2 GEOGRAFIA

Alto Bela Vista é uma cidade brasileira, no oeste do estado de Santa Catarina. É parte da micro-região de Concórdia na meso-região de Santa Catarina ocidental.

Sua população era de 1997 habitantes no censo de 2014.

O município situa-se nas margens do alto Uruguai. Ele também é atravessado pelo Rio do Peixe e Rio Rancho Grande. O terreno é acidentado.

Alto Bela Vista está localizado na latitude 27° 27' 28" sul e a uma longitude de 51° 52' 44" oeste, estando a uma altitude de 395 metros. Possui uma área de 104,22 km². O clima é úmido, com temperatura média anual de 17,9° C. A precipitação é um ano comum, distribuída de forma desigual ao longo do ano.

Cidades próximas

Alto Bela Vista está perto dos seguintes municípios:

- Concórdia
- Peritiba
- Ipira
- Piratuba
- Marcelino Ramos, no estado do Rio Grande do Sul

### 6.3 ECONOMIA

A economia do município é baseada na produção agropecuária, destacando-se a produção leiteira, e os sistemas de integração de suínos e aves. Destacamos também, a grande produção de milho em grão e também para silagem, grande volume de produção de pastagem de aveia e azéveim. Produzimos soja, feijão, trigo, laranja, uva, mandioca, cana, e outras de menor expressão e, também boa produção de mel e peixes. Nosso município tem cerca de 450 famílias rurais, com predomínio da agricultura familiar, destacando-se no setor.

O município também busca fortalecer as outras atividades existentes, indústria, comércio e a prestação de serviços, trazendo técnicos para em conjunto realizar um trabalho de planejamento, para o desenvolvimento econômico destes setores de produção, muito importantes na geração de emprego e renda, possibilitando de forma especial manter o jovem no município. Com esse assessoramento técnico e criando incentivos para fortalecer as empresas, possibilitando aos empresários melhorar o desempenho econômico, financeiro e de produção de suas empresas, assegurando o fortalecimento de toda cadeia produtiva, existente no município de Alto Bela Vista.

### 6.4 HISTÓRICO

No início do século XX, colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, adentraram nessa terra e com incontrolável admiração batizaram este chão de um adjetivo que por sua característica geográfica passou a ser ALTO BELA VISTA.

Mal sabiam estes colonizadores que sua bravura e coragem renderiam aos seus descendentes o status de Município, figurando desde 04 de julho de 1995, entre os 293 municípios catarinenses.

O pioneiro da região foi o Sr. Vicente Duarte, que em 1888 embrenhou-se mata adentro até a embocadura do Riacho hoje chamado dos Vicentes. Desde o local de sua moradia o velho Vicente abriu a primeira picada até onde hoje é Alto Bela Vista. A povoação do restante do município iniciou no ano de 1910 em Volta Grande, e no ano de 1912, veio o primeiro morador na sede de Alto Bela Vista vindo do Rio Grande do Sul. Era Guilherme Fischer. Depois vieram as famílias Frank, Becker, Knob, Niemeyer, Tiegs, Schuck, Lohmann, Walter, Schwingel, Rhoden, Pöttker. Seus descendentes povoavam todo o chamado "corredor", junto com outros imigrantes que surgiram e se estabeleceram nas localidades desde Linha dos Vicentes. Esses pioneiros nutriam principalmente o anseio de se fixar numa área de terras e praticar a agropecuária. No entanto, também as primeiras indústrias do município surgiram do esforço e dedicação deles.

O distrito foi criado em 1953 como Volta Grande, ligado a Concórdia. Em 1922, mudou seu nome para Alto Bela Vista e em 04 de julho de 1995, através da Lei Estadual nº 9861, tornou-se município, sendo emancipado de Concórdia.

Localizado às margens do lago da Usina Hidrelétrica Itá, divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, no Alto Uruguai Catarinense, o Município de Alto Bela Vista orgulha-se por representar os catarinenses por sua produção industrial de coalho, sendo a Capital Catarinense do Coalho.

Alto Bela Vista desenvolve em sua população um espírito de valorização e um sentimento voltado ao amor a sua terra, com o incremento de atividades esportivas, culturais e gastronômicas, destacando os valores revelados em seu território.

Conhecido também como pioneiro da Jiricada, o Município enfatiza este evento que derivado de veículos de auxílio nas atividades

rurais tornaram-se uma atração nacional, sinônimo de esportividade entre os competidores e de criatividade aos visitantes que se deslocam de outras cidades para conhecer este evento.

Está intrínseco em cada belavistense o desejo de ver seu município prosperar e cultivar as virtudes herdadas de seus desbravadores, destacando do Alto uma Belíssima Vista de um futuro promissor neste que é realmente o lar de sua gente.

Não faltam motivos para conhecer e amar Alto Bela Vista, além de um grande potencial agrícola e industrial a natureza encarregou-se de fazer sua parte incrementando a geografia características da região, com belíssimos e únicos detalhes, que vão desde uma agitada queda d'água a uma pacífica ilha no meio a imensidão do lago. E sem deixar apagar da memória conservamos um valioso acervo de antiguidades, agrupadas no Museu Municipal apresentando aos visitantes uma amostra do quanto se trabalhou para apresentar-se hoje como uma grande força agrícola e industrial.

### 6.5 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com a denominação de Volta Grande, pela Lei Municipal n.º 183, de 19-01-1953 ex-povoado, subordinado ao município de Concórdia.

Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Volta Grande figura no município de Concórdia.

Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o distrito já denominado Alto Bela Vista, figura no município de Concórdia.

Elevado à categoria de município com a denominação de Alto Bela Vista, pela Lei Estadual n.º 9861, de 04-07-1995, desmembrado de Concórdia. Sede no atual distrito de Alto Bela Vista - ex-Volta Grande. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.

Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Volta Grande para Alto Bela Vista alterado, pela Lei Municipal n.º 2.668, de 09-12-1992.

Atualmente o município é constituído de um único distrito, a sede do poder municipal, sendo administrado pela Prefeita CatiaTessmannReichert, desde 01 de janeiro de 2013.

Código do Município é 4200754, e o IDH de 0,755 .

### 6.6 ASPECTOS CULTURAIS

O município de Alto Bela Vista é constituído por cerca de 2 (dois) mil habitantes. Sua economia é baseada principalmente na agropecuária. Além, de seu reconhecimento como a Capital Catarinense do Coalho, Alto Bela Vista também é conhecida por ser o município pioneiro da Jiricada. A história da cidade, que teve áreas alagadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Itá, é conservada na Casa da Memória e Cultura relocada na época da barragem para a sede do município.

Possui atrativos naturais, como a sequência de três quedas d'água no Rio Velho Vicente e o nome do município é fruto do relevo encontrado no local na vinda dos primeiros colonizadores.

Outro passeio é a travessia pela ponte rodo ferroviária sobre o lago do Rio Uruguai onde ocorre o encontro das águas do Rio Pelotas e Rio do Peixe, com 457,8 metros de comprimento, que faz a ligação com a cidade de Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul. Além das belezas naturais, Alto Bela Vista possui como atrativos eventos regionalmente conhecidos, em abril onde é realizado a festa do Kerb, que representa parte do tradicionalismo dos primeiros colonizadores, em julho quando é realizada a Festa de Aniversário do Município, com eventos promovidos diretamente aos munícipes, iniciando com a Festa da FAIC (Festa da Agricultura, Indústria e Comércio) e em novembro quando acontece a Jiricada, que promove a valorização e descontração dos agricultores.

Centro de Cultura é referência na região, construído em parceria com a Tractebel Energia, inaugurado em 21 de março de 2013, é o segundo no país neste porte.

## 6.7 ASPECTOS POPULACIONAIS

São apresentados dados populacionais de Alto Bela Vista, como a evolução populacional, taxa média de crescimento, população economicamente ativa, densidade demográfica e sua distribuição segundo gênero, localização e faixa etária.

A população de Alto Bela Vista apresentou, no ano de 2010, redução de 4,43% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 2.005 habitantes, o equivalente a 0,03% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

População estimada 2000 - 2007

População estimada 2010 – 2005

População estimada 2014 - 1997

População Residente em Alto Bela Vista por Idade – Dados do Censo Demográfico do ano de 2010

Idade	População
0 a 3 anos	93
4 anos	19
5 anos	24
6 anos	22
7 a 9 anos	71
10 a 14 anos	145
15 a 17	96
18 a 19 anos	55
20 a 24 anos	121
25 a 29 anos	107
30 a 39 anos	247
40 a 49 anos	318
50 a 59	298
60 anos ou mais	390
Total	2.005

**LEI MUNICIPAL Nº 671 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015, ALTERA METAS E PRIORIDADES DO PPA 2014-2017 E LDO 2015 DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento para o exercício de 2015 do Município de Alto Bela Vista, crédito adicional especial no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
24	Comunicações
722	Telecomunicações
24.722.0015	Sistemas de Comunicação Rural
24.722.0015.2.096	Programa de Telefonia Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.3.0344 (356)	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
	R\$ 13.000,00

04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	Agricultura
608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.097	Fortalecimento da Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.3.0344 (356)	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
	R\$ 42.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, no recurso 0.3.0344 (356) – Superávit – Recursos Hídricos.

Art. 3º Fica autorizada a alteração das metas físicas, prioridades e valores constantes da Lei 626 de 12/11/2013 que aprovou o PPA para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal 651 de 22/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para 2015, visando adequar a abertura deste crédito especial a estas leis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

**LEI MUNICIPAL Nº 672 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRAS, COM AS ENTIDADES QUE IDENTIFI-CA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as entidades a seguir relacionadas, para as finalidades seguintes:

I – com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades esportivas, com as seguintes entidades:

a) – Sociedade Esportiva e Recreativa União Bandeirantes, de Linha Bandeirantes, no valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais);

b) – Esporte Clube Palmeira, de Linha dos Vicentes, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais);

c) – Esporte Clube São Francisco, de Linha São Francisco, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

d) – Esporte Clube 24 de Junho, de Linha São João, no valor de R\$

10.000,00 (Dez mil reais);

e) – Sociedade Esportiva e Recreativa 29 de Julho, de Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais);

f) – Clube Esportivo e Recreativo União, de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

II - com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e ampliação de sistemas de distribuição e de abastecimento de água, com a entidade Associação Voltagrandense de Água, da localidade de Volta Grande, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

III - com a finalidade de contribuir e cooperar em projetos de desenvolvimento comunitário, com as seguintes entidades:

a) – Associação de Moradores de Linha Floresta, de Linha Floresta, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

b) – Associação de Moradores da Linha Cruz e Souza, de Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

c) – Grupo de Idosos Vida e Esperança, de Vila União, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) ;

d) – Grupo de Idosos Raios de Sol, de Volta Grande, no valor de R\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais).

IV - com a finalidade de contribuir e cooperar nos serviços de infraestrutura agrícola e melhoramento da atividade agrícola, com as seguintes entidades:

a) - Associação de Moradores da Linha Araraquara, de Linha Araraquara, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais);

b) – Associação de Moradores de Nova Entre Rios, de Linha Nova Entre Rios, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais);

c) – Associação de Moradores da Linha dos Koppe, de Linha dos Koppe, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

d) - Esporte Clube 24 de Junho, de Linha São João, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais);

e) - Associação de Moradores da Linha Cruz e Souza, de Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

V - com a finalidade de contribuir e cooperar nos serviços de telefonia rural, com as seguintes entidades:

a) Associação de Moradores de Linha das Palmeiras, de Linha das Palmeiras no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

b) Associação de Moradores de Linha Entre Rios, de Linha Entre Rios, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete Mil reais).

VI - com a finalidade de contribuir e cooperar com a cultura, celebra convênio com a Associação Cultural de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

§ 1º Os termos de convênio serão celebrados, depois de cumpridas as determinações estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Celebrados termos de convênios deles será dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores, conforme disposto no art. 21 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente:

I – Os valores previsto no inciso I, do artigo anterior: 09.07.27.812.0051.2.093.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 – 197;

II – Os valores previstos no inciso II, do artigo anterior: 07.04.17.512.0032.2.055.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 – 150;

III - Os valores previstos no inciso III, do artigo anterior: 06.01.08.244.0023.2.036.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 – 103;

IV - Os valores previstos no inciso IV, do artigo anterior: 04.02.20.608.0016.2.025.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 – 68, e 04.01.20.608.0011.2.097.3.3.50.00.00.00.00.00.3.0344(356).

V - Os valores previstos no inciso V, do artigo anterior: 04.01.24.72.2.0015.2.096.3.3.50.00.00.00.00.00.3. 0344(356).

VI - Os valores previstos no inciso VI, do artigo anterior: 10.01.13.392.0050.2.091.3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000 – 204.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### I ERRATA NO EDITAL DE PR - 034-2015 - AQUISIÇÃO BRINQUEDOS EDUCAÇÃO

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2015-PREFEITURA

PROCESSO Nº. 054/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e hora referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 032/2015 - PREFEITURA tem por objeto a Aquisição de brinquedos (kit de móveis e casinha) para serem utilizados no Centro Municipal de Educação - CMEIF, lotado no Ensino Infantil. Pago com recursos do Superávit Financeiro 2014 do Salário Educação, sendo que no dia marcado para a abertura dos envelopes o pregoeiro e membros da equipe de apoio não poderão se fazer presentes, assim desta forma não havendo prejuízo a administração pública uma vez que conforme Art. § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas", diante disto pública – se a errata.

ONDE SE LÊ:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

#### 1 - DA LICITAÇÃO

1.1. O Município de Anchieta Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que se acha aberto Edital de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei Federal Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 09 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia 24/06/2015, às 08:30, na sala de Licitações, Junto a Prefeitura Municipal na Avenida Anchieta-838 – centro de Anchieta SC.

1.3. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08:30 no mesmo local e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital.

1.4. Não serão aceitas documentação e proposta entregues fora do prazo estabelecido na cláusula 1.3. deste Edital.

1.5. Esta Licitação é do tipo menor preço por item.

1.6. As dúvidas pertinentes a presente licitação será esclarecida pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: 49 -3653-3200

- Endereço: Avenida Anchieta- 838 – centro de Anchieta SC.

PASSA-SE A LER:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

#### 1 - DA LICITAÇÃO

1.1. O Município de Anchieta Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que se acha aberto Edital de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei Federal Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 09 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia 30/06/2015\*, às 10:00\*, na sala de Licitações, Junto a Prefeitura Municipal na Avenida Anchieta-838 – centro de Anchieta SC.

1.3. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 10:00\* no mesmo local e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital.

1.4. Não serão aceitas documentação e proposta entregues fora do prazo estabelecido na cláusula 1.3. deste Edital.

1.5. Esta Licitação é do tipo menor preço por item.

1.6. As dúvidas pertinentes a presente licitação será esclarecida pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: 49 -3653-3200

- Endereço: Avenida Anchieta- 838 – centro de Anchieta SC.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

ANCHIETA/SC, 19 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 053/2015

DECRETO n.º 053/2015

REGULA A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito do Município de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica será efetuada segundo as normas estabelecidas no art.34 e demais disposições da Lei Complementar nº 002, de 09 de dezembro de 2003, regulamentada por este Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

###### Seção I

###### Da Definição da NFS-e

Art. 2º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica deverá ser emitida por ocasião de qualquer prestação de serviço.

Parágrafo Único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Antônio Carlos, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as isentas ou imunes, estabelecidas no município de Antônio Carlos.

###### Seção II

###### Dos Contribuintes Obrigados

Art. 3º. Todos os contribuintes do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes da Secretaria da Fazenda, estão obrigados a utilização do Sistema da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais – NF-E, independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

§ 1º Não estão obrigados ao cadastramento e obtenção de senha de acesso os contribuintes inativos.

§ 2º Às pessoas físicas prestadoras de serviços cadastradas junto a Secretaria da Fazenda fica facultada a utilização do sistema, desde que forneça ao tomador recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço.

§ 3º As pessoas obrigadas à emissão da NF-em, deverão efetuar o cadastramento de senhas específicas e intransferíveis no portal eletrônico <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>

#### CAPÍTULO II

##### DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

###### Seção I

###### Do Acesso Pelo Contribuinte

Art. 4º. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes,

será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º. As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata este regulamento, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br), mediante o preenchimento do requerimento específico "solicitação de Liberação de Senha Eletrônica"

Art. 6º. Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "solicitação de Liberação de Senha Eletrônica" e apresentá-lo à Secretaria Municipal da Fazenda, direcionado ao Setor de Tributos na Prefeitura Municipal.

§ 1º As pessoas jurídicas deverão encaminhar o formulário, acompanhado do Contrato Social e sua última alteração, se houver.

§ 2º As pessoas físicas deverão encaminhar o formulário, acompanhado de cópia da identidade e CPF.

Art. 7º. Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria Municipal da Fazenda, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 8º. A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 9º. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "solicitação de Liberação de Senha Eletrônica" e conterà as seguintes funções:

- I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
- II – vincular ou desvincular contador;
- III – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

§ 2º A senha de acesso será bloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade fiscal junto a Prefeitura do Município de Antônio Carlos.

Art. 10º. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

## Seção II

### Do Acesso Pela Administração Fazendária

Art. 11. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 12. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada aos Fiscais de Tributos, bem como, aos funcionários do setor de tributos ou a quem o secretário de Administração e Finanças delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

- I - Habilitar e desabilitar usuários;
- II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
- III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 13. Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

## CAPÍTULO III

### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Art. 14. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

- I - número sequencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa jurídica - CNPJ;
  - e) inscrição no Cadastro Mobiliário;
- V - identificação do tomador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- VI - discriminação do serviço;
- VII - valor total da NFS-e;
- VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;
- IX - valor da base de cálculo;
- X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante no anexo I da Lei Complementar nº 002/2003;
- XI - alíquota e valor do ISS;
- XII - indicação no corpo da NFS-e de:
  - a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
  - b) serviço não tributável pelo Município de Antônio Carlos, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.
  - c) retenção de ISS na fonte;
  - d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
  - e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
  - f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do

ISSQN;

g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Antônio Carlos", "Secretaria Municipal da Fazenda" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente seqüencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 15. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.antoniocarlos.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Antônio Carlos, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("email") ao tomador de serviços.

Art. 16. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria Municipal da Fazenda, por cinco anos, contados da data de sua emissão.

Art. 17. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras definições, entende-se por estabelecimento prestador matriz ou filial, aquele no qual se desenvolve a atividade fim da prestação dos serviços, não se enquadrando como tal os postos de atendimento, coletas e outros de caráter temporário.

## Seção I

### Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E por Pessoa Física

Art. 18. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante o pagamento de taxa de expediente.

Parágrafo Único. O ISS relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria Municipal da Fazenda, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Parágrafo Único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

## Seção II

### Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E por Bancos e Demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar Pelo Banco Central do Brasil

Art. 20. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

## Seção III

### Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E por

## Tabelionatos, Cartórios Notariais e de Registros Públicos

Art. 21. Aos prestadores cujos serviços estejam previstos nas hipóteses de incidência descritas no subitem 21.01, da lista anexa à Lei Complementar nº 002/03, é facultada a geração de uma única NF-em no final do expediente diário, contra clientes diversos (código 99999).

Parágrafo único. A NF-em deverá ser gerada com base nas informações contidas nos livros, papéis e documentos de sua serventia, fiscalizados e controlados pela Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

#### Seção IV Do Cancelamento da NFS-E

Art. 22. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.antonioCarlos.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 23. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 002/2003 artigo 12.

#### Seção V Da Carta de Correção Eletrônica – CC-E

Art. 24. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

### CAPÍTULO IV DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS

#### Seção I Da Definição de RPS e Sua Utilização

Art. 25. Nos casos previstos nesta Regulamento, a pessoa jurídica

prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal de contribuintes;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal de contribuintes;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DO REGULAMENTO VIGENTE ARTIGO 29."

§ 2º Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 26. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 27. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no § 1º do art. 25 deste Regulamento.

§ 1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS

deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

Art. 28. É obrigatória a autorização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF do Recibo Provisório de Serviços – RPS.

## Seção II

### Da Conversão do RPS Em NFS-E

Art. 29. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 2º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no artigo 48 alínea A da Lei Complementar 002/2003.

§ 3º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

Art. 30. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda ("on-line").

## Seção III

### Do Sistema de Emissão de Cupom Fiscal - ECF

Art. 31. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 32. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

## CAPÍTULO V

### DA DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS

Seção I

#### Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte Relativo ao RPS não Convertido "Declaração Denúncia de não Conversão de RPS – DDNC"

Art. 33. Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 34. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 deste regulamento.

Art. 35. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo Único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no artigo 58 alínea A da Lei Complementar 002/2003.

Art. 36. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I - CPF/CNPJ do prestador;
- II - endereço do prestador e do tomador;
- III - CPF/CNPJ do tomador;
- IV - e-mail do tomador;
- V - o valor dos serviços prestados;
- VI - o enquadramento na lista de serviços; e
- VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

## Seção II

### Da Insuficiência ou Não Recolhimento do ISS

Art. 37. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Sobre a insuficiência ou não recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão acréscimos moratórios previstos na legislação municipal.

## CAPÍTULO VI

### DO USO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 38. Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Art. 39. Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 40. A solicitação deve ser formalizada mediante preenchimento de formulário disponível na Secretaria Municipal da Fazenda, no qual constará o nome e endereço do prestador de serviço, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§ 1º A autorização pela Gerência de Fiscalização será registrada no Cadastro do contribuinte, no sistema de Cadastro Mobiliário, e terá validade para o exercício em que for deferida, devendo ser renovada a cada novo exercício.

§ 2º A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, configurando ato irregular a emissão de dita nota fiscal após a comunicação do ato de revogação.

§ 3º O contribuinte que passar a utilizar NF-e conjugada sem autorização do Fisco Municipal se sujeitará às penalidades cabíveis na



legislação tributária e criminal vigente.

§ 4º O contribuinte ao solicitar autorização para emissão de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) autoriza a Federação Catarinense de Municípios a recepcionar os arquivos digitais das NF-e conjugadas e repassá-los ao Município, mediante integração de sistemas de informação, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO/FECAM - Federação Catarinense de Municípios nº 001/2010, ou outros que o substituam.

§ 5º A recepção de dados realizada por empresa contratada como mera prestadora de serviços, em nome do Município de Antônio Carlos, independe de referida autorização.

Art. 41. Fica o contribuinte obrigado a informar qualquer alteração ou baixa das atividades, no prazo de 15 (quinze) dias da sua ocorrência.

Parágrafo Único. Independentemente do disposto no caput, o contribuinte informará à Secretaria Municipal da Administração e Finanças, mediante ofício, no prazo de 15 (quinze) dias da ocorrência de:

I - Eventual descredenciamento do contribuinte junto à Secretaria Municipal da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

II - Alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica na forma Conjugada.

Art. 42. O contribuinte deve disponibilizar à Administração Tributária Municipal, quando solicitado, o arquivo digital das NF-e conjugadas emitidas e o respectivo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

§ 1º Os arquivos digitais e respectivos DANFEs devem estar disponíveis para verificação do Fisco pelo período previsto na legislação tributária vigente.

§ 2º O Município poderá aderir ao Convênio firmado entre o Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda e Federação Catarinense de Municípios a fim de integrar-se ao sistema de autorização e uso da NF-e, bem como transmitir e receber informações de NF-e conjugadas emitidas por seus contribuintes.

Art. 43. As notas fiscais eletrônicas conjugadas, emitidas no sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, devem ser informadas através do Livro Eletrônico, sob pena de sujeição às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

Art. 44. O Secretário Municipal da Fazenda, ou a quem ele delegar, fica responsável por dirimir eventuais dúvidas ou omissões pertinentes à matéria.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo Único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 46. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes

abrangidos será a partir da publicação deste decreto.

Art. 47. Fica estabelecido um período de transição de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no artigo 58 alínea "a" da Lei Complementar 002/2003.

§ 1º As notas fiscais convencionais já confeccionadas/autorizadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou do prazo definido do caput deste artigo, o que ocorrer primeiro.

§ 2º Após a emissão da 1ª Nota Fiscal eletrônica, as notas e blocos convencionais autorizados, deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a efetiva inutilização.

§ 3º O contribuinte que não emitir Nota Fiscal Eletrônica no prazo do caput deste artigo, findo o referido prazo, deverá entregar em no máximo de 5 (cinco) dias à Secretaria de Administração e Finanças, as notas e blocos convencionais autorizados.

Art. 48. Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e serão dirimidos e regulados por atos do Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 49. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal de Antônio Carlos

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 100/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 100/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 053/2015 - Pregão Presencial nº 033/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: JULIANO VIEIRA COSTA - ME (JVC); Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recuperação, assentamento, classificação, limpeza e transporte de lajotas reutilizáveis, com fornecimento de areia, para colchão (10 cm), colocação e rejunto de meio fio, em diversas ruas do município de Antônio Carlos /SC; Valor: R\$ 211.900,00 (Cento e Onze Mil e Novecentos Reais). Prazo: 16 de junho de 2015 a 16 de junho de 2016.

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 174/2014; Origem: Processo Licitatório nº 097/2014 - Tomada de Preço nº 010/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Juliano Vieira Costa ME; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para construção de acesso e alambrado, para fechamento da escola Dom Afonso Niehues, com área de 6.740,46 m², situada na Rua São Francisco, nº. 700, Centro do Município de Antônio

Carlos, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante do edital.”, conforme Processo Licitatório nº 097/2014 – Tomada de Preço nº 010/2014.”; Prazo Aditado: 90 (noventa) dias. Novo vencimento: 20 de julho de 2015.

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2014**

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 116/2014; Origem: Processo Licitatório nº 055/2014 – Tomada de Preços nº 01/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP; Objeto: O presente termo aditivo consiste na prorrogação, bem como acréscimo e supressão dos serviços e materiais estipulados no contrato acima enumerado, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço GLOBAL, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, com área a ser construída em alvenaria de 572,84m², na Rua VI de Novembro, nº. 210, Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do SISMOB – Ministério da Saúde, via PAC2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos”; Prazo Aditado: 60 (sessenta) dias. Novo vencimento: 24 de julho de 2015. Aditivo: Fica acrescido aos serviços contratados a importância de R\$ 137.087,45 (cento e trinta e sete mil oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) e suprimido a importância de R\$ 100.540,97 (cem mil quinhentos e quarenta reais e noventa e sete centavos), representando assim um aumento de R\$ 36.546,48 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e oito centavos), ou seja, 3,57% (três virgula cinqüenta e sete por cento) do valor global contratado. Novo Valor: Fica alterada a cláusula sétima do presente contrato – cujo valor corresponde à R\$ 1.160.437,89 (um milhão cento e sessenta mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), devendo ser acrescido a importância de R\$ 36.546,48 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos) face a necessidade de serviços adicionais não previstos na planilha orçamentária constante nos anexos do processo licitatório, passando a constar nesta cláusula a soma de R\$ 1.196.984,37 (um milhão cento e noventa e seis mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N 350/2015**

#### **PORTARIA Nº 350/2015.**

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARCELO RODRIGUES ALVES, para o cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 22 de junho de 2015, para atuar na Rede de Ensino Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de junho de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 22 de junho de 2015.

### **PORTARIA N 352/2015**

PORTARIA Nº 352/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora EDNEIA PAULI BESEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/03/2014 a 01/03/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de junho de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 22 de junho de 2015.

### **PORTARIA Nº 351/2015**

PORTARIA Nº 351/2015

Concede excepcionalme direito de uso de instalação no centro esportivo de antônno carlos.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VII do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar excepcionalmente a entidade sens fins lucrativos Escola de Esportes PRÓ-FOOT, inscrita no CNPJ nº. 10.535.927/0001-80 a utilizar o estabelecimento (bar) anexo ao campo de futebol no Centro Esportivo Municipal, nos dias 20 de junho, 11 e 18 de julho do corrente ano, face a rodada do campeonato municipal sub-20 que acontecerá naquele estabelecimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, em 19 de junho de 2015.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0042/2015

• CONTRATO DE LOCAÇÃO DE ONIBUS ESCOLAR Nº 0042/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-SC E A EMPRESA TRANSLUIZA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada LOCATÁRIA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a Empresa TRANSLUIZA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA –ME, empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 20.097.277/0001-91, representada neste ato pela Sócia MAYRA RENATA PIZZUTI, brasileira, solteira, portadora do CPF sob nº 069.491.499-13 e CI sob nº 5.738.388, doravante denominada LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de veículo conforme as seguintes cláusulas e condições.

#### 1 -CLÁUSULA PRIMEIRA, DO OBJETO

É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA LOCAÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS TIPO LOTAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 PASSAGEIROS, QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTO, INCLUSIVE A QUE NORMATIZA O TRANSPORTE ESCOLAR, COM DATA DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2006, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES NO ITINERÁRIO DE BARRA DO VELOSO E SANTO ANTÔNIO.

#### 2 -CLÁUSULA SEGUNDA, DA VIGÊNCIA.

2.1 - O prazo da vigência do presente contrato será de 1º a 30 de junho de 2015.

#### 3- CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 O ONIBUS objeto do presente contrato será entregues no Setor de Transporte da LOCATÁRIA, sem qualquer ônus para o mesmo, onde se procederá a vistoria e emissão de laudo da parte interna para atestar o recebimento.

3.2 - No ato do recebimento do veículo, a LOCATÁRIA e a LOCADORA assinarão o laudo de vistoria no qual deverá constar o estado geral da parte interna do veículo e a quilometragem.

3.3. O veículo será devolvido à LOCADORA no mesmo lugar em que foi entregue à LOCATÁRIA, sem qualquer ônus para o mesmo, onde se procederá a vistoria para atestar a devolução.

3.4 A Secretaria de Educação indicará profissional responsável pela emissão dos laudos citados acima.

3.5 A locatária se compromete a entregar a parte interna do veículo conforme laudo de recebimento do mesmo.

#### 4 -CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. O valor a ser pago pelo Município é de R\$3,08 (TRÊS REAIS E OITO CENTAVOS), por KM rodado:

#### 5 - CLÁUSULA QUINTA, DO FATURAMENTO, PAGAMENTO, REAJUSTE;

5.1 - Após o recebimento do veículo, o pagamento será efetuado pela medição que será realizada no dia 30 de junho de 2015, data de encerramento do presente contrato.

5.2 A Prefeitura efetuará o pagamento, em até 5 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal.

5.3 - As notas fiscais / faturas serão obrigatoriamente instruídas, discriminando os serviços executados, devendo ser atestados pelo órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à seção Financeira.

#### 6 - CLÁUSULA SEXTA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão pela dotação orçamentária da Secretaria de Educação do ano de 2015.

#### 7 – CLÁUSULA SÉTIMA, PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência sujeitando a proponente as sanções enumeradas no artigo 87 da lei 8.666/93 e as multas previstas neste instrumento.

##### 7.1 – MULTAS

7.1.2 - No caso de excesso de prazo, a multa será de 0.4 (quatro décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso;

7.1.3 Multa de até 5% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias;

7.1.4 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão de contrato.

7.1.5 Rescisão do contrato, se a LOCADORA, além dos motivos previstos no artigo 78 da Lei Federal 8666/93 e alterações:

a) Inobservar o prazo estabelecido no edital, cronograma ou contrato;

b) Inobservar o nível de qualidade proposto ou exigível para o veículo contratado;

c) Subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato, sem prévia autorização Formal da Prefeitura Municipal de ARROIO TRINTA;

d) Atraso superior a 15 (quinze) dias;

7.1.6 As multas serão automaticamente descontáveis de qualquer crédito, devendo ser aplicadas por representação da Secretaria Municipal de Administração e aprovação do Prefeito.

7.2 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III, artigo 87 da Lei Federal 8666/93 e alterações.

7.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja declarada a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 A penalidade de multa será aplicada de ofício ou a vista de proposta do responsável pela inobservância do ajustado.

7.5 A aplicação da penalidade de suspensão temporária e declaração de inidoneidade é de competência da Secretaria Municipal de Administração, facultada a defesa da LOCADORA no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias da abertura da vista.

7.6 Além das hipóteses anteriores poderá a LOCATÁRIA rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da LOCADORA e em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

#### 8 – CLÁUSULA OITAVA, DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIA

8.1 - Pagar os serviços efetivamente prestados pela LOCADORA, de acordo com as normas contidas no contrato.

8.2- Em caso de acidente, incêndio, roubo ou furto, a LOCATÁRIA

se compromete a solicitar perícia de trânsito e /ou ocorrência policial e comunicar, via fax, a LOCADORA, imediatamente após o fato ocorrido.

8.4 - A LOCATÁRIA se compromete -

a reembolsar á LOCADORA às multas de trânsitos, comprovadamente ocorridas durante o período em que o veículo estiver sendo usado pela LOCATÁRIA.

8.5 - Fica a cargo da LOCATÁRIA, providenciar motorista devidamente habilitado para conduzir o veículo locado.

8.6 - Em caso de acidentes de trânsito a LOCATÁRIA se compromete a solicitar a perícia de trânsito (quando o acidente ocorrer em capitais de grande porte ou Rodoviárias), e comunicar à LOCADORA imediatamente após o fato ocorrido.

#### 9 – CLÁUSULA NONA, DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1 - Colocar o veículo à disposição exclusiva da LOCATÁRIA, durante o prazo de vigência do contrato.

9.2- Permitir a instalação no (s) veículo (s) de quaisquer equipamentos que se fizerem necessários ao bom desempenho de suas funções, desde que estes não danifiquem os equipamentos.

9.3 - Substituir o veículo alocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no caso de acidente incêndio, roubo, furto ou defeitos mecânicos ou elétricos, que demandem um tempo maior para sua manutenção. O veículo substituído deverá possuir as mesmas características do veículo original incluindo o ano de fabricação.

9.4 - A LOCADORA entregará o veículo com pneus em bom estado de conservação.

9.5 - O veículo alocado deverá ser segurado: Proteção do carro: cobertura em caso de furto, roubo, incêndio, colisão ou qualquer avaria e Proteção de Terceiros: Cobertura para danos corporais e danos materiais causados a bens de terceiros, com valores condizentes aos praticados pelas seguradoras em relação ao valor de mercado do veículo ofertado.

9.6 - As manutenções mecânicas e elétricas corretivas e/ou preventivas do veículo serão providenciadas, pela LOCADORA, através de oficina própria ou da rede especializada, sem ônus para a LOCATÁRIA.

9.7 - A LOCADORA deverá entregar o veículo em perfeitas condições de funcionamento e segurança, ficando a LOCADORA obrigada a efetuar a manutenção necessária assim que comunicada pela LOCATÁRIA.

9.8 - Manter no veículo hodômetro selado, para garantia da quilometragem real do veículo.

9.9 – Todas as despesas com combustível, óleo lubrificante, filtros de ar e óleo, lavagem e lubrificação, são por conta da LOCADORA.

9.10 - Apresentar Certificado expedido por órgão competente de que o veículo encontra-se em condições e está autorizado ao transporte escolar.

#### 10 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES

10.1 - O Veículo, objeto deste contrato, será locado sem motorista.

10.2 - No veículo ora locado, a LOCATÁRIA poderá mediante comunicação escrita à LOCADORA adaptar equipamentos especiais e/ ou emblema de identificação, necessários ao bom andamento dos serviços, desde que não cause danos à estrutura e à pintura do mesmo.

10.3 - Se as multas de infração de trânsito forem pagas pela LOCADORA, a LOCATÁRIA deverá reembolsá-la, com os valores corrigidos, contra a apresentação dos comprovantes, não ficando o reembolso sujeito à discussão quanto à procedência ou não da penalidade ou da autoria, desde que estas tenham ocorrido durante o prazo do contrato.

10.3.1 O reembolso poderá ser efetuado por nota fiscal a parte ou juntamente com o pagamento mensal.

10.4 - A responsabilidade da LOCATÁRIA pelas multas de infração de trânsito persistirá mesmo depois de terminado este contrato de locação, no tocante a fatos ocorridos durante o aluguel até a data da efetiva devolução do veículo locado.

10.5 - A LOCATÁRIA se obriga a pagar pontualmente os valores de locação e reembolsos à LOCADORA, que são encargos previstos neste contrato.

#### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes direta ou indiretamente deste contrato, fica eleito o foro da sede da Comarca de Videira - SC.

11.2 - E como assim ajustaram e reciprocamente aceitaram, PREFEITURA e LOCADORA, pôr seus representantes mencionados no preâmbulo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, para os efeitos legais.

Arroio Trinta - SC, 1º de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

LOCATÁRIA

TRANSLUIZA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA –ME, CNPJ sob nº 20.097.277/0001-91

MAYRA RENATA PIZZUTI

LOCADORA

Testemunhas:

JULIAR LUIZ MANENTI

CPF – 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

CONTRATO Nº: 0042/2015

FINALIDADE: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR

LOCADORA: TRANSLUIZA AGÊNCIA DE VIAGENS

VALOR: R\$3,08 POR KM RODADO

“urgência e emergência”



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/PMBR/2015

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação da empresa, para execução de 200 (duzentas) horas de suporte técnico, através de acesso remoto aos sistemas e banco de dados, já instalados e utilizados pelo Município de Balneário Rincão – SC., durante 19 (dezenove) meses.

CONTRATADA: Onde se lê .....

TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Leia-se ....

TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELLI ME.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 17/06/2015, por Alberto de Souza -Secretario de Administração e Finanças Interino.

RATIFICAÇÃO: em 17/06/2015, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 17 de Junho de 2015.

RENATO DA SILVA VITCHE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### DECRETO/GP/Nº 288/2015

DECRETO/GP/Nº 288/2015

ALTERA E RERRATIFICA O DECRETO MUNICIPAL GP Nº 277, DE 02 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei n.º 201, de 25 de maio de 2015,

DECRETA:

Artigo 1º - No artigo 1º do Decreto Municipal nº 277, de 02 de junho de 2015, onde se lê:

“Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 2.070 – Manutenção do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0601 (05) – Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

Proj./Ativ.: 2.070 – Manutenção do SAMAE Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0601 (18) – Aplicações Diretas ..... R\$ 930.000,00  
TOTALGERAL ..... R\$ 1.100.000,00”

Leia-se:

“Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./atividade: 1.071 – Projetos, Construção, Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0601 (05) – Aplicações Diretas ..... R\$ 170.000,00

Proj./Ativ.: 2.070 – Manutenção do SAMAE Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0601 (18) – Aplicações Diretas ..... R\$ 930.000,00  
TOTALGERAL ..... R\$ 1.100.000,00”

Artigo 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto Municipal GP nº 277/2015.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 18 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de junho de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

# Barra Velha

## PREFEITURA

### LEI Nº 1446, DE 26 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1446, DE 26 DE MAIO DE 2015

Altera disposição da Lei nº 1205, de 08 de agosto de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Inclui o inciso IX ao Art. 48 da Lei nº 1205, de 08 de agosto de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I - .....

IX - possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria B ou superior.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 26 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1447, DE 26 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1447 – DE 26 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no § 2º do art. 102, da Lei Orgânica do Município de Barra Velha;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o INSTITUTO PRIAMO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL E PROFISSIONAL LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.983.898/00001-68, com sede a Rua Francisco Debortoli, nº 785 Bairro Centro, na cidade de São Jorge D’ Oeste - PR, a utilizar o imóvel sediado na cidade de BARRA VELHA - SC, na Rua João Pedro de Oliveira, nº 450, Bairro São Cristóvão, que será utilizada pelo CESSIONÁRIO como Polo de apoio presencial de seus cursos ministrados a distância devendo a beneficiada firmar termo de compromisso.

Parágrafo Único O prazo de Cessão de Uso será de até 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 26 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1448, DE 26 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1448 - DE 26 DE MAIO DE 2015

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Receber por Doação, uma área de Terras, pertencente a Imobiliária Solange Ltda, e dá outras providências”

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação uma área de terras, localizada em Área de Preservação Permanente – APP, no Bairro Itajuba, às margens do Rio Itajuba, pertencente a Imobiliária Solange, com as seguintes características e confrontações:

a) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 01, da Quadra M, do Loteamento Jardim Luiz Alves, sob matrícula nº 22.955, inscrição imobiliária nº 01.04.048.0200.001, fazendo frente, ao Norte, segue medindo 15,00 metros para o lado ímpar da Rua Evaristo Lopes Dutra, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 25,00 metros confrontando-se com o lote nº 02, à esquerda, segue medindo 25,00 metros confrontando-se com a Rua 1191 e fazendo fundos, ao Sul, segue medindo 15,00 metros confrontando-se com terras de Marinho Dionízio Freitas, contendo um perímetro de 80,00 metros e uma área de 375,00 metros quadrados.

b) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 14, da Quadra E, do Loteamento Jardim Luiz Alves, sob matrícula nº 22.956, inscrição imobiliária nº 01.04.050.0402.001, fazendo frente, ao Norte, segue medindo 15,00 metros para o lado ímpar da Rua Arnaldo Tavares, à direita para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 25,50 metros confrontando-se com a Rua 1191, à esquerda, segue medindo 25,50 metros confrontando-se com o Lote nº 12 e fazendo fundos, ao Sul, onde segue medindo 15,00 metros confrontando-se com o Lote nº 13, contendo um perímetro de 81,00 metros e uma área total de 382,50 metros quadrados.

c) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 04, da Quadra D, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.313.0114.001, fazendo frente, ao Norte, segue medindo 15,80 metros para o lado ímpar da Rua Fernando da Silva, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 05, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 03 e fazendo fundos, ao Sul, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento “Jardim Luiz Alves”, contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados.

d) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 05, da Quadra D, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.313.0099.001, fazendo frente ao Norte, segue

medindo 15,80 metros para o lado ímpar da Rua Fernando da Silva, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 06, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 04 e fazendo fundos, ao Sul, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento "Jardim Luiz Alves", contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados;

e) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 06, da Quadra D, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.313.0084.001, fazendo frente ao Norte, segue medindo 15,80 metros para o lado ímpar da Rua Fernando da Silva, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 07, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 05 e fazendo fundos, ao Sul, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento "Jardim Luiz Alves", contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados;

f) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 04, da Quadra F, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.315.0127.001, fazendo frente ao Sul, segue medindo 15,80 metros para o lado par da Rua Rita de Cássia dos Santos, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 03, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 05 e fazendo fundos, ao Norte, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento "Jardim Luiz Alves", contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados;

g) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 05, da Quadra F, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.315.0142.001, fazendo frente ao Sul, segue medindo 15,80 metros para o lado par da Rua Rita de Cássia dos Santos, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 04, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 06 e fazendo fundos, ao Norte, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento "Jardim Luiz Alves", contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados;

h) Um terreno sem benfeitorias, situado no lugar Itajuba, zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, constituído pelo Lote nº 06, da Quadra F, do Loteamento Jardim Sereia do Mar, parte da matrícula nº 5.435, inscrição imobiliária nº 01.04.315.0157.001, fazendo frente ao Sul, segue medindo 15,80 metros para o lado par da Rua Rita de Cássia dos Santos, à direita, para quem de frente olha o imóvel, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com o Lote nº 05, à esquerda, segue medindo 19,10 metros confrontando-se com lote nº 07 e fazendo fundos, ao Norte, onde segue medindo 15,80 metros confrontando-se com terras do loteamento "Jardim Luiz Alves", contendo um perímetro de 69,80 metros e uma área total de 301,78 metros quadrados;

Art. 2º Fica o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, autorizado a efetuar a devida transferência para a Municipalidade do imóvel mencionado no artigo 1º, desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei, inclusive aquelas referentes a escrituração e registro, correrão por conta de dotações próprias do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 26 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

## LEI Nº 1449, DE 26 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1449, DE 26 DE MAIO DE 2015

"Denomina de Rua AVELINO SPECIAN, a Rua 499 (Código 548), localizada na área Central deste Município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA AVELINO SPECIAN, a Rua 499 (código 548), localizada na área central deste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 26 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

## LEI Nº 1450, DE 01 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 1450, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO EM PECÚNIA PARA O CONCURSO "FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO", ATRAÇÃO DA 19ª FESTA NACIONAL DO PIRÃO".

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Concede prêmio em pecúnia para o vencedor do Tradicional concurso "Farinha pouca, meu pirão primeiro", que consiste no mais rápido comedor de pirão do Brasil, fazendo parte da 19ª Festa Nacional do Pirão", sendo:

I - Vencedor R\$ 1.000,00 (Um mil reais);

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, como segue:

Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
Programa de Trabalho: 0023.0695.0017

Atividade: 2.087 – Festas Cívicas/Tradicionais e Comemorações Populares/FENAP

3.3.3.9.00.00.00 (35) -	Aplicações Diretas	
-------------------------	--------------------	--

FONTE DE RECURSOS: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários		
---	--	--

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 01 de junho de 2015.  
Claudemir Matias Francisco  
Prefeito

### LEI Nº 1451, DE 09 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 1451, DE 09 DE JUNHO DE 2015

“Denomina de Rua CLAUDIO MIGUEL MIKSZA, a Rua 1019 (Código 84), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA CLAUDIO MIGUEL MIKSZA, a Rua 1019 (código 84), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 09 de junho de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### LEI Nº 1452, DE 12 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 1452 – DE 12 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.979.100,00 (Um milhão novecentos e setenta e nove mil e cem reais), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/304 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0006.0451.0006

Projeto/Atividade: 2.095 – Modernização de Sinalização de Trânsito  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/276 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0012.0361.0008  
Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMEC  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/236 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0361.0210  
Projeto/Atividade: 1.011 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/293 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 200.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0365.0210  
Projeto/Atividade: 1.015 – Construção de CEI's  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transf. Impostos-Educação  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 (303) – Aplicações Diretas .....  
R\$ 216.100,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0365.0210  
Projeto/Atividade: 1.016 – Reforma e Ampliação de CEI's  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transf. Impostos-Educação  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/269 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 200.000,00

Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0361.0210  
Projeto/Atividade: 1.050 – Construção da Garagem da Secretaria de Educação  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transf. Impostos-Educação  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/342 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 100.000,00

Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura e Desporto  
Funcional: 0013.0392.0008  
Projeto/Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades de Cultura e Desportos  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários



Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/242 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 15.0451.0009  
Projeto/Atividade: 1.003 – Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/298 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 15.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1.043 – Revitalização da Praça da Bíblia  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/286 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 155.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 15.0452.0212  
Projeto/Atividade: 1.044 – Revitalização do Morro do Cristo  
Fonte de Recursos: 0.1.6499.0 – Transferências de Convênios – Estado/Outros  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/182 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 99.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional de Itajuba – SEDRI  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Sedri – Desenvolvimento Regional de Itajuba  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1.010 – Revitalização da Praia do Grant e Praia do Cerro  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/259 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 250.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional de Itajuba – SEDRI  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Desenvolvimento Regional de Itajuba  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1.023 – Fixação da Barrinha de Itajuba  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/390 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
Funcional: 0023.0695.0017  
Projeto/Atividade: 2.087 – Festas Cívicas/Tradicionais e Comemorações Populares/FENAP

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/35 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 50.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esportes - FUMTEC  
Funcional: 0027.0812.0017  
Projeto/Atividade: 1.002 – Academias Populares  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/37 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 30.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
Funcional: 0023.0695.0201  
Projeto/Atividade: 1.008 – Construção de calçadas as margens da Lagoa  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/19 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 29.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esportes - FUMTEC  
Funcional: 0027.0812.0017  
Projeto/Atividade: 2.055 – Manutenção das Atividades de Esportes  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/17 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 70.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Funcional: 0010.0301.0205  
Projeto/Atividade: 1027 - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde  
Fonte de Recursos: 1.0.2000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/113 – Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 200.000,00

Art.2º Fica, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 268.220,86 (Duzentos e sessenta e oito mil duzentos e vinte reais e oitenta e seis centavos) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração  
Fonte de Recursos: 0.1.0500.0 – Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS  
Elemento: 3.3.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ..... R\$ 153.220,86

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos

<p>- SEMEC Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação Funcional: 0012.0367.0008 Projeto/Atividade: 2094 - Manutenção das Atividades da Educação Especial Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Recursos Ordinários Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direta ..... R\$ 115.000,00</p>	<p>Projeto/Atividade: 1.051 – Aquisição de Imóvel/terreno – Ensino Fundamental Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/199 – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00</p>
<p>Art.3º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:</p>	<p>Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura e Desporto Funcional: 0013.0392.0008 Projeto/Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades de Cultura e Desportos Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/391 – Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00</p>
<p>I - Provável excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964, conforme segue:</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 8 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos - SEMEC Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação Funcional: 0012.0367.0008 Projeto/Atividade: 2094 - Manutenção das Atividades da Educação Especial Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/261 – Aplicações Direta ..... R\$ 85.000,00</p>
<p>a) Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joinville – Termo de Convênio nº 8092/2012-6 – Processo nº ER23765120 que tem por objeto a “Cooperação Financeira para Revitalização do Morro do Cristo” ..... ..... R\$ 99.000,00</p>	<p>Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC Funcional: 0023.0695.0202 Projeto/Atividade: 2.100 – Conheça Barra Velha Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/16 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00</p>
<p>II - da anulação parcial/total das dotações abaixo:</p>	<p>Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esportes - FUMTEC Funcional: 0027.0812.0203 Projeto/Atividade: 1.007 – Construção e Reformas de Centros Esportivos Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/10 – Aplicações Diretas ..... R\$ 99.000,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 4 – Procuradoria Geral do Município - PGM Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0061.0004 Projeto/Atividade: 2.007 – Manutenção das Atividades do PROCON Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/319 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.900,00</p>	<p>Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Cultura - FUMTEC Funcional: 0013.0392.0017 Projeto/Atividade: 2.056 – Manutenção das Atividades ds Cultura Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/21 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 4 – Procuradoria Geral do Município - PGM Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0061.0004 Projeto/Atividade: 2.097 – Precatórios e Ações Judiciais Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/378 – Aplicações Diretas ..... R\$ 408.420,86</p>	<p>Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC Funcional: 0004.0813.0017</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Finanças Funcional: 0004.0129.0006 Projeto/Atividade: 2.015 – Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/270 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00</p>	
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0012.0361.0008 Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMEC Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/403 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00</p>	
<p>Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação Funcional: 0012.0361.0210</p>	

Projeto/Atividade: 2.084 – Manutenção das Atividades da FUMTEC  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.33.50.00.00.00.00/23 – Transferências à Instituições Privadas s/ fins lucrativos ..... R\$ 45.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Cultura - FUMTEC  
Funcional: 0013.0392.0204  
Projeto/Atividade: 2.101 – Barra Velha Mais Cultura  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/33 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 15.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1.024 – Construção da Capela Mortuária  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/362 – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 15.0452.0212  
Projeto/Atividade: 1.044 – Revitalização do Morro do Cristo  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/249 – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 17.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1.046 – Desassoreamento da Lagoa  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/257 – Aplicações Diretas ..... R\$ 390.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Funcional: 0010.0301.0209  
Projeto/Atividade: Ação: 1036 - Aquisição de Veículos  
Fonte de Recursos: 1.0.2000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/127 – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 12 de junho de 2015.  
Claudemir Matias Francisco  
Prefeito

## LEI Nº 1453, DE 16 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 1453 - DE 16 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA A PERMUTAR ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRAVELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar área de terras de propriedade do Município, situada no Bairro Itajuba, nesta Cidade e Comarca, assim descrita e caracterizada:

I – UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Rua 2075, Bairro Itajuba, neste Município, constituído pelo Lote nº 10, da Quadra 165, do Loteamento Jardim Balneário Piçarras II, com área de 368,75 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.05.287.0291, sob a matrícula 26.464, do RI desta Comarca de Barra Velha.

Parágrafo Único - A regularização da área será de responsabilidade exclusiva do adquirente, isentando o Município de qualquer responsabilidade.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior será permutada com ANA VILMA SANTANA, pelo seguinte imóvel:

I - UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Rua 1150, Bairro Itajuba, neste Município, constituído pelo Lote nº 08, DA Quadra nº 103, do Loteamento Jardim Balneário Piçarras II, com a área de 300,00 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.05.303.0310, com as demais características e confrontações constantes da Matrícula nº 17.796, do R.I. desta Comarca de Barra Velha - SC.

Art. 3º Fica autorizado o Oficial do registro de imóveis a proceder o cancelamento da matrícula nº 18.560 do RI de Barra Velha.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 16 de junho de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

## LEI Nº 1454, DE 16 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº. 1454 - DE 16 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E FIRMAR CONVÊNIO COM O CTG – ESTEIO DA TRADIÇÃO DE BARRA VELHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a alínea "e" do Art. 1º da Lei Municipal nº 308/2001 de 02 de março de 2001, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do Inc. I do Art. 30 da Constituição Federal, autorizado conceder subvenção Social e firmar convênio com CTG - Esteio da Tradição, destinados à participação do Município nas festividades "14º Rodeio Crioulo Nacional", que faz parte do calendário de Eventos do Município de Barra Velha, instituído pela Lei nº 308/2001.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o artigo 1º desta Lei, corresponde ao valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), que serão repassados em uma única parcela pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo Único O CTG - Esteio da Tradição de Barra Velha, declarado de utilidade pela Lei municipal nº 327 de 16 de maio de 2001, obriga-se a prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias do recebimento do valor estipulado no caput deste artigo.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura – FUMTEC

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura – FUMTEC

Ação: 2084 – Manutenção das Atividades do FUMTEC

Recurso: Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.50.00.00.0000/23 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 16 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### **LEI Nº 1455, DE 16 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 1455 – DE 16 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a ASSOCIAÇÃO ORNITOLÓGICA DE BARRA VELHA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 19.998.548/0001-09, com sede a Avenida Santa Catarina, nº 378, Bairro Centro, Barra Velha - SC, a realizar o “Torneio de Canto de Aves Silvestres Canoras”, no ginásio de Esportes, da Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas, Rua João Pedro de Oliveira, nº 450, Bairro São Cristóvão.

Parágrafo Único – O torneio de que trata o caput deste artigo, acontecerá nos dias 10, 20 e 28 de junho; 05, 12, 18 e 26 de julho; 02, 09, 15, 23 e 30 de agosto; 06, 12, 13, 20, e 27 de setembro; 04, 10, 11, 18 e 25 de outubro; 01, 08, 14, 22 e 29 de novembro; e 06, 12, 13, 20 e 27 de dezembro de 2015.

Art. 2º A presente autorização será firmada através de Termo de Cessão de Uso, Compromisso e de Cooperação, podendo ser prorrogada para os exercícios seguintes por Decreto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 16 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### **LEI Nº 1456, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 1456, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Altera disposição da Lei nº 1205, de 08 de agosto de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º A alínea “d”, do inciso I, do Art. 12 da Lei Municipal nº 1205, de 08 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12...

I - ...

d - Corpo de Bombeiros Militar.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 18 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### **LEI Nº 1445, DE 22 DE MAIO DE 2015**

LEI Nº 1445, DE 22 DE MAIO DE 2015

“Autoriza o Município de Barra Velha a conceder subvenção à entidade assistencial e filantrópica do Município na forma que especifica e dá outras providências.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social à Associação Casa do Oleiro, CNPJ nº 17.612.570/0001-35, declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 1345 de 14 de fevereiro de 2014, destinada a manutenção do Projeto Social em anexo.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o artigo 1º desta Lei, corresponde ao valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), que serão repassados mensalmente, mediante as seguintes condições:

Parágrafo Único: O valor da subvenção concedida no caput deste artigo será repassado em 12 (doze) parcelas mensais e iguais no valor de R\$. 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

I - prestar, mensalmente, até o dia 30 do mês subsequente, as contas dos recursos recebidos no mês anterior;

II - O não cumprimento ao prazo estabelecido no inciso anterior implicará na suspensão do repasse subsequente, até que se regularize a situação;

Art. 3º. São requisitos para a assinatura do respectivo convênio, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ofício do Presidente da Entidade ao Chefe do Poder Executivo, identificando o valor e a finalidade do repasse financeiro;
- b) Cópia do estatuto registrado no cartório competente e suas alterações;
- c) Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;
- d) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do corrente exercício da entidade;



- e) Comprovante de endereço da entidade (conta de água, de telefone ou de luz, ou contrato de locação);
- f) Prova de funcionamento regular da entidade, firmada por uma das seguintes autoridades com exercício no município: Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Juiz de Direito, Promotor Público ou Delegado de Polícia;
- g) Cópias da Atas de posse da atual Diretoria e do Conselho Fiscal;
- h) Comprovante de endereço do Presidente (conta de água, de telefone ou de luz, em nome do Presidente da entidade);
- i) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e da Carteira de Identidade do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro e do Presidente do Conselho Fiscal da entidade;
- j) Declaração de Responsabilidade pela correta aplicação dos recursos recebidos;
- k) Comprovações de Regularidade da entidade junto aos órgãos e entidades da Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal);

Art. 4º Fica expressamente vedada a redistribuição dos recursos financeiros repassados a título de subvenção.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 20 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa de Trabalho: 8.244.0020  
Fonte de Recurso: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Atividade 2059 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social.  
Elemento: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos .....R\$. 42.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha - SC, 22 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
PREFEITO

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DE EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo – SC, torna público a abertura do CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento dos cargos e empregos públicos do quadro de pessoal civil da administração pública municipal, conforme segue:

Cargos	Vagas	Vencimento	Carga Horária Semanal	Taxa de Inscrição	Requisitos para o Exercício do Cargo
Fiscal de Tributos	01	R\$ 2.099,78	35	R\$ 60,00	Ensino Médio Completo
Fiscal de Postura	01	R\$ 2.099,78	35	R\$ 60,00	Ensino Médio Completo

As Inscrições poderão ser feitas a partir das 9h do dia 24/06/2015 até as 17h do dia 24/07/2015, exclusivamente no sítio de internet [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno).

Maiores informações relativas ao concurso público e o Edital na íntegra poderão ser obtidos nos sítios de internet [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno) e [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br), a partir da data de abertura das inscrições.

Município de Benedito Novo, 19 de junho de 2015.

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 24/06/2015, às 10h59min do dia 06/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 11h00min do dia 06/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (06/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (06/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 24/06/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 19 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

### CONVÊNIO 013/2015

CONVÊNIO Nº 013/2015

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a Casa Lar Vovó Sebastiana

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a Casa Lar Vovó Sebastiana, CNPJ nº 03860470/0001-13, com sede na Rua Luiz Dalmolin, 185, Bairro: Prado, Biguaçu/SC representada neste ato pela sua Presidente, Senhora Dalva Santonilla Marques, CPF nº 679.415.329/72 e RG nº 1254987, residente e domiciliada na Rua 13 de outubro, n.6027, Bairro: Prado, Cidade de Biguaçu - SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apoio financeiro à Beneficiária que menciona para atender despesas com a manutenção de vagas para crianças e adolescentes ameaçadas de seus direitos fundamentais, para a execução do Serviço de acolhimento institucional na modalidade Casa Lar, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo Município e integrante deste Convênio.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS VAGAS

2.1 A Instituição ofertará vagas para crianças de zero (0) a 12(doze) anos, de ambos os sexos, encaminhados por autoridade judiciária do município de Biguaçu, Conselho Tutelar conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal n.8069/90.

2.2 O Município de Biguaçu/SC terá direito de usufruir de vagas conforme necessidade, respeitando as vagas existentes, obedecendo as normas da instituição conforme regem o presente convênio.

### 3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

3.1. Acolher crianças e adolescentes que necessitam dos serviços de acolhimento institucional.

3.2. Prestar aos abrigados, serviços de qualidade, respeitando os princípios contidos no art. 92 do Estatuto da Criança e adolescente – ECA Lei Federal n. 8069/90;

3.3. Permitir que o Município por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação tenha acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;

3.4. Aplicar diretamente os recursos recebidos na destinação indicada no Plano de Trabalho aprovado pelo CMAS e Município;

3.5. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica e com cheques nominais ou transferência financeira;

3.6. Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;

3.7. Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.14, Anexo I, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores;

3.8. Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto ao CMAS, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA e Prefeitura.

Parágrafo Único – Caso a criança ou adolescente acolhida receba autorização judiciária para ser desacolhido antes de completar o mês (30 dias), o CONTRATANTE repassará o valor integral da mensalidade.

#### 4 - CLÁUSULA QUARTA – DO ABRIGAMENTO, VISITAS, ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS, EXAMES, REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E DESACOLHIMENTO.

##### DO ABRIGAMENTO

4.1 - O MUNICÍPIO deverá solicitar a(s) vaga(s) com antecedência mínima de 24 horas. Devendo realizar o acolhimento no horário que compreende: das 09 as 11hs e das 14hs as 18hs. Sendo de total responsabilidade do MUNICÍPIO o traslado e o acompanhamento de técnicos para o ato do acolhimento, não permitindo o acompanhamento de parentes.

4.2 - No ato do acolhimento o MUNICÍPIO deve fornecer Guia de acolhimento, histórico social, cópia dos autos, preferencialmente documentação pessoal das crianças: certidão de nascimento original ou cópia autenticada, carteira de identidade, carteira de saúde e quando for o caso, histórico escolar. Caso haja a falta de algum dos documentos listados a cima, será de inteira responsabilidade do MUNICÍPIO em viabilizar com maior brevidade possível os documentos faltantes.

4.3 - As crianças recém-nascidas só poderão ser acolhidas após 48 hs (quarenta e oito horas) do nascimento e com atestado médico.

4.4 – No ato do acolhimento será designada pela BENEFICIÁRIA uma pessoa do quadro de colaboradores da instituição para que faça a verificação na criança, avaliando a existência ou não de hematomas e pedículos. Caso haja existência o responsável pelo acolhimento será comunicado e chamado para constatação, devendo o mesmo assinar o Termo de averiguação.

##### DAS VISITAS

4.5 - Só serão aceitas visitas de familiares com o devido acompanhamento técnico do Serviço Social da Instituição, com data e hora previamente determinadas.

##### REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL, ETC

4.6 - Consultas médicas não realizadas nos serviços disponíveis pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelo SUS, os remédios, alimentos especiais e outros que não forem fornecidos gratuitamente ou não constarem na lista de medicamentos (anexo I) do Município, serão comprados mediante a apuração prévia de três orçamentos pela BENEFICIÁRIA sendo que o valor será acrescido na mensalidade para que o MUNICÍPIO efetue o pagamento. Para comprovação da compra será encaminhado Cupom Fiscal em nome da criança ou do

MUNICÍPIO e cópia do receituário médico.

#### CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

5.2. Acompanhar e avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela Beneficiária;

5.3. Através da Diretoria de Controle Interno, apreciar e se manifestar sobre as prestações de contas apresentada pela Beneficiária.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

6.1. O valor do presente convênio é de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais, (maio a dezembro) por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2015, com a seguinte classificação: – Proteção Social de Alta Complexidade – Projeto Atividade: 2.057 – Código Reduzido: 259 – Fonte: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. Este convênio tem vigência pelo prazo até 31 de dezembro de 2015, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses.

#### CLÁUSULA NONA – DO INADIMPLEMENTO

9.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

9.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da Beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

10.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Beneficiária;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitida, quando o documento não discriminar



adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável completamente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;

3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;

4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;

5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;

6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;

7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;

8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;

9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:

a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;

b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;

c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;

e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

11.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:

11.2.1 Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

11.2.2 Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

11.2.3 Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

11.2.4 Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

11.2.5 Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;

11.2.6 Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;

11.2.7 Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;

11.2.8 Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

11.2.9 Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

11.2.10 Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação

da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

11.2.11 Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Dalva Santonilla Marques PRESIDENTE DA CASA LAR VOVÓ SEBASTIANA
---------------------------------------	---

Marivalde Inêz Kons  
CPF – 493.371.149-68  
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza  
CPF – 000.080.379-06  
TESTEMUNHA

## DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 094 /2015 DE: 12 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO EMERGENCIAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, baseado no art. 8º, inciso VI da Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 e,

Considerando o que descreve a Resolução nº 414/2010 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em seu " ... Art. 21 – Estabelece que a responsabilidade pela elaboração do projeto, implantação, expansão e manutenção de instalações de iluminação pública são do ente municipal ou de quem tenha recebido deste a delegação para prestar tais serviços..."

Considerando que a Constituição Federal diz em seu " ... Art. 30 – Compete aos Municípios: V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial..." de acordo com a interpretação IP (iluminação Pública) é serviço público de interesse local.

Considerando também através da publicação do site da PERMISSÃO NÁRIA Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior (CEREJ).

Considerando as indicações da CEREJ que sistema de iluminação, que abrange ruas, praças, avenidas, túneis e outros logradouros de domínio público, de uso comum e de livre acesso, bem como e o fornecimento destinado à iluminação de monumentos e obras de arte localizadas em áreas públicas, excluído o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, A exploração dos serviços de iluminação pública é de competência da municipalidade, e o patrimônio é geralmente de sua propriedade. A exploração dos serviços de iluminação pública, que compreende a manutenção e ampliação do sistema, é de competência das Prefeituras Municipais, sendo que os recursos necessários são provenientes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, instituída pela Emenda Constitucional no 39/2002, de 20 de dezembro 2002. Os valores cobrados são definidos por meio de lei municipal, e o valor é inserido nas faturas de energia elétrica, mediante assinatura de convenio para as Prefeituras Municipais.

Considerando que do ponto de vista de Segurança pública, a manutenção da iluminação pública deve ser realizada com frequência e qualidade para garantir a circulação dos transeuntes durante o período noturno com segurança;

Considerando que a segurança da população é dever do poder públicas e as ações ou omissões podem determinar os índices de violência das cidades;

Considerando que a parcela da população que mais se beneficia com uma iluminação pública eficiente são os estudantes e trabalhadores que retornam ou saem de suas casas no período noturno;

Considerando-se que o processo licitatório é moroso necessitando de tempo para ser elaborado corretamente de acordo com as normas e legislações atuais pertinentes justamente para não ocorrer de novo os problemas atuais.

Considerando que o Município deve atender a Resolução nº 414 de 09 de setembro de 2010 de Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme determina o artigo 21, que já foi abordado no início desta justificativa, esta administração temo dever de realizar a gestão do parque de iluminação pública abordando todos os serviços inclusive os materiais para que os serviços sejam realizados dentro das NORMATIVAS determinados pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e da PERMISSÃO NÁRIA Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior (CEREJ).

Considerando que o Município precisa atender as legislações e padronização dos materiais de acordo como sugerido pela PERMISSÃO NÁRIA Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior (CEREJ), a fim de tornar seu parque de iluminação pública mais eficiente, pois ainda conta com vários pontos iluminação defasados que tornam a iluminação ineficientes, alto consumo de energia, fora de padrão, baixo rendimento luminotécnico e que de acordo com Manual de Eficiência Energética do Procel/Eletrôbrás, sendo que a iluminação pública deve ser moderna e de alta eficiência.

Considerando que a iluminação pública na área rural (CEREJ) do Município de Biguaçu esta precária, como pode ser constado no projeto básico em anexo neste processo, com diversos pontos apagados e outros sem iluminação, visto que são pontos locais de grande circulação de pessoas, com vias de rolagem rápida, estas estão totalmente na penumbra causando um grande risco a quem ali transita e sem segurança alguma podendo causar risco de vida de vida.

Considerando que esta área rural (CEREJ) não recebe manutenção e implantação a quase 12 (doze) meses e que nestes locais transitam e vivem boa parte da população, concluímos que esta iluminação é necessária para manutenção da segurança pública devido a distância do centro do Município, portanto a iluminação pública se tornando primordial para a segurança.

Considerando-se a necessidade urgente de contratação do serviço de manutenção e implementação de iluminação pública, até que o Município de BIGUAÇU/SC adéque sua situação e execute um novo processo licitatório de acordo com as normas e legislações pertinentes atuais contemplando esta área rural (CEREJ);

Considerando que, não se dispõe de tempo hábil para que se sigam todas as etapas e ritos normais de um processo licitatório para contratação de empresa para execução do serviço de manutenção, ampliação e demais serviços correlacionados;

Considerando que existe procedimento licitatório que abrangeria a área rural, mas encontra-se sustado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que a Lei nº 12.608/ 2012 em seu art. 8º, inciso VI expõe que “compete aos Municípios declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;”.

Considerando que a Lei nº. 8.666/1993 em seu art. 24, inciso IV, expõe “é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”.

Diante das considerações acima expostas, DECRETA:

Art.1º Fica declarada situação de emergência pública, com o intuito de, com base no artigo 24, parágrafo IV, da Lei 8.666/93, realizar a contratação de serviços e / ou compras, com dispensa de licitação.

Art.2º A presente situação fica exclusivamente e excepcionalmente vinculada para a execução dos serviços de manutenção e implementação emergencial da iluminação pública rural com fornecimento de materiais do Município de BIGUAÇU/SC, sendo contratada uma empresa especializada no ramo de acordo com os parâmetros legais, sendo que a escolha da empresa supracitada deve seguir os fatos explanados:

I – Seguir as considerações feitas acima, e realizar cotação de preços com no mínimo 3 (três) empresas especializadas que atuem na região, para execução do serviço de manutenção e implantação emergencial da iluminação pública rural com fornecimento de materiais;

II - Das empresas cotadas, a que apresentar menor cotação de preço deverá ser a empresa contratada;

III – A empresa vencedora, deverá apresentar documentação para comprovação de conhecimento técnico, qualidade, capacidade e legalidade acerca do serviço a ser prestado.

Art.3º Assim, o menor preço entre as empresas cotadas, aliada a comprovação de conhecimento, qualidade, capacidade e legalidade, faz com que o Município de BIGUAÇU/SC opte, com segurança, pela contratação emergencial para suprir a necessidade.

Art.4º O contrato emergencial entre o Município de BIGUAÇU/SC e

a empresa vencedora terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ter prorrogação máxima de 180 (cento e oitenta) dias, conforme os termos da lei, período durante o qual o Município de BIGUAÇU/SC irá elaborar o processo licitatório definitivo para contratação de empresa para execução do serviço em questão.

Art.5º O Município de BIGUAÇU/SC não dispõe de corpo técnico específico com conhecimento comprovado para que auxilie e elabore o Projeto básico do novo processo licitatório, observando toda legislação pertinente com um horizonte de longo prazo, pois o Município tem um crescimento demográfico considerável, desta forma optamos pela contratação de um profissional ou empresa para que realize estes serviços, determinamos que este processo de contratação para desenvolvimento dos estudos seja imediato ou utilize processo já existente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## DECRETO Nº 095/2015

DECRETO Nº 095 /2015 DE: 18 DE JUNHO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

## 06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

0601.11.334.0007.1026	Inclusão Digital	20.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	20.000,00

## 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	593,14
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	593,14
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	593,14
1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	80.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
	SUPLEMENTA:	

3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	80.000,00
-------------------------	---------------------------	-----------

## 12. SECRETARIA DE DESENV. ECON. E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1201.13.691.0007.2073	Funcionamento e Manutenção da Casa do Empreendedor	8.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	8.000,00

## 15. Secretaria de Agricultura, Desenv. Rural e Aquicultura

1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	20.150,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.3.34.000000	Investimentos	20.150,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.3.34.000000	Outras Despesas Correntes	20.150,00

1501.20.606.0007.2071	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	3.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00

## 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	6.000,00
	ANULA:	
3.3.93.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00

1801.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	9.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	9.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## EXTRATO CONTRATO Nº 10.046/2015 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 35/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.046/2015

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 35/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GEDIELSON KALEBE FERREIRA DE OLIVEIRA

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Vigência: 11/06/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

### LEI COMPLEMENTAR Nº 078/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 078/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2015

EXCLUI O INCISO III (DIRETORIA DE ESCOLA BÁSICA) DO ARTIGO 17 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11 DE 29 DE JANEIRO DE 2009, ACRESCENTA O INCISO VII AO ARTIGO 219 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 47, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 E CRIA A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE ALMOXARIFADO DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica excluído o inciso III (Diretoria de Escola Básica), do artigo 17, da LC n.º 11/2009.

Art. 2º - Acrescenta o inciso VII ao artigo 219, da Lei Complementar n.º 47/2001, com a seguinte redação:

“VII – Secretaria da Educação:

a) 04 (quatro) vagas de Diretoria Escolar I, com remuneração de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para as seguintes Instituições:

- 01 (uma) vaga para EBM Fernando B. Viegas de Amorim;
- 01 (uma) vaga para EBM Professor Donato Alípio de Campos;
- 01 (uma) vaga para EBM Professora Olga de Andrade Borgonovo;
- 01 (uma) vaga para EBM Professor Manoel Roldão das Neves;

b) 06 (seis) vagas de Diretoria Escolar II, com remuneração de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) para as seguintes Instituições:

- 01 (uma) vaga para CEIM Professora Lindóia Maria S. de Faria;
- 01 (uma) vaga para CEIM Cecília Alaíde de Carvalho Rosa;
- 01 (uma) vaga para CEIM Dona Dorvalina;
- 01 (uma) vaga para CEIM Recanto Feliz;
- 01 (uma) vaga para CEIM Jardim Janaína;
- 01 (uma) vaga para CEIM Dona Virgínia.

c) 09 (nove) vagas de Diretoria Escolar III, com remuneração de R\$ 2.853,71 (dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos) para as seguintes Instituições:

- 01 (uma) vaga para EBM Professora Ruth Faria dos Reis;
- 01 (uma) vaga para CEIM Professora Páscoa Regis Mendes;
- 01 (uma) vaga para CEIM Maria de Lourdes Galliani;
- 01 (uma) vaga para CEIM Lar Feliz;
- 01 (uma) vaga para CEIM Algodão Doce;
- 01 (uma) vaga para CEIM Dona Paulina;
- 01 (uma) vaga para CEIM Dona Lili;
- 01 (uma) vaga para GEM Célia Lisboa dos Santos;
- 01 (uma) vaga para GEM Celina Dias da Cunha.

Art. 3º - As remunerações citadas nos artigos anteriores serão reajustadas conforme determinação legal posterior.

Art. 4º - Fica autorizada a criação da função de confiança de Coordenador de Almoxarifado da Administração em Geral, na Secretaria de Administração, correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais), a

ser provida exclusivamente por servidores efetivos, e que passa a integrar o Anexo X, da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 078/2015, de 17/06/2015

Sancionada em 17/06/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 079/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2015  
INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, ALTERA A ALÍNEA “G”, DO INCISO III DO ARTIGO 99, E O ARTIGO 125 DA LEI COMPLEMENTAR 47/2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado a alínea “g” do inciso III do artigo 99, da Lei 47/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 99 - Poderão ser concedidas aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo as seguintes gratificações, nas condições e limites definidos nesta Lei:

[...]

III - gratificação especial, subdividida nas seguintes modalidades:

[...]

g) Gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.  
[...]

Art. 2º Os artigos 125, 126 e 128 da Lei 47/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 125 Ao servidor efetivo designado para participar como membro titular da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, será paga uma gratificação correspondente a R\$ 600,00 (seiscentos reais).

§1º A Comissão será constituída por seis membros titulares a serem designados por Portaria do Executivo, dentre os servidores efetivos e estáveis do quadro de servidores da Administração Pública Municipal.

§ 2º Cada procedimento ou processual administrativa será acompanhado por três dos seis membros da Comissão de Sindicância e Processo administrativo Disciplinar, sendo que a distribuição será feita por escala e rodízio igualitário, coordenado pela Secretaria de Administração.

§ 3º A agenda de reuniões da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será previamente autorizada pelo Secretário Municipal de Administração, mediante a apresentação de justificativa de sua ocorrência procedida pelo Presidente da Comissão.

§ 4º Os critérios para a instituição e o funcionamento da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e



a designação de seus membros serão disciplinadas por ato do Prefeito Municipal, que deve expressamente observar as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e especialmente as seguintes condições:

I - os servidores que participarem de comissão de sindicância não poderão participar da decorrente comissão de processo disciplinar, quando instituída;

II - não poderá participar da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar o cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, o autor da denúncia ou representação;

§ 5º O pagamento da gratificação instituída nesta Subseção:  
- cessará por interesse administrativo;

II - quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado;

IV - será instituída aos membros das Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar Disciplinas existentes na data de sancionamento desta Lei, sem efeitos retroativos ao início dos trabalhos.

Art. 126 Será devida a gratificação instituída por esta Subseção ao membro suplente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar apenas quando formalmente designado para substituição de membro titular.

[...]

Art. 128 O servidor designado para participar como membro titular da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar que faltar justificadamente as reuniões por mais de uma vez, será substituído de forma definitiva por membro suplente."

Art. 3º Ficam revogadas demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 079/2015, de 17/06/2015  
Sancionada em 17/06/2015  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### **PORTARIA Nº 1677/2015**

PORTARIA nº 1677 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI DE SOUZA CORREA,

para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/06/2015 a 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1678/2015**

PORTARIA nº 1678 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANGELA MARTA LAPA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/06/2015 a 21/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1679/2015**

PORTARIA nº 1679 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/05/2015 a 01/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 23/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1680/2015**

PORTARIA nº 1680 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1681/2015**

PORTARIA nº 1681 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELISE DIAS OSSEYRAN, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 22/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1682/2015**

PORTARIA nº 1682 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARLA DA SILVA VICENTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/06/2015 a 12/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1683/2015**

PORTARIA nº 1683 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELLY MORO SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1684/2015**

PORTARIA nº 1684 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KÁTIA PAULINA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 31/05/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1685/2015**

PORTARIA nº 1685 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NEUZI PORTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FARMACÊUTICO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1686/2015**

PORTARIA nº 1686 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO KUPKA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 05/04/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/04/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1687/2015**

PORTARIA nº 1687 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI MARIA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/06/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1688/2015**

PORTARIA nº 1688 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NADIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 13/05/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1689/2015**

PORTARIA nº 1689 de 18 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2015.

Biguaçu, 18 de junho de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1690/2015**

PORTARIA nº 1690 de 19 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Juliana Aparecida Mikolaiczkyk, detentor do cargo de provimento temporário de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 17/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1691/2015**

PORTARIA nº 1691 de 19 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Andreza Peres, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/06/2015.

Biguaçu, 19 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1692/2015**

PORTARIA nº 1692 de 19 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Julia Karyne Tel-lechea de Mello, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1693/2015**

PORTARIA Nº 1693/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CONCEIÇÃO JOSÉ JACINTO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5777/2015 em anexo no período de 16/06/2015 a 20/06/2015.

Biguaçu, 19 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1694/2015**

PORTARIA Nº 1694/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5768/2015 em anexo no período de 16/06/2015 a 13/09/2015.

Biguaçu, 19 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1695/2015**

PORTARIA nº 1695 de 19 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanessa Barreto Bossle, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/06/2015.

Biguaçu, 19 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**TERMO DE POSSE DE PREFEITO**

TERMO DE POSSE DE PREFEITO

Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às dez horas, em Sessão Especial realizada nas dependências da Câmara Municipal de Biguaçu, o Presidente, Vereador Manoel Airton Pereira, deu posse ao Vice-Prefeito Ramon Wollinger no cargo de Prefeito Municipal, em decorrência da renúncia do Prefeito José Castelo Deschamps.

Após a apresentação do diploma, da declaração de bens e verificada a autenticidade dos mesmos, prestou o seguinte juramento: "Prometo guardar a Constituição da República, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Biguaçu, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi conferido, observando as leis e trabalhando pelo engrandecimento deste Município". Para constar, lavrou-se o presente termo de posse que vai devidamente assinado.

Vereador Manoel Airton Pereira  
PresidenteRamon Wollinger  
Prefeito Municipal

**Blumenau****PREFEITURA****EXTRATO Nº 137/2015 - FURB**

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Extrato nº. 137/2015

Dispensa de Licitação nº. 098/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de materiais voltados à realização de testes no Laboratório de Psicometria para utilização pelos acadêmicos do Curso de Psicologia da Universidade. Contratada: Avaliar Psicologia EIRELI – EPP. Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 7.996,55 (sete mil e novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 18 de junho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 132/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 132/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RÁDIO COMUNICADORES DIGITAIS PORTÁTEIS, COM BATERIAS EXTRAS E CAPAS EM COURO, SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RADIOCOMUNICAÇÃO, COM LEGALIZAÇÃO DE USO DE FREQUÊNCIA DE RÁDIO JUNTO À ANATEL, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES AO PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DE CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FURB E O BNDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 058/2015 e Contrato nº. 056/2015, firmado em 08 de junho de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), constante na(s) tabela(s) abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Total do Item (em R\$)
01	35927	6	Peça	Rádio comunicador portátil digital VHF, com as seguintes especificações mínimas:  - Potência de RF 5W, com operação em, no mínimo, 16 canais; - Bateria de Li-íon com autonomia mínima de 10 horas; - Certificação militar STD/810 C, D, E, F e classificação IP54 ou superior; - Facilidades de operação: chamadas em grupo ou privadas, com envio de chamadas em emergência;  Observações: - Acompanha carregador bivolt automático e clip de cinto (no mínimo);	11265,42
02	35928	6	Peça	Bateria de Li-Íon para rádio comunicador, com capacidade de carga mínima igual ou superior à da bateria original que acompanha o rádio. Acessório original do fabricante do rádio comunicador  Observações: - Duração mínima de 10h.	1783,56
03	35929	6	Peça	Capa em couro para uso em rádio comunicador, com alça tiracolo fixa, que permita uso do teclado e demais botões. Acessório original do fabricante do rádio comunicador (Item 01).	240,00
04	36417	1	Serviço	Serviços de elaboração de projeto de radiocomunicação, com legalização de uso de frequência de rádio junto à ANATEL – Não inclui as taxas que serão pagas, no decorrer do processo, à ANATEL, pois estas serão geradas em nome e quitadas pela FURB.	1211,02
Prazo de Garantia (em meses)				Vinte e quatro(24) meses para os rádios e 12 meses para os acessórios	
Preço Total (em reais, por extenso)				Quatorze mil e quinhentos reais.	

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos equipamentos e acessórios, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este Contrato terá vigência até a data do encerramento do prazo de garantia conferido aos produtos que são o objeto do mesmo.

**DATA:** 15/06/2015.

### EXTRATO Nº 133/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 133/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e SOCIEDADE DRAMÁTICO MUSICAL CARLOS GOMES.

**OBJETO:** LOCAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO E DO SALÃO DE FESTAS DO TEATRO CARLOS GOMES (TCG) PARA REALIZAÇÃO DAS SOLE-  
NIDADES DE COLAÇÃO DE GRAU INSTITUCIONAL DO 1º (PRIMEIRO) SEMESTRE LETIVO DE 2015 DA FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade nº. 048/2015 e Contrato nº. 057/2015, firmado em 09 de junho de 2015.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o preço total de R\$ 73.130,00 (setenta e três mil e cento e trinta reais), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de fls. 03 do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 048/2015, sendo estes os valores por espaço.

Detalhamento das Solenidades e Orçamento				
Nº.	Data	Evento	Especificação do Local	Valor da Locação (em R\$)
1	24/07/2015 18h00min	Formatura CCS	Grande Auditório + Salão de Festas	10.300,00
2	31/07/2015 10h00min	Formatura CCEN	Grande Auditório + Salão de Festas	10.300,00
3	31/07/2015 18h00min	Formatura CCHC+CCEAL	Grande Auditório + Salão de Festas	7.210,00 (*)
4	07/08/2015 18h00min	Formatura CCJ	Grande Auditório + Salão de Festas	10.300,00
5	14/08/2015 10h00min	Formatura CCT	Grande Auditório + Salão de Festas	10.300,00
6	14/08/2015 18h00min	Formatura CCT	Grande Auditório + Salão de Festas	7.210,00 (*)
7	21/08/2015 10h00min	Formatura CCSA	Grande Auditório + Salão de Festas	10.300,00
8	21/08/2015 18h00min	Formatura CCSA	Grande Auditório + Salão de Festas	7.210,00 (*)
Valor Total das Locações (em R\$)				73.130,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado de maneira parcelada, através de depósito bancário, na conta, agência e banco indicados pela CONTRATADA, desde que esta apresente à Administração Fundacional a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente contrato terá vigência durante o período compreendido entre a data de sua assinatura e 21 de agosto de 2015.

**DATA:** 15/06/2015.

### EXTRATO Nº 134/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 134/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e VIRTUAL OFFICE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.

**OBJETO:** Contratação de extensão de garantia, com serviços de assistência técnica (SmartNet), para o sistema de segurança CISCO® ASA 5520 Firewall utilizado pela Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº. 045/2015 e Contrato nº. 055/2015, firmado em 11 de junho de 2015.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais) constante na(s) tabela(s) abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32086	1	Serviço	Ampliação do suporte e assistência técnica do Sistema de Segurança CISCO® ASA 5520 Firewall utilizado na Universidade, por período de 12 (doze) meses. Part Number: CON-SU1-AS2A10K9-BR; Garantias: IPS SVC, AR NBD ASA5520 w AIP-SSM-10, 4GE+1FE, 3DES/AES.	20.200,00	20.200,00
Preço Global (em reais, por extenso)					Vinte mil e duzentos reais	

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias consecutivos após a efetiva ativação da extensão das garantias/prestação dos serviços, desde que estejam em perfeitas condições de uso e sejam aprovadas(os) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, acompanhadas(os) da respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 21 de agosto de 2015, podendo se estender até o limite de 60 (sessenta) meses.

**DATA:** 16/06/2015.

**PORTARIA Nº 131/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 131/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Prorroga o afastamento para capacitação, sem prejuízo de seus vencimentos, à Servidora Elsa Cristine Bevian.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 1º, § 1º, e demais disposições da Resolução FURB nº 011/2014, de 27 de fevereiro de 2014, PRORROGA O AFASTAMENTO PARA CAPACITAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE SEUS VENCIMENTOS, concedido pela Portaria nº 578/2014, de 24 de abril de 2014, à Servidora

ELSA CRISTINE BEVIAN

cadastro funcional nº 2409, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Direito, para cursar Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com carga horária semanal de 40 horas-aula, até 30 de junho de 2015.

Blumenau, 12 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 132/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 132/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia Daniela Tomio para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 24/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 118/2014, NOMEIA

DANIELA TOMIO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Educação, Referência PQ04.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 133/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 133/2015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença prêmio à Servidora Maria Adélia Stiehler.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO – 115 (cento e quinze) dias - referente ao período aquisitivo de 28 de agosto de 2008 a 26 de dezembro de 2018 (115 dias, proporcional), à Servidora

MARIA ADÉLIA STIEHLER

cadastro funcional nº 2068, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Divisão de Administração do Campus, a contar de 25 de março de 2015.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 134/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 134/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença remunerada ao Servidor Rafael Eduardo Werlich.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

RAFAEL EDUARDO WERLICH

cadastro funcional nº 5877, ocupante do cargo de Engenheiro Eletricista, com lotação no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar do Curso DT-10 TTW-01, no Parque Fabril 1 – WEG, em Jaraguá do Sul - SC, no período de 25 a 27 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 135/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 135/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença remunerada ao Servidor Romeu Hausmann.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROMEUE HAUSMANN

cadastro funcional nº 4705, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de comissão examinadora de tese de doutorado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEEL da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 20 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 136/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 136/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Revoga a Portaria nº 103/2015, de 5 de fevereiro de 2015, que concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e atendendo à solicitação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, REVOGA a Portaria nº 103/2015, de 5 de fevereiro de 2015, que concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO



**PORTARIA Nº 137/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 137/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença maternidade especial à Servidora Silvana Buttei Maas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

SILVANA BUTTEI MAAS

cadastro funcional nº 8881, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Divisão de Registros Acadêmicos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 14 de março de 2015.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 138/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 138/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede exoneração à Servidora Ana Paula Roncáglio Heinig Gonçalves.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

ANA PAULA RONCÁGLIO HEINIG GONÇALVES

cadastro funcional nº 3808, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Centro de Ciências Jurídicas, a contar de 18 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 139/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 139/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença prêmio ao Servidor Édimo Celso Rudolf.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO – 334 (trezentos e trinta e quatro) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998 (11 dias); b) 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003 (90 dias); c) 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2008 (90 dias); e d) 1º de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2018 (143 dias, proporcional), ao Servidor

ÉDIMO CELSO RUDOLF

cadastro funcional nº 1143, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, a contar de 8 de junho de 2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 140/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 140/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada ao Servidor João Luiz Gurgel Calvet da Silveira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOÃO LUIZ GURGEL CALVET DA SILVEIRA

cadastro funcional nº 4526, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Odontologia, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizar Avaliação de Credenciamento de Centro Universitário – Avaliação Institucional Externa - da Faculdade da Serra Gaúcha - FSG, em Caxias do Sul - RS, no período de 7 a 11 de abril de 2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 141/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 141/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada ao Servidor Maurício Capobianco Lopes.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MAURÍCIO CAPOBIANCO LOPES

cadastro funcional nº 2630, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, para participar do I Seminário Regional del Programa de Apoyo al Sector Educativo del Mercosur - PASEM, em Buenos Aires - Argentina, no período de 9 a 13 de março de 2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 142/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 142/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada à Servidora Anamaria Araújo da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ANAMARIA ARAÚJO DA SILVA

cadastro funcional nº 6040, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Farmacêuticas, para participar do III Congresso Brasileiro de Nutrição Estética, em Curitiba - PR, no período de 10 a 12 de abril de 2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 143/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 143/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Luísa Andréa Tôrres Salgado para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 48/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 202/2014, NOMEIA

LUÍSA ANDRÉA TÔRRES SALGADO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ01.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 144/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 144/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Gisele Cristina Manfrini Fernandes para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 58/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 184/2014, NOMEIA

GISELE CRISTINA MANFRINI FERNANDES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ04.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 145/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 145/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença remunerada à Servidora Joelma Lucieli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

JOELMA LUCIELI

cadastro funcional nº 8299, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Medicina Veterinária, para participar de banca de defesa de mestrado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba - PR, no dia 27 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 146/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 146/2015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispensa a Servidora Marilda Angioni da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Apoio à Extensão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, considerando o disposto no inciso V do art. 21 do Estatuto da FURB, homologado pelo Decreto nº 9199, de 30 de junho de 2010, e demais atribuições legais, DISPENSA a Servidora

MARILDA ANGIONI

do exercício da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Apoio à Extensão, para a qual foi designada pela Portaria nº 610/2010, de 28 de outubro de 2010, a contar de 2 de março de 2015.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 147/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 147/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede exoneração à Servidora Daniela Tomio.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

DANIELA TOMIO

cadastro funcional nº 9861, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, a contar de 18 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 148/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 148/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 014/2015 – CPCM, de 20 de fevereiro de 2015, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V, do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Alexandre Diniz Lacerda	36,25	PQ04	20/03/2015
Célio Dettmer	25,96	PQ03	21/02/2015
Darcy de Sousa	84,00	PQ08	06/02/2015
Evandro Felin Londero	84,82	PQ08	01/03/2015
Gerson Mattos	25,05	PQ03	25/02/2015
Ieda Maria Begnini	84,66	PQ08	21/02/2015
Karla Ferreira Rodrigues	60,96	PQ06	21/02/2015
Moacir Marcolin	48,78	PQ05	01/03/2015
Morgana Kretzschmar	61,42	PQ06	21/02/2015
Sionára Bodanese Wouters	60,08	PQ06	01/03/2015

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 149/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 0149/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015  
Concede exoneração ao Servidor Rafael Marcos Fernandes.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

RAFAEL MARCOS FERNANDES

cadastro funcional nº 5535, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, lotado na Biblioteca Universitária, a contar de 7 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 150/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 150/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.  
Concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LAURI AMÂNDIO SCHORN

cadastro funcional nº 3401, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação – Autorização do Curso de Engenharia Ambiental – da Faculdade São Paulo - FSP, em Rolim de Moura - RO, no período de 22 a 25 de março de 2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 101/2015 DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 101/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidora pública municipal, a partir do mês de junho do ano 2015, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), mediante requerimento formal e apresentação de comprovantes, conforme relação e percentual abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Daniely Lunardi	675-0	2%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de junho 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 102/2015 DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 102/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio a Servidora Publica Municipal Sra. CARMEN MARIA LENHARD, portadora do CPF sob nº. 974.248.709-04, matrícula nº 337-9, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, a que faz jus no período aquisitivo de 11/11/2005 a 11/11/2010, que será gozada de 22/06/2015 a 19/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

**591.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WILIBALDO N. FILHO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 591/15 de 19.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 09 (nove) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 18 de junho com término no dia 26 de junho de 2015, ao funcionário Wilibaldo Neckel Filho, Ocupante do cargo de Motorista – Nível 4, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**592.06.15 - P. LIC. MOT. P. FAM. MARILENE S. NECKEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 592/15 de 19.06.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (Três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2015, a funcionária Marilene dos Santos Neckel, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo – Padrão I – Nível 16 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**593.06.15 - P. FÉRIAS BERENICE SCHLEMPER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 593/15 de 19.06.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Berenice Schlemper, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família, para gozá-las a contar de 17 de junho com término no dia 16 de

julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**594.06.15 - P. DES. AG. SAUDE NAMIR AP. ANDRADE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 594/15 de 19.06.15

Prorroga Contrato de Trabalho de Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Prorrogar o Contrato de Trabalho de Namir Aparecida de Andrade, para exercer o cargo de Agente de Saúde – nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde – ACS – Bairro São José, no período de 13 de março com término no dia 01 de julho de 2015, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Celi Alves Hinckel que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**595.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 595/15 de 19.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 18 e 19 de junho de 2015, a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de junho de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2015 – SRP - FMAS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2015 – SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 16h00min do dia 07.07.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática para manutenção do Programa Bolsa Família, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 19 de julho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

Edital de Credenciamento nº 01/2015

Objeto: Credenciamento de leiloeiros públicos para realizarem, mediante contrato específico, leilão dos bens patrimoniais móveis e ou imóveis em desuso (veículos, equipamentos, mobiliário e outros) deste Município, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e demais disposições aplicáveis. Data e horário: O recebimento dos envelopes de proposta será a partir das 08h30min do dia 29/06/2015 e até às 09h00min do dia 06/07/2015. Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.



# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 032/2015, em 18/06/2015. Objeto: Aquisição de material de expediente. Valor: R\$ 232.744,30. Origem: Pregão nº 019/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

# Caçador

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO 006/2015 PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO 006/2015  
PROCESSO SELETIVO – 001/2015.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, torna público o presente Edital para divulgação da HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para preenchimento de vagas para AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR.

A relação com os candidatos aprovados encontra-se disponível no site [www.altovaleconcursos.com.br](http://www.altovaleconcursos.com.br).

Caçador, 18 de junho de 2015.  
ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO  
Secretária de Saúde de Caçador

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 02/2015 - ERRATA 01

PREFEITURA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDEMA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAÇADOR - SC  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 02/2015

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal nº 6.237/2014, torna pública a ERRATA 01.

#### ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ONDE SE LÊ:

- NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Legislação Constitucional e Municipal para todos os cargos

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). 2. Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Lei Orgânica do Município de Caçador e Estatuto dos Servidores Públicos de Caçador.

- NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

MÉDICO – CIRURGIA GERAL

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Técnica Cirúrgica: Conceitos básicos de técnica cirúrgica. Assepsia

e antissepsia. Ambiente cirúrgico. Equipe cirúrgica. Instrumental. Terminologia cirúrgica. Atos operatórios fundamentais. Risco relacionado à cirurgia. Alterações endócrinas e metabólicas ao trauma cirúrgico. Deformidades congênitas da cabeça e pescoço. Fratura do maxilar, mandíbula, malar e assoalho da órbita. Fratura dos ossos nasais. Anatomia funcional e cirurgia da mão. Tratamento imediato da mão traumatizada e sequelas. Lesões neurotendíneas do membro superior e inferior. Anatomia, biomecânica e semiologia dos membros superiores. Amputações. Artroscopia. Artroplastia. Enxertia óssea e cutânea. Consolidação das fraturas. Cicatrização tendinosa e ligamentar. Cirurgia Plástica Geral – Transplante de tecido (fisiologia e técnica). Tratamento das feridas e cicatrizes. Propedêutica Vascular. Varizes dos membros inferiores. Obstrução arterial aguda. Pé Diabético. Aneurismas arteriais. Arteriopatias funcionais. Traumatismos Vasculares.

#### MUSEÓLOGO

1) Museologia: princípios teóricos, práticos e metodológicos. 2) História do pensamento museológico. 3) Pensamento Contemporâneo em Museologia. 4) História do colecionismo e dos museus. 5) História e museus no Brasil. 6) Estética e Teoria da Arte Moderna e Contemporânea; História da Arte. 7) Políticas culturais no Brasil. 8) Papel social dos museus na contemporaneidade. 9) Educação em museus. 10) Museu e turismo. 11) Arte e Percepção Visual. 12) Cultura e patrimônio cultural. 13) Educação patrimonial. 14) Preservação da memória. 15) Comunicação museológica, exposições, exhibições e mostras. 16) Curadorias. 17) Público de museus: perspectivas de acesso, recepção e avaliação. 18) Museologia e museus: documentos referenciais. 19) Planejamento museológico. 20) Pesquisa em museus. 21) Funcionamento e Criação de museus. 22) Instalações, espaços e iluminação de museus. 23) Gestão do acervo e do Museu. 24) Arquivos, arquivamento e inventário de acervos museológicos. 25) Documentação de acervos museológicos. 26) Preservação, conservação, restauração, manuseio, guarda e higienização do acervo. 27) Segurança e conservação em museus. 28) Aquisições. 29) Sustentabilidade e financiamento. 30) Gestão do Pessoal. 31) Acessibilidade em Museus. 32) Arquivologia. 33) Direito do Patrimônio. 34) Código de Ética para Museus. 35) Código de Ética Profissional do Museólogo.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Fatores de risco e estilo de vida: Sedentarismo, hipertensão arterial, problemas cardíacos, diabetes, obesidade e estresse. Componentes da Atividade Física e Saúde: Definição de saúde e aptidão física e orientações de exercícios para melhorar a saúde. Adaptação do corpo ao exercício: Efeitos do exercício sobre o corpo, genética, sexo e idade. Atividade Física, doença e incapacidade: Doença coronariana, câncer, derrame, osteoporose, artrite, lombalgia, tabagismo, colesterol sanguíneo. Atividade Física e o ciclo da vida: Hábitos alimentares, sono, controle de peso, criança, adulto e o idoso, situações especiais para as mulheres e os benefícios do exercício regular. Os metabolismos energéticos: energética da contração muscular e os sistemas energéticos. Adaptações cardiovasculares e respiratórias durante o esforço: no indivíduo sedentário, no indivíduo treinado e nas variações do esquema geral das adaptações. Métodos de treinamento físico: Diferentes tipos de treinamento e esquemas de treinamento. Clínica e exames complementares na saúde esportiva: limites da normalidade, anamnese e principais exames clínicos. Nutrição e qualidade de vida: nutrição como fonte de energia, dietas, atividade física e controle de peso. Cuidados

emergenciais: emergências da cabeça aos pés, traumatismos múltiplos, estado de choque, queimaduras e arritmias cardíacas.

- NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de

Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Lei Orgânica do Município de Caçador e Estatuto dos Servidores Públicos de Caçador.

- NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

TERAPEUTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Aspectos das Drogas no Sistema Nervoso. Drogas: Classificação e Efeitos no Organismo. O Conceito de Comunidade Terapêutica e Código de Ética. Legislação Sobre Drogas. Resolução 101 da ANVISA. O Processo Terapêutico na Comunidade Terapêutica. Princípios para o Tratamento da Dependência Química. Fases da Recuperação. Fases da Recaída. Prevenção da Recaída. Tratamento de Usuário de Crack. A Mulher e a Dependência Química. Adolescência, drogadição e sexualidade. Tabagismo. Reinserção Social. O Programa de Redução de Danos. A Importância da Vivência Grupal nas Relações Interpessoais. Codependência e Tratamento Familiar. Aconselhamento. Grupos Operativo e Terapêutico. Primeiros Socorros. Drogas e DST. Transtorno de Ansiedade. Transtorno de Conduta e Comportamento. Transtorno Depressivo. Transtorno Bipolar. Automutilação. Habilidades Sociais.

LEIA-SE:

- NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Legislação Constitucional e Municipal para todos os cargos

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). 2. Competências e limitações de cada Poder: O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. 3. Lei Orgânica do Município de Caçador e Estatuto dos Servidores Públicos de Caçador.

- NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

(...)

MÉDICO – CIRURGIA GERAL

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Resposta Endócrina-Metabólica ao Trauma; 2. Equilíbrio Hidroeletrólítico e Ácido-Base; 3. Nutrição em Cirurgia; 4. Cicatrização e

Cuidados com a Ferida Cirúrgica; 5. Infecções e Antibioticoterapia em Cirurgia; 6. Cuidados Pré e Pós-Operatórios; 7. Choque – Falência de Múltiplos Órgãos; 8. Terapia Intensiva em Cirurgia; 9. Hemostasia – Terapia Transfusional; 10. Avaliação do Risco Cirúrgico; 11. Princípios Gerais de Cancerologia Cirúrgica; 12. Transplantes – Aspectos Gerais; 13. Ética e profissionalismo em Cirurgia; 14. Segurança do paciente no período perioperatório. (...)

MUSEÓLOGO

1) Museologia: princípios teóricos, práticos e metodológicos. 2) História do pensamento museológico. 3) Pensamento Contemporâneo em Museologia. 4) História do colecionismo e dos museus. 5) História e museus no Brasil. 6) Estética e Teoria da Arte Moderna e Contemporânea; História da Arte. 7) Políticas culturais no Brasil. 8) Papel social dos museus na contemporaneidade. 9) Educação em museus. 10) Museu e turismo. 11) Arte e Percepção Visual. 12) Cultura e patrimônio cultural. 13) Educação patrimonial. 14) Preservação da memória. 15) Comunicação museológica, exposições, exhibições e mostras. 16) Curadorias. 17) Público de museus: perspectivas de acesso, recepção e avaliação. 18) Museologia e museus: documentos referenciais. 19) Planejamento museológico. 20) Pesquisa em museus. 21) Funcionamento e Criação de museus. 22) Instalações, espaços e iluminação de museus. 23) Gestão do acervo e do Museu. 24) Arquivos, arquivamento e inventário de acervos museológicos. 25) Documentação de acervos museológicos. 26) Preservação, conservação, restauração, manuseio, guarda e higienização do acervo. 27) Segurança e conservação em museus. 28) Aquisições. 29) Sustentabilidade e financiamento. 30) Gestão do Pessoal. 31) Acessibilidade em Museus. 32) Arquivologia. 33) Direito do Patrimônio. 34) Código de Ética para Museus. 35) Código de Ética Profissional do Museólogo. Lei nº 11. 904/2009 – Estatuto de Museus. Lei 7.287/1984 - Regulamentação da Profissão de Museólogo. Sistema de Museus de Santa Catarina. (...)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Esportes coletivos e individuais. Atividade física, saúde e qualidade de vida; Anatomia humana e cinesiologia; Organização de eventos esportivos; Desenvolvimento motor; Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação física e do esporte; História da Educação física e desporto; Fisiologia do exercício e treinamento desportivo.

- NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

TERAPEUTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Aspectos das Drogas no Sistema Nervoso. Drogas: Classificação e Efeitos no Organismo. Crack e outras drogas. Tabagismo. Princípios para o Tratamento da Dependência Química. A Mulher e a Dependência Química. Adolescência, drogadição e sexualidade. Reinserção Social. O Programa de Redução de Danos. A Importância da Vivência Grupal nas Relações Interpessoais. Codependência e Tratamento Familiar. Inclusão das famílias nos projetos terapêuticos. Aconselhamento. Primeiros Socorros. Drogas e DST. A estigmatização associada ao uso de substâncias psicoativas. Epidemiologia na saúde mental. Violências (tipos e consequências). Técnicas de abordagem. Políticas de saúde Mental. Legislação Brasileira sobre drogas. Direitos Humanos. Organização da rede de atenção psicossocial. Política Nacional de Humanização (Clínica Ampliada e Compartilhada). Trabalho em equipe. A Ética nas ações em saúde.

Permanecem inalterados os demais itens.

Caçador, 19/06/2015.

COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 38, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 38, de 19 de Junho de 2015.  
Convoca aprovada em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências,

**CONVOCA:**

A cidadã, a seguir relacionada, aprovada em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

**PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Minelli Frigotto Scolaro

a) A Convocada deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 25.244**

PORTARIA Nº 25.244, de 11 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
3799	Rosangela Rodrigues Ferreria Jeronymo	Fonoaudióloga	01/04/2008 a 01/04/2013	09/02/2015 a 09/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.394**

PORTARIA Nº 25.394, de 13 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 65 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeado pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam Enquadradas as Servidoras Públicas Municipais ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal abaixo relacionadas, especificando: código, nome das servidoras, cargo, escola de lotação, Nível Referência Anterior e Nível Referência Atual, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Nível / Referência	Nível / Referência Atual
707	Lucia Spe-ggiorin	Professora de 1 a 4	EMEB Morada do Sol	13/E	1/E
895	Luciane Regina Pereira	Professora de 1 a 4	EMEB Ulysses Guimarães	33/E	3/D

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.422**

PORTARIA Nº 25.422, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irão avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, abaixo citados, no dia 13 de abril de 2015, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

1) Servidora: IZABEL BARBOSA MARTINS

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

2) Servidor: PEDRO MACHADO

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 25.500**

PORTARIA Nº 25.500, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

NOMEAR os médicos, ANA ADELINE RODRIGUES THOMAZ BRIDI, MARIA LUCIA BERTOLINI e RAUL FERNANDES BRIDI, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, abaixo citados, em data a ser agendada pelo Setor de Recursos Humanos, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, a partir desta Portaria, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

- 1) Servidor: CELSO OLIVEIRA DA SILVA
- 2) Servidor: GELSON LUIZ SAVI
- 3) Servidor: PEDRO MACHADO
- 4) Servidor: SAMUEL FLORES ALVES
- 5) Servidora: ELISABET STOFFELSHAUSS
- 6) Servidora: TEREZINHA SALETE DOS SANTOS PEREIRA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.512**

PORTARIA Nº 25.512, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipal, a seguir relacionados, lotados em Diversas Secretarias, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
4603	Édina Carla Bressan	Técnico Tributário	08/03/2009 a 08/03/2014	16/04/2015 a 15/05/2015
9493	Salete Aparecida Adamio	Auxiliar de Serviços Gerais	11/11/2009 a 11/11/2014	13/04/2015 a 11/06/2015
3303	Luciane Maria Vieira de Medeiros	Professor de Educação Física	01/08/2007 a 01/08/2012	06/04/2015 a 04/07/2015
1471	Marilene Coelho Gonçalves	Professor de 1º ao 5º ano	09/02/2003 a 09/02/2008	19/05/2015 a 17/07/2015
4613	Oristalina Ferreira dos Santos	Merendeira Escolar	08/03/2009 a 08/03/2014	01/04/2015 a 29/06/2015
1265	Vanderléia Aparecida Birnfeld	Professora 1º ao 5º ano	09/02/2003 a 09/02/2008	02/05/2015 a 31/05/2015
3319	Vanderléia Aparecida Birnfeld	Professora Educação Infantil	01/08/2002 a 01/08/2007	02/05/2015 a 31/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.517**

PORTARIA nº 25.517, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	007	05/07/2012 a 04/07/2013
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	003	31/01/2008 a 30/01/2009
7987	Alessandro Gonçalves	Supervisor de Trânsito	032	14/01/2014 a 13/01/2015
10947	Altamiro Figueroa	Auxiliar Serviços Obras Públicas	003	02/05/2012 a 01/05/2013
2512	Altino Inacio Carneiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	008	02/05/2013 a 01/05/2014
10916	Anderson dos Santos	Auxiliar Serviços Obras Públicas	003	07/04/2012 a 06/04/2013
529	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	Técnico em Administração	001	01/01/2012 a 31/12/2012
7785	Elizete Farias	Assistente Social	008	13/08/2013 a 12/08/2014
1311	Joel Monteiro	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	003	03/12/2013 a 02/12/2014
1146	Julio Cesar Moschetta da Silva	Técnico Agrícola	007	01/01/2014 a 31/12/2014
1086	Larissa Fleck Savaris	Técnico Processamento de Dados	006	13/06/2012 a 12/06/2013
11056	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar Consultório Dentário	006	02/06/2013 a 01/06/2014
10777	Marcio Gonçalves Cordeiro	Auxiliar Serviços Obras Públicas	003	14/03/2012 a 13/03/2013
1328	Valmir do Prado Geraldo	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	003	01/01/2014 a 31/12/2014
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar Enfermagem	006	01/11/2013 a 31/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.525**

PORTARIA nº 25.525, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro que corresponde a 30 (trinta) dias de férias dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	Contínuo	30/01/2014 a 29/01/2015
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	01/01/2014 a 31/12/2014
2497	Vilmar Goes	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	01/01/2011 a 31/12/2011
7671	Francieli Antunes de Macedo	Técnico em Contabilidade	17/07/2011 a 16/07/2012 (conversão de 20 dias)

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.531**

PORTARIA Nº 25.531, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, local de atuação, número de dias e períodos dos afastamentos, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de Dias	Período/A Contar de/Data-Fim
10464	Alexandre Granemann Lanzini	Auxiliar Administrativo	003	11 dias	16/04/2015 a 26/04/2015
12038	Camila Domingues de Souza	Auxiliar Saúde Bucal ESF	006	10 dias	22/04/2015 a 01/05/2015
13373	Carla Siqueira de Santana	Psicólogo-35hs	006	04 dias	16/04/2015 a 19/04/2015
1266	Izabel Barbosa Martins	Servente	005	90 dias	15/04/2015 a 13/07/2015
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	006	04 dias	06/04/2015 a 09/04/2015
1145	José Luiz Carvalho	Guarda Patrimonial Mun.	032	90 dias	18/04/2015 a 16/07/2015
414	Pedro Machado	Motorista	003	30 dias	15/04/2015 a 14/05/2015
137	Zenilda Aparecida Rodrigues	Técnico em Enfermagem	006	60 dias	02/04/2015 a 31/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.533**

PORTARIA nº 25.533, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
13474	Dilson Luiz Correia	120,00hs
13571	Douglas Pereira Carniel	75,00hs
12773	Everton Zeni	77,00hs
1092	João Gomes Soares	62,00hs
12885	Lenise Heinzmann	64,00hs
11332	Northon Andre Felipe Knoblauch	10,00hs
13836	Pablo Augusto Gehlen	11,20hs
13583	Sulivan Francisco da Silva	110,00hs
12795	Thiago Muniz de Lima	67,00hs
13320	Youssef Elias Ammar	96,00hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.535**

PORTARIA Nº 25.535, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto à Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador – DITTESC e na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e órgão de lotação e/ou exercício, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Lotação		
8628	Angela Knebel	47hs	DITTESC		
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	37hs	DITTESC		
2494	Bruno Gonçalves dos Santos	50hs	DITTESC		
10300	Carlos Venâncio dos Santos	22hs	DITTESC		
10297	Claudio Sonego	29hs50min	DITTESC		
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	18hs	DITTESC		
1206	Davi Ribeiro	52hs	DITTESC		
7993	Diogo Borges Barbosa	44hs50min	DITTESC		
2503	Dorival Gonçalves Soares	55hs	DITTESC		
10292	Edgar Aimi	35hs50min	DITTESC		
2496	Edilson João Massucato	45hs	DITTESC		
7991	Eduardo de Bittencourt	33hs	DITTESC		
8334	Eveline Semke de Moraes	35hs50min	DITTESC		
7984	Ezequiel Marcio Colaço	30hs50min	DITTESC		
9200	Fabio de Lima Garcia	40hs	DITTESC		
8336	Fernando Antonio Sinhorin	36hs50min	DITTESC		
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	46hs	DITTESC		
1439	Isaac Alves de Mello	40hs	DITTESC		
1391	Ivanir José Pagotto	24hs	DITTESC		
2491	Jandir Antunes de Oliveira	55hs	DITTESC		
9201	José Augusto Moreira do Prado	42hs50min	DITTESC		
1444	José Scheffemacher Ribeiro	32hs	DITTESC		
1457	José Vilmar Soares de Miranda	12hs	DITTESC		
912	Laurindo Rodrigues	80hs	DITTESC		
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	28hs	DITTESC		
8339	Luciara Garcez Coelho	27hs50min	DITTESC		
10104	Marcelo José Alves de Andrade	41hs50min	DITTESC		
8335	Marcio Faccioni de Mello	40hs	DITTESC		
12602	Mauricio Bolduan	48hs	DITTESC		
3797	Nelson Carlin Navroski	51hs	DITTESC		
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	32hs	DITTESC		
12603	Sandro Claudinei Kieski	37hs	DITTESC		
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	29hs50min	DITTESC		
51	Adair Ferreira da Luz	40hs	FUNDEMA		
76	Adriano de Oliveira Lourenço	20hs	FUNDEMA		
95	Alessandro Luiz Ribeiro	60hs	FUNDEMA		
3382	Anderson José de Oliveira	40hs	FUNDEMA		
3282	Angelo Edair Fantin	20hs	FUNDEMA		
71	Antonio Adelir da Silva	23hs	FUNDEMA		
53	Antonio Galvão Varela	31hs	FUNDEMA		
3391	Carlos Carlim de Lara	40hs	FUNDEMA		
94	Cecília Aparecida dos Santos	30hs	FUNDEMA		
72	David Rodrigues Rocha	26hs	FUNDEMA		
8481	Dineya Padilha Cordeiro	12hs	FUNDEMA		
1240	Dirceu Ferreira da Luz	20hs	FUNDEMA		
11076	Edina Aparecida Domingues	30hs30min	FUNDEMA		
10483	Eliane Yuki Uehara	17hs	FUNDEMA		
2504	Ezio Ferreira dos Santos	12hs	FUNDEMA		
78	Gilberto de Oliveira	10hs	FUNDEMA		
10486	Hemerson Bachi Castilho	30hs	FUNDEMA		
73	Izaltino Fernandes	32hs	FUNDEMA		
10050	João Antonio dos Santos	20hs	FUNDEMA		
79	João Basilio Cordeiro	20hs	FUNDEMA		



93	Jocelim Gonçalves de Freitas	37hs30min	FUNDEMA		
1311	Joel Monteiro	30HS	FUNDEMA		
896	José Alves Ribeiro	30hs	FUNDEMA		
89	José Maria Gomes	30hs	FUNDEMA		
1451	José Vândir Mroz	15hs	FUNDEMA		
56	Loreli Aparecida Varela	40hs	FUNDEMA		
3949	Luiz Carlos Ribeiro	40hs	FUNDEMA		
10482	Luiz Carlos Teixeira	30hs	FUNDEMA		
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	30hs	FUNDEMA		
70	Marcio Silveira Pinto	12hs	FUNDEMA		
87	Marcos Antonio dos Santos	35hs20min	FUNDEMA		
74	Maria Aparecida de Lima	16hs	FUNDEMA		
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	12hs30min	FUNDEMA		
83	Mauri Bueno de Oliveira Andrade	40hs	FUNDEMA		
92	Miguel Moraes dos Santos Filho	20hs	FUNDEMA		
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	30hs	FUNDEMA		
82	Nilso Roberto Goes	40hs	FUNDEMA		
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	27hs	FUNDEMA		
99	Rita de Cassia de Oliveira	06hs	FUNDEMA		
69	Robson Rosa de Oliveira	45hs	FUNDEMA		
60	Roseli Aparecida Gribinski	40hs	FUNDEMA		
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	30hs	FUNDEMA		
10928	Serly de Goes dos Santos	10hs40min	FUNDEMA		
61	Solange Vieira da Silva	40hs	FUNDEMA		
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	20hs	FUNDEMA		
786	Vilmar Moreira dos Santos	35hs	FUNDEMA		
10484	Vinicius Alexandre Soares	20hs	FUNDEMA		
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moreira	11hs40min	FUNDEMA		

Art. 2º. Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto à Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador – DITTESC e na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores, número de horas prestadas e órgão de lotação e/ou exercício, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Lotação
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	144hs	DITTESC
8626	Angela Knebel	16hs	DITTESC
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144hs	DITTESC
10297	Claudio Sonogo	75hs	DITTESC
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	75hs	DITTESC
10292	Edgar Aimi	75hs	DITTESC
7991	Eduardo de Bittencourt	75hs	DITTESC
9200	Fabio de Lima Garcia	144hs	DITTESC
8336	Fernando Antonio Sinhorin	75hs	DITTESC
9201	José Augusto Moreira do Prado	75hs	DITTESC
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144hs	DITTESC
1457	José Vilmar Miranda	144hs	DITTESC
8335	Marcio Faccioni de Mello	75hs	DITTESC
12602	Maurício Bolduan	75hs	DITTESC
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144hs	DITTESC
95	Alessandro Luiz Ribeiro	04h12min	FUNDEMA
674	Joventino Rodrigues dos Passos	98hs	FUNDEMA
1242	José Aldo Moraes da Silva	98hs	FUNDEMA

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva  
Diretor Geral da DITTESC.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

**PORTARIA Nº 25.536**

PORTARIA nº 25.536, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13369	Adilso da Silva	60hs
7982	Adriana Bento Grobe	36hs
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	24hs
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	60hs
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40hs
984	Ana Cristina Hagemann	59hs
11810	Ana Paula Simioni	14hs
13544	Anne Lise Borstmann Hansen	24h45min
13368	Antonio Rogerio Nhaia	60hs
4953	Camilo Paganini	40hs
10775	Cândice Valeida Goltz	24h30min
10940	Carla Andressa Vierzbicki	25hs
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	12hs
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araújo	37hs
831	Clarice Abraao	40hs
8413	Claudete Maria Bento Corrente	30hs
10773	Danielle Thaiza Zimini	20hs
364	Delma Leticia Dri Ficagna	40hs
12794	Doraci de Jesus Soares	40hs
2027	Edezio Recalcatti	60hs
10766	Édina Ferreira Lopes	05hs
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	20hs
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	40hs
7744	Elizandra Driedrich	25hs
830	Eloir do Carmo Antunes	40hs
3745	Erenilda Americano	40hs
13524	Franciele Carline Zenaro	28hs
3278	Frenezi de Oliveira	28hs
12873	Giuliano Metelski	23hs
10485	Hélio Luiz Wirschum	60hs
7707	Ivanir Weber	24hs
7742	Ivonete Zolner Lara	21hs
12454	Jair de Azeredo	60hs
3361	Janete Lisboa Velasques	30hs
11890	Jorge Jair de Moura Borges	36hs
970	José Gomes de Mattos	60hs
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	25hs
10831	Katia Possamai	30hs
1307	Laura Henrique de Andrade	28hs
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40hs
12858	Leandro Medeiro	60hs
9355	Leandro Souza de Matos	30hs
967	Leila Alves Speggiorin	40hs
11851	Leticia Maria Rostirolla	40hs
12590	Loraine Borghetti Rotta	29hs
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	36hs
11032	Luiz Antônio Wanciw	40hs
7824	Maicon Sgarbossa	60hs
3852	Marcia de Araújo Mattia	60hs
1214	Marcio Bassani	60hs
12844	Marcos Antonio Pires de Morais	60hs
9385	Maria Eva Martins	40hs

9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40hs
8331	Mônica Michele Witiuk	40hs
2650	Odiney Leite	60hs
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	33h30min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	24hs
10102	Rosa Meri Coluzzi	34h30min
10764	Sandra Aparecida Correa	24hs
999	Samara Aparecida Roaris	24hs
1720	Sandro José Neres da Rocha	60hs
3437	Sayonara Galina	40hs
135	Sueli Terezinha Bueno	21h30min
10785	Vagner Gonçalves	40hs
749	Valdecir José Pereira da Silva	60hs
1376	Veroni Salete Dalaqua	40hs
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	60hs
1535	Vilmar Miguel Dobner	60hs
10790	Willian Cardoso Ribeiro	24hs
10455	Willian Castilho Pinto	20hs
12588	Willian Schroder	24h30min

Art. 2º. CONCEDE aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13369	Adilso da Silva	18h01min
7982	Adriana Bento Grobe	15h00min
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	07h00min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	11h56min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	63h07min
13368	Antonio Rogerio Nhaia	08h01min
4953	Camilo Paganini	08h19min
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	07h00min
11813	Cintia aparecida Carvalho Araujo	12h00min
831	Clarice Abraao	91h00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	14h00min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	07h00min
2027	Edezio Recalcatti	42h42min
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	02h06min
7744	Elizandra Driedrich	05h55min
13524	Franciele Carline Zenaro	05h00min
3278	Frenezi de Oliveira	07h03min
7707	Ivanir Weber	07h00min
12454	Jair de Azeredo	13h11min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	28h00min
970	José Gomes de Mattos	26h18min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	06h04min
12858	Leandro Medeiro	38h46min
967	Leila Alves Speggorin	12h00min
11851	Leticia Maria Rostirolla	19h00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	19h00min
11032	Luiz Antônio Wanciw	92h00min
1214	Marcio Bassani	04h03min
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	25h07min
9385	Maria Eva Martins	07h00min
13465	Marilei Dallagnoll	63h10min
1827	Odair Santana	14h11min
2650	Odiney Leite	41h52min
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	04h00min
8479	Rejane Serafini	77h00min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	14h00min
10764	Sandra Aparecida Correa	70h10min
1720	Sandro José Neres da Rocha	42h27min
3437	Sayonara Galina	07h00min
10785	Vagner Gonçalves	35h00min

749	Valdecir José Pereira da Silva	46h55min		
1376	Veroni Salete Dalaqua	07h00min		
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	09h57min		
1535	Vilmar Miguel Dobner	05h53min		
12588	Willian Schroder	07h00min		

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 25.537

PORTARIA nº 25.537, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais de Assistência Social e Habitação, da Administração, da Fazenda, do Governo, da Educação, Procuradoria Geral e Fundação Municipal de Cultura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria/órgão de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Secretaria/Órgão
6959	Adriana Moreira Bairro	40hs	008
2512	Altino Inácio Carneiro	40hs	008
10832	Ana Paula de Castilha Souza	10hs	008
11151	Andréa Romão Martins	10hs	008
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10hs	008
11185	Cristiani Baldicera Granemann	10hs	008
13619	David Nicolas Fetzter Arrais	20hs	008
13204	Doraci Maia Ruppel	32hs	008
13191	Edmar Sampaio	60hs	008
8612	Elizeni Batista Amaral	40hs	008
7665	Eloá Fatima de Paula	48hs	008
11139	Eunice Misayo Ueda	10hs	008
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60hs	008
13201	Gerson José Teles de Souza	43hs30min	008
7670	Isolete Renon Farias	20hs	008
13207	João Berthier Brasil Neto	52hs	008
10470	Liane Capelin	20hs	008
11060	Lucas Filipini Chaves	10hs	008
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	12hs	008
10217	Luciana Marques	10hs	008
9043	Marcelo Silvio Alves	40hs	FMC
7848	Neiva Vieleli	20hs	008
7746	Santina Piacentini	60hs	008
13318	Simone Casagrande	55hs30min	008
4082	Adriana Antunes de Oliveira	53hs	005
12875	Adriele Belli Carlim Danese	10hs49min	002
10453	Alan Rocha Liegel	50hs	001
12735	Carlos Rogerio Leme Navarro	40hs	001
764	Darci Pires de Camargo	10hs	002
10799	Divanilda de Fatima Maciel Santos	66hs42min	002
1046	Elena Graci Grabasch Carneiro	40hs	002
9198	Eliane do Amaral	04hs30min	002

13313	Eliziane Grassmann	01hs	002
3750	Ireni Aparecida Macedo	50h45min	002
1517	Iria dos Prazeres de Souza	78hs	002
861	Irini Milan	30hs	002
1210	Ivanir Baseggio	60hs	030
5791	Ivone Tibes de Lima	24hs	002
10942	Josiane Burger da Silva Criminário	29hs	002
11351	Juliana Nurilles Garbozza	03hs07min	012
10774	Karin Rech dos Santos	20hs20min	002
1043	Lucimar dos Santos	64hs	001 FMC
1725	Maria de Jesus Souza	51hs20min	005
6647	Monica Senn	16hs	002
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60hs	030
7669	Patricia Aparecida Rodrigues Miranda	04hs30min	002
13443	Romaiane Aparecida Dal Ponte	02hs25min	002
2628	Rui Mattana	40hs	003
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	50hs	002
600	Sandro Dallazem	16hs	002
2497	Vilmar Goes	64hs	002

Art. 2º CONCEDE aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores, número de horas prestadas e Secretaria, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Secretaria
12857	Doraci Maia Ruppel	35hs	008
4081	Fatima Rozana Damaceno	77hs	008
13201	Gerson José Teles de Souza	56hs	008
13207	João Berthier Brasil Neto	49hs	008
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240hs	008
7746	Santina Piacentini	70hs	008
13318	Simone Casagrande	63hs	008

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 25.538

PORTARIA nº 25.538, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	
10788	Aires Roberta da Rosa	05hs46min	Enfermeira
10941	Arlete T. Benjamini Alves dos Santos	08hs00min	Aux. Serviços Gerais
1771	Aurélio Luiz Arrabar	08hs16min	Odontólogo
13763	Bruna de Araújo Vivan	29hs16min	Médica
10940	Carla Andressa Vierzbicki	06hs04min	Assistente Admin.
13450	Cristiane Zonin	03hs55min	Odontóloga
11937	Dirce Teresinha Mantovani	03hs35min	ACS
11860	Edemir Januario da Costa	04hs34min	ACS
10766	Edina Ferreira Lopes	02hs07min	Aux. Enfermagem
12021	Eliane Gouveia	00hs40 min.	ACS
10768	Elisangela de Fátima Borges	01hs28min	Téc. Em Enfermagem



12592	Elizabeth Mary Kinceller	28hs11min	Médica
12771	Érica Tasca	08hs00min	Aux. Enfermagem
1047	Ermozila Terezinha Silveira	11hs30min	Auxiliar Serv. Gerais
12055	Franciele Carneiro	13hs32min	ACS
3278	Frenezi de Oliveira	07hs00min	Auxiliar Enfermagem
769	Geni Aparecida dos Santos	03hs00min	Aux. Serviços Gerais
371	Glaucia Lang Zaponi Pelizzaro	08hs56min	Médica
4746	Ivone de Fátima Bertulino	18hs00min	Aux. Serviços Gerais
3361	Janete Lisboa Velasques	07hs26min	Fiscal Sanitarista
11946	Jucinei Pires do Prado	07hs40min	ACS
1139	João Carlos Souza dos Santos	01hs22min	Médico
12017	Josiane Domingos Camargo	03hs52min	ACS
11850	Larissa Strapasson Binder	07hs58min.	Enfermeira
5635	Luciano Caregnato	00hs35min	Odontólogo
11967	Lucimar dos Santos	02hs31min	ACS
12056	Matheus Moro	06hs04min	Médico
10461	Mirian Ficagna	01hs56min	Aux. Cons. Dentário
11886	Paula Francielli Zitzkiewicz	07hs50min	Enfermeira
12596	Rudyr Fausto Buba	01hs01min	Médico
11968	Silvana Ap. Santana de Moraes	11hs26min	ACS
11951	Silvana Maria Cristaldo	03hs50min	ACS
13585	Susileide Rodrigues Putti	11hs01min	Odontóloga
11871	Tatiana Moraes	15hs30min	ACS
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	11hs50min	ACS
11958	Tatiane Fátima Amaral Soares	06hs35min	ACS
12795	Thiago Muniz de Lima	05hs10min	Médico
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	04hs56min	Psicóloga
1106	Venturino José Zardo	01hs18min	Odontólogo
11814	Wania Aline Figura	04hs07min	Enfermeira
12588	Willian Schroder	08hs36min	Enfermeiro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 25.539**

PORTARIA Nº 25.539, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal EDSON POHLENZ, matrícula nº 3016, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.540**

PORTARIA Nº 25.540, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais de Infraestrutura e da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria de lotação e/ou exercício, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Secretaria
13361	Acir dos Santos	43hs	003
2507	Adão Ribeiro de Camargo	53hs	003
836	Adelmir Pontes Fernandes	20hs	003
1836	Aldecir Barp	60hs	003
10947	Altamiro Figueiroa	61hs	003
13298	Amilto Melo Cesar	40hs	003
13296	Anderson Roberto Goes	40hs	003
314	Antonio Valmiro Alves Weber	30hs	003
2634	Argemiro Zotto	43hs	003
1794	Camilo Baseggio	42hs	003
1018	Carlos Antonio Sotel	44hs	003
13282	Claudinei Alves Pereira	62hs	003
576	Daniel Pires de Camargo	50hs	003
775	Daniel Rodrigo de Freitas	20hs	003
3396	Domingos Spader	43hs	003
1301	Edson Iaroch	42hs	003
13295	Eloir José Veber	30hs	003
13377	Ercilio Correia de Almeida	30hs	003
13306	Fabio José Cordeiro	42hs	003
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	43hs	003
8318	Giovani Lipka	42hs	003
1899	Itamar Abreu do Nascimento	43hs	003
13300	Ivo Osmar Machado	45hs	003
13305	Izaías Izac Zarur	43hs	003
1833	Jair Ramos	38hs	003
478	Joacir Antunes de Oliveira	41hs	003
1121	João Gonçalves	41hs	003
1347	João Maria Hornburg	60hs	003
916	José Odelir Telles de Oliveira	20hs	003
888	José Osni Batista	43hs	003
13284	José Ricardo Kuhn	44hs	003
881	José Volni Arruda Palhano	42hs	003
198	José Valdir Peretti	40hs	003
3174	Julio Cesar Petrykowski	44hs	003
1157	Julio Cezar de Assis	43hs	003
869	Lucio Ademar Pereira	30hs	003
1216	Luis Alves da Silva	43hs	003
13357	Luiz Carlos de Queiroz	42hs	003
13308	Marcelo Alves da Silva	41hs	003
2522	Marcos Cordeiro	44hs	003
567	Maria Ivanir Serafim	20hs	003
3517	Mario da Silva Medeiros	42hs	003
13301	Milton Gomes Ribeiro	43hs	003
13283	Milton Tibes de Lima	44hs	003
13294	Nelson Batista	43hs	003
13299	Nelson Borges Tibes	30hs	003
1141	Helson Hornburg	30hs	003
1846	Nery Franklin da Silva Junior	20hs	003
9487	Nilso José Godinho	42hs	003
13360	Nilton Goes Junior	45hs	003
1446	Otacílio de Jesus Amaral	30hs	003
884	Paulo Norberto Combin	40hs	003

10099	Paulo Voleinik	44hs	003
902	Pedro Cesar Locatelli	38hs	003
13297	Rubens Jofre Goes	42hs	003
13307	Rudinei Gregório	43hs	003
538	Sebastião Hornburg	44hs	003
1264	Sebastião Moraes	43hs	003
1963	Silvio dos Santos Varela	38hs	003
13371	Thiago Vidal de Oliveira Branco	32hs	003
1448	Valdeci Salete Ribeiro	20hs	003
123	Valdemar de Lima Ribeiro	20hs	003
1328	Valmir do Prado Geraldo	58hs	003
2651	Adão Juarez Rosa Oliveira	60hs	007
11784	Aline Mendes Luciano	15hs	007
10501	Antonio Carlos Buller	45hs	007
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	45hs	007
854	Claudio Antonio Machado	50hs	007
1089	Francisco de Assis Machado	60hs	007
10823	Jocemara Silva	45hs	007
624	Mardionice Helena Pares	45hs	007
7686	Neiva Teixeira da Rosa	45hs	007
891	Nilton Antonio de Lima	60hs	007
855	Osvaldir Costa Schaphauser	60hs	007

Art. 2º. CONCEDE aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais de Infraestrutura, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1838	Aldecir Barp	25hs30min
576	Daniel Pires de Camargo	144hs
1303	Diodecio Alves de Moura	144hs
1347	João Maria Hornburg	144hs

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 25.541

PORTARIA Nº 25.441, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período da gratificação e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
11883	Gislaine Martins Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.542**

PORTARIA Nº 25.542, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, abaixo nominadas, licença por motivo de doença em pessoas da família, conforme atestados médicos apresentados, especificando código, nome, cargo, lotação, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Familiar	Nº de dias	A contar de:
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	002 -FMC	Mãe	30 dias	01/03/2015
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	006	Mãe	15 dias	17/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.554**

PORTARIA Nº 25.554, de 13 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, local de atuação, número de dias e períodos dos afastamentos, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de Dias	Período/A Contar de/Data-Fim
875	Elisabet Stoffelshaus	Servente Educação	005	90 dias	13/05/2015 a 10/08/2015
414	Pedro Machado	Motorista	003	90 dias	13/05/2015 a 10/08/2015
918	Samuel Flores Alves	Encanador	003	90 dias	06/05/2015 a 03/08/2015
935	Terezinha Salete dos Santos Pereira	Técnico em Enfermagem	006	90 dias	06/05/2015 a 03/08/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.557**

PORTARIA Nº 25.557, de 13 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de abril de 2015, especificando: códigos, nomes, cargos, setores e número de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setor	Nº Horas
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	Vigilância Sanitária	58hs
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	Vigilância Sanitária	52hs
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Vigilância Sanitária	67hs
6301	Nilo Sergio Luz Amorin	Engenheiro Civil	Vigilância Sanitária	55hs
10961	Renata Cristina Silva Favarão	Assistente Administrativo	Vigilância Sanitária	177hs
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	151hs
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	Vigilância Epidemiológica	216hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 25.567**

PORTARIA Nº 25.567, de 27 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR o percentual das Funções Gratificadas – FGRs, concedidas às Servidoras Públicas Municipais abaixo nominadas, pelas Portarias a seguir informadas, especificando: códigos, nomes, nomenclatura, percentual anterior, percentual que passam a receber, Secretarias de lotação e Portarias de concessão, com efeitos a contar de 01 de maio de 2015, conforme segue:

Código	Nome	FGR	% Anterior	% Alterado	Secretaria	Portaria Concessão
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	2	30%	40%	002	Portaria nº 25.473
4167	Fabiana Binotto Cracco	1	30%	50%	030	Portaria nº 25.478

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 27 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 25.568**

PORTARIA Nº 25.568, de 27 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos das Portarias abaixo informadas, no que se refere aos Servidores Públicos Municipais, a seguir nominados, lotados nas diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal, cessando as designações das Funções Gratificadas e Confiança – FGR e FCC, especificando: códigos, nomes, cargos, funções designadas, Portarias de designação e data do início dos efeitos do encerramento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR - %	Portaria	Data Cessação
7774	Andressa de Fatima De Bastiani	Professor Educação Infantil	1 – 50%	25.478/2015	30/04/2015
147	Ires Teresinha da Silva	Professor Séries Iniciais	3 – 30%	25.478/2015	30/04/2015
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquinas	1 – 50%	25.473/2015	30/04/2015
476	Altair Jorge Machado	Mecânico	3 – 30%	25.473/2015	30/04/2015
53	Antonio Galvão Varela	Auxiliar de Serviços Gerais	1 – 50%	25.473/2015	30/04/2015
10179	Carlos Alberto Machado	Auxiliar Serv. Obras Públ.	3 – 30%	25.473/2015	30/04/2015
55	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar Serv. Agríc. Flor.	3 – 30%	25.473/2015	30/04/2015
57	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar Serv. Obras Públ.	3 – 30%	25.473/2015	30/04/2015
9693	Moacir Cardoso	Auxiliar Serviços Gerais	1 – 50%	25.473/2015	30/04/2015
8546	Valdomiro Rodrigues de Oliveira	Auxiliar Ser. Obras Públ.	FCC -2	25.477/2015	30/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 27 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 25.569**

PORTARIA Nº 25.569, de 27 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, lotados nas diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal, a seguir relacionados, para exercerem Funções Gratificadas – FGR e Funções de Confiança – Coordenadorias - FCC, constantes nos Anexos II e III – do Quadro de Cargos e Provedimento em Comissão e das Funções Gratificadas, por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos, especificando: códigos, nomes, cargos, nomenclatura, porcentagem das funções gratificadas e início das designações, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR	% - Função	Início
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	Secretário Escolar	3	30%	01/05/2015
529	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	Técnico em Administração	3	30%	01/05/2015
10540	Franciele Perego	Secretário Escolar	3	30%	01/05/2015
3268	Hermes Olinto Agusti	Marceneiro	3	30%	01/05/2015
4280	Leandro José Martelo	Professor Educação Física	2	40%	01/05/2015
9355	Leandro Souza de Mattos	Analista de Sistemas	1	50%	01/05/2015
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	3	30%	01/05/2015
642	Mardionice Helena Paris	Auxiliar de Secretário	1	50%	01/05/2015
891	Nilton Antonio de Lima	Agente Serviços Agrícolas e Flor.	2	40%	01/05/2015

10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	Chefe de Equipe Serviços Adm.	FCC-2	01/05/2015
8318	Giovani Lipka	Auxiliar Serviços Obras Públicas	Chefe de Equipe Serviços Adm.	FCC-2	01/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.613**

PORTARIA Nº 25.613, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos dos arts.14 e 15, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 18.811, de 30 de Abril de 2009, que deferiu a averbação de tempo de contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme CTC nº 20022010.1.00010/09-1, datada de 23/04/2009, para efeitos de aposentadoria, da Servidora Pública Municipal ERCI BOHRER, Matrícula 1289, lotada junto a Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo de Enfermeira.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23- 2015 – PR – 13-2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23- 2015 – PR – 13-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TIRA REAGENTE, PARA DETECÇÃO DE GLICOSE (HGT) DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/07/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 03/07/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina,

195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 19 de junho de 2015.  
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO  
Secretaria de Saúde

## RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/2015

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1162380	MARI TERESINHA DIAS DO PRADO CARNEIRO	2113696	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Alto Bonito	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bello

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1163254	CAROLINE TRAMONTINI	5304248	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bello	240	Apta	Apta	Apta	APROVADA

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164684	JANAINA ESTER DE OLIVEIRA	5304923-3	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165044	JÉSSICA LUANA DA SILVA LOPES	5599133	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165800	FRANCIELE JASSANAN DE VERGENES	5304551	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Jesus	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166709	LUCIANE XAVIER DOS SANTOS	5673474	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166040	MARLI BONFIN DE QUADROS	5382586	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Bom Sucesso	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Castelhana (Interior)

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166194	LEANDRO DA SILVA	3321564	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Castelhana (Interior)	220	Apto	Apto	Apto	APROVADO

### AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Centro

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166520	JOSIANE GUADAGNIN	2.119.760	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Centro	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro DER

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164978	MORGANNA BEATRIZ BRAGA DE LIMA BATAGLION	5614778	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro DER	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163602	JEANINE COLUSSI	1685856	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro DER	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Figueroa

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166660	ROSÂNGELA APARECIDA BUENO	2.661.874-5	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Figueroa	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164299	JÉSSICA PADILHA	5738646	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166822	MAYARA NERIS DA ROCHA	4.100.099	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1164129	SAYONARA CARARO SANTOS	5.023.849	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166342	ANDRESSA DE ASSIS SCHULLER	5158820	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1162720	ANDRÉIA SCHULER DA SILVA	4487946	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165168	MARISA CORRÊIA ANTUNES MOREIRA	2972800	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1162199	ADRIANA CARLIN DO PRADO MULLER	3986103	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (próximo a Morada do Sol)	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)

POSIÇÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164650	ROSANE ANTUNES	4560942	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1162770	MARGARETE ALVES VERNESI	26615517	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1166318	MARISA APARECIDA MORAIS FERNANDES DE LARA	1918953	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello (Proximo CAIC)	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Martello Km 1**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166270	MARISSOL DE SANTANA NEVES	5599006	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Martello Km 1	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Municipios**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164560	ADA BELLI DE LIMA	5023748	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municipios	210	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166350	ALEX MARCON	3496181	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municipios	190	Apto	Apto	Apto	APROVADO
3.	1163289	ELISA TERESINHA DE OLIVEIRA PAZ	10/R-2113658	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municipios	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1166369	LINDAMIR TERESINHA KURACZ	1911930	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Municipios	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164463	CELIA APARECIDA GRAMINHO	6820153	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1164668	JULIANE ROSSETTI	3627394	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Rancho Fundo	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Reunidas**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166059	FLAVIA ALESSANDRA CARLOS DA SILVA	17161318	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Reunidas	230	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166300	ROSANE LEIER ALVES DA CRUZ	2661421-9	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	240	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166105	THOMAZ IGOR OLIVENIK	5023403	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	240	Apto	Apto	Apto	APROVADO
3.	1162975	VANESSA APARECIDA SOUZA CORRÊA	3919082	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Catarina	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA

**AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Santa Clara**

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166865	ELAINE APARECIDA CHAVES	5023651	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Santa Clara	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Sorgatto

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164617	TANALY ANTUNES DE LIMA	4942537	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1166377	MELISSA MIOTTO	6152004	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	160	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1166032	ANA ROSA PEREIRA MACHADO	2.662.661	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Sorgatto	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Tabajara

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164005	JANETE APARECIDA ALVES DE SOUZA BACH	3321586-3	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Tabajara	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1165295	IVONE GERALDINA ALMEIDA	4.288.086	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165249	JENIFER DE LIMA DA SILVA	6442231	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Ulisses Guimarães	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Bairro Vereda dos Trevos

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1164846	ERICA BRUSTOLIN	3.892.363	AG. COM. DE SAÚDE - Bairro Vereda dos Trevos	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - CAIC

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166555	VILMA DE FÁTIMA DE SOUZA	56044701	AG. COM. DE SAÚDE - CAIC	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1165257	LUCIANE DOMINGOS CAMARGO	5.599.583	AG. COM. DE SAÚDE - CAIC	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1162819	KARINE APARECIDA DOS SANTOS BATAGLION	5070804-0	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	220	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163378	FRANCIÉLI CAVICHIOLI TASCA	6312730	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1162401	SUZANA APARECIDA CORDOVA	6925903	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1162792	GESSICA COSTA ANTUNES	5847422	AG. COM. DE SAÚDE - Distrito Taquara Verde	150	Apta	Apta	Apta	APROVADA



## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Loteamento Berger

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1163360	BRUNA CAROLLINI SZYMKUV	5895963	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	230	Apta	Apta	Apta	APROVADA
2.	1163351	CLAUDIA ANDRÉA SPEGGIORIN SZYMKUV	2660562	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
3.	1165540	ANA PAULA LIMA TREVISAN	4288501	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	200	Apta	Apta	Apta	APROVADA
4.	1166097	LIAMAR FAGUNDES DE OLIVEIRA	4487929	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	190	Apta	Apta	Apta	APROVADA
5.	1164870	GISLAINE RODRIGUES CALISTO DETONI	3.644.600	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA
6.	1166326	JOHN WILLIAN RIBEIRO	5790129	AG. COM. DE SAÚDE - Loteamento Berger	160	Apto	Apto	Apto	APROVADO

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Loteamento Monge João Maria

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166784	CYBELLI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	5202093	AG. COM. DE SAÚDE - Lot. Monge João Maria	180	Apta	Apta	Apta	APROVADA

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Vila Paraíso

POSICÃO	CÓDIGO	NOME	RG	CARGO/LOCALIDADE	PROVA OBJETIVA	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	RESULTADO PRELIMINAR		
					Pontos	Atestado Médico	Teste Abdominal	Corrida de Resistência	
1.	1166113	KASSIA DE LIMA	4383511	AG. COM. DE SAÚDE - Vila Paraíso	170	Apta	Apta	Apta	APROVADA

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 018/2015 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2015 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/06/2016

1ª Publicação.

### DECRETO N.º 2.015/2015

DECRETO N.º 2.015/2015

Aplica a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações e:

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo n.º 014/2013, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente;

CONSIDERANDO o descumprimento da primeira parte do Termo de Homologação oriundo do Processo Administrativo n.º 014/2013;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

DECRETA:

Art. 1º Declaro, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 17 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 2.051/2015

DECRETO N.º 2.051/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte dois mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário

Função: 20 – Agricultura

Sub-função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura

Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 8

VALOR: R\$ 22.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário

Função: 20 – Agricultura

Sub-função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura

Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 – Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 7

VALOR: R\$ 12.000,00

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário

Função: 20 – Agricultura

Sub-função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura

Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 02 de junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **DECRETO N.º 2.052/2015**

DECRETO N.º 2.052/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores  
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores  
Função: 01 – Legislativa  
Sub-função: 031 – Ação Legislativa  
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo  
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores  
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 – Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos  
Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 3  
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores  
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores  
Função: 01 – Legislativa  
Sub-função: 031 – Ação Legislativa  
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo  
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 4  
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 02 de junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **RESCISÃO AO CONTRATO 057/2014**

RESUMO DE CONTRATO

RESCISÃO

FMS

TERMO DE RESCISÃO AO

CONTRATO Nº057/2014

Processo: Carta Convite Nº. 006/2014

Contratado: FLORA GARDEM FLORICULTURA LTDA

Data: 30/03/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PÁTIOS E JARDINS DE 14 UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Do distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade rescindi-lo nesta data, tendo em vista que não há mais saldo e a homologação de um novo processo licitatório, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **RESULTADO DO PR 006/2015 - FMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015-FMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 19 de Junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 4/2015 FMAS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 4/2015.

Considerando a necessidade do acréscimo qualitativo aos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, através do Contrato n.º 6/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Pregão - Prefeitura);

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### Cláusula Primeira- DO OBJETO

Fica acrescido no objeto do contrato nº 6/2014, o sistema de Patrimônio com 01 usuário, no valor mensal de R\$ 110,00 (cento e dez reais), conforme funcionalidades descritas no anexo I.

Pela implantação e treinamento será pago o valor de R\$ 565,66 (quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), nos termos do art. 65, II, "b", da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato expira em 31 de dezembro de 2015.

#### Cláusula TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: - 92.01.2.12 1.3.3.90.39.00.00.00.0497 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social

#### Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Campo Alegre, 21 de maio de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal

de Assistência Social

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Irineu Woitskovski Júnior CPF: 071.933.509-43
---	--

#### ANEXO I

##### 1. PATRIMÔNIO

1.1. O aplicativo de Patrimônio deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informado o processo licitatório, o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além do estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo";

1.2. Moeda de aquisição (permitindo migração dos valores para moeda atual);

1.3. Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;

1.4. Permitir visualização de valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;

1.5. Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;

1.6. Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;

1.7. Permitir visualização da situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";

1.8. Permitir informar características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso".

1.9. Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.

1.10. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos órgãos, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

1.11. Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.

1.12. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

1.13. Permitir reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.

1.14. Permitir reavaliação (valorizações/depreciações) para todos os bens, possibilitando:

1.14.1. Executar individualmente;

1.14.2. Executar para um grupo de bens (conforme conta, centro de custo, unidade administrativa e/ou natureza);

1.15. Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.

1.16. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:

1.16.1. Data de envio e previsão de retorno;

1.16.2. Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);

1.16.3. Valor do orçamento;

1.17. Possibilitar emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção, agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;

1.18. Possibilitar geração de transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

1.19. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

1.20. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.



1.21. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

1.22. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

1.23. Permitir cadastro de seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

1.24. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

1.25. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

1.26. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

1.27. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

1.28. Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

1.29. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

1.30. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

1.31. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.

1.32. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.

1.33. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.

1.34. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.

1.35. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.

1.36. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.

1.37. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.

1.38. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.

1.39. Permitir informar o número do ato no campo [Nº do Ato] do cadastro de bens com até 10 caracteres ou números.

1.40. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multiseleção (ex.: 1, 20, 37).

1.41. Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.

1.42. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.

1.43. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

1.44. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.

1.45. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.

1.46. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido

ajuste.

1.47. O envio poderá ter um filtro para envio por responsável ou envio para todos.

1.48. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.

1.49. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade que houve transferência para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

1.50. Registrar amortização de bens intangíveis.

Campo Alegre, 21 de maio de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal

de Assistência Social

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATADA

## **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 038/2015**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 038/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SUELEN APARECIDA HUMMELGEN, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 062.847.539-00, residente e domiciliada na Rua Antônio Basílio Rocha, snº, Distrito de Fragoços, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 22 de Junho de 2015;

Término: 18 de Dezembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do



contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC, 22 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN Contratada
--	--

Testemunhas:

- 1.
- 2.

### CONVOCAÇÃO Nº 054/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 054/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. CAROLINE DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob nº 106.296.959-62, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público na Função de Atendente de Sala, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 22 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 18 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 055/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 055/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. EULALIA GORNIACK CUSTÓDIO, inscrita no CPF/MF sob nº 937.012.339-34, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público na Função de Atendente de Sala, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 22 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 18 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 056/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 056/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. KATIA IRIS MILCHEVSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 440.310.598-00, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 22 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 18 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### CONVOCAÇÃO Nº 057/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 057/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JOSÉ FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES, inscrito no CPF/MF sob nº 323.005.493-87, aprovado em 5º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de Médico IV, na Função de Médico Plantonista, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 058/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 058/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ONIVALDO DA COSTA MENEZES, inscrito no CPF/MF sob nº 670.011.222-20, aprovado em 6º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público Médico IV, na Função de Médico Plantonista, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 059/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 059/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. BRUNA FERNANDA GRUBER, inscrita no CPF/MF sob nº 753.988.593-90, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-PMCA, para o Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 060/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 060/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MARCIA ZUMBACH, inscrita no CPF/MF sob nº 970.726.490-00, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar De Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na

Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 061/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 061/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. SIMONE BRUSKE, inscrita no CPF/MF sob nº 808.365.189-34, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 062/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 062/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. KATIA IRIS MILCHEVSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 440.310.598-0, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 063/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 063/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. BEATRIZ DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 712.353.955-0, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 064/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 064/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MATILDE APARECIDA BAECHTOLD, inscrita no CPF/MF sob nº 289.961.890-3, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 065/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 065/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. FLAVIA RIBEIRO DE LIMA, inscrita no CPF/MF sob nº 537.574.913-0, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede

da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 066/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 066/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 056.128.689-28, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 067/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 067/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. CRISTIANE PEREIRA FERNANDES, inscrita no CPF/MF sob nº 051.275.529-90, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.



**CONVOCAÇÃO Nº 068/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 068/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. ESTELA KOHLBECK, inscrita no CPF/MF sob nº 086.656.419-55, aprovada em 9º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 069/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 069/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. VERA LUCIA DOS SANTOS NUNES, inscrita no CPF/MF sob nº. 057.730.549-22, aprovada em 10º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

**CONVOCAÇÃO Nº 070/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 070/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. MADALENA DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob nº 267.891.908-05, aprovada em 11º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na

Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 071/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 071/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. PATRICIA WIELIVICK, inscrita no CPF/MF sob nº 514.489.918-00, aprovada em 12º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**CONVOCAÇÃO Nº 072/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 072/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CLÁUDIO ATHAYDE, inscrito no CPF/MF sob nº 209.409.584-30, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público e na Função de Motorista da Saúde, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 03 (zero três) dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 073/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 073/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. LEONICE YOHANSON, inscrita no CPF/MF sob nº 749.299.991-7, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público, na Função de Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santo Antônio e Cascatas, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 24 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 074/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 074/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 358.899.990-6, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público na Função de Agente Comunitário de Saúde - Distrito de Frágosos, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 24 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 075/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 075/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. DIRONETE APARECIDA RIBEIRO, inscrita no CPF/MF sob nº 259.032.093-0, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde - Localidade de Rio Negro/Capinzal, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até

as 17:00h do dia 24 de junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**CONVOCAÇÃO Nº 076/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 076/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. LUCIANA PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, inscrita no CPF/MF sob nº 970.190.549-00, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde - Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista), para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 24 de Junho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**DECRETO Nº 9.062 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.062 DE 19 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00



Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.			
03.01 -	Serviço de Administração			
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.063 DE 19 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.063 Nº DE 19 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.303 de 26 de maio de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação			
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.			
300000.00.140 -	Despesas Correntes			
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.140 -	Aplicações Diretas			
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação			
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.			
400000.00.140 -	Despesas de Capital			

440000.00.140 -	Investimentos			
449000.00.140 -	Aplicações Diretas			
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.064 Nº DE 19 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.064 DE 19 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE APROVAÇÃO, ANÁLISE E DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Nomeia os membros para comporem a "Comissão de Aprovação, análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento de Profissionais e ou Clínicas Especializadas para a Realização de Exames e Consultas", referente ao Processo Licitatório de Inexigibilidade nº 01/2015, integrada pelos seguintes membros:

DEISI ESTELA AMORIM - Registro no Sistema nº 955172;  
LUCIELLE KAROLYNE CUBAS - Registro no Sistema nº 954556;  
SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO - Registro no Sistema nº 954286.

Art.2º) Cabe a Comissão de Aprovação e deferimento do Credenciamento a Aprovação do pedido de inscrição para o credenciamento na forma do Edital nº 01/2015 e Análise dos Documentos que compõe a solicitação de Credenciamento.

Parágrafo único – para a realização das atribuições descritas no caput deste artigo, a Comissão deverá emitir relatório devidamente assinado pelos membros.

Art.3º) A documentação a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

#### PESSOA JURÍDICA

- Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;
- Cópia do CNPJ/MF;
- Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;
- Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is)

técnico(s);

- f) Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";
  - g) No caso de prestadores de serviços em exames relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);
  - h) Cópia de Certidão Negativa de débito junto ao INSS;
  - i) Certidão Negativa do FGTS.
- GABINETE DO PREFEITO

#### PESSOA FÍSICA

- a) Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento), conforme Modelo (Anexo I);
- b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta(o) para tal;
- c) Cópia do CPF/MF;
- d) Cópia do RG;
- e) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do profissional;
- f) Comprovante de inscrição e regularidade do profissional no respectivo "Conselho Regional".

Parágrafo único – A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação, uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato, a Empresa ou Profissional deverá manter atualizados, os documentos relacionados nos itens, sob pena de anulação da inscrição.

Art.4º) Após o deferimento os pedidos serão encaminhados ao Serviço de Suprimentos para a Homologação da Inscrição e assinatura do Termo de Contrato.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.  
CONTRATADO: LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 14 de março de 2013 até 13 de Setembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: Instrutor de Música  
CARGA HORÁRIA: 20 Horas Semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

CAMPO ALEGRE/SC, 14 de Março de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
CONTRATADO: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 21 de Março de 2013 até 20 de Setembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais  
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 21 de Março de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: MARIA APARECIDA HÜMMELGEN  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 25 de Março de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: Professor I – Ensino Infantil e Anos Iniciais  
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.880,49 (Um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 25 de Março de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: TIAGO LOPES RODRIGUES  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO  
VIGÊNCIA: 02 de Abril de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.  
AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.  
FUNÇÃO: Professor IV – Matemática  
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.567,08 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais, oito centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 02 de Abril de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI.  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: SUELEN APARECIDA HUMMELGEN

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

VIGÊNCIA: 22 de Junho de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: PISO NACIONAL DOS PROFESSORES R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 22 de junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 11.941 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.941 DE 19 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A ADMINISTRADORA DO PROCON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Administradora do PROCON, CLEICIANE CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955306, referente ao período aquisitivo 06 de Janeiro de 2014 a 05 de Janeiro de 2015.

Art.2º) A Coordenadora gozará as Férias no período de 22 de Junho de 2015 á 01 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.942 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.942 DE 19 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A COORDENADORA DA DEFESA CIVIL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Coordenadora da Defesa Civil, DENISE APARECIDA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955176.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 16 de Janeiro de 2013 a 15 de Janeiro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.943 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.943 DE 19 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, ocupante do cargo público de Médico IV, exercendo a Função de Médico Plantonista, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período de 04 de Junho de 2015 a 30 de Setembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 04 de Junho de 2015 a 18 de Junho de 2015; já o período de 19 de Junho de 2015 a 30 de Setembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 04 de Junho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.944 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.944 DE 19 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE PROGRESSÃO DESEMPENHO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo único do Artigo 199 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Desempenho Por Titulação a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão da apresentação de Diploma do de Curso de Graduação em Pedagogia, passando do Nível 1 Referência B de Vencimento para o Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 1.853,17 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais, dezessete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provisão Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 02 de Maio de 2015.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Maio de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.945 DE 19 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.945 DE 19 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE PROGRESSÃO DESEMPENHO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo único do Artigo 199 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Desempenho Por Titulação a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, CGABRIELI QUOST TABERT, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão da apresentação de Diploma do de Curso de Graduação em Pedagogia, passando do Nível 1 Referência B de Vencimento para o Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 1.853,17 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais, dezessete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provisão Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 02 de Maio de 2015.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Maio de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
19 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PREGÃO ELETRÔNICO 61/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Coordenadoria de Esportes do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	1200	UN	MEDALHAS para Campeonatos Municipal de Futebol de Campo, Futebol Suíço Livre, Suíço Veterano e Interbairros , Inter torcidas Torneio da Ovelha, Torneio do Interior, Jogos Escolares e Municipal de Futsal, Jogos do Paraíso da Serra, Torneio de Bocha, bingo da Terceira Idade, torneio de Pôquer; em liga de antimônio metal zamac com banho metalizado na superfície nas cores dourado, prata e bronze, espessura 3,5 mm, tamanho médio 6,0 cm devido ser no formato do brasão da Prefeitura de Campo , coberta com resina de esmaltação nas cores branco, verde; fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura e 90 cm de comprimento, no verso relevo texturizado com espaço para aplicação de plaqueta em poliéster com impermeabilização com informações referente cada evento, as quantidades de ouro, prata e bronze bem como as informações que deverão ser colocados na plaqueta serão fornecidos posteriormente. E adesivos do Campeonato	3,60	4.320,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01					R\$ 4.320,00

LOTE 02					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
2	02	UN	TROFÉU Campeão do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - DO - Troféu com 160 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor dourada com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor dourada com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	400,00	800,00
3	02	UN	TROFÉU Vice-Campeão do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - PR - Troféu com 140 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor prata com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor prata com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	380,00	760,00
4	02	UN	TROFÉU Terceira colocação do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - BZ -Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor bronze com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor bronze com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	375,00	750,00
5	02	UN	TROFÉU Artilheiro do Campeonato Municipal de Futebol de Campo. Troféu Artilheiro - Troféu com 45 cm de altura, com base oval com 22 cm de largura em polímero na cor preta, com acabamento metalizado na cor dourada na tampa. Sobre esta base um suporte c e uma estatueta superior fixa de goleiro. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	60,00	120,00
6	02	UN	TROFÉU Defesa menos vazada do Campeonato Municipal de Futebol de Campo -Troféu com 39 cm de altura, com base oval com 22 cm de largura em polímero na cor preta, com acabamento metalizado na cor dourada na tampa. Sobre esta base um suporte c e uma estatueta superior fixa de goleiro. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato.	60,00	120,00
7	20	UN	TROFÉU artilheiro e defesa menos vazada para os Campeonatos de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano, Interbairros, Municipal de Futsal, Torneio do Interior, e Municipal de Futsal -DO - Troféu com 38 cm de altura, com base octogonal com 13,2 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base dois suportes intercalado metalizado na cor dourada e sobre estes cones uma bola fixa de futebol. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	67,00	1.340,00
8	02	UN	TROFÉU Campeão Campeonato de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano – Troféu com altura de 140 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	250,00	500,00
9	02	UN	TROFÉU Vice-campeão Campeonato de Futebol Suíço livre e Suíço Veterano – Troféu com altura de 120 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	230,00	460,00



10	02	UN	TROFÉU para Terceiro colocado Campeonato de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano - Troféu com altura de 110 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Plaqueta em latão para gravação.	200,00	400,00
11	10	UN	TROFÉU Campeão Campeonato Interbairros, Inter torcidas Torneio da Ovelha, Municipal de Futsal, Torneio do Interior - Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatueta fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatuetas superior intercambiáveis. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivo do Campeonato	300,00	3.000,00
12	10	UN	TROFÉU Vice-campeão Campeonato Interbairros, Inter Torcidas Torneio da Ovelha, Municipal de Futsal, Torneio do Interior - Troféu com 110 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatueta fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatuetas superior intercambiáveis. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivo do Campeonato	290,00	2.900,00
13	10	UN	TROFÉU Terceiro colocado Campeonato Interbairros, Inter Torcidas, Torneio da Ovelha, Municipal de Futsal, Torneio do Interior - Troféu com 100 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatueta fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatuetas superior intercambiáveis. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada, e adesivo do Campeonato	240,00	2.400,00
14	20	UN	Troféu de Acrílico 1º, 2º e 3º lugar para Jogos do Paraíso da Serra, Torneio de Bocha, Torneio de Pôquer, Bingo da Terceira Idade, com 30cm de altura, com Base de Madeira e Adesivo do Campeonato.	45,00	900,00
15	10	UN	Troféu de Acrílico 1º, 2º e 3º lugar para Jogos do Paraíso da Serra, Torneio de Bocha, Torneio de Pôquer, Bingo da Terceira Idade, com 50cm de altura, com Base de Madeira e Adesivo.	45,00	450,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 02				R\$ 14.900,00	

**Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE**

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 22/06/2015, às 9h45min do dia 02/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 02/07/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	812	Desporto Comunitário
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.104	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos
Elemento de Despesa	3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 22 de junho de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **LEI Nº. 4.187/15 DE 18/06/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.187/15 DE 18/06/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Empresarial Rural e Cultural Camponovense – ACIR-CAN, CNPJ 83.826.958/0001-63, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para a organização e realização da 3ª Edição do Festival de São João.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV.: 2.032 – Realização de Eventos em Geral

ELEM. DE DESPESA: 92 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.00000

VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 16 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1.171**

PORTARIA Nº 1.171/15 DE 16/06/2015

TORNA PÚBLICO E NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA “V CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público que será realizada no dia 26 de junho de 2015, no auditório da Unoesc, a “V CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE”, das 13:00 às 18:00 horas.

Art. 2º. Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora da referida Conferência:

- Coordenador Geral: Leonardo Farias Santos

- Coordenadora Geral Adjunta: Vera Ottoneli Durli

- Secretaria Geral: Ana Paula da Silva Roveda

- Secretaria Geral Adjunta: Marcilene Guimaraes Delfino Titon

-Relator Geral: Gilberto Antonio Scussiato

- Relatora Geral Adjunta: Rosely de Fatima Oliveira

Art. 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2015 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES CAMISETAS PROERD**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 59/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2015**

No dia 18 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NESON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2015, Processo Licitatório nº. 59/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LONAS PARA IMPRESSÃO, ADESIVOS COM IMPRESSÃO DIGITAL E CAMISETAS SERIGRAFADAS PARA UTILIZAÇÃO DE ATLETAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E DE ALUNOS DO PROERD. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10751	Bozzano e Bozzano Ltda	
9492	FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	
9136	HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	
6102	NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6
11288	VANIA JOSEFINA BOCCALON MORETTO - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
Bozzano e Bozzano Ltda	85.323.392/0001-82	ENIO BOZZANO	350.854.609-87
FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	09.250.167/0001-85	FIORELO ADILSON MAZUTTI	560.703.149-72
HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	04.489.202/0001-08	JOEL PAULO GAI O ORSO	041.466.969-09
NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME	79.848.735/0001-20	NEURO JOSÉ MAYER	469.273.449-34
VANIA JOSEFINA BOCCALON MORETTO - ME	80.711.039/0001-56	MARISTELA RITA BOCCALON	625.630.259-15

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LONAS PARA IMPRESSÃO, ADESIVOS COM IMPRESSÃO DIGITAL E CAMISETAS SERIGRAFADAS PARA UTILIZAÇÃO DE ATLETAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E DE ALUNOS DO PROERD. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6102 - NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMISETAS ALGODÃO FIO 30 PENTEADO, COR PRETA, RAGLÁ NAS MANGAS PARA 7º ANO (tamanho infantil). Atrás policromia bandeira Campos Novos e frase, ( seja feliz, valorize sua vida!)e PROERD. Manga direita: logo Polícia Militar SC; manga esquerda: logo COMAD; frente: logo caíndo na real, e logo "seja amigo do COMAD". Obs: conforme desenho em anexo .	UN		450,000	14,0857	6.338,57
2	CAMISETAS ALGODÃO FIO 30 PENTEADO , COR PRETA RAGLÁ NAS MANGAS PARA OS PAIS (tamanho adulto). Atrás policromia bandeira Campos Novos e frase, ( seja feliz, valorize sua vida!)e PROERD. Manga direita: logo Polícia Militar SC; manga esquerda: logo COMAD; frente: logo caíndo na real, e logo "seja amigo do COMAD". Obs: conforme desenho em anexo .	UN		250,000	14,0857	3.521,43

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 59/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

Fornecedor: 6102 - NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CAMISETAS COLORIDAS (AZUL/BRANCA), MANGA CURTA, DE ALGODÃO, FIO 30.1, COM ESTAMPAS/SERIGRAFIA NA FRENTE ATRÁS E NAS MANGAS, TAMANHO ADULTO, PARA USO EM EVENTOS ESPORTIVOS. SERIGRAFIAS: - NAS COSTAS: número (aprox.15 cm) e nome do Município (aprox. 27cm); - NA FRENTE: Bandeira do Município e da SEL (Secretaria de Esporte e Lazer).	UN		80,000	14,2326	1.138,61
4	CAMISETAS BRANCAS, MANGA CURTA, DE ALGODÃO, FIO 30.1, COM ESTAMPAS/SERIGRAFIA NA FRENTE ATRÁS E NAS MANGAS, TAMANHO ADULTO, PARA USO EM EVENTOS ESPORTIVOS. SERIGRAFIA: - NAS COSTAS: número (aprox.15 cm) e nome do Município (aprox. 27cm); - NA FRENTE: Bandeira do Município e da SEL (Secretaria de Esporte e Lazer)	UN		80,000	13,5174	1.081,39
5	LONA 440gr 2,50X1m - PARA IMPRESSÃO DE TOTENS LOCALIZADOS NAS PRAÇAS. IMPRESSÃO: NOVA LEI - BEBIDAS ALCOOLICAS PARA MENORES (lei atual que torna crime o fornecimento de bebida alcoólica à crianças e adolescentes) LOGOS DOS PARCEIROS E AMIGOS DO COMAD	UN		4,000	225,0000	900,00
6	ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL, TAMANHO 20X30cm COM LOGOS DO COMAD E COLABORADORES, LEI ATUAL QUE TORNA CRIME O FORNECIMENTO DE BEBIDA ALCOOLICA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	UN		200,000	4,9900	998,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 59/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 59/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 59/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 59/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 59/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 18 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
**NESON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

Bozzano e Bozzano Ltda	CNPJ: 85.323.392/0001-82	_____
FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	CNPJ: 09.250.167/0001-85	_____
HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	CNPJ: 04.489.202/0001-08	_____
NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME	CNPJ: 79.848.735/0001-20	_____
VANIA JOSEFINA BOCCALON MORETTO - ME	CNPJ: 80.711.039/0001-56	_____

**CÂMARA MUNICIPAL****MOÇÃO Nº. 52/2015**

MOÇÃO Nº 52/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita Parabenação a...

**"IGREJA EVANGÉLICA SÓ O SENHOR É DEUS"**

É com grande satisfação que viemos através deste parabenizar a Igreja Evangélica "Só o Senhor é Deus" pelo grandioso evento que ocorreu no dia 17 de Maio do corrente ano.

Parabenizamos e agradecemos a todos pela dedicação e empenho que de uma forma colaboraram para fazer uma festa tão grandiosa, resgatando valores essenciais como a nossa família, e desta forma atraindo a família para a igreja.

Sendo assim, desejamos sucesso na realização de futuros eventos, e nos colocamos a sua inteira disposição como colaboradores e apoiadores

Sala das Sessões, em 25/05/2015.

Adavilson Telles
2º Secretário

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 53/2015**

MOÇÃO Nº 53/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita parabenização ao evento...

**"VETERINÁRIA NA PRAÇA"**

Parabenizamos a primeira turma de Medicina Veterinária da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Campos Novos pelo belíssimo evento que aconteceu no ultimo sábado no Centro da Cidade.

Pois foi um evento de grande importância, onde os alunos puderam

conscientizar o publico e distribuir materiais explicativos a todos que passavam pelo local.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os Professores e Alunos da primeira turma de Medicina Veterinária desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 25/05/2015.

Adavilson Telles
2º Secretário

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 54/2015**

MOÇÃO Nº 54/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do vereador Irineu Armando Osório Junior (Piratuba), manifesta integral e irrestrita parabenização a...

**"EQUIPE DE IDOSOS ATLETAS CAMPONOVENSES "**

Parabenizamos a toda equipe representante de nosso Município pela brilhante participação no 7º JASTI (Jogos Abertos da Terceira Idade) que ocorreu na cidade de Criciúma/SC.

Os jogos ofereciam diversas modalidades de competição, sendo que a equipe Camponovense destacou-se conquistando o "3º lugar no Truco Feminino".

Nos sentimos orgulhosos em saber que vocês levam o nome de nosso município por todo o Estado de Santa Catarina.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os atletas participantes, desejando-lhes sucesso nas próximas competições.

Sala das Sessões, em 01/06/2015.

Irineu Armando Osório Junior
Vereadora PSDB

Continuação moção nº. 54/2015...

Nelson Carafa	Dirceu José Kaiper
Presidente da Mesa	Vice-Presidente
Maurílio Castro Campagnoni	Adavilson Telles
1º Secretário	2º Secretário
José Tadeu Guzatti	Maria Gorete Lopes Cordeiro
Vereador	Vereadora
Ricardo Damásio	Rui Jorge Tomazoni
Vereador	Vereador



**MOÇÃO Nº. 55/2015**

MOÇÃO Nº 55/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE APLAUSO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio dos seus representantes legais, a pedido do Vereador Dirceu José Kaiper (Pé) manifesta integral e irrestrito agradecimento aos Senhores...

"SOLDADO SALMÓRIA E SOLDADO ANDRADE"

É com muita satisfação que os aplaudimos e agradecemos pela atuação de coragem e audácia na abordagem e perseguição decorrente da tentativa de furto em Barracão/RS, ocorrida na madrugada do dia 21 de maio do corrente ano, por volta das 2:00 horas da madrugada. Em uma ação conjunta entre Brigada Militar do RS, que na oportunidade acionou a G.U de Serviço de Campos Novos via Copom, dando-se o relato que três elementos, após uma tentativa de furto em uma Loja de Barracão/RS, deslocavam-se, em perseguição, com o policiamento da cidade em direção a Campos Novos/SC, no mesmo momento os Soldados Salmória e Andrade dirigiram-se ao Trevo da Gerwal com a BR 470, deparando-se com os elementos, os quais dispararam contra os policiais, que revidaram, havendo uma grande troca-de-tiros. Após a ação da Polícia Militar de Campos Novos, foram capturados dois dos três marginais, tirando-os de circulação, bem como, as duas armas que estavam de posse. Mesmo após as viaturas serem alvejadas de tiros nenhum policial ficou ferido, considerando que os policiais de Campos Novos apesar de jovens, demonstraram agilidade, eficácia, profissionalismo, além de colocarem suas vidas em risco em prol da segurança da população camponovense.

Nos sentimos realmente felizes e orgulhosos, por sabermos que existem pessoas como vocês, que preocupam-se e arriscam-se por seus semelhantes.

Agradecemos em nome das famílias camponovenses pelo ato heróico, pois assim temos a certeza de que estamos seguros.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sucesso no decorrer de sua vida, e nesta brilhante jornada que tendem a trilhar em defesa de nossos cidadãos.

Sala das Sessões, em 02/06/2015.

Dirceu José Kaiper	
Vice-Presidente	
Nelson Carafa	
Presidente da Mesa	

**MOÇÃO Nº. 56/2015**

MOÇÃO Nº 56/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes legais, a pedido do Vereador Dirceu José Kaiper(Pé), parabenizam à...

"NOVA DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DE CAMPOS NOVOS-SITRIPEL".

Pela eleição da Nova Diretoria, e pelo trabalho realizado junto ao Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de Campos Novos – SITRIPEL parabenizamos também o excelente evento de Confraternização ocorrido no dia 29 de maio do corrente ano.

Consideramos que a postura nas atuações quanto da busca incansável para que se tornassem realidade os trabalhos que contemplaram o SITRIPEL, e pela vontade que enxergamos na busca de melhorias em prol da classe trabalhadora, continuará ocorrendo crescentemente com a Nova Mesa Diretora. Reconhecemos o empenho e dedicação dos membros diante do sindicato, auxiliando os associados e toda a população camponovense da melhor forma possível.

Outrossim, desejamos sucesso a nova diretoria, no decorrer desta jornada que tende a brilhar ainda mais, nos colocando a disposição no que estiver ao nosso alcance.

Sala das Sessões, em 02/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Nelson Carafa
Vice-Presidente	Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 57/2015**

MOÇÃO Nº 57/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de um dos seus representantes legais, Vereador Nelson Carafa (Nelsinho), parabeniza à...

"EQUIPE DA COPERCAMPOS - BICAMPEÃ DO CAMPEONATO MUNICIPAL

- TAÇA 104.9 FM "

O referido Campeonato Municipal de Futebol chegou ao fim no dia 24/05 e a equipe da Copercampos garantiu o título da competição pelo segundo ano consecutivo.

O jogo aconteceu no Estádio Municipal Cid Caesar de Almeida Pedroso, e foi uma partida emocionante, com belas jogadas e grandes defesas.

Parabéns a toda a equipe que jogou com garra e determinação, levando para casa a taça de Campeã. Eles demostraram o resultado de muita dedicação, companheirismo e união.

Outrossim, desejamos sucesso a esta equipe no decorrer de sua jornada e desde já estamos torcendo por novas conquistas, nos colocando sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 01/06/2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

### MOÇÃO Nº. 58/2015

MOÇÃO Nº 58/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

" MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO "

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais, a pedido dos Vereadores Ricardo Damásio e Dirceu José Kaiper(Pé), manifesta integral e irrestrita Parabenização aos...

"SOLDADOS DO CORPO DE BOMBEIROS"

É com grande satisfação que viemos por meio deste Parabenizar os Soldados do Corpo de Bombeiros de Campos Novos THIAGO, REIS, GUERREIRO, OLIVEIRA e a Técnica de Enfermagem do SAMU THAIS, pelo excelente atendimento que prestaram na manhã do ultimo sábado dia 06 de junho, a eles os nossos agradecimentos pela ótima atuação que realizaram salvando a vida de uma Criança que sofreu de uma parada cardiorespiratória, sendo que era um bebe de apenas 47 dias.

Considerando que, os atendentes foram rápidos em salvar esse pequeno anjo, que estava passando mal e o trouxeram de novo ao mundo, com muita alegria e um grande sorriso no olhar desses pais que estavam se sentindo aflitos com o que estava acontecendo.

Aos Soldados do Corpo de Bombeiros e a Técnica de Enfermagem do SAMU o nosso agradecimento e respeito, e que a cada dia vocês sempre tenham o dom da sabedoria para ajudar as pessoas que em momentos difíceis precisam do chamado de vocês.

E que seus passos sempre estejam guiados e que Nossa Senhora Aparecida sempre os protejam em todos os seus dias de trabalho.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Ricardo Damásio	Dirceu José Kaiper
Vereador	Vice-Presidente

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

### MOÇÃO Nº. 59/2015

MOÇÃO Nº 59/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais, a pedido dos Vereadores Ricardo Damásio e Nelson Garafa, manifesta integral Parabenização a ....

" A AUGUSTA RESPEITADA BENEMÉRITA  
LOJA SIMBÓLICA SILÊNCIO E FRATERNIDADE"

É com grande satisfação que viemos por meio deste Parabenizá-los pelo excelente Jantar Dançante Alusivo aos 30 anos de Fundação, que se realizou-se no dia 06 de junho do corrente ano. Parabéns pela linda festa e pela ótima organização, e em especial, nossos agradecimentos pelo convite que nos foi enviado. Ficamos lisonjados de estarmos juntos a vocês e poder comemorar esses 30 anos de atuação em nosso Município. Outrossim, desejamos pelo sucesso e sabedoria no decorrer de seus dias.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Ricardo Damásio	Nelson Carafa
Vereador	Presidente da Mesa

### MOÇÃO Nº. 60/2015

MOÇÃO Nº 60/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita parabenização ao evento...

"1º BAIXOS CN"

Parabenizamos todos os organizadores do 1º BAIXOS CN que ocorreu no dia 07 de Junho do corrente ano no parque de exposições Leônidas Rupp em Campos Novos.

Considerando que este foi um evento de grande importância para os amantes de carros rebaixados e som automotivo. Evento esse que contou com mais de 2000 pessoas visitando o local e mais de 90 carros competindo em várias categorias.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os organizadores que de uma forma ou outra se empenharão para que esse evento fosse de grande importância, desejando-lhes sucesso nos próximos eventos.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Adavilson Telles
2º Secretário

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 61/2015**

MOÇÃO Nº 61/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni (Cássio), o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a Senhora...

**"MARLIESE DA CASS MECABÔ"**

Pelos 06 anos à frente da Diretoria da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos/SC, bem como, parabenizá-la pela coordenação das atividades internas do hospital que assumirá a partir de agora.

Considerando, seus trabalhos realizados por todos esses anos em busca de melhorias na saúde de nosso Município nos fazem ter a plena certeza da eficiência e eficácia, mantida pela Senhora, onde visou sempre melhorias, inovações, crescimento, adaptações e acima de tudo, qualidade de vida em prol da população camponovesa, mostrando-se sempre capaz de suas atividades e exigências cabíveis a seu cargo.

Consideramos que seus trabalhos foram e continuarão sendo exemplos na saúde, e de suma importância para o crescimento de nosso Município, pois demonstrou experiência e conhecimento absoluto nesta área.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada consideração, desejando-lhe pleno sucesso em sua caminhada no decorrer dos trabalhos que ainda estão por vir, deixando-nos a sua inteira disposição.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Maurílio Castro Campagnoni	Nelson Carafa
2º Secretário	Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 62/2015**

MOÇÃO Nº 62/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A Pedido do vereador Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização a...

**"COMISSÃO DOS FESTEIROS DE LINHA GALDINA DO DISTRITO DE BARRA DO LEÃO"**

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a "Comissão e Festeiros" da Festa da Comunidade da Linha Galdina do Distrito e Barra do Leão pela realização da belíssima festa que

aconteceu neste último domingo dia 07 de junho do corrente ano. Parabenizamos a todos que ajudaram, de uma forma ou de outra, em prol do sucesso da festa, com disposição e vontade obtendo resultados positivos visando o melhor para a Comunidade. Manifestamos aqui protestos de elevada estima e distinta consideração, desejando pleno sucesso na continuação destes trabalhos.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Rui Jorge Tomazoni	Nelson Carafa
Vereador	Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 63/2015**

MOÇÃO Nº 63/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A pedido do Vereador Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

**"ESCOLA ANDRÉ REBOUÇAS DO DISTRITO DE BARRA DO LEÃO"**

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a Coordenação, alunos, professores e demais envolvidos pela grande Festa Junina da Escola André Rebouças do Distrito de Barra do Leão, realizada no dia 06 de junho de 2015, onde contou com um número elevado de pessoas.

Parabenizamos também a cada um que ajudou em prol do sucesso desta festa, com disposição e vontade trazendo entretenimento, cultura e socialização para com a comunidade do Distrito de Barra do Leão.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada consideração, desejando pleno sucesso na caminhada de cada um no decorrer dos trabalhos desta escola, deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Rui Jorge Tomazoni	Nelson Carafa
Vereador	Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 64/2015**

MOÇÃO Nº 64/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A pedido do Vereador Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização ao...

**"PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC"**

Pela construção do Campo de Futebol Suíço, na Comunidade 30 de Outubro e Humaitá, bem como pela inauguração do mesmo,

ocorrida no dia 07 de junho do corrente ano.

Trabalhos como este nos fazem ter a plena certeza da eficiência e eficácia, mantida pelo nosso Poder Executivo, que visa sempre melhorias, inovações, crescimento urbano e rural, adaptações e acima de tudo qualidade de vida em prol da população camponovense. Outrossim, parabenizamos o Prefeito Municipal Nelson Cruz e por seu nome citado, parabenizamos a todos os envolvidos por esse excelente trabalho realizado deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Rui Jorge Tomazoni	Nelson Carafa
Vereador	Presidente da Mesa

## MOÇÃO Nº. 65/2015

MOÇÃO Nº 65/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do Vereador Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

### "COMUNIDADE DO DISTRITO DE BARRA DO LEÃO"

Pela inauguração do Campo de Futebol Suíço, na Comunidade 30 de Outubro e Humaitá, bem como pela realização do Torneio de Futebol Suíço, ocorrida no dia 07 de junho do corrente ano.

Trabalhos como este não teriam sentido ou necessidade se não fosse pela aprovação, incentivo, e colaboração da população camponovense, a partir do momento onde há valorização de ganhos e atribuições para as localidades a que residimos conquistamos em conjunto melhorias em prol de nossos municípios.

Outrossim, parabenizamos a toda a comunidade e por ela, parabenizamos a todos os envolvidos por esse excelente trabalho realizado deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 10/06/2015.

Rui Jorge Tomazoni	Nelson Carafa
Vereador	Presidente da Mesa

## MOÇÃO Nº. 66/2015

MOÇÃO Nº 66/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Ricardo Damásio, manifesta integral e irrestrita parabenização ao...

"SARGENTO MILITAR GILMAR MARCO PEREIRA E O

" CABO DALMIR MOCELIN- " INSTRUTORES DO PROERD" É com grande satisfação que vimos por meio deste, parabenizar aos instrutores - Sargento Militar Gilmar Marco Pereira e o Cabo Dalmir Mocelin, pelo ótimo trabalho que os mesmos vem desenvolvendo em prol de nossas crianças e adolescentes como instrutores do Programa PROERD na área desta Companhia, desde o surgimento deste programa em nosso município, no ano de 2001.

Nestes últimos 14 anos o 3º Sgt PM foram ministradas aulas com total comprometimento, dedicação, alegria e respeito a mais de 16.000 crianças e adolescentes, o que representa 50% da população de Campos Novos.

O PROERD, " carro chefe" da Polícia Militar de Santa Catarina, não é de outra forma visto em Campos Novos. Marco e Dalmir são pessoas admiradas por sua conduta e responsáveis, não só pelos seus pares e superiores, mas por todas as crianças, adolescentes, pais, professores, diretores de estabelecimentos escolares, classe política, imprensa, e outro mais. Eles ministram aulas em todos os currículos do PROERD: 3ºs, 5ºs e 7ºs anos, além do PROERD para pais.

Desejamos a eles que sempre tenham essa força de vontade de estar ensinando as crianças o verdadeiro sentido da vida e fazendo com que aprendam as coisas certas.

Parabéns e sucesso por este trabalho, em especial, pela Formação que ocorrerá no mês de julho do corrente ano, Que a cada dia vocês realizem os seus trabalhos com profissionalismo, garra e vontade de aprender sempre mais e continuem prestando este excelente serviço a toda a nossa população.

Sala das Sessões, em 12/06/2015.

Ricardo Damásio	Nelson Carafa
Vereador PP	Presidente da Mesa

## MOÇÃO Nº. 67/2015

MOÇÃO Nº 67/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido dos Vereadores, Dirceu José Kaiper, José Tadeu Guzatti, e Nelson Carafa, manifesta integral e irrestrita parabenização a...

"CIPA, E SETOR DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO - COPERCAMPOS "

É com grande satisfação que viemos por meio deste, Parabenizar a equipe da CIPA, e o SETOR DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, pela promoção, e ação durante o mês de maio da Campanha "Maio Amarelo: Atenção Pela Vida " com o objetivo de chamar a atenção da sociedades para o alto índice de mortes e feridos no trânsito.

Em nome de toda a equipe, parabenizamos, em especial, a idealizadora da campanha e organizadora das ações em Campos Novos, Engenheira de Segurança do Trabalho, senhora Vanessa Marin, pelo brilhante trabalho realizado em todas as unidades e grupos escolares de nosso Município com a ação "1º Prêmio de Desenho



Copercampos", onde foram premiados em duas categorias: A primeira categoria do 1º ao 3º ano e a segunda categoria do 4º ao 5º ano do ensino fundamental.

Somos sabedores que para transformar uma sociedade, é importante a participação, conscientização e o desejo de cada criança, adolescente, adulto ou idoso. É necessário que os pais, professores, empresários e as próprias autoridades percebam que atitudes corretas no trânsito fazem a diferença e podem salvar vidas.

Outrossim, desejamos pleno sucesso nas futuras ações, nos colocando a disposição.

Sala das Sessões, em 12/06/2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Continuação moção nº. 67/2015...

Dirceu José Kaiper	José Tadeu Guzatti
Vice-Presidente	Vereador
Antônio Rosa	Irineu Armando Osório Junior
Vereador	Vereador
Adavilson Telles	Maurílio Castro Campagnoni
2º Secretário	1º Secretário
Ricardo Damásio	Rui Jorge Tomazoni
Vereador	Vereador

## MOÇÃO Nº. 68/2015

MOÇÃO Nº 68/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido dos Vereadores Dirceu José Kaiper (Pé) e Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização ao...

"GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL JARDIM BELA VISTA "

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a Coordenação, alunos, professores e demais envolvidos pela grande Festa Junina realizada no dia 13 de junho de 2015, da GEM Jardim Bela Vista.

Parabenizamos também a cada um que ajudou em prol do sucesso desta festa, com disposição e vontade trazendo entretenimento, cultura e socialização para nosso Município.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada consideração, desejando pleno sucesso na caminhada de cada um no decorrer dos trabalhos desta escola, deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 15/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Rui Jorge Tomazoni
Vice-Presidente	Vereador

Continuação moção nº. 68/2015...

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

José Tadeu Guzatti	Maurílio Castro Campagnoni
Vereador	1º Secretário

## MOÇÃO Nº. 69/2015

MOÇÃO Nº 69/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido dos Vereadores Dirceu José Kaiper (Pé) e Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

### "CEIM Sonho Infantil "

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a Coordenação, alunos, professores e demais envolvidos pela grande Festa Junina realizada no dia 13 de junho de 2015.

Parabenizamos também a cada um que ajudou em prol do sucesso desta festa, com disposição e vontade trazendo entretenimento, cultura e socialização para nosso Município.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada consideração, desejando pleno sucesso na caminhada de cada um no decorrer dos trabalhos desta escola, deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 15/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Rui Jorge Tomazoni
Vice-Presidente	Vereador

Continuação moção nº. 69/2015...

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

José Tadeu Guzatti	Maurílio Castro Campagnoni
Vereador	1º Secretário

## MOÇÃO Nº. 70/2015

"MOÇÃO Nº 70/2015"

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### "Moção de Parabenização"

A pedido dos Vereadores Dirceu José Kaiper (Pé) e Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

"E.E.B. Henrique Rupp Júnior "

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a coordenação, alunos, professores e demais envolvidos pela grande Festa Junina realizado no dia 13 de junho de 2015, da E.E.B. Henrique Rupp Júnior.

Parabenizamos também a cada um que ajudou em prol do sucesso desta festa, com disposição e vontade trazendo entretenimento, cultura e socialização para nosso Município.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada



consideração, desejando pleno sucesso na caminhada de cada um no decorrer dos trabalhos desta escola, deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 16/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Rui Jorge Tomazoni
Vice-Presidente	Vereador

Continuação moção nº. 70/2015...

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

José Tadeu Guzatti	Maurílio Castro Campagnoni
Vereador	1º Secretário

## MOÇÃO Nº. 71/2015

"MOÇÃO Nº 71/2015"

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"Moção de Parabenização"

A pedido dos Vereadores Dirceu José Kaiper (Pé) e Rui Jorge Tomazoni, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

"E.E.B. Paulo Blasi "

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a Coordenação, alunos, professores e demais envolvidos pela grande Festa Junina realizado no dia 13 de junho de 2015, da E.E.B. Paulo Blasi.

Parabenizamos também a cada um que ajudou em prol do sucesso desta festa, com disposição e vontade trazendo entretenimento, cultura e socialização para nosso Município.

Outrossim, manifestamos protestos de estima e elevada consideração, desejando pleno sucesso na caminhada de cada um no decorrer dos trabalhos desta escola, deixando-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 16/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Rui Jorge Tomazoni
Vice-Presidente	Vereador

Continuação moção nº. 71/2015...

Nelson Carafa  
Presidente da Mesa

José Tadeu Guzatti	Maurílio Castro Campagnoni
Vereador	1º Secretário

## MOÇÃO Nº. 72/2015

MOÇÃO Nº 72/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja

oficiado ao homenageado a seguinte...

"Moção de Parabenização"

A Pedido do vereador Dirceu José Kaiper (Pé), o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização a...

"Comissão e Festeiros do Bairro Santo Antônio"

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a "Comissão e Festeiros" da Festa do Bairro Santo Antônio pela realização da belíssima festa que aconteceu neste último domingo dia 14 de junho do corrente ano.

Parabenizamos a todos que ajudaram de uma forma ou de outra em prol do sucesso da festa, com disposição e vontade obtendo resultados positivos visando o melhor para a Comunidade.

Manifestamos aqui protestos de elevada estima e distinta consideração, desejando pleno sucesso na continuação deste trabalho.

Sala das Sessões, em 16/06/2015.

Dirceu José Kaiper Nelson Carafa
Vice-Presidente Presidente da Mesa

## MOÇÃO Nº. 73/2015

MOÇÃO Nº 73/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A Pedido dos vereadores Rui Jorge Tomazoni, Ricardo Damásio e Nelson Carafa, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização a...

"COMISSÃO DA CAPELA DA COMUNIDADE DE CAXAMBU"

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar a comissão da capela, moradores, e demais envolvidos pela realização do Grandioso Bingo Beneficente da Capela da Comunidade Caxambu, que aconteceu neste último sábado dia 13 de junho do corrente ano.

Parabenizamos a todos que ajudaram de uma forma ou de outra em prol do sucesso da festa, com disposição e vontade obtendo resultados positivos visando o melhor para a Comunidade.

Manifestamos aqui protestos de elevada estima e distinta consideração, desejando pleno sucesso na continuação deste trabalho.

Sala das Sessões, em 15/06/2015.

Rui Jorge Tomazoni Vereador	
Ricardo Damásio Vereador	Nelson Carafa Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 74/2015**

MOÇÃO Nº 74/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A Pedido do vereador Dirceu José Kaiper (Pé), o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização ao...

**"Rotary Club"**

É com grande satisfação que vimos por meio desta, parabenizar ao Rotary Clube, presidente, coordenação, integrantes e demais envolvidos pela realização do belíssimo Jantar Italiano integrante do Festival de São João 2015 que aconteceu neste último sábado dia 13 de junho do corrente ano, no Salão Paroquial.

Parabenizamos a todos que ajudaram de uma forma ou de outra em prol do sucesso da festa, com disposição e vontade obtendo resultados positivos visando o melhor para a Comunidade.

Manifestamos aqui protestos de elevada estima e distinta consideração, desejando pleno sucesso na continuação deste trabalho.

Sala das Sessões, em 16/06/2015.

Dirceu José Kaiper	Nelson Carafa
Vice-Presidente	Presidente da Mesa

**MOÇÃO Nº. 75/2015**

MOÇÃO Nº 75/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Governador do Estado de Santa Catarina e demais responsáveis a seguinte...

**"MOÇÃO DE APOIO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrito apoio ao...

**"AUMENTO DO EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL E A APROVAÇÃO DA ESCOLHA DO DELEGADO - GERAL DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DE VOTAÇÃO DA CLASSE"**

A pedido de todos os vereadores, viemos através desta, manifestar o nosso irrestrito apoio à ADEPOL/SC – Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina na luta pelo aumento do efetivo da Polícia Civil, bem como, para a aprovação da Escolha do Delegado-Geral da Polícia Civil por meio de votação da Classe, através da lista tríplice, o que daria mais força a polícia civil.

Considerando que a Polícia Civil, é dirigida por Delegados de Polícia de carreira, tem a incumbência de investigar infrações penais, elucidando seus autores, Por isso, unidades policiais, investigativas e bem estruturadas, com numero mínimo de policiais, bem treinados e devidamente remunerados, coordenados por Delegados de Polícia, terão o condão de garantir uma efetiva segurança publica

para nossos municípios.

Desta forma, nós do Poder Legislativo Municipal de Campos Novos-SC apoiamos a Classe dos Policiais Cíveis do Estado de Santa Catarina, pois somos sabedores da importância da valorização desta Classe, levando em conta o trabalho realizado todos os dias em prol da segurança dos catarinenses.

Diante do exposto, solicitamos que este documento seja enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina para que sejam tomadas, o mais breve possível, as medidas cabíveis para a concretização desta solicitação.

Sendo o que havia para o momento.

Sala das Sessões, em 15/06/2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Dirceu José Kaiper	Maurílio Castro Campagnoni
Vice-Presidente	1º Secretário
Adavilson Telles	Antônio Rosa
2º Secretário	Vereador
Irineu Armando Osório Junior	José Tadeu Guzatti
Vereador	Vereador
Ricardo Damásio	Rui Jorge Tomazoni
Vereador	Vereador

Lido no Expediente

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº. 24/2015**

Portaria Nº 24/2015

**NOMEIA O SERVIDOR NEI MAXIMINO DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, o Sr. NEI MAXIMINO DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do CI nº 2.145.687 - SSP/SC, CPF nº 769.784.359-53, para o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP - 01 da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 18 de Junho de 2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 541/2015

PORTARIA Nº. 541/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a PRISCILA SZU-CK, concursada no cargo de Telefonista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 29/06/2015 a 08/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 542/2015

PORTARIA Nº. 542/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a MAGALI DE CASTRO OLIVEIRA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 15/06/2015 a 14/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 543/2015

PORTARIA Nº. 543/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a TERESINHA MARIA SCHU, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 19/06/2015 a 28/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 544/2015

PORTARIA Nº 544/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora ANA MARIA ROHR-BACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no período de 10/06/2015 a 09/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 545/2015**

PORTARIA Nº. 545/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

**CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a DALVANA PORTELLA FELIX BIALESKI, concursada no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 03/06/2015 a 30/09/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 546/2015**

PORTARIA Nº. 546/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 496/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo de 2010/2011 e 10 dias referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/06/2015 a 20/06/2015, conforme requerimento.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 547/2015**

PORTARIA Nº. 547/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito no Ofício Nº 012/2015 e seus respectivos documentos em anexo, proveniente da Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 548/2015**

PORTARIA Nº. 548/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARINES FERREIRA HOLLER, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/06/2015, conforme comunicação interna nº 217/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 549/2015**

PORTARIA Nº. 549/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, que é de interesse público manter o servidor contratado nos serviços;  
CONSIDERANDO, conformidade com a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, Art. 2º; Parágrafo 1º; Inciso II;  
CONSIDERANDO, que a titular da vaga está em licença para maternidade; Resolve:

#### **PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional RAFAELA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS, na função de Servente, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 12/08/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da servente Roseli Terezinha Kaszszuck da Silva, a qual está em licença maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 550/2015**

PORTARIA Nº. 550/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ANDRÉIA APARECIDA MANGUE, efetiva no cargo de Monitor PETI, junto a Secretaria Municipal de

Assistência Social, a partir de 30/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido JAIR ALVES PEREIRA, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 30/06/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 551/2015**

PORTARIA Nº. 551/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARIA SUELI ADAMSKI VOUK, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido JOELCIO JOSÉ GONÇALVES DE LIMA, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/06/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 552/2015**

PORTARIA Nº. 552/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

#### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ROSANGELA APARECIDA PADILHA, efetiva no cargo



de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/06/2015, conforme comunicação interna nº 220/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 553/2015**

PORTARIA Nº. 553/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR PORTARIA

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 538/2015 que nomeou para exercer o cargo de Odontólogo, para atuar na Unidade Prisional Avançada – UPA e na Unidade Básica de Saúde de Márcilio Dias, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional BRUNAH DE OLIVEIRA BUCHE, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 44604, e convocada conforme Edital nº 033 de 18 de Maio de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 16/06/2015, conforme comunicação interna nº 221/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 554/2015**

PORTARIA Nº. 554/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, 30% de regência, período vespertino, designada para a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional GENY LEFFEL FONTES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 040/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 19/06/2015, conforme comunicação interna nº 306/SME/2015.

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, 15% de regência, período vespertino e matutino, designada para o CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELIZETE ALVES CORRÊA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 037/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2015, conforme comunicação interna nº 305/SME/2015.

Art. 3º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designada para o CEI Ruth Rocha, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANDREIA APARECIDA MANGUE SCHUPEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2015, conforme comunicação interna nº 304/SME/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 555/2015**

PORTARIA Nº. 555/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ELIZETE ALVES CORRÊA, contratada na função de Professor de Arte, 40 horas semanais na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 556/2015**

PORTARIA Nº. 556/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a AIESSA TALITA TAVARES, concursada no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 29/06/2015 a 13/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 557/2015**

PORTARIA Nº. 557/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 20/07/2015 a 29/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 558/2015**

PORTARIA Nº. 558/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designada para a EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional LIANA CRISTINA METZGER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 039/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 22/06/2015, conforme comunicação interna nº 308/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 54/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/15  
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/15  
CONTRATADO: MAURI METKA RODRIGUES & CIA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PORTÕES EM FERRO GALVANIZADO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais)  
DATA: 18/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 58/2015 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/15  
HOMOLOGAÇÃO: 19/06/15  
CONTRATADO: AQUINPEL SUPR.INFORM.ESCRIT. REPRES.COMERCIAL LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 62.903,16 (sessenta e dois mil novecentos e três reais e dezesseis centavos)  
DATA: 19/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMAS 01/2015**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório n.º FMAS 08/2015  
Inexigibilidade de Licitação n.º FMAS 01/2015

Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

Objeto: CONFECÇÃO DE 5.000 CARTILHAS DA OBRA "TODA CRIANÇA TEM O DIREITO DE VIVER A INFÂNCIA" – ISBN 978-85-61726-39-3, NO FORMATO 21X25CM, 16 PÁGINAS COLORIDAS, PAPEL RECICLADO 90G/M², PERSONALIZADAS COM BRASÃO NA CAPA, VOLTADA A EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS GRUPOS E PROJETOS DO PETI..

Valor: R\$ 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais).

Data da homologação: 17/06/2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 13/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Processo Licitatório n.º PMC 114/2015  
Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 13/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, CAPUT, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: ADRIANO KLOCK - ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais ).

Data da homologação: 19/06/2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 58/2015 (ELETRÔNICO)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Pregos (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 93/2015

Licitação.....: 58/2015 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 62.903,16

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Prego Unitário	Prego Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 2052	- PAPEL A4 FORMATO 210X297MM, CAIXAS COM 10 RESMAS - Unidade: CXA						
11322	AQUINPEL SUPR.INFORM.ESCRIT. REPRES.COMERCIAL LTD.	ONE	642,000	0,0000	97,9800	62.903,16	Venceu	0

	Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
	PAULO CESAR SAFANELLI - .....	SUPLENTE
	FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - .....	EQUIPE DE APOIO
	ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - .....	SUPLENTE
	CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	28.754/SC
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	CRC/SC 028524/O-0
	VANESSA LANGER - .....	

# Capinzal

## PREFEITURA

### Edital 017/2015

EDITAL Nº 017, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Governo Federal através do Ministério das Cidades, CEF/MCidades – Processo nº 0352.423-44, Integração Assentamento Precário – Loteamento Nova Capinzal, no valor de R\$ 3.775,82 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Capinzal - SC, 18 de junho de 2015.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças

### PORTARIA 159/2015

PORTARIA Nº 159, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 02 de fevereiro de 2015, Andressa July Mantovani, matrícula 162590/02, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, nível CC – 3, conforme anexo IV – E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Andressa July Mantovani

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em exercício, Sr. Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. Andressa July Mantovani, matrícula 162590/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, nomeada pela Portaria nº 159, de 02 de fevereiro de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal



**RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 015/2015**

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

EDITAL N° 015/2015

PROFESSOR DE HISTÓRIA		
Escola Municipal Ernesto Hachmann	20 horas	Romario Claudino Martinazzo

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/22/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial N° CAO/22/2015

Processo Licitatório N° CAO/0224/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Fornecimento e instalação de granitos em soleiras de portas, janelas, muros e sacadas, e em patamar, espelhos e rodapés de escadas, destinados à obra de ampliação (Etapa 01) da sede administrativa do SIMAE.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 02 de julho de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 22 de junho de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015**

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2015

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO**

Sidnei Penzo, Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Capinzal e Ouro, SC, no uso de suas atribuições, informa a todos os interessados que em todo o texto do Edital de Abertura, datado de 12/06/2015, onde se lê "Decreto Municipal de Capinzal n.º 016/97, de 09/05/1997", deve ser considerado Decreto Municipal de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014, que contém o atual Regulamento do SIMAE, que está disponível para consulta no site do SIMAE - [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br) - e que será objeto de questões para a Prova Escrita de todos os cargos.

Publique-se.

Capinzal, SC, 19 de junho de 2015.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

# Catanduvás

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2015 - PREGÃO Nº 0034/2015

ADENDO AO EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº 0034/2015

A Prefeita do Município de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de alteração de descritivos, do ANEXO I do Edital e a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0034/2015, conforme segue:

a) Nos itens 2, 10 e 11, do capítulo 5 – ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital, onde se lê:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	5	UN		ESTABILIZADOR Potencia 800VA ou superior com indicador luminoso Bivolt 6 tomadas no mínimo	13,00	65,00
10	2	UN		Computador II (outros) Gabinete ATX Gabinete - Deve ter tecnologia BTX ou ATX e com 04 (quatro) baías; - O gabinete deve ter características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, unidade óptica, placas de expansão tipo PCI. - Fonte de alimentação operando em 100-240 VAC - Deve conter slot para placas mínimo 2 pci-express e mínimo 1 pci - Unidade de leitura/gravação DVD-RW com barramento SATA, sendo gravador de CD e DVD; - Disco Rígido SATAII 3Gbytes/s, com tecnologia S.M.A.R.T, com 500Gbytes de capacidade, 7.200 RPM. Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em Português (Brasil), com mídia DVD; com licença de uso Processador (6m Cache, up to 3.60Ghz) Velocidade do Clock 2.60 Nº de núcleos/nº threads 4/8 Tdp/potência 47 Tipo de Memória ddr 1333,1600 ou superior Placa Mãe com expansão de até 16GB RAM(mínimo), com monitoramento da temperatura, voltagem, SMART e rotação do cooler diretamente da placa básica, com suporte dual channel; HD SATA 3.0 1TB 7200 rpm Memória 8GB ddr3 1600mhz possibilidade até 16Gb Placa de Vídeo - Asus GeForce GTX 650 TI - 2 GB Off - board Monitor de 21" ou superior LED Cabo RGB Bivolt widescreen Teclado Abnt II (usb) Mouse óptico USB com Scroll Placa de Rede velocidade Gigabit - 8 (oito) interfaces USB 2.0 conector A sendo no mínimo 2 (dois) frontais. Entrada para cartão de Memória Placa de som onboard Caixas de som Leitor e gravador de cdc/dvd	3.500,00	7000,00
11	6	UN		Computador II (outros) Gabinete ATX Gabinete - Deve ter tecnologia BTX ou ATX e com 04 (quatro) baías; - O gabinete deve ter características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, unidade óptica, placas de expansão tipo PCI. - Fonte de alimentação operando em 100-240 VAC - Deve conter slot para placas mínimo 2 pci-express e mínimo 1 pci - Unidade de leitura/gravação DVD-RW com barramento SATA, sendo gravador de CD e DVD; - Disco Rígido SATAII 3Gbytes/s, com tecnologia S.M.A.R.T, com 500Gbytes de capacidade, 7.200 RPM. Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em Português (Brasil), com mídia DVD; com licença de uso Processador (3m cache up to 3.30) Velocidade do clock 3.10 Nº de núcleos/nº threads 4/4 Tdp/potência 47 Tipo de Memória ddr 1333,1600 ou superior Placa Mãe com expansão de até 16GB RAM(mínimo), com monitoramento da temperatura, voltagem, SMART e rotação do cooler diretamente da placa básica, com suporte dual channel; HD SATA 3.0 500GB 7200 rpm Memória 4GB ddr3 1600mhz possibilidade até 16Gb Placa de vídeo onboard Monitor de 21" ou superior LED Cabo RGB Bivolt widescreen Teclado Abnt II (usb) Mouse óptico USB com Scroll Placa de Rede velocidade Gigabit - 8 (oito) interfaces USB 2.0 conector A sendo no mínimo 2 (dois) frontais. Entrada para cartão de Memória Placa de som onboard Caixas de som Leitor e gravador de cdc/dvd	2.400,00	14400,00

Leia-se:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	5,00	UN		ESTABILIZADOR Potencia 800VA ou superior com indicador luminoso Bivolt 6 tomadas no mínimo	130,00	650,00
10	2,00	UN		Computador I com as seguintes características mínimas: Processador 3.4Ghz Geração 4 8Mb Cache, 4 núcleos, 8 threads, tdp Máximo 84w, Suporte a Memória DDR3 1333/1600; Placa Mãe chipset Suporte a Memória com total de 16Gb (suporte a DualChanel), Lan Giga-bit, Áudio 7.1 Canais 4 saídas USB 2.0 (painel Traseiro) + 2 Frontais, 1 slot PCI Exp 16x, 2 Slot PCI, 1 SLOt PCI Exp; Memória DDR3 8Gb 1600MHz Garantia Lifetime; HD 1TB 7200RPM SATA3 64mb cache 6Gb/s; Monitor LED 21,5" FullHD; Placa de Video GeForce 750 2GB DDR5; Gravador e Leitor de CD/DVD SATA; Leitor de Cartão de Memória (interno); Mouse Óptico USB; Teclado USB; Caixas de Som; Fonte 600W REAIS com Certificado 80Plus Bronze (PFC ATIVO); Gabinete 4 baías com Tool Less para Abertura e Drivers; Windows 7 PRO 64 bits Português c/ mídia de instalação Com Certificação ISO 9001	3.500,00	7000,00
11	6,00	UN		Computador II com as seguintes características mínimas: Processador 3.3Ghz Geração 4 6Mb Cache, 4 núcleos, 4 threads, Suporte a Memória DDR3 1333/1600; Placa Mãe chipset Suporte a Memória com total de 16Gb (suporte a DualChanel), Lan Giga-bit, Áudio 7.1 Canais 4 saídas USB 2.0 (painel Traseiro) + 2 Frontais, 1 slot PCI Exp 16x, 2 Slot PCI, 1 SLOt PCI Exp; Memória DDR3 4Gb 1600MHz Garantia Lifetime; HD 500GB 7200RPM SATA3 16mb cache 6Gb/s; Monitor LED 21,5" FullHD; Processador Gráfico On-Board. Gravador e Leitor de CD/DVD SATA; Leitor de Cartão de Memória (interno); Mouse Óptico USB; Teclado USB; Caixas de Som; Fonte 220W REAIS Gabinete 4 baías com Tool Less para Abertura e Drivers; Windows 7 PRO 64 bits Português c/ mídia de instalação Com Certificação ISO 9001	2.400,00	14400,00

b) Fica retificado as disposições do edital de Pregão nº 0034/2015, sobre a data da entrega do envelope de proposta/habilitação e credenciamento e data de abertura, que passa a ter a seguinte redação:

- Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 02 de julho de 2015;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 29 de junho de 2015;
- Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 02 de julho de 2015.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 19 de junho de 2015.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

**ANEXO LEI Nº 2.496/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CULTURA E DESPORTO**

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



**GISA APARECIDA GIACOMIN**

*Prefeita*

**ALBERTO BROLL**

*Vice-Prefeito*

**CLÓVIS JOSÉ DE LUCCA**

*Secretário Municipal de Educação*



CLÓVIS JOSÉ DE LUCCA  
TASSIANA CLAUDIA FELIPE  
ABEGAIR CHINATTO BIASI  
ALDA MARMENTINI NORA  
ALESSANDRA WANESSA COLLA  
ANGELA MARIA CASSIANO DE MORAES DA CRUZ  
ELENIR FÁTIMA CHINATO FILIPINE  
LUCÍLIA APARECIDA BOSCATO BROLL  
MARIA HELENA MACEDO KNEBEL  
MARISTELA APARECIDA BORELLA BARAÚNA  
SILVIA TALINI  
SOLANGE FÁTIMA MAYER SECCO  
VALÉRIA RIBEIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**Comissão Municipal de Adequação**  
**Plano Municipal de Educação**

**COLABORADORES DO PME 2015**

JOÃO CARLOS DA GAMA  
**AVALIADOR EDUCACIONAL – SUPERVISOR  
MEC/SASE/DICOPE – SED/SC E UNDIME-SC**

ROSANGELA MARIA DALAGNOL PARIZZI  
**AVALIADOR TÉCNICO SASE/MEC**

NEUSA DE MATOS BARBOSA –  
**ARTICULADORA DA REDE ESTADUAL**

4

## SUMÁRIO

Sumário .....	Pág. 05
Introdução.....	Pág. 12
Apresentação.....	Pág. 15
1. EIXO I: UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	Pág. 17
Diagnóstico .....	Pág. 18
Metas e estratégias (1 à 4).....	Pág. 25
2. EIXO II: QUALIDADE DO ENSINO.....	Pág. 36
Diagnóstico .....	Pág. 37
Metas e estratégias (5 à 9).....	Pág. 40
3. EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO.....	Pág. 46
Diagnóstico .....	Pág.47
Metas e estratégias (10 à 14).....	Pág. 51
4. EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	Pág. 57
Diagnóstico .....	Pág. 58
Metas e estratégias (15 à 18).....	Pág. 60

**5. EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO..... Pág. 66****Diagnóstico ..... Pág. 67****Metas e estratégias (19 à 20)..... Pág. 74****Lista de Siglas ..... Pág. 79****Referências Bibliográficas ..... Pág.81**

**EIXO I: UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**META 1:** Universalizar o atendimento escolar da população de 4(quatro) e 5(cinco) anos, e ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a 80 %(oitenta por cento) da população de até 3 (três) anos de Catanduvas, até o final da vigência deste PME.

**META 2:** Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos, garantindo que 95%(noventa e cinco por cento) das crianças concluam a etapa na idade recomendada, até o ultimo ano de vigência deste plano.

**META 3:** Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%(oitenta e cinco por cento), nesta faixa etária.

**META 4:** Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.



## **2. EIXO II: QUALIDADE DO ENSINO**

**META 05:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

**META 06:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50 % (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25 % (vinte cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

**META 07:** Atingir as médias nacionais para o IDEB (Índice Nacional da Educação Básica).

**META 08:** Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

**META 09:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) e erradicar, até o final da vigência deste plano o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

## **3. EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO.**

**META 10:** Elevar a escolaridade da população de 18(dezoito) a 24(vinte e quatro) anos de modo alcançar no mínimo 12(doze) anos

de estudo para a população do campo, bem como, igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

**META 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio assegurando a qualidade da oferta.

**META 12:** Incentivar e apoiar a população dos 11(onze) municípios da AMMOC, para que busquem a formação no Ensino Superior, com prioridade na faixa etária de 18(dezoito) a 24(vinte e quatro) anos, assegurando pelo menos 40%(quarenta por cento) das matrículas para o segmento público.

**META 13:** Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior.

**META 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, nos cursos de mestrado e doutorado.

#### **4. EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**META 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica

9

possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam .

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos Sistemas de Ensino.

**META 17:** Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

**META 18:** Assegurar que aconteçam as alterações necessárias no Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

## **5. EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO**

**Meta 19:** Garantir práticas colegiadas, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática, elencando critérios

10

técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, que fortaleçam e auxiliem na nomeação comissionada de diretores das escolas, disponibilizando recursos e apoio técnico para viabilizar esta prática.

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

## INTRODUÇÃO

A elaboração deste Plano Municipal de Educação teve início no ano de 2011, onde os Secretários de Educação dos municípios que compõe a AMMOC (Associação de Municípios do Meio-Oeste Catarinense) reuniram-se a fim de discutir e trocar experiências sobre a Gestão de suas secretarias e socializar este novo desafio e empreitada a ser iniciada. Fruto dessa reunião ficaram as parcerias e um alinhavo de trabalho a ser incrementado em cada município, visto que cada plano possuiria uma clientela a ser atendida e anseios diferentes de cada população municipal.

Inúmeros encontros trataram das necessidades acerca da construção do Plano e do traçado de suas metas. Muitos foram os documentos consultados e colaboradores de diversos setores do município a fim de contemplar todos os aspectos fundamentais para sua execução. Toda comunidade esteve representada.

Este Plano é para todo o município e não para uma Rede de Ensino apenas. É o documento que determina o vínculo das diferentes etapas de ensino, e define diversas estratégias para alcançarmos o perfil adequado para alunos que hoje são da Educação Infantil, amanhã do Ensino Fundamental, e num futuro próximo serão do Ensino Médio.

Desejamos propor dentro das condições financeiras, com os recursos próprios e com os convênios a serem firmados no âmbito



nacional e estadual, uma educação de qualidade para inserir nosso aluno na sociedade. Queremos que nossos alunos saiam das nossas escolas e possam se destacar na comunidade. O repasse dos recursos para as ações do PME pode se dar com parcerias com o setor público e privado e ações setoriais com a sociedade. A lei de responsabilidade educacional está entrando em cena para responsabilizar os gestores pela não execução de compromissos que por ele deixam de dar a atenção merecida.

A articulação do governo federal com os municípios para a concretização das metas do PME já começou com a própria criação do PME articulado com PNE, para que o governo federal possa nos oferecer o suporte para garantir as metas.

Nosso prazo para realização das estratégias e metas propostas no Plano será a própria vigência do mesmo, ou seja, este decênio, onde a parceria da Secretaria Municipal de Educação, na presença do Secretário que a representa, com o Conselho Municipal de Educação serão os fomentadores dessas realizações.

É importante salientar que no momento da criação do Plano Municipal de Educação (2011), o Plano Nacional de Educação ainda não estava em vigor, nem mesmo em votação, o que havia era um esboço do que ele deveria ser. Por isso, hoje, com ele já aprovado e em fase de implantação, temos a necessidade de reorganização e adequação deste nosso Plano, já aprovado, para que possa somar ao Nacional e estar em conformidade com o mesmo.

Ciente desta necessidade, a Prefeita Gisa Giacomini e o Secretário de Educação Clóvis José de Lucca convocaram através do Decreto Municipal nº 2.035, de 1º de dezembro de 2014, a comissão coordenadora para executar esse trabalho de adequação do Plano Municipal de Educação à Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014, e essa comissão empenhou-se no trabalho de adequação à referida Lei, tendo concluído com o presente.

## APRESENTAÇÃO

**O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CATANDUVAS** é o resultado de uma construção coletiva envolvendo todos os segmentos educacionais e a comunidade catanduvense. Nesta construção, o diagnóstico da realidade educacional foi o ponto de partida de metas e estratégias para a Educação Municipal nos próximos dez anos.

Este documento, não é somente para a rede municipal de educação, mas é o Plano para o município de Catanduvas. Que está em sintonia com o Plano Estadual e Plano Nacional de Educação. Nesse cenário, o município assume a responsabilidade em alcançar ou até mesmo ultrapassar, as metas nacional e estadual, ao considerar as peculiaridades da sua região e atender aos objetivos da população e dos administradores municipais transcendendo a perspectiva de um governo, haja vista que, o PME é para dez anos. Por isso, é necessário um envolvimento de todos os que fizeram este Plano de Educação, para que os objetivos sejam plenamente atingidos.

Assim, o Plano Municipal de Educação é o instrumento que direcionará as ações que visam oferecer uma educação de qualidade à população de Catanduvas. O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo sempre que necessário, as alterações para atender com eficácia as necessidades educacionais do Município.

Enfim, é com profissionais da educação comprometidos, com filosofia educacional clara e objetiva, metodologias inovadoras,

infraestrutura adequada e recursos suficientes que conseguiremos atingir as metas do PME, principalmente se estivermos sempre atentos e preparados, para aceitar às inovações que o mundo apresentará durante a execução deste Plano.

**Clóvis José De Lucca**  
**Secretário Municipal de Educação,**  
**Cultura e Desporto**

## **EIXO I: UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

---

### **Equipe de trabalho para elaboração do PME em 2012:**

Alessandra Fischer

Laura A. Bittencourt

Clarice Dezanet

Lourdes Maria Mauro Ramos

Cleunice Gervásio

Lucília Ap. Boscato Broll

Eliane Hetkowski

Noeli Salete Natziuk

Elizabet Parisotto

Simone Andrea Carl

Ivonês de Fátima Alves

Suzana Casagrande

Jussara Alves da Silva

Vânia Miotto

### **COLABORADORES/2012**

Clóvis José De Lucca

Elaine Begnini

Fernanda Hermes

### **ARTICULADORA/2012**

Solange Fátima Mayer Secco

### **COORDENADORA GERAL/2012**

Alda Marmentini Nora

### **COMISSÃO DE ADEQUAÇÃO DO PME 2015**

### **COORDENADORAS DO EIXO I /2015:**

Solange Fátima Mayer Secco

Lucília Aparecida Boscato Broll



## **EIXO I – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

---

### **DIAGNÓSTICO**

O Município de Catanduvas localiza-se no meio-oeste catarinense, pertence à microrregião da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC e, é considerada a Capital Catarinense do Chimarrão.

Apresenta uma população média de 10.051(dez mil e cinquenta e um) habitantes. Destes, 499(quatrocentos e noventa e nove) entre 0(zero) a 04(quatro) anos; 765(setecentos e sessenta e cinco) de 05(cinco) a 09(nove) anos; 787(setecentos e oitenta e sete) entre 10(dez) a 14(quatorze) anos; 993(novecentos e noventa e três) entre 15(quinze) a 19(dezenove) anos; 1.692(um mil seiscentos e noventa e dois) entre 20(vinte) e 29(vinte e nove) anos; 1.507(um mil quinhentos e sete) entre 30(trinta) e 39(trinta e nove) anos e 3.808(três mil oitocentos e oito) habitantes com mais de 40(quarenta) anos. Dados estes da última contagem da população de Catanduvas.

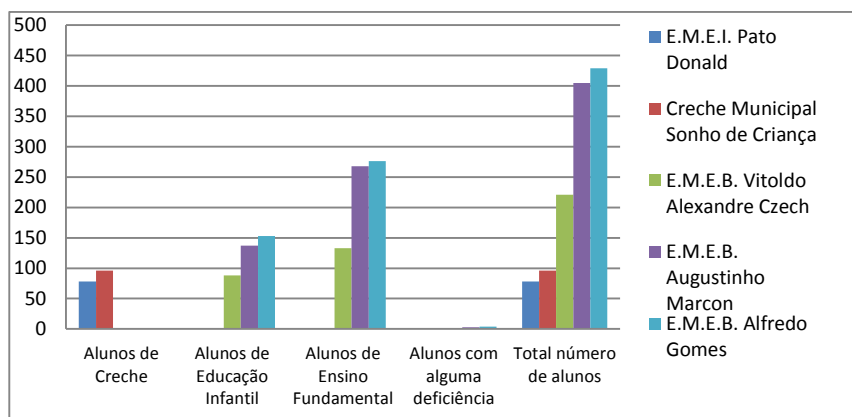
Em nosso município, atualmente há 04(quatro) escolas da Rede Municipal de Ensino e duas Creches. A Rede Municipal de Ensino do município de Catanduvas oferece matrícula para alunos do Maternal ao quinto ano nas seguintes escolas: Escola Municipal de Educação Básica Alfredo Gomes; Escola Municipal de Educação Básica

Augustinho Marcon e a Escola Municipal de Educação Básica Professor Vitoldo Alexandre Czech. A Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald e a Creche Municipal Sonho de Criança atendem crianças de 4(quatro) meses a 03(três) anos. A Tabela 1 e o Gráfico 1, ilustram a distribuição dos alunos, mostrando que a Escola Alfredo Gomes concentra o maior número de discentes.

**TABELA 1: Alunos da Rede Municipal de Ensino:**

<b>Escola</b>	<b>Alunos de Creche</b>	<b>Alunos da Educação Infantil</b>	<b>Alunos do Ensino Fundamental</b>	<b>Alunos com alguma deficiência</b>	<b>Total número de alunos</b>
E. M. E. I. Pato Donald	78	-	-	-	78
Creche Municipal Sonho de Criança	96	-	-	-	96
E. M. E. B. Professor Vitoldo Alexandre Czech	-	88	133	01	221
E. M. E. B. Augustinho Marcon	-	137	268	03	405
E. M. E. B. Alfredo Gomes	-	153	276	04	429
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	174	378	677	08	1.229

**GRÁFICO 1: Alunos da Rede Municipal de Ensino:**



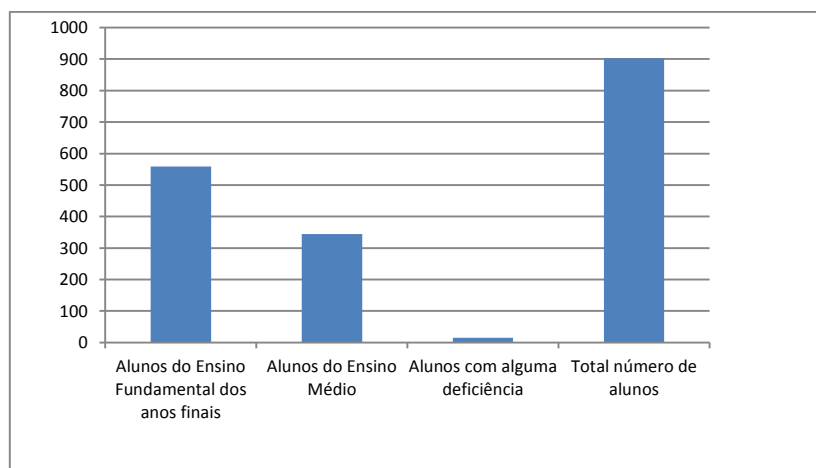
Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2015

Em 2015, conforme Tabela 1 e Gráfico 1, estão matriculados na Rede Municipal de Ensino 1.229 (um mil duzentos e vinte e nove) alunos. Sendo, 174 (cento e setenta e quatro) crianças da creche, 378 (trezentos e setenta e oito) alunos da Educação Infantil e, 667 (seiscentos e sessenta e sete) alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Destes alunos 08 (oito) apresentam necessidades educacionais especiais.

No Município, há somente uma escola estadual: Escola de Educação Básica Irmã Wienfrida, atualmente com 903 (novecentos e três) alunos matriculados. Destes, 559 (quinhentos e cinquenta e nove) frequentam os Anos Finais do Ensino Fundamental e 344 (trezentos e quarenta e quatro) o Ensino Médio. Frequentam essa escola 15 (quinze) alunos com necessidades especiais. Na escola não há mais o Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e o Magistério. A Tabela 2 e Gráfico 2 ilustram a distribuição dos alunos:

**TABELA 2: Alunos da Rede Municipal de Ensino:**

<b>Escola</b>	<b>Alunos do Ensino Fundamental dos anos finais</b>	<b>Alunos do Ensino Médio</b>	<b>Alunos com alguma deficiência</b>	<b>Total número de alunos</b>
Escola de Educação Básica Irmã Wienfrida	559	344	15	903

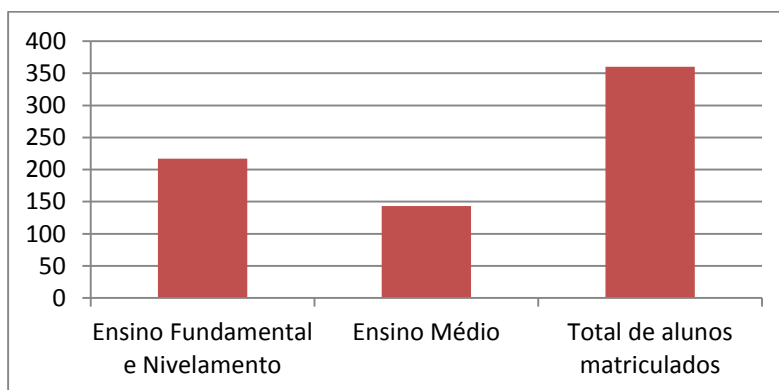
**GRÁFICO 2: Alunos da Rede Estadual de Ensino:**

Fonte: Secretaria Escolar da Escola da Rede Estadual, 2015

Há no município, o Núcleo Avançado do Ensino Supletivo – **NAES 13**, com 360(trezentos e sessenta) alunos distribuídos no ensino fundamental e no ensino médio, conforme dados citados na Tabela 3 e Gráfico 3:

**TABELA 3: Número de Matrículas do NAES – 13**

Série Coursada	Quantidade de Alunos
Ensino Fundamental e Nivelamento	217
Ensino Médio	143
Total de alunos matriculados	360

**GRÁFICO 3: Número de Matrículas do NAES – 13**

Fonte: NAES – 13 2015

Em Catanduvas também há uma escola particular: **Colégio Luterano Santíssima Trindade**, o qual oferece matrículas para alunos do Maternal ao 9º. Ano. A escola atende 155(cento e cinquenta e cinco) alunos. Destes, 39(trinta e nove) frequentam a Educação Infantil, 68(sessenta e oito) os Anos Iniciais e 46(quarenta

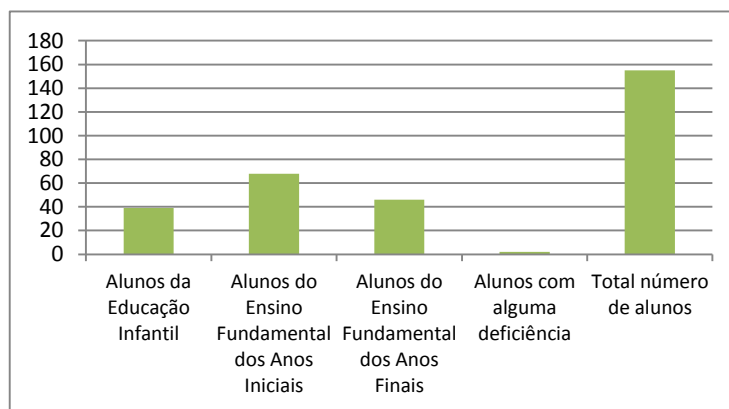


e seis) os Anos Finais do Ensino Fundamental. Frequentam esta escola 02(dois) alunos com necessidades especiais, conforme dados citados na Tabela 4 e Gráfico 4, a seguir:

**TABELA 4: Número de Matrículas da Rede Particular:**

Alunos da Educação Infantil	Alunos do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais	Alunos do Ensino Fundamental dos Anos Finais	Alunos com alguma deficiência	Total número de alunos
39	68	46	02	155

**GRÁFICO 4: Alunos da Rede Particular de Ensino:**



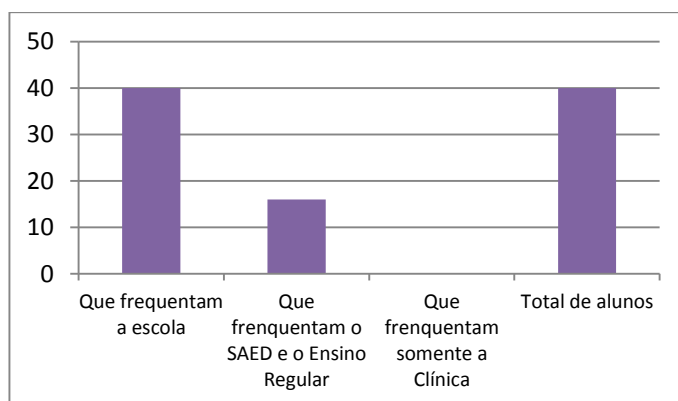
Fonte: Secretaria da Escola da Rede Particular, 2015

Na modalidade Educação Especial, a Escola Especial Estrela Guia de nosso município atende a uma clientela de 40(quarenta) alunos com deficiência física e intelectual. Destes, 16(dezesseis) frequentam o Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAED) e 02(dois) alunos frequentam o Atendimento Especializado de Deficiente Visual (SAED-DV), no município de Herval D'Oeste.

**TABELA 5: Matrículas de Alunos da Educação Especial, no Ensino Regular e no AEE:**

Alunos	Quantidade
Que frequentam a escola	40
Que frequentam o SAED e o Ensino Regular	16
Que frequentam somente a Clínica	-
Total de alunos	40

**GRÁFICO 5: Número de Alunos da Educação Especial, no Ensino Regular e no AEE:**



Fonte: Secretaria da Escola Especial Estrela Guia

Após analisar os dados da Educação de Catanduvas, há alguns desafios a vencer com relação à Universalização da Educação Básica. Na Educação Infantil, há ainda uma demanda a ser atendida nas creches. Na Pré-escola e no Ensino Fundamental a universalização já é um fato. No Ensino Médio há e, muito que fazer para incluir o público-alvo da Educação Especial que ainda estão fora da escola.

**METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO:**

**META 1:** Universalizar o atendimento escolar da população de 4(quatro) e 5(cinco) anos, e ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a 80 %(oitenta por cento) da população de até 3(três) anos de Catanduvras, até o final da vigência deste PME.

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

1.1- Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta e estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.2- Construir 01 Pró-infância Tipo C, em regime de colaboração entre a União e o município de Catanduvras, para expandir as Redes Pública de Educação Infantil de 0(zero) a 5(cinco) anos, segundo padrão nacional de qualidade compatível às peculiaridades locais;

1.3- Manter e aprofundar programas nacionais e do município de Catanduvras de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública do município, para a expansão e a melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas;

1.4- Avaliar a educação infantil fazendo o Levantamento da Situação Escolar – LSE para aferir a qualidade da infraestrutura física, equipamentos e materiais da creche e pré-escola;

1.5- Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.6- Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior e estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.7- Implementar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.8- Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.9- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.10- Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.11- Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos, garantindo que 95%(noventa e cinco por cento) das crianças concluam a etapa na idade recomendada, até o ultimo ano de vigência deste plano.

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

2.1- Criar mecanismos em parceria com Estratégia da Saúde Familiar –ESF para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.

2.2- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como, das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à família, adolescência e a juventude e monitorar a frequência à escola por meio do Programa APOIA.

2.4- Definir com a Rede Estadual, Municipal e Particular, a organização do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com as festividades e as condições climáticas da região do meio-oeste catarinense;

2.5- Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.6- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.7- Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.8- Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.9- Fazer adesão ao programa nacional para ampliação da aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo e dos assentamentos, com os objetivos de renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzir a evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte intracampo, cabendo aos sistemas estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades;

2.10- Assegurar o provimento da merenda escolar de qualidade, de acordo com as condições climáticas, aos alunos do ensino fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição.

2.11- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo, estimulando os estudantes à participação em concursos nacionais.

**META 3:** Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%(oitenta e cinco por cento), nesta faixa etária.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

3.1- Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas



pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2- Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.3- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4- Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.5- Fomentar a expansão da oferta de matrículas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público;

3.6- Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração

do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.7- Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho;

3.8- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem;

3.9- Promover a busca ativa da população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos fora da escola, incentivando a inclusão e a permanência dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, cabendo à mantenedora, garantir condições para que possa receber este estudante e oferecer-lhe um ensino de qualidade;

3.10- Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.11- Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e alunos do interior na faixa etária de 15(quinze) a 17(dezessete) anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

3.12- Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de

ensino médio.

3.13- Redimensionar a oferta de ensino médio no turno diurno de forma a atender à demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, assegurando em regime de colaboração com o estado o transporte escolar, adequado e exclusivo, para alunos do município, conforme suas necessidades (físico-motoras) e distâncias.

3.14- Ampliar e atualizar, progressivamente, o acervo da biblioteca pública municipal, de forma a atingir anualmente, um acréscimo de pelo menos, 10% (dez por cento) no acervo existente no ano anterior.

3.15- Viabilizar mecanismos de apoio (espaço físico e material de expediente) para a criação e manutenção de grêmios estudantis, como forma de incentivo aos estudantes;

3.16- Institucionalizar programas de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores;

3.17- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.18- Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame. Apoiar o contato permanente entre o Ensino Médio e instituições de ensino superior, com o objetivo de troca de experiências e atualização, integrando o aluno do ensino médio com o mundo acadêmico;

**META 4:** Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

4.1- Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2- Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero)

a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação observado o que dispõe a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3- Garantir, em parceria com o Estado e União, atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.4- Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.5- Fortalecer a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos;

4.6- Adequar as Instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, para que contemplem os padrões mínimos de infraestrutura das escolas já existentes no município;

4.7- Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do computo dessas matrículas na educação básica regular;

4.8- Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado

complementar nas escolas do município de Catanduvas;

4.9- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10- Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas inter setorial que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.11- Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.12- Promover por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;



4.13- Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

4.14- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino;

4.15- Articular, as ações de educação especial com a política de educação para o trabalho, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional, assegurando as adaptações curriculares necessárias para promover a colocação das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho;

4.16- Ampliar, em parceria como o Estado e a União, o atendimento da equipe multi profissional (fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico.

## **EIXO II: QUALIDADE DO ENSINO**

---

### **Equipe de trabalho para elaboração do PME em 2012:**

Adriana Iona Aparecida Cordeiro	Luciane Hack
Ana Paula Longhini	Margarete Petter Dutra
Ana Paula Pacheco	Maria Claudete Tonn Gervásio
Claudia Regina Rodrigues Dociatti	Suzana Sacchet
Juanice Moreira Pecher	Valéria R.R de Oliveira
Juliana B.F de Queiroz	Veroni Dalapria
Liamara Toniolo	Zilma do Carmo da Silva Pizzi
Lucélia Aparecida Gabrielli	

### **COLABORADORES/2012**

Sebastião Chinato

Alda Marmentini Nora

Veroni Dalapria

### **SECRETÁRIA DO EIXO/2012**

Valéria Ribeiro Rodrigues de Oliveira

### **ARTICULADORA/2012**

Elenir Fátima Chinato Filipine

### **COORDENADORA GERAL/2012**

Alda Marmentini Nora

### **COMISSÃO DE ADEQUAÇÃO DO PME 2015**

### **COORDENADORAS DO EIXO II /2015:**

Elenir Fátima Chinato Filipine

Valéria Ribeiro Rodrigues de Oliveira

## EIXO II: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

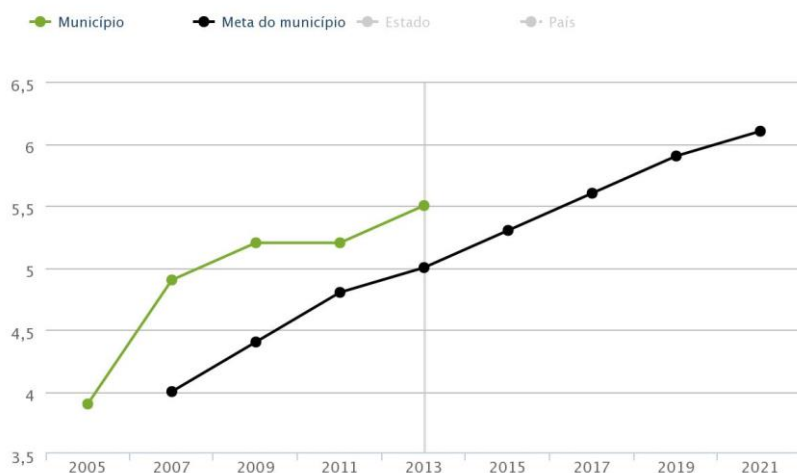
### DIAGNÓSTICO

O município de Catanduvas possui uma educação de boa qualidade. As médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) já ultrapassaram as médias nacionais, porém, constata-se que desde o ano 2009, as médias tiveram um decréscimo, como nos mostra a Tabela 06:

**TABELA 6: IDEB das Escolas do Município de Catanduvas:**

Fonte: MEC/INEP 2013.

	Escola	2005	2007	2009	2011	2013
5º ANO	EEB Irma Wienfrida	5.43	↑ 5.97	↓ 5.46	↑ 6,6	---
	E.M.E.B Augustinho Marcon	4.79	↑ 5.06	↑ 5.89	↓ 5,7	↑ 6,2
	E.M.E.B Alfredo Gomes	5.05	↑ 5.92	↓ 5.41	↓ 4,8	↑ 5,1
	E.M.E.B Professor Vitoldo Alexandre Czech				↓ 4,3	↑ 4,4
8ª SÉRIE	EEB Irma Wienfrida	5.14	↓ 5.01	↓ 4.91	↓ 4,3	↓ 3,5

**GRÁFICO 6: Metas estimadas do IDEB para as Escolas do Município de Catanduvas e metas alcançadas:****EVOLUÇÃO DO IDEB**

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt.

A partir do ano de 2011 em todo o território nacional os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental realizam a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), constatou-se que no município de Catanduvas as médias foram satisfatórias.

Para detalhamento dos níveis atingidos pelo município na prova ANA segue a Tabela 07 que qualifica a leitura, Tabela 08 descrevendo a escrita e a Tabela 09 o desempenho na Matemática.

**TABELA 7: Nível de Proficiência em Leitura do Município de Catanduvas atingido na prova ANA:**

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA- 2013 EM %				
ESCOLA	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
E.M.E.B Augustinho Marcon	...	20,91	58,77	20,32
E.M.E.B Alfredo Gomes	8,85	34,12	49,65	7,3
E.M.E.B Professor Vitoldo Alexandre Czech	5,8	32,68	54,52	...

Fonte: MEC/INEP 2014

**TABELA 8: Nível de Proficiência em Escrita do Município de Catanduvas atingido na prova ANA:**

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM ESCRITA- 2013 EM %				
ESCOLA	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
E.M.E.B Augustinho Marcon	...	29,04	17,54	53,42
E.M.E.B Alfredo Gomes	13,32	12,58	13,32	57,84
E.M.E.B Professor Vitoldo Alexandre Czech	...	13,23	48,72	38,06

Fonte: MEC/INEP 2014

**TABELA 9: Nível de Proficiência em Matemática do Município de Catanduvas atingido na prova ANA:**

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA- 2013 EM %				
ESCOLA	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
E.M.E.B Augustinho Marcon	11,64	11,32	31,17	45,91
E.M.E.B Alfredo Gomes	8,8	35,03	12,92	43,2
E.M.E.B Professor Vitoldo Alexandre Czech	5,08	15,23	34,77	44,92

Fonte: MEC/INEP 2014

Portando, necessitamos de ações pedagógicas e financeiras eficientes para evitar a queda e garantir que em 2020(dois mil e vinte) possamos atingir a média de projeção 7,0(sete) em todas as escolas do nosso município.

Queremos ter uma educação em tempo integral, mas necessitamos urgentemente construir, ampliar e promover melhorias no espaço físico de todas as escolas, bem como, nos demais espaços educativos, para garantir à demanda de alunos espaços físicos apropriados.

Um dos maiores desafios para a educação catanduvense é reduzir, em pelo menos 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo, pois cerca de 10%(dez por cento) da população na faixa etária de 15(quinze) aos 60(sessenta) anos de idade, é analfabeta absoluta ou funcional. Só assim haverá melhorias na qualidade de vida dos munícipes.

## **METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

---

**META 05:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

5.1- Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos articulando com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil, sendo



que no final do segundo ano, os alunos tenham domínio dos requisitos básicos de leitura, escrita e raciocínio lógico matemático, para que no terceiro ano se complete sua alfabetização com êxito.

5.2- Aplicar instrumentos de avaliação periódicos, específico para avaliar a alfabetização desde o primeiro ano, para traçar estratégias de recuperação de aprendizagem imediatas.

5.3- Ter acompanhamento pedagógico constante, a fim de fomentar através das tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem dos educandos.

5.4- Oferecer apoio pedagógico a todos os alunos com dificuldade de aprendizagem no contra turno, com profissionais experientes e comprometidos. Respeitando o relatório apresentado no último conselho de classe anual.

**META 06:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50 % (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25 % (vinte cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

6.1- Estender progressivamente a ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores

em uma única escola.
6.2- Incluir no PPA a construção de ginásio de esporte na E.M.E.B Alfredo Gomes .
6.3- Incluir no PPA a construção de Centro de Educação Infantil.
6.4- Ampliar a estrutura física das escolas municipais para atender à demanda do período integral. (salas de aula e artes, auditório, refeitório, banheiros, laboratórios de informática, línguas, ciências, bibliotecas, parques, brinquedotecas, sala para expressão corporal - dança e teatro).
6.5- Construir um Centro Cultural articulando com a escola os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como: biblioteca interativa (com contação de histórias, leituras e pesquisas diversas), oficinas de artesanato, música, línguas, dança, teatro, pintura, informática, terapias motivacionais, cinema, museu, culinária, bem como, atendimento com profissionais da área da saúde (psicólogo, fonoaudiólogo, oftalmologista, médicos, terapeutas...).
6.6- Construir um centro esportivo: pista de atletismo, xadrez, piscina aquecida e outros...
6.7- Desenvolver projeto Minha Família em parceria com programas já existentes para alunos infratores e faltosos.
6.8- Criar o “Espaço Campo” (escola X oficina) visando à concretização dos eixos dos temas transversais: preservação do meio ambiente e sustentabilidade.
6.9- Adquirir móveis, carteiras, cadeiras, equipamentos tecnológicos, científicos e pedagógicos, ferramentas agrícolas, enfim tudo o que for necessário para implantação das oficinas e espaços de trabalho.

**META 07:** Atingir as médias nacionais para o IDEB (Índice Nacional da Educação Básica).

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

7.1- Acompanhar e divulgar os resultados do IDEB das escolas das redes públicas de educação básica do município, fixando metas financeiras e pedagógicas para dar condições de avanço na média e não retrocesso.

7.2- Garantir transporte gratuito para todos os estudantes na faixa etária de educação escolar obrigatória, mediante renovação integral da frota de veículos com fiscalização contínua.(Motorista e ajudante)

7.3- Premiar financeiramente os professores, divulgando suas ações pedagógicas, através de avaliação de rendimento escolar (que será realizada pela equipe gestora no início e no final do ano letivo analisando o progresso pedagógico dos educandos.)

7.4- Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.

7.5- Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica no PPA, a acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, acesso a espaço para prática de esportes, acesso a bens culturais e à arte, equipamentos e laboratórios de ciências.

7.6- Incluir no PPA a construção de rampas e calçadas cobertas, para que nos dias chuvosos os alunos possam utilizar os ginásios escolares.

7.7- Ampliar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.8- Oferecer capacitação aos profissionais municipais da educação para a

aplicação da proposta de ampliação do ensino fundamental de nove anos.

7.9- Assegurar a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do Projeto-Político-Pedagógico e do regimento escolar das instituições de ensino da rede municipal e estadual, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o ensino fundamental.

7.10- Garantir a ampliação e adequação do espaço dos laboratórios de informática das escolas da rede municipal de ensino, tendo um profissional qualificado na área das tecnologias educacionais para atender aos alunos e professores, trabalhando assuntos diferenciados das disciplinas, contribuindo no processo ensino-aprendizagem.

7.11- Assegurar a Rede Municipal de Ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico.

**META 08:** Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

8.1 - Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado.

8.2. Implementar programas de educação de jovens e adultos que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3. Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4. Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica.

8.5. Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6. Promover busca ativa de jovens fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

**META 09:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 93,5(noventa e três virgula cinco) e erradicar, até o final da vigência deste plano o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

9.1- Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3) Promover chamadas públicas regulares para a educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos que permitam a aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade.

9.4) Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.

## **EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO**

---

### **Equipe de trabalho para elaboração do PME em 2012:**

Alessandra Vanessa Colla

Leda Maria de Almeida

Alnete F. de S. Sella

Lúcia Togni

Angela Maria C. de Moraes da Cruz

Luiz Henrique Mendes da Silva

Dânia C. Darold

Marilu S.G. Zampieron

Daniela Garbin

Odair José Gabrielli

Elis R.Tizatto

Ronaldo F. da Silva

Ione S. da Silva

Roseli T. de Vargas

Josiane B.Masson

Silvia Talini

### **COLABORADORES/2012**

Clóvis José De Lucca

Alice Borella

### **ARTICULADORA/2012**

Angela Maria C. de Moraes da Cruz

### **COORDENADORA GERAL**

Alda Marmentini Nora

### **COMISSÃO DE ADEQUAÇÃO DO PME 2015**

### **COORDENADORAS DO EIXO III /2015:**

Alessandra Vanessa Colla

Angela Maria Cassiano de Moraes da Cruz



## **EIXO III - FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO**

---

### **DIAGNÓSTICO:**

No município de Catanduvas, os alunos do Ensino Médio e de Educação de Jovens e adultos ficam sob a responsabilidade da Rede Estadual de Ensino que conta com uma unidade escolar - EEB Irmã Wienfrida, atendendo 343(trezentos e quarente e três) alunos do Ensino Médio e o NAES 13 (EJA), convênio com o município atende 217(duzentos e dezessete) alunos do Ensino Fundamental e Nivelamento e 143(cento e quarenta e três) alunos do Ensino Médio perfazendo um total de 360 alunos da EJA. O ensino profissionalizante ainda não é uma realidade do município de Catanduvas, sendo necessário o deslocamento de alunos para outros municípios da região.

Quanto ao Ensino Superior, destacamos o pólo da UNINTER que está localizado no município de Catanduvas e oferece os cursos de Pedagogia, Marketing, Processos Gerenciais, Logística, Gestão da Produção Industrial, Gestão Pública, Comércio Exterior, Gestão Comercial, Gestão Financeira e Secretariado, Letras, História, Geografia, Matemática, Gestão Ambiental, gestão de Turismo, Processos Jurídicos e Notoriais, atendendo a um total aproximado de 80(oitenta) alunos. Em 2014 a UNINTER ofereceu cursos de Pós-Graduação atendendo aproximadamente 10(dez) alunos nos Cursos

de Educação Infantil, Desenvolvimento Sustentável e Educação Inclusiva.

Muitos de nossos acadêmicos frequentam a UNOESC/Joaçaba, Capinzal, Xanxerê, UNC/Concórdia e outras universidades da região.

A Constituição Federal e Lei nº 9394/96 - LDB situam a educação profissional na confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho. O parágrafo do artigo 39 da LDBEN define que “(...) o aluno matriculado, o egresso de ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.”

Na realidade educacional brasileira, verificam-se duas lutas que se complementam: uma no sentido de uma reconstrução completa das concepções da educação, de suas finalidades e o seu comprometimento com a classe trabalhadora. Outra é a questão do trabalho como necessidade e meio de produzir a existência. “É necessário ressaltar a importância da efetiva integração entre o ensino médio e a educação profissional com vistas à formação de um profissional que domine os conhecimentos técnicos exigidos pelo mercado de trabalho, mas que também desenvolva seu senso

de pertencimento ao contexto social e atue em prol da melhoria de suas condições de vida” (OLIVEIRA; KROHLING, 2009)<sup>1</sup>

O Instituto Federal Catarinense - Campus Avançado de Luzerna é o resultado da federalização da ETVARPE, escola técnica fundada em 13 de abril de 1999 através do financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por meio de convênio entre o MEC e a Fundação CETEPI.

Em dezembro de 2009, ocorre a federalização da ETVARPE, esta passa a ser Instituto Federal Catarinense/IFC - Campus Videira.

Hoje, o IFC - Campus de Luzerna oferece cursos nas áreas de Mecânica, Automação Industrial e Segurança do Trabalho, nas modalidades integrada e subsequente ao Ensino Médio além de cursos de Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Mecânica. Também atua nas modalidades do PROEJA e cursos de formação inicial e continuada. Neste ano de 2015 atende aproximadamente 700(setecentos) alunos.

Atualmente, e na Coordenação do Campus de Luzerna o Professor Eduardo Butzen.

**Fonte:** Diagnóstico Educacional, 2015

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Milson Lopes e KROHLING, Aloísio. **A educação em Direitos Humanos como elemento norteador da Concepção humanística dos Cursos Profissionalizantes do Instituto Federal do Espírito Santo** (IFES), novembro de 2009.

Em 22 de Janeiro de 1942, através do Decreto Lei n.º 4.048, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, estava criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, subordinado à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também às Federações das Indústrias Estaduais. (FIESC)

Em 1970 uma Unidade Operacional é instalada em Joaçaba e em 1972, iniciaram-se os trabalhos para a construção do centro de Treinamento em Luzerna, com o auxílio da Prefeitura Municipal de Joaçaba, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Em 15 de outubro de 1976 foi inaugurado o 1º centro de treinamento do SENAI do Oeste de Santa Catarina no então distrito de Luzerna; atualmente atende a estudantes originários de 20 municípios do meio Oeste Catarinense. O SENAI em Luzerna faz parte da maior instituição de Educação Profissional do Brasil. Atuando nesta Região nas modalidades de: Técnicos, Aprendizagens e Qualificação (nas áreas, mecânica, eletroeletrônica, informática, segurança e alimentos) Atende aproximadamente 2000(dois mil) alunos divididos em 80(oitenta) turmas de Qualificação, 32(trinta e duas) turmas de Curso Técnico e 13(treze) turmas de aprendizagem.

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2015

Em 2010 o SENAI em Luzerna através de cursos de curta duração denominados cursos de Qualificação Profissional, atendeu a 47(quarenta e sete) turmas formando 626(seiscentos e vinte e

seis) alunos nas áreas de: Torneiro Mecânico, Solda, Academia Cisco, Eletricista, Operador de Máquinas, Operador de empilhadeira, NR10, CNC, entre outros...

Ressalta-se que as mudanças do mundo globalizado impõem novas formas de produção e de gestão, redesenhando um novo perfil profissional através de organizações modernas, como o SENAI, considerado a Indústria do Conhecimento.

## **METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

**META 10:** Elevar a escolaridade da população de 18(dezoito) a 24(vinte e quatro) anos de modo alcançar no mínimo 12(doze) anos de estudo para a população do campo, bem como, igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

10.1- Elaboração de um projeto para a implantação de cursos técnicos que venham suprir e complementar a demanda e a oferta de trabalho para o nosso município e região;

10.2- Viabilizar o transporte escolar aos alunos matriculados nos cursos técnicos e Universidades em outros municípios de nossa região;

10.3- Manter o programa nacional de Educação de jovens e adultos, voltado a conclusão do Ensino Fundamental e a formação profissional, estimulando a conclusão da educação básica (Pró Jovem).

10.4- Oferecer aos alunos da última etapa do Ensino Fundamental (8ª série/ 9º ano) cursos profissionalizantes preparatórios, para posteriormente

ingressarem no curso técnico a nível de Ensino Médio;

10.5- Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

10.6- Promover campanhas para busca ativa de jovens e adultos fora da escola pertencentes aos segmentos considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

**META 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio assegurando a qualidade da oferta.

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

11.1- Ampliar a estrutura física da EEB. Irmã Wienfrida para melhor atender a clientela, oferecendo cursos integrados à educação profissional;

11.2- Estabelecer parcerias com empresas privadas, sindicatos, instituições de Ensino como (SENAI, Universidades), disponibilizando vagas para estágio aos alunos, formandos do ensino médio e cursos profissionalizantes;

11.3- Estimular permanentemente a formação continuada da população, com vistas a inseri-la no mercado de trabalho com maior condição de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.

11.4- Fomentar a expansão de matrículas de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador do campo e da cidade.

11.5- Possibilitar ao educando o acesso ao programa nacional de assistência ao estudante que contribuam para garantir o acesso e a permanência à aprendizagem e à conclusão com êxito da educação de jovens e adultos em nível fundamental médio



11.6- Proporcionar educação a jovens e adultos, visando à formação de trabalhadores pensantes e flexíveis, no mundo das tecnologias avançadas.

11.7- Buscar parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos para implantar e ampliar as possibilidades de educação profissional permanente em nível urbano e rural.

11.8- Ampliar a oferta de cursos técnicos que atenda à demanda regional diversificando as áreas de abrangência e de necessidade.

11.9- Manter parcerias com o SENAI e IFC SISTEMA "S"

11.10- Incentivar a implantação de laboratório de química, física, biologia e matemática nas escolas públicas existentes no município.

11.11- Pesquisar junto aos municípios da região da AMMOC, à necessidade de cursos que atendam à demanda (masculina e feminina) regional, criando um banco de dados fornecendo subsídios para a implementação dos mesmos.

11.12- Mobilizar através de campanhas a iniciativa privada e escolas técnicas para que haja acesso aos cursos já existentes e ampliação à demanda apresentada.

**META 12:** Incentivar e apoiar a população dos 11(onze) municípios da AMMOC, para que busquem a formação no Ensino Superior, com prioridade na faixa etária de 18(dezoito) a 24(vinte e quatro) anos, assegurando pelo menos 40%(quarenta por cento) das matrículas para o segmento público.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

12.1- Ofertar em nossa região da AMMOC vagas para o ensino superior, educação profissional, científica e tecnológica em instituições públicas como

forma de ampliar a acesso a graduação;
12.2- Ofertar a educação superior pública e gratuita priorizando a formação de professores para a educação básica, para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
12.3- Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação, pós-graduação e mestrado, em âmbito nacional, tendo em vista o enriquecimento da formação;
12.4- Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento dos municípios (AMMOC), a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
12.5- Incentivar, através de campanhas, o aluno a continuar seus estudos a nível superior.
12.6- Fomentar visitas técnicas a empresas e órgãos de diversas áreas.
12.7- Motivar e ou intermediar a busca para bolsas de estudo no exterior, através de intercâmbio e formação acadêmica com entidades culturais da região.
12.8- Disponibilizar contato com profissionais de diversas áreas, para que o aluno do ensino médio possa visualizar o ensino superior.
12.9- Buscar programas de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e conclusão do curso.
12.10- Estimular a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior; da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e do sistema universidade aberta do Brasil.
12.11- Participar de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e

internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior.

12.12- Propiciar a participação a processos seletivos nacionais e regionais, para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados.

12.13- Estimular a oferta de novos cursos de graduação, tanto em licenciatura, quanto em bacharelado, e de especializações para atender às demandas local e regional.

12.14- Estimular que os universitários do município realizem projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos, tendo como foco questões de relevância no desenvolvimento econômico, cultural e social da comunidade, bem como, projetos direcionados a melhorias ao meio ambiente e sustentabilidade do município, através de parcerias com instituições públicas, privadas e instituições de ensino do município e da região

12.15- Estabelecer parcerias com prefeituras da região, órgãos governamentais e empresas locais e regionais, montar laboratórios de pesquisa que forem necessários, bem como adquirir equipamentos e materiais que permitam acesso a novas tecnologias e desenvolvimento de pesquisas em nível local e regional.

12.16- Divulgar a oferta de educação superior pública e gratuita para a população em geral.

12.17- Desenvolver programas de divulgação do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES para que todos tenham condições de cursar o ensino superior.

12.18- Divulgar a oferta de vagas do Ensino Superior por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

12.19- Conceder bolsa-trabalho para estágio supervisionado, a estudantes

que demonstrem bom desempenho acadêmico, visando o incentivo à capacitação continuada.

12.20- Mapear a demanda e estabelecer parceiros para a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades da região, a inovação tecnológica e a melhoria da educação.

**META 13:** Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior.

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

13.1- Manter uma política sistemática de ofertas de cursos de nível de pós-graduação, mestrado e doutorado de qualidade e com proposta inovadora, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação de oferta de ensino de acordo com as novas demandas que se apresentem.

13.2- Criar parcerias com a União, estado e Municípios com entidades privadas, com vistas ao incentivo à formação continuada em nível de pós-graduação.

**META 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, nos cursos de mestrado e doutorado.

**ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

14.1 Criar parcerias com a União, Estado e Municípios; com entidades privadas, com vistas ao incentivo à formação continuada em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado.

## **EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

---

### **Equipe de trabalho para elaboração do PME em 2012:**

Abegair A. Chinato Biassi	Lucélia Sutil Fernandes
Alda Bisinela Luvison	Marisa Fátima Artifon Simões
Angela Marilha Garcia Miotto	Neiva Antoniulli
Beatriz Neris da Cruz Camelo	Neusa Aparecida Rigo Fabro
Dorival Ribeiro dos Santos	Savani Muller Sartori
Elizabet Bucco	Sirlei Andrade Bridi
Gláucia Antônia Fabrin Arndt	Valdemir Bogoni
Jancarla Rodrigues	Vera Lucia Rodrigues
Janete Maria Zattera	

### **COLABORADORES/2012**

Clóvis José De Lucca

### **ARTICULADORA/2012**

Maristela Borella Baraúna

### **COORDENADORA GERAL**

Alda Marmentini Nora

### **COMISSÃO DE ADEQUAÇÃO DO PME 2015**

### **COORDENADORAS DO EIXO IV /2015:**

Abegair A. Chinatto Biassi  
Alda Marmentini Nora  
Maristela Borella Baraúna

## **EIXO: IV VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

---

### **DIAGNÓSTICO**

No município de Catanduvas a valorização do magistério destacou-se com a criação do Plano de Carreira em 2002, através da Lei Municipal nº 1716/02 de 04 de janeiro de 2002. Acredita-se que a melhoria da qualidade de ensino está incutida na Valorização do Magistério, uma vez que os docentes exercem papel fundamental no processo educacional. Sendo assim, faz-se necessária a formação continuada a todos os profissionais da educação, para que através deste crescimento como ser social, intelectual e emocional, possam melhorar suas práticas pedagógicas e passem a ter um melhor desempenho em sala de aula, interpondo-se a teorias e visando sempre a aprendizagem do sujeito (aluno).

A Secretaria Municipal da Educação garante a oferta de um mínimo de 80(oitenta) horas anuais de cursos visando o aperfeiçoamento do professor. A solicitação dos temas dos cursos parte da demanda dos professores da rede municipal de Catanduvas. Durante o estudo do Plano Municipal de Educação sentiu-se a necessidade de rever o Plano de Carreira para algumas reformulações em benefício dos professores da educação.

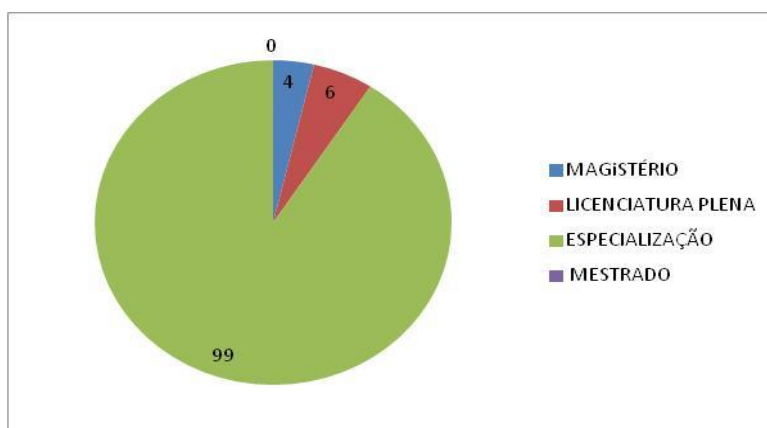
Atualmente, em nosso Município, na Rede Municipal de Ensino contamos apenas com quatro profissionais que possuem magistério



com outra formação de graduação. Dos profissionais efetivos da Rede Municipal 61(sessenta e um) possuem Especialização na área. Este é um ponto positivo, mas através das metas queremos atingir melhorias na qualidade do ensino.

Na Rede Estadual do nosso município 28(vinte e oito) profissionais efetivos possuem especialização e na Rede Particular 17(dezessete) possuem especialização.

#### GRÁFICO 7: Formação Docente



Fonte: Diagnóstico Educacional, 2015

Contamos com um significativo Quadro de Professores Efetivos, totalizando 63(sessenta e três) profissionais só na Rede Municipal de Ensino.

O ingresso docente na rede municipal é através de Concurso Público com carga horária de 20 horas, sendo que a carga horária poderá ser alterada de 20 para 40 horas semanais a partir do

59

momento que o profissional conclua o estágio probatório e que exista vaga na sua habilitação.

A valorização do professor acontecerá, quando for contemplado com salário digno, plano de carreira, condições de trabalho e formação continuada que o ajude a melhorar constantemente em sua prática pedagógica, sempre visando uma educação voltada para a qualidade.

## **METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

---

**META 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

15.1- Atuar conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas, comunitárias e particulares de educação superior existentes nos Estados,

Municípios e Distrito Federal, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

15.2- Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, permitindo inclusive, a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.3- Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.

15.4- Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar os currículos eletrônicos.

15.5- Implementar programas específicos para profissionais da Educação para escolas do campo e para educação especial.

15.6- Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2, 3.3 deste PME;

15.7- Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.

15.8- Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

15.9- Programar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em

efetivo exercício.

15.10- Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados a formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.11- Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional de educação que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

16.1- Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16.2- Consolidar política nacional de formação de professores e professoras da Educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas. Consolidar sistema nacional de formação de professores, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação dos cursos.

16.3- Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, e de literatura e de dicionários e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras,

em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4- Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.

16.5- Prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

**META 17:** Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

17.1- Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2- Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17.3- Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para os (as) profissionais do magistério,

das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, com implementação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.4- Ampliar a assistência financeira específica da união aos entes federados para a implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do Magistério, em particular o piso nacional profissional.

**META 18:** Assegurar que aconteçam as alterações necessárias no Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

18.1- Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) no mínimo dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercícios nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2- Implantar nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionado por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudo na área de atuação do (a) professor(a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3- Realizar por meio de iniciativa do ministério da educação, a cada 2 (dois anos) a partir do segundo ano de vigência deste PME, prova nacional para subsidiar os estados, o distrito federal e os municípios, mediante



adesão , na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica.

18.4- Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infraestrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras.

18.5- Implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

18.6- Realizar, no prazo de dois anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, o censo dos funcionários de escola da educação básica.

18.7- Criar programa de qualidade de vida para os professores da rede pública municipal, como forma de prevenir problemas de saúde, ocasionados pela rotina do trabalho.

18.8- Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação.

18.09- Implantar e implementar Sistema de Avaliação Institucional, de forma democrática, em todas as unidades educativas.

18.10- Assegurar a criação de uma equipe multidisciplinar (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, assistente social e nutricionista) para diagnóstico preventivo com a carga horária de 40 horas semanais.

## **EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO**

---

### **Equipe de trabalho para elaboração do PME em 2012:**

Ironita B.Tieppo

Silvana T. Cola Menegazzo

Josiane K.S.Zeferino de Oliveira

Tania M. Nunes de Ávila

Maria Cristina Fiório

Vânia Aparecida Bucco

Maria Helena Macedo Knebel

### **COLABORADORES/2012**

Clóvis José De Lucca

Davi Pecinato

Gisa Aparecida Giacomini

### **ARTICULADORA/2012**

Maria Helena Macedo Knebel

### **COORDENADORA GERAL**

Alda Marmentini Nora

### **COMISSÃO DE ADEQUAÇÃO DO PME 2015**

### **COORDENADORAS DO EIXO V /2015:**

Maria Helena Macedo Knebel

Silvia Talini

## EIXO V - GESTÃO E FINANCIAMENTO

---

### DIAGNÓSTICO

É fato concreto que o desafio de universalizar o atendimento escolar, imprimindo a ele a qualidade necessária, exige que avancemos bastante na discussão sobre os investimentos na área da Educação.

Portanto, financiamento e gestão democrática, dentre outras, são questões centrais no panorama da Educação Municipal, sendo necessário aumentar progressivamente o investimento público em Educação para avançarmos tanto na questão do acesso e permanência, quanto no aspecto da qualidade na Educação; bem como, efetivar uma nova relação entre Educação, escola e democracia com a implementação de novas formas de organização e participação interna e externa à escola.

O nosso município de Catanduvas atualmente já possui os Conselhos Escolares constituídos nas Unidades do Sistema Municipal, sendo que a participação destes é de suma importância para articulação e utilização como instrumentos de decisão das escolas, permitindo assim uma maior autonomia das mesmas e uma democratização nas deliberações.

Administrar o orçamento requer organização, responsabilidade e transparência, uma vez que a gestão dos recursos públicos é regulada pelas leis federais de Direito Financeiro

(4.320/64) e de Licitações (8.666/93) e pela lei complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000). Já a Constituição Federal, de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, definem com clareza o papel e a importância do Município como ente federativo autônomo, na formação e na gestão da política educacional, criando, inclusive, o seu próprio Sistema de Ensino. Também do ponto de vista legal está definida a colaboração entre União, que deve aplicar no mínimo 18%(dezoito por cento) e os estados e municípios 25%(vinte e cinco por cento) de suas receitas em Educação, como sendo o regime adequado para a busca de uma educação de qualidade e não-excludente.

As fontes fixas que financiam a Educação no Município são:

- **PDDE**-Programa Dinheiro Direto na Escola;
- **PNAE**-Programa Nacional de Alimentação Escolar-Merenda;
- **PNATE**-Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;
- **Salário Educação**;
- **FUNDEB**-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Tais transferências são administradas da seguinte maneira: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é a única fonte depositada na conta bancária da entidade executora da escola, a Associação de Pais e Professores (APP), permitindo rapidez e

68

autonomia das Unidades Escolares para suprir necessidades básicas de custeio (materiais de consumo) e capital (materiais permanentes). Os demais recursos, oriundos das transferências da União e do Estado são administrados pela Secretaria de Educação, que providencia itens como:

- Estrutura física, que no município ainda precisa ser ampliada com mais salas de aula, banheiros, salão de eventos, refeitórios e ginásios;
- Transporte, que hoje abrange as zonas rural, urbana e os alunos para curso superior e técnico, cujo valor das transferências precisa ser complementado pelos recursos próprios municipais, pois são insuficientes para cobrir toda a despesa;
- Merenda, que também recebe ampla complementação dos recursos municipais;
- Material escolar, por meio de kit escolar para alunos e professores, entregues a todos sempre no início do ano letivo;
- Pagamento de funcionários;
- Formação e valorização do magistério, através de cursos e prêmio assiduidade.

Dentre as transferências, o maior percentual é oriundo do FUNDEB, totalizando 46,12%(quarenta e seis virgula doze por cento) do montante previsto para a Educação, valor este que representa,

69

15,50%(quinze virgula cinquenta por cento) do total previsto para a arrecadação do Município.

**Tabela 1: Receitas do FUNDEB referente ao ano de 2014**

MÊS	BRUTO	DESCONTOS	LÍQUIDO	ACUMULADO ANO	MÊS ANT.	ANO ANT.	EXERCÍCIO
jan	321.224,29	0,00	321.224,29	321.224,29	3,0 %	12,7 %	12,7 %
fev	313.479,25	0,00	313.479,25	634.703,54	-2,4 %	13,3 %	13,0 %
mar	289.367,70	0,00	289.367,70	924.071,24	-7,7 %	18,9 %	14,8 %
abr	291.555,43	0,00	291.555,43	1.215.626,67	0,8 %	2,7 %	11,6 %
mai	318.789,66	0,00	318.789,66	1.534.416,33	9,3 %	6,3 %	10,5 %
jun	301.681,21	0,00	301.681,21	1.836.097,54	-5,4 %	7,9 %	10,0 %
jul	279.347,44	0,00	279.347,44	2.115.444,98	-7,4 %	6,1 %	9,5 %
ago	298.816,58	0,00	298.816,58	2.414.261,56	7,0 %	5,1 %	8,9 %
set	304.947,38	0,00	304.947,38	2.719.208,94	2,1 %	6,4 %	8,7 %
out	318.610,06	0,00	318.610,06	3.037.819,00	4,5 %	14,4 %	9,2 %
nov	332.631,09	0,00	332.631,09	3.370.450,09	4,4 %	6,1 %	8,9 %
dez	330.484,78	0,00	330.484,78	3.700.934,87	-0,6 %	6,0 %	8,7 %
<b>VALORES ACUMULADOS NO ANO DE 2014</b>							
<b>BRUTO</b>			<b>DESCONTOS</b>	<b>LÍQUIDO</b>			
3.700.934,87			0,00	3.700.934,87			

Fonte: <http://receitas.fecam.org.br/municipio/62/Catanduvas/FUNDEB/lancamento#ano/2014/mes/12>



**Tabela 2: Orçamento da Educação no ano de 2014**

	Receita Municipal Corrente	Repasse à Secretaria Municipal Educação	Ensino Fundamental	Educação Infantil	Receita FUNDEB	Custo aluno/FUNDEB	Custo aluno/Município	Custeio/Investimento na Educação
<b>R\$</b>	23.873.385,40	8.024.014,01	4.806.227,59	3.217.786,42	3.700.934,87	3.144,37	6.817,34	149.112,40
<b>% Educ.</b>		100%	59,90%	40,10%	46,12%	0,04%	0,08%	1,86%
<b>% Mun.</b>	100%	33,61%	---	---	15,50%	---	---	---

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

**Tabela 3: Receitas FUNDEB 2015**

MÊS	BRUTO	DESCONTOS	LÍQUIDO	ACUMULADO ANO	MÊS ANT.	ANO ANT.	EXERCÍCIO
jan	370.863,05	0,00	370.863,05	370.863,05	12,2 %	15,5 %	15,5 %
fev	343.801,85	0,00	343.801,85	714.664,90	-7,3 %	9,7 %	12,6 %
mar	335.290,09	0,00	335.290,09	1.049.954,99	-2,5 %	15,9 %	13,6 %
abr	0,00	0,00	0,00	1.049.954,99	0,0 %	0,0 %	0,0 %
mai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0 %	0,0 %	0,0 %
jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0 %	0,0 %	0,0 %
<b>VALORES ACUMULADOS NO ANO</b>							
<b>BRUTO</b>			<b>DESCONTOS</b>		<b>LÍQUIDO</b>		
1.049.954,99			0,00		1.049.954,99		

Fonte: <http://receitas.fecam.org.br/municipio/62/Catanduvas/FUNDEB/lancamento#ano/2015/mes/12>

**Tabela 4: Análise de variação receitas FUNDEB ao longo dos anos:**

ANO	VALOR BRUTO	DESCONTOS	LÍQUIDO	VARIAÇÃO
2001	565.184,77	0,00	565.184,77	0,0 %
2002	694.939,87	0,00	694.939,87	23,0 %
2003	836.155,80	0,00	836.155,80	20,3 %
2004	798.292,24	0,00	798.292,24	-4,5 %
2005	932.461,94	0,00	932.461,94	16,8 %
2006	975.120,81	0,00	975.120,81	4,6 %
2007	1.229.450,67	0,00	1.229.450,67	26,1 %
2008	1.606.314,21	0,00	1.606.314,21	30,7 %
2009	1.925.519,39	0,00	1.925.519,39	19,9 %
2010	2.267.527,68	0,00	2.267.527,68	17,8 %
2011	2.399.345,49	0,00	2.399.345,49	5,8 %
2012	2.799.608,68	0,00	2.799.608,68	16,7 %
2013	3.406.181,23	0,00	3.406.181,23	21,7 %
2014	3.700.934,87	0,00	3.700.934,87	8,7 %
2015	1.049.954,99	0,00	1.049.954,99	-71,6 %
<b>Total</b>	<b>25.186.992,64</b>	<b>0,00</b>	<b>25.186.992,64</b>	

No município de Catanduvas, os recursos para manutenção e desenvolvimento da Educação compreendem, conforme relatório

do ano de 2014, cerca de 33,61%(trinta e três virgula sessenta e um por cento) da receita resultante de impostos arrecadados em 2014, incluída a proveniente das transferências específicas já citadas. Todos os planos e programas setoriais, inclusive o da Educação, são elaborados em consonância com o Plano Plurianual (PPA) através de audiências públicas e apreciados pela Câmara Municipal.

Existem ainda convênios que exigem projetos que cumpram critérios específicos determinados pela União e pelo Estado, como por exemplo, o ProInfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil); através do qual o Município construiu duas Creches. Sendo Catanduvas um município de pequeno porte, nem sempre consegue enquadrar-se nos critérios exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Existe ainda um montante arrecadado em eventos organizados pelas Associações de Pais e Professores (APP) das escolas da Rede Municipal, valores estes que são administrados pelas mesmas, algumas vezes em conjunto e outras em que cada escola promove seus próprios eventos conforme suas necessidades e anseios.

**Tabela 5: Percentual de Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento da Educação no Município – 2014.**

<b>Percentual</b>
<b>33,61%</b>

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

**Tabela 6: Transferência oriunda do FUNDEB-2014:**

<b>TOTAL EM R\$</b>	<b>3.700.934,87</b>
<b>Percentual oriundo do FUNDEB</b>	<b>15,50%</b>

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

## **METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

---

**Meta 19:** Garantir práticas colegiadas, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática, elencando critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, que fortaleçam e auxiliem na nomeação comissionada de diretores das escolas, disponibilizando recursos e apoio técnico para viabilizar esta prática.

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO
19.1- Acrescentar critérios técnicos de mérito e desempenho para o cargo de diretor, no Plano de Carreira do Magistério.
19.2- Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União e do Estado na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
19.3- Disponibilizar auxílio aos representantes dos Conselhos para participar dos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
19.4- Instituir no Município Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação;
19.5- Fortalecer as Associações de Pais e Professores (APPs) e fomentar a sua articulação orgânica com os conselhos escolares.
19.6- Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento

do Projeto Político Pedagógico e na gestão dos recursos PDDE.

19.7- Estimular e fortalecer os conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional;

19.8- Possibilitar à escola elaborar e executar seu orçamento, planejar e executar suas atividades, aplicar e remanejar diferentes rubricas, tendo o acompanhamento e fiscalização dos órgãos internos e externo competentes, visando favorecer os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira;

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### **ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

20.1- Garantir a colaboração técnica e financeira da União e do Estado, via transferências específicas, como fonte de financiamento permanente para todas as etapas e modalidades da educação básica pública municipal, observando-se as políticas, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394,



de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender as demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2- Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação de forma a garantir no PPA, que os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino no município sejam repassados e utilizados de forma integral;

20.3- Dar prioridade aos níveis que são de competência do Município, Educação Infantil e Ensino Fundamental- séries iniciais.

20.4- Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino municipal, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.5- Definir o custo aluno-aprendizagem, dentro da nova perspectiva do investimento público em Educação.

20.6- Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias

de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.7- Participar ativamente da elaboração do Plano Plurianual (PPA).

20.8- No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.9- Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica municipal, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.10- O CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

**LISTA DE SIGLAS:**

**AMMOC** – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DO MEIO-OESTE CATARINENSE;

**ANA** – AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO;

**APP** – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES;

**CAQ** – CUSTO ALUNO QUALIDADE;

**CAQi** – CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL;

**CNE** – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;

**EEB** – ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA;

**EJA** – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS;

**EMEB** – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA;

**ENEM** – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO;

**ESF** – ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

**FIES** – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL;

**FNE** – FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO;

**FUNDEB** – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA;

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA;

**IDEB** – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA;

**IFC** – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE;

**LIBRAS** – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS;

**LSE** – LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR;

**MEC** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA;

**PDDE** – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA;

**PIB** – PRODUTO INTERNO BRUTO;

**PME** – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;  
**PNAD** – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS;  
**PNE** – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;  
**PPA** – PLANO PLURIANUAL;  
**PPP** – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO;  
**PRÓ-JOVEM** – PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS;  
**SAEB** – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA;  
**SENAI** – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL;  
**SINAES** – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR;

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – VERSÃO PRELIMINAR

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEI Nº 2404 DE 26 DE JUNHO DE 2013.

PREFEITURA MUNICIPLA DE CATANDUVAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SITES:

<http://simec.mec.gov.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br/>

[http://www.fecam.org.br/municipios/index.php?cod\\_municipio=197](http://www.fecam.org.br/municipios/index.php?cod_municipio=197)

<http://receitas.fecam.org.br/municipio/62/Catanduvras>

<http://www.qedu.org.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.inep.gov.br/web/guest/home>

<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao-preliminar>

**DECRETO Nº 2.075, DE 15 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 2.075, de 15 de junho de 2015.

**"ESTABELECE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

CONSIDERANDO as atuais dificuldades financeiras enfrentadas em todos os âmbitos da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas públicas, visando o equilíbrio orçamentário financeiro,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecida jornada especial de trabalho, em turno único das 12h00min às 18h00min, no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. A jornada especial de que trata este artigo iniciará-se nesta data, e terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 15 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

**DECRETO Nº 2.076, DE 15 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 2.076, de 15 de junho de 2015.

**"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a nova COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CATANDUVAS-SC, formada pelos seguintes membros:

**I – ÓRGÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- a) Rosane Eva Bucco;
- b) Elizabet Parisotto.

**II – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

- a) Angela Marilha Garcia Miotto;
- b) Maria Helena Knebel Macedo.

Art. 2º Os membros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º Pela participação na Comissão os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 15 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

**LEI Nº 2.495/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 2.495, de 16 de junho de 2015.

**"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico – Anexo Único, parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, para execução de serviços públicos de saneamento básico no âmbito do Município de Catanduvas/SC, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007.

Parágrafo único. O Plano estabelecido no presente artigo objetiva obter níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído pela presente Lei, será revisto com periodicidade a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, através da Secretaria de Administração e Finanças, órgão de gerenciamento do plano, à Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano vigente.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento básico deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços públicos, agência reguladora e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - da Política Estadual de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente; e

II – do Plano Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 16 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

**LEI Nº 2.496/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 2.496, de 16 de junho de 2015.

**"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação e Saúde da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo Único desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 5º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 7º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, promoverá a adequação da legislação local, disciplinando a gestão democrática



da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 8º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei municipal nº 2.404, de 26 de junho de 2013.

Catanduvas/SC, 16 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

**ANEXO LEI Nº 2.495/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015**



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – Edital  
0012/2009**

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO  
BÁSICO  
DE  
CATANDUVAS**

**VOLUME V**

- Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação  
Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações  
Programadas e  
Mecanismos de Participação Social
  
- SIG – Sistema de Informações Geográficas

**DEZEMBRO  
2011**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**João Raimundo Colombo**

Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTÁVEL**

**Paulo Roberto Barreto Bornhausen**

Secretário de Estado

**DIRETORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - DSMA**

**Luiz Antônio Garcia Corrêa**

Diretor

**COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS**

**Daniel Casarin Ribeiro**

Coordenador de Projetos Especiais

**GERÊNCIA DE DRENAGEM URBANA, ÁGUA E ESGOTO – GEDRA**

**Thays Saretta Sulzbach**

Gerente de Drenagem Urbana, Água e Esgoto

**COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO**

Bruno Henrique Beilfuss - Eng.º Florestal

Catiusia Gabriel – Bióloga

Cláudio Caneschi - Eng.º Civil

Cleiton Prestes Guedes – Eng.º Civil

Daniel Casarin Ribeiro - Eng.º Agrônomo

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



2



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Eduardo Sartor Scangarelli – Geólogo

Frederico Gross - Eng.º Ambiental

Livia Ceretta – Geógrafa

Lúcia Andrea de Oliveira Lobato – Eng.ª Agrônoma

Maureen Albina Gonçalves – Pedagoga

Milton Aurelio Uba de Andrade Junior. – Eng.º Ambiental

Robson Ávila Wolff - Eng.º Sanitarista

Solano Andreis - Eng.º Agrônomo

Stevens Spagnollo – Eng.º Sanitarista e Ambiental

Thays Saretta Sulzbach – Bióloga

Victor Speck – Eng.º Ambiental

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



3



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO DA CONSULTORA**

Wilson Vieira – Eng. Civil – Coordenador Geral

Harua Okawa – Especialista em Água e Esgoto

Antonio Carlos Ramuski - Eng Civil – Especialista em Resíduos Sólidos

Celso Olavo Medina Gião – Eng. Civil – Drenagem Urbana

José Armando Silva de Oliveira – Eng. Cartógrafo – Especialista em  
Geoprocessamento

Rita de Cassia Rodrigues – Eng. Sanitarista

Maria de Fátima Rezende – Advogada

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



4



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **SUMÁRIO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



5



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO.....	15
2. INTRODUÇÃO .....	18
2.1 Implantação e Execução do PMSB .....	20
2.2 Controle e Monitoramento do PMSB .....	22
2.3 Revisão do PMSB .....	23
2.4 PMSB e o Modelo de Gestão .....	24
3 ESTRUTURAÇÃO DO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.....	27
4 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA MAXIMIZAÇÃO DA EFICÁCIA DAS AÇÕES E RESULTADOS .....	33
5 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES .....	36
6 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E DE CRÍTICA DE RESULTADOS .....	39
6.1 Indicadores quantitativos para atendimento dos objetivos e metas.....	40
6.2 Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.....	48
6.3 Indicadores de Salubridade Ambiental .....	69
6.4 Indicadores Gerenciais .....	77
7 INDICAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E DIRETRIZES GERAIS RELACIONADAS A DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO .....	85
8 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	92
8.1 Considerações sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico em cidades de pequeno porte.....	102
8.2 Proposta de estrutura para regulação e fiscalização .....	104
8.2.1 Estrutura do Sistema de Gestão do Saneamento Básico .....	104

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



6





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

9	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, BENEFÍCIOS E AFERIÇÃO DE RESULTADOS.....	112
10	INSTITUIÇÃO O SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO ..	114
11	COMPATIBILIZAÇÃO COM OS PLANOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE INSERÇÃO.....	117
12	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	122
13.	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG.....	124
14.	ESTRUTURAÇÃO CARTOGRÁFICA.....	126
15.	ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO PROJETO SIG.....	127
15.	ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO PROJETO SIG .....	128
16.	GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO .....	130
17.	MANUAL DO USUÁRIO .....	136
18.	BIBLIOGRAFIAS .....	156
19.	ANEXOS.....	159

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



7



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **LISTA DE FIGURAS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



8



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Gestão Proposto .....	19
Figura 2 - Ciclo do PDCA .....	25
Figura 3 - Ciclo PDCA .....	34
Figura 4: Fluxograma do Sistema de Gestão .....	105
Figura 5 - Imagem geral do PMSB .....	138
Figura 6 - seleção de camadas .....	139
Figura 7 - Janela de Informações .....	140
Figura 8 - Busca por Todos os Dados .....	141
Figura 9 - Filtro de item específico .....	142
Figura 10 - Filtro por título .....	142
Figura 11 - Busca por demanda .....	143
Figura 12 - Campo de pesquisa .....	143
Figura 13 - Listagem de fotos .....	144
Figura 14 - Adicionando fotos .....	145
Figura 15 - Pesquisa por Município/fotos/plano/fase .....	146
Figura 16 - Pesquisa por prognóstico .....	147
Figura 17 - Editando o prognóstico .....	148
Figura 18 - Botão de Gráficos .....	149
Figura 19 - Janela de consulta por demandas .....	149
Figura 20 - Gráfico demandas CDP .....	150
Figura 21 - Gráfico em Barras .....	151
Figura 22 - Consulta por Municípios .....	152
Figura 23 - Consulta gráfica por investimento .....	153
Figura 24 - Geração de arquivos .csv .....	154
Figura 25 - Impressão .....	154

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **LISTA DE TABELAS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE

**AZIMUTE**EMPRESA TIPO A PROJETOS DE ENGENHARIA

10



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 2: Schema Cartografia.....	132
Tabela 3: Schema PMSB .....	133
Tabela 4: Schema PUBLIC .....	133
Tabela 5: Ortoimagens .....	134

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



11



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **LISTA DE QUADROS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE

**AZIMUTE**  
CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA

12



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Índice de Atendimento e Índice de Perdas.....	40
Quadro 2 – Índices de Hidrometração e Substituição de Hidrômetros.....	41
Quadro 3 - Índices de Substituição de Redes de Abastecimento .....	42
Quadro 4 - Índice de Incremento e Substituição de Redes Coletoras .....	43
Quadro 5 - Índice de Evolução do Atendimento, Ligações Prediais e Tratamento.....	44
Quadro 6 - Índice de Atendimento dos Serviços .....	45
Quadro 7 - Índice de Atendimento dos Serviços .....	46
Quadro 8 - Índice de Recuperação de Vias Com Sistema de Drenagem .....	47
Quadro 9: Faixas de Pontuação de ISA.....	75
Quadro 10: Indicadores de Salubridade Ambiental .....	76
Quadro 11 - Indicador de Salubridade Ambiental Futuro.....	76
Quadro 12 – Prazos de atendimento dos serviços .....	78
Quadro 13: Estruturas de atendimento .....	79
Quadro 14: Adequação das Estruturas de Atendimento ao Público .....	79
Quadro 15: Metas Gerenciais para o Período do Plano .....	82
Quadro 16 - Comparativa entre as Agências Reguladoras Atuantes no Estado de Santa Catarina .....	109

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



13





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **1 APRESENTAÇÃO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



14



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **1. Apresentação**

O Consórcio Engevix-Azimute - CEA, vem apresentar as fases VI e VII do Plano Municipal de Saneamento Básico de Catanduvas (PMSB) consubstanciando os “mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas e mecanismos de participação social” e o SIG - Sistema de Informações Geográficas, instrumento de consulta *on line* disponibilizado para fomentar a participação social na elaboração e acompanhamento das ações futuras do plano.

O Primeiro documento – Fase VI, trata da Gestão do PMSB onde destacam-se os elementos estratégicos, táticos e operacionais para implementação, avaliação, monitoramento e revisão do PMSB – Catanduvas em conformidade aos requisitos da Lei Federal 11.445/2007 e respectivo Decreto Regulamentador 7.217/2010.

O desenvolvimento deste planejamento considerou as características e particularidades do município de Catanduvas de forma a viabilizar sua aplicação. Assim, o Consórcio Engevix-Azimute – CEA propõe a base referencial de uma estrutura de gestão que permita de maneira objetiva, prática e de custos reduzidos para sua execução.

Em atendimento ao exposto no Termo de Referência do Edital 0012/2009, no decorrer deste relatório o planejamento proposto será apresentado com base nos itens a seguir apresentados.

- Estruturação do mecanismo de participação social do acompanhamento e implementação do Plano Municipal de Saneamento básico;
- Definição de instrumentos de gestão para maximização da eficácia das ações e resultados;
- Definição de instrumentos de controle social e de transparência e divulgação das ações;
- Definição de instrumentos de avaliação de indicadores de desempenho e de crítica de resultados;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



15



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- Indicação de mecanismos de controle social e diretrizes gerais relacionadas a direitos e deveres do usuário;
- Indicação dos instrumentos regulatórios setoriais e gerais;
- Estabelecimento dos procedimentos de avaliação de impactos, benefícios e aferição de resultados;
- Instituição do Sistema Municipal de Saneamento Básico, compreendendo entre outros o Conselho e o Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- Compatibilização com os planos das bacias hidrográficas de inserção.

Por fim destacamos que os tópicos acima apresentados estarão diretamente relacionados com o modelo da estrutura de gestão proposta, a qual será objeto do item introdutório deste relatório.

Catanduvas, Dezembro de 2011

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



16



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **2 INTRODUÇÃO FASE VI**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



17



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **2. INTRODUÇÃO**

Conforme destacado na apresentação deste relatório tratamos nesta fase do planejamento para a gestão do PMSB onde destacam-se os elementos estratégicos, táticos e operacionais para implementação, avaliação, monitoramento e revisão do mesmo.

Para tanto, a partir das características locais foi definido um modelo que permita o desenvolvimento de todas as etapas constantes deste planejamento, de forma a potencializar especialmente a estrutura da administração pública municipal e a organização da comunidade local.

Este modelo contempla todas as particularidades e instrumentos previstos na legislação pertinente bem como proporciona um ordenamento para o desenvolvimento do planejamento.

A seguir apresentamos o modelo de gestão proposto e sua respectiva descrição.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



18

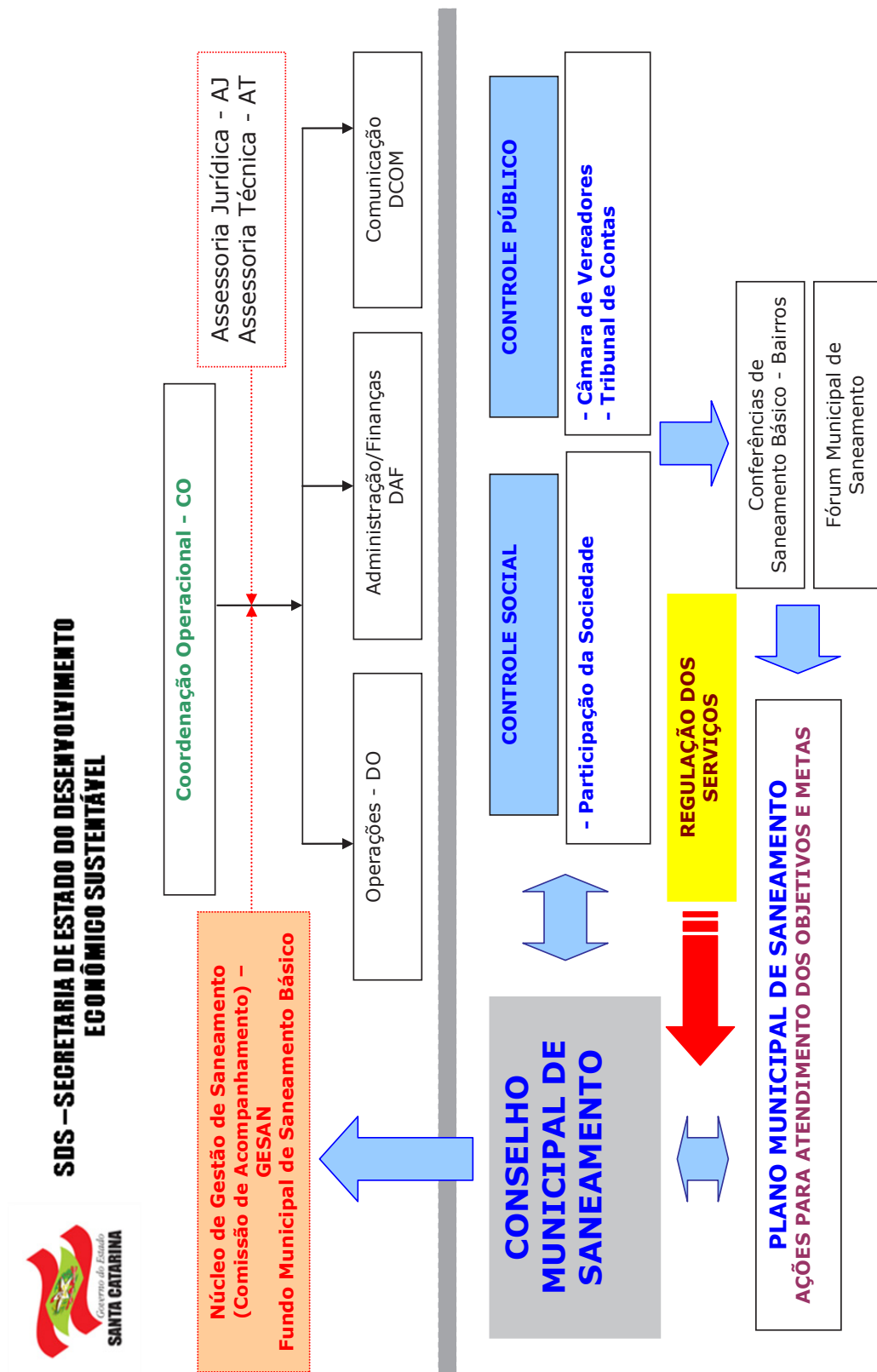


Figura 1 - Modelo de Gestão Proposto



19

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **2.1 Implantação e Execução do PMSB**

Para a implantação e operação do PMSB preconiza-se a seguinte estrutura:

- **Coordenação Operacional - CO**

A Coordenação Operacional – CO apresenta-se como elemento fundamental para a gestão do PMSB, pois a ela caberá a operacionalização das ações previstas para os prazos definidos (imediatas, curto, médio e longo prazo), sejam através de execução direta atuando de forma a acompanhar efetivamente os serviços realizados por terceiros.

A necessidade de formatação desta Coordenação Operacional está no fato de que o controle global do Plano deve estar “CENTRALIZADO”, de forma a garantir que os quatro segmentos do saneamento básico tenham a mesma atenção.

A Coordenação Operacional poderá ser exercida por uma secretária municipal existente que tenha sua função dedicada às obras, planejamento ou meio ambiente. Uma alternativa compreende a criação de uma secretaria ou divisão de “saneamento básico” para dedicação exclusiva a este segmento, entretanto, esta decisão dependerá da avaliação do executivo municipal.

A CO terá com apoio o GESAN – Núcleo de Saneamento Básico e as assessorias específicas para área jurídica e técnica.

- **GESAN – Núcleo de Saneamento Básico**

O GESAN será uma comissão de acompanhamento e avaliação, que comportará as demais pastas do executivo municipal que tenham relação com o tema “saneamento básico”, fazendo-se essencial a participação efetiva das secretarias de educação, saúde e administração/finanças, e importante contar com representantes do Conselho Municipal de Saneamento, Saúde e Meio Ambiente e de representantes da sociedade civil organizada.

O objetivo do GESAN é subsidiar a CO quanto a temas específicos de natureza operacional e que envolvem as secretarias afins, como por exemplo, campanhas direcionais, campanhas educativas, organização de eventos como conferência e fórum de saneamento, reuniões comunitárias, audiências

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



20





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

públicas, parcerias em obras e serviços afins ao saneamento básico entre outras ações de caráter coletivo.

Ao GESAN compreenderá também a tarefa de acompanhar e avaliar as ações preconizadas no PMSB, especialmente após suas revisões. Neste sentido a participação da pasta responsável pela administração/finanças é fundamental, haja vista a correlação do PMSB com o Planejamento Plurianual do município.

- **Assessoria Jurídica – AJ**

A assessoria jurídica – AJ compreende serviços eventuais a critério da administração municipal no sentido de proporcionar atendimento assuntos de ordem legal relativos ao PMSB. Esta necessidade deverá ser identificada pela CO.

- **Assessoria Técnica – AT**

Assim como para a assessoria jurídica a assessoria técnica – AT, compreende serviços eventuais a critério da administração municipal para temas relativos a questões técnicas do PMSB. Esta necessidade deverá ser identificada pela CO, sendo facultado à decisão de estruturação da área técnica através da inclusão no quadro funcional de profissionais habilitados.

A indicação da AT ou AJ contratada pode ser mais atrativa seja em termos econômicos como de sua eficácia técnica, haja vista a possibilidade de contratação de serviços junto a profissionais ou empresas com maior experiência técnica evitando situações de decisões equivocadas.

A execução dos serviços previstos no PMSB se dará a partir de três divisões: Operações, Administração/finanças e Comunicação.

- **Divisão de Operações - DO**

A Divisão de Operações – DO será responsável pela realização de obras e serviços previstas no PMSB, destacando-se que para serviços prestados por terceiros as tarefas estarão relacionadas ao controle e fiscalização.

- **Divisão Administrativa/Financeira - DAF**

A Divisão Administrativa/Financeira - DAF será responsável pela aplicação dos recursos financeiros em obras e serviços definidos pelo PMSB.





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Importante aqui citar que os recursos do Fundo Municipal de Saneamento serão utilizados para aplicação específica para os quatro segmentos constituintes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitários, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Esta tarefa poderá ser exercida pela secretaria municipal de administração/finanças, desde que definido claramente as condições de gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

- **Divisão de Comunicação - DCOM**

A Divisão de Comunicação – DCom será responsável pela realização das ações de divulgação e comunicação de resultados, eventos e outras.

A coleta de informações junto a prestadores de serviço para alimentação de indicadores de desempenho será também tarefa da DCOM.

A organização de conferências ou reuniões de saneamento em bairros e do fórum municipal de saneamento são tarefas de responsabilidade da DCOM.

O Sistema de informações do PMSB será também gerenciado pelo DCOM.

Esta tarefa poderá ser exercida por outra secretaria da administração municipal, desde que definido claramente as suas atribuições.

### **2.2 Controle e Monitoramento do PMSB**

O controle e monitoramento do PMSB contemplam uma estrutura de certa forma complexa, pois deve atender tanto os aspectos técnicos de atendimento às metas previstas bem como atender aos aspectos legais especialmente quanto a aplicação dos recursos financeiros.

Assim, o modelo proposto prevê por um lado o Controle Social, através da participação da sociedade local e em por outro lado o Controle Público que se dará a partir da Câmara de Vereadores e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



22



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

As componentes de Controle Social e Público serão abordadas com maior detalhamento em item específico deste relatório, entretanto é importante salientar desde já que suas ações terão impactos diretos sobre a constante avaliação e revisão do PMSB, seja através de reuniões/conferências em bairros e localidades, do fórum municipal de saneamento e especialmente através do Conselho Municipal de Saneamento, eventos estes previstos como “obrigatórios” para manutenção do PMSB.

O Conselho Municipal de Saneamento compreende o fórum máximo da gestão do PMSB, e portanto é fundamental que na sua constituição seja garantida a representatividade da sociedade organizada.

Também faz parte da estrutura de controle e monitoramento a presença do ente “regulador”, conforme preconizado pela legislação, cujas características serão também tratadas adiante neste relatório.

As agências reguladoras deverão trabalhar em parceria com os demais agentes de fiscalização aos quais o setor de saneamento está sujeito, conforme relatado a seguir:

- a) Tribunal de Contas, que fiscaliza as contratações de obras e serviços com base na lei de licitações e suas alterações.
- b) O Legislativo municipal, ou seja, a Câmara de Vereadores que de forma direta e indireta fiscaliza os atos do poder executivo.

### **2.3 Revisão do PMSB**

A revisão do PMSB será decorrente de ações advindas da fase de verificação.

As estruturas de regulação e o Conselho Municipal de Saneamento Básico são responsáveis por esta revisão, especialmente em razão de sua natureza legal.

As ações algumas vezes parecem se confundir, mas diferente disto, as mesmas comprovam as interações das partes, designando o caráter efetivo de “continuidade e interdependência”.

As revisões do PMSB são tratadas na lei federal como obrigatórias e devem ser realizadas com periodicidade máxima de 4 (quatro) anos,

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



23



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

respeitando-se a elaboração do PPA – Planejamento plurianual da Prefeitura Municipal, o qual certamente deve contemplar os investimentos previsto no PMSB.

O Consórcio Engevix/Azimute recomenda que a revisão do PMSB não deva ultrapassar 2 (dois) anos, e se pertinente seja adotada como anual devido aos seguintes motivos:

- a) Os municípios, de forma geral, não exercem práticas de gestão, e portanto, esta passa a ser uma oportunidade ímpar para exercitar o planejamento e quem sabe utilizar os mesmos conceitos para outras atividades da administração municipal;
- b) Os objetivos e metas são dinâmicos e dependentes da disponibilidade de recursos, assim, tratar o tema saneamento em termos de sua compatibilidade aos recursos disponíveis é tarefa fundamental;
- c) O PMSB tem no seu contexto o conceito de “melhoria contínua”, portanto, alinhado às técnicas usuais de sistemas de gestão aplicáveis a organizações públicas e privadas, condição que oferecerá segurança no seu desenvolvimento e
- d) O PMSB compreende uma “ferramenta” de planejamento, portanto, faz-se necessário seu uso efetivo nas diferentes fases de execução.

A partir desta análise, desenvolvemos a seguir um subitem específico para relacional a Gestão do Saneamento Básico ao modelo de gestão classificado como compatível às práticas exigidas no contexto da administração pública.

### **2.4 PMSB e o Modelo de Gestão**

Conforme destacado nos itens anteriores a estrutura preconizada busca a utilização máxima das estruturas existentes no município, porém em alguns casos, deverão haver investimentos estruturais para viabilizar a implementação e execução do PMSB.

Estas ações permitirão que a gestão do PMSB possa ser realizada a partir de um modelo conceitual comumente utilizado cujos resultados são expressivos.

Falamos aqui do “Ciclo de Deming” ou conforme nomenclatura usual “Ciclo do PDCA” o qual comporta uma sequência lógica de quatro etapas

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



24



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

repetitivas que caracterizam a “melhoria contínua”: PDCA – Planejar (Plan), Fazer (Do), Verificar (Check) e Agir (Act).

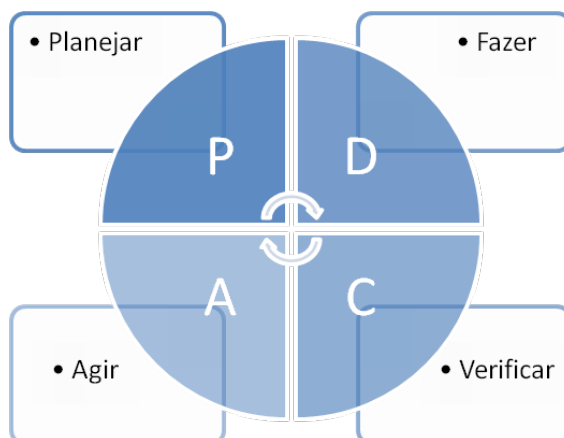


Figura 2 - Ciclo do PDCA

A partir do modelo preconizado, será apresentado na continuidade deste relatório os elementos específicos de cada componente com seu devido detalhamento e descrição de particularidades.

No item 4. deste relatório, trataremos detalhadamente sobre a metodologia de gestão aplicada ao Saneamento Básico.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



25



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **3 ESTRUTURAÇÃO DO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



26



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **3 ESTRUTURAÇÃO DO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

A estruturação do mecanismo de participação social vai ao encontro da regulamentação e implantação das diretrizes nacionais, estaduais e municipais para o saneamento básico, com objetivo estratégico de universalização dos serviços de saneamento e a participação efetiva da sociedade no controle social das ações deflagradas.

A participação social permite obter informações que usualmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de consulta e que, por meio de técnicas especiais e de profissionais experientes são incorporadas ao PMSB, permitindo que o cidadão possa efetivamente acompanhar a sua implementação.

Os diversos atores sociais devem ser envolvidos para integrar de forma articulada e propositiva a formulação das políticas públicas, desde a construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, como no acompanhamento das etapas de sua implementação, na gestão e avaliação sistemática dos serviços de saneamento. “A idéia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e proponente dos serviços que deseja em sua localidade, por meio do diálogo entre sociedade civil e poder público” (BRASIL, 2009, p.15).

Assim, os inúmeros grupos e instituições constituintes da chamada sociedade civil organizada como: organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, associações, cooperativas, sindicatos, entidades de classe e grupos organizados são atores que devem e podem atuar junto aos órgãos públicos, no planejamento de ações, na cobrança de investimentos necessários, no monitoramento, na fiscalização das ações e na minimização dos impactos socioambientais.

Há um desafio a vencer dentro da cultura administrativa brasileira que está relacionado com a capacidade de articular as diversas competências e habilidades desses atores num processo integrado de reflexão e debate, tanto na etapa da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto para sua efetiva implementação e revisão, contribuindo no processo de

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



27





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

mudança da realidade sanitária municipal, num efetivo processo de instalação da governança administrativa.

Entre as atribuições dos gestores públicos está a formulação de políticas públicas que estimulem os processos participativos e proporcionem aos seus servidores processos de capacitação. Como o Plano Municipal de Saneamento Básico é uma construção dos atores sociais e do poder público municipal, faz-se *mister* que os servidores que atuam nessa prestação de serviços e os representantes da sociedade civil organizada participem das reuniões, oficinas e audiências para compreender a forma de construção desse Plano, quais são seus produtos, como farão a fiscalização e o monitoramento das ações, numa visão que integra a saúde pública, o meio ambiente e o saneamento.

É importante também que as instituições acadêmicas participem das reuniões, das oficinas, das palestras, conferências e audiências no sentido de aportar conhecimento técnico-científico e se aproximando das demandas populares. O setor privado deve ser conclamado para aderir proativamente em ações de responsabilidade socioambiental, interagindo com o poder público e com a sociedade civil organizada. Articular-se com esses segmentos é angariar parcerias que são fundamentais no processo de discussão, de construção do plano de saneamento e de implementação das ações.

Neste contexto o modelo de Gestão preconizado prevê que tanto o controle social quanto o compulsório Controle Público, estejam delimitados de forma a proporcionar sua efetiva aplicação.

Conforme apresentado o Controle Social se dará a partir da representação da sociedade organizada e da participação do cidadão comum especialmente através dos seguintes mecanismos:

- Sistema de Informações de Saneamento Básico;
- Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- Fórum Municipal de Saneamento Básico e
- Conselho Municipal de Saneamento Básico

A seguir destacamos características de cada um dos mecanismos previstos:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



28



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Sistema de Informações de Saneamento Básico**

O Sistema de informação de Saneamento Básico tem como base a solução desenvolvida para municípios do Estado de Santa Catarina, que constará do Produto VII do PMSB.

O conceito compreende disponibilizar via internet, acesso a informações específicas do município quanto ao diagnóstico e proposições para o saneamento básico, utilizando-se de ferramenta de geoprocessamento.

Compreende parte do Sistema de Informações a divulgação de resultados relativos ao PMSB através de outras mídias como Jornais, murais, folhetos, entre outros meios, de forma a permitir à comunidade o acesso integral às informações.

- **Conferência Municipal de Saneamento Básico**

Recomenda-se que as Conferências Municipais de Saneamento Básico sejam realizadas na abrangência de bairro ou localidade (linhas, distritos, etc), com o objetivo de avaliar pontos específicos da comunidade em relação ao Saneamento Básico.

As conferências devem conter representantes do Conselho Municipal de Saneamento, representantes do executivo e obrigatoriamente representantes da localidade abrangida. Para tanto toda a localidade abrangida deverá ter acesso facilitado à informação da data, local e horário que ocorrerá a conferência

Sugere-se que as conferências sejam feitas antes das revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, com tempo hábil para serem incluídos os temas, alterações e demais sugestões no próprio Plano e em discussão no Fórum Municipal de Saneamento.

Importante a adoção de critérios técnicos e operacionais para a realização das conferências municipais, assim como definir os representantes que irão participar do Fórum Municipal de Saneamento Básico.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



29



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Fórum Municipal de Saneamento Básico**

Após as Conferências nas localidades do município, sugere-se reunir os temas, alterações, propostas e sugestões de forma mais objetiva em um Fórum municipal de Saneamento Básico, para então serem tomadas decisões de forma integrada com todo o município.

Desta forma propõem-se um fórum anterior a cada revisão do PMSB.

É importante que cada conferência seja representada neste Fórum, por integrantes da própria localidade origem da conferência.

- **Conselho Municipal de Saneamento Básico**

Conforme preconiza a Lei Federal 11.445/2007, o Conselho Municipal de Saneamento Básico deverá ter representação:

- I - dos titulares dos serviços;
- II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;
- V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Assim recomenda-se que a formatação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, tenha como referencial o Grupo Executivo de Saneamento – GES, o qual foi criado para acompanhar e aprovar as fases de elaboração do PMSB, com a inclusão adicional da participação de outras entidades, classificadas pela administração municipal, como fundamentais para garantia da representatividade setorial.

Poderá a administração municipal no caso da existência de Conselho Municipal de Saúde ou Conselho Municipal de Meio Ambiente, utilizar algum conselho existente e a partir da inserção dos aspectos específicos do saneamento básico, tratar do tema conjuntamente aos demais. Esta alternativa é completamente viável para municípios de pequeno porte de forma a evitar a constituição de novos fóruns de discussão de temas considerados prioritários.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



30



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Com base nos mecanismos apresentados a Gestão do Saneamento Básico será garantida e além disto compatível às fases do PDCA planejado para o setor.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



31



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **4 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA MAXIMIZAÇÃO DA EFICÁCIA DAS AÇÕES E RESULTADOS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



**AZIMUTE**  
CENTRO PARA A PROJEÇÃO DE ENGENHARIA

32



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **4 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA MAXIMIZAÇÃO DA EFICÁCIA DAS AÇÕES E RESULTADOS**

Segundo Deming, o Ciclo do PDCA permite a organização, neste caso a Prefeitura Municipal, gerenciar de maneira disciplinada, as iniciativas de melhoria.

Na ótica da Gestão Saneamento Básico, o planejamento provém das bases do próprio PMSB e as fases do Ciclo do PDCA podem ser facilmente identificados:

- Planejamento

Faz parte do planejamento as ações do GESAN na forma de subsidiar a implementação e execução do PMSB.

- Execução

A execução estará a cargo da estrutura operacional, controlada pelo CO, DO, DAF e DCOM.

- Verificação

Na sequência deve-se avaliar o desempenho, e esta prática se dará a partir da “medição” quanto ao atendimento das metas previstas no PMSB para condição imediata e de curto, médio e longo prazo.

Para tanto estão aqui às estruturas de Controle Social e Controle Público, Conferência de Saneamento e Fórum Municipal de Saneamento Básico.

O Sistema de Informação do PMSB é parte integrante da fase de verificação.

- Ação

A ação compreende a revisão do PMSB, ou seja, compreende o fechamento do PDCA a partir da atualização do PMSB.

A partir desta fase um novo ciclo se inicia de forma a proporcionar continuamente as etapas do PDCA.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Traduzindo-se do modelo teórico do Ciclo de Deming para o modelo prático do modelo de Gestão de Saneamento, as etapas do PDCA podem ser identificadas conforme gráfico a seguir:

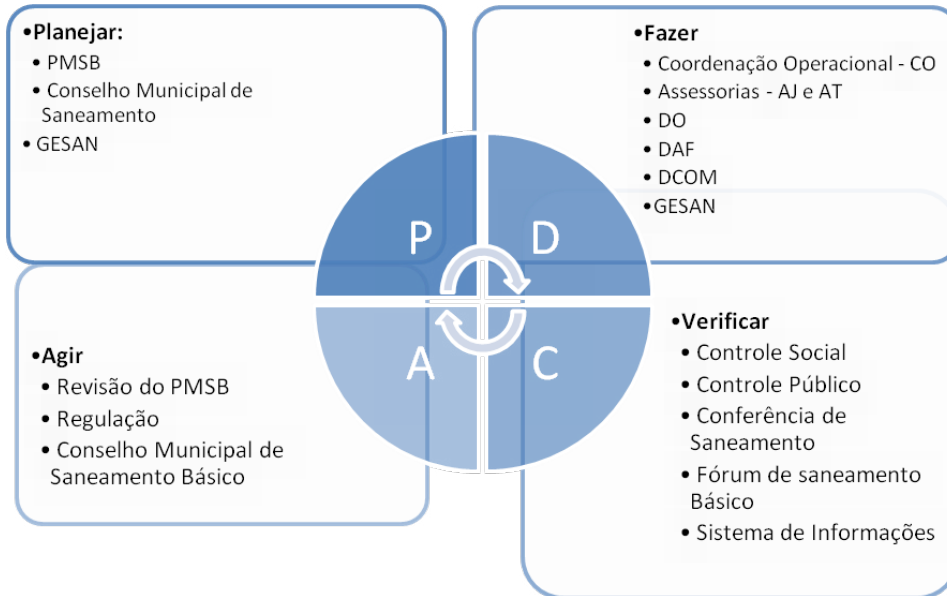


Figura 3 - Ciclo PDCA

Diante do exposto, a metodologia se adequadamente aplicada garantirá para as diferentes fases eficiência e eficácia das atividades.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE







## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **5 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



35



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **5 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES**

Um dos grandes avanços da Constituição Federal de 1988 foi a incorporação da participação dos cidadãos nas decisões de interesse público. A questão do saneamento básico é bastante complexa e a população detém o direito de poder atuar desde a elaboração do Plano, sua implementação, monitoramento, avaliação e fiscalização das ações.

Assim, todos, poder público, privado e sociedade civil organizada, pode participar dos espaços de participação por meio da constituição do órgão colegiado (conselho), das audiências públicas, das consultas públicas e das conferências.

O estabelecimento dos instrumentos e mecanismos de participação e controle social na gestão da política de saneamento básico está também presente nas orientações exaradas pela Resolução Recomendada do Conselho das Cidades nº 75, de 02 de julho de 2009.

Em seu art. 2º, item VIII estabelece que essa participação far-se-á presente “nas atividades de planejamento e regulação e fiscalização dos serviços na forma de conselhos da cidade ou similar em caráter deliberativo”. Já o seu art. 3º, estabelece em seu item I, que a efetiva participação da sociedade deve ser garantida “tanto na etapa de formulação da Política e de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em todas as suas etapas, inclusive o diagnóstico, quanto no Controle Social, em todas as funções de Gestão”.

Conforme destacado no modelo proposto, as estruturas de Controle Social.

- Audiências Públicas;
- Sistema de Informações;
- Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- Fórum Municipal de Saneamento Básico e
- Conselho Municipal de Saneamento Básico

Para a fase inicial de aprovação do PMSB faz-se valer as audiências públicas realizadas para cada fase de desenvolvimento.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



36



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Os demais mecanismos já foram objeto de detalhamento em subitem anterior, porém vale salientar a importância sublime de sua utilização.

O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, contará com um sítio eletrônico (site) vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS/SC, onde a população poderá consultar todo o PMSB e as revisões que ocorrerão com o decorrer dos anos, tornando este um instrumento de transparência em relação á dados, gráficos, mapas, valores de investimentos, manutenções e operações e informações gerais.

O Relatório VII do PMSB contém informações mais detalhadas sobre o sítio eletrônico (site) .

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



37



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **6 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E DE CRÍTICA DE RESULTADOS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



**AZIMUTE**  
CONSÓRCIO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

38



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **6 DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E DE CRÍTICA DE RESULTADOS**

O Plano de Saneamento Básico, atendendo a Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10, dispõe de ações e demandas que visam proporcionar o aumento da qualidade de vida da população, através da otimização dos serviços de saneamento básico.

Estas ações e demandas relacionadas aos serviços de saneamento básico foram planejadas de forma a implantar, quando necessário, e ampliar gradativamente as estruturas e serviços referentes ao saneamento básico.

A fim de acompanhar o processo de efetivação quantitativa e qualitativa das ações e demandas planejadas, se faz relevante a adoção de indicadores para avaliação da procedência do plano, disponibilizando estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico, permitindo e facilitando o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Os indicadores são necessários tanto para o entendimento do ambiente, como também para que se planejem ações e decisões sejam tomadas

Diante destas premissas foram definidos mecanismos avaliadores das condições de atendimento dos serviços de saneamento básico, os quais compreendem grupos de “indicadores”:

- Indicadores quantitativos para atendimento dos objetivos e metas;
- Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS
- Indicadores de Salubridade Ambiental e
- Indicadores Gerenciais

A seguir trataremos individualmente dos grupos de indicadores selecionados:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



39



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### 6.1 Indicadores quantitativos para atendimento dos objetivos e metas

O atendimento às metas definidas pelo planejamento de projeções do Cenário Normativo poderá ser monitorado com base em indicadores específicos conforme segue:

- **Sistema de Abastecimento de Água Planilha de normativo**
  - Índice de atendimento e Índice de Perdas

**Quadro 1 – Índice de Atendimento e Índice de Perdas**

ANO	ÍNDICE DE ATENDIMENTO (%aa)		ÍNDICE DE PERDAS (%)
	URBANO	RURAL	
1	100,00%	0,00%	33,00%
2	100,00%	0,00%	33,00%
3	100,00%	0,00%	33,00%
4	100,00%	0,00%	32,00%
5	100,00%	0,00%	32,00%
6	100,00%	0,00%	32,00%
7	100,00%	0,00%	31,00%
8	100,00%	0,00%	31,00%
9	100,00%	0,00%	31,00%
10	100,00%	0,00%	30,00%
11	100,00%	0,00%	33,00%
12	100,00%	0,00%	30,00%
13	100,00%	0,00%	29,00%
14	100,00%	0,00%	28,00%
15	100,00%	0,00%	28,00%
16	100,00%	0,00%	28,00%
17	100,00%	0,00%	27,00%
18	100,00%	0,00%	26,00%
19	100,00%	0,00%	26,00%
20	100,00%	0,00%	25,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Índices de Hidrometração e substituição de hidrômetros

Quadro 2 – Índices de Hidrometração e Substituição de Hidrômetros

ANO	ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO (%aa)	
	HIDROMETRAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO
1	99,69%	0,00%
2	100,00%	0,00%
3	100,00%	0,00%
4	100,00%	0,00%
5	100,00%	0,00%
6	100,00%	10,00%
7	100,00%	10,00%
8	100,00%	10,00%
9	100,00%	10,00%
10	100,00%	20,00%
11	100,00%	20,00%
12	100,00%	20,00%
13	100,00%	20,00%
14	100,00%	20,00%
15	100,00%	20,00%
16	100,00%	20,00%
17	100,00%	20,00%
18	100,00%	20,00%
19	100,00%	20,00%
20	100,00%	20,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



41





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Índices de substituição de redes de abastecimento

Quadro 3 - Índices de Substituição de Redes de Abastecimento

ANO	ÍNDICE (%aa)
1	1,00%
2	1,00%
3	1,00%
4	1,00%
5	1,00%
6	1,00%
7	1,00%
8	1,00%
9	1,00%
10	1,00%
11	1,00%
12	1,00%
13	1,00%
14	1,00%
15	1,00%
16	1,00%
17	1,00%
18	1,00%
19	1,00%
20	1,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



42



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Esgotamento Sanitário

- Índice de incremento e substituição de redes coletoras

Quadro 4 - Índice de Incremento e Substituição de Redes Coletoras

ANO	ÍNDICE DE INCREMENTO (%aa)	ÍNDICE DE SUBSTITUIÇÃO (%aa)
1	0,00%	0,00%
2	0,00%	0,00%
3	20,00%	0,00%
4	100,00%	0,00%
5	100,00%	0,00%
6	100,00%	0,00%
7	100,00%	0,00%
8	100,00%	0,00%
9	100,00%	0,00%
10	100,00%	0,00%
11	100,00%	0,00%
12	100,00%	0,00%
13	100,00%	0,00%
14	100,00%	0,00%
15	100,00%	0,00%
16	100,00%	1,00%
17	100,00%	1,00%
18	100,00%	1,00%
19	100,00%	1,00%
20	100,00%	1,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Índice de evolução do atendimento, ligações prediais e tratamento

**Quadro 5 - Índice de Evolução do Atendimento, Ligações Prediais e Tratamento**

ANO	ÍNDICE DE ATENDIMENTO (%aa)		
	SISTEMA PÚBLICO		SISTEMA ALTERNATIVO
	LIGAÇÕES PREDIAIS	ETE	
1	50,14%	18,00%	49,85%
2	50,14%	18,00%	49,85%
3	60,00%	80,00%	50,00%
4	65,00%	100,00%	50,00%
5	100,00%	100,00%	50,00%
6	100,00%	100,00%	60,00%
7	100,00%	100,00%	60,00%
8	100,00%	100,00%	60,00%
9	100,00%	100,00%	60,00%
10	100,00%	100,00%	60,00%
11	100,00%	100,00%	95,00%
12	100,00%	100,00%	100,00%
13	100,00%	100,00%	100,00%
14	100,00%	100,00%	100,00%
15	100,00%	100,00%	100,00%
16	100,00%	100,00%	100,00%
17	100,00%	100,00%	100,00%
18	100,00%	100,00%	100,00%
19	100,00%	100,00%	100,00%
20	100,00%	100,00%	100,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Resíduos Sólidos

- Índice de atendimento dos serviços

Quadro 6 - Índice de Atendimento dos Serviços

ANO	ÍNDICE DE ATENDIMENTO		ÍNDICE PARA <b>ÁREA NÃO ATENDIDA</b> PELO SERVIÇO PÚBLICO ( % )
	URBANO	RURAL	
1	100,00%	0,00%	100,00%
2	100,00%	30,00%	70,00%
3	100,00%	50,00%	50,00%
4	100,00%	50,00%	50,00%
5	100,00%	50,00%	50,00%
6	100,00%	50,00%	50,00%
7	100,00%	80,00%	20,00%
8	100,00%	80,00%	20,00%
9	100,00%	80,00%	20,00%
10	100,00%	80,00%	20,00%
11	100,00%	80,00%	20,00%
12	100,00%	80,00%	20,00%
13	100,00%	80,00%	20,00%
14	100,00%	80,00%	20,00%
15	100,00%	80,00%	20,00%
16	100,00%	80,00%	20,00%
17	100,00%	80,00%	20,00%
18	100,00%	80,00%	20,00%
19	100,00%	80,00%	20,00%
20	100,00%	80,00%	20,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



45



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Índice de incremento e eficiência da coleta seletiva

Quadro 7 - Índice de Atendimento dos Serviços

ANO	ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE COLETA SELETIVA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE COLETA SELETIVA
1	0,00%	0,00%
2	10,00%	20,00%
3	30,00%	40,00%
4	50,00%	40,00%
5	70,00%	40,00%
6	90,00%	40,00%
7	100,00%	40,00%
8	100,00%	40,00%
9	100,00%	40,00%
10	100,00%	40,00%
11	100,00%	40,00%
12	100,00%	40,00%
13	100,00%	40,00%
14	100,00%	40,00%
15	100,00%	40,00%
16	100,00%	40,00%
17	100,00%	40,00%
18	100,00%	40,00%
19	100,00%	50,00%
20	100,00%	50,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



46

**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Drenagem Urbana**
  - Índice de recuperação de vias com sistema de drenagem

**Quadro 8 - Índice de Recuperação de Vias Com Sistema de Drenagem**

ANO	% DE RECUPERAÇÃO
1	0,00%
2	2,50%
3	5,00%
4	10,00%
5	15,00%
6	20,00%
7	25,00%
8	30,00%
9	35,00%
10	40,00%
11	45,00%
12	50,00%
13	55,00%
14	60,00%
15	70,00%
16	75,00%
17	80,00%
18	90,00%
19	95,00%
20	100,00%

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



47



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **6.2 Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS**

A criação e operação de um sistema de informações sobre saneamento e a disseminação de seu conteúdo constituem em atividades essenciais à consecução dos objetivos da política nacional de saneamento.

Nesse sentido foi criado em 1996 pelo Governo Federal o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, por meio do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS.

O SNIS apóia-se em um banco de dados administrado na esfera federal, que contém informações de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade, sobre a prestação de serviços de água e de esgotos e sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Em síntese, o SNIS tem como objetivos contribuir para:

- o planejamento e execução de políticas públicas;
- a orientação da aplicação de recursos;
- a avaliação de desempenho dos serviços;
- o aperfeiçoamento da gestão, elevando os níveis de eficiência e eficácia
- a orientação de atividades regulatórias; e
- o benchmarking
- e guia de referência para medição de desempenho.

Considerando-se que o do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS é hoje a base mais completa de informações sobre os serviços de saneamento básico, em especial para os setores de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



48





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

A seguir são apresentados os componentes do SNIS para o município de Catanduvas, destacando-se os valores identificados para 2010.

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO - BASE SNIS				
AG001 - População total atendida com abastecimento de água [habitante]	7.968	8.094		NA
AG002 - Quantidade de ligações ativas de água [ligação]	2.220	2.314		NA
AG003 - Quantidade de economias ativas de água [economia]	2.515	2.640		NA
AG004 - Quantidade de ligações ativas de água micromedidas [ligação]	2.220	2.314		NA
AG005 - Extensão da rede de água [km]	40	37		NA
AG006 - Volume de água produzido [1.000 m³/ano]	403	412,5		NA
AG007 - Volume de água tratado em eta(s) [1.000 m³/ano]	348	ND		NA
AG008 - Volume de água micromedido [1.000 m³/ano]	284	285,1		NA
AG010 - Volume de água consumido [1.000 m³/ano]	286	285,1		NA
AG011 - Volume de água faturado [1.000 m³/ano]	361	335		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
AG012 - Volume de água macromedido [1.000 m³/ano]	0	0		NA
AG013 - Quantidade de economias residenciais ativas de água [economia]	2.232	ND		NA
AG014 - Quantidade de economias ativas de água micromedidas [economia]	2.515	2.640		NA
AG015 - Volume de água tratada por simples desinfecção [1.000 m³/ano]	55	43		NA
AG016 - Volume de água bruta importado [1.000 m³/ano]		ND		NA
AG017 - Volume de água bruta exportado [1.000 m³/ano]	0	ND		NA
AG018 - Volume de água tratada importado [1.000 m³/ano]	0	ND		NA
AG019 - Volume de água tratada exportado [1.000 m³/ano]	0	ND		NA
AG020 - Volume micromedido nas economias residenciais ativas de água [1.000 m³/ano]	238	ND		NA
AG021 - Quantidade de ligações totais de água [ligação]	2.439	2.314		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



50



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
AG022 - Quantidade de economias residenciais ativas de água micromedidas [economia]	2.232	ND		NA
AG024 - Volume de água de serviço [1.000 m³/ano]	4	ND		NA
AG025 - População rural atendida com abastecimento de água [habitante]	276	0		NA
AG026 - População urbana atendida com abastecimento de água [habitante]	7.692	8.094		NA
AG027 - Volume de água fluoretada [1.000m³/ano]	403	413		NA
AG028 - Consumo total de energia elétrica nos sistemas de água [1.000 kWh/ano]	563	ND		NA
ES001 - População total atendida com esgotamento sanitário [habitante]	4.905	4.852		NA
ES002 - Quantidade de ligações ativas de esgoto [ligação]	1.353	ND		NA
ES003 - Quantidade de economias ativas de esgoto [economia]	1.560	1.620		NA
ES004 - Extensão da rede de esgoto [km]	25	25.200		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



51



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
ES005 - Volume de esgoto coletado [1.000 m³/ano]	172	ND		NA
ES006 - Volume de esgoto tratado [1.000 m³/ano]	172	ND		NA
ES007 - Volume de esgoto faturado [1.000 m³/ano]	217	212,7		NA
ES008 - Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto [economia]	1.374	ND		NA
ES009 - Quantidade de ligações totais de esgoto [ligação]	1.353	1.321		NA
ES012 - Volume de esgoto bruto exportado [1000 m³/ano]	0	0		NA
ES013 - Volume de esgoto bruto importado [1000 m³/ano]	0	0		NA
ES014 - Volume de esgoto importado tratado nas instalações do importador [1000 m³/ano]	0	0		NA
ES025 - População rural atendida com esgotamento sanitário [habitante]	0	0		NA
ES026 - População urbana atendida com esgotamento sanitário [habitante]	4.905	4.852		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
ES028 - Consumo total de energia elétrica nos sistemas de esgotos [1000 kWh/ano]	40	ND		NA
FN001 - Receita operacional direta total [R\$/ano]	1.463.719	1.382.065		NA
FN002 - Receita operacional direta de água [R\$/ano]	930.726	860.950		NA
FN003 - Receita operacional direta de esgoto [R\$/ano]	532.994	521.115		NA
FN004 - Receita operacional indireta [R\$/ano]	33.242	ND		NA
FN005 - Receita operacional total (direta + indireta) [R\$/ano]	1.496.962	ND		NA
FN006 - Arrecadação total [R\$/ano]	1.479.454	ND		NA
FN007 - Receita operacional direta de água exportada (bruta ou tratada) [R\$/ano]	0	0		NA
FN008 - Crédito de contas a receber [R\$/ano]	211.468	ND		NA
FN010 - Despesa com pessoal próprio [R\$/ano]	415.789	ND		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



53



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
FN011 - Despesa com produtos químicos [R\$/ano]	13.334	ND		NA
FN013 - Despesa com energia elétrica [R\$/ano]	151.563	ND		NA
FN014 - Despesa com serviços de terceiros [R\$/ano]	129.685	ND		NA
FN015 - Despesas de exploração (dex) [R\$/ano]	966.058	ND		NA
FN016 - Despesas com juros e encargos do serviço da dívida [R\$/ano]	272.382	ND		NA
FN017 - Despesas totais com os serviços (dts) [R\$/ano]	1.355.135	ND		NA
FN018 - Despesas capitalizáveis [R\$/ano]	0	ND		NA
FN019 - Despesas com depreciação, amortização do ativo diferido e provisão para devedores duvidosos [R\$/ano]	116.696	ND		NA
FN020 - Despesa com água importada (bruta ou tratada) [R\$/ano]	0	0		NA
FN021 - Despesas fiscais ou tributárias computadas na dex [R\$/ano]	143.332	ND		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



54



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
FN022 - Despesas fiscais ou tributárias não computadas na dex [R\$/ano]	0	ND		NA
FN023 - Investimento realizado em abastecimento de água [R\$/ano]	11.145	ND		NA
FN024 - Investimento realizado em esgotamento sanitário [R\$/ano]		ND		NA
FN025 - Outros investimentos [R\$/ano]		ND		NA
FN026 - Quantidade total de empregados próprios [empregado]	9	ND		NA
FN027 - Outras despesas de exploração [R\$/ano]	112.355	ND		NA
FN028 - Outras despesas com os serviços [R\$/ano]	0	ND		NA
FN030 - Investimento com recursos próprios [R\$/ano]	11.145	ND		NA
FN031 - Investimento com recursos onerosos [R\$/ano]		ND		NA
FN032 - Investimento com recursos não onerosos [R\$/ano]		ND		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



55





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
FN033 - Investimentos totais [R\$/ano]		ND		NA
FN034 - Despesa com amortizações do serviço da dívida [R\$/ano]	80.931	ND		NA
FN035 - Despesa com juros e encargos do serviço da dívida exceto variações monetárias e cambiais [R\$/ano]	242.313	ND		NA
FN036 - Despesa com variações monetárias e cambiais das dívidas [R\$/ano]	30.069	ND		NA
FN038 - Receita operacional direta de esgoto bruto importado [R\$/ano]	0	0		NA
FN039 - Despesa com esgoto exportado [R\$/ano]	0	0		NA
G10m - Quantidade de localidades atendidas com abastecimento de água [localidade]	0	1		NA
G11m - Quantidade de localidades atendidas com esgotamento sanitário [localidade]		1		NA
GE001 - Serviço de abastecimento de água com delegação em vigor [município]	0	1		NA
GE002 - Serviço de abastecimento de água com delegação vencida [município]	1	0		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
GE003 - Serviço de abastecimento de água sem delegação [município]	0	0		NA
GE006 - População urbana do município [habitante]	7.692	8.094		NA
GE012 - População total do município, segundo o ibge [habitante]	9.049	9.558		NA
GE014 - Serviço de esgotamento sanitário, com delegação em vigor [município]	0	1		NA
GE015 - Serviço de esgotamento sanitário, com delegação vencida [município]	1	0		NA
GE016 - Serviço de esgotamento sanitário, sem delegação [município]	0	0		NA
GE017 - Ano de vencimento da concessão de água na sede. [ano]	2.006	2.030		NA
GE018 - Ano de vencimento da concessão de esgoto na sede. [ano]	2.006	2.030		NA
GE019 - Tipo de distrito atendido com água	SEDE	SEDE		NA
GE020 - Tipo de distrito atendido com esgotamento sanitário	SEDE	SEDE		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



57



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
QD001 - Tipo de atendimento da portaria sobre qualidade da água	1	1		NA
QD002 - Quantidade de paralisações no sistema de distribuição de água [paralisação]	0	0		NA
QD003 - Duração das paralisações [hora]	0	ND		NA
QD004 - Quantidade de economias ativas atingidas por paralisações [economia]	0	ND		NA
QD006 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre [amostra]	156	153		NA
QD007 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre com resultados fora do padrão [amostra]	10	5		NA
QD008 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de turbidez [amostra]	144	144		NA
QD009 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de turbidez com resultados fora do padrão [amostra]	6	12		NA
QD011 - Quantidade de extravasamentos de esgotos registrados [extravasamento]	0	ND		NA
QD012 - Duração dos extravasamentos registrados [hora]	0	ND		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



58



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
QD015 - Quantidade de economias ativas atingidas por interrupções sistemáticas [economia]	0	ND		NA
QD019 - Quantidade mínima de amostras obrigatórias para aferição de turbidez [Amostra]	144	144		NA
QD020 - Quantidade mínima de amostras obrigatórias para aferição de cloro residual livre [amostra]	144	144		NA
QD021 - Quantidade de interrupções sistemáticas [interrupção]	0	ND		NA
QD022 - Duração das interrupções sistemáticas [hora]	0	ND		NA
QD023 - Quantidade de reclamações ou solicitações de serviços [reclamação]		ND		NA
QD024 - Quantidade de serviços executados [serviço executa]		ND		NA
QD025 - Tempo total de execução dos serviços [hora]		ND		NA
QD026 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais [amostra]	144	144		NA
QD027 - Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais com resultados fora do padrão [amostra]	6	3		NA

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



59



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
QD028 - Quantidade mínima de amostras obrigatórias para aferição de coliformes totais [amostra]	144	144		NA
Indicadores Água e Esgoto - Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
IN001 - Densidade de economias de água por ligação [econ./lig.]	1,13	1,14		Quantid. de economias Ativas de Água/Quantid. de Ligações Ativas de Água
IN002 - Índice de produtividade: economias ativas por pessoal próprio [econ./empreg.]	474,23	ND		Quantid. de Ligações Ativas de Água Micromedida/Pessoal Próprio
IN003 - Despesa total com os serviços por m3 faturado [R\$/m³]	2,34	ND		Despesas Totais com os Serviços/Volume Total Faturado
IN004 - Tarifa média praticada [R\$/m³]	2,53			Receita Operacional Direta (Água + Esgoto)/Volume Total Faturado (Água + Esgoto)
IN005 - Tarifa média de água [R\$/m³]	2,57	2,57		Receita Operacional Direta Água / (Volume de Água Faturado - Volumes de Água Exportados)
IN006 - Tarifa média de esgoto [R\$/m³]	2,45	2,45		Receita Operacional Direta Esgoto / Volume de Água Faturado - Volume de Água Exportados
IN007 - Incidência da desp. de pessoal e de serv. de terc. nas despesas totais com os serviços [percentual]	40,3	ND		Despesas Totais com Pessoal Próprio + Despesas com Serviços de Terceiros / despesas Totais com os Serviços
IN008 - Despesa média anual por empregado [R\$/empreg.]	48.916,36	ND		Despesas com o Pessoal Próprio / Quantidade Total de Empregados Próprios
IN009 - Índice de hidrometração [percentual]	100,0	99,7		Quantidades de Ligações Ativas de Água Micromedidas / Quantidade de Ligações Ativas de Água
IN010 - Índice de micromedicação relativo ao volume disponibilizado [percentual]	71,2	69,1		Volume da Água Micromedida / Volume de Água Disponibilizado para Distribuição (VD)² - Volume de Água dos Serviços

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



60



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN011 - Índice de macromedicação [percentual]	0,0	0,0		Volume da Água Macromedida - Volume de Água Tratado Exportado / Volume de Água Disponibilizado para Distribuição (VD) <sup>2</sup>
IN012 - Indicador de desempenho financeiro [percentual]	108,0	ND		Receita Operacional Direta (Água + Esgoto + Água Exportada) / Despesas Totais com os Serviços
IN013 - Índice de perdas faturamento [percentual]	9,5	18,8		Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço) - Volume de Água Faturado / Volume de Água (produzido + Tratado Importado - de Serviço)
IN014 - Consumo micromedido por economia [m³/mês/econ.]	9,5	10,8		Volume de Água Micromedido / Quantidades de Economias Ativas de Águas Micromedidas
IN015 - Índice de coleta de esgoto [percentual]	60,1	ND		Volume de Esgoto Coletado / Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado
IN016 - Índice de tratamento de esgoto [percentual]	100,0	ND		Volume de Esgoto Tratado / Volume de Esgoto Coletado
IN017 - Consumo de água faturado por economia [m³/mês/econ.]	12,1	10,6		Volume de Água Faturado - Volume de Água Tratado Exportado / Quantidade de Economias Ativas de Água
IN018 - Quantidade equivalente de pessoal total [empregado]	11	ND		Qtde. Total de Emp. Próprios + (Desp. De Explor. Com Serv. De Terc. X Qtde. Total de Emp. Prop.) / Despesas com Pessoal Próprio
IN019 - Índice de produtividade: economias ativas por pessoal total (equivalente) [econ./empreg. eqv.]	361	ND		Quantidade Total de Economias Ativas (Água e Esgoto) / Quantidade Equivalente de Pessoal Total
IN020 - Extensão da rede de água por ligação [m/lig.]	16,9	15,80		Extensão da Rede de Água / Quantidade de Ligações Totais de Água
IN021 - Extensão da rede de esgoto por ligação [m/lig.]	18,6	ND		Extensão da Rede de Esgoto / Volume do Esgoto Coletado
IN022 - Consumo médio per capita de água [l/hab./dia]	112,5	96,5		Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado / População Total Atendida com Abastecimento de Água

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



61



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN023 - Índice de atendimento urbano de água [percentual]	100,0	100,0		População Urbana Atendida com Abastecimento de Água / População Urbana do(s) Município(s) Atendido(s) com Abastecimento de Água
IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água [percentual]	63,8	59,9		População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário / População Urbana do(s) Município(s) Atendido(s) com Abastecimento de Água
IN025 - Volume de água disponibilizado por economia [m³/mês/econ.]	13,5	13,02		Volume de Água Disponibilizado para Distribuição (VD)² / Quantidade de Economias Ativas de Água
IN026 - Despesa de exploração por m³ faturado [R\$/m³]	1,67	ND		Despesas de Exploração / Volume Total Faturado (Água + Esgotos)
IN027 - Despesa de exploração por economia [R\$/ano/econ.]	239,65	ND		Despesas de Exploração / Quantidade de Economias Ativas (Águas + Esgotos)
IN028 - Índice de faturamento de água [percentual]	90,5	81,21		Volume de Água Faturado / Volume de Água (Produzido + tratado Importado - de Serviço)
IN029 - Índice de evasão de receitas [percentual]	1,2	ND		Receita Operacional Total - Arrecadação Total / Receita Operacional Total
IN030 - Margem da despesa de exploração [percentual]	66,0	ND		Despesas de Exploração / Receita Operacional Direta (Água + Esgoto = Água Exportada)
IN031 - Margem da despesa com pessoal próprio [percentual]	28,4	ND		Despesas com Pessoal Próprio / Receita Direta (Água + Esgoto + Água Exportada)
IN032 - Margem da despesa com pessoal total (equivalente) [percentual]	37,3	ND		Despesas com Pessoal Próprio + Despesas com Serviços de Terceiros / Receita Operacional Direta (Água + Esgoto + Água Exportada)
IN033 - Margem do serviço da dívida [percentual]	24,1	ND		Despesas com Serviço da Dívida (juros e encargos + amortização) / Receita Operacional Direta (Água + Esgoto + Água Exportada)

# ENGEVIX

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE







## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN034 - Margem das outras despesas de exploração [percentual]	7,7	ND		Outras despesas de Exploração / Receita Operacional Direta (Água + Esgoto + Água Exportada)
IN035 - Participação da despesa com pessoal próprio nas despesas de exploração [percentual]	43,0	ND		Despesas com Pessoal Próprio / Despesas de Exploração
IN036 - Participação da despesa com pessoal total (equivalente) nas despesas de exploração [percentual]	56,5	ND		Despesas com Pessoal Próprio + Despesas com Serviços de Terceiros / Despesas de Exploração
IN037 - Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração [percentual]	15,7	ND		Despesas com Energia Elétrica / Despesas de Exploração
IN038 - Participação da despesa com produtos químicos nas despesas de exploração [percentual]	1,4	ND		Despesas com Produtos Químicos / Despesas de Exploração
IN039 - Participação das outras despesas na despesa de exploração [percentual]	11,6	ND		Outras Despesas de Exploração / Despesas de Exploração
IN040 - Participação da receita operacional direta de água na receita operacional total [percentual]	62,2	62,3		Receita Operacional Direta Água / Receita Operacional Total
IN041 - Participação da receita operacional direta de esgoto na receita operacional total [percentual]	35,6	37,7		Receita Operacional Direta Esgoto / Receita Operacional Total
IN042 - Participação da receita operacional indireta na receita operacional total [percentual]	2,2	ND		Receita Operacional Indireta / Receita Operacional Total
IN043 - Participação das economias residenciais de água no total das economias de água [percentual]	88,8	ND		Quantidade de Economias residenciais Ativas de Água / Quantidades de Economias Ativas de Água
IN044 - Índice de micromedição relativo ao consumo [percentual]	99,2	100,00		Volume de Água Micromedido / Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado
IN045 - Índice de produtividade: empregados próprios por 1000 ligações de água [empreg./mil lig.]	3,9	ND		Quantidade Total de Empregados Próprios / Quantidades de Ligações Ativas de Água

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



63



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN046 - Índice de esgoto tratado referido à água consumida [percentual]	60,1	ND		Volume de Esgoto Tratado / Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado
IN047 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto [percentual]	63,8	59,9		População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário / População Urbana dos Municípios Atendidos Pelo Esgotamento Sanitário
IN048 - Índice de produtividade: empregados próprios por 1000 ligações de água + esgoto [empreg./mil lig.]	2,4	ND		Quantidade Total de Empregados Próprios / Quantidades de Ligações Ativas de Água
IN049 - Índice de perdas na distribuição [percentual]	28,2	33		Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço) - Volume de Água Consumido / Volume de Água (produzido + Tratado Importado - de Serviço)
IN050 - Índice bruto de perdas lineares [m³/(dia/Km)]	7,8	9,55		Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço) - Volume de Água Consumido / Extensão de rede da Água
IN051 - Índice de perdas por ligação [l/dia/lig.]	140,8	150,83		Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço) - Volume de Água Consumido / Quantidade de Ligações Ativas de Água
IN052 - Índice de consumo de água [percentual]	71,8	69,12		Volume de Água Consumido/volume de Água (Produzido + Tratado Importado + de Serviço)
IN053 - Consumo médio de água por economia [(m³/mês)/econ.]	9,6	9,0		Volume de Água Consumido - Volume de Água Tratado Exportado/Quantidade de Economias Ativas de Água
IN054 - Dias de faturamento comprometidos com contas a receber [dias]	52	ND		
IN055 - Índice de atendimento total de água [percentual]	88,1	84,68		Pop. Total Atendida com Abastec. de Água/Pop. Total do Município Atendido com Abastec. de Água
IN056 - Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água [percentual]	54,2	59,95		Pop. Total Atendida com esgotamento Sanitário/Pop. Total do Município Atendido com Abastec. de Água

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN057 - Índice de fluoretação de água [percentual]	100,0	100,0		Volume de Água Fluoretado/Volume de Água (Produzido + Tratado Importado)
IN058 - Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água [kWh/m³]	1,39	ND		Consumo Total de Energia Elétrica em Sistemas de Abastecimento de Água/Volume de Água(Produzido+Tratado Importado)
IN059 - Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de esgotamento sanitário [kWh/m³]	0,23	ND		Consumo Total de Energia Elétrica em Sistemas de Esgotamento Sanitário/Volume de Esgoto Tratado
IN060 - Despesa por consumo de energia elétrica nos sistemas de água e esgotos [R\$/kWh]	0,25	ND		Despesa com Energia Elétrica/Consumo Total de Energia Elétrica (Água + Esgoto)
IN071 - Economias atingidas por paralisações [econ./paralis.]		ND		Qualidade de Economias Ativas Atingidas por Paralisações/Quantidade de Paralisações
IN072 - Duração média das paralisações [horas/paralis.]		ND		Duração das Paralisações/Quantidade de Paralisações
IN073 - Economias atingidas por intermitências [econ./interrup.]		ND		Quantidade de Economias Ativas Atingidas por Intermitências Prolongadas/Quantidade de Interrupções Sistemáticas
IN074 - Duração média das intermitências [horas/interrup.]		ND		Duração das Intermitências Prolongadas/Quantidade de Interrupções Sistemáticas
IN075 - Incidência das análises de cloro residual fora do padrão [percentual]	6,4	3,3		Quantidade de Amostras para Análises de Cloro Residual com Resultado fora do Padrão/Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Cloro Residual
IN076 - Incidência das análises de turbidez fora do padrão [percentual]	4,2	8,3		Quantidade de Amostras para Análises de Turbidez com Resultado fora do Padrão/Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Turbidez
IN077 - Duração média dos reparos de extravasamentos de esgotos [horas/extrav.]		ND		Duração dos Extravasamentos Registrados/Quantidade de Extravasamentos de Esgotos Registrados

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



65



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INDICADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
IN078 - Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão [percentual]		2,1		Quantidade de Amostras para Análises de Coliformes Totais com Resultado fora do Padrão/Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Coliformes Totais
IN079 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - cloro residual [percentual]	108,3	106,3		Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Cloro Residual/Quantidade Mínima de Amostras Obrigatórias para Análises de Cloro Residual
IN080 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - turbidez [percentual]	100,0	100,0		Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Turbidez/Quantidade Mínima de Amostras Obrigatórias para Análises de Turbidez
IN082 - Extravasamentos de esgotos por extensão de rede [extrav./Km]	0	ND		Quantidade de Extravasamentos de Esgotos Registrados/Extensão da Rede de Esgoto
IN083 - Duração média dos serviços executados [hora/serviço]		ND		Tempo de Execução dos Serviços/Quantidade de Serviços Executados
IN084 - Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão [percentual]	4,2	2,1		Quantidade de Amostras para Análises de Coliformes Totais com Resultados fora do Padrão/Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Coliformes Totais
IN085 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - coliformes totais [percentual]	100,0	100		Quantidade de Amostras Analisadas para Aferição de Coliformes Totais/Quantidade mínima de Amostras Obrigatórias para Coliformes Totais
IN101 - Índice de suficiência de caixa [percentual]	112,1	ND		Arrecadação Total/(Desp. de Exploração+Serv. da Dívida+Desp. Fiscais e Tributárias)
IN102 - Índice de produtividade de pessoal total (equivalente) [lig./empregados]	316,8	ND		Quantidade de Ligações Ativas (Água+Esgoto)/Quantidade Equivalente de Pessoal Total
RESÍDUOS SÓLIDOS				
Informação/Indicadores: Resíduos Sólidos	Valores de referência	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES E INDICADORES – RESÍDUOS SÓLIDOS				

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES E INDICADORES – RESÍDUOS SÓLIDOS				
Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de RSU	ND	ND		Quantid. de Empregados Próprios no Manejo de RSU/Quantid. Total de Empregados no Manejo de RSU
Taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO em relação à pop.urbana. (percentual)	ND	100		Pop. Atendida Declarada/Pop. Urbana
Produtividade média dos empregadores na coleta (Coletadores+motoristas)	ND	ND		quantidade total coletada / quantidade total de (coletadores + motoristas) × quantidade de dias úteis por ano (= 313)
Taxa de empregados (coletadores + motoristas) na coleta (RDO + RPU) em relação à população urbana	ND	ND		quantidade total de (coletadores + motoristas) / população urbana
Massa coletada (RDO + RPU) <i>per capita</i> em relação à população urbana (kg/hab.dia)	ND	ND		quantidade total coletada / população urbana
Massa (RDO) coletada <i>per capita</i> em relação à população atendida com serviço de coleta (kg/hab.dia)	ND	0,618		quantidade total de RDO coletada / população atendida declarada
Taxa de resíduos sólidos da construção civil (RCD) coletada pela Prefeitura em relação à quantidade total coletada	ND	ND		quant. total de res. sólidos da construção civil coletados pela Prefeitura / quantidade total coletada
Taxa da quantidade total coletada de resíduos públicos (RPU) em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domésticos (RDO):	ND	ND		quant. total coletada de resíduos sólidos públicos / quant. total coletada de resíduos sólidos domésticos
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO + RPU) coletada (percentual)	ND	4,7		quant. total de materiais recuperados (exceto mat. orgânica e rejeitos) / quantidade total coletada
Massa recuperada <i>per capita</i> de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à população urbana (kg/hab.mês)	ND	0,86		quant. total de materiais recicláveis recuperados (exceto mat. orgânica e rejeitos) / população urbana

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



67



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

MUNICÍPIO: CATANDUVAS				
INFORMAÇÕES E INDICADORES				
Base SNIS	SNIS 2008	Plano 2010	2011	Base de cálculo
INFORMAÇÕES E INDICADORES – RESÍDUOS SÓLIDOS				
Massa de RSS coletada per capita em relação à população urbana (l/hab.mês)	ND	0,198		quantidade total coletada de RSS /população urbana
Taxa de RSS coletada em relação à quantidade total coletada (l/ton)	ND	10,7		quantidade total coletada de RSS /quantidade total coletada
Taxa de terceirização dos varredores	ND	ND		Quantidade de varredores de empresas contratadas / quantidade total de varredores
Taxa de varredores em relação à população urbana (empreg./hab)	ND	0,0010		quantidade total de varredores / população urbana
Taxa de capinadores em relação à população urban	ND	ND		quantidade total de capinadores / população urbana
ÍNDICES PARA SISTEMA DE DRENAGEM URBANA				
Informações/Indicadores de Drenagem Pluvial	Índice de Referência	Plano 2010	2011	Base de cálculo
Extensão da Rede por Habitante (m/hab)	ND	3,58		Extensão total de rede de drenagem/Pop. Urbana do Município
Índice de pavimentação urbano	ND	55,1		Extensão total de ruas pavimentadas no perímetro urbano/Extensão das ruas oficiais no perímetro urbano.
Índice de pavimentação com drenagem no perímetro urbano	ND	55,1		Extensão total da rede de drenagem/ Extensão das ruas oficiais no perímetro urbano.
Índice de drenagem superficial	ND	ND		Extensão rede superficial/Extensão total da rede de drenagem.
Índice de drenagem subterrânea	ND	55,1		Extensão da rede subterrânea/Extensão total da rede de drenagem.
Índice de atendimento por sistema de drenagem	ND	ND		População atendida por rede de drenagem urbana/População total do município.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



68



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **6.3 Indicadores de Salubridade Ambiental**

Para compreender a situação do município perante as condições de salubridade ambiental e sanitária, faz-se relevante o conhecimento de indicadores sanitários, de saúde, ambientais e econômicos, os quais devem indicar os fatores causais e suas relações com as deficiências detectadas, bem como as suas consequências para o desenvolvimento econômico e social.

O objetivo de identificar as condições de salubridade ambiental é de conhecer as necessidades e dificuldades do município, com a finalidade de propor e gerar medidas para possibilitar o planejamento pelos gestores públicos, no sentido de tentar garantir uma melhoria da qualidade de vida da população.

Assim sendo, o Indicador de Salubridade Ambiental (ISA) faz um panorama sobre as estimativas dos dados de condições dos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários e limpeza pública, drenagem, controle de vetores, situação dos mananciais e indicadores sócio-econômicos.

A metodologia referencial para o cálculo do ISA - Indicador de Salubridade Ambiental foi desenvolvida pelo CONESAM, São Paulo 1999.

Este indicador abrange a caracterização qualitativa e quantitativa dos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários e limpeza pública, controle de vetores, situação dos mananciais e condições sócio-econômicas dos municípios e, desse modo, visa orientar ações compatíveis com as realidades regionais e locais.

Recomenda-se a aplicação desta metodologia, de forma que o município possa utilizá-la como comparativo a demais municípios e avaliar seu desempenho.

A metodologia preconiza que o ISA seja obtido através da composição de indicadores auxiliares e sub-indicadores quais são:

lab - Indicador de Abastecimento de Água

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



69





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Componentes	Subindicadores	Finalidade
Indicador de Abastecimento de Água (I <sub>AB</sub> )	Cobertura (Atendimento) (I <sub>CA</sub> )	Quantificar os domicílios atendidos por sistemas de abastecimento de água com controle sanitário
	Qualidade da Água Distribuída (I <sub>QA</sub> )	Monitorar a qualidade da água fornecida
	Saturação do Sistema Produtor (Quantidade) (I <sub>SA</sub> )	Comparar a oferta e a demanda de água; programar ampliações ou novos sistemas produtores e programas de controle e redução de perdas.

**Critério de cálculo do lab:  $lab = (Ica + Iqa + Isa) / 3$**

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores:

Indicador terciário e fórmula	Composição da fórmula	Pontuação
Ica = (Dua/Dut) x 100	Dua = Domicílios atendidos Dut = Domicílios totais	Pontuação obtida diretamente pela fórmula
Iqa = k x (NAA/NAR) x 100	K = no. de amostras realizadas/no. mínimo de amostras exigido por lei. Portaria 36 GM - Ministério da Saúde 19/01/1990	Iqa = 100% pontuação = 100 95 < Iqa < 99% pontuação = 80 85 < Iqa < 94% pontuação = 60 70 < Iqa < 84% pontuação = 40 50 < Iqa < 69% pontuação = 20 Iqa < 49% pontuação = 00
Isa – n= log {CP/[VP. (k2 / k1)]}  log (1 + t)	n= no. de anos para saturação sistema VP= Volume para atender 100% pop CP= Capacidade de Produção t= taxa anual média de crescimento k1/k2 = coeficientes de perdas	Sistema integrado n >= 5 anos pontuação = 100 0 < n < 5 pont= interpolar n <= 0 pontuação = 0

**Ies - Indicador de Esgotos Sanitários**

Indicador de Esgoto Sanitário (I <sub>ES</sub> )	Cobertura em Coleta de Esgoto e Tanques Sépticos (I <sub>CE</sub> )	Quantificar os domicílios atendidos por redes de esgoto e/ou tanques sépticos.
	Esgoto Tratado e Tanques Sépticos (I <sub>TE</sub> )	Indicar a redução da carga poluidora.
	Saturação do Tratamento (I <sub>SE</sub> )	Comparar a oferta e a demanda das instalações existentes e programar novas instalações ou ampliações.

**Critério de cálculo do Ies:  $Ies = (Ice + Ite + Ise) / 3$**

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores:

Indicador terciário e fórmula	Composição da fórmula	Pontuação	
$Ice = (Due/Dut) \times 100$	Due = Domicílios urbanos atendidos Dut = Domicílios urbanos totais	Ice > 90% 75 < Ice < 89% Ice < 75%	pontuação = 100 Interpolar pontuação = 0
$Ite = ice \times (VT/VC) \times 100$	Ice = índice de esgotos coletados VC = volume coletado VT = volume tratado	Ite > 81% 45 =< Ite =< 80% Ite < 45%	Pontuação: 100 Interpolar Pontuação: 0
$Ite = ice \times (VT/VC) \times 100$	Ice = índice de esgotos coletados VC = volume coletado VT = volume tratado	Ite > 81% 45 =< Ite =< 80% Ite < 45%	Pontuação: 100 Interpolar Pontuação: 0

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



70



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### Irs - Indicador de Resíduos Sólidos

Indicador de Resíduos Sólidos	Coleta de Lixo ( $I_{CR}$ )	Quantificar os domicílios atendidos por coleta de lixo.
	Tratamento e Disposição Final ( $I_{QR}$ )	Qualificar a situação da disposição final dos resíduos.
	Saturação da Disposição Final ( $I_{SR}$ )	Indicar a necessidade de novas instalações.

### Critério de cálculo Irs: $Irs = (I_{CR} + I_{QR} + I_{SR})/3$

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores:

Indicador terciário e fórmula	Composição da fórmula	Pontuação
$I_{CR} = (Duc/Dut) \times 100$	Duc = domicílios c/ coleta de lixo Dut = Domicílios urbanos totais	$I_{CR} \geq 99\%$ Pontuação: 100 $95 < I_{CR} < 99\%$ Interpolat $I_{CR} < 95\%$ Pontuação: 0
$I_{QR}$ = Critério enquadramento segundo Legislação Específica	Resolução 13/1998 – Sec. Meio Ambiente São Paulo	Cond. Adequadas Pontuação: 100 Cond. Controladas Pontuação: 50 Cond. Adequadas Pontuação: 0
$I_{SR} \quad n = \frac{\log \{(CA \times t/VL) + 1\}}{\log (1 + t)}$	CA = Capacidade restante do aterro VL = Volume coletado de lixo t = taxa de crescimento médio anual	$n \geq 5$ Pontuação: 100 $5 > n > 0$ interpolar $n \leq 0$ Pontuação: 0

### Icv - Indicador de Controle de Vetores

Indicador de Controle de Vetores ( $I_{CV}$ )	Dengue ( $I_{VD}$ ) e Esquistossomose ( $I_{VE}$ )	Indicar a necessidade de programas corretivos e preventivos de redução e eliminação de vetores, transmissores e/ou hospedeiros da doença.
	Leptospirose ( $I_{VL}$ )	Indicar a necessidade de programas preventivos de redução e eliminação de ratos.

### Critério de cálculo do Icv: $Icv = <[(I_{VD} + I_{VE})/2] + I_{VL}/2$

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Indicador terciário e fórmula	Composição da fórmula	Pontuação
Ivd (Indicador de dengue) Obs: no caso deste trabalho, a avaliação foi feita por bairro	Município sem infestação último ano Município infestado p/ <i>Aedes aegypti</i> e sem transmissão últimos 12 meses Município c/ transmissão nos últimos doze meses Municípios c/ ocorrência de dengue hemorrágico	Pontuação: 100 Pontuação: 50 Pontuação: 25 Pontuação: 0
Ive (indicador de esquistossomose) Obs: no caso deste trabalho, a avaliação foi feita por bairro	Municípios s/caso nos últimos 5 anos Município c/ incidência anual < 1 Município c/ inc. 5 > inc >= 1 Município c/ incidência >=5	Pontuação: 100 Pontuação: 50 Pontuação: 25 Pontuação: 0
Iv1 (Indicador de leptospirose) Obs: no caso deste trabalho, a avaliação foi feita por bairro	Municípios s/enchentes e sem casos nos últimos 5 anos Município c/ enchente e sem casos nos últimos 5 anos Município s/ enchente e com casos nos últimos 5 anos Município c/ enchente e com casos nos últimos 5 anos	Pontuação: 100 Pontuação: 50 Pontuação: 25 Pontuação: 0

### Irh - Indicador de Recursos Hídricos

Indicador de Recursos Hídricos (I <sub>RH</sub> )	Água Bruta (I <sub>QB</sub> )	Qualificar a situação da água bruta ou risco geográfico
	Disponibilidade dos Mananciais (I <sub>DM</sub> )	Quantificar a disponibilidade dos mananciais em relação à demanda.
	Fontes Isoladas (I <sub>FI</sub> )	Abrange o controle das águas utilizadas pelas populações em áreas urbanas não atendidas pelos serviços oficiais de abastecimento de água.

**Critério de cálculo do Irh:  $Irh = (I_{qb} + I_{dm} + I_{fi}) / 3$**

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



72



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Indicador terciário e fórmula	Composição da fórmula	Pontuação
Iqb (Índice de qualidade da água bruta)	Mananciais sem contaminação e sem necessidade de tratamento Mananciais sem contaminação e com necessidade de tratamento Mananciais com risco de contaminação	IQA 80 – 100 Pontuação: 100 52 - 79 Pontuação: 75 37 - 51 Pontuação: 50 20 - 36 Pontuação: 25 0 - 19 Pontuação: 0
Idm (Índice de disponibilidade dos mananciais) $Idm = \frac{Disp}{Dem}$	Disp = Disponibilidade de água tratável para abastecimento Dem = Demanda (horizonte de 10 anos)	$Idm > 2,0$ Pontuação: 100 $1,5 < Idm < 2,0$ Pontuação: 50 $Idm \leq 1,5$ Pontuação: 0
Ifi (Índice de fontes isoladas) $Ifi = \frac{NAA}{NAR} \times 100$	Ifi = 100% Excelente Ifi = entre 95 e 99% Ótima Ifi = entre 85 e 94% Boa Ifi = entre 70 e 84% Aceitável Ifi = entre 50 e 69% Insatisfatória Ifi menor que 49% Imprópria	Pontuação: 100 Pontuação: 80 Pontuação: 60 Pontuação: 40 Pontuação: 20 Pontuação: 0

### Ise - Indicador Sócio-econômico

Indicador Sócio-Econômico (I <sub>SE</sub> )	Indicador de Saúde Pública (I <sub>SP</sub> )	Indicar a possibilidade dos serviços de saneamento inadequados, que podem ser avaliados através de: - mortalidade infantil ligada a doenças de veiculação hídrica ( $i_{mh}$ ); - mortalidade infantil e de idosos ligada a doenças respiratórias ( $i_{mr}$ ).
	Indicador de Renda (I <sub>RF</sub> )	Indicar a capacidade de pagamento da população pelos serviços e a capacidade de investimento pelo município, que podem ser avaliados através de: distribuição de renda abaixo de três salários mínimos ( $i_{3s}$ ); renda média ( $i_{rm}$ ).
	Indicador de Educação (I <sub>ED</sub> )	Indicar a linguagem de comunicação nas campanhas de educação sanitária e ambiental através de: - índice de nenhuma escolaridade ( $i_{ne}$ ); - índice de escolaridade até 1º grau ( $i_{e1}$ ).

**Critério de cálculo do Ise:  $Ise = (Isp + Irg + led) / 3$**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Para obtenção deste índice utiliza-se os seguintes subindicadores.

$I_{sp} = 0,7 \times I_{mh} + 0,3 \times I_{mr}$	$I_{mh}$ = indicador relativo à mortalidade infantil ligada à doenças de veiculação hídrica. $I_{mr}$ = Indicador relativo à mortalidade infantil e de idosos, ligadas à doenças respiratórias	Organizar resultados crescente, divididos em quartis 1º quartil = 100 pontos 2º e 3º quartil = interpolar 4º quartil = 0 pontos
$I_{rf} = 0,7 \times I_{zs} + 0,3 \times I_{rm}$	$I_{zs}$ = Indicador de renda menor que 3 salários mínimos (referência) $I_{rm}$ = indicador de renda média	Organizar resultados crescente, divididos em quartis 1º quartil = 100 pontos 2º e 3º quartil = interpolar 4º quartil = 0 pontos
$I_{ed} = 0,6 \times I_{ne} + 0,4 \times I_{el}$	$I_{ne}$ = Indicador de nenhuma escolaridade $I_{el}$ = Indicador de escolaridade de primeiro grau	Organizar resultados crescente, divididos em quartis 1º quartil = 100 pontos 2º e 3º quartil = interpolar 4º quartil = 0 pontos

O ISA - Indicador de salubridade Ambiental é calculado pela média ponderada dos Indicadores específicos, através da seguinte fórmula:

$$ISA = 0,25 \text{ lab} + 0,25 \text{ les} + 0,25 \text{ lrs} + 0,10 \text{ lcv} + 0,10 \text{ lrh} + 0,05 \text{ lse}$$

A indisponibilidade de dados para obtenção de alguns subindicadores, faz necessário a adoção de algumas simplificações a partir do Modelo referencial – Metodologia CONESAN do Estado de São Paulo.

Destacamos que o ISA identificado para a fase de elaboração do Plano deverá ser objeto de refinamento a partir da sistematização de dados, com base nos requisitos definidos nos subindicadores constantes do modelo de referência.

Assim, os critérios adotados nesta fase foram definidos de forma que seu cálculo seja obtido a partir das informações constantes do diagnóstico do saneamento, admitindo-se para tanto os seguintes critérios:

- lab adotado = (Índice de cobertura + qualidade + disponibilidade) / 3

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – Cobertura dos serviços de abastecimento de água.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE







## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Ies adotado = índice de cobertura do sistema coletivo de esgoto

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – Cobertura dos serviços de esgotamento sanitário

- Irs adotado =  $(10 \times \text{IQR}) + \text{índice de cobertura dos serviços} / 2$

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – índice de qualidade do Aterro sanitário e Cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares.

- Icv adotado = Se verificadas ocorrências de doenças de veiculação hídrica = 30, senão = 70 (nota máxima)

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – ocorrência de doenças de veiculação hídrica para 2009 e 2010.

- Irh adotado = Se tem manancial com qualidade e quantidade = 100, senão = 50 (com variações entre estes).

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – caracterização do manancial principal.

- Ise adotado = Se pib per capita > R\$ 16.564,00 (média do sul do Brasil) = 100, senão = 50.

Informação obtida a partir do diagnóstico do saneamento – características sócio-econômicas.

Para determinação da situação de salubridade do município faz-se relação com faixas de pontuação, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 9: Faixas de Pontuação de ISA

Situação de Salubridade	Pontuação do ISA
Insalubre	0 – 23,75
Baixa Salubridade	23,76 – 47,50

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



75



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Média Salubridade	47,51 – 71,25
Salubre	71,26 – 100

Fonte: Dias, et al., (Adaptado).

A partir da análise de desempenho atual do setor de saneamento, apresentamos a seguir os indicadores para o município de Catanduvas:

**Quadro 10: Indicadores de Salubridade Ambiental**

Catanduvas			
Sub-indicador	Nota	Peso	Índice
IAB	69,3	0,25	17,325
IES	60	0,25	15
IRS	83,88	0,25	20,97
ICV	30	0,1	3
IRH	75	0,1	7,5
ISE	100	0,05	5
ISA			68,795

Aplicando os indicadores do município de Catanduvas, obtém-se resultado de 68,795, o que estabelece índice de Média Salubridade para o Município.

O quadro a seguir mostra a estimativa de evolução do Indicador de Salubridade Ambiental para o município, para o final dos prazos que foram divididos o PMSB; curto prazo até o ano de 2.019, médio prazo até 2.025 e longo prazo no final de 2.030.

**Quadro 11 - Indicador de Salubridade Ambiental Futuro**

Sub-indicador	Períodos			
	Atual	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
IAB	17,3	20,1	20,8	21,4
IES	15,0	23,8	24,0	24,5
IRS	21,0	21,1	21,3	21,7
ICV	3,0	3,0	3,0	3,0
IRH	7,5	7,5	7,5	7,5
ISE	5,0	5,0	5,0	5,0
ISA	68,8	80,5	81,6	83,1

Assim estima-se que com as ações e programas estabelecidos pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, no final do horizonte do plano, o





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

município chegará a um índice próximo de 83,1, o que estabelece um índice de boa Salubridade para o Município

### **6.4 Indicadores Gerenciais**

Além de indicadores técnicos, faz-se fundamental definir para os serviços de saneamento indicadores de natureza gerencial.

Para tanto o Consórcio Engevix/Azimute selecionou indicadores para acompanhamento do desempenho na prestação dos serviços com foco nos usuários dos serviços.

- **IESAP - Indicadores de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público**

A eficiência no atendimento ao público e na prestação do serviço pelo prestador será avaliada através do Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IESAP.

O IESAP será calculado com base na avaliação de fatores indicativos da performance do prestador quanto à adequação de seu atendimento às solicitações e necessidades dos usuários.

Para cada um dos fatores de avaliação da adequação do serviço será atribuído um peso de forma a compor-se o indicador para a verificação.

Os fatores que deverão ser considerados na apuração do IESAP, mensalmente, são os seguintes:

**I - FATOR 1** - prazos de atendimento dos serviços de maior frequência, que corresponderá ao período de tempo decorrido entre a solicitação do serviço pelo usuário e a data efetiva de conclusão;

a) o quadro padrão dos prazos de atendimento dos serviços é apresentada a seguir:

**ENGIVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



77



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Quadro 12 – Prazos de atendimento dos serviços

Serviço	Prazo para atendimento das solicitações
Ligação de água	5 dias úteis
Reparo de vazamentos na rede ou ramais de água	24 horas
Falta d'água local ou geral	24 horas
Ligação de esgoto	5 dias úteis
Desobstrução de redes e ramais de esgotos	24 horas
Ocorrências relativas à ausência ou má qualidade da repavimentação	5 dias úteis
Verificação da qualidade da água	12 horas
Restabelecimento do fornecimento de água	24 horas
Ocorrências de caráter comercial	24 horas

b) o índice de eficiência dos prazos de atendimento será determinado como segue:

$I = \frac{\text{(Quantidade de serviços realizados no prazo estabelecido} \times 100)}{\text{(Quantidade total de serviços realizados)}}$

**II - FATOR 2** - Disponibilização de estruturas de atendimento ao público, que serão avaliadas pela oferta ou não das seguintes possibilidades:

- a) atendimento em escritório do prestador;
- b) sistema “0800” para atendimento telefônico dos usuários

c) atendimento personalizado domiciliar, ou seja, o funcionário do prestador responsável pela leitura dos hidrômetros e ou entrega de contas, aqui denominado “agente comercial”, deverá atuar como representante da administração junto aos usuários, prestando informações de natureza comercial sobre o serviço, sempre que solicitado. Para tanto o prestador deverá treinar sua equipe de agentes comerciais, fornecendo-lhes todas as indicações e informações sobre como proceder nas diversas situações que se apresentarão;

d) os programas de computadores de controle e gerenciamento do atendimento que deverão ser processados em rede de computadores do prestador;

O quesito previsto neste fator poderá ser avaliado pela disponibilização ou não das estruturas elencadas, e terá os seguintes valores:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



78



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Quadro 13: Estruturas de atendimento

Estruturas de atendimento ao público	Valor
1 (uma) ou menos estruturas	0
2(duas) ou 3 (três) das estruturas	0,5
as 4 (quatro) estruturas	1,0

**III - FATOR 3** - adequação da estrutura de atendimento em prédio(s) do prestador que será avaliada pela oferta ou não das seguintes possibilidades:

- a) facilidade de estacionamento de veículos ou existência de estacionamento próprio;
- b) facilidade de identificação;
- c) conservação e limpeza;
- d) coincidência do horário de atendimento com o da rede bancária local;
- e) número máximo de atendimentos diários por atendente menor ou igual a 70 (setenta);
- f) período de tempo médio entre a chegada do usuário ao escritório e o início do atendimento menor ou igual a 30 (trinta) minutos;
- g) período de tempo médio de atendimento telefônico no sistema “0800” menor ou igual a 5 (cinco) minutos;

Este fator será avaliado pelo atendimento ou não dos itens elencados, e terá os seguintes valores:

Quadro 14: Adequação das Estruturas de Atendimento ao Público

Adequação das estruturas de atendimento ao público	Valor
Atendimento de 5(cinco) ou menos itens	0
Atendimento de 6 (seis) itens	0,5
Atendimento de 7 (sete) itens	1,0

Com base nas condições definidas nos itens anteriores, o Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IESAP será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IESAP} = 5.(\text{Valor Fator 1}) + 3.(\text{Valor Fator 2}) + 2.(\text{Fator 3})$$

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

O sistema de prestação de serviços e atendimento ao público do prestador, a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente, será considerado:

- I - inadequado se o valor do IESAP for igual ou inferior a 5 (cinco);
- II - adequado se for superior a 5 (cinco), com as seguintes gradações:
- III - regular se superior a 5 (cinco) e menor ou igual a 6 (seis);
- IV - satisfatório se superior a 6 (seis);

- **ISC - Indicador do Nível de Cortesia e de Qualidade Percebida Pelos Usuários na Prestação Do Serviço**

A verificação dos resultados obtidos pelo prestador será feita anualmente, até o mês de dezembro, através de uma pesquisa de opinião realizada por empresa independente, capacitada para a execução do serviço.

A pesquisa a ser realizada deverá abranger um universo representativo de usuários que tenham tido contato devidamente registrado com o prestador, no período de 3 (três) meses que antecederem a realização da pesquisa.

Os usuários deverão ser selecionados aleatoriamente, devendo, no entanto, ser incluído no universo da pesquisa, os três tipos de contato possíveis:

- I - atendimento via telefone;
- II - atendimento personalizado;
- III - atendimento na ligação para execução de serviços diversos.

Para cada tipo de contato o usuário deverá responder a questões que avaliem objetivamente o seu grau de satisfação em relação ao serviço prestado e ao atendimento realizado, assim, entre outras, o usuário deverá ser questionado:

- I - se o funcionário foi educado e cortês;
- II - se o funcionário resolveu satisfatoriamente suas solicitações;
- III - se o serviço foi realizado a contento e no prazo comprometido;

IV - se, após a realização do serviço, o pavimento foi adequadamente reparado e o local limpo;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

V - outras questões de relevância poderão ser objeto de formulação, procurando inclusive atender a condições peculiares.

As respostas a essas questões devem ser computadas considerando-se 5 (cinco) níveis de satisfação do usuário:

I – ótimo; II – bom; III - regular; IV – ruim; V – péssimo.

A compilação dos resultados às perguntas formuladas, sempre considerando o mesmo valor relativo para cada pergunta independentemente da natureza da questão ou do usuário pesquisado, deverá resultar na atribuição de porcentagens de classificação do universo de amostragem em cada um dos conceitos acima referidos.

Os resultados obtidos pelo prestador serão considerados adequados se a soma dos conceitos ótimo e bom corresponderem a 70% (setenta por cento) ou mais do total, onde este resultado representa o indicador ISC (Índice de satisfação do cliente).

A seguir apresentamos o quadro de metas gerenciais para o período do Plano.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



81



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Quadro 15: Metas Gerenciais para o Período do Plano

Índice	IESAP	ISC
	Índice de Eficiência	Índice de Percepção
Ano		
2011	-	-
2012	Regular	70%
2013	Regular	70%
2014	Regular	70%
2015	Satisfatório	70%
2016	Satisfatório	70%
2017	Satisfatório	> 90%
2018	Satisfatório	> 90%
2019	Satisfatório	> 90%
2020	Satisfatório	> 90%
2021	Satisfatório	> 90%
2022	Satisfatório	> 90%
2023	Satisfatório	> 90%
2024	Satisfatório	> 90%
2025	Satisfatório	> 90%
2026	Satisfatório	> 90%
2027	Satisfatório	> 90%
2028	Satisfatório	> 90%
2029	Satisfatório	> 90%
2030	Satisfatório	> 90%

As ações programadas no PMSB deverão ter seus resultados amplamente divulgados, de forma a garantir pleno acesso às partes interessadas, entre as quais a comunidade, órgãos e entidades públicas e entidades privadas.

Os mecanismos para esta divulgação deverão ser implementados pela Prefeitura Municipal, utilizando técnicas e mecanismos que permitam a divulgação da extensão em que a administração pública vem atendendo seus objetivos e metas.

Os indicadores apresentados deverão também ser amplamente divulgados, revistos, atualizados e discutidos de forma sistemática.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

As definições das formas de mídia serão de responsabilidade da administração municipal a partir dos recursos disponíveis. Conforme o modelo proposto a comunicação deverá se dar através da Divisão de Comunicação – DCOM.

Como recomendações são indicadas ferramentas para a divulgação do Plano conforme segue:

- Utilização de Sistema Georreferenciado com mapeamento das obras de ampliação e melhoria da infraestrutura existente;
- Elaboração de folheto contendo o “Balanço” anual do atendimento às metas;
- Utilização da fatura de água/esgoto, para divulgação de informações a metas relativas ao Plano;
- Realização de Audiência pública anual para apresentação do desenvolvimento do Plano.
- Disponibilidade no web-site da Prefeitura Municipal, link com informações sobre as metas do Plano e seu respectivo status de atendimento.

A avaliação do atendimento aos indicadores será objeto de acompanhamento permanente da Agência Reguladora e do Conselho municipal de Saneamento, devendo ser previstas ações de análise da causas para as situações em que as metas não forem atendidas, bem como a definição de ações corretivas que permitam a reversão da situação, inclusive penalidades aos responsáveis.

As audiências públicas sistemáticas previstas são também fóruns de avaliação do desempenho quanto ao atendimento dos indicadores e respectivamente para definir ações corretivas para as metas não atendidas.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



83





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **7 INDICAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E DIRETRIZES GERAIS RELACIONADAS A DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



**AZIMUTE**  
CONTA PARA A PROJEÇÃO DE ENGENHARIA

84



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **7 INDICAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E DIRETRIZES GERAIS RELACIONADAS A DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO**

A gestão municipal deverá ser baseada no exercício pleno da titularidade e da competência municipal, na implementação de instâncias e instrumentos de participação e controle social sobre a prestação dos serviços em nível local, qualquer que seja a natureza dos prestadores, tendo como objetivo maior promover serviços de saneamento justos do ponto de vista social.

Conforme destacado nos itens anteriores, foram definidos como:

- **Instrumentos de Controle Social:** Audiências e Consultas Públicas; Conferência Municipal de Saneamento Básico, Fórum Municipal de Saneamento Básico e o Conselho Municipal de Saneamento;
- **Instrumentos de gestão:** Política Municipal de Saneamento Básico; Plano Municipal de Saneamento Básico; Estrutura Administrativa (Coordenação Operacional - CO, DO, DAF, DCOM, GESAN, Fundo Municipal de Saneamento Básico; Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico; e entidade de regulação.

O propósito final da gestão do saneamento Básico é proporcionar a sociedade serviços de proporcionem segurança e boa qualidade de vida.

Para a garantia das condições mínimas dos serviços o município deverá estabelecer sua Política Municipal de Saneamento Básico a qual deverá conter os seguintes princípios:

#### **a) Articulação/Integração Institucional**

As ações dos diferentes componentes e instituições da área de saneamento básico são geralmente promovidas de forma fragmentada no âmbito da estrutura administrativa governamental. Tal prática gera, na maioria das vezes, pulverização de recursos financeiros, materiais e humanos. Esta

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

realidade é facilmente percebida na área de saneamento, podendo ser citado, por exemplo, as ações de operação e manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais, que desenvolvidas por um órgão específico, são completamente desarticuladas daquelas da limpeza pública e esgotamento sanitário, fato que influencia a eficácia e eficiência deste sistema.

A forma setorial com que as instituições estão organizadas, bem como o tipo e formação dada aos profissionais, segundo a lógica da divisão do saber, aliado a falta de políticas que estimulem o processo de integração, são fatores que têm limitado o desenvolvimento de ações interinstitucionais.

A integração entre áreas de atuação é um elemento de compatibilização (horizontal) de diversas ações, planos e projetos, reduzindo os custos dos serviços públicos. Portanto, a integração entre as componentes do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos), bem como a integração intra e inter-instituições devem ser estimuladas. Devem-se identificar as superposições de ações e de funções, bem como mecanismos que permitam a coordenação harmônica das mesmas.

A área de saneamento tem interface com as de saúde pública, desenvolvimento urbano, habitação, meio ambiente e recursos hídricos, dentre outras. A conjugação de esforços dos diversos organismos que atuam nestas áreas oferece um grande potencial para a melhoria da qualidade de vida da população, fato corroborado pela Resolução Recomendada do Conselho Nacional das Cidades nº 75, de 02 de julho de 2009, em seu art. 1º, item XI.

### **b) Sustentabilidade**

As instituições governamentais devem garantir o funcionamento continuado dos sistemas de saneamento implantados, de forma que os mesmos atinjam os benefícios sociais pretendidos, notadamente a saúde pública e a proteção ambiental.

Para que a sustentabilidade seja garantida é imprescindível a promoção de políticas de saneamento básico que contemplem a participação e o controle social e que os serviços sejam eficazes e eficientes e atinjam a sua efetividade enquanto uma política social.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



86



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **c) Direito à informação**

O direito da população à informação sobre atividades públicas deve ser um direito de qualquer cidadão. No Brasil, este direito está contido na Constituição Federal de 1988.

O acesso à informação é um elemento fundamental para o exercício pleno da participação e para a implantação do controle social da prestação dos serviços de saneamento ambiental, democratizando assim a ação pública.

Cabe ao Plano Municipal de Saneamento Básico estabelecer os mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre os serviços prestados (Resolução Recomendada do Conselho Nacional das Cidades nº. 75, de 02 de julho de 2009).

### **d) Direito à educação sanitária e ambiental**

O acesso universal aos benefícios do saneamento ainda é um desafio a ser alcançado. Proporcioná-lo, de forma equânime, a toda a sociedade brasileira, demanda o envolvimento articulado dos diversos segmentos sociais envolvidos em parceria com o poder público, conforme manifestação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental em 2009. Ressalta em suas diretrizes que é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados com o saneamento, para participar ativamente de sua implementação.

A educação sanitária e ambiental continuada incorporada na gestão dos serviços de saneamento básico permite a difusão de comportamentos responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais e a correta utilização dos serviços, sendo direito dos cidadãos.

Assim, “o processo de educação ambiental em sua vertente transformadora acontece no momento em que a população, ao olhar de forma crítica para os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, reflete sobre os fatores sociais, políticos e econômicos que originaram o atual panorama e busca atuar no seu enfrentamento.” (BRASIL, 2009, p.7).

Pode assim, cada ator social participar com seu conhecimento, assumindo responsabilidades em prol da melhoria da qualidade de vida de sua

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



87



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

comunidade e pela universalização dos serviços de saneamento, no contexto de respeito ao meio ambiente e aos interesses coletivos.

### **e) Prestação adequada dos serviços**

Os serviços devem ser oferecidos à população com regularidade, continuidade, eficiência, qualidade, segurança, atualidade tecnológica, generalidade e modicidade nos custos, devem atender os elementos destacados a seguir:

- **Abastecimento de Água**

- Garantia de fornecimento de água à população com qualidade e quantidade compatível ao atendimento das suas necessidades;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Pressões de serviços compatíveis (entre 10,0 e 50,0 m.c.a.);
- Reduzidos índices de perdas (igual ou menor que 25%);
- Modicidade da tarifa.

- **Esgotamento Sanitário**

- Garantia de coleta e afastamento dos esgotos sanitários, em condições seguras à saúde pública da população com qualidade compatível ao atendimento das suas necessidades;
- Tratamento e lançamento final ao meio ambiente compatível aos padrões legais estabelecidos pela legislação específica;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Modicidade da tarifa.

- **Resíduos Sólidos**

- Garantia de coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares em condições seguras à saúde pública da

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



88



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

população com qualidade compatível ao atendimento das suas necessidades;

- Tratamento e disposição final ao meio ambiente compatível aos padrões legais estabelecidos pela legislação específica;
- Atendimento aos serviços gerais de limpeza urbana que garantam a salubridade geral, incluindo limpeza de vias e logradouros públicos;
- Serviços complementares de limpeza urbana, compreendendo os resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) e os resíduos da construção civil;
- Serviços complementares de coleta seletiva de forma a reduzir impactos ambientais e permitir a valorização de materiais por reciclagem e compostagem;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Modicidade das taxas ou tarifas de serviços.

### **• Drenagem Urbana**

- Garantia de coleta e afastamento das águas pluviais em vias urbanas pavimentadas através de dispositivos apropriados compostos por sistemas de coleta, redes de afastamento e lançamento em corpos receptores compatíveis quanto a capacidade;
- Manutenção e limpeza de bocas de lobo e dispositivos similares de captação de águas pluviais, redes de drenagem, galerias e cursos d'água;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Modicidade das taxas ou tarifas de serviços.

### **f )Deveres dos usuários**

Para um bom funcionamento e garantia da qualidade dos serviços nos setores de saneamento é imprescindível a conduta de deveres relacionados aos usuários. A lista abaixo dá algumas diretrizes destes deveres:

- Implantações das exigências de estrutura básica no domicílio, referentes aos serviços de saneamento;
- Pagamento das taxas e tarifas dos serviços;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



89



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- Limpeza e manutenção dos reservatórios domiciliares;
- Limpeza e manutenção dos dispositivos domiciliares de esgoto sanitário (Caixa de gordura, fossa séptica, etc)
- Acondicionamento dos resíduos domiciliares para coleta de forma adequada e lugar acessível;
- Separação dos resíduos domiciliares para reciclagem;
- Proibição de lançamentos de águas pluviais na rede de esgoto;
- Proibição de lançamento de resíduos de varrição de ruas nas bocas de lobo;
- Proibição de lançamento de esgotos de cozinha sem passagem por caixa de gordura;
- Responsabilidade pela guarda e preservação do hidrômetro;
- Permissão de acesso à propriedade para vistorias e fiscalização.

Os direitos e deveres específicos para os segmentos do saneamento básico deverão ser objeto de desenvolvimento na elaboração dos “regulamentos dos serviços”, avaliados conjuntamente entre o titular dos serviços (Prefeitura municipal) e a agência reguladora.

Trata-se, portanto de elementos de natureza operacional da implementação do Plano Municipal de Saneamento, por conseguinte, fase posterior a aprovação do mesmo.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



90





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **8 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



91



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **8 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

Para subsidiar a preparação do município para a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, faz-se necessário, preliminarmente, identificar e destacar os elementos constantes na Lei Federal 11.445/2007 e no respectivo Decreto 7.217/2010, o qual regulamenta a referida lei.

Inicialmente devemos destacar os conceitos de regulação e fiscalização definidos pelo Decreto 7.217/2010:

II - regulação: todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos, para atingir os objetivos do art. 27;

III - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

Em termos da responsabilidade do titular dos serviços, destacamos o Capítulo II, artigos. 8º e 9º da Lei 11.445/2007 os quais dispõem:

Art. 8º. Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 9º. O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

- I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;
- II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação; (grifo nosso)

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



92



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Esta condição primordial, estabelece responsabilidade ao município de definir e estabelecer responsabilidades para a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Adiante, a Lei estabelece no artigo 11º.

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; (grifo nosso).

O disposto no inciso III reitera a obrigatoriedade de designação da “entidade de regulação e fiscalização”.

No inciso IV do esmo artigo, são estabelecidas exigências contratuais para casos de prestadores de serviços, as quais também definem exigência para a regulação conforme segue:

IV- a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:

V- mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI- as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



93



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

O artigo 12.º em seu parágrafo 1, estabelece os elementos mínimos a serem definidos pela entidade de regulação:

§1º A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I- as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II- as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III- a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV- os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V- o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

No mesmo artigo 12º. em seu parágrafo 2, inciso X estabelece a obrigatoriedade de contar em contrato a designação do responsável pela regulação e fiscalização:

§2º O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o caput deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

X- a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Outros elementos sobre a regulação são tratados na Lei 11.447/2007, especialmente quanto a prestação regionalizada dos serviços, entretanto é o artigo 21 que introduz o Capítulo V referente à regulação. Este artigo trata das funções da regulação e destaca seus princípios, conforme segue:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



94



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Art. 21. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

O artigo 22 define especificamente os objetivos da regulação:

Art. 22. São objetivos da regulação:

I- estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II- garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III- prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV- definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

O disposto neste artigo destaca a importância fundamental da regulação no controle dos serviços de saneamento básico.

Além disto, a Lei estabelece também a obrigação da entidade reguladora quanto ao estabelecimento das normas de prestação dos serviços, conforme destaca o artigo 23:

Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II- requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

III- as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV- regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V- medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI- monitoramento dos custos;

VII- avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII- plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX- subsídios tarifários e não tarifários;

X- padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI- medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

Mais uma vez, os elementos destacados no requisito legal apontam para a estrutura de regulação como elemento fundamental na prestação dos serviços e definição das metas de universalização, que neste caso, foram definidas junto ao GES do município, como metas de “Cenário Normativo”.

O parágrafo 1 do artigo 23, estabelece ainda que a regulação poderá ser delegada, transferindo a terceiro esta responsabilidade:

Art. 21 § 1- A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

A regulamentação da Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, está definida a partir do Decreto 7.217 de 21 de Julho de 2010, onde se estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

Segundo Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, “[...] para a boa aplicação da lei, nas relações entre o Estado-poder e terceiros, surgiu à necessidade do

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



96



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Executivo regulamentá-la, estabelecendo as regras orgânicas e processuais para a sua execução, através de regulamentos executivos”.

Assim, conforme dispõe o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, compete ao chefe do Poder Executivo expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis.

Para Diógenes Gasparini, poder regulamentar consiste na "atribuição privativa do chefe do Poder Executivo para, mediante decreto, expedir atos normativos, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la”.

Assim, a regulamentação da Lei 11.445/2007 através do Decreto 7.217/2010, resultou no detalhamento e instrumentação da referida lei, onde podemos destacar elementos relacionados a regulação e fiscalização, conforme segue:

Os artigos 6o e 7o. prevêm a possibilidade de inserção de dispositivos relativos ao abastecimento de água, em especial a regras e penalidades:

Art. 6. Excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de abastecimento de água disponível.

§ 1- Na ausência de redes públicas de abastecimento de água, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2- As normas de regulação dos serviços poderão prever prazo para que o usuário se conecte à rede pública, preferencialmente não superior a noventa dias.

§ 3- Decorrido o prazo previsto no § 2, caso fixado nas normas de regulação dos serviços, o usuário estará sujeito às sanções previstas na legislação do titular.

Art. 7. A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



97





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 1- Entende-se como sendo a instalação hidráulica predial mencionada no caput a rede ou tubulação de água que vai da ligação de água da prestadora até o reservatório de água do usuário.

§ 2- A legislação e as normas de regulação poderão prever sanções administrativas a quem infringir o disposto no caput.

No que tange ao esgotamento sanitário, a regulação é tratada nos artigos 9 e 11, conforme pode ser observado:

Art. 9o Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário os serviços constituídos por uma ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, inclusive ligação predial, dos esgotos sanitários;

II - transporte dos esgotos sanitários;

III - tratamento dos esgotos sanitários; e

IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais, inclusive fossas sépticas.

§ 1- Para os fins deste artigo, a legislação e as normas de regulação poderão considerar como esgotos sanitários também os efluentes industriais cujas características sejam semelhantes às do esgoto doméstico.

§ 2- A legislação e as normas de regulação poderão prever penalidades em face de lançamentos de águas pluviais ou de esgotos não compatíveis com a rede de esgotamento sanitário.

Art. 11. Excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de esgotamento sanitário disponível.

§ 1- Na ausência de rede pública de esgotamento sanitário serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, de saúde e de recursos hídricos.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



98



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 2- As normas de regulação dos serviços poderão prever prazo para que o usuário se conecte a rede pública, preferencialmente não superior a noventa dias.

§ 3- Decorrido o prazo previsto no § 2o, caso fixado nas normas de regulação dos serviços, o usuário estará sujeito às sanções previstas na legislação do titular.

O artigo 23 reitera a responsabilidade do titular dos serviços quanto a definição do ente regulador.

O capítulo III, nos artigos 27 a 33, trata especificamente do tema regulação: Objetivos, exercício da função de regulador, órgãos e entidades de regulação e publicidade dos atos de regulação.

Art. 27. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; e

IV - definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quanto a modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Parágrafo único. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para execução dos contratos e dos serviços e para correta administração de subsídios.

Art. 28. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade de regulação; e

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



99



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Art. 29. Cada um dos serviços públicos de saneamento básico pode possuir regulação específica.

Art. 30. As normas de regulação dos serviços serão editadas:

I - por legislação do titular, no que se refere:

- a) aos direitos e obrigações dos usuários e prestadores, bem como às penalidades a que estarão sujeitos; e
- b) aos procedimentos e critérios para a atuação das entidades de regulação e de fiscalização; e

II - por norma da entidade de regulação, no que se refere às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

- a) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- b) prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços;
- c) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- d) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos;
- e) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- f) medição, faturamento e cobrança de serviços;
- g) monitoramento dos custos;
- h) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- i) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- j) subsídios tarifários e não tarifários;
- k) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
- l) medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1- Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

§ 2- A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



100



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei no 11.445, de 2007.

Art. 31. As atividades administrativas de regulação, inclusive organização, e de fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser executadas pelo titular:

I - diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe; ou

II - mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

§ 1- O exercício das atividades administrativas de regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá se dar por consórcio público constituído para essa finalidade ou ser delegado pelos titulares, explicitando, no ato de delegação, o prazo de delegação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a ser desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2- As entidades de fiscalização deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 32. Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade de regulação todos os dados e informações necessários para desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput aqueles produzidos por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos.

Art. 33. Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1- Excluem-se do disposto no caput os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



101



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 2- A publicidade a que se refere o caput deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na internet.

Importante destacar neste capítulo o que consta sobre os órgãos de regulação, cujas alternativas oferecem aos municípios maior flexibilidade na definição da estrutura de regulação.

Destacamos também o conceito da entidade de regulação definido pelo Decreto 7.217/2010:

Entidade de regulação: entidade reguladora ou regulador: agência reguladora, consórcio público de regulação, autoridade regulatória, ente regulador, ou qualquer outro órgão ou entidade de direito público que possua competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados.

Esta condição oferece aos municípios de pequeno porte alternativas mais realistas para a implementação da regulação e fiscalização dos serviços, tema este que será abordado adiante.

### **8.1 Considerações sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico em cidades de pequeno porte.**

Reconhecidos os aspectos legais previstos na Lei 11.445/2007 e decreto regulamentador 7.217/2010 no que tange a regulação e fiscalização, faz-se necessário destacar alguns elementos importantes no que tange a estruturação desta atividade.

Embora as diretrizes dos diplomas legais sejam claras quanto aos deveres dos titulares dos serviços de saneamento o que se verifica na prática, até o presente, trata-se de uma condição incipiente por parte das municipalidades, quanto a sua capacidade de gerir a regulação.

Esta condição pode ser identificada a partir da análise dos seguintes aspectos:

- O caráter monopolista dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário impede que o serviço seja regido pela lei de mercado,

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



102



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

onde a livre concorrência constitui um incentivo natural da qualidade do serviço prestado;

- As características de indivisibilidade presente em serviços de drenagem urbana e algumas atividades da gestão de resíduos sólidos dificultam inclusive a definição de modelos de cobrança;
- A falta de experiências da aplicação da regulação no segmento de saneamento básico, diferente das atividades que já são comuns como os setores de energia elétrica e telefonia;
- A inexistência de agências reguladoras que possam atender à regulação dos quatro segmentos do saneamento básico, haja vista que aquelas existentes em Santa Catarina atuam até o presente, somente nos segmentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem uma atuação efetiva nos segmentos de resíduos sólidos e drenagem pluvial;
- A falta de preparo dos prestadores de serviços para atender requisitos de regulação, visto que a experiência prática tem mostrado uma “auto-regulação” das atividades, especialmente nos segmentos do abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- A inexperiência da aplicação da regulação no âmbito municipal especialmente em municípios de pequeno porte, os quais não dispõem de estrutura para sua efetivação;
- A inexistência de hábitos da população em geral no acompanhamento de serviços regulados quanto ao sua publicidade e acompanhamento de resultados.

Enfim, o desafio é que mediante a disponibilidade do Plano Municipal de Saneamento Básico, possa a administração municipal dirigir sua atenção na implementação dos propósitos constantes da legislação para que a regulação e a fiscalização sejam de fato implementadas.

Para tanto, faz-se prudente avaliar as possibilidades e variantes de constituição da regulação de forma que esta definição seja a mais coerente mediante a realidade do município.

Destacamos novamente o que consta do decreto 7.217/2010 quanto a definição quanto as formas alternativas de regulação as quais compreendem basicamente os seguintes modelos:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



103



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe; ou
- mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

### **8.2 Proposta de estrutura para regulação e fiscalização**

A partir dos elementos legais e das características sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico em cidades de pequeno porte, o Consórcio Engevix/Azimute, na sua condição de empresa consultora, apresenta uma sugestão para estruturação destes serviços a partir de um modelo que permita sua aplicabilidade reconhecida as limitações do município.

#### **8.2.1 Estrutura do Sistema de Gestão do Saneamento Básico**

Preliminarmente faz-se importante resgatar o modelo preconizado pela Lei 11.445/2007 quanto ao modelo de gestão dos serviços de saneamento básico, o qual está amparado em elementos estruturais indispensáveis.

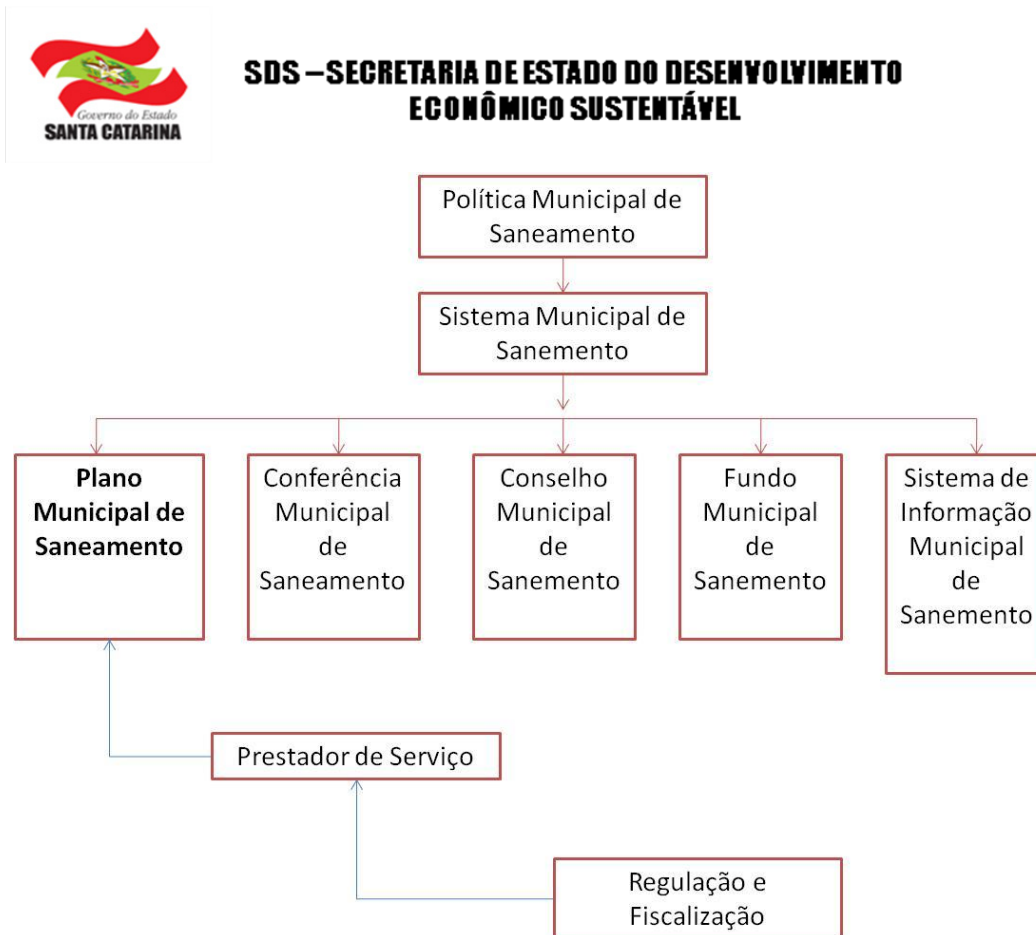
**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



104





**Figura 4: Fluxograma do Sistema de Gestão**

Conforme observado, a regulação e a fiscalização apresentam-se de fato como elemento fundamental na gestão dos serviços de saneamento básico, pois a eles competem o controle da prestação dos serviços prestados entre outras atribuições.

Estabelecer uma estrutura de forma a atender os elementos integrantes da gestão dos serviços de saneamento pode ser um grande risco ao município, caso esta não venha desempenhar sua função.

Destacam-se os princípios básicos auferidos a agência de regulação, os quais devem ser garantidos:

- independência decisória,
- autonomia administrativa, orçamentária e financeira

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



105



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- transparência,
- tecnicidade,
- celeridade e
- objetividade das decisões.

Assim as alternativas parecer tornar-se mais restritas ainda, restado viável três formas de solução: Agência municipal de Regulação, Agência Regional de Regulação ou delegação dos serviços a agência já existente, atuante no estado de Santa Catarina.

- **Agência Reguladora Municipal**

O estabelecimento de agência reguladora controlada pela administração direta pode ser tratado como uma solução diferencial para os serviços de saneamento e adequada a uma aplicação para pequenos municípios.

O fato é que esta modalidade de regulação pode colocar em risco alguns dos princípios da regulação, especialmente quanto a autonomia e a independência decisória, visto sua proximidade a administração municipal.

Os custos de manutenção da agência municipal neste caso poderão ficar elevados em razão da estruturação profissional mínima requerida.

As vantagens neste modelo é que a realização de ações para regulação e fiscalização apresenta-se próximas aos locais de sua ocorrência, podendo ser tratadas de forma rápida e objetiva.

São poucas as experiências conhecidas de agências de regulação municipal para municípios de pequeno porte, certamente devido aos riscos de interferências no âmbito local.

Em Santa Catarina apresenta-se como exemplo de agências municipais a AMAE - Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto de Joinville, na cidade de Joinville e a AGR – Agência Reguladora das Águas de Tubarão, que atua no município de Tubarão

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



106



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Agência Reguladora Regional**

A criação de agência reguladora regional, com a participação de municípios vizinhos na forma de convênio pode ser uma alternativa atrativa para os municípios de pequeno porte.

Neste caso a autonomia e independência decisória podem sem ser melhor asseguradas, haja vista a participação de constituintes externos a administração direta específica do município.

Quanto aos custos o efeito de escala deverá resultar em reduções ao município visto a possibilidade de rateio de despesas entre os participantes.

Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí- AGIR, agência criada pela AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí é um dos exemplos de agência regional de regulação.

- **Agência de Regulação Delegada**

A delegação dos serviços de regulação à agência já constituída para esta finalidade pode ser a solução mais prática haja vista a existência em Santa Catarina, de pelo menos três alternativas:

- AGESC – Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina

A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC é uma Autarquia especial que tem como finalidade a regulação e a fiscalização dos serviços públicos delegados pelo Estado.

- AGESAN - Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, ligada ao Governo do Estado, com propósito específico de regular serviços de saneamento básico;

- ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, formada pela FECAM – Federação.

As interferências locais ficam mais restritas proporcionando maior autonomia e independência.

A desvantagem desta modalidade é que a presença da agência reguladora estará distante do local de prestação dos serviços, o que poderá

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



107



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

resultar em morosidade nas decisões e dificuldade no contato entre o titular dos serviços e o ente regulador. A celeridade e objetividade poderão ser pontos vulneráveis.

Nestes casos os serviços de regulação são comumente cobrados a partir de um valor percentual sobre o faturamento dos serviços ou um valor com base na população total do município.

A partir dos elementos apresentados, caberá ao poder público municipal definir a melhor alternativa para o exercício da regulação e fiscalização, tendo como objetivo maior proporcionar as condições para a efetivação do Plano Municipal de Saneamento Básico através de atendimentos de seus objetivos e metas preconizados.

O quadro a seguir apresenta uma análise comparativa entre as agências reguladoras atuantes no Estado de Santa Catarina e que potencializam opções para a prestação dos serviços de regulação.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



108

## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



Quadro 16 - Comparativa entre as Agências Reguladoras Atuantes no Estado de Santa Catarina

AGESAN/AGESC	ARIS	Regulação regional / municipal	Regulação por Conselho Municipal
<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ganho de escala;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ganho de escala: teto dos custos projetado em R\$ 0,20 por habitante/mês para regulação dos serviços de água, esgoto, lixo e drenagem, com potencial para redução, devido à entrada de outros municípios;</li> <li>• Autonomia nas decisões. Processo mantém a gestão no âmbito municipal (titularidade) conforme Constituição Federal;</li> <li>• Criação de entidade baseada na Lei 11.107 (Lei dos Consórcios) fortalece o movimento municipalista;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia nas decisões. Processo mantém a gestão no âmbito municipal (titularidade) conforme Constituição Federal;</li> <li>• Parcial ganho de escala no caso da regionalização;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia nas decisões. Processo mantém a gestão no âmbito municipal (titularidade) conforme Constituição Federal;</li> <li>• Custo da regulação seria praticamente nulo (exceção: criação de Câmara Técnica de Saneamento, composta por profissionais vinculados às áreas de interesse. Poderiam ser funcionários públicos designados);</li> </ul>
<p><b>PONTOS FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contraria preceito do pacto federativo, pois município não poderia delegar competência constitucionalmente estabelecida ao Estado;</li> <li>• Alto risco de influência do governo estadual em serviços de titularidade do município;</li> <li>• Planilha de custos da regulação ainda é uma incógnita;</li> <li>• Teria, sabidamente, forte influência da CASAN, que busca formas de se sustentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poder de decisão fica subordinado à Assembleia dos municípios signatários do consórcio; titular não terá poder absoluto, já que a normatização seria aplicada a todos, de forma linear, para evitar distorções;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se a regulação for municipal, o custo elevado torna processo proibitivo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado risco de <i>poliização</i> do Conselho, com reflexos sobre as decisões estratégicas e sobre a sustentabilidade econômico-orçamentária dos serviços públicos. A condução das deliberações pode tomar rumos desfavoráveis para a boa evolução dos sistemas, dificultando ou inviabilizando o atendimento das diretrizes elencadas na Lei 11.445/07;</li> <li>• Risco de distorção do processo por falta de capacidade do grupo de conselheiros para as análises</li> </ul>





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

financeiramente, frente ao  
iminente colapso;

técnicas (verificação de metas) e  
financeiras (acompanhamento de  
planilhas e reajuste de tarifas).  
Cargos são ocupados por indicação  
dos órgãos e entidades com assento  
no Conselho;

### AGESAN/AGESC

- Se faz necessária autorização legislativa, não podendo ser firmada nos termos que está sendo proposta pelo estado, pois não coaduna com os ditames legais.

### ARIS

- Por se tratar de Consórcio Público, mediante Lei Autorizativa dos municípios interessados ratificar-se-ia o Protocolo de Intenções que delegaria esta função ao Consórcio, sendo em seguida assinados os contratos de programa e rateio.

### Regulação regional / municipal

- Através da criação de uma agência de regulação Municipal, bastaria a criação da mesma e a delegação mediante Lei, da incumbência da regulação. Caso for regional, o melhor modelo seria o de consórcio público, mediante Lei Autorizativa dos Municípios Interessados ratificando o Protocolo de Intenções que delegaria esta função ao Consórcio, sendo em seguida assinados os contratos de programa e rateio.

### Regulação por Conselho ou órgão municipal

- Nos moldes propostos pelo Decreto 7.217/2010, pode ser realizada por Conselho Municipal ou qualquer outro órgão ou entidade de direito público que possua competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados

### CONDICIONANTES LEGAIS



**ENGEVIX** CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE 110



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **9 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, BENEFÍCIOS E AFERIÇÃO DE RESULTADOS**



111





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **9 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, BENEFÍCIOS E AFERIÇÃO DE RESULTADOS.**

A divulgação dos resultados de desempenho do PMSB deverão seguir os indicadores pré estabelecidos já destacados neste relatório, e compreendem:

- Indicadores quantitativos para atendimento dos objetivos e metas;
- Indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS
- Indicadores de Salubridade Ambiental e
- Indicadores Gerenciais

A avaliação dos resultados deverá comparar às metas previstas para o conjunto de indicadores, com exceção dos indicadores do SNIS, que apresentam-se como referenciais sem constituir efetivamente metas de atendimento.

Para as metas atendidas deverão ser verificados os avanços e definição das metas para o próximo período.

Considerada a metodologia de gestão baseado no Ciclo de Deming, na ocorrência de resultados aquém dos valores preconizados decorrerão na tomada de ações tratadas como “Corretivas” para revisão e redirecionamento do planejamento.

O importante nesta metodologia é aplicar o PDCA do planejamento proposto em busca do atendimento aos objetivos e metas.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



112



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **10 INSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**



113



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **10 INSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

A gestão dos serviços de saneamento básico preconizada neste relatório se apresentam suficientes e adequadas para o desenvolvimento dos serviços de saneamento básico no município de Catanduvas.

Entretanto para a sua implementação necessita de atenção sob o ponto de vista legal e operacional.

Quanto ao aspecto legal, deverá o executivo municipal encaminhar dispositivo legal que proporcione a sua implemetação, o que deverá ser solucionado a partir da aprovação da Política Municipal de Saneamento Básico. Neste contexto, na fase do PMSB apresenta-se anexo “minuta” de projeto de lei para apreciação da administração municipal, que trata da Política Municipal de Saneamento Básico.

Quanto ao aspecto operacional, deverá a administração municipal avançar na estruturação de seu sistema de gestão de saneamento, avaliando com critério os elementos apresentados neste relatório bem como atuando efetivamente na preparação dos mecanismos previstos.

Para fins de orientação, destacamos a seguir listagem de tópicos que devem ser objeto de atenção para a instituição do sistema municipal de saneamento básico:

- Definição quanto a estruturação interna:
  - Coordenação Operacional - CO
  - Divisão de Operações - DO
  - Divisão Administrativa/Financeira – DAF
  - Divisão de Comunicação – DCOM
  - Núcleo de Gestão de Saneamento Básico – GESAN
  - Verificação quanto a necessidade de assessoria técnica e jurídica.
- Formação do Conselho Municipal de Saneamento ou adequação a outro Conselho compatível;
- Definição quanto ao modelo e entidade de regulação;
- Planejamento de audiência pública para aprovação do PMSB;
- Aprovação da Política Municipal de Saneamento Básico (Lei municipal);
- Avaliação dos modelos de prestação dos serviços de saneamento.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



114



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- Estruturação do Plano de Emergências - PLAN-SAN;
- Definição de cronograma para ações futuras.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



115



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**11 COMPATIBILIZAÇÃO COM OS PLANOS  
DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE INSERÇÃO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



**AZIMUTE**  
CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA

116



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **11 COMPATIBILIZAÇÃO COM OS PLANOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE INSERÇÃO**

O Planejamento das ações definidas para o PMSB deve levar em conta a Lei nº. 9.433/97 a qual deverá subsidiar a gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica onde o município encontrar-se inserido, assegurando um processo de planejamento participativo.

O Plano de Recursos Hídricos é o mais importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei 9.433/97. É ele que estabelece as ações de proteção e recuperação de uma bacia hidrográfica e o controle sobre os usos da água. No âmbito de uma bacia hidrográfica, o plano estabelece a política de água na bacia, orientando os usos da água e estabelecendo as prioridades de ação do Comitê de Bacia.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída através da lei 9.433/97, estabelece os princípios e diretrizes para o setor de recursos hídricos, definindo como unidade de planejamento a bacia hidrográfica. Também define como instância superior o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica como colegiado de deliberação sobre os planos e estudos para as bacias hidrográficas.

Em nível estadual encontramos as leis 6.739 de 1985, cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos que foi alterado pela Lei 11. 508 de 2000, a lei 9.022 de 1993 que estabelece o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina e a lei 9.478 de 1994 que cria a Política Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina.

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Estado também criou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e tem os Comitês de Bacia Hidrográfica como instituição colegiada de deliberação sobre planos e ações na sua área de abrangência.

Segundo informações constantes no site da SDS (Janeiro, 2011), o Plano Estadual de Recursos Hídricos encontra-se em desenvolvimento, mas independentemente do Plano Estadual, várias bacias hidrográficas já possuem seus planos de recursos hídricos, em especial aquelas onde já se encontram

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



117



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

estabelecidos, segundo a lei federal e estadual, os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas.

A Gerencia de Planejamento de Recursos Hídricos, subordinada diretamente à Diretoria de Recursos Hídricos, compete à coordenação e promoção da gestão da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, visando o desenvolvimento sustentável do Estado.

Compete, ainda, especificamente:

- coordenar e promover as iniciativas voltadas para a criação, fortalecimento e capacitação dos comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas;
- promover a articulação e integração de ações entre os comitês de bacias hidrográficas e as Secretarias de Desenvolvimento Regional;
- prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos;
- gerenciar os processos referentes a serviços, estudos, projetos e programas financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos;
- acompanhar a Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e sugerir propostas modificadoras da legislação, sempre que se fizer necessária;
- articular com os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado;
- articular e coordenar a implementação de incentivos, inclusive financeiros, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;
- promover, articular e apoiar programas de educação ambiental no âmbito das bacias hidrográficas, visando o uso sustentável dos recursos hídricos;
- promover a coordenação da gestão por bacias hidrográficas nos assuntos referentes à recursos hídricos, meio ambiente e saneamento;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



118



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- auxiliar os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas nos processos de mobilização e articulação institucional necessários os enquadramentos dos corpos de água;
- desenvolver outras atividades que venham a ser determinadas pela Diretoria de Recursos Hídricos.

Já foram criados no Estado 20 comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas, a área do município de Catanduvas, situado na bacia do Rio Jacutinga, é atendida pelo comitê desta bacia.

Entende-se que as metas propostas no PMSB vem ao encontro das metas dos programas dos Planos de Bacia, ou seja, a partir da implementação dos programas e metas propostos nos Planos de Saneamento Básico, conseqüentemente se estará atendendo ao que é proposto nos Planos de Bacia Hidrográfica. É importante que sejam adotados os índices, parâmetros e normas onde existam os planejamentos disponíveis.

Recomenda-se que a partir da aprovação do PMSB municipal, seja este levado ao conhecimento do respectivo Comitê de Bacia ao qual pertence o município, para promover uma discussão mais afinada e eventuais ajustes de metas e programas, de forma a estar em harmonia com os respectivos Planos de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas.

Também será de fundamental importância esta articulação com o Comitê da Bacia, como elemento de apoio institucional e mobilizador para a captação de recursos financeiros para investimentos em saneamento básico nos municípios.

A seguir apresentam-se os setores identificados onde existe compatibilização com o Plano de Bacia do Rio Jacutinga

- **Setor Ambiental**

Plano da Bacia Hidrográfica	Plano Municipal de Saneamento Básico
Projeto de Recuperação Ambiental	Plano de recuperação de mata ciliar; Proteção dos mananciais
Quantidade/Qualidade da água	Controle de qualidade e aumento de reservação
Saneamento Básico	Tratamento de esgotos sanitários

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



119



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Setor Social**

Plano da Bacia Hidrográfica	Plano Municipal de Saneamento Básico
Infraestrutura	Sistema de Drenagem na Pavimentação de vias



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **12 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**



121



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **12 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Os elementos constantes do presente relatório compreendem a orientação para a estruturação do sistema de Gestão de Saneamento Básico no município de Catanduvas, alinhadas às exigências da Lei 11.447/2007 e do Decreto regulamentador 7.217/2010.

O modelo sugerido apresenta condições de aplicabilidade e foi concebido de forma a considerar as particularidades do município em especial quanto a sua estrutura técnica e administrativa.

O conteúdo deste relatório permitirá o balizamento para a tomada de decisão por parte do município a fim de atender as condições necessárias para a Gestão do Saneamento Básico.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



122



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **13. FASE VII – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



123



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **13. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG**

O PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico tem como objetivo orientar o desenvolvimento das ações de governo, sendo à base de informações para os processos de tomadas de decisão e adoção de políticas públicas neste setor.

A Fase VII do contrato tem como produto a criação de uma sólida infraestrutura de geo-informação para o acesso e permeabilidade das informações cadastrais e temáticas contidas no diagnóstico, prognósticos, programas e ações no apoio aos processos de gerenciamento do PMSB. Este relatório foi elaborado pela empresa Viageo, a qual construiu o sítio eletrônico (*site*) do PMSB.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



124



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **14. ESTRUTURAÇÃO CARTOGRÁFICA**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



125



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **14. ESTRUTURAÇÃO CARTOGRÁFICA**

Esta etapa tem como objetivo a sistematização, adequação e configuração dos principais elementos cartográficos constituintes do projeto SIG. Foram utilizados dados vetoriais oriundos da SDS, EPAGRI e IBGE e imagens em formato GEOTIFF do Satélite CBERS II HCR.

#### **Base Cartográfica**

Para a formação do mapa base do geoprocessamento foram abordados planos de informação contido na base cartografia plani-altimétrica nas escalas 1:50.000 e 1:100.000 do IBGE adquiridas a Epagri, limites das microbacias e regiões hidrográficas da SDS e limites físico-políticos do IPGE na escala 1:500.000.

#### **Base Cartográfica Específica**

Os elementos temáticos referentes ao levantamento as condicionantes CDP para o apoio ao desenvolvimento do diagnóstico e do Plano de Saneamento. Os elementos cadastrados são ocorrências pontuais classificadas segundo os setores de: Água, ou Esgoto, Resíduos ou Drenagem e respectivos marcadores Condicionante, Deficiência e Potencialidade;

#### **Imagens Orbitais e Ortofotos**

Incorporação de imagens orbitais CBERS II HCR georeferenciada obtidas do Site do INPE, disponíveis apenas para alguns municípios.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



126



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **15. ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO PROJETO SIG**



127





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **15. ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO PROJETO SIG**

Foram implementadas as estruturas de dados do projeto SIG, para o atendimento das demandas do PMSB. Nesta etapa estabeleceu-se a forma de acesso, formato de publicação do universo de informações cartográficas, literais e temáticas. Populou-se a base de dados com a base cartográfica e ortoimagens.

Foram efetuados a carga de dados dos levantamentos das demandas CDP realizados em campo de cada área de estudo: Sócio-Econômico e Ambiental, Coleta de Resíduos Sólidos, Esgoto, Abastecimento e Drenagem, bem como dos resultados na forma de prognósticos.

Definiu-se que o projeto SIG incorporaria todos os documentos relevantes aos planos, na forma de arquivos em associados à pesquisa dos municípios. Foi criada a estrutura para receber estas informações como segue:

- ✓ Participação Social;
- ✓ Diagnóstico;
- ✓ Prognóstico;
- ✓ Plano;

A partir destas informações foi criado um mapa base, consultas, “MapTips” e gráficos para acesso às informações do plano.

Foi realizado a instalação e configuração do SO – Sistema Operacional, SGDB – Sistema Gerenciador de Banco de Dados PostgreSQL, PostGIS, WeServer Apache, WMS Mapserver, procedimentos e scripts de consistência a serem utilizados pelas funções de gerenciamento do projeto em servidor do CIASC sendo este acessível para consulta e *download* no endereço eletrônico:

**<http://geopmsb.sds.sc.gov.br>**

Para facilitar o entendimento e o uso da ferramenta deverá ser consultado o item 5 – Manual do Usuário.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



128



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **16. GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO**



129



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **16. GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO**

#### **Implantação do Sistema SIG na WEB - VGWebMap**

O sistema disponibilizado aos usuários é um ambiente de geoprocessamento WEB, proporcionando acesso com controle seletivo de acesso às informações do Plano PMSB, na forma de funções de pesquisa, consultas, mapas temáticos e imagens.

A aplicação WEB tem como base o aplicativo VGWEBMAP desenvolvido nas linguagens Html, Dhtml, JavaScripts, CSS, AJAX e PHP, não requerendo a gravação de componentes especiais na máquina cliente como plugins, applets, servlets. O sistema tem como base tecnológica o MapServer, PostGRE SQL e PostGIS, sobre ambiente Linux, sendo o Cliente suportado no IE – Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.

O sistema servidor de aplicação tem licenciamento para uso dentro da estrutura administrativa da SDS, gestor do PMSB, sendo o cliente de uso ilimitado de número de usuários.

O sistema WEB possui as seguintes interfaces e funcionalidades, com controle seletivo de acesso a determinadas informações cadastrais, com no mínimo as funcionalidades descritas a seguir:

- ✓ Área de navegação normal, paralela e sobreposta para comparações temporais e temáticas;
- ✓ Navegação de mapas com recursos de ampliação (zoom in) e redução (zoom out), arrastamento do mapa em exibição a partir de um ponto indicado na vista (pan), enquadramento de área retangular definida interativamente, uso do “scroll” do mouse para zoom in/out;
- ✓ Pesquisa e consultas aos dados temáticos e específicos do plano;
- ✓ Gerador de gráficos;
- ✓ Informações de escala gráfica, coordenadas, legenda e mapa chave (localização da área de navegação);

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



130



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- ✓ Controles de visualização automática (por nível de zoom) das feições (mapa base) e ortofotos;
- ✓ Controle por categoria de usuários, para seu direcionamento a mapas temáticos e pesquisas específicas;
- ✓ Comandos de medição comprimento e áreas;
- ✓ Exportação de resultados de pesquisa para arquivos CSV;
- ✓ Localização de elementos através de seleção (simples ou múltiplas) de resultados de pesquisa;
- ✓ Publicação e impressão de mapas em formato A4 e A3 em retrato e paisagem;
- ✓ Interface de gerenciamento do sistema.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE

**AZIMUTE**  
CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA

131



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

- Base de Dados

Tabela 1: Schema Cartografia

epagri_a_grid	epagri_localidade	
epagri_adutora	epagri_lt_de_energia	
epagri_aeroporto	epagri_mancha_urbana	
epagri_afioramento_rochoso	epagri_marco	
epagri_alagados	epagri_massa_de_agua	
epagri_area_de_trabalho	epagri_microbacias	
epagri_areas_especiais	epagri_mina	
epagri_bacia_hidrografia_pol	epagri_municipio	
epagri_bairro	epagri_oleoduto	
epagri_baixio	epagri_pais	
epagri_banco_de_areia	epagri_pedreira	
epagri_barragem	epagri_poco_de_agua	
epagri_cais	epagri_ponte	
epagri_caixa_de_agua	epagri_ponto_cotado	
epagri_campo_de_pouso	epagri_ponto_trigonometrico	
epagri_captacao_de_agua	epagri_porto	
epagri_cemiterio	epagri_praca_esportiva	
epagri_conj_habitacional	epagri_praia	
epagri_contorno_hd	epagri_prefixo_de_rodovia	
epagri_curso_de_agua	epagri_prop_lac	
epagri_curva_de_nivel	epagri_queda_de_agua	
epagri_depressao	epagri_recife	
epagri_duna	epagri_regioes_hidrograficas_pol	epagri_vias_urbanas
epagri_duvida	epagri_servicos	fatma_ferrovia_lin
epagri_escola	epagri_sigeo_pl_divis_hidro_pol	fatma_hidrografia_lin
epagri_est_de_trat_de_agua	epagri_substacao	fatma_hidrografia_pol
epagri_estacao_ferroviaria	epagri_tanque_combustivel	fatma_transporte_lin
epagri_estado	epagri_torre_comunicacao	ibge_mu
epagri_farol	epagri_tunel	ibge_mu_gg
epagri_ferrovia	epagri_unid_habitacional	ibge_uf
epagri_igreja	epagri_usina_hidreletrica	ibge_uf_gg
epagri_ilha	epagri_viaduto	sc
epagri_industria	epagri_vias_interurbanas	sds_macrobacias
epagri_limite_construtivo	epagri_vias_urbanas	sds_regioes_hidrografica
epagri_linha_de_comunicacao		

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE









## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL






































### Base de Dados

Tabela 2: Schema PMSB

 plano_dados	postgres
 plano_dados_apa	postgres
 plano_opcoes	postgres
 plano_populacao	postgres

### Base de Dados

Tabela 3: Schema PUBLIC

 cad_apa
 cad_cdp
 cad_cdp_tmp
 cad_consortio
 category
 feature
 geometry_columns
 maps
 mscatalog
 spatial_ref_sys
 ugcategory
 ugcommand
 ugfeature
 ugjoin_cat
 ugmap
 uhtable_cat
 vg_app
 vg_articulacao
 vg_ass_aplicativo
 vg_ass_grupo_aplicativo
 vg_ass_grupos
 vg_ass_pdfs
 vg_ass_status_intermediario
 vg_ass_usuarios
 vg_favoritos
 vg_form_edit
 vg_log
 vg_log_edit
 vg_marcadores
 vg_pdfs_cancelados
 vg_pdfs_problema
 vg_pdfs_verifica_erros
 vg_pesquisa
 vg_pesquisa_icon
 vg_qbuilder
 vg_thm
 vg_thm_layer

**ENGEVIX**


CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE




133



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL














 vg\_usuario

 vg\_usuario\_admin

### Base de Dados

### Ortoimagens

Tabela 4: Ortoimagens

	CBERS_2B_HRC_20080408_159_E_130_4_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080408_159_E_130_5_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080608_156_B_130_2_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080611_155_B_130_1_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080701_157_C_129_5_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080701_157_C_130_1_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080701_157_C_130_2_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080819_158_C_130_1_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080819_158_C_130_2_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20080825_156_C_130_2_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20090315_158_B_130_3_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20090315_158_B_130_4_L2_BAND1.tif
	CBERS_2B_HRC_20090419_155_A_130_2_L2_BAND1.tif

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



134



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**17 MANUAL DO USUÁRIO**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



**AZIMUTE**  
CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA

135

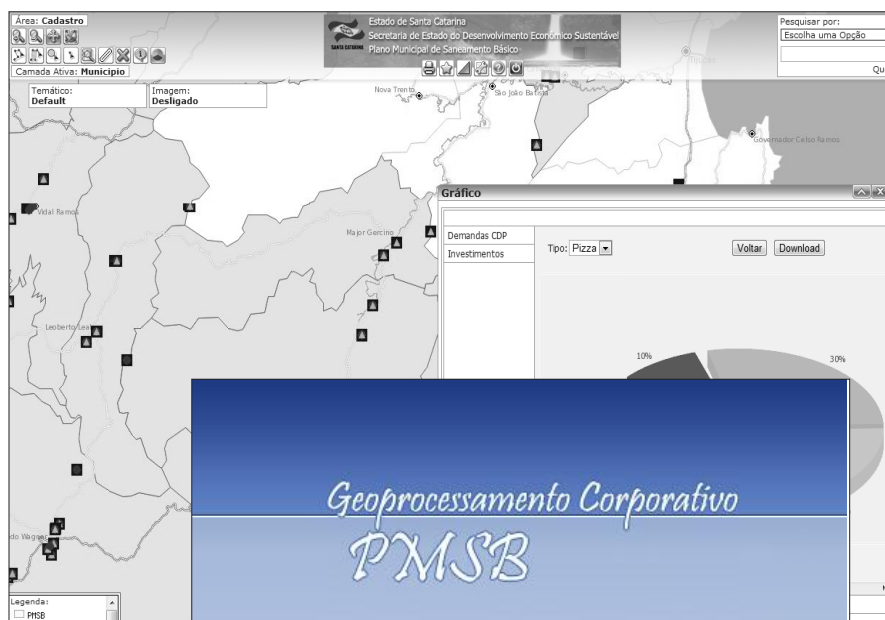




## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### 17. MANUAL DO USUÁRIO

#### Geoprocessamento Corporativo Plano Municipal de Saneamento Básico

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



136



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### Layout do Sistema

Ao entrar no sistema Geo PMSB, este deve ser o visual inicial. Você pode navegar pelo mapa de Santa Catarina. Sobre o mapa, existem camadas de informação com as seguintes definições:

#### Legenda:

-  PMSB
-  Limite Municípios
-  Santa Catarina
-  Mancha Urbana
-  Rios
-  Caminho
-  Rua
-  Trilha
-  Estrada
-  Rodovia Estadual
-  Rodovia Federal
-  Drenagem
-  Condicionantes
-  Deficiências
-  Potencialidades

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



137



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

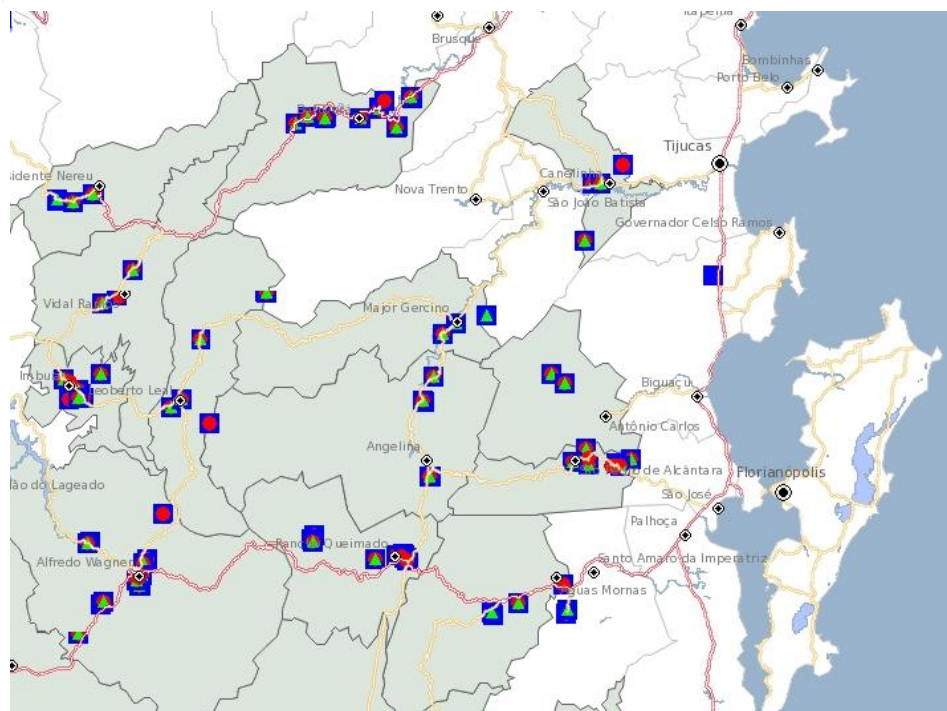


Figura 5 - Imagem geral do PMSB

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



138



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Para poder obter as informações referentes às camadas do mapa, inicialmente devemos definir que camada desejamos extrair as informações. Para isso, clique no botão **Camada Ativa** que se encontra no lateral esquerda superior da tela:



Figura 6 - seleção de camadas

Define-se então que camada estará ativa para visualização de informações. Para isso, após selecionar uma das opções de camada ativa (Município, Localidade, APA), selecione a ferramenta **Informação**. Após selecionado, passe o mouse pelas áreas de seu interesse e uma nova janela abrirá com os respectivos dados daquele ponto. Por exemplo: Selecionamos primeiramente a camada ativa de APA. Após isso, clicamos no botão informação e navegamos até a cidade de Antônio Carlos. Deixamos o ponteiro do mouse sobre um dos pontos de APA (podem estar marcados como Condicionantes, Deficiências ou Potencialidades). Ao parar o mouse sobre um dos pontos, a janela de informação abrirá como mostra a figura abaixo:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



139



Figura 7 - Janela de Informações

O mesmo funciona para aquisição de informações dos municípios e localidades, quando selecionado a opção de camada ativa referente aos mesmos.

#### • Pesquisa

Na aba superior, encontra-se o menu de consulta **Pesquisar por**, na lateral direita. É possível pesquisar por diferentes informações. São elas: Demandas/Municípios, Município, Prognóstico e Projeção Populacional. Cada item terá uma característica particular de consulta. Colocando a informação desejada na caixa de busca, clique na lupa para fazer a pesquisa.

Em qualquer uma das categorias de pesquisa, quando mantêm-se a caixa de busca em branco, o software busca por todos os itens da base de dados:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



140



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Resultado da(s) Pesquisa(s)

(Demandas/Mu...)

1 - 100 de 752 resultados para (Demandas/Município)

1 2 3 4 5 6 7 8 ≥

Geocodigo	Município	Categoria	Classe	Título	Descrição	Area	Meso_regiao	Micro_regiao
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial	Urbano	Vale do Itajaí	Ituporanga
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	ETA	ETA	Urbano	Vale do Itajaí	Ituporanga
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio	Urbano	Vale do Itajaí	Ituporanga
4200200	Agrolândia	SR5	C	Aterro	Aterro Sanitario Localizado em Lages	Rural	Vale do Itajaí	Ituporanga
4200309	Agronômica	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial: Rio do Sul	Urbano	Vale do Itajaí	Rio do Sul
4200309	Agronômica	SAA	CDP	ETA	ETA	Urbano	Vale do Itajaí	Rio do Sul
4200309	Agronômica	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio	Urbano	Vale do Itajaí	Rio do Sul
4200309	Agronômica	SR5	C	Aterro	Aterro Sanitario Localizado em Lages	Rural	Vale do Itajaí	Rio do Sul
4200606	Águas Mornas	SAA	CDP	Captacao 2	Captacao Superficial 2	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200606	Águas Mornas	SAA	CDP	ETA 2	ETA 2	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200606	Águas Mornas	SAA	CP	Reservatorio 1	Reservatorio 1	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200606	Águas Mornas	SR5	CDP	Triagem	Centro de triagem	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200606	Águas Mornas	SR5	CD	Lixao	Antigo Lixao	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200606	Águas Mornas	SR5	C	Aterro	Aterro Sanitario Localizado em Biguaçu	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial 1	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	ETA	ETA 1	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio 1	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial 2	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	ETA	ETA 2	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio 2	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial 3	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	ETA	ETA 3	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	ETA	ETA 4	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio 3	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio 4	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio 5	Urbano	Grande Florianópolis	Tabuleiro
4200705	Alfredo Wagner	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial 4	Rural	Grande Florianópolis	Tabuleiro

Figura 8 - Busca por Todos os Dados

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Nesta nova janela com os itens listados, existe uma diversidade de filtros de busca que podem ser ativados. Clicando com o mouse direito sobre os dados da planilha, é possível criar um filtro específico com base em um dos itens. Outra forma de filtrar os resultados é clicando com o botão direito sobre os itens da primeira linha da planilha (os títulos de cada coluna). Uma nova busca poderá ser feita com base naquele título escolhido.

*Exemplo do primeiro caso:*

1 - 100 de 752 resultados para (Demandas/Município)

Geocodigo	Município	Categoria	Classe	Título	Descrição
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	ETA	ETA
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio

Filtrar por: ETA

Figura 9 - Filtro de item específico

*Exemplo do segundo caso:*

1 - 100 de 752 resultados para (Demandas/Município)

Geocodigo	Município	Categoria	Classe	Título	Descrição	Área
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial	Urbano
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	ETA	ETA	Urbano
4200200	Agrolândia	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio	Urbano
4200200	Agrolândia	SRS	CDP	Pro Sanitario Localizado em Lages	Pro Sanitario Localizado em Lages	Rural
4200309	Agronômica	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial: Rio do Sul	Urbano

Figura 10 - Filtro por título

### • Pesquisa por Demanda/Município

Na pesquisa por demanda/município, é possível buscar pelo município desejado e posteriormente alterar a foto da infraestrutura selecionada. Exemplo:

1. Selecione a pesquisa por: "Demandas/Município"

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE







## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

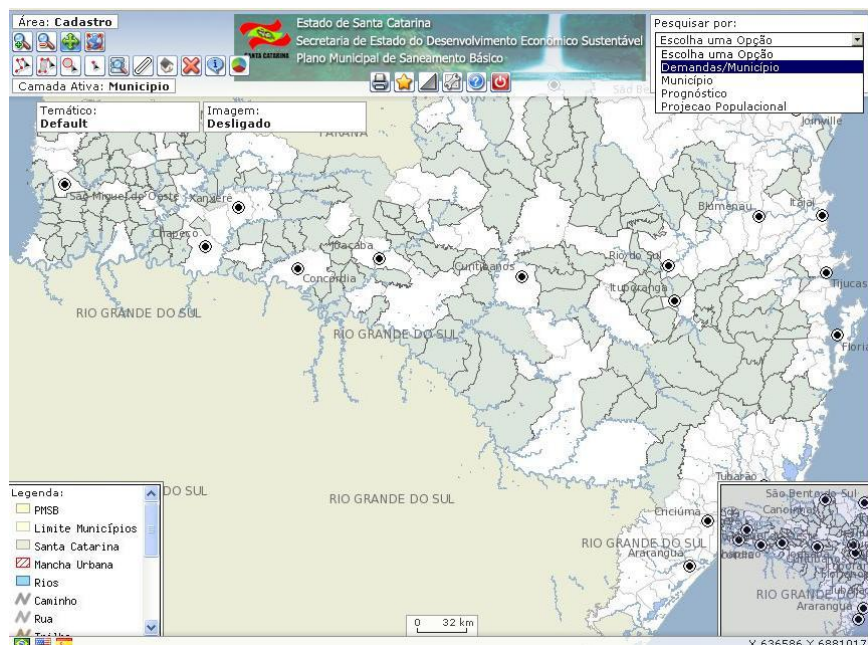



Figura 11 - Busca por demanda



Figura 12 - Campo de pesquisa

Preencha o campo de pesquisa com o município desejado e clique na lupa para efetuar a pesquisa.

Na busca pelas demandas também é possível adicionar fotos para cada item. Selecione a demanda desejada clicando no ícone  para acrescentar a foto. Parando com o mouse sobre o ícone, aparecerá a primeira foto referente àquela demanda.


**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



143





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Área: Cadastro

Temático: Default

Imagem: Desligado

Camada Ativa: Município

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Piano Municipal de Saneamento Básico

Pesquisar por:

Demandas/Município

Ascurra

Query Builder

Resultado da(s) Pesquisa(s)

Ascurra(Dema...

1

1 - 8 de 8 resultados para Ascurra (Demandas/Município)

Geocod	Município	Categoria	Classe	Título	Descrição	Área	Meso_regiao	Micro_regiao
42017	3	Ascurra	SAA	CDP	Captacao	Captacao Superficial: Rio Itajaí Acu	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				CDP	ETA	ETA	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				CDP	Reservatorio	Reservatorio	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				D	Alagamento	Ponto de Alagamento (galeria) - Centro	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				D	Alagamento	Ponto de Alagamento - Bairro Vila Nova	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				D	Alagamento	Ponto de Alagamento - Bairro Vila Nova	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				C	Lixao	Antigo Lixao - Bairro Estacao	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau
				CDP	Aterro	Aterro Sanitario localizado em Timbo	Urbano	Vale do Itajaí Blumenau

1

Legenda

- PHSB
- Limite
- Santa Catarina
- Mancha Urbana
- Rios
- Caminho
- Rua

X 621866 Y 6773497

Figura 13 - Listagem de fotos

Clique no botão “**Selecionar arquivo..**” escolha a foto desejada em seguida clique no botão “**Salvar**”, retornara mensagem acima avisando se foi salvo com sucesso ou erro caso exista alguma irregularidade, os formatos aceitos são: “jpg”, “png” e “gif”.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



144



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



Figura 14 - Adicionando fotos

- **Pesquisa por Município:**

Na pesquisa por município, será possível visualizar alguns dados gerais sobre os municípios do estado. Quando se busca por um município, ele será listado em uma nova janela com suas informações específicas. Nesta janela, é possível também localizá-lo dentro do mapa geral do estado, clicando sobre o botão **Localizar**, o qual é ilustrado com um binóculo.

Nesta etapa, é possível ter acesso as fotos relacionadas ao município específico, assim como o acesso ao Planos de Fases.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



145



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

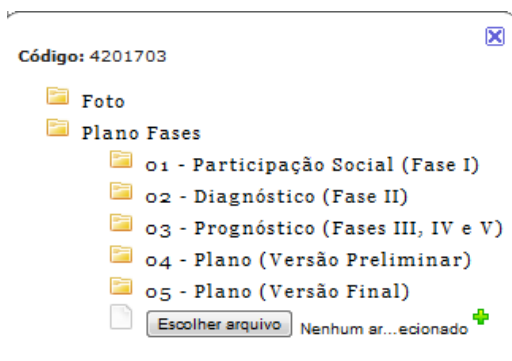


Figura 15 - Pesquisa por  
Município/fotos/plano/fase

Em cada uma destas pastas, como mostra a figura acima, é possível entrar com os dados específicos, fazendo um upload de uma pasta local. Clique no botão **Escolher Arquivo..** para cada um dos itens e uma janela de explorar as pastas locais deve abrir. Para as Fotos, lembramos que devem ser arquivos “.png”, “.jpg” e “.gif”, e para os Planos Fases arquivos “.pdf”.

- **Pesquisa por Prognóstico**

Na busca por prognóstico, poderá ser feita a consulta por município ou setor. Pode ser feito a listagem geral deixando a caixa de busca em branco, e filtrar os resultados sobre a planilha, clicando com o botão direito do mouse, como comentado anteriormente:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



146



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

**Resultado da(s) Pesquisa(s)**

**Ascurra(Prog...**

1 - 100 de 108 resultados para **Ascurra (Prognóstico)**

Setor	Origem	Prazo	Atividade	Município
SAA PROJEÇÕES IMEDIATA			Substituição de Hidrômetros para renovação do parque de	
SAA PROJEÇÕES IMEDIATA			Investimento em ampliação e substituição da rede de abastecimento e 2.631m de substituição	
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Ampliação da capacidade de tratamento de	
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Investimento em Ligações com Hidrômetro p/ atendimento (275 novos hidrômetros)	
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Substituição de Hidrômetros para renovação do parque de Hidrômetros (substituir 937)	Ascurra
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Investimento em ampliação e substituição da rede de abastecimento de água (6.011m de ampliação e 5.521m de substituição)	Ascurra
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Investimento em ampliação da capacidade de reservação (400 m³)	Ascurra
SAA PROJEÇÕES	CURTO PRAZO		Investimento em abastecimento de água na área rural (Atendimento de 21 famílias)	Ascurra
SAA	CDP	CURTO PRAZO	Elaboração de campanhas periódicas, programas ou atividades com a participação da comunidade	Ascurra
SAA	CDP	CURTO PRAZO	Continuidade do programa de controle de perdas	Ascurra
SAA	CDP	CURTO PRAZO	Monitoramento de água bruta e tratada	Ascurra

Atividade:

Descrição:

OK

Figura 16 - Pesquisa por prognóstico

Quando listado o prognóstico desejado, é possível editá-lo através da ferramenta **Editar Prognóstico**. Clique sobre o botão e uma nova janela abrirá com todas as informações do prognóstico. É possível editar o formulário com suas características e **associar demandas**. Clique em **Salvar** para finalizar o processo.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

**Plano Municipal de Saneamento**

Categoria: SAA  
Prazo: IMEDIATA  
Origem: PROJEÇÕES  
Atividade: Substituição de Hidrômetros para renovação do parque d  
Período inicial: 2011 Período final: 2013

**Implantação Plano - Município**

Obs.:  
Status: Iniciada Percentual: Selecione...  
Valor: 67053.7  
Data inicial: Data final:

**Demandas CDP Associadas**

Demandas: 990 SAA - Captação - Captação Superfície

Salvar

Figura 17 - Editando o prognóstico

- **Pesquisa por Projeção Populacional**

A busca por projeção populacional poderá ser feita pelos Municípios do estado. Escolhendo o município de interesse, uma nova janela surgirá, com as estatísticas populacionais para os próximos anos.

- **Gráficos**

No menu de ferramentas, selecione o botão ilustrado com o gráfico de pizza:



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



Figura 18 - Botão de Gráficos

Uma janela abrirá com dois tipos de consulta: **Demandas CDP** e **Investimentos**.

### **Demandas CDP:**

Clicando sobre a opção Demandas CDP, uma janela de consulta abrirá:

Figura 19 - Janela de consulta por demandas

O primeiro passo é escolher o tipo de categoria de pesquisa que deseja, na primeira opção da janela. Ao selecionar uma das categorias, como na figura acima a qual foi selecionado a **SAA**, já será possível gerar um gráfico geral daquela categoria para todo o estado, clicando em **Gerar Gráfico** (deixando em branco os outros itens). Um gráfico deverá ser gerado como a figura 06:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

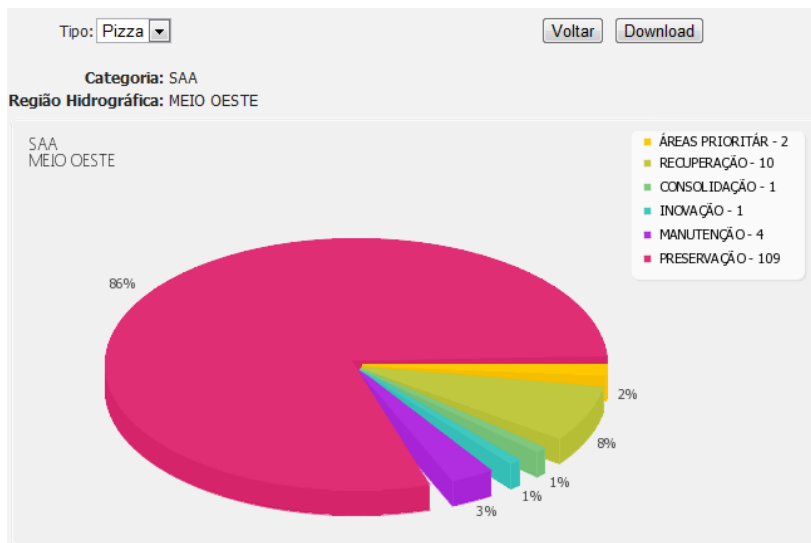


Figura 20 - Gráfico demandas CDP

Nesta etapa, é possível visualizar as informações de acordo com sua consulta. Junto ao gráfico de pizza, estarão informados os valores em percentual de cada um dos itens da categoria. No canto direito, uma legenda especificando cada item da categoria, sua respectiva cor no gráfico e seus valores decimais. Na parte superior da janela, existe a possibilidade de alterar o gráfico de pizza para o de barra, como mostra a figura abaixo:





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

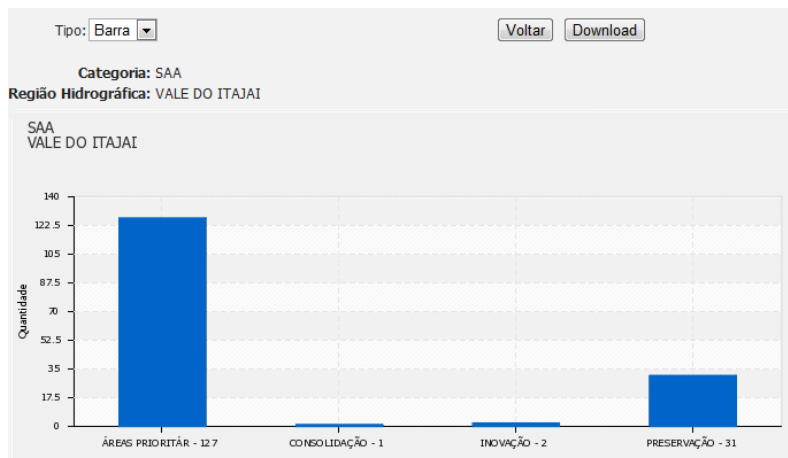


Figura 21 - Gráfico em Barras

Nos dois casos, é possível gerar um arquivo de imagem (.png) dos mesmos, clicando em **Download** no canto superior direito da tela, ou clique em **Voltar** caso queira aplicar uma nova consulta.

Ao escolher uma das categorias na consulta, é possível também especificar (filtrar) os dados do gráfico de acordo com sua Região Demográfica, Bacia Demográfica e Município, nesta ordem. Assim, se escolhida uma região demográfica, também será possível gerar um gráfico da mesma somente, sem definir uma bacia ou um município. O mesmo funciona para a opção de Bacia Hidrográfica. Já para opção de **Municípios**, é possível fazer uma consulta pelas cidades, e gerar um gráfico relativo a somente aquelas cidades escolhidas:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



151





## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

The screenshot shows a web application window titled 'Gráfico'. On the left is a sidebar with two options: 'Demandas CDP' and 'Investimentos'. The main area contains several dropdown menus: 'Categoria:' set to 'SAA', 'Região Hidrográfica:' set to 'BAIXADA NORTE', and 'Bacia Hidrográfica:' set to 'Bacia do Rio Araranguá'. Below these is a 'Município:' section with a search bar and a list of two items: '4207809 Irani' and '4216800 São José do Cerrito', each with a red 'X' button to its right. At the bottom of the main area is a button labeled 'Gerar gráfico'.

Figura 22 - Consulta por Municípios

Para isso, na janela de municípios, clique no botão **Pesquisar** e selecione o município desejado a partir da lista, podendo buscá-lo pelo seu código ou nome, utilizando a ferramenta no topo da janela. Ao selecionar um dos municípios, ele permanecerá listado na janela. Se quiser acrescentar mais um para a lista, clique no botão **Pesquisar** novamente e selecione outro de seu interesse. Ele será listado junto ao anterior na janela de consulta. Caso seja necessário eliminar um dos municípios de sua consulta, clique no botão **Excluir**. Com os municípios de interesse listados na janela de consulta, clique em **Gerar Gráfico**. Este novo gráfico informará os dados acumulados dos diferentes municípios.

**Investimentos:** A criação de gráficos de investimentos funciona da mesma forma que a de demandas CDP. Selecione a categoria desejada, entre **SAA**, **SDU**, **SES** e **SRS**. É possível então gerar um gráfico geral (Clique no botão **Gerar Gráfico**) dos investimentos para cada uma das quatro categorias, ou então definir sua consulta por municípios e gerar um gráfico de investimentos específico, com os municípios que forem selecionados.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



152



Figura 23 - Consulta gráfica por investimento

No gráfico de investimentos, os valores percentuais de investimento relativos aos valores (em Reais) gastos para os quatro itens da legenda: **Longo Prazo, Curto Prazo, Médio Prazo e Imediata.**

- Planilhas para Excel / BrOffice

Para gerar um arquivo de texto de extensão “.CSV” (informações separadas por uma vírgula) de um resultado de busca, basta clicar no ícone em destaque:



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Resultado da(s) Pesquisa(s)**

Canelinha(De...

1

1 - 6 de 6 resultados para Canelinha (Demandas/Município)

Geocodigo	Município	Categoria	Classe	Título	Descrição	Area	Meso_regiao	Micro_regiao
4203709	Canelinha	SAA	CDP	Captacao	Captacao superficial	Urbano	Grande Florianópolis	Tijucas
4203709	Canelinha	SAA	CDP	ETA	ETA	Urbano	Grande Florianópolis	Tijucas
4203709	Canelinha	SAA	CDP	Reservatorio	Reservatorio	Urbano	Grande Florianópolis	Tijucas
4203709	Canelinha	SRS	CDP	Triagem	Centro de Triagem	Urbano	Grande Florianópolis	Tijucas
4203709	Canelinha	SRS	CD	Lixao	Antigo Lixao	Urbano	Grande Florianópolis	Tijucas
4203709	Canelinha	SRS	C	Aterro	Aterro Sanitario Localizado em Biguacu	Rural	Grande Florianópolis	Tijucas

Figura 24 - Geração de arquivos .csv

- Impressão

A impressão dos dados de planilha poderá ser feita a partir do botão **Imprimir**

**Resultado da(s) Pesquisa(s)**

(Projecao Po...

1 2 3 4 5 ≥

1 - 100 de 480 resultados para (Projecao Populacional)

Geocodigo	Nome	Ano	Total	Urbana
4201703	Ascurra	2011	7038	6177
4201703	Ascurra	2012	7085	6218

Figura 25 - Impressão



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **18. BIBLIOGRAFIAS**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



155



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

### 18. BIBLIOGRAFIAS

ASSEN, Marcel Van. Modelos de gestão. 2 Ed. São Paulo, Pearson Hall, 2010.

BARROS, Maria Elizabeth D. **A política de saúde pós IX CNS**. In: Seminário A Saúde que queremos. Aracaju: CONASEMS, 1992. Não publicado.

BORJA, Patrícia Campos. **O conceito de sustentabilidade dos serviços de saneamento**: controvérsias e ambigüidades. Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, x, Braga – Portugal, 16 a 19 de Setembro de 2002. *Anais* Braga: apesb/aprh/abes, 2002. 1 cd.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de Saúde no Brasil**. Participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: FASE; IBAM, 1995.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Celats, 1988.

JÚNIOR, Alexandre Castro; SILVA, Alexandre Caetano. Fortaleza, expressão Gráfica Editora, 2006.

MORAES, Luiz Roberto Santos; BORJA, Patrícia Campos. **Política e Plano de Saneamento Ambiental**: experiências e recomendações. Brasília. Setembro de 2005.

MORAES, Luiz Roberto Santos; BORJA, Patrícia Campos. Política e **Regulamentação do Saneamento na Bahia**: situação atual e necessidade de arcabouço jurídico-institucional. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental 21., 2001, João Pessoa. *Anais...* Rio de Janeiro: ABES, 2001. 1 CD-ROM. 19p.

MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA FILHO, Abelardo de. Política e **Regulamentação do Saneamento no Brasil**: Análise Contemporânea e

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



156



## SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Perspectivas. In: Simpósio Luso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, IX. 2000, Porto Seguro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABES/APRH, 2000. 1 CD. p. 1848-1859.

MOTA, Carolina. Saneamento Básico no Brasil – Aspectos Jurídicos da Lei Federal nº 11.445/07. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

PEREIRA, Tatiana Dahmer; PORTO, Hélio R. Leite. **Controle social e cidadania**: a construção coletiva de modelos alternativos de gestão. Rio de Janeiro, s.d. Não publicado.

PORTO, Maria de Fátima Melo Maia. **Educação ambiental**: conceitos básicos e instrumentos de ação. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente; DESA/UFGM, 1996.

SILVA, Lúcia. **Controle social**: que o Estado cumpra o seu dever e o cidadão o seu direito. In: Seminário A Saúde que queremos. Aracaju: CONASEMS, 1992. Não publicado.

MUKAI, Toshio. Saneamento Básico – Diretrizes Gerais, comentários à Lei 11.445 de 2007. *Rio de Janeiro*: Lumen, 2007.

WALTON, M; DEMING, W.E. The Deming Management method. Nova York, Dood, 1986.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



157



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **19. ANEXOS**



158



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

### **19. ANEXOS**

Minuta de Lei municipal para implementação da Política Municipal de Saneamento Básico.

**LEI Nº XXX de XX de XXXXXX de XXXXX**

**Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.**

XXXXXXXXXXXXXXXXX, Prefeito do Município de Catanduvas.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Catanduvas, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **• DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

##### **Seção I**

##### **• Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** - A política municipal de saneamento básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, disciplinando as diretrizes, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: ações técnicas e socioeconômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



159





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - salubridade ambiental: estado de qualidade ambiental capaz de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

III - gestão associada: associação voluntária de Entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

IV - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

V - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

IX – consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



160



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

X - destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XII - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XIII - manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XIV - limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

XV - tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, diminuição ou eliminação de resíduos ou poluentes, propiciando à redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a diminuição ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XVI - tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

**Art. 3º** - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

**Parágrafo Único** - A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



161



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Art. 4º** - Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

**Art. 5º** - Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

**§ 1º** - O Município poderá adotar a logística reversa em relação aos resíduos sólidos.

**§ 2º** - Observado o disposto no parágrafo anterior, os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

- a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração; e
- b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta;

II - ao Município, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana; e
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

- a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;
- b) desenvolver e implementar tecnologias que absorva ou elimine de sua produção os resíduos sólidos reversos;
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
- d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



162



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;

b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e

c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

**§ 3º** - A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;

IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

**§ 4º** - Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana, em conformidade com o disposto no artigo 6º desta Lei, deverão ser disponibilizados pelo Município em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno para seu ciclo ou outro ciclo produtivo.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



163



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**§ 5º** - O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

**§ 6º** - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

**§ 7º** - A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento.

**§ 8º** - A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas, considerando a natureza do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

**Art. 6º** - Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do “caput” do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do “caput” do art. 2º desta Lei;

III - de varrição de praças, áreas e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades.

### **Seção II**

#### **• Dos Princípios da Política Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 7º** - A Política Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com base nos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



164



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

### **Seção III**

#### **• Dos Objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 8º** - A Política Municipal de Saneamento Básico visará:

I - contribuir para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



165



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental as populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VIII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

### **Seção IV**

#### **• Das Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 9º** – São diretrizes da política municipal de saneamento básico:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



166



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI - estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre Entes federados;

XII – educação ambiental.

### **Seção V Do Exercício da Titularidade**

**Art. 10** - O Município, ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



167





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Art. 11** - O Município executará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar o plano de saneamento básico, nos termos desta Lei;

II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o órgão ou entidade responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso V do “caput” do art. 2º desta Lei;

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

**Art. 12** - A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do município depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

**§ 1º** - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo:

I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

II - os convênios e outros atos de delegação celebrados até o dia 6 de abril de 2005.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



168



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**§ 2º** - A autorização prevista no inciso I do § 1º deste artigo deverá prever a obrigação de transferir ao Município os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.

**Art. 13** - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

**§ 1º** - Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

**§ 2º** - Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do “caput” deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

- a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
- b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
- c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



169



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º - Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º - Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do “caput” e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

**Art. 14** - Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1º - A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

§ 2º - O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o “caput” deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



170



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

**§ 3º** - Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2º deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

**§ 4º** - No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o “caput” deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

### **Seção VI Da Prestação Regionalizada**

**Art. 15** - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

**Art. 16** - Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



171



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

I - por órgão ou entidade de Ente da Federação a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre Entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público de direito público integrado pelos Municípios titulares dos serviços.

**Parágrafo Único** - No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o “caput” deste artigo, o Município poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

**Art. 17** - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços.

**Art. 18** - O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

**Art. 19** - Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos.

**Parágrafo Único** - A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

### **Seção VII**

#### **• Da Regulação e Fiscalização**

**Art. 20** - O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



172



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Art. 21** - São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

**Art. 22** - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



173



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 1º - A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º - As normas a que se refere o “caput” deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º - As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

**Art. 23** - Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

**Art. 24** - Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os Municípios poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

**Art. 25** - Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º - Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o “caput” deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º - Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

**Art. 26** - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º - Excluem-se do disposto no “caput” deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



174



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**§ 2º** - A publicidade a que se refere o “caput” deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de *site* mantido na rede mundial de computadores - internet.

**Art. 27** - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

- I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;
- II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
- III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;
- IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

### **Seção VIII Dos Aspectos Econômicos e Sociais**

**Art. 28** - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

**§ 1º** - Observado o disposto nos incisos I a III do “caput” deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



175





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

**§ 2º** - Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

**Art. 29** - Observado o disposto no art. 28 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

**Art. 30** - Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos, serão:

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



176



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

**Art. 31** - As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

**Art. 32** - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

**Art. 33** - Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

**Art. 34** - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



177



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 1º - As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvido o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º - Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º - A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

**Art. 35** - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

**Parágrafo Único** - A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

**Art. 36** - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º - As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



178



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 2º - A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do “caput” deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

**Art. 37** - Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

**Art. 38** - Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º - Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º - Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º - Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

### **Seção IX Dos Aspectos Técnicos**

**Art. 39** - A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

**Art. 40** - O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º - A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o “caput” deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2º - A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

**Art. 41** - Ressalvadas as disposições em contrário das normas do Município, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º - A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

**Art. 42** - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

### **CAPÍTULO II**

#### **• DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

##### **Seção I**

##### **Da Composição e dos Instrumentos**

**Art. 43** - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



180



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

**Art. 44** - O Sistema Municipal de Saneamento Básico, constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no Município, fica assim estruturado:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico , órgão colegiado deliberativo e consultivo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo, diretrizes de políticas governamentais para o saneamento básico e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões pertinentes ao saneamento básico;

II - Órgão Gestor: órgão municipal, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico;

III - Órgão de Regulação: órgão municipal ou intermunicipal, com a finalidade de promover a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV - Órgãos Executores: órgãos e entidades municipais responsáveis pelos serviços de saneamento básico, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico, pela execução de programas, projetos e pelo controle e avaliação das atividades de saneamento básico.

**Art. 45** - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III – Fórum Municipal de Saneamento Básico

IV - Plano Municipal de Saneamento Básico;

V - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

### **Seção II**

- **Do Conselho Municipal de Saneamento Básico**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



181



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Art. 46** - Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão de composição paritária, com representação do Poder Público e entidades não governamentais ligadas ao saneamento, constituído pelos seguintes membros:

I - Representantes governamentais, das seguintes Unidades Administrativas:

- a) Gabinete do Prefeito Municipal;
- b) Secretaria de Planejamento;
- c) Secretaria da Saúde;
- d) Secretaria da Educação;
- g) Secretaria de Obras;

II - Representantes de entidades não governamentais, contemplando:

- a) Representante das empresas prestadoras de serviço, via contratos ou convênios;
- b) Representante de Organizações não governamentais ambientais;
- c) Representante de entidades empresariais;
- d) Representante dos Clubes de Serviço; e
- e) Representante das Instituições de Ensino Superior existente na região.

§ 1º - O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º - O mandato dos conselheiros não-governamentais será de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 47** - A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos em seu Regimento Interno.

**Parágrafo Único** - A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e por um Secretário Executivo, eleito entre os membros do Conselho Municipal.

### **Seção III**

#### **Da Conferência e do Fórum Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 48** - A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento básico em localidades e bairros.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



182



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Art. 49** – O Fórum Municipal de Saneamento Básico visa a avaliação integrada do Saneamento Básico a fim de propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**§ 1º** – O primeiro Fórum será convocada pelo Chefe do Poder Executivo em até cento e oitenta (180) dias após a publicação desta Lei, e as demais a cada período máximo de dois anos, por convocação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**§ 2º** - A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saneamento Básico será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

**§ 3º** - A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio.

### **Seção IV**

#### **• Do Plano Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 50** - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano municipal, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

**§ 1º** - O plano municipal de saneamento básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



183





## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

§ 2º - O plano municipal de saneamento básico deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração ou revisão do Plano Plurianual.

§ 3º - Será assegurada ampla divulgação das propostas do plano de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 4º - A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

§ 5º - O plano municipal de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do Município.

§ 6º - Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 15 desta Lei.

§ 7º - O primeiro plano de saneamento básico será elaborado no prazo máximo de um ano após a vigência desta Lei, de forma participativa, podendo contemplar módulos específicos para cada serviço.

§ 8º - O plano de saneamento de que trata o “caput” deste artigo, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

### **Seção V**

#### **• Do Fundo Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 51** - Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, vinculado à Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente, destinado a financiar, isolada ou complementarmente, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os programas do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta Lei.

§ 1º - Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I – recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da política e do plano municipal de saneamento básico;

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



184



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

III - recursos provenientes de doações, convênios, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V - recursos resultantes da aplicação de penalidades pertinentes ao saneamento básico, administrativas e judiciais;

VI – receitas dos serviços de saneamento básico, exceto aquelas auferidas por autarquia municipal ou consórcio público, ou da remuneração de concessões, permissões ou delegações efetivadas pelo titular;

VII – outros recursos.

**§ 2º** - As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão ordenadas pelo Secretário Municipal da Unidade Administrativa ao qual esteja vinculado, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**§ 3º** - A supervisão do Fundo Municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira.

**§ 4º** - O Fundo especial de que trata este artigo substitui e sucederá de pleno direito o Fundo Municipal de Investimentos em Saneamento Ambiental – FUNSAN, criado pela Lei nº 3.218, de 22/12/2003.

**§ 5º** - O produto dos recolhimentos financeiros será depositado em conta especial e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, em agência de banco oficial, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas deste Fundo Municipal.

**§ 6º** - O Orçamento e a Contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico obedecerão às normas e princípios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**§ 7º** - A escrituração do Fundo Municipal de Saneamento Básico será executada pela Contabilidade Geral do Município e o plano de contas manterá consonância com a contabilidade pública.

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



185



## **SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

- **Seção VI**

- **Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico**

**Art. 52** - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

**Parágrafo Único** - As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de *site* mantido na rede mundial de computadores - internet.

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 53** - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até cento e oitenta (180) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 53** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 54** – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Catanduvas, em XX de XXXXX de XXXX.

**Prefeito**

**ENGEVIX**

CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE



186

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 62/2015

DECRETO N. 62/2015

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DECRETO QUE CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAXAMBU DO SUL SUL-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no inciso IV, do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o recebimento do ofício n. 032/2015 de 18 de junho de 2015, acompanhado da nova resolução do Conselho Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o decreto n. 50/2015 que convocou a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 25 de Junho de 2015, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026".

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### DECRETO 63/2015

DECRETO N. 63/2015

"CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAXAMBU DO SUL SUL-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no inciso IV, do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

Considerando, a Resolução n. 005/2015 de 17 de junho de 2015, encaminhada pelo Presidente do CMAS Sr. Oberdan Tomasi;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 25 de Junho de 2015, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de junho de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA N.º12/2015 DE 19/06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº12/2015 de 19/06/2015.

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.008 de 23.12.99 e Lei Complementar nº041, de 07.12.2009.

RESOLVE:

CONVOCAR PARA SERVIÇO OFICIAL OBRIGATÓRIO

Elaine Aparecida Franz da Silveira ocupante do cargo de Contadora, em férias de acordo com a Portaria nº11/2015 de 11/06/2015, para serviço oficial obrigatório no dia 23/06/2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 19 de junho de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Materiais de Enfermagem e Odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 02/07/2015.

Abertura: Dia 02/07/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 19 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/ FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e equipamentos Odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 25/05/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 55.076,10 (cinquenta e cinco mil e setenta e seis reais e dez centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 32/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: NESCAU PRODUÇÕES LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/PMCS/2015

INEXIDIBILIDADE Nº 03/PMCS/2015

Objeto: O presente Contrato tem como objetivo a realização por parte do CONTRATADO de 01 (uma) apresentação artística da dupla intitulada CLAUS E VANESSA, a ser realizada dentro das seguintes especificações:

- Evento: III Cocalfest.

- Data: 26/09/2015.

- Local: Parque de Eventos.

- Cidade / Estado: Cocal do Sul/SC.

- Horário de início: 23h30min.

- Duração da apresentação: Aproximadamente 1 hora e quinze minutos.

Assinatura: 09/06/2015

Vigência: Início: 09/06/2015/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.39.99 (99).

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 33/2015/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: HERCÍLIO DE MATTIA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/PMCS/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/PMCS/2014

Objeto: Aquisição de mobiliário sob medida (marcenaria e pedras), destinado para prédios públicos do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/06/2015

Vigência: Início: 09/06/2015 Término: 22/10/2015

Valor: R\$ 8.371,00 (oito mil trezentos e setenta e um reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da atividade
07.01.2.011.4.4.90	50	Manutenção da Educação Básica
07.02.2.019.4.4.90	75	Manutenção do Departamento de Esportes
05.01.2.006.4.4.90	17	Manutenção dos Serviços Administrativos
08.01.2.046.4.4.90	95	Manutenção da Sec. de Agricultura e Abastecimento
09.01.2.035.4.4.90	110	Manutenção da Sec. de Obras, Transp. e Serviços
11.01.2.024.4.4.90	56	Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade
11.01.2.027.4.4.90	46	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica
11.01.2.027.4.4.90	48	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica
11.01.2.027.4.4.90	50	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de equipamentos diversos, com recursos do FMDD - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos, para atender às necessidades do projeto "Segurança Pública: Polícia Investigativa e de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas" da Polícia Civil (Delegacia Regional de Polícia de Fronteira Concórdia – DRP – Fron de Concórdia) e do projeto "Aparelhamento de Modernização do Núcleo Integrado de Perícias de Fronteira de Concórdia – Setores de Criminalística – Identificação e Medicina Legal" do Instituto Geral de Perícias – IGP, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado.

Informações complementares, o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) e na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 19 de junho de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015 – PMC

Obras e Serviços de Engenharia

REPUBLICADO

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), para complementação e finalização da construção da quadra coberta com vestiários no Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, situado na Rua Aurélio Guedes, Bairro Industriários, neste município com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FNDE – PAC 2.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 07/07/2015, às 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 10/07/2015, ÀS 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/07/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 13/07/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov](http://www.concordia.sc.gov).

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 19 de junho de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 120/2015 -PMC

Contrato Nº : 120/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALVEMAR ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2015

Objeto : a) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou estruturas pré-moldadas de concreto, para construção de 3 (três) Galpões e estrutura para caixa d'água em regime de empreitada global (material e mão de obra);b) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou irrigação e drenagem para construção de cisterna, em regime de empreitada global (material e mão de obra);2.1.1. As obras deverão ser executadas no Parque de Exposições, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D e E do Edital.

Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 07/08/2015

Assinatura : 09/06/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

### EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 226/2014 -PMC

Contrato Nº : 226/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 44/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de dados através de fibra óptica em 100Mbps full para o Município de Concórdia objetivando interligação entre o Data Center do Centro Administrativo, situado à Rua Leonel Mosele, 62, e a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Marechal Deodoro, 1280, Edifício Golden Office, 2º andar, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 05/06/2015 Término: 08/06/2016

Assinatura : 05/06/2015

Valor R\$: 5.722,44 (Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903997000000.01010000

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001



**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 424/2014 -PMC**

Contrato Nº : 424/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço unitário (material e mão de obra) objetivando a reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, localizada na Rua Santa Ana, Distrito de Santo Antônio, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 06/08/2015

Assinatura : 02/06/2015

Valor ACRESCIDO R\$ : 39.053,51 (Trinta e Nove Mil, Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Um Centavos)

Valor SUPRIMIDO R\$ : R\$13.175,00 (treze mil e cento e setenta e cinco reais)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

Dotação : 337 - 06.002.1004.344905198000000.03360000

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 87/2015 -PMC**

Contrato Nº : 87/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) Para execução de Reforma do Primeiro Pavimento do Edifício do Centro Administrativo Municipal, e adequações das áreas externas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 17/09/2015

Assinatura : 15/06/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905107000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.1009.344905107000000.03390002

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 304/2014 -PMC**

Contrato Nº : 304/2014

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 02/11/2015

Assinatura : 02/06/2015

Valor R\$ : 443.711,94 (Quatrocentos e Quarenta e Três Mil, Setecentos e Onze Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 396/2014 -PMC**

Contrato Nº : 396/2014

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 05/06/2015 Término: 02/09/2015

Assinatura : 05/06/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 166/2011 -PMC**

Contrato Nº : 166/2011/2011

Aditivo Nº : 6TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 20/2011

Objeto : Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 14/06/2016

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$ : 96.141,00 (Noventa e Seis Mil e Cento e Quarenta e Um Reais)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903401000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO CONCESSÃO Nº 4/2015 -PMC**

Contrato Nº : CC 04/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SOCIEDADE DE BOCHAS 1 DE SETEMBRO

Licitação : Inexigibilidade 2/2015

Objeto : Concessão de direito real de uso da área de terras de 5.000,00m2, sem benfeitorias, sito em Linha 1º de Setembro, no primeiro distrito deste Município e Comarca, confrontando: ao norte, na extensão de 50 metros, com a estrada que vai ao Rio Jacutinga, ao Sul, na extensão de 50 metros, com o mesmo lote nº 38, ao Oeste numa extensão de 100 metros com a estrada de Linha 1º de Setembro, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 35.290, Livro nº 3 - "AG".

Vigência : Início: 11/06/2015 Término: 10/06/2030

Assinatura : 11/06/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2015 -PMC**

Contrato Nº : 156/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GL BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP

Licitação : Pregão Presencial 52/2015

Objeto : Aquisição de peças e serviços para conserto do motor do caminhão basculante VW 11.140, PMC 080, conforme requisição ao compras nº 1385/2015 e 1386/2015 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 01/07/2015

Assinatura : 01/06/2015

Valor R\$: 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903039000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903919000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2015 -PMC**

Contrato Nº : 157/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA -ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2015

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obras em regime de empreitada global (material e mão de obra), para reforma do CRAS a ser instalado na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, Bairro Guilherme Reich, Município de Concórdia - SC neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 29/09/2015

Assinatura : 01/06/2015

Valor R\$: 96.970,07 (Noventa e Seis Mil, Novecentos e Setenta Reais e Sete Centavos)

Dotação : 138 - 09.001.1010.344905107000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2015 -PMC**

Contrato Nº : 158/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia visando a elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Concórdia, SC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 01/06/2015 Término: 27/01/2016

Assinatura : 01/06/2015

Valor R\$: 48.840,00 (Quarenta e Oito Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903905000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2015 -PMC**

Contrato Nº : 159/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CETEM CENTRO DE ESTUDOS TEMÁTICOS DE AD. PÚBLICA LTDA - ME

Licitação :

Objeto : Contratação de empresa para realização de curso sobre a

Lei 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, para os servidores a realizar-se nos dias 15 e 16 de junho de 2015.

Vigência : Início: 03/06/2015 Término: 03/07/2015

Assinatura : 03/06/2015

Valor R\$: 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais)

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2015 -PMC**

Contrato Nº : 160/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2015

Objeto : Aquisição de uma retroescavadeira nova, para ampliação da frota da SEMADRA, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814235/2014/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA, com contrapartida do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 05/06/2015 Término: 04/08/2016

Assinatura : 05/06/2015

Valor R\$: 204.500,00 (Duzentos e Quatro Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.344905240000000.01340000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2015 -PMC**

Contrato Nº : 161/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ISEMAC-OBRA DE MONTAGEM INDUSTRIAL E METÁLICAS LTDA-ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento e instalação de baias em aço galvanizado e baias, cochos e corredores, em madeira, para os alojamentos de animais no Parque de Exposições durante a realização da feira agropecuária EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 06/10/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 88.114,00 (Oitenta e Oito Mil e Cento e Quatorze Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2015 -PMC**

Contrato Nº : 162/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MATRAM MADEIRAS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento e instalação de baias em aço galvanizado e baias, cochos e corredores, em madeira, para os alojamentos de animais no Parque de Exposições durante a realização da feira agropecuária EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 06/10/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 64.655,28 (Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2015 -PMC**

Contrato Nº : 163/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : WAGNER LUIZ ROSSI 06434631944

Licitação : Inexigibilidade 25/2015

Objeto : Fornecimento de refeições na quantidade aproximada de 600 (seiscentas) unidades para servidores da Secretaria Municipal de Transportes quando em serviço nas localidades de Engenho Velho e Terra Vermelha.

Vigência : Início: 09/06/2015 Término: 08/06/2016

Assinatura : 09/06/2015

Valor R\$: 9.132,00 (Nove Mil e Cento e Trinta e Dois Reais)

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2015 -PMC**

Contrato Nº : 164/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CONFECÇÕES GURI LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 57/2015

Objeto : Contratação de empresa para confecção e fornecimento de bonés, aventais e chapéus para utilização na XXIX Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, que será realizada durante a Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 08/09/2015

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 22.182,00 (Vinte e Dois Mil e Cento e Oitenta e Dois Reais)

Dotação : 93 - 07.001.2025.333903023000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2015 -PMC**

Contrato Nº : 165/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 59/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de instalação de infraestrutura de redes sem fio, com manutenção, suporte, cabeamento, link internet e provimento de acesso à internet e demais equipamentos necessários, dentro dos limites geográficos da Praça Dogello Goss e Rua Coberta Leonel Mosele. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 09/06/2016

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 46.800,00 (Quarenta e Seis Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903997000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2015 -PMC**

Contrato Nº : 166/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : COMÉRCIO DE DOCES ROSITO LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 51/2015

Objeto : Aquisição de 81 metros de bolo e 310 kg pães francês, Copos, pratos e garfos descartáveis para comemoração dos 81 anos de emancipação política administrativa do Município de Concórdia. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 08/09/2015

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 448,80 (Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2015 -PMC**

Contrato Nº : 167/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 51/2015

Objeto : Aquisição de 81 metros de bolo e 310 kg pães francês, Copos, pratos e garfos descartáveis para comemoração dos 81 anos de emancipação política administrativa do Município de Concórdia. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 08/09/2015

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 612,00 (Seiscentos e Doze Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2015 -PMC**

Contrato Nº : 168/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : NAIBO E CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 51/2015

Objeto : Aquisição de 81 metros de bolo e 310 kg pães francês, Copos, pratos e garfos descartáveis para comemoração dos 81 anos de emancipação política administrativa do Município de Concórdia. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 08/09/2015

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 43.948,00 (Quarenta e Três Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2015 -PMC**

Contrato Nº : 169/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS VOOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 9/2015

Objeto : Aquisição de mobiliários a serem utilizados nas Unidades Escolares da Rede Municipal conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 09/08/2016

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 11.700,00 (Onze Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905242000000.01360000

Dotação : 69 - 06.004.2018.344905242000000.01360000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2015 -PMC**

Contrato Nº : 170/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 9/2015

Objeto : Aquisição de mobiliários a serem utilizados nas Unidades Escolares da Rede Municipal conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/06/2015 Término: 09/08/2016

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 54.239,00 (Cinquenta e Quatro Mil e Duzentos e Trinta e Nove Reais)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905242000000.01360000

Dotação : 69 - 06.004.2018.344905242000000.01360000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2015 -PMC**

Contrato Nº : 171/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 56/2015

Objeto : a Contratação de empresa para locação e instalação de coberturas tipo autoportantes e lona tipo piramidal, para colocação no espaço da feira agropecuária, FENAL, praça de alimentação e espaço da agricultura familiar, durante a Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 10/09/2015

Assinatura : 12/06/2015

Valor R\$: 100.000,00 (Cem Mil Reais)

Dotação : 92 - 07.001.2024.333903914000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2015 -PMC**

Contrato Nº : 172/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES DELLABONA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 42/2015

Objeto : contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação, SDR e contrapartida do Município.

Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 12/06/2015

Valor R\$: 24.600,00 (Vinte e Quatro Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 336 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2015 -PMC**

Contrato Nº : 173/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : RAISA TURISMO EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 42/2015

Objeto : contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação,

SDR e contrapartida do Município.

Vigência : Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 12/06/2015

Valor R\$: 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)

Dotação : 336 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2015 -PMC**

Contrato Nº : 174/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ERNESTO FAGUNDOS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 27/2015

Objeto : Prestação de serviços artísticos para show completo e colocado do Grupo "Os Fagundes", com estrutura de som, luzes e palco, a ser realizado durante a programação de Aniversário do Município, a ser realizado no dia 29 de julho de 2015, na Rua Co-bertha, localizada neste município.

Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 14/08/2015

Assinatura : 15/06/2015

Valor R\$: 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

**EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 427/2014-PMC**

Contrato Nº : 427/2014

Aditivo Nº : 1/2015

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 27/2014

Objeto : Aquisição de um veículo de passeio, novo, com recursos oriundos do Convênio nº 792311/2013, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa e a aquisição de um veículo pesado, tipo caminhão, e contratação de empresa para fabricação de carroceria em madeira, novos, com recursos oriundos do Convênio com o Ministério do Trabalho - SENAES, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 18/12/2014 Término: 17/02/2016

Assinatura : 10/06/2015

Valor R\$: 32.510,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos e Dez Reais)

**RESOLUÇÃO 026 DE 12 DE JUNHO DE 2014 -CMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

e-mail: cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 026 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social – Ano/2015, apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2015 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e considerando a proposta do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) para manutenção dos serviços de ação continuada para o exercício de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social/SUAS, referente ao ano de 2015.

I – Serviços de Proteção Social Básica e Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, no que se refere à previsão de atendimento físico da Gestão e dos Serviços; previsão de financiamento da Gestão e dos Serviços e o resumo executivo.

Art. 2º - Após análise da documentação apresentada pelo Órgão o Conselho Municipal de Assistência Social, deliberou pela aprovação do Plano da Ação do cofinanciamento federal referente ao ano/2015. O Conselho avaliou que com os recursos do cofinanciamento, possibilitará ao município qualificar os serviços e programas prestados, bem como oportunizará o acesso de um número maior de usuários que necessitam da Política Pública de Assistência Social. Possibilitará ao município o planejamento e a transparência na aplicação dos recursos, bem como a maior otimização dos mesmos na prevenção e investimento no âmbito da Assistência Social. Manifestamos que no município ha necessidade de destinação de mais recursos para a Proteção Social Básica, bem como maior flexibilidade na aplicação dos mesmos em investimento.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 11 de junho de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 025, DE 11 DE JUNHO DE 2015.**

RESOLUÇÃO CMAS nº 025, de 11 de junho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de fevereiro, março e abril/2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere inciso I, do Art. 2º e Art. 4º da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

RESOLVE:

Art. 1o. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de fevereiro, março e abril/2015, planilhas anexas.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 11 de junho de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

ANEXO RESOLUÇÃO Nº 025/2015	
Relatório de Receitas e Despesas FMAS fevereiro/2015	
Receitas	R\$
Convênios FNAS / Complexidade	26.692,67
Paif / Básica	12.000,00
Apae especial média compl.	11.530,40
IGB-BF - Gestão	3.162,27
Rendimento de aplicação financeira	3.156,50
Recursos próprios	134.000,00
Total de Receitas	163.849,17
Despesas Gestão	R\$
Adiantamento	500,00
Materiais de Consumo	6.984,56

Copias - Locação de copiadoras Pro Cópia	312,56
Material de Expediente - Pastas - PBF	6.450,00
Carimbos	222,00
Publicações Legais	1.954,38
Publicações legais - Certa Editora / PR Imprensa	1.954,38
Locação de software	2.425,72
IPM	602,30
Precisa Gestão e Tecnologia	1.823,42
Total de Despesas Gestão	11.864,66
Despesas da Proteção Social Básica	R\$
Generos de Alimentação	8.954,00
Devolução de recurso Benefícios eventuais	1.246,05
Apas	3.000,00
Materiais de Consumo	3.827,48
Higiene e Limpeza	320,00
Brinquedos	2.071,48
Combustíveis Lamonato	335,00
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	1.101,00
Investimento	555,96
04 DVD	555,96
Serviços	26.531,44
Charline Equoterapia	4.854,50
Transportes Hello - Transportes de Alunos Cras, Equoterapia, C.C. Itaiba	8.397,00
Seguro Obrigatorio - Gol Cras	172,41
Mega Escola - (Oficinas educat. Cursos Cras, e Centros de Convivencia)	13.107,53
Total de Despesas Básica	44.114,93
Despesas da Proteção Social de Média Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	4.343,63
Repasse a Convênio Apae	10.000,00
Conserto de telhas e forro	9.952,11
Investimento	4.315,99
01 Celular para plantão social	199,00
01 fogão de piso a gás	1.119,00
01 ar condicionado	2.500,00
01 Furadeira	497,99
Materiais de Consumo	44.460,11
Higiene e Limpeza	195,00
Brinquedos	8.130,11
Aquisição de 5.000 cadernos para distribuição	35.450,00
Lamonato Combustíveis	645,00
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	40,00
Serviços	4.542,41
Mega Escola - (Oficinas educat. Cursos Cras, e Centros de Convivencia)	2.370,00
Refeições "Caminho da Roça" para usuarios	2.000,00
Seguro Obrigatorio - Doblo	172,41
Total de Despesas Média Complexidade	77.614,25
Despesas da Proteção Social de Alta Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	4.727,00
Aric	12.000,00
Materiais de Consumo	850,00
Higiene e Limpeza	406,00
Lamonato Combustíveis	224,00
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	220,00
Serviços	27.341,70
Seguro Obrigatorio - Gol	172,41
Cuidadores - RG Serviços	27.169,29
Total de Despesas Alta Complexidade	44.918,70
Total Geral de Despesas	178.512,54
Resumo	R\$
Saldo Anterior	659.276,00
Total de Receitas	163.849,17
Total de Despesas	-178.512,54
Saldo do Mês (=)	644.612,63
Relatório de Receitas e Despesas FMAS março/2015	
Receitas	R\$
Convênios FNAS / Complexidade	39.500,00
Paefi / Media	12.500,00



Vinculos / Basica	27.000,00
Rendimento de aplicação financeira	3.911,42
Recursos próprios	134.000,00
Total de Receitas	177.411,42
Despesas Gestão	R\$
Diarias - Garbossa / Darine	1.152,68
Adiantamento - pequenas despesas	188,60
Materiais de Consumo	390,44
Copias - Locação de copiadoras Pro Cópia	330,44
Materiais para Manutenção de Bens moveis	60,00
Serviços	3.000,00
Treinamento - Precisa Gestão	3.000,00
Locação de software	2.727,06
IPM	903,64
Precisa Gestão e Tecnologia	1.823,42
Total de Despesas Gestão	7.458,78
Despesas da Proteção Social Básica	R\$
Generos de Alimentação	7.230,28
Inscrições de cursos ARW em Chapeco - tematica "Abuso Sexual"- Cras	517,13
Alimentos para distribuição gratuita	29.400,00
Passagens para vulneraveis	536,43
Convênios	25.900,00
Umamc	3.400,00
Voluntarios	2.200,00
Scaf	17.400,00
Apas	2.900,00
Investimento	1.770,00
02 Lavadoras de Roupa	1.770,00
Materiais de Consumo	24.826,98
Manutenção de veiculos	474,85
Combustiveis Lamonato	380,00
Livros	845,77
Brinquedos	21.974,36
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	1.152,00
Locação	1.715,00
Locação de Equipamentos Acessuas Trabalho/Pronatec	1.715,00
Serviços	21.110,78
Charline Equoterapia	10.291,54
Transportes Hello - Transportes de Alunos Cras, Equoterapia e C.C. Itaiba	7.955,77
Mega Escola - (Oficinas educat. Cursos Cras, e Centros de Convivencia)	2.863,47
Total de Despesas Básica	113.006,60
Despesas da Proteção Social de Média Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	4.750,00
Transportes de servidores em cursos	320,00
Inscrições de cursos ARW em Chapeco - tematica "Abuso Sexual" - Creas	1.034,25
Convênios	23.457,88
Apae	23.457,88
Materiais de Consumo	7.731,71
Lamonato Combustiveis	520,00
Brinquedos	6.520,39
Manutenção de veículos	531,32
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	160,00
Total de Despesas Média Complexidade	37.293,84
Despesas da Proteção Social de Alta Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	4.502,00
Meia Diaria - Claudia	100,50
Convênios	6.800,00
Sociedade casa de Apoio Mão Solidaria	3.000,00
Acrif	3.800,00
Materiais de Consumo	775,00
Lamonato Combustiveis	320,00
Materiais para Manutenção de Bens imoveis	455,00
Serviços	28.213,95
Manutenção de veículos	385,02
Cuidadores - RG Serviços	27.828,93
Total de Despesas Alta Complexidade	40.391,45
Total Geral de Despesas	198.150,67
Resumo	R\$

Saldo Anterior	644.612,63
Total de Receitas	177.411,42
Total de Despesas	-198.150,67
Saldo do Mês (=)	623.873,38

Relatório de Receitas e Despesas FNAS abril/2015	
Receitas	R\$
Convênios FNAS / Complexidade	0,00
Paefi / Media	0,00
Vinculos / Basica	0,00
Rendimento de aplicação financeira	3.310,91
Recursos próprios	134.000,00
Total de Receitas	137.310,91
Despesas Gestão	R\$
Auxilio Funeral	580,72
Materiais de Consumo	4.750,68
Cópias e impressões - Locação de copiadoras Pro Copia	415,68
Assinatura de Jornal	450,00
Materiais para Manutenção de Bens moveis Bat. Telefone	60,00
Copa, cozinha / higiene e limpeza	1.675,00
Instalação de climatizadores	2.150,00
Publicações Legais	1.066,60
Publicações legais - Certa Editora / PR Imprensa / RBS - Zero Hora	1.066,60
Locação de software	2.713,51
IPM	890,09
Precisa Gestão e Tecnologia	1.823,42
Total de Despesas Gestão	9.111,51
Despesas da Proteção Social Básica	R\$
Generos de Alimentação	11.655,35
Alimentos para distribuição gratuita	2.262,00
Folha de pagamento funcionario	1.863,03
Passagens para vulneraveis	169,98
Convênios	14.300,00
Umamc	3.400,00
Voluntarios	2.200,00
Scaf	8.700,00
Apas	0,00
Investimento	520,00
01 Liquidificador 4 litros - Industrial	520,00
Materiais de Consumo	1.937,04
Combustiveis Lamonato	304,04
Brinquedos	1.538,00
Materiais para Manutenção de Bens moveis	95,00
Locação	1.715,00
Locação de Equipamentos Acessuas Trabalho/Pronatec	1.715,00
Serviços	24.897,31
Charline Equoterapia	12.136,25
Transportes Hello - Transportes Cras, Equoterapia, C.C. Itaiba e Estados	12.580,86
Desratização	180,20
Total de Despesas Básica	59.319,71
Despesas da Proteção Social de Média Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	5.193,00
Convênios	9.200,00
Apae	9.200,00
Materiais de Consumo	1.452,31
Lamonato Combustiveis	777,41
Brinquedos	139,90
Bens Imoveis - Conserto de janela e portão / vidros janelas	535,00
Serviços	410,54
Desratização	180,00
Publicidade e propaganda - Foco	230,54
Total de Despesas Média Complexidade	16.255,85
Despesas da Proteção Social de Alta Complexidade	R\$
Generos de Alimentação	5.749,20
Convênios	30.800,00
Sociedade casa de Apoio Mão Solidaria	3.000,00
Acrif	3.800,00
Recanto do Idoso- Aric	24.000,00

Materiais de Consumo	466,52
Lamonato Combustiveis	466,52
Serviços	27.828,93
Cuidadores - RG Serviços	27.828,93
Total de Despesas Alta Complexidade	64.844,65
Total Geral de Despesas	149.531,72
Resumo	R\$
Saldo Anterior	623.873,38
Total de Receitas	137.310,91
Total de Despesas	-149.531,72
Saldo do Mês (=)	611.652,57



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP 33/2015**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 68/2015

Pregão Presencial n. 33/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material permanente manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Fundo da Assistência Social.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 03/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### **EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP 34/2015**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 69/2015

Pregão Presencial n. 34/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material didático pedagógico, material de copa e cozinha e material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Educação.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 03/07/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 03/07/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 18 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 124, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 124, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO DE AMPLIAÇÃO DE HORAS EXTRAS A SEREM EXECUTADAS PELOS OCUPANTES DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 040/2014 e,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública e da legalidade;

Considerando a necessidade de manter a continuidade de eficiência para desenvolvimento de serviço público;

Considerando o acúmulo de horas extras realizadas pelos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente devido à realização do serviço de silagem para os agricultores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de ampliação da quantidade de horas-extras a serem executadas pelos servidores ocupantes do cargo de Operador de Máquina, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para até 60 horas/mês, até 31 outubro de 2015, com efeitos retroativos a partir de 31 de maio de 2015.

Art. 2º Fica a cargo do responsável pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 16 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 125 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 125 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO AVISO PÚBLICO Nº 003/2015 – ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO – PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 038/2013 de 03/12/2013 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

#### NOMEAR:

Art. 1º Para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelo Aviso Publico nº 003/2015, para o preenchimento de vaga de Professor área III - Artes, em caráter temporário, os servidores a seguir relacionados:

I – Daniela Smaniotto;

II – Verlani Pelisser;

III – Marcos Antonio Marmentini;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os trabalhos relativos ao Aviso Publico e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 16 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

# Corupá

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 895/15**

DECRETO Nº 895/15

DISPÕE SOBRE A COMEMORAÇÃO DE 118 ANOS DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Município de Corupá completará no próximo dia 07 de Julho (terça-feira), 118 anos de fundação da cidade;

CONSIDERANDO que o aniversário do Município é uma data da qual ocorrem eventos festivos, com a especial participação da população;

CONSIDERANDO que a data comemorativa será em uma terça-feira;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que a ACIAC (Associação Empresarial e Industrial de Corupá) solicitou junto ao Prefeito Municipal a mudança de data da comemoração da fundação do município.

DECRETA :

Art. 1º - Em face dos 118 anos de fundação do Município, a comemoração do dia 07 de Julho (terça-feira), ficará transferida para o dia 06 de Julho (segunda-feira).

Art. 2º - Fica decretada a data de comemoração no dia 06 de julho de 2015 (segunda-feira) no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Parágrafo único: Nas repartições públicas, na data citada no caput, não haverá expediente.

Art. 3º - As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 4º - Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade na terça-feira dia 07 de julho de 2015.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 892/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de Junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO526/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato526/2015

Contrato Nº.: 526/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Valor ..... : 8.860,00 (oito mil oitocentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Recursos ..... : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35),  
1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO539/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato539/2015

Contrato Nº.: 539/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda

Valor ..... : 8,38 (oito reais e trinta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 32/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 32/2015

Aos dezenove dias do mês de Junho de 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 32/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NA SECRETARIA, NUCLEOS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual

período, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

##### I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

##### II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Junho de 2015.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DETESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 02/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 18 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO521/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato521/2015

Contrato Nº.: 521/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor ..... : 4.937,36 (quatro mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 12/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VEÍCULO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO522/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato522/2015

Contrato Nº.: 522/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA  
Valor ..... : 11.530,58 (onze mil quinhentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VEÍCULO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO523/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato523/2015

Contrato Nº.: 523/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 4,10 (quatro reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO524/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato524/2015

Contrato Nº.: 524/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 8,00 (oito reais)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO525/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato525/2015

Contrato Nº.: 525/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA  
Valor ..... : 10,00 (dez reais)  
Vigência ..... : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO528/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato528/2015**

Contrato Nº.: 528/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 6.265,00 (seis mil duzentos e sessenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO529/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato529/2015**

Contrato Nº.: 529/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME  
Valor ..... : 3.940,00 (três mil novecentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015  
Recursos ..... : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.071.4.4.90.00.00.00.00.00 (63), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78), 2.064.4.4.90.00.00.00.00.00 (88), 2.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (92), 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (106)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO530/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato530/2015**

Contrato Nº.: 530/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM-CATARINA  
Valor ..... : 29.992,50 (vinte e nove mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 102/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.1.71.00.00.00.00.00 (117), 2.006.3.3.71.00.00.00.00.00 (118), 2.006.4.4.71.00.00.00.00.00 (119)

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO531/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato531/2015**

Contrato Nº.: 531/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 747,00 (setecentos e quarenta e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO532/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato532/2015**

Contrato Nº.: 532/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900  
Valor ..... : 290,00 (duzentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (45),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (98), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO533/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato533/2015**

Contrato Nº.: 533/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 404,40 (quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO534/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato534/2015**

Contrato Nº.: 534/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA  
Valor ..... : 20,00 (vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO535/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato535/2015**

Contrato Nº.: 535/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA  
Valor ..... : 35,00 (trinta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO536/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato536/2015**

Contrato Nº.: 536/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MAURILIO VIEIRA 67423000949  
Valor ..... : 107,00 (cento e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO537/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato537/2015**

Contrato Nº.: 537/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME  
Valor ..... : 298,75 (duzentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO538/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato538/2015**

Contrato Nº.: 538/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
Valor ..... : 4.198,00 (quatro mil cento e noventa e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2015  
Recursos ..... : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (106),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GABINETES COMPLETOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME DESCRIÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO540/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato540/2015**

Contrato Nº.: 540/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD  
Valor ..... : 214,10 (duzentos e quatorze reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO541/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato541/2015**

Contrato Nº.: 541/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 7.508,90 (sete mil quinhentos e oito reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 20/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E MAQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO542/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato542/2015

Contrato Nº.: 542/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME  
Valor ..... : 1.939,00 (um mil novecentos e trinta e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 20/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E MAQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO543/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato543/2015

Contrato Nº.: 543/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 2.222,40 (dois mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 20/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E MAQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO544/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato544/2015

Contrato Nº.: 544/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MAURILIO VIEIRA 67423000949  
Valor ..... : 300,00 (trezentos reais)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO545/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato545/2015

Contrato Nº.: 545/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA  
Valor ..... : 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO E SETOR DE PRODUTOR RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO546/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato546/2015

Contrato Nº.: 546/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME

Valor ..... : 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO E SETOR DE PRODUTOR RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO547/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato547/2015

Contrato Nº.: 547/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
Valor ..... : 18,30 (dezoito reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, AEROPORTO, TERMINAL RODOVIÁRIO E PRAÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO548/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato548/2015

Contrato Nº.: 548/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 177,61 (cento e setenta e sete reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS,

AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO549/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato549/2015

Contrato Nº.: 549/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 177,61 (cento e setenta e sete reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO550/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato550/2015

Contrato Nº.: 550/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
Valor ..... : 1.073,02 (um mil e setenta e três reais e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00

(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO551/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato551/2015

Contrato Nº.: 551/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor ..... : 776,45 (setecentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00  
(26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO552/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato552/2015

Contrato Nº.: 552/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME

Valor ..... : 323,57 (trezentos e vinte e três reais e cinquenta

e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00  
(26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO553/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato553/2015

Contrato Nº.: 553/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA

Valor ..... : 434,19 (quatrocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos)

Vigência ..... : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00  
(26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
CONTRATO Nº 014/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: : Carlos Brandão Santos

Objeto Locação de casa em alvenaria com área mínima construída de 125 m2 localizado na avenida Washington Luiz nº 483, centro, Dionísio Cerqueira SC para funcionamento do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas. - Valor R\$ 10.045,00 Origem: Processo 035/2015 Modalidade: DL nº 035/2015. Vigência: 18/06/2015 à 17/01/2016 Dionísio Cerqueira 18/06/2015

João Stahl – Gestor do FMS

### DECRETO 5414- DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES CONCURSO

DECRETO Nº 5.414/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso Público Edital nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79861	Angelica Dickel Fantinel	DEFERIDA
81279	Arnaldo Rasche Junior	DEFERIDA
80716	Edimar Elias Dias De Lima	DEFERIDA
83044	Ivone Edilaine Kafer Chini	DEFERIDA
80696	Juliano Vargas	DEFERIDA
80772	Rosani Cleci Barth	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81217	Claudia Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79308	Jonas Ansolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

79158	Josiane Andrea Franca	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79130	Luan Lucas Volpini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80649	Magali Biondo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83607	Marceli Aparecida Reinke	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79756	Priscila Cristina Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82492	Sandro Roque	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81040	Thiago Bertamoni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80657	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

### DECRETO 5415 - DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES EMPREGO

DECRETO Nº 5.415/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso para Emprego Público Edital nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83244	Aline Rubert	DEFERIDA
82280	Ana Paula Amaro	DEFERIDA
79364	Bruna Vanessa Hallvass	DEFERIDA
82974	Daniela Paula Da Silva Kureck	DEFERIDA
80401	Denise Maier	DEFERIDA
81908	Diego Rafael Barbosa	DEFERIDA
83289	Dulce Enilce Da Costa Poncio	DEFERIDA
82024	Fernanda Tatiane Da Silva	DEFERIDA
80784	Gezika Cristina Nunes Dresch	DEFERIDA
82790	Jessica T Lopes De Jesus	DEFERIDA
82996	Juliana Kophal	DEFERIDA
83422	Karoline Dias Cabral	DEFERIDA
82189	Kele Cristiane Eloy	DEFERIDA
82428	Lais Tatiane Pereira De Oliveira	DEFERIDA
83449	Leia Tania Da Costa	DEFERIDA
82676	Luiz Carlos Stroher	DEFERIDA
83416	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	DEFERIDA
82357	Marta Regina Woiciekoski Machado	DEFERIDA
83372	Matheus De Farias	DEFERIDA
80601	Mirian Elaine Da Costa	DEFERIDA
80805	Patricia Ines Cafer	DEFERIDA
83640	Rafaela De Moraes Carpes Do Nascimento	DEFERIDA
83063	Raquel Gomes Barbosa	DEFERIDA
83361	Renato Dalmas De Souza	DEFERIDA
83622	Shaiane Do Nascimento De Lima	DEFERIDA
80973	Tamyless Ramalho Pinheiro	DEFERIDA
82841	Vanusa Oliveira Carnetti	DEFERIDA
83654	Ygor Silva Pereira	DEFERIDA
EDUCADOR SOCIAL I - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82916	Guilhermina Da Silva	DEFERIDA
83136	Hamilton Aparecido Marques	DEFERIDA
82027	Jalme Santana De Figueiredo Junior	DEFERIDA
82220	Janete Penassol Dos Santos	DEFERIDA
82358	Keila Cieplak	DEFERIDA
83443	Lais Kasper	DEFERIDA
79166	Leonilde Bedin	DEFERIDA
83261	Maria Cristina Wagner	DEFERIDA
82176	Mayellin Lavall	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso para Emprego Público nº 001/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80164	Ana Carolina Correia De Almeida Balland	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81284	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

82754	Cristiane Debona	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80288	Cristina Sales Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81303	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82921	Deise Ially Ferderle Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79643	Devanira Maria Kohl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82295	Diane Aparecida Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81015	Edilaine Lopes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82597	Elis Rejane Carbonera	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80656	Felipe Gabriel Lopes Da Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80380	Gessica Adriane Maciel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80985	Gisele Almeida Brisola De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79827	Jennifer Da Rocha Waldruff	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80374	Jenyfer De Alcantara Pinheiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80366	Judite Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80179	Juliana Glovatzki Fim	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79345	Marcia Alves Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83561	Taiany Beatriz Belmonte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79716	Tauana Cristina Da Silva Moraes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80634	Thyana Andressa Kaisekamp Bino	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80660	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
EDUCADOR SOCIAL I - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82096	Denis Regina De Lima Do Sacramento	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

79578	Eliane Kollenberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80745	Everton Zanardi Schuler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79289	Fabiane Luzia Cassol Da Rocha	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79797	Jessica De Paula Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82759	Leonardo Henrique Belmonte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83295	Micheli Cristina Woiciekoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82405	Paula Juliana Aita De Sa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79299	Roseli Teresinha Egger Barrichello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81065	Solange Aparecida Paez Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79192	Vanesa Helfer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.

JEFERSON JONAS AVILA  
Secretário Municipal

## DECRETO 5416 - DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES SELETIVO

DECRETO Nº 5.416/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Processo Seletivo Edital nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 1) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81383	Amanda Da Costa Carvalho	DEFERIDA
80434	Ben-hur Luis Kaiser Correa	DEFERIDA
82934	Camila Staudt	DEFERIDA
79945	Elizane Samara Fritzen	DEFERIDA
79242	Erojane Gaije	DEFERIDA
82524	Ivone Teresinha Dos Santos	DEFERIDA
79493	Janete Luiza Pereira	DEFERIDA
80979	Marciane Lisbinski Nottar Jacoski	DEFERIDA
81024	Rosilda De Lima	DEFERIDA
80132	Tais Da Veiga Verona	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 2) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79480	Beatriz Falcade	DEFERIDA
82514	Cristina Da Rosa	DEFERIDA
82534	Franciele Ferreira	DEFERIDA
82152	Jedir Machado	DEFERIDA
83421	Marisane Salvador Pruciano	DEFERIDA
82175	Silvia Maiara Machado	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 3) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83511	Josimeire Bon	DEFERIDA
82627	Tatiane Schenkel Da Silva	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 4) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81695	Jessica Liciane Schenkel Roos	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 5) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81717	Julio Pedroso	DEFERIDA
83257	Romario Ivo Reichert	DEFERIDA
80116	Roseli Maria Wagner	DEFERIDA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 6) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82756	Adriana Beatriz Carlotto	DEFERIDA
82568	Eva Rodrigues	DEFERIDA
80024	Fabiana E Fatima Brites	DEFERIDA
82677	Idinei Gilvane Porsch	DEFERIDA
79901	Roselene Grassi Wagner	DEFERIDA
83454	Tieli Ana Funghetto	DEFERIDA

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80153	Adrieli Fernanda Biguilini	DEFERIDA
81722	Ana Claudia De Lara	DEFERIDA
81191	Ana Paula Vogt	DEFERIDA
80030	Camila Rocha Semioni	DEFERIDA
80437	Francieli Fernanda Biguilini	DEFERIDA
80815	Larissa Talita Ferreira	DEFERIDA
MOTORISTA (CAT. D) - Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80162	Adimilson Ritter Vargas	DEFERIDA
80767	Alicio Panzenhagen	DEFERIDA
80026	Daniel Detke	DEFERIDA
80075	Daniel Horacio Brites Schreiner	DEFERIDA
81354	Douglas Batista Cardona	DEFERIDA
83291	Edenir Lorenzo Poncio	DEFERIDA
79589	Elton Jose Eberhard	DEFERIDA
79932	Gilmar Barichello	DEFERIDA
81013	Gilnan De Souza	DEFERIDA
81596	Jandir De Farias	DEFERIDA
80020	Jeferson De Lima	DEFERIDA
80138	Jose Renato Dal'acua Verona	DEFERIDA
80610	Juliano Souza De Oliveira	DEFERIDA
79106	Leonir Luiz Biguilini	DEFERIDA
80013	Marcelo Rodrigo De Souza Burin	DEFERIDA
83485	Marcos Antonio Martins Pedot	DEFERIDA
83280	Maurivani Paulino	DEFERIDA
83487	Valdinei Soares Dos Santos	DEFERIDA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79866	Ana Claudia Ventura	DEFERIDA
82714	Andreia Barbosa	DEFERIDA
80049	Antonio Freitas Sobrinho	DEFERIDA
80218	Cleunice Aparecida Da Silva	DEFERIDA
80387	Deise Rodrigues	DEFERIDA
80908	Eliane Maria Campagnolo	DEFERIDA
80182	Eliane Mate Schmidt	DEFERIDA
80599	Jandira Pinno Demarchi	DEFERIDA
83307	Katia Raquel Sberse Meotti	DEFERIDA
80146	Leonara Bueno Da Silva	DEFERIDA
80247	Lovani Schmidt	DEFERIDA
80051	Luciana Barbosa	DEFERIDA
79309	Marcia Edineia Benetti Hoesel	DEFERIDA
79414	Marcia Muller	DEFERIDA
81835	Marciele D'anhaia	DEFERIDA
82861	Marcos Paulo Da Silva	DEFERIDA
82494	Marisônia Surdi	DEFERIDA
80667	Maritania Dalbosco	DEFERIDA
80680	Marlene Rodrigues Apolinario	DEFERIDA
82850	Marli Girardi	DEFERIDA
82619	Marli Terecinha Barth Gulate	DEFERIDA
79920	Mercedes Seibt Muller	DEFERIDA
80550	Mirian Rosani Militz	DEFERIDA
81736	Rosa Antunes De Lima	DEFERIDA
81741	Roselei Rosa De Castro	DEFERIDA
80045	Roseli Aparecida Dos Santos	DEFERIDA
80291	Solange Pinto Dos Santos	DEFERIDA
83347	Tatiane Dos Santos Santana	DEFERIDA
83112	Vera Lucia Rodrigues Da Silva Zanotto	DEFERIDA

79785	Veronice De Moura	DEFERIDA
-------	-------------------	----------

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 1) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81452	Claudia Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82523	Dulce Salete Poleselo De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79307	Eridiane Camargo Santos Pietro Biasi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79305	Joice Mara Fernandes De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79475	Monica Adriana Alves Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80685	Renato Dalmas De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80238	Thalia Aparecida Tavares Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82193	Thyana Andressa Kaiskamp Bino	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80664	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81162	Vanusa Poleselo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 2) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83029	Aparecida Serafini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82099	Denis Regina De Lima Do Sacramento	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80073	Fernanda Lemes De Freitas	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82547	Marcia Ivete Wickoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 3) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80279	Luiza Andrea Mariano	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 4) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80228	Judite Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.



AGENTE CO-MUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 5) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81638	Silvana Guadalupe Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 6) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79318	Cleonara De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79392	Bruna Vanessa Hallvass	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79300	Marcela Maria Ferreira Barboza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83281	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79890	Tatiane Zuse Agnes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82344	Ygor Silva Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
MOTORISTA (CAT. D) - Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81539	Claudio Alcemir Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83263	Ivanor De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79883	Jeferson Cardoso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80513	Jefferson Rockenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82614	Rogério Reimundi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80957	Sandro Severio De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81157	Tiago Schreiner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82458	Eliane De Fatima De Mello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

83342	Fatima Borges Da Rosa Carlesso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83418	Fernanda Delevatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82218	Iamara Dalvana Tavares Casagrande	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

## RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL nº 035/2015, Objeto Locação de casa em alvenaria com área mínima construída de 125 m2 localizado na avenida Washington Luiz nº 483, centro, Dionísio Cerqueira SC para funcionamento do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas Origem: DL 035/2015 FMS. Vencedor Carlos Brandão Santos Valor R\$ 10.2045,00 . Vigência 18/06/2015 à 17/01/2016.

Dionísio Cerqueira 18/06/2015

João Sthal – Gestor do FMS

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 1976/2015

DECRETO 1976, de 10 de junho de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 990,27 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV – 2.046 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE  
163 - 3.3.90.00.00.00.03.0437.29 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 990,27

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

Anexo I – DECRETO N.º 1976/2015, de 10 de junho de 2015

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0062 – Outros Recursos do FNDE

Ativo Financeiro	12.270,27
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	12.270,27
Deduções	
Decreto n.º 1939/2015	11.280,00
Decreto n.º 1976/2015	990,27
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

### DECRETO 1977/2015

DECRETO nº 1977, de 15 de junho de 2015.

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do Município de Erval Velho afetada pelas fortes chuvas.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente aquelas contidas no artigo 85, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo 17, do Decreto Federal n. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual n. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n. 03, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO QUE:

As fortes chuvas ocorridas na noite do dia 13 do corrente mês e ano e que se estenderam por todo o dia 14 afetando todo o território do Município conforme croqui, anexo ao presente Decreto;

Como consequência desse desastre, resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos, conforme formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto.

A recomendação da Comissão da Defesa Civil do Município, que avaliou e quantificou os efeitos dos desastres,

Considerando os critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao desastre, considerado de padrão súbito e de difícil previsibilidade:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho-SC,  
em 15 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em 15 de junho de 2015.

Alduir antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

### **DECRETO 1978/2015**

DECRETO 1978, de 15 de junho de 2015.

Suspende Atividades Alusivas ao Aniversário do Município e dá outras providências.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as fortes chuvas que atingiram o Município na madrugada do dia 13 e durante todo o dia 14 do corrente mês e ano;

Considerando que há previsão de chuva novamente a partir do dia 17 próxima quarta-feira;

DECRETA:

Art.1º- Fica suspensa todas as atividades alusivas ao 52º Aniversário de Emancipação Político Administrativa de Erval Velho previstas para o dia 18 ficando estas para outra data a ser definida.

Art.2º- Em decorrência da não realização das atividades do dia 18, fica revogado o Decreto nº 1974, de 09 de junho de 2015 que declarou Ponto Facultativo para o dia 19 de junho de 2015.

Parágrafo único – Mantem-se apenas o dia 18 como Feriado Municipal já instituído por lei e a realização da missa às 19h na Igreja Matriz

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 15 de junho de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

### **DECRETO 1979/2015**

DECRETO 1979, de 15 de junho de 2015.

Decreta Luto Oficial e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que consta no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Falecimento da servidora Mavi Cristiane Fontana da Silva ocorrido no dia 15 de junho do corrente ano;

Considerando os relevantes serviços por ela prestados ao Município principalmente na área de Estratégia de Saúde da Família;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por três dias em todo o território do Município de Erval Velho.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 15 de junho de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

### **DECRETO 1980/2015**

DECRETO 1980, de 15 de junho de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 1.376.830,84 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 – DIRETORIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.031 – CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

4.4.90.00.00.00.03.0054 - 24 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.376.830,84

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1980/2015, de 15 de junho de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0024-54 – Outras Transf.de Conv.da União

Ativo Financeiro	1.376.830,84
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	1.376.830,84
Deduções	
Decreto n.º 1980/2015	1.376,830,84
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 032/2015  
Edital de Dispensa de Licitação nº 005/2015  
Objeto: Recuperação Diferencial Caminhão MII6049  
Contratado: SCHERER S/A COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS  
Valor do Contrato: R\$ 7.230,00 (Sete mil duzentos e trinta reais).  
Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 029/2015  
Edital de Pregão nº 015/2015  
Objeto: Contratação de serviços de arbitragem para jogos promovidos pela comissão municipal de esportes para o ano de 2015.  
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02/07/2015.  
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 030/2015  
Edital de Pregão nº 016/2015  
Objeto: Aquisição de peças para máquinas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 02/07/2015.  
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 031/2015  
Edital de Pregão nº 017/2015  
Objeto: Aquisição de brita graduada e pedra pulmão.  
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 03/07/2015.  
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### LEI 1390/2015

Lei n. 1390, de 16 de junho de 2015.

Altera Dispositivo da Lei nº 1363, de 01 de julho de 2014 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- O inciso IX do art. 2º da Lei nº 1363 de 01 de julho de 2014 passa a ter a seguinte redação.

Art. 2º- (...)

IX - oferecer moradia e alimentação para o médico participante do



Projeto, na forma de pagamento mensal de subsídio no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) a partir da competência do mês de junho de 2015, vigorando este valor pelo período de 12 (doze) meses, sendo que decorrido este prazo o mesmo deverá ser reajustado pelos mesmos índices concedidos aos servidores incluindo a revisão e o eventual aumento real.

Parágrafo único – Considerando-se do valor acima 40%(quarenta por cento) para moradia e 60%(sessenta por cento) para alimentação e outras despesas.

Art. 2º- Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a consolidar o texto desta lei, na Lei 1363, de 01 de julho de 2014.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de junho de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

### LEI 1391/2015

Lei n. 1391, de 16 de junho de 2015.

Autoriza a Celebração de Convênio de Cooperação Financeira entre o Município de Erval Velho e a Associação Filhas de São Camilo Mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Fátima e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira com a Associação Filhas de São Camilo Mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Fátima, CNPJ nº 61.986.402/0002-82, estabelecido a Rua São José, 363, Centro, Erval Velho, SC, a ser celebrado através de instrumento próprio objetivando o repasse de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para a aquisição de materiais de construção destinados a ampliação daquela Unidade de Saúde.

Art. 2º- As condições do repasse e prestação de contas serão detalhadas no Convênio, e executado de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente no Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de junho de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

### LEI 1392/2015

Lei n. 1392, de 16 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VII - valorização dos (as) profissionais da educação;

IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo II desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo II desta Lei deverão ter como referência o Anexo I – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

II - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta

16 do Anexo II desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

Art. 6º - O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 8º- Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 9º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente no Município.

Art. 10º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de junho de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de junho de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

## RESOLUÇÃO 04 FMAS

Resolução Normativa 04/2015

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMDCA a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, divulga o resultado do sorteio referente ao estabelecimento dos números correspondentes a identificação dos candidatos (as) aptos a serem votados no dia 04 de outubro do ano de 2015; também dispõe sobre modelo base da cédula de votação.

Art.1º O estabelecimento dos números de identificação atribuídos aos candidatos aptos a serem votados foi estabelecido por meio de sorteio.

Paragrafo Único: Ficou definido o número oficial de identificação do candidato (a), conforme registro abaixo, seguindo a ordem numérica crescente.

Número do Candidato	Nome do Candidato
01	Aline Telles Gemelli
02	Gerson Luiz Cardoso da Rocha
03	Vanilce Traverssini Piovezan
04	Kezi de Oliveira
05	Laura Reinaldo
06	Lucimar Rodrigues da Silva
07	Rejane Ribeiro Rodrigues
08	Ivanete Brunetto Camargo

Art.2º Essa ordem será utilizada para compor a cédula de votação, que seguirá o seguinte padrão:

01 Aline Telles Gemelli  
02 Gerson Luiz Cardoso da Rocha  
03 Vanilce Traverssini Piovezan  
04 Kezi de Oliveira  
05 Laura Reinaldo  
06 Lucimar Rodrigues da Silva  
07 Rejane Ribeiro Rodrigues  
08 Ivanete Brunetto Camargo  
Erval Velho, 19 de junho de 2015.

Adriana Canci  
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 1 EDITAL\_REG PREÇOS MATERIAL HIGIE E LIMPEZA EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO PARA ME E EPP

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0024/2015

Processo licitatório nº: 0048/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza e outros para a secretaria municipal de educação.

Data do Recebimento: 03/07/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 03/07/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 37/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 12/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da administração municipal de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/03/2016

2ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 92/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 92/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de máquinas de lavar, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS

CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

**Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

**Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima – Das Obrigações****1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser

descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceite as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 92/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 19 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Melo

CPF: 844.078.839-87.

#### **AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/PMF/2015**

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 97/PMF/2015. A retificação se dá na alteração das especificações, anexo V do Edital, como se segue:

Primeiro:

Onde se lê: "Sistema de bateria Lithium-Ion com autonomia mínima de 9 horas medindo continuamente a cada 30 segundos";  
Leia-se: "Conjunto de baterias Lithium-Ion com autonomia mínima de 20 horas medindo continuamente a cada 30 segundos".

Segundo:

Onde se lê: "Com os seguintes acessórios:

01 - Baterias recarregáveis; [...]

01 - Prismas com suporte para bastão;

01 - Bastões telescópicos de 2,60 m; [...]

01 - Bolsa para prisma e suporte; [...]

01 - Bolsa para bastão."

Leia-se: "Com os seguintes acessórios:

02 Baterias recarregáveis; [...]

02 Prismas com suporte para bastão;

02 Bastões telescópicos de 2,6 m; [...]

02 Bolsas para prisma e suporte; [...]

01 Bolsa para bastão cabendo as duas unidades ou 02 bolsas para bastão individuais."

Sendo que as alterações supracitadas influenciam na formulação da proposta de preços, fica estabelecida nova data de abertura: 03 de julho de 2015 às 14:00 horas, conforme edital retificado.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
---

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 105/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de julho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 19 de junho de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015

Recorrentes: PEGESUL CONSULTORIA E GEOTECNOLOGIA LTDA  
SANTIAGO & CINTRA IMP. E EXP. LTDA.

**RELATÓRIO**

PEGESUL CONSULTORIA E GEOTECNOLOGIA LTDA e SANTIAGO & CINTRA IMP. E EXP. LTDA. apresentaram questionamentos sobre as especificações do Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 97/PMF/2015.

Alega que as especificações contidas no anexo V restringe a participação de diversos fabricantes.

**DO MÉRITO**

Inicialmente, cabe ressaltar, que o processamento desta licitação vem sendo conduzido com a máxima observância dos preceitos legais, da doutrina, da jurisprudência e principalmente dos princípios gerais que norteiam sua atuação.

O Conceito de licitação traz em si, de forma intrínseca, a busca sempre pela proposta mais vantajosa para a Administração. Esse, sem dúvida, é o sentido largamente esposado pela doutrina e jurisprudência pátrias.

No caso em tela, as alegações das recorrentes foram avaliadas minuciosamente pela equipe técnica do Município, originando as seguintes justificativas:

"Possuir duplo teclado alfanumérico com no mínimo 20 teclas."

Justificativa: a exigência de possuir duplo teclado alfanumérico se embasa na necessidade de leituras em Posição Direta e Inversa da luneta, fazendo com que seja possível realizar as medições em ambas as posições com maior agilidade, garantindo a produtividade dos levantamentos.

"Ser capaz de leituras sem prisma de pelo menos 600 metros."

Justificativa: com relação à exigência de leituras sem prisma de no mínimo 600 m, essa se embasa na necessidade de leituras cadastrais para os levantamentos desta Prefeitura, não sendo necessário a utilização de prisma em pontos internos dos lotes. Além disso, possibilita a realização de leituras em locais inaccessíveis e de alto risco de acesso, inviabilizando a utilização do prisma.

"Ter alcance de no mínimo 3.500 m com 01 prisma."

Justificativa: quanto à leitura de 3.500 m com prisma, entende-se que essa se refere à sua realização sob condições climáticas e físicas ideais (atmosfera, pressão, índice de refração etc.) e que o equipamento, quando submetido à medição eletrônica de distâncias em condições ambientais desfavoráveis, reduz sua capacidade de mensuração. Assim sendo, opta-se por manter a redação em 3.500 m tendo em vista que a diminuição natural do alcance (em virtude das condições do campo caracteristicamente adversas da região, tais como neblina e nevoeiro), proporcionalmente, será menor do que a especificação de 3.000 m. Além disso, atualmente diversos os equipamentos de alta tecnologia possuem o alcance indicado, até mesmo alcances superiores.

Foram ainda avaliadas outras argumentações dos recorrentes em que a equipe técnica corroborou com os termos apresentados, gerando as seguintes alterações do edital:

**Primeiro:**

Onde se lê: "Sistema de bateria Lithium-Ion com autonomia mínima de 9 horas medindo continuamente a cada 30 segundos";  
Leia-se: "Conjunto de baterias Lithium-Ion com autonomia mínima de 20 horas medindo continuamente a cada 30 segundos".

**Segundo:**

Onde se lê: "Com os seguintes acessórios:

- 01 - Baterias recarregáveis; [...]
- 01 - Prismas com suporte para bastão;
- 01 - Bastões telescópicos de 2,60 m; [...]
- 01 - Bolsa para prisma e suporte; [...]
- 01 - Bolsa para bastão."

Leia-se: "Com os seguintes acessórios:

- 02 Baterias recarregáveis; [...]
- 02 Prismas com suporte para bastão;
- 02 Bastões telescópicos de 2,6 m; [...]
- 02 Bolsas para prisma e suporte; [...]
- 01 Bolsa para bastão cabendo as duas unidades ou 02 bolsas para bastão individuais."

Em consulta, verificou-se que diversas empresas produzem equipamentos similares e com especificações até superiores as exigidas feitas no Edital. Sendo assim, tal exigência não frustra o caráter competitivo do processo.

**DO DISPOSITIVO**

ISTO POSTO, manifestamo-nos pelo recebimento do recurso formulado por PEGESUL CONSULTORIA E GEOTECNOLOGIA LTDA e SANTIAGO & CINTRA IMP. E EXP. LTDA. no processo de Pregão Presencial nº. 97/PMF/2015, negando justificadamente provimento à algumas solicitações realizadas e alterando outras nas condições



editálicas, anexo V, conforme publicação de errata.

Forquilha, 19 de junho de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira Municipal

### **DECRETO Nº. 112, DE 15 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº. 112, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

APROVA A RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03, DE 20 DE MAIO DE 2015, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o a Resolução CMDCA nº 03, de 20 de maio de 2015, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para compor a Comissão Especial Eleitoral do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Forquilha.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças  
ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 112, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 20 DE MAIO DE 2015.  
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, combinado o art. 51, incisos I, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, e considerando as deliberações e aprovação dos membros deste conselho presentes na Assembleia Ordinária realizada no dia 07 de maio de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA como segue:  
I - Representantes da área governamental:

- a) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:  
1. Titular: Carlos Alberto Arns Filho;  
2. Suplente: José Eloir de Costa;  
b) Procuradoria e Sec. de Desenvolvimento Econômico:  
1. Titular: Ander Luiz Warmling;

2. Suplente: Rogério Dagostim.

II - Representantes de organizações de participação popular eleitos pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado no dia 15 de maio de 2012:

a) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC:

1. Titular: Mabel Tibes da Silva;

2. Suplente: Pedro Rech;

b) Igreja Batista Conservadora Betel.

1. Titular: José Silva dos Santos;

2. Suplente: Valcir da Silva Lopes.

Art. 2º A Comissão nomeada será responsável pelo processo de escolha dos membros do conselho tutelar do Município de Forquilha.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de maio de 2015.

LILIAN ARNS TOPANOTTI

Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº. 113, DE 15 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº. 113, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, LILIANE DIAS FIGUEREDO DE COSTA, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza;

CONSIDERANDO que LILIANE DIAS FIGUEREDO DE COSTA nomeada pelo Decreto n. 087/2015, de 30 de abril de 2015, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza, não se apresentou para posse no prazo determinado, tornando sua nomeação sem efeito;

CONSIDERANDO que o Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, no item 14.1 dispõe que o candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

CONSIDERANDO que todos os aprovados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014, para o cargo de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza, já foram nomeados;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, LILIANE DIAS FIGUEREDO DE COSTA para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA, classificada em 29º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A nomeada terá prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada

no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 39/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 37.506,00 (trinta e sete mil quinhentos e seis reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 43/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – VIP CAR VEICULOS LTDA

OBJETO – Aquisição de equipamento, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30.150,00 (trinta mil, cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2055.4490 (23), (35), (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 13/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 45/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ISAMED MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO – Contratação de empresas para aquisição de material odontológico, para atendimento ao programa Brasil Sorridente (próteses dentárias), junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 299,42 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 14/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 47/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP

OBJETO – Contratação de empresas para aquisição de material odontológico, para atendimento ao programa Brasil Sorridente (próteses dentárias), junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 181,93 (cento e oitenta e um reais e noventa e três centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 14/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 50/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades.

VALOR – R\$ 193.400,00 (cento e noventa e três mil e quatrocentos reais) por ano.

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70); 1701.2050.3390 (16)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 05/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 02 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 94/2015

COMPRADOR – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VENDEDOR – TELLES BRUNELLI LAZZARIN  
DO OBJETO – Aquisição de terreno situado na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha, destinado a complementação da Avenida dos Cines e Rua Falcão  
VALOR – R\$ 100.000,40 (cem mil reais e quarenta centavos).  
DOTAÇÃO - 0701.1019.4490 (239)  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 102/PMF/2015.  
DATA DA ASSINATURA – 16 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 39/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 39/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 189/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA NELGUI LTDA

OBJETO – Execução da reforma do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, com área de 404,62 m², por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 189/PMF/2014 de 08/08/2015 para 07/10/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 05/01/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 08 de maio de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO Nº 03, DE 20 DE MAIO DE 2015.**

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 20 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, combinado o art. 51, incisos I, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, e considerando as deliberações e aprovação dos membros deste conselho presentes na Assembleia Ordinária realizada no dia 07 de maio de 2015:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA como segue:

I - Representantes da área governamental:

a) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:

1. Titular: Carlos Alberto Arns Filho;

2. Suplente: José Eloir de Costa;

b) Procuradoria e Sec. de Desenvolvimento Econômico:

1. Titular: Ander Luiz Warmling;

2. Suplente: Rogério Dagostim.

II - Representantes de organizações de participação popular eleitos pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado no dia 15 de maio de 2012:

a) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC:

1. Titular: Mabel Tibes da Silva;

2. Suplente: Pedro Rech;

b) Igreja Batista Conservadora Betel.

1. Titular: José Silva dos Santos;

2. Suplente: Valcir da Silva Lopes.

Art. 2º A Comissão nomeada será responsável pelo processo de escolha dos membros do conselho tutelar do Município de Forquilha.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de maio de 2015.

LILIAN ARNS TOPANOTTI

Presidente do CMDCA

Publicado no mural e registrado em 20 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1314/2015

PORTARIA Nº 1314, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora TAÍS TONIOLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 090.411.869-05, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### RESOLUÇÃO CMS 008/2015

DELIBERAÇÃO 008/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal de Saúde, conforme ATA Nº 006/2015, sendo:

Presidente – Nilce Pinz

Coordenação Geral – Isaque Dutra de Lima e Pierre Nicolas Peres

Secretária Executiva – Indáira Viero Perazzoli

Relatoria – Elisangela Barbosa e Salimara Molim

Coordenação de Comunicação, Informação e Divulgação – Nathiara Borges

Coordenação de Recursos Materiais – Leonice Frarão e Licéia Rinaldi Ramos

Coordenação de Articulação e Mobilização – Marcos Antonio Maestri Miguel e Bethania Viera Rohling

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### RESUMO CONTRATO 089/2015

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO  
CONTRATO Nº 0089/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015  
CONVITE Nº 05/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 05/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EMPRESA PROMOTORA DE EVENTOS PARA PREPARAÇÃO/DECORAÇÃO DO LOCAL DA ESCOLHA DAS RAINHAS E PRINCESAS, INCLUSIVE DA TERCEIRA IDADE, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE MEIOS E MÉTODOS RELATIVOS À ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, CONTRATAÇÃO E DEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À SUA REALIZAÇÃO, CONFORME ITENS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL, EVENTO ESTE QUE SE REALIZARÁ NO DIA 25 DE JULHO DE 2015, DURANTE AS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO 20º (VIGENCIA) ANIVERSARIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, FOI A PROPONENTE MARCO HAMILTON KLEIN - ME, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 089/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 23.811,50 (VINTE E TRÊS MIL, OITOCENTOS E ONZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).FREI ROGÉRIO - SC, 27 DE ABRIL DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON  
PREFEITO MUNICIPAL

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111/2015

DECRETO N.º 111, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.300,00 (quarenta mil e trezentos reais) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.300,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	20.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	300,00
4.4.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	300,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 40.300,00 (quarenta mil e trezentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### PORTARIA N.º 472/2015

PORTARIA N.º 472, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 241/2015, da Comissão de Sindicância Administrativa, referente a Portaria n.º 368/2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias,

contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão da SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 368/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/06/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

### PORTARIA N.º 473/2015

PORTARIA N.º 473, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) AMARANTA VENZON DE BONA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) AMARANTA VENZON DE BONA, matrícula funcional n.º 4473, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

### PORTARIA N.º 474/2015

PORTARIA N.º 474, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) CLACI KAUFMANN.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) CLACI KAUFMANN, matrícula funcional n.º 4379, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 475/2015**

PORTARIA N.º 475, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) DILMA ANICETO DA SILVA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) DILMA ANICETO DA SILVA, matrícula funcional n.º 4384, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 476/2015**

PORTARIA N.º 476, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) INDIAMARA JOICE DE ARAÚJO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do

ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) INDIAMARA JOICE DE ARAÚJO, matrícula funcional n.º 4492, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 477/2015**

PORTARIA N.º 477, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, matrícula funcional n.º 4540, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 478/2015**

PORTARIA N.º 478, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JOSEANE ARAUJO DO NASCIMENTO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) JOSEANE ARAUJO DO NASCIMENTO, matrícula funcional n.º 4475, no estágio probatório

e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 479/2015**

PORTARIA N.º 479, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MIRELA DE BEM ZULIAN.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) MIRELA DE BEM ZULIAN, matrícula funcional n.º 4497, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 480/2015**

PORTARIA N.º 480, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) TAMIRES PACHECO GONÇALVES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) TAMIRES PACHECO GONÇALVES, matrícula funcional n.º 4377, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 481/2015**

PORTARIA N.º 481, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) THAISE MARTINS RICARDO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) THAISE MARTINS RICARDO, matrícula funcional n.º 4376, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 482/2015**

PORTARIA N.º 482, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES, matrícula funcional n.º 4269, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 483/2015**

PORTARIA N.º 483, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ZENAIR DE AMORIM BOTELHO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) ZENAIR DE AMORIM BOTELHO, matrícula funcional n.º 4378, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 485/2015**

PORTARIA N.º 485, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA DE SOUZA ROECKER.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, matrícula funcional n.º 3764, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 486/2015**

PORTARIA N.º 486, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE MEDEIROS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) CLAUDETE MEDEIROS, matrícula funcional n.º 4293, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

#### **PORTARIA N.º 487/2015**

PORTARIA N.º 487, DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JOSÉ PEREIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) JOSÉ PEREIRA, matrícula funcional n.º 3701, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

**PORTARIA N.º 488/2015**

PORTARIA N.º 488, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARCOS MANCINI BROWN.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) MARCOS MANCINI BROWN, matrícula funcional n.º 4259, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

**PORTARIA N.º 489/2015**

PORTARIA N.º 489, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) VALDEMIR CARDOSO MARQUES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) VALDEMIR CARDOSO MARQUES, matrícula funcional n.º 4283, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

**PORTARIA N.º 490/2015**

PORTARIA N.º 490, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARIA ALICE SILVA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2015, de APROVAR o(a) servidor(a) MARIA ALICE SILVA, matrícula funcional n.º 3745, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.



# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 96/2015

DECRETO Nº. 96, de 19 de junho de 2015

"Dá publicidade à Comissão Eleitoral para condução do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Garuva e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO a Resolução nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

#### DECRETA:

Art. 1º - Dá-se a publicidade à Comissão Eleitoral para a condução do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Garuva para o quadriênio 2016/2020.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Poder Executivo: Paulo Afonso Pereira da Rocha

Djalma Boddy Junior

Sociedade Civil: Ana Beatriz Moecke

Vera Lucia Golin Gross

Parágrafo Único: A Comissão que será presidida pela Sra. Vera Lucia Golin Gross

Art. 3º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 111/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: MARIANE LARA CORREA PEREIRA SIMMERMAM

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NÍVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 19/06/2015 Á 17/07/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARIANE LARA CORREA PEREIRA SIMMERMAM  
CONTRATADA

### HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONSELHO TUTELAR

Ofício nº 001/2015

Garuva, 18 de junho de 2015.

Ao

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CM-DCA

A comissão designada para análise e homologação das inscrições dos candidatos a conselheiros tutelares desta municipalidade, encaminha conforme edital lista dos candidatos habilitados a concorrer a eleição pleito de 2015. A lista deverá ser publicada ainda nesta data. Sem mais para o momento.

Atenciosamente;

VERA LUCIA GOLIN GROSS

Presidente

Nº	NOME	SITUAÇÃO
01	MARCIO ALVES DA LUZ	HOMOLOGADO
02	JOSE ALCIR DE ARAUJO	HOMOLOGADO
03	ADELIR TORRES CUNHA JR – ZICO	HOMOLOGADO
04	ERICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS	HOMOLOGADO
05	LAERCIO DA SILVA	HOMOLOGADO
06	LUCIANA MULLER	HOMOLOGADO
07	ELIANE CRISTINA SINDERSKI SCHAFFER	HOMOLOGADO
08	DIVANILDO TOBLER – CECE	HOMOLOGADO
09	MARCO ANTONIO CHAVES	HOMOLOGADO
10	JANICE SIMÕES DE OLIVEIRA FEL-DHAUS	HOMOLOGADO
11	TAMIRIS LUIZA DE SOUZA	HOMOLOGADO
12	ANDRESSA AGUIAR	HOMOLOGADO

RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA O CONSELHO TUTELAR DE GARUVA

### PORTARIA Nº 91/2015

PORTARIA Nº 91, de 17 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 046/2009 de 16/10/2009;

CONSIDERANDO o Art.443 da CLT;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E A LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 046/2009, DE 16/10/2009;

**RESOLVE:**

ART. 1º. Admitir em caráter temporário NELLO CHESCON NETO, inscrito no CI-RG 25.291.465-X e CPF 274.029.568-57, na função de Médico Clínico Geral - ESF, por 220 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 92/2015**

PORTARIA Nº. 092, de 17 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1343/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

**RESOLVE:**

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor JONAS MOTA DA SILVA.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 94/2015**

PORTARIA Nº. 94 de 19 de Junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, aprovação do servidor no Concurso Público 001/2012 no cargo de Motorista de Veículos Pesados e Portaria de Convocação e Nomeação 082/2015 de 18/05/2015;

CONSIDERANDO, que a Portaria define prazo para a Posse dos Aprovados;

CONSIDERANDO, que o servidor Alexandre Dierschnabel até a presente é servidor efetivo deste Município, no cargo de Fiscal do Meio Ambiente.

**RESOLVE:**

Art. 1o. – Exonerar a pedido, o servidor, ALEXANDRE DIERSCHNABEL, portador do RG 2/R 3008213 e CPF 902.336.209-82, do cargo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE, nomeado através da Portaria nº. 039/04 de 16 de abril de 2004, em virtude de nomeação e posse em novo cargo da Administração Pública Municipal.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar da data de 19 de Junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 95/2015**

PORTARIA Nº. 095, de 19 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 082/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora Elis Regina Ciola dos Santos, CPF nº 653.322.109-49, RG nº 2.115.341 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Operacional I, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 19 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 96/2015**

PORTARIA Nº. 096, de 19 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 082/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, ao Senhor Alexandre Dierschnabel, CPF nº 902.336.209-82, RG nº 2/R 3.008.213 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Operacional IV, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 19 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 97/2015**

PORTARIA Nº. 097, de 19 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 082/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Fiscal do Meio Ambiente, ao Senhor Osmar Ribeiro Leal, CPF nº 885.571.279-49, RG nº 4.644.310-1 - SSP/PR, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Operacional IV, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 19 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS Nº 107/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 107/2015

OBJETO: reforma do piso da quadra da Escola Belchior. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 09/07/2015. ABERTURA: dia 09/07/2015 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 18 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis.

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão do Pregoeiro Jorge Luiz Matos de Oliveira, referente ao Processo de Licitação nº 001/2015, Pregão Presencial nº 001/2015, para a aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo SPLIT, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, de plena responsabilidade da contratada, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, as empresas: Itens I e II do Termo de Referência - BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Jose Cosme Pamplona, nº 2350, Bairro Bela Vista, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 16.677.803/0001-15;

Item III do Termo de Referência: RODRIGUES DO AMARAL E AMARAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Francisco Alves Pereira, nº 848, Bairro Jardim Paraíso, Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 14.211.527/0001-70; e

Item IV do Termo de Referência: SUPERAR LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, 40, Bairro Velha, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.482.516/0001-61.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, para convocação das empresas vencedoras do certame para a devida contratação e, havendo recusa, observar-se-ão as penas do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gaspar/SC, 19 de junho de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

## SAMAE - GASPAR

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 20/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

===== Número do contrato:  
20/2012 - Número do Aditivo: 7 (Aditivo de Rescisão)

Data da rescisão: 15/06/2015

Número da Licitação: 25/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. -ME - CNPJ do contratado: 10.743.183/0001-99.

Objeto: Serviços de análises laboratoriais de água para as ETA's do Município de Gaspar.  
Valor diminuído: R\$ 23.301,47 (vinte e três mil trezentos e um reais e quarenta e sete centavos)

Gaspar (SC), em 15 de junho de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2015

Número do contrato: 18/2015  
Data vigência: 15/06/2015  
Data vencimento: 31/07/2015  
Número da Licitação: 21/2015 - Modalidade: Dispensa  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: PAUL NUBER E FILHOS LTDA EPP - CNPJ/CPF do contratado: 86.375.300/0001-70.  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem de pneus.  
Valor: R\$ 7.540,00 (sete mil quinhentos e quarenta reais)

Gaspar (SC), em 15 de junho de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2015 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2015

Número do contrato: 19/2015  
Data vigência: 16/06/2015  
Data vencimento: 31/12/2015  
Número da Licitação: 5/2015 - Modalidade: Pregão Presencial  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 10.743.183/0001-99.  
Objeto: Prestação de serviços de análises de água laboratoriais.  
Valor: R\$ 89.999,40 (oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 16 de junho de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL/PRORROGAÇÃO DE PRAZO DAS INSCRIÇÕES – EDITAL CMDCA Nº 001/2015 – DISPOE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL/PRORROGAÇÃO DE PRAZO DAS INSCRIÇÕES – EDITAL CMDCA Nº 001/2015 – DISPOE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Governador Celso Ramos/SC, usando das atribuições legais, faz saber que DETERMINA a prorrogação do prazo de inscrições para o edital CMDCA Nº 001/2015.

#### **1. PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**

2.1 Fica prorrogado o prazo para inscrições do registro das candidaturas a conselheiro tutelar referente ao edital CMDCA n. 001/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares no município de Governador Celso Ramos para até dia 17/06/2015.

2.2 O período de inscrições compreendido entre os dias 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), realizado, exclusivamente, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rodovia Francisco Wollinger nº866 – Calheiros – Governador Celso Ramos fica prorrogado para até o dia 17/06/2015, com horário limite de 19h00 horário de Brasília.

2.3 A relação de candidatos inscritos, por força de alteração da data inicial, será publicada no dia 19/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

Governador Celso Ramos/SC, 02 de junho de 2015.

LUCIANO LISBOA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Governador Celso Ramos/SC

### **MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL CMDCA Nº 001/2015**

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

**PUBLICAÇÃO DOS INSCRITOS:** a relação nominal dos candidatos com inscrições homologadas, serão divulgadas no Quadro de Publicações Oficiais do Município, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site [www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br).

Os candidatos interessados em interpor recursos, relativos às inscrições, poderão fazê-lo, em conformidade com o item 3.2.2.1 do Edital, mediante prova de alegação, no período de 22/06/2015 a 26/06/2015, devendo os mesmos serem protocolados junto à sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em horário de expediente.

Governador Celso Ramos, 19 de junho de 2015.

LUCIANO LISBOA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Governador Celso Ramos/SC

Registre-se e publique-se,

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

ANEXO I DO EDITAL Nº 001/2015

RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

	NOME	CPF	Nº INSCRIÇÃO
1	ALAN AROLDO SAGAS	077.109.6396-94	001
2	ANDREZA TEREZA FERNANDES	053.431.589-51	002
3	WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA	284.114.568-97	003
4	DEVANIR EVANILDE GRAPE MARQUES	054.326.249-90	004
5	RITA DE CASSIA CUNHA	052.887.659-79	005
6	BRUNA DA SILVA	055.210.749-29	006
7	DANILA NAUCI MARQUES	073.886.459-50	007
8	GABRIELA MIRANDA	069.140.309-01	008
9	SINTIA JANETE MARQUES	059.150.639-42	009
10	TULIO TEIXEIRA	064.368.959-14	010

11	DENISE RAQUEL SENEM PRANGE	618.149.469-34	011
12	JANAINA MAURITA FERNANDES DA COSTA	004.942.009-79	012
13	SILVANA LENIR SOARES DA SILVA	860.569.649-49	013
14	ROSANA NAIDE CANDIDO RAYCH	043.894.079-29	014
15	ANGELA MARIA MARIANO	907.187.639-04	015
16	ARINETE ALVES DO NASCIMENTO GARCIA	846.021.809-06	016
17	ADRIANA AVILA FARIAS CARDOSO	588.018.209-68	017
18	RAISSA RAQUEL VIANA RODRIGUES MIRANDA	086.316.839-65	018



# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao andamento dos trabalhos do Gabinete do Prefeito.

Além disso, o fornecedor condicionou o pagamento da despesa, exclusivamente, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse público primário do Município.

Por essas razões, necessária a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para saldar a despesa na sequência adiante descrita.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Fernando Berto Backes  
Nota Fiscal: 123  
Valor: R\$ 890,46

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de junho de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 497/2015

DECRETO Nº. 497/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.384.940,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.384.940,00 (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta reais), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4225/2015, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	170.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	25.440,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infant
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	5.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil

06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	45.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	121.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	148.500,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	130.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição

06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	310.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	205.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2077	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Fundam
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	95.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	24.990,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.

06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
344900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1008	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1008	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio
344900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1006	Construção, Ampliação e Equipamentos para Pré-esco
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	910.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação

06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
344900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2077	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Fundam
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	90.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	230.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO ATA 134 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 134/2014

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 134/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALAS DE AULA E COZINHAS DAS UNIDADES ESCOLARES.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

REI DOS REIS COM ATAC DE EQUIP DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 13.729.372/0001-03

R\$ 61.341,00 ( SESSENTA E UM MIL TREZENTOS E QUARENTA E UM REAIS )

R A DE CAMPOS DEPART. EIRELLI ME

CNPJ 19.830.899/0001-06

R\$ 37.298,00 ( TRINTA E SETE MIL DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS )

COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

CNPJ 18.138.763/0001-69

R\$ 6.567,00 ( SEIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA E SETE REAIS )

Vigência: Início: 16/01/2015 Término: 15/01/2016.

Guaramirim-SC, 18 de Fevereiro de 2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº. 4224/2015**

LEI Nº. 4224/2015

Altera o anexo 1 e cria o anexo 9, na Lei nº. 3.453/2008 que institui o Plano Diretor do Município.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o anexo 1 e cria o anexo 9 na Lei nº. 3.453/2008, que institui o Plano Diretor do Município.

Art. 2º. Os anexos citados no artigo anterior fazem parte da presente lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de junho de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4225/2015**

LEI Nº. 4225/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.384.940,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.384.940,00 (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta reais), constante do orçamento Municipal, a saber:



Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	170.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	25.440,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infant
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	5.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In

333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	45.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	121.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	148.500,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	130.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
333900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	310.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação

06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentação Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	205.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2077	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Fundam
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	95.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	24.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1008	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1008	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1006	Construção, Ampliação e Equipamentos para Pré-esco
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	910.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas

01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.990,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2077	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Fundam
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	90.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	230.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

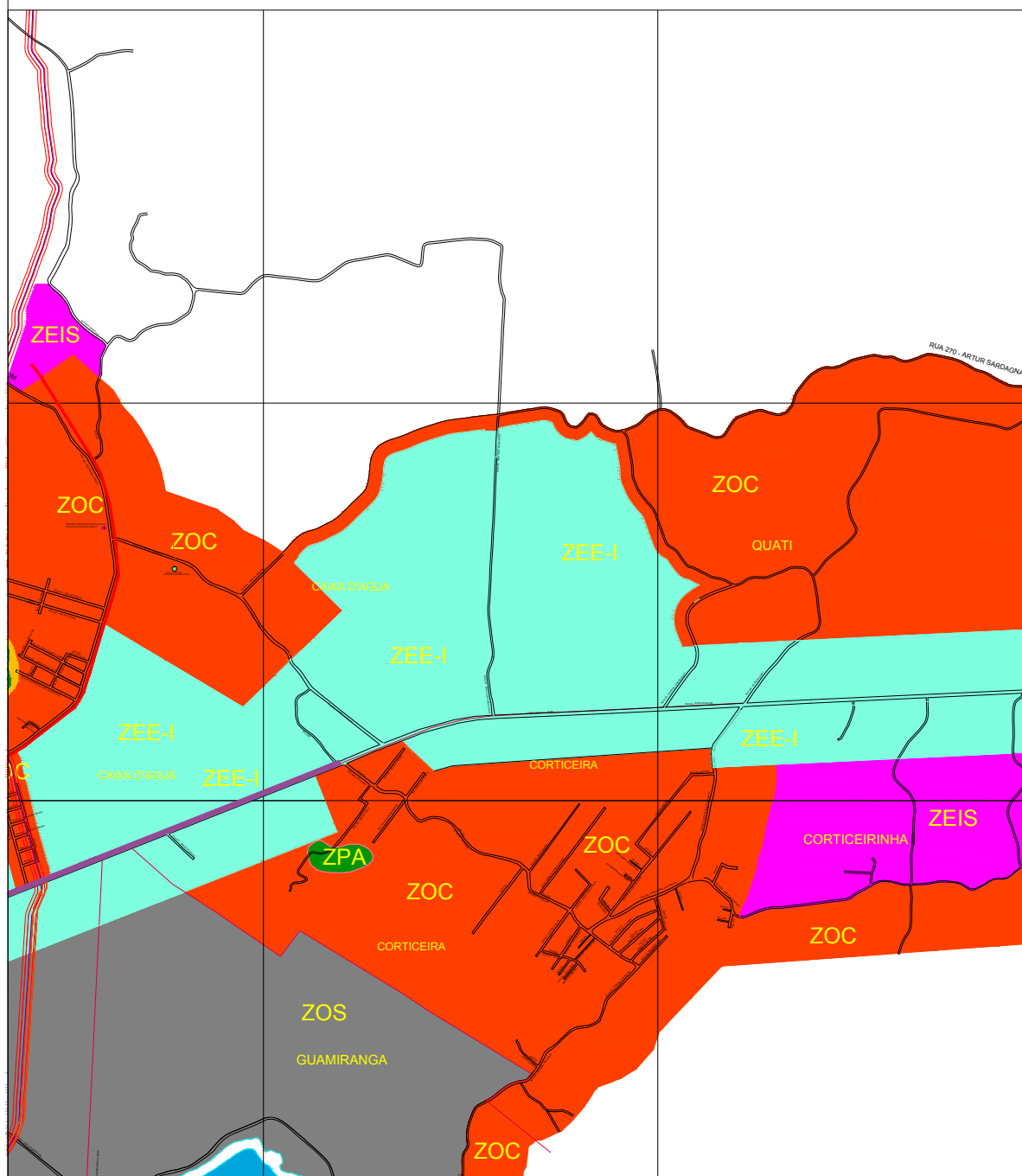
Guaramirim/SC, 17 de junho de 2015.

Lauro Frohlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

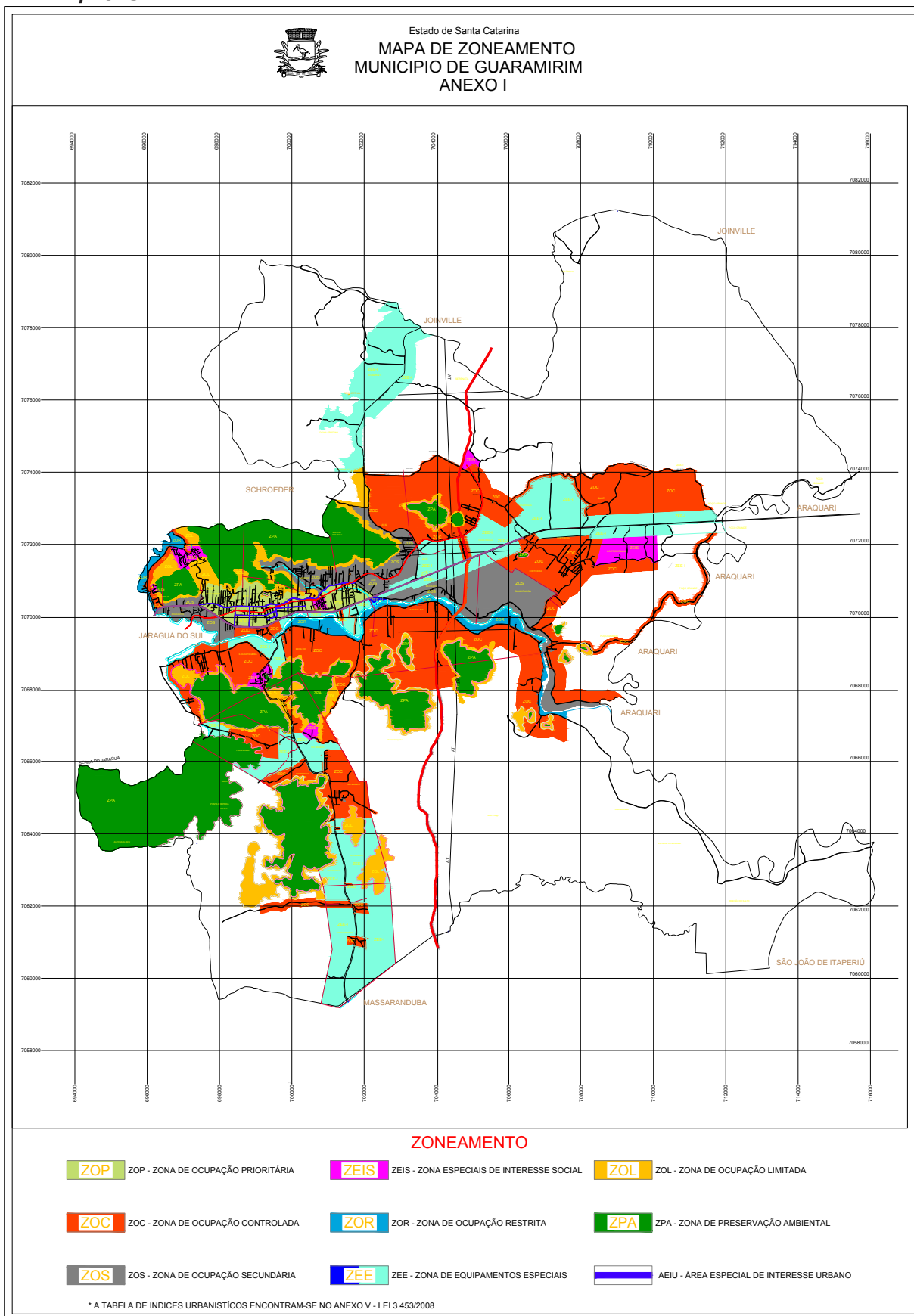
**ANEXO LEI 4224/2015**

Estado de Santa Catarina  
**MAPA DE ZONEAMENTO**  
**MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM**  
**ANEXO IX**

**ZONEAMENTO**

<b>ZOP</b>	ZOP - ZONA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA	<b>ZEIS</b>	ZEIS - ZONA ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL	<b>ZOL</b>	ZOL - ZONA DE OCUPAÇÃO LIMITADA
<b>ZOC</b>	ZOC - ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA	<b>ZOR</b>	ZOR - ZONA DE OCUPAÇÃO RESTRITA	<b>ZPA</b>	ZPA - ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
<b>ZOS</b>	ZOS - ZONA DE OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	<b>ZEE</b>	ZEE - ZONA DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS		AEIU - ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE URBANO

\* A TABELA DE INDICES URBANÍSTICOS ENCONTRAM-SE NO ANEXO V - LEI 3.453/2008

**ANEXO LEI 4224/2015**



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 026/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Empresa: Andrade Construções Ltda.  
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40  
Rua Antonio Bevilaqua nº 30  
CONTRATADA

### TERMO ADITIVO Nº 026/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2015

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2012, que tem por objeto a implantação, revitalização de passeios públicos e construções complementares em ruas do município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 010/2012 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de valores da planilha orçamentária contratual, devido a exclusão de serviços do orçamento inicial, devido a alterações nos projetos, conforme anexo único ao presente termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do quantitativo do objeto na ordem de 5,53% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 966.993,69 (novecentos e sessenta e seis mil novecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 53.474,75 (cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Com as supressões, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 966.993,69 (novecentos e sessenta e seis mil novecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), para R\$ 913.518,94 (novecentos e treze reais quinhentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 58 inciso I, , no artigo 65 inciso II, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 038/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 17 de junho de 2015.

Nelson Guindani	Simar José Rosa
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 437.061.009-59
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Mariana Colusso Fabrin
CPF: 687.857.399-87	CPF: 052.051.949-36

# Ibiam

## PREFEITURA

**PL 032/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para locação de brinquedos, tendas, banheiros químicos e palco, para festividade em comemoração ao aniversário do Município de Ibiam, previsto para o dia 19/07/2015. Entrega dos envelopes: até o dia 03/07/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 03/07/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, com a nova redação dada pela LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 19 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**PL 033/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de um veículo novo, com capacidade para 7 passageiros, com recursos próprios do Município, para, o FMS de Ibiam.

Entrega dos envelopes: até o dia 03/07/2015 até às 10:00 horas

Abertura dos envelopes: 03/07/2015 às 10:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, com a nova redação dada pela LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 19 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**PL 34/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Construção de uma quadra coberta com área total a construir de 980,40m², com recursos do FNDE – nº 204530/2013.

Entrega dos envelopes: até 13/07/2015, até as 08hs00min.

Abertura dos envelopes: 13/07/2015 às 08hs15min.

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 19 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

# Imarui

## PREFEITURA

**PORTARIA GP Nº397/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 397/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

**NOMEAR:**

MARIA SALETE ROSA DA SILVA com CPF: 398.371.499-49 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horária de 40h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M Pref. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 069/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 388/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 388/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

Revoga Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**REVOGAR:**

Portaria nº 621/2014 que concede gratificação ao servidor AMILTON CORRÊA JUNIOR, do cargo de fiscalização da defesa civil.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 389/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 389/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Designa Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 035, de 04 de abril de 2014, que altera o anexo III da lei Nº 1028 de 24 de janeiro de 2005, resolve:

**DESIGNA:**

AMILTON CORRÊA JUNIOR, para atuar no setor de licitações e contratos.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 390/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 390/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Porteiro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

CESINANDO DOS SANTOS do Cargo de Porteiro do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 392/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 392/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor II de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ELISANGELA CORRÊA CARDOSO DE AGUIAR do Cargo de Professor II de Series Iniciais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 393/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 393/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Motorista II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LUIS PAULO DE SOUSA do Cargo de Motorista II do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 394/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 394/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARCIA REGINA THIESEN CARGNIN do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 395/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 395/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ROSIMARIO DA SILVA do Cargo de Fiscal de Obras e Serviços Urbanos do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 398/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 398/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROSA FAUST com CPF: 083.695.559-50 para exercer o Cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horária de 20h semanais, com regência de Classe para a E.E.F.M Pref. Portinho Bittencourt, conforme a C.I nº 069/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº391/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 391/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Motorista I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

FABIO DA ROCHA do Cargo de Motorista I do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 396/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 396/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Motorista I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

RUI DOS SANTOS do Cargo de Motorista I do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/06/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 111, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 111, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 231.100,00 (duzentos e trinta e um mil e cem reais) para reforço de dotações e novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0078)	Aplicações Diretas	131.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0066)	Aplicações Diretas	46.766,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0229 (0072)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0195 (0079)	Aplicações Diretas	23.334,00
Total	231.100,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro das seguintes fontes de recursos, conforme Demonstrativo das Fontes de Recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
00.03.0229	Superavit Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	207.766,00
00.03.0195	Superavit Transferências de Convênios p/ SUS - União	23.334,00
	Total das Fontes	231.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 09/2015 (PMI - SETEC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 60/2015

DISPENSA Nº 09/2015

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço para reforma parcial da cobertura do Centro Multimeios – Usina do Saber, para atender as necessidades da Setec.

Contratada: Elivane Siqueira ME.

Valor Total: R\$14.269,66

Fundamento: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 22 de Junho de 2015.

Paulo Juchen Sefton

Secretário da SETEC

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 02 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada em coffe break, para atender a 10ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente, a 4ª conferência nacional dos direitos da pessoa idosa, a 10ª conferência nacional de assistência social, a 5ª conferência nacional de segurança alimentar e nutricional e a 4ª conferência nacional de políticas para as mulheres".

O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de junho de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária da SEAST

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 02 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa para aquisição de material gráfico, a ser utilizado na 10ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente, a 4ª conferência nacional dos direitos da pessoa idosa, a 10ª conferência nacional de assistência social, a 5ª conferência nacional de segurança alimentar e nutricional e a 4ª conferência nacional de políticas para as mulheres".



O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.  
Imbituba, 22 de junho de 2015.  
Selma Elias Westphal  
Secretária da SEAST

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEAST  
PROCESSO Nº 29/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 02 de Julho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição e instalação de condicionadores de ar para o Conselho Tutelar do município de Imbituba/SC".

O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.  
Imbituba, 22 de junho de 2015.  
Selma Elias Westphal  
Secretária da SEAST

### **LEI Nº 4.569, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.569, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Aliança – ABA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Aliança - ABA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.676.895/0001-07, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.570, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.570, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Pessoas com Deficiência Física – AIPODEF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Pessoas com Deficiência Física - AIPODEF, inscrita no CNPJ sob o nº 07.903.973/0001-80, no valor de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Artigo 1º, destina-se à cobertura de parte das despesas referente à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete



**LEI Nº 4.571, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.571, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência para o decênio (2015-2024), visando cumprir a Emenda Constitucional Nº 59/2009 e o disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação de Imbituba, foi adequado em conformidade com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, bem como pela Lei Municipal Nº 1.876, de 21 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, Lei Orgânica do Município e Lei Ordinária Nº 3.403, de 21 de novembro de 2008, que dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Educação de Imbituba.

Art. 3º A adequação do Plano Municipal de Educação de Imbituba, foi elaborada pelo Fórum Municipal de Educação – instituído pelo Decreto PMI/SEAGP Nº 044, de 18 de Abril de 2013, juntamente com a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica do PME – nomeadas por meio da Portaria SEDUC/PMI Nº 001, de 07 de Maio de 2015, subsidiadas pela Secretaria Municipal de Educação de Imbituba.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação, apresenta a proposta educacional do município de Imbituba, nas suas 18 Metas e 222 estratégias – conforme anexo único e parte integrante desta lei - em conformidade com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, e reger-se-á pelos princípios da igualdade, da autonomia e da democracia.

Art. 5º Compete ao Fórum Municipal de Educação, por meio de sua Comissão permanente e executiva – instituída e nomeada pela Portaria PMI/SEDUC Nº 001, de 20 de Maio de 2013 – realizarem o monitoramento e a avaliação da execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 3.403, de 21 de novembro de 2008. Imbituba, 19 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**ANEXO ÚNICO**

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

**Estratégias:**

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, metas de expansão, adequação, reforma e ampliação das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa;

1.2.1) Implementar critérios para a matrícula na Educação Infantil, em parceria com os órgãos

competentes, visando cumprir a estratégia 1.2 da Meta 1 deste Plano;

1.3) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta do município;

1.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade;

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste Plano, avaliação da Educação Infantil, articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.8) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, garantindo progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.10) Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades tradicionais na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.11) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da educação básica;

1.12) Implementar, em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.13) Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte;

1.14) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.15) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.16) Articular, em colaboração com a União e o Estado, a realização e publicação, a cada ano, do levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.17) Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.18) Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil;

1.19) Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Resolução COMED 001/2015, que dispõe sobre o número de estudantes por turma;

1.20) Assegurar o cumprimento do disposto na Lei 12.796/2013, que determina o atendimento à criança da Educação Infantil de no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos de trabalho educacional;

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

#### Estratégias:

2.1) Pactuar, junto a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implementação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do ensino fundamental, garantidos através da reestruturação da Proposta Curricular Municipal;

2.2) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de Programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das comunidades tradicionais;

2.5) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.6) Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural;

2.7) Estimular a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.8) Expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações;

2.9) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.10) Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes, de

incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional;

2.11) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.12) Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, em âmbito estadual e municipal, redes de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da Educação Especial;

2.13) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias, em conformidade com os respectivos sistemas de ensino;

2.14) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, inclusive com produtos da região;

2.15) Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;

2.16) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;

2.17) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;

2.18) Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.19) Garantir a implementação da Proposta Curricular do Município, de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação;

2.20) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;

2.21) Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Resolução COMED 001/2015, que dispõe sobre o número de estudantes por turma;

Meta 3- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

#### Estratégias:

3.1) Monitorar a institucionalização de políticas e programas estaduais para o ensino médio, articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2) Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.3) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais

para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação paralela e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) Monitorar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades tradicionais e das pessoas com deficiência;

3.6) Monitorar o acesso e a permanência escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce,

buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial, no sentido de promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola;

3.7) Fomentar e acompanhar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.8) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

Meta 4- Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado;

4.2) Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007;

4.3) Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4) Garantir Atendimento Educacional Especializado, ao longo deste PME, através da implantação de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio,

pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) Manter e/ou ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) Garantir, em regime de colaboração com o estado, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos cegos;

4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11) Recorrer ao resultado de pesquisas interdisciplinares, para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento educacional especializado;

4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação, em regime de colaboração com o estado, para atender à demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de

apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores



de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15) Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, em regime de colaboração com o estado e a Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.16) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.17) Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

4.18) Colaborar, no desenvolvimento e consolidação de políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos, adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;

4.19) Ampliar, em regime de colaboração com o estado e a união, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;

4.20) Estimular e disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas;

Meta 5-Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.

#### Estratégias:

5.1) Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.2) Expandir e manter políticas de alfabetização que garantam a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental, com qualificação e valorização

dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.3) Aplicar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, de caráter nacional, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular as escolas a criarem seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, na implementação de medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.4) Selecionar, divulgar e ampliar, em regime de colaboração com o Estado e União, a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.5) Garantir a alfabetização de crianças do campo, das comunidades tradicionais e de populações nômades, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural das mesmas;

5.6) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.7) Promover ações e incrementar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.8) Manter e implementar, até o segundo ano de vigência deste Plano, projetos e programas de incentivo à leitura, promovendo, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

#### Estratégias:

6.1) Promover, em regime de colaboração com o Estado e a União, oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Adedir, em regime de colaboração, ao Programa Nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários, zoológicos e outros;

6.5) Incentivar a oferta de atividades voltadas para a ampliação da jornada escolar, dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) Atender às escolas do campo e de comunidades tradicionais, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.7) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.8) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;

Meta 7-Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ens. Fundamental	5.6	5.9	6.2	6.4
Anos Finais do Ens. Fundamental	5.3	5.5	5.7	6.0
Ensino Médio	4.7	5.2	5.4	5.6

#### Estratégias:

7.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

7.2) Assegurar que:

a) No quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) Instituir, em colaboração entre a União e o Estado, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infra estrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação;

7.4) Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, em consonância com a atualização do Projeto Político Pedagógico das escolas;

7.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais

de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar;

7.6) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.7) Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices Nacional, do Estado e do Município;

7.8) Estimular a participação das escolas no processo de avaliação da educação básica, contribuindo para a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações da aprendizagem do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;

7.9) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais, em regime de colaboração com Estado e União, para a educação infantil e ensino fundamental, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria

do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.10) Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.11) Participar de programas para o desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;

7.12) Assegurar, em regime de colaboração com a União e o Estado, até o sexto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, de modo a ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.13) Acompanhar o apoio técnico e financeiro concedido pelo MEC à gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, até o final da vigência do PME, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação destes recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.14) Monitorar a ampliação de programas de aprofundamento de ações desenvolvidas pelo MEC - de atendimento ao estudante - em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15) Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica, em parceria com entidades públicas e privadas, o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.16) Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.17) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias

das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.18) Aderir e participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, utilizando como referencia, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, divulgados pelo MEC, referentes à infraestrutura das escolas e aos recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico das mesmas;

7.20) Garantir políticas de prevenção e combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar

dotado de segurança para a comunidade;

7.21) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.22) Garantir nos currículos escolares, descritos na Proposta Curricular dos Sistemas e no PPP, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.23) Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial, aderindo aos currículos e propostas pedagógicas, incluindo conteúdos correspondentes as respectivas comunidades;

7.24) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.25) Articular, junto aos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.26) Possibilitar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.27) Estabelecer, em parceria com órgãos competentes, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.28) Aderir, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o Sistema Nacional de Avaliação, o Sistema Estadual de Avaliação da educação básica, com participação da Redes Municipal de Ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.29) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.30) Articular, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória nacional, estadual e municipal;

7.31) Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.32) Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo e acompanhamento às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, integrando à programas e desenvolvendo metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

7.33) Reestruturar e aprimorar a educação básica, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Meta 8– Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano e em consonância com o PNE, para as populações do campo e comunidades tradicionais, incluindo os 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação - IBGE.

Estratégias:

8.1) Acompanhar o desenvolvimento de programas tecnológicos para correção de fluxo, classificação e reclassificação, para acompanhamento pedagógico individualizado e para

recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados;

8.2) Colaborar na implementação dos programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) Acompanhar a expansão da oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados;

8.5) Monitorar a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) Acompanhar o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados;

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) Assegurar, por meio dos órgãos competentes, a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) Acompanhar e colaborar no fornecimento de informações, para o diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos – EJA;

9.3) Acompanhar e colaborar com órgãos competentes, nas ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) Colaborar com a realização de chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o Estado, em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5) Acompanhar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.6) Acompanhar e colaborar, na divulgação do estabelecimento de mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover



a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos – EJA;

9.7) Acompanhar a implementação de programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;

9.8) Acompanhar a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como a garantia ao acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;

9.9) Acompanhar a implementação dos currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;

9.10) Colaborar com o levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica;

**Meta10** – Articular com o Estado, a oferta de matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano.

#### Estratégias:

10.1) Acompanhar e participar, em regime de colaboração com o Estado e a União, de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.2) Acompanhar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) Acompanhar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes, do campo e das comunidades tradicionais, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) Articular, em regime de colaboração com o estado, a ampliação de oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) Aderir, em regime de colaboração com o estado, ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que

atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Acompanhar a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, bem como a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e o estabelecimento das inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.7) Acompanhar e monitorar o fomento a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

10.8) Acompanhar o fomento a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) Aderir, em regime de colaboração com o estado, ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e

a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) Acompanhar a garantia e efetivação da expansão da oferta da educação de jovens e adultos, integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas;

10.11) Acompanhar a garantia de alimentação saudável e adequada, além do transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;

**Meta 11**-Articular com a União e o Estado, a oferta de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e expansão no segmento público.

#### Estratégias:

11.1) Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) Acompanhar a expansão e a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;

11.3) Acompanhar a expansão e a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de educação a distância - EAD, com a finalidade de democratizar o acesso a Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade;

11.4) Estimular e acompanhar a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

**Meta 12** - Articular, com o Estado e a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### Estratégias:

12.1) Acompanhar, por meio de parcerias, as instalações da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2) Mapear, por meio de parcerias, a demanda de educação superior pública e gratuita no município, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento;

12.3) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica, em consonância com seus respectivos sistemas de ensino;

12.4) Auxiliar as políticas de assistência estudantil, em regime de colaboração com o Estado e União, para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.5) Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior;

**Meta 13**- Articular, com o Estado e a União, formas de elevar a



qualidade da Educação Superior no Município, contribuindo para o aumento do número de matrículas na Pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

#### Estratégias:

13.1) Contribuir, em regime de colaboração com o Estado e a União, com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, de que trata a Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2) Manter representações dos Conselhos Municipais nas Comissões Próprias de Avaliação - CPA, das IES instaladas no Município, ou até mesmo das que venham a se instalar na vigência deste Plano;

13.3) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual;

13.4) Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumentos de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das Redes de educação básica no município, de modo a permitir aos graduandos, a aquisição das qualificações necessárias para conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes;

13.5) Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-graduação Lato e Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras;

13.6) Articular, em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores nos cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, na área da Educação;

13.7) Colaborar, em articulação com a União, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de Pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública;

Meta 14 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### Estratégias:

14.1) Promover, em regime de cooperação entre União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial, considerando o diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais desta área;

14.2) Divulgar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento;

14.3) Acompanhar a Instituição e consolidação da plataforma eletrônica estadual, com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

14.4) Acompanhar a implementação de programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades tradicionais, educação especial e, extratos historicamente excluídos;

14.5) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais;

14.6) Divulgar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas;

14.7) Acompanhar a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Tecnológicos de Nível Superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

14.8) Assegurar a todos os profissionais da educação básica, formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;

14.9) Aderir a programas, estaduais e federais, de formação docente, para Educação Profissional, voltados à complementação e certificação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública;

14.10) Ampliar, em regime de colaboração com o Estado e União, as políticas e programas de formação continuada e incentivar a formação inicial dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

14.11) Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim;

14.12) Expandir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;

14.13) Criar e consolidar, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

14.14) Acompanhar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica;

Meta 15 -Garantir, em regime de colaboração com o Estado e União, a formação de 75% dos professores da educação básica em nível de Pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades e especificidades dos sistemas de ensino.

#### Estratégias:

15.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação e formação continuada, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município;

15.2) Divulgar, de forma colaborativa, a política nacional e estadual de formação, em nível de Pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes estaduais, áreas prioritárias e instituições formadoras;

15.3) Manter e ampliar a oferta de bolsas de estudo para Pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica;

15.4) Divulgar, em âmbito municipal, as vagas disponíveis no Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da

educação básica e suas modalidades na oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu;

Meta 16 - Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste Plano.

Estratégias:

16.1) Realizar, no prazo de dois anos, atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública do sistema municipal de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional para os profissionais do magistério, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;

16.2) Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;

16.3) Implementar, no âmbito do Estado e do Município, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

16.4) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

16.5) Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

16.6) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;

16.7) Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

16.8) Estimular a existência de comissões permanentes, dentro do Fórum Municipal da Educação, do Sistema Público Municipal de Ensino, atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização do plano de carreira, assegurada a ampla representação social;

16.9) Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;

16.10) Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Plano de Carreira e do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;

16.11) Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública;

16.12) Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;

Meta 17 - Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior pública que evidencie

o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante dos Sistemas Estadual e Municipal de Ensino, com apoio técnico e financeiro da União.

Estratégias:

17.1) Administrar o repasse de transferências voluntárias da União e do Estado, na área da educação, de acordo com a aprovação da legislação municipal específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

17.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

17.3) Consolidar o Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais e regionais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do PNE e deste PME;

17.4) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

17.5) Consolidar a formação dos conselhos escolares, conforme instituído pela Lei Municipal Nº 4356, de 25 de Fevereiro de 2014;

17.6) Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

17.7) Estabelecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

17.8) Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

17.9) Estabelecer processo para a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica da rede pública, durante a vigência deste Plano;

17.10) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

17.11) Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de

cursos para conselheiros escolares, pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual;

17.12) Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

17.13) Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares;

17.14) Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

17.15) Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;  
17.16) Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal;

Meta 18- Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município, no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, com vinculação de novas fontes de recursos.

#### Estratégias:

18.1) ) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;  
18.2) Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

18.3) Aplicar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal;

18.4) Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal;

18.5) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado, órgão de controle interno, Câmara Municipal de Vereadores e o Ministério Público;

18.6) Desenvolver, com apoio da contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação básica, nos níveis e modalidades I e II;

18.7) Adotar, de acordo com o PNE, o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica;

18.8) Garantir, de acordo com o PNE, a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

18.9) Garantir, de acordo com o PNE, aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;

18.10) O município garantirá a aplicação do CAQ, o qual será definido no prazo de 3 (três) anos pelo PNE e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

18.11) Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação estadual;

18.12) Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação;

18.13) Aplicar recursos adicionais dirigidos à educação, de acordo com critérios e a distribuição definidas no PNE ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014;

18.14) Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;

18.15) Criar um programa de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

## **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONCORRÊNCIA 02/2015(PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 64/2015

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 23 de julho de 2015, licitação na modalidade de Concorrência, tipo maior oferta, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para concessão de serviço público de implantação e exploração de bens e espaços físicos para fins publicitários, no município de Imbituba/SC, com a instalação de placas de identificação de vias, logradouros, praças, avenidas deste município, através do fornecimento, da implantação e manutenção corretiva e preventiva de conjuntos toponímicos, totens, e placas toponímicas, pelo prazo de 10 (dez) anos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de junho de 2015

Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1440/15

. DECRETO Nº 1440/15

. De 19 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB - E.A.
	Valor: ( 30.000,00 )

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF Estado - E.A.
	Valor: ( 20.000,00 )

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
	Valor: ( 30.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5173

. LEI Nº 5173

. de 19 de junho de 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Indaial/SC.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Indaial/SC – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e no artigo 151 da Lei Orgânica do Município Indaial/SC.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade de ensino;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção da educação em direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

VII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva;

IX - valorização dos profissionais de educação;

X - difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;

XI - fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Fórum Municipal de Educação de Indaial.

Art. 5º. O Fórum Municipal de Educação de Indaial, instituído pelo Decreto 310, de 18/04/2013, promoverá a realização de, pelo menos, 2 (duas) conferências municipais de educação até o final da década, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º. O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis



com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 7º. Os Poderes, Executivo e Legislativo do Município, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade conheça amplamente sua implementação.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial, em 19 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 120/2015.

Pregão Presencial nº 053/2015-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza.

Entrega dos envelopes: 06/07/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 06/07/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Processo Licitatório nº 119/2015.

Pregão Presencial nº 003/2015-18201

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e cuidados pessoais.

Entrega dos envelopes: 06/07/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 06/07/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 121/2015.

Pregão Presencial nº 054/2015-10430

Objeto: Aquisição e instalação de telas de proteção nas quadras de esportes das escolas.

Entrega dos envelopes: 08/07/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 08/07/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Processo Licitatório nº 122/2015.

Pregão Presencial nº 008/2015-19208

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de materiais para laboratório municipal.

Entrega dos envelopes: 08/07/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 08/07/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 189/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 189/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, HABITARK ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.269.823/0001-30, com sede na Rua Carla Persuhn, nº 107, sala 01, bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fernando Ricardo dos Reis, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 420.688.789/68 e Cédula de Identidade nº 2.036.654-0 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de refeitório, depósito e sanitários para a ETE Bairro das Nações, com área total a construir de 91,98 m², passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 18 de junho de 2015 até

15 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 18 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	HABITARK ENGENHARIA LTDA Fernando Ricardo dos Reis Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 211/2011**

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO 211/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.094.629/0001-36, com sede na Rua Lages, nº 323, bairro Centro, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jurandir José da Silva, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, inscrito no CPF sob nº 084.594.104-63 e Cédula de Identidade nº 1.524.298-SC, residente e domiciliado na Rua Fernando de Noronha, nº 75, bairro Atiradores, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, fica alterada a cláusula quarta, item 4.1, 4.1.1 e incluído o item 4.1.3, do contrato original, que tem como objeto a execução dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana,

compreendendo os Serviços Gerais de Limpeza (capina manual, raspagem, varrição, limpeza de bocas-de-lobo, pintura de meio-fio e roçada de passeios não pavimentados, em vias pavimentadas), no Município de Indaial, conforme normas e especificações contidas no Edital de Concorrência nº 001/2011-10430 e seus Anexos, que passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total do presente contrato a partir desta data é de R\$ 2.254.167,05 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e sete reais e cinco centavos), conforme documentos anexo, sendo:

4.1.1. R\$ 73.337,44 (setenta e três mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) por equipe, por mês, para os Serviços Gerais de Limpeza, compreendendo a capina manual e mecanizada, raspagem, varrição, limpeza de bocas-de-lobo, pintura de meio-fio e roçada de passeios não pavimentados, em vias pavimentadas.

4.1.3. Os valores reajustados neste termo aditivo de contrato terão efeito retroativo para março/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 01 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Sérgio Almir dos Santos  
Contratante

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO  
Jurandir José da Silva  
Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE  
Jânio Vilson de Aviz  
Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO  
Silmara Fruet  
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL****PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015 - TERMO DE DISPENSA 04/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015

TERMO DE DISPENSA Nº 004/2015

DATA DE EMISSÃO: 19/06/2014

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

**OBJETO:**

Contratação de empresa para a realização da elaboração, aplicação e julgamento de concurso público para a seleção de profissionais para a Câmara Municipal de Indaial.

**UNIDADE REQUISITANTE:**

Câmara Municipal de Indaial.

- Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 09h00min às 11h00min e das 14h30min às 17h30min., ou através do Telefone: (47) 3333-0795; Fax: (47) 3333-0795; ou através dos e-mails: cama-raid@terra.com.br; secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

- O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Vereador Anderson Luz dos Santos  
Presidente da Câmara

Carimbo de Publicação



# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1621/2015

DECRETO Nº. 1621 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar alterando a Lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1010 Obras de Infraestrutura Rural  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 22.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação da Reserva de Contingência, por ter sido declarado Situação de Emergência no município de Iomerê, conforme o Decreto 1620 de 16 de junho de 2015:

09.00 Reserva de Contingência  
09.01 Reserva de Contingência  
2036 Reserva de Contingência  
99990000 Reserva de Contingência  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 17 de junho de 2015.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 7, PP 5-2015/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 7/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015, do PROCESSO Nº 7/2015, homologado aos 18 de junho de 2015, cujo objeto é: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.7.6410  
de 19 de junho de 2015

FORNECEDOR: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, situada na RUA TIRADENTES, 39, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.685.834/0001-39 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.292.437, representado por JOÃO VICTOR CANTON, CPF: 005.370.489-44.

LOTE 03	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00	16,00	12,60
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00	16,00	12,60
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00	16,00	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00	16,00	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00	16,00	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00	16,00	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00	16,00	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$138,60					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.7.6991  
de 19 de junho de 2015

FORNECEDOR: IPULIDER LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II, Nº 116, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.013.525/0001-15 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.654.332, representado pela Senhora, ONEIDA TECCHIO DA SILVEIRA, CPF: 295.595.379-20.

LOTE 04	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
4	LAXANTES	UN	1,00	16,00	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
12	ANTIANGINOSOS E VASODILADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00	16,00	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTI-TIROIDEANO	UN	1,00	16,00	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00	16,00	12,60

40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$ 126,00					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.7.7181  
de 19 de junho de 2015

FORNECEDOR: VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, Nº 205, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.343.100/0001-34 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.519.040, representado pela Senhora, VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER, CPF: 949.963.429-00.

LOTE 01	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSEAS	UN	1,00	16,00	12,60
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00	16,00	12,60
39	ANTIEPILÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$ 138,60					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.7.7269  
de 19 de junho de 2015

FORNECEDOR: G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, situada na Avenida Dom Pedro II Nº 42, município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.621.121/0001-90 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.256.791.678, representado pela Senhora AMANDA GERHARDT, CPF: 010.037.729-78.

LOTE 02	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
6	DIGESTIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00	16,00	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00	16,00	12,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00	16,00	12,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00	16,00	12,60
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$138,60					

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 41, PP 17-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 01/06/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo (DMER).

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 22/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 17 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2015, Licitação nº 17/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dezessete dias do mês de junho de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA- EPP e MARIZETE BEDIN ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº ADELAR PAGLIOCHI representante credenciado da empresa: BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-EPP e a Srª MARIZETE BEDIN sócia proprietária da empresa MARIZETE BEDIN ME. Indagados pelo pregoeiro sobre o credenciamento todas as empresas acima transcritas se credenciam como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante:** 8781 - MARIZETE BEDIN ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, sendo: feijão, arroz, massas, carnes e saladas.	UN	2.000,00		0,0000	10,60	21.200,00
<b>Total do Participante —————&gt;</b>							<b>21.200,00</b>
<b>Total Geral —————&gt;</b>							<b>21.200,00</b>

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2015 - PR</b>	Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 01/06/2015 Data do Processo:
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 17 de Junho de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECI R FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 7, PP 5-2015-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2015 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 01/06/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 6/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 17 de Junho de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 7/2015, Licitação nº 5/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP, IPULIDER LTDA - ME e G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. JOÃO VICTOR CANTON, sócio proprietário da empresa IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, a Srª VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER sócia proprietária da empresa VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP, a Srª SANDRA MARIA CAMILLO REISDORFER representante credenciada da empresa IPULIDER LTDA - ME e a Srª AMANDA GERHARDT sócia proprietária da empresa G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Indagados sobre a opção de credenciamento pelo Pregoeiro todos os presentes se enquadraram como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte foi dado início a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexados junto aos autos. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 7181 - VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSFANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
39	ANTIEPILÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

**Total do Participante —> 138,60**

**LOTE: 2**

**Participante: 7269 - G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**
**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 5/2015 - PR**
**CNPJ: 82.814.575/0001-02**
**AV. DOM PEDRO II, 230**
**C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação:**
**7/2015**
**Data do Processo:**
**01/06/2015**
**Folha: 2/3**
**LOTE: 2**
**Participante: 7269 - G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	DIGESTIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
18	OFTALMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

**Total do Participante —> 138,60**
**LOTE: 3**
**Participante: 6410 - IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
5	ANTIARRÉICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

**Total do Participante —> 138,60**
**LOTE: 4**
**Participante: 6991 - IPULIDER LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	LAXANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

**Total do Participante —> 126,00**
**Total Geral —> 541,80**




<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</div> <div>CNPJ: 82.814.575/0001-02</div> <div>AV. DOM PEDRO II, 230</div> <div>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 5/2015 - PR</div> <div>Processo Administrativo: 7/2015</div> <div>Processo de Licitação: 01/06/2015</div> <div>Data do Processo:</div>
Folha: 3/3	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 17 de Junho de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - MEMBRO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 41, PP 17-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2015 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 01/06/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2015
- b) Licitação Nr.: 17/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 18/06/2015
- e) Objeto da Licitação aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo (DMER).

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**MARIZETE BEDIN ME (8781)**

1 Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, sendo: feijão, arroz, massas, carnes e saladas.	UN	2.000,00	0,0000	10,60	21.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>21.200,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>21.200,00</b>

Ipumirim, 18 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 7, PP 5-2015-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2015 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 01/06/2015
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 7/2015  
b ) Licitação Nr.: 5/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 18/06/2015  
e ) Objeto da Licitação o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP (7181)**

3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSFANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
39	ANTIPILEPÍTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>138,60</b>	

Ipumirim, 18 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 01/06/2015
	Folha: 2/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 2

##### G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7269)

2	ANTIESPAMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
6	DIGESTIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
42	ANTIMIRAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>138,60</b>

#### LOTE: 3

##### IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA (6410)

1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>138,60</b>

#### LOTE: 4

##### IPULIDER LTDA (6991)

4	LAXANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60

Ipumirim, 18 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 5/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 7/2015  
Data do Processo: 01/06/2015

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 4****IPULIDER LTDA (6991)**

20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>126,00</b>	
<b>Total Geral:</b>					<b>541,80</b>	

Ipumirim, 18 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 79/2014 TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 20/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
E A EMPRESA MODELO PNEU LTDA.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Modelo Pneus Ltda, estabelecida na Avenida Humberto Alencar Castello Branco, nº 56, Bairro Planalto, Município de Bento Gonçalves, Estado de Rio Grande do Sul, CNPJ 94.510.682/0001-26, pelo seu representante, Sr. Igelso Ludovico Cecon, sob nº de CPF 102.757.970-15 e RG 5019027035, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 47/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 79/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 70/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 3.984,00 (Três mil novecentos e oitenta e quatro reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
19	8	Unidade	Pneu 7.50 X 16 – 16 Lonas Borrachudo	PIRELLI AS22 12 LONAS	498,00	3.984,00
TOTAL	3.984,00					

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 09 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

MODELO PNEUS LTDA  
IGELSO LUDOVICO CECON

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski  
CPF: 066.283.679-08

Nome: Sidnei Wagner  
CPF: 302.634.259-91

### CONVÊNIO Nº 07/2015

CONVÊNIO N.º 007/2015

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405/SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 – Centro, Irineópolis – SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede à Rua Guanabara, 320 - Centro - Irineópolis - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.800.037/0001-21, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente MARIA DA LUZ CORDEIRO, portadora do CPF nº 480.001.409-34 e Rg nº 1.643.738-1, celebram o presente convênio, com a supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, a transferência de recursos financeiros à CONVENIENTE, a título de subvenção, para auxiliar na manutenção

da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social, que tem por objetivo o atendimento a alunos portadores de deficiência mental, através da Escola "Amor Perfeito", bem como, o transporte de alunos de suas residências até a escola, inclusive os que residem na área rural do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, parcelas mensais sucessivas no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

##### I - DO CONCEDENTE:

- a) O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 10º dia útil de cada mês à CONVENIENTE o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda;
- b) Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- c) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- d) Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

##### II - DA CONVENIENTE:

- a) A CONVENIENTE obriga-se a prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE.
- b) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na conseqüente devolução dos valores aplicados incorretamente.
- c) Movimentar os recursos através de Conta Corrente específica junto uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa.
- d) Manter atualizado o cadastro dos atendimentos efetuados, bem como, prontuários e relatórios.
- e) Permitir, à qualquer tempo, a fiscalização das ações desenvolvidas, pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através de seus órgãos e Secretarias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

- ü Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- ü Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- ü Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas: nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas e duplicatas, dentre outros.
- ü Extratos bancários da conta corrente vinculada, a qual deverá ser utilizada somente para este fim, com a movimentação completa do período inclusive demonstrando que o extrato encontra-se "zerado".
- ü Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou as cópias dos cheques utilizados para o pagamento das despesas;
- ü Guia de recolhimento de saldo não utilizado, quando o caso;
- ü Cópia do certificado de propriedade veicular, no caso de aquisição ou conserto de veículos;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.



**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Convênio será de junho de 2015 pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 15 de Junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Maria da Luz Cordeiro Presidente APAE
Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Bernadete Schuster Longo CPF: 382.349.129-68

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 105/2015**

LEI COMPLEMENTAR N º 105/2015.

“REVOGA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/97, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1 º - Fica revogado o inteiro teor do Art. 80 da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997, que dispõe sobre o pagamento de auxílio transporte ao funcionário ativo nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 001/97, de 30/12/1997.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 19 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
AVISO DE ANULAÇÃO  
PREGAO PRESENCIAL Nº. 107/2015

O Município de Itapiranga torna público a quem interessar possa, que fica anulado o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº. 107/2015, que tem por objeto a Aquisição de Veículo Novo, O KM, destinado para a Secretaria de Administração desta Municipalidade e o faz por razão de interesse público, com base no artigo 49 da Lei nº. 8.666/93.

Itapiranga - SC., 19 de junho de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

### ANULAÇÃO 22/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE ANULAÇÃO  
PREGAO PRESENCIAL Nº. 22/2015 FMS

O Município de Itapiranga, torna público a quem interessar possa, que fica anulado o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº. 22/2015, que tem por objeto a Aquisição de Estrutura para Acesso e Identificação do Hall de Entrada da Unidade de Saúde Fronteira e o faz por razão de interesse público.

Itapiranga - SC., 19 de junho de 2015.  
Luís Carlos Steffenon  
Adm. do FMS.

### DECRETO N. 111, DE 18 DE JUNHO DE 2015

DECRETO N. 111, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Anula o Processo Licitatório n. 107/2015, na modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ainda a Instrução Normativa n. TC-05/2008 do TCE/SC;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório n. 107/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 107/2015, de 02 de junho de 2015, por razão de interesse da municipalidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 110 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 110 DE 15 DE JUNHO DE 2015.  
Altera o Decreto nº 88 de 14 de maio de 2013 que regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais pela Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2.834, de 30 de abril de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica excluído o item 4. da alínea b do inciso I do art. 13 do Decreto nº 88 de 14 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 15 de junho de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

### EXTRATO DE CONTRATO DA PREFEITURA Nº 093/2015 A 096/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS – PREFEITURA

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2014

PARTES: Município de Itapiranga e ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 107/2014

OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato para prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da contratante.

VALOR: R\$ 15.000,00

VIGÊNCIA: 23 de julho de 2016.

Itapiranga – SC. 15 de junho de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial 104/2015

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.300,00

VIGÊNCIA: 10 de junho de 2016.

Itapiranga – SC. 10 de junho de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Serni Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 043/2014

OBJETO: Reequilíbrio econômico do contrato para transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos compactáveis, do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 9.112,88

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga – SC. 10 de junho de 2015.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ERRATA DO EDITAL Nº 036/2015 - ADMINISTRADOR

ERRATA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 036/2015

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Onde se lê:

0.1. A seleção tem por objetivo o preenchimento do cargo de Administrador nos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria, podendo participar do processo seletivo profissionais que possuam título de graduação em Administração.

Lê-se:

0.1. A seleção tem por objetivo o preenchimento do cargo de Administrador nos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria, podendo participar do processo seletivo profissionais que possuam título de graduação em Administração e Registro no respectivo Conselho de Classe.

E onde se lê:

1.1. Serão atribuições do Administrador dos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria:

- I. Elaborar as atas e manter atualizada a documentação do Conselho;
- II. Fomentar as discussões referentes as pautas das reuniões;
- III. Manter os conselheiros informados e atualizado sobre as legislações, normativas, portarias pertinentes aos Conselhos;
- IV. Expedir correspondências e arquivar documentos;
- V. Prestar contas à Presidência dos seus atos, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;
- VI. Informar à Presidência dos compromissos agendados;
- VII. Manter os Conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das comissões temáticas;
- VIII. Coordenar as atividades da secretaria, sob supervisão do presidente;
- IX. Apresentar, anualmente, relatórios sucintos das atividades dos Conselhos;
- X. Receber previamente relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de inteirar-se sobre o tema, embasando-se nas legislações referentes a tal documentação, para processamento e inclusão na pauta;
- XI. Providenciar publicação dos atos do conselho no Diário Oficial do Município;
- XII. Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo presidente ou pela assembleia.

Lê-se:

1.1. Serão atribuições do Administrador dos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria:

- I. Apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial da Prefeitura;
- II. Participar da análise e acompanhamento do orçamento e de sua execução físico-financeira, efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação;

III. Propor, executar e supervisionar análises e estudos técnicos, realizando pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas, métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos;

IV. Elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções, formulários e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações, para racionalização e atualização de normas e procedimentos;

V. Elaborar critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, baseando-se em levantamentos e estudos, para a correta administração do sistema de materiais;

VI. Elaborar e aplicar critérios, planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, dando orientação técnica, acompanhando, coletando e analisando dados, redefinindo metodologias, elaborando formulários, instruções e manuais de procedimentos, participando de comissões, ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos da Prefeitura;

VII. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;

VIII. Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;

IX. Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

X. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;

XI. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional, como:

XIII. Elaborar as atas e manter atualizada a documentação do Conselho;

XIV. Fomentar as discussões referentes as pautas das reuniões;

XV. Manter os conselheiros informados e atualizado sobre as legislações, normativas, portarias pertinentes aos Conselhos;

XVI. Expedir correspondências e arquivar documentos;

XVII. Prestar contas à Presidência dos seus atos, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;

XVIII. Informar à Presidência dos compromissos agendados;

XIX. Manter os Conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das comissões temáticas;

XX. Coordenar as atividades da secretaria, sob supervisão do presidente;

XXI. Apresentar, anualmente, relatórios sucintos das atividades dos Conselhos;

XXII. Receber previamente relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de inteirar-se sobre o tema, embasando-se nas legislações referentes a tal documentação, para processamento e inclusão na pauta;

XXIII. Providenciar publicação dos atos do conselho no Diário Oficial do Município;

XXIV. Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas

pelo presidente ou pela assembleia.

Itapoá, 19 de Junho de 2015

ALESSANDRA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social

## **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 38/2015 – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 38/2015 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na Educação Especial, vagas remanescentes do Edital 51/2014 para complementação do quadro de professores da Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 24/06/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1- O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2- Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3- As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4- O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 – O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6- A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7- Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

### **2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1- As inscrições para entrega de currículo será dia 22 de junho de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

### **3. QUADRO DE VAGAS:**

Vaga	Área	CH
1	Professor auxiliar de Turma	20h

3.1- Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

### **4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

4.1- Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2- A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3- A classificação será publicada dia 23 de junho de 2015 às 12hs.

4.4- Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

### **5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).**

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico

20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Nº: \_\_\_\_\_

21- Comprovante de quitação militar.

### **6- DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

6.1- A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

6.2- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 19 de junho de 2015.

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretaria de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA EDITAL Nº 038/2015.**

ERRATA EDITALNº 038/2015.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão a ERRATA do Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário (ACT), vaga remanescente do Edital 51/2014 para complementação do quadro de Professores Auxiliares que atuarão na Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 24/06/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

**2. DAS INSCRIÇÕES:****2.1**

-As inscrições para entrega de currículo será dia 22 de junho de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, ou Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 430, Centro, Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min

Itapoá, 19 de junho de 2015

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação



# Joaçaba

## PREFEITURA

### 253/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 253/2015/PMJ  
PL 59/2015/PMJ – PP 39/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: HARMONICA ARTE & ENTRETENIMENTO LTDA-ME.

OBJETO: a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2015, que será realizado no período de 28 de outubro a 01 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 41.990,00(quarenta e um mil e novecentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 15/11/2015, contada a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 – MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS

22 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: OTAVIO JOSE SCHUEDA

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2015

MUNICIPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

### 28/2013 FMS TA 02

CONTRATO Nº 28/2013/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICINIO CORDOVA, 411 D, Bairro SÃO CRISTOVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 28/2013/FMS, firmado em 26/06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 26/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 23/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 27/06/2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução do objeto da contratação passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor original unitário da cópia fica reajustado em 12,0431%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de junho/2013 a maio/2015, passando de R\$ 0,048 para 0,054 (cinquenta e quatro milésimos de centavos de real), a partir de 01 de julho de 2015.

Diante da prorrogação do prazo e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), considerando a quantidade mensal estimada de 50.000 (cinquenta mil) cópias.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2015.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

REALMAC – MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA  
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 4.773 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4.773 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 06 de agosto de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 16 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **DECRETO Nº 4.774 DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.774 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.616/99, Decretos nº 2.050 e nº 2.051/2001 e a Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, com atuação no Município de Joaçaba(SC), órgão responsável pelo julgamento de recursos provenientes de infrações de trânsito ocorridas no território do Município de Joaçaba(SC), que funcionará junto a Gerência de Transportes, Trânsito e Mobilidade Urbana, constituída pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
SILVIO FIEDLER - Titular  
VANIA BRANDALIZE - Suplente

REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
JORGE LUIZ HAACK - Presidente  
JAISON STRAPASSOLA - Suplente

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE JOAÇABA  
ADEMAR AUGUSTO JAPÃO BELOTO - Titular  
ZENO VIER - Suplente

SECRETÁRIO EXECUTIVO  
SALETE FALLGATER

SECRETÁRIO GERAL  
RENATO WEISS

Art. 2º Os serviços prestados pela Junta ora nomeada, farão jus à remuneração prevista na Lei nº 2.780 de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 18 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **HOMOLOG PL 59/2015**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 59/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 39/2015/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2015, que será realizado no período de 28 de outubro a 01 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:  
HARMONICA ARTE E ENTRETENIMENTO LTDA-ME  
VALOR R\$ 41.990,00  
Fiscal: OTAVIO JOSE SCHUEDA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 310 DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 310 DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 300/2015 – ESTABELECE CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DE ALINHAMENTO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 300/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV – Nas vias onde o mapa não tem definição de passeio e pista, deverão ser obedecidas as seguintes medidas de largura:

- a) Gabarito de 7,00 a 8,50 metros, passeio de 1,00 metro;
- b) Gabarito acima de 8,50 até 11,00 metros, passeio de 1,50 metros;
- c) Gabarito acima de 11,00 até 14,00 metros, passeio de 2,00 metros;
- d) Gabarito acima de 14,00 metros, passeio de acordo com definição do mapa viário.

Art. 2º Fica inserido o parágrafo único no art. 1º da Lei Complementar nº 300/2015 com a seguinte redação:

Parágrafo Único – Gabaritos inferiores a 7,00 metros ficam sujeitos à análise de viabilidade pelo órgão de trânsito competente.

Art. 3º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 19 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito



**TERMO DE NOTIFICAÇÃO**  
TERMO DE NOTIFICAÇÃO

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelas Portarias nº. 4.366/2015 e nº. 4.411/2015 do senhor Prefeito de Joaçaba, NOTIFICA através desta, o servidor CARLOS ZAGONEL, da oitiva agendada, conforme data, horário e local que seguem:

• 24/06/2015 (quarta-feira), as 17:00h, no Gabinete do Prefeito, situado na Prefeitura de Joaçaba – Av. XV de Novembro, 378 – 3º andar – oitiva do senhor Ilton Antonio Schmitz.

Joaçaba, 19 de junho de 2015  
Ines Maria Picoli  
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 003/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003 DE 19 DE JUNHO DE 2015

APROVA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ALTERANDO O INCISO I DO § 2º E O § 3º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O FIM DE FIXAR O PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM APLICADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o plenário aprovou e que fica promulgado o presente:

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º - Fica aprovada a apresentação à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A aprovação do presente Decreto Legislativo constitui a manifestação da Câmara Municipal de Joaçaba pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba/SC, em 19 de junho de 2015.

Luiz Vastres  
Presidente

Jucelino Jorge Ferraz  
Vice-Presidente

Elói Hoffelder  
Primeiro Secretário

Vilmar Zílio  
Segundo Secretário

**ANEXO ÚNICO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Altera o inciso I do § 2º e o § 3º do artigo 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 1º. O inciso I do §2º e o §3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155 (...)

§2º (...)

I - no caso do Estado, aplicar-se-á, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15 % (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, alínea "a", do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios;

(...)

§3º. Lei Complementar Federal estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas estadual e municipal"

Art. 2º. O percentual de que trata o inciso I do §2º do art. 155 da Constituição Estadual obedecerá à seguinte regra de implementação:

I - no ano de 2016, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12,5% (doze e meio por cento);

II - no ano de 2017, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13% (treze por cento);

III - no ano de 2018, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13,5% (treze e meio por cento);

IV - no ano de 2019, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14% (quatorze por cento)

V - no ano de 2020, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14,5% (quatorze e meio por cento);

VI - no ano de 2021, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 15% (quinze por cento)

Art. 3º. Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA GERAL CONCURSO 002/2015**

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/002/2015

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA GERAL DOS CANDIDATOS

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Item IV. 4.1, do Edital do Concurso Público SIMAE/JHL/002/2015, torna público a classificação provisória geral dos candidatos submetidos as condições do processo em tela:

CONTADOR							
Inscrição	Candidato	C.ESP.	REG. SIMAE	C.PORT.	C.MAT.	Total	Class.
1411	CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO	3,84	1,04	1,56	2,08	8,52	1º
1592	DENIS RAFAEL KORB	3,52	1,04	1,82	2,08	8,46	2º
1603	EDILSON DOS SANTOS VILARINO	3,84	0,78	1,56	1,82	8,00	3º
1528	EDNA MORENO	3,68	1,04	1,04	2,08	7,84	4º
1526	LEONARDO MORAIS ARAUJO	3,20	0,78	1,82	1,82	7,62	5º
1453	LEONARDO ÁVILA CUSTÓDIO	2,08	1,04	2,08	2,08	7,28	6º
1491	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTÜCKER MARCON	3,84	0,52	1,30	1,56	7,22	7º
1559	ELIANE APARECIDA CERON VIER	3,52	1,04	1,30	1,30	7,16	8º
1582	KATIA PRISCILA ANTUNES	3,68	0,52	1,30	1,30	6,80	9º
1393	FABRICIO ZANCHETTIN	3,36	0,78	1,56	1,04	6,74	10º
1543	FRANCIELE HOFFMANN LEMES	2,88	1,04	1,30	1,30	6,52	11º
1365	LOUISE PANISSON	3,20	1,04	1,30	0,78	6,32	12º
1556	ALEXANDRE CASSEL	3,20	0,78	1,30	1,04	6,32	13º
1527	TIAGO FIGUEIREDO BAISCH	3,84	0,78	1,04	0,52	6,18	14º
1423	SIMER TESSER	2,72	0,52	1,04	1,82	6,10	15º
1432	GABRIEL MARQUEZ	2,40	0,52	1,56	1,56	6,04	16º
1591	FRANCIELLE CRISITINE TRAUTMANN	2,40	0,52	1,30	1,82	6,04	17º
1482	WAILEN ANTONIO DA SILVA	2,24	0,52	1,04	2,08	5,88	18º
1627	PRISCILA ALANO DA ROSA	2,24	0,52	1,04	2,08	5,88	19º
1495	DREONE FELSKI MENDES	3,52	0,52	0,78	1,04	5,86	20º
1589	MARCIA CERATI ZONTA PEREIRA	3,20	0,78	1,04	0,78	5,80	21º
1402	FERNANDA CRISTINA HERMES	2,88	0,78	1,56	0,52	5,74	22º
1367	RENATA AGOSTINI	2,56	1,04	0,78	1,30	5,68	23º
1532	EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA	3,04	0,78	1,04	0,78	5,64	24º
1516	TACIANE PAULA TEO	3,04	0,26	0,78	1,56	5,64	25º
1569	GISELA GANDIN	1,92	1,04	1,04	1,56	5,56	26º
1356	FABIANE ZAGO	2,40	1,04	1,30	0,78	5,52	27º
1529	ELITON FELIPE SCHOFFEN	2,72	0,78	1,30	0,52	5,32	28º
1549	MARCELO RIBEIRO	2,56	1,04	1,04	0,52	5,16	29º
1531	MAGALI SARTORI	2,40	0,52	0,78	1,30	5,00	30º

Publique-se.

Joaçaba-SC, 22 de Junho de 2015.

APRENDER.COM

**GABARITO OFICIAL CONCURSO 002/2015**

EDITAL JHL 002/2015 CONCURSO PÚBLICO

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE

**GABARITO OFICIAL**

CONTADOR																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	C	D	A	A	A	B	C	D	*	A	C	A	D	B	D	D	A	A	B	B	A	C	D	B	A	A	D	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
D	A	C	B	B	C	D	B	C	A	D	C	B	C	D	B	A	D	D	D										

(\*) Questão anulada considerada certa para todos.

Publicado em 22 de Junho de 2015.

APRENDER.COM



**RESUMO CONTRATO JHL 0051/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0051/2015

SMOS JHL 0158/2015

PROTOCOLO Nº 1254/2015

Data: 19/06/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de implantação de rede coletora de esgoto junto ao lajeado antinha e elevatória de esgoto EEJ-011 no bairro Santa Tereza em Joaçaba/SC.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor Contratado: R\$ 548.504,34 (Quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quatro reais e trinta e quatro centavos)

Projeto/Atividade: 14.01

Função/Programa: 1.052

Elemento: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 19/06/2015 a 18/06/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

# José Boiteux

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO 30/2015 CONSULTAS ESPECIALIZADAS

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015  
CREDENCIAMENTO Nº 003/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux/SC, torna público, que encontra-se aberto prazo para CREDENCIAMENTO pessoas físicas e jurídicas mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do SUS do Município de José Boiteux, com disponibilidade técnica conforme Anexo I deste Edital, sendo a primeira sessão em 10/07/2015 as 09:00 horas permanecendo assim uma seção a cada mês nesta mesma data. Maiores informações diariamente, das 08:00 às 16:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, pelo fone/fax (47)3352-7111.

José Boiteux/SC, em 19 de junho de 2015.  
JONAS ANDERSON DERINGER  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 273/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 273/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 80.487.606/001-32, sediada a Av. primeiro de maio, 226, Universitário - Lages/SC, CEP 88.509-510.

Contrato de Inexigibilidade, nos termos do art. 25 caput, da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 200/2015, correlato a Inexigibilidade nº 07/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Prestação de Serviços Técnicos de Consultoria e Assessoria Técnica para atualizar o Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.

1.2 Realizar atualização dos dados técnico-operacionais e econômico-financeiros referentes ao Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Coletivo urbano de Passageiros, anexo ao Edital de concorrência Pública nº 17/2012, a ser republicado:

- Adequar a oferta de Serviços;
- Adequar a capacidade do sistema;
- Atualizar e rever as projeções de demanda;
- Atualizar o cálculo da tarifa de remuneração máxima a ser fixada pelo Edital;
- Rever a composição da taxa de Retorno de Capital
- Refazer e atualizar o fluxo de Caixa da Concessão;
- Reavaliar o prazo de concessão, em face da manutenção da tarifa pública a preço módico.

1.3 proceder a Atualização do texto do edital de Concorrência pública nº 17/2012, em razão da decisão nº 5525/2014, exarada pelo Pleno do tribunal de Contas de santa catariana.

1.4 Acompanhamento do Processo de análise das propostas, fornecendo subsídios, sob o ponto de vista técnico, para que a Comissão Permanente de Licitação proceda o Julgamento do Certame e confeccione seus pareceres

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do contrato;

2.2 De Execução, é de 30 dias a contar da data da assinatura da ordem de serviço;

2.3 Do Contrato, O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até 31/12/2015, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 37.546,00 (trinta e sete mil quinhentos e quarenta e seis reais).

Lages, 19 de junho de 2015.  
Antonio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 40/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 40/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: FRAMA CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.673.051/0001-26, COM SEDE A Rua Otacilio Vieira da Costa, 190 – Sala 02 – Praça Joca Neves – Centro – CEP 88501-050.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 24/2015, correlato a Tomada de Preços nº 07/2015

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia e/ou Arquitetura para Prestação de Serviços de Execução de Recuperação do Telhado da Substação, Casa de Química, Guarita e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do edital correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), Os serviços serão medidos conforme sua execução e sempre de acordo com as condições prescritas no Edital e demais documentos que o constituem.

2.3 De Execução, Conta-se da data da assinatura do contrato até sua vigência que será de 30(trinta).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 14.144,68 (quatorze mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Lages, 18 de Maio de 2015.  
Benjamin Schultz  
Secretário Municipal (SEMASA)

### PP 78-2015 PML RERRATIFICADO, PP 86 E 87-2015 PML

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 78/2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 07/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 518.685,95

Modalidade: PP 86/2015 PML

Objeto: Aquisição de Equipamentos.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 06/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 15.584,56

Modalidade: PP 87/2015 PML

Objeto: Aquisição de Utensílios Domésticos e Eletrodomésticos.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 06/07/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 225.258,62

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de junho de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

## CONTAS PUBLICAS Nº01

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRÉO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>472.140.000,00</b>	<b>472.140.000,00</b>	<b>72.648.601,21</b>	<b>15,39</b>	<b>138.821.597,87</b>	<b>333.318.402,13</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>426.450.000,00</b>	<b>426.450.000,00</b>	<b>72.022.491,17</b>	<b>16,89</b>	<b>136.204.202,48</b>	<b>290.245.797,52</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	50.323.000,00	50.323.000,00	13.559.266,75	26,94	20.592.045,54	29.730.954,46
IMPOSTOS	47.110.000,00	47.110.000,00	11.517.870,82	24,45	18.053.986,72	29.056.013,28
TAXAS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.036.560,78	67,89	2.533.223,67	466.776,33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	213.000,00	213.000,00	4.835,15	2,27	4.835,15	208.164,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.134.000,00	24.134.000,00	3.657.154,28	15,15	7.111.640,17	17.022.359,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.434.000,00	12.434.000,00	1.803.184,57	14,50	3.515.961,93	8.918.038,07
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	11.700.000,00	11.700.000,00	1.853.969,71	15,85	3.595.678,24	8.104.321,76
RECEITA PATRIMONIAL	4.689.795,00	4.689.795,00	1.069.784,45	22,81	2.028.452,81	2.661.342,19
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	343.495,00	343.495,00	63.150,26	18,38	133.029,43	210.465,57
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.301.300,00	4.301.300,00	966.634,19	22,47	1.846.276,07	2.455.023,93
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	9.147,31	35.852,69
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	-40.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	44.223.660,00	44.223.660,00	8.467.601,09	19,15	15.037.478,69	29.186.181,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	275.957.395,00	275.957.395,00	41.964.659,71	15,21	85.509.728,30	190.447.666,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	275.510.395,00	275.510.395,00	41.940.865,93	15,22	85.410.634,52	190.099.760,48
Transferências de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	4.554,11	3,04	49.854,11	100.145,89
Transf. de Pessoas	100.000,00	100.000,00	100,00	0,10	100,00	99.900,00
Transf. de Conv.	197.000,00	197.000,00	19.139,67	9,72	49.139,67	147.860,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.122.150,00	27.122.150,00	3.304.024,89	12,18	5.924.856,97	21.197.293,03
Multas e Juros de Mora	6.027.170,00	6.027.170,00	1.239.450,24	20,56	2.189.795,10	3.837.374,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.648.300,00	1.648.300,00	648.503,39	39,34	1.158.406,39	491.893,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.145.600,00	11.145.600,00	1.347.371,35	12,09	2.447.867,26	8.697.732,74
RECEITAS DIVERSAS	8.301.080,00	8.301.080,00	68.699,91	0,83	130.788,22	8.170.291,78
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>45.690.000,00</b>	<b>45.690.000,00</b>	<b>626.110,04</b>	<b>1,37</b>	<b>2.617.395,39</b>	<b>43.072.604,61</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.390.000,00	10.390.000,00	262.336,17	2,52	608.597,22	9.781.402,78
Operações de Crédito Internas	10.390.000,00	10.390.000,00	262.336,17	2,52	608.597,22	9.781.402,78
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	-250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	-250.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.300.000,00	35.300.000,00	363.773,87	1,03	1.758.798,17	33.541.201,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	243.231,19	0,00	369.470,00	-369.470,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.300.000,00	35.300.000,00	120.542,68	0,34	1.389.328,17	33.910.671,83
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>2.328.704,36</b>	<b>10,85</b>	<b>3.902.667,09</b>	<b>17.557.332,91</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>2.328.704,36</b>	<b>10,85</b>	<b>3.902.667,09</b>	<b>18,19</b>	<b>17.557.332,91</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>74.977.305,57</b>	<b>15,19</b>	<b>142.724.264,96</b>	<b>28,91</b>	<b>350.875.735,04</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>74.977.305,57</b>	<b>15,19</b>	<b>142.724.264,96</b>	<b>28,91</b>	<b>350.875.735,04</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>74.977.305,57</b>	<b>15,19</b>	<b>142.724.264,96</b>	<b>28,91</b>	<b>350.875.735,04</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>2.657.066,21</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>707.866,47</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	2.657.066,21	—	—	707.866,47	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>472.565.935,00</b>	<b>489.097.984,73</b>	<b>72.583.734,12</b>	<b>253.373.035,29</b>	<b>235.724.949,44</b>	<b>70.380.447,95</b>	<b>123.306.719,17</b>	<b>365.791.265,56</b>	<b>108.720.365,90</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>391.544.542,50</b>	<b>391.837.533,17</b>	<b>44.535.827,87</b>	<b>191.655.731,94</b>	<b>200.181.801,23</b>	<b>62.356.494,68</b>	<b>112.606.892,81</b>	<b>279.230.640,36</b>	<b>101.699.618,37</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	171.618.935,00	171.618.935,00	27.614.889,38	54.021.761,86	117.597.173,14	27.060.351,97	53.166.170,22	118.452.764,78	52.778.725,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.597.500,00	2.148.500,00	551.000,00	2.137.500,00	11.000,00	253.879,52	529.327,20	1.619.172,80	520.299,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	218.328.107,50	218.070.098,17	16.369.938,49	135.496.470,08	82.573.628,09	35.042.263,19	58.911.395,39	159.158.702,78	48.400.593,51
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>80.994.767,50</b>	<b>97.233.826,56</b>	<b>28.047.906,25</b>	<b>61.717.303,35</b>	<b>35.516.523,21</b>	<b>8.023.953,27</b>	<b>10.699.826,36</b>	<b>86.534.000,20</b>	<b>7.020.747,53</b>
INVESTIMENTOS	66.494.767,50	83.284.826,56	25.789.396,54	51.328.659,38	31.956.167,18	6.656.713,68	7.946.801,47	75.338.025,09	4.268.624,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.500.000,00	13.949.000,00	2.258.509,71	10.388.643,97	3.560.356,03	1.367.239,59	2.753.024,89	11.195.975,11	2.752.123,26
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>26.625,00</b>	<b>26.625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.625,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	472.565.935,00	489.097.984,73	72.583.734,12	253.373.035,29	235.724.949,44	70.380.447,95	123.306.719,17	365.791.265,56	108.720.365,90
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	21.034.065,00	21.034.065,00	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77	3.493.825,02
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>510.132.049,73</b>	<b>74.979.487,18</b>	<b>258.046.032,52</b>	<b>252.086.017,21</b>	<b>72.776.201,01</b>	<b>127.979.716,40</b>	<b>382.152.333,33</b>	<b>112.214.190,92</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>510.132.049,73</b>	<b>74.979.487,18</b>	<b>258.046.032,52</b>	<b>252.086.017,21</b>	<b>72.776.201,01</b>	<b>127.979.716,40</b>	<b>382.152.333,33</b>	<b>112.214.190,92</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>									
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>493.600.000,00</b>	<b>510.132.049,73</b>	<b>74.979.487,18</b>	<b>258.046.032,52</b>			<b>14.744.548,56</b>		<b>142.724.264,96</b>

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.647.265,90

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>2.328.704,36</b>	<b>10,85</b>	<b>3.902.667,09</b>	<b>18,19</b>	<b>17.557.332,91</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>2.328.704,36</b>	<b>10,85</b>	<b>3.902.667,09</b>	<b>18,19</b>	<b>17.557.332,91</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	21.460.000,00	21.460.000,00	2.328.704,36	10,85	3.902.667,09	18,19	17.557.332,91
Contribuições para o RPPS	60.000,00	60.000,00	983,64	1,64	2.032,37	3,39	57.967,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.400.000,00	21.400.000,00	2.327.720,72	10,88	3.900.634,72	18,23	17.499.365,28

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL - 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>21.034.065,00</b>	<b>21.034.065,00</b>	<b>2.395.753,06</b>	<b>4.672.997,23</b>	<b>16.361.067,77</b>	<b>2.395.753,06</b>	<b>4.672.997,23</b>	<b>16.361.067,77</b>	<b>3.493.825,02</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.034.065,00	21.034.065,00	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77	3.493.825,02

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

## CONTAS PUBLICAS Nº02

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	472.565.935,00	489.097.984,73	72.583.734,12	253.373.035,29	98,19	70.380.447,95	123.306.719,17	96,35
Ação Legislativa	11.800.000,00	11.800.000,00	1.471.064,26	3.541.199,24	1,37	1.616.717,02	2.898.307,09	2,27
Judiciária	11.800.000,00	11.800.000,00	1.471.064,26	3.541.199,24	1,37	1.616.717,02	2.898.307,09	2,27
Defesa do Interesse Público	2.091.717,50	2.091.717,50	376.947,28	819.572,04	0,32	373.078,68	751.990,39	0,59
Administração	2.091.717,50	2.091.717,50	376.947,28	819.572,04	0,32	373.078,68	751.990,39	0,59
Planejamento e Orçamento	40.510.517,50	40.510.517,50	5.365.330,26	14.321.491,33	5,55	5.421.883,35	11.022.769,70	8,61
Administração Geral	2.786.625,00	2.786.625,00	432.562,38	987.463,00	0,38	444.288,42	890.909,35	0,70
Administração Financeira	18.590.392,50	18.590.392,50	3.167.327,91	7.272.540,00	2,82	2.856.521,47	5.145.017,30	4,02
Controle Interno	1.470.000,00	1.470.000,00	0,00	1.432.921,01	0,56	321.435,70	541.246,58	0,42
Normalização e Fiscalização	588.150,00	588.150,00	80.108,66	168.807,83	0,07	81.328,73	162.195,11	0,13
Administração de Receitas	5.330.000,00	5.330.000,00	745.584,87	1.489.854,93	0,58	729.968,26	1.471.070,68	1,15
Comunicação Social	8.824.050,00	8.824.050,00	726.445,77	2.564.750,49	0,99	734.086,27	2.478.992,78	1,94
Segurança Pública	2.921.300,00	2.921.300,00	213.300,67	405.154,07	0,16	254.254,50	333.337,90	0,26
Policimento	1.902.000,00	1.902.000,00	455.799,12	719.374,33	0,28	379.377,48	466.464,99	0,36
Defesa Civil	480.000,00	480.000,00	76.770,85	121.444,48	0,05	66.275,81	107.709,54	0,08
Assistência Social	1.422.000,00	1.422.000,00	379.028,27	597.929,85	0,23	313.101,67	358.755,45	0,28
Assistência ao Idoso	15.211.700,00	15.211.700,00	2.783.674,74	5.796.686,51	2,25	2.085.344,34	4.124.369,68	3,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	262.000,00	262.000,00	6.800,00	13.800,00	0,01	6.821,00	13.336,00	0,01
Previdência Social	14.904.700,00	15.513.162,54	2.776.874,74	5.785.886,51	2,24	2.078.523,34	4.111.033,68	3,21
Previdência do Regime Estatutário	42.499.000,00	42.499.000,00	10.391,92	27.530.822,50	10,67	5.032.392,49	9.849.952,32	7,70
Saúde	42.499.000,00	42.499.000,00	10.391,92	27.530.822,50	10,67	5.032.392,49	9.849.952,32	7,70
Atenção Básica	106.761.570,00	111.392.014,34	11.772.815,34	67.483.819,88	26,15	17.788.992,10	33.580.459,20	26,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	54.524.620,00	56.155.064,34	10.193.646,67	23.115.636,12	8,96	9.800.937,22	17.451.799,54	13,64
Suporte Profilático e Terapêutico	53.182.512,00	53.182.512,00	1.189.826,56	43.609.993,52	16,90	7.635.884,57	15.650.130,11	12,23
Vigilância Sanitária	1.047.800,00	1.047.800,00	185.886,67	415.357,26	0,16	244.820,50	309.848,44	0,24
Educação	1.006.638,00	1.006.638,00	203.455,44	342.832,98	0,13	107.349,81	168.681,11	0,13
Ensino Fundamental	96.610.125,00	104.760.636,27	21.520.907,39	44.023.804,08	17,06	17.153.837,82	30.249.723,23	23,64
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	21.462.645,35	42.762.311,85	16,57	16.675.610,64	29.689.139,26	23,20
Educação Infantil	2.920.000,00	2.922.500,00	58.262,04	1.261.492,23	0,49	0,00	0,00	0,00
Cultura	3.770.630,00	3.770.630,00	614.613,86	1.108.105,01	0,43	478.227,18	590.583,97	0,44
Diffusão Cultural	3.770.630,00	3.770.630,00	614.613,86	1.108.105,01	0,43	461.052,63	806.085,07	0,63
Direitos da Cidadania	285.000,00	285.000,00	2.331,73	10.014,27	0,00	7.868,35	9.684,27	0,01
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	285.000,00	285.000,00	2.331,73	10.014,27	0,00	7.868,35	9.684,27	0,01

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	472.565.935,00	489.097.984,73	72.583.734,12	253.373.035,29	98,19	70.380.447,95	123.306.719,17	365.791.265,56
Serviços Urbanos	7.200.000,00	7.200.000,00	146.725,48	5.749.635,48	2,23	1.398.011,36	2.344.545,77	4.855.454,23
Habituação	1.845.155,00	1.955.722,75	179.625,41	537.380,78	0,21	210.307,39	404.456,12	1.551.266,63
Habituação Urbana	1.845.155,00	1.955.722,75	179.625,41	537.380,78	0,21	210.307,39	404.456,12	1.551.266,63
Saneamento	78.615.100,00	78.615.100,00	11.736.113,60	44.132.398,93	17,10	7.978.416,10	10.855.346,98	67.759.753,02
Saneamento Básico Urbano	78.615.100,00	78.615.100,00	11.736.113,60	44.132.398,93	17,10	7.978.416,10	10.855.346,98	67.759.753,02
Gestão Ambiental	7.896.000,00	7.896.000,00	1.055.531,39	3.118.863,31	1,21	1.170.885,72	2.294.957,34	5.601.042,66
Preservação e Conservação Ambiental	7.896.000,00	7.896.000,00	1.055.531,39	3.118.863,31	1,21	1.170.885,72	2.294.957,34	5.601.042,66
Agricultura	4.030.000,00	4.030.000,00	578.637,56	2.352.587,84	0,91	936.736,16	1.377.080,26	2.652.919,74
Extensão Rural	4.030.000,00	4.030.000,00	578.637,56	2.352.587,84	0,91	936.736,16	1.377.080,26	2.652.919,74
Indústria	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
Produção Industrial	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
Comércio e Serviços	8.883.795,00	8.913.795,00	342.003,91	760.493,79	0,29	387.297,57	665.959,36	8.247.835,64
Promoção Comercial	7.629.480,00	7.629.480,00	149.197,71	377.503,03	0,15	151.253,64	311.927,96	7.377.552,04
Comercialização	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	1.234.315,00	1.264.315,00	192.806,20	382.990,76	0,15	236.043,93	354.031,40	910.283,60
Transporte	13.898.400,00	21.312.274,38	9.626.576,85	13.143.925,63	5,09	4.935.747,26	6.151.776,94	15.160.497,44
Transporte Aéreo	170.000,00	170.000,00	3.359,24	97.649,09	0,04	23.548,41	34.359,09	135.640,91
Transporte Rodoviário	13.728.400,00	21.142.274,38	9.623.217,61	13.046.276,54	5,06	4.912.198,85	6.117.417,85	15.024.856,53
Desporto e Lazer	3.343.100,00	3.798.100,00	1.504.234,31	2.022.861,94	0,78	881.143,16	1.173.445,39	2.624.654,61
Desporto Comunitário	3.248.100,00	3.248.100,00	954.234,31	1.472.861,94	0,57	526.800,97	819.103,20	2.428.996,80
Lazer	100.000,00	550.000,00	550.000,00	550.000,00	0,21	354.342,19	354.342,19	195.657,81
Encargos Especiais	20.197.500,00	20.197.500,00	3.040.409,71	16.196.998,40	6,28	2.161.358,97	4.278.345,07	15.919.154,93
Serviço da Dívida Interna	16.097.500,00	16.097.500,00	2.809.509,71	12.526.143,97	4,85	1.621.119,11	3.282.352,09	12.815.147,91
Outras Transferências	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00	0,93	313.548,51	683.187,83	1.716.812,17
Outros Encargos Especiais	1.700.000,00	1.700.000,00	230.900,00	1.270.854,43	0,49	226.691,35	312.805,15	1.387.194,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.625,00	26.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.625,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	21.034.065,00	21.034.065,00	2.396.753,06	4.672.997,23	1,81	2.396.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77
Ação Legislativa	200.000,00	200.000,00	21.516,21	40.619,34	0,02	21.516,21	40.619,34	159.380,66
Judiciária	155.000,00	155.000,00	16.644,37	31.414,53	0,01	16.644,37	31.414,53	123.585,47
Defesa do Interesse Público	155.000,00	155.000,00	16.644,37	31.414,53	0,01	16.644,37	31.414,53	123.585,47
Administração	2.543.740,00	2.543.740,00	274.550,65	549.400,05	0,21	274.550,65	549.400,05	1.994.339,95
Planejamento e Orçamento	319.500,00	319.500,00	32.962,77	65.891,86	0,03	32.962,77	65.891,86	253.608,14

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	21.034.065,00	21.034.065,00	2.395.753,06	4.672.997,23	1,81	16.361.067,77	2.395.753,06	4.672.997,23	3,65	16.361.067,77
Administração	2.543.740,00	2.543.740,00	274.550,65	549.400,06	0,21	1.994.339,95	274.550,65	549.400,06	0,43	1.994.339,95
Administração Geral	901.050,00	901.050,00	93.767,22	189.728,21	0,07	711.321,79	93.767,22	189.728,21	0,15	711.321,79
Controle Interno	53.250,00	53.250,00	5.178,85	10.157,43	0,00	43.092,57	5.178,85	10.157,43	0,01	43.092,57
Normalização e Fiscalização	550.000,00	550.000,00	63.524,27	126.409,42	0,05	423.590,58	63.524,27	126.409,42	0,10	423.590,58
Administração de Receitas	719.940,00	719.940,00	79.117,54	157.213,13	0,06	562.726,87	79.117,54	157.213,13	0,12	562.726,87
Assistência Social	600.000,00	600.000,00	58.154,04	116.306,75	0,05	483.693,25	58.154,04	116.306,75	0,09	483.693,25
Assistência Comunitária	600.000,00	600.000,00	58.154,04	116.306,75	0,05	483.693,25	58.154,04	116.306,75	0,09	483.693,25
Saúde	3.995.000,00	3.995.000,00	402.306,39	794.600,17	0,31	3.200.399,83	402.306,39	794.600,17	0,62	3.200.399,83
Atenção Básica	3.995.000,00	3.995.000,00	402.306,39	794.600,17	0,31	3.200.399,83	402.306,39	794.600,17	0,62	3.200.399,83
Educação	12.075.000,00	12.075.000,00	1.475.897,78	2.847.218,03	1,10	9.227.781,97	1.475.897,78	2.847.218,03	2,22	9.227.781,97
Ensino Fundamental	12.075.000,00	12.075.000,00	1.475.897,78	2.847.218,03	1,10	9.227.781,97	1.475.897,78	2.847.218,03	2,22	9.227.781,97
Cultura	100.000,00	100.000,00	12.231,29	24.382,80	0,01	75.617,20	12.231,29	24.382,80	0,02	75.617,20
Diffusão Cultural	100.000,00	100.000,00	12.231,29	24.382,80	0,01	75.617,20	12.231,29	24.382,80	0,02	75.617,20
Habitação	67.095,00	67.095,00	7.391,64	13.670,89	0,01	53.424,11	7.391,64	13.670,89	0,01	53.424,11
Habitação Urbana	67.095,00	67.095,00	7.391,64	13.670,89	0,01	53.424,11	7.391,64	13.670,89	0,01	53.424,11
Saneamento	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Saneamento Básico Urbano	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Gestão Ambiental	555.000,00	555.000,00	68.218,77	137.499,68	0,05	417.500,32	68.218,77	137.499,68	0,11	417.500,32
Preservação e Conservação Ambiental	555.000,00	555.000,00	68.218,77	137.499,68	0,05	417.500,32	68.218,77	137.499,68	0,11	417.500,32
Agricultura	110.000,00	110.000,00	9.115,73	18.593,71	0,01	91.406,29	9.115,73	18.593,71	0,01	91.406,29
Extensão Rural	110.000,00	110.000,00	9.115,73	18.593,71	0,01	91.406,29	9.115,73	18.593,71	0,01	91.406,29
Comércio e Serviços	76.680,00	76.680,00	5.369,08	11.172,82	0,00	65.507,18	5.369,08	11.172,82	0,01	65.507,18
Promoção Comercial	51.120,00	51.120,00	3.969,58	8.548,24	0,00	42.571,76	3.969,58	8.548,24	0,01	42.571,76
Turismo	25.560,00	25.560,00	1.399,50	2.624,58	0,00	22.935,42	1.399,50	2.624,58	0,00	22.935,42
Transporte	420.000,00	420.000,00	39.064,80	78.203,38	0,03	341.796,62	39.064,80	78.203,38	0,06	341.796,62
Transporte Rodoviário	420.000,00	420.000,00	39.064,80	78.203,38	0,03	341.796,62	39.064,80	78.203,38	0,06	341.796,62

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	21.034.065,00	21.034.065,00	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77	2.395.753,06	4.672.997,23	16.361.067,77
Desporto e Lazer	74.550,00	74.550,00	5.292,31	9.915,08	64.634,92	5.292,31	9.915,08	64.634,92
Desporto Comunitário	74.550,00	74.550,00	5.292,31	9.915,08	64.634,92	5.292,31	9.915,08	64.634,92
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	493.600.000,00	510.132.049,73	74.979.487,18	258.046.032,52	252.086.017,21	72.776.201,01	127.979.716,40	382.152.333,33

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## CONTAS PUBLICAS Nº03

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>34.221.062,96</b>	<b>30.947.477,76</b>	<b>32.532.700,08</b>	<b>33.301.710,22</b>	<b>33.760.786,82</b>	<b>35.272.232,15</b>	<b>37.089.764,92</b>	<b>42.643.286,55</b>	<b>36.196.724,91</b>	<b>33.168.220,54</b>	<b>34.853.656,54</b>	<b>41.983.151,87</b>	<b>425.990.746,92</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.397.098,31	3.264.557,69	3.357.615,92	3.341.569,40	3.297.878,26	3.198.283,84	3.848.511,30	4.037.132,89	3.299.282,70	3.733.132,89	4.632.132,89	48.375.531,42	50.323.000,00
IPTU	225.658,01	200.979,65	234.217,87	142.725,88	168.468,40	139.039,65	115.124,85	129.978,17	100.09,85	1.325,87	462.012,55	5.684.411,31	7.513.563,06
IRRF	612.045,67	682.602,28	772.861,92	676.585,05	656.180,69	632.207,85	1.160.509,33	993.439,33	749.907,59	985.752,86	373.200,84	3.562.764,08	8.510.000,00
ISS	1.911.346,20	1.900.462,03	1.819.887,92	1.994.489,09	1.990.835,99	1.988.948,18	2.072.171,46	2.420.602,62	2.120.987,40	2.072.803,03	2.000.000,00	1.991.641,37	24.400.000,00
Outras Receitas Tributárias	512.559,11	375.453,08	433.975,75	435.299,14	401.669,59	399.185,74	416.283,55	422.606,57	308.331,50	336.012,80	288.972,25	355.641,25	4.650.980,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	135.489,32	105.040,65	103.572,46	92.497,24	94.744,49	78.157,42	84.022,11	101.157,47	109.066,36	387.596,53	1.502.943,67	538.452,28	3.213.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.895.664,23	1.638.478,16	1.657.735,15	2.205.246,97	1.785.555,98	1.790.433,35	1.725.483,99	1.906.450,44	1.743.925,90	1.710.559,99	1.756.676,00	1.900.476,28	24.134.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	763.222,95	398.914,55	535.057,76	656.360,94	441.374,72	565.417,71	492.485,69	413.190,36	552.977,34	405.691,02	452.449,09	617.335,26	4.688.795,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.550.424,22	2.422.023,60	2.902.327,22	2.680.635,15	2.822.071,82	2.901.319,43	2.888.854,31	3.206.323,86	3.427.675,47	3.142.202,13	4.004.585,01	4.463.016,08	37.524.359,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.333.490,59	22.002.872,22	22.612.736,12	23.048.405,32	23.780.945,86	25.190.226,74	25.402.909,92	28.625.252,86	25.908.895,96	22.818.465,17	22.553.716,13	24.235.260,82	290.674.130,31
Cota-Parte do FPM	5.021.421,63	3.765.742,11	3.294.263,04	3.593.119,36	3.444.201,64	3.255.125,25	4.308.574,52	4.732.653,47	4.732.653,05	5.338.948,37	3.888.421,18	4.196.636,84	53.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	6.509.548,51	6.401.190,96	5.948.330,10	6.240.661,57	6.691.151,91	6.898.581,11	7.611.415,86	7.331.477,62	7.083.333,18	6.310.264,22	6.337.678,68	6.812.527,40	84.510.000,00
Cota-Parte do IRPJ	1.360.898,86	1.303.670,49	1.507.689,21	1.368.987,36	1.392.915,07	1.359.634,32	1.097.077,01	794.843,31	687.976,27	981.638,64	1.223.589,32	1.347.444,88	14.850.000,00
Cota-Parte do ITR	4.016,88	103.679,17	6.456,35	12.112,04	117.790,47	695.006,00	83.014,94	76.928,86	44.679,98	8.217,80	20.817,05	10.080,54	1.148.799,88
Outras Transferências Correntes	6.627.632,40	5.680.642,27	7.593.960,11	6.792.937,19	7.341.596,13	7.971.877,97	7.084.069,41	10.657.155,54	7.653.332,13	5.444.948,54	6.445.359,06	6.745.195,07	86.653.680,00
Transferências de LC 61/1989	103.291,13	96.379,32	105.966,21	104.175,91	96.035,95	104.988,18	120.557,70	118.955,39	147.731,48	87.893,23	88.223,91	90.304,70	1.171.500,00
Transferências de LC 87/1986	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	55.767,10	0,00	0,00	0,00	107.884,30	300.000,00
Transferências do FUNDEC	4.878.497,83	4.516.694,35	4.274.936,55	4.572.847,34	4.666.689,24	4.875.750,36	5.090.315,93	5.057.471,57	5.046.933,47	4.687.175,37	4.551.635,93	4.925.207,29	60.615.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.481.152,26	1.222.631,54	1.455.615,91	1.359.261,44	1.527.590,18	1.676.365,08	2.700.420,71	4.224.255,87	1.253.093,94	1.357.755,14	1.454.097,42	1.846.927,47	21.573.549,96
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.491.916,22</b>	<b>3.158.770,73</b>	<b>2.988.970,58</b>	<b>3.621.889,23</b>	<b>3.254.936,26</b>	<b>3.317.598,97</b>	<b>3.516.235,01</b>	<b>3.670.251,08</b>	<b>3.462.585,73</b>	<b>3.433.435,73</b>	<b>3.199.123,11</b>	<b>3.428.378,70</b>	<b>40.542.882,39</b>
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	221.463,97	119.413,66	119.413,66	573.999,98	185.613,34	145.538,52	136.323,15	258.461,46	123.939,25	175.746,70	145.923,72	159.799,89	2.372.431,14
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	705.015,39	685.071,52	700.082,68	711.405,33	714.844,86	711.405,33	730.207,37	788.664,69	691.144,55	716.354,86	741.853,80	755.607,26	10.594.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	2.565.411,86	2.341.103,91	2.170.174,04	2.336.593,92	2.354.468,06	2.460.519,47	2.648.704,49	2.622.124,93	2.641.911,93	2.541.332,21	2.311.345,79	2.512.971,45	31.272.785,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>30.729.146,74</b>	<b>27.788.707,03</b>	<b>29.543.729,50</b>	<b>29.679.820,99</b>	<b>30.505.850,56</b>	<b>31.954.633,18</b>	<b>33.543.529,91</b>	<b>38.973.035,47</b>	<b>32.734.139,18</b>	<b>29.734.784,77</b>	<b>31.654.533,43</b>	<b>38.564.773,17</b>	<b>410.386.000,00</b>

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário de Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 0296909/3



## CONTAS PUBLICAS Nº04

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	20.281.000,00	20.281.000,00	5.973.016,56	6.301.522,63
Receita de Contribuições dos Segurados	20.281.000,00	20.281.000,00	5.973.016,56	6.301.522,63
Pessoal Civil	10.934.000,00	10.934.000,00	2.904.960,37	3.405.553,99
Ativo	10.532.000,00	10.532.000,00	2.904.960,37	3.405.553,99
Inativo	400.000,00	400.000,00	2.765.383,96	3.299.674,84
Pensionista	2.000,00	2.000,00	139.576,41	105.879,15
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.500.000,00	1.500.000,00	611.001,56	470.832,69
Receitas Imobiliárias	2.780.000,00	2.780.000,00	829.197,92	912.200,37
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.780.000,00	2.780.000,00	829.197,92	912.200,37
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.067.000,00	5.067.000,00	1.627.856,71	1.512.935,58
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.067.000,00	5.067.000,00	1.627.856,71	1.512.935,58
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>41.741.000,00</b>	<b>41.741.000,00</b>	<b>9.875.683,65</b>	<b>11.597.008,46</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO	42.499.000,00	42.499.000,00	27.530.822,50	9.849.952,32
Despesas Correntes	152.200,00	152.200,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	273.055,15	131.840,49
PREVIDÊNCIA SOCIAL	152.200,00	152.200,00	268.404,65	127.189,99
	42.346.800,00	42.346.800,00	4.650,50	4.650,50
			25.452.715,76	8.390.182,69

Continua 1/4

Município de LAGES - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	26.927.965,16	25.452.715,76	9.651.263,13	8.390.182,69
Aposentadorias	0,00	0,00	26.927.965,16	25.452.715,76	9.651.263,13	8.390.182,69
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	42.346.800,00	42.346.800,00	602.857,34	0,00	198.689,19	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	42.346.800,00	42.346.800,00	602.857,34	0,00	198.689,19	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>42.499.000,00</b>	<b>42.499.000,00</b>	<b>27.530.822,50</b>	<b>25.725.770,91</b>	<b>9.849.952,32</b>	<b>8.522.023,18</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>(758.000,00)</b>	<b>(758.000,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.731,33</b>	<b>3.074.985,28</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	63.062,07 20.146.447,35 0,00		344.381,26 18.319.593,86 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
RECEITAS CORRENTES (MII)	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
Recarga de Contribuições Patronais	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
Pessoal Civil	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
Ativo	21.460.000,00	21.460.000,00	3.902.667,09	5.295.485,83
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>21.460.000,00</b>	<b>3.902.667,09</b>	<b>5.295.485,83</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PUBLICAS Nº05**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	59.973.335,78	52.211.628,45	49.901.349,49
DEDUÇÕES (II)	9.281.442,95	15.979.559,56	17.603.849,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	36.612.040,66	34.659.765,98	38.529.866,48
Demais Haveres Financeiros	221.561,73	389.125,91	38.712,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.552.159,44	19.069.332,33	20.964.729,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	50.691.892,83	36.232.068,89	32.297.499,89
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>50.691.892,83</b>	<b>36.232.068,89</b>	<b>32.297.499,89</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-3.934.569,00</b>	<b>-18.394.392,94</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>563.380,28</b>

<u><b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b></u>			
<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	19.707.536,10	19.868.472,55	20.194.133,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.469,15	63.201,09	63.062,07
Investimentos	19.690.066,95	19.825.186,39	20.146.447,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	19.914,93	15.375,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-19.707.536,10	-19.868.472,55	-20.194.133,49
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-19.707.536,10</b>	<b>-19.868.472,55</b>	<b>-20.194.133,49</b>

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PUBLICAS Nº06**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>443.608.700,00</b>	<b>138.260.593,50</b>	<b>137.767.885,48</b>
Receita Tributária	50.323.000,00	20.592.045,54	18.503.874,21
I.P.T.U.	9.000.000,00	6.157.759,58	5.463.077,21
I.S.S.	24.400.000,00	8.189.420,38	6.712.132,27
I.T.B.I.	5.200.000,00	1.290.957,80	1.524.816,37
I.R.R.F.	8.510.000,00	2.415.848,96	2.645.219,82
Outras Receitas Tributárias	3.213.000,00	2.538.058,82	2.158.628,54
Receita de Contribuição	45.594.000,00	11.014.307,26	12.344.848,35
Receitas Previdenciárias	33.894.000,00	7.418.629,02	9.171.872,51
Outras Contribuições	11.700.000,00	3.595.678,24	3.172.975,84
Receita Patrimonial Líquida	388.495,00	182.176,74	240.262,61
Receita Patrimonial	4.689.795,00	2.028.452,81	2.029.000,16
(-) Aplicações Financeiras	4.301.300,00	1.846.276,07	1.788.737,55
Transferências Correntes	275.957.395,00	85.509.728,30	87.844.755,08
F.P.M.	43.045.000,00	14.922.833,35	14.277.637,02
I.C.M.S.	67.610.000,00	21.239.847,15	20.367.338,20
Convênios	197.000,00	49.139,67	43.452,48
Outras Transferências Correntes	165.105.395,00	49.297.908,13	53.156.327,38
Demais Receitas Correntes	71.345.810,00	20.962.335,66	18.834.145,23
Dívida Ativa	11.145.600,00	2.447.867,26	2.834.880,14
Diversas Receitas Correntes	60.200.210,00	18.514.468,40	15.999.265,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>45.690.000,00</b>	<b>2.617.395,39</b>	<b>5.899.371,55</b>
Operações de Crédito (III)	10.390.000,00	608.597,22	173.951,78
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	250.000,00	0,00
Transferências de Capital	35.300.000,00	1.758.798,17	5.725.419,77
Convênios	35.300.000,00	1.389.328,17	5.625.419,77
Outras Transferências de Capital	0,00	369.470,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>35.300.000,00</b>	<b>1.758.798,17</b>	<b>5.725.419,77</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>478.908.700,00</b>	<b>140.019.391,67</b>	<b>143.493.305,25</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>412.871.598,17</b>	<b>196.328.729,17</b>	<b>139.691.691,93</b>	<b>117.279.890,04</b>	<b>107.731.665,75</b>
Pessoal e Encargos Sociais	192.653.000,00	58.694.759,09	52.308.903,16	57.839.167,45	52.308.903,16
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.148.500,00	2.137.500,00	1.331.345,88	529.327,20	379.557,30
Outras Despesas Correntes	218.070.098,17	135.496.470,08	86.051.442,89	58.911.395,39	55.043.205,29
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>410.723.098,17</b>	<b>194.191.229,17</b>	<b>138.360.346,05</b>	<b>116.750.562,84</b>	<b>107.352.108,45</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>97.233.826,56</b>	<b>61.717.303,35</b>	<b>53.915.568,73</b>	<b>10.699.826,36</b>	<b>17.138.752,13</b>
Investimentos	83.284.826,56	51.328.659,38	44.807.545,14	7.946.801,47	13.332.460,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	13.949.000,00	10.388.643,97	9.108.023,59	2.753.024,89	3.806.291,34
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>83.284.826,56</b>	<b>51.328.659,38</b>	<b>44.807.545,14</b>	<b>7.946.801,47</b>	<b>13.332.460,79</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>26.625,00</b>	-	-	-	-

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>494.034.549,73</b>	<b>245.519.888,55</b>	<b>183.167.891,19</b>	<b>124.697.364,31</b>	<b>120.684.569,24</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-15.125.849,73</b>	<b>-105.500.496,88</b>	<b>-39.674.585,94</b>	<b>15.322.027,36</b>	<b>22.808.736,01</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>500.319,25</b>

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3



## CONTAS PUBLICAS Nº07

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>												
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.209.302,00	26.236.031,13	22.826.890,29	171.519,51	4.446.923,33	37.993,29	11.734.857,40	7.375.227,75	6.426.567,00	423.800,37	4.922.483,32	9.398.406,65
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	0,00	24.561.230,34	21.326.600,18	8.995,86	4.434.996,30	37.993,29	10.385.608,54	6.241.696,24	5.297.605,31	399.173,63	4.726.821,89	9.161.818,19
DEFESA CIVIL	0,00	105.200,22	49.150,22	0,00	56.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.050,00
ENCARGOS GERAIS	0,00	452.948,83	416.448,83	0,00	36.500,00	0,00	546.103,24	485.005,95	477.353,95	46.525,55	23.223,74	59.723,74
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	490.999,01	355.357,62	30,00	135.591,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.591,39
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	460.187,55	460.187,55	0,00	0,00	0,00	111.289,11	110.614,83	110.614,83	674,28	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	344.685,34	340.773,14	3.500,00	412,20	0,00	84.028,82	31.440,82	31.440,82	52.588,00	0,00	412,20
FUNDO DE REQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	928.590,59	881.537,79	0,00	47.022,80	0,00	643.252,07	376.065,21	399.203,66	8.851,33	275.197,08	322.219,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	215.725,10	215.725,10	0,00	0,00	0,00	185.418,58	178.442,08	178.442,08	6.976,50	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	85.440,00	5.386.036,95	5.306.445,14	77,48	79.574,33	0,00	1.406.937,49	1.296.288,37	1.234.134,17	12.206,65	180.596,67	240.171,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	113.011,90	124.211,90	0,00	74.240,00	0,00	86.012,82	77.690,93	77.690,93	5.287,07	3.034,82	77.274,82
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	154.821,49	63.824,63	63.449,63	0,00	375,00	0,00	14.987,20	14.323,00	14.323,00	0,00	664,20	1.039,20
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	57.350,50	1.596.642,85	1.495.990,03	596,80	157.446,52	0,00	298.332,62	213.533,47	175.906,35	11.723,68	110.750,59	268.197,11
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	454.182,39	408.343,11	0,00	45.819,28	0,00	627.563,40	238.381,53	167.964,95	0,00	459.598,45	505.417,73
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	3.866.980,03	3.665.480,03	0,00	11.500,00	37.993,29	1.197.614,20	819.779,14	814.893,14	111.633,10	309.110,25	320.610,25
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	486.662,43	274.772,43	0,00	46.390,60	0,00	57.435,69	55.590,35	21.380,35	1.865,34	0,00	46.390,60
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	591.237,86	366.247,28	0,00	211.890,00	0,00	7.783,89	815,85	815,85	0,00	6.968,04	231.958,82
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	5.214.403,11	3.917.122,95	0,00	1.297.280,16	0,00	4.504.564,91	1.796.463,77	1.233.721,57	141.079,13	3.129.764,11	4.427.044,27
SECRETARIA DE OBRAS	390.549,46	0,00	390.549,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLICA	0,00	98.592,32	98.592,32	0,00	0,00	0,00	182.017,66	169.730,26	169.730,26	0,00	12.287,40	12.287,40
SECRETARIA DE TURISMO	456.680,00	355.281,74	355.281,74	0,00	456.680,00	0,00	71.008,14	71.008,14	57.095,00	0,00	13.913,14	470.593,14
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	14.040,68	14.040,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.927,30	768,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	3.431.254,91	2.026.971,38	4.831,58	1.399.461,95	0,00	361.208,70	335.480,54	0,00	0,00	187.513,40	1.586.965,35
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	88.851,70	88.851,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO SANEAMENTO	24.178,01	0,00	24.178,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMSA-SECRET. MUNIC. DE ÁGUAS E SANEAMEN	0,00	1.674.740,79	1.500.290,11	162.523,65	11.927,03	0,00	1.349.248,88	1.133.532,51	1.128.960,69	24.626,74	195.661,43	207.598,46
SEMSA - SEC. MUNIC. DE ÁGUAS E SANEAMEN	0,00	1.674.740,79	1.500.290,11	162.523,65	11.927,03	0,00	1.349.248,88	1.133.532,51	1.128.960,69	24.626,74	195.661,43	207.598,46
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>												
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	418.785,85	418.785,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	0,00	2.492,71	2.492,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	5.918,24	5.918,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	3.468,14	3.468,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	29.033,62	29.033,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	196.828,51	196.828,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	10.414,97	10.414,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	7.344,51	7.344,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	11.509,00	11.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	4.704,50	4.704,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	38.977,32	38.977,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	3.123,57	3.123,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	19.800,14	19.800,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLICA	0,00	31.231,02	31.231,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TURISMO	0,00	534,85	534,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	2.048,76	2.048,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	34.924,05	34.924,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)



**CONTAS PUBLICAS Nº08**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	53.769.200,00	53.769.200,00	19.211.534,50	35,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	13.422.700,00	13.422.700,00	6.774.865,41	50,47
1.1.1- IPTU	9.000.000,00	9.000.000,00	6.157.759,58	68,42
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	52.700,00	52.700,00	185.115,35	351,26
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.727.500,00	3.727.500,00	418.216,56	11,22
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	642.500,00	642.500,00	13.773,92	2,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.200.000,00	5.200.000,00	1.290.957,80	24,83
1.2.1- ITBI	5.200.000,00	5.200.000,00	1.290.957,80	24,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.636.500,00	26.636.500,00	8.729.862,33	32,77
1.3.1- ISS	24.400.000,00	24.400.000,00	8.189.420,38	33,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	351.450,00	351.450,00	166.485,85	47,37
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.544.250,00	1.544.250,00	306.962,39	19,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	340.800,00	340.800,00	66.993,71	19,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.510.000,00	8.510.000,00	2.415.848,96	28,39
1.4.1- IRRF	8.510.000,00	8.510.000,00	2.415.848,96	28,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	156.331.500,00	156.331.500,00	50.037.811,82	32,01
2.1- Cota-Parte FPM	53.800.000,00	53.800.000,00	18.653.541,44	34,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	53.800.000,00	53.800.000,00	18.653.541,44	34,67
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	84.510.000,00	84.510.000,00	26.549.808,48	31,42
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	300.000,00	300.000,00	107.864,30	35,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.171.500,00	1.171.500,00	412.153,32	35,18
2.5- Cota-Parte ITR	1.700.000,00	1.700.000,00	83.795,37	4,93
2.6- Cota-Parte IPVA	14.850.000,00	14.850.000,00	4.230.648,91	28,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	210.100.700,00	210.100.700,00	69.249.346,32	32,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	9.116.050,00	9.116.050,00	2.650.389,79	29,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	5.600.000,00	5.600.000,00	2.244.103,91	40,07
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.350,00	5.350,00	5.461,07	102,08
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.005.000,00	2.005.000,00	387.854,06	19,34
5.4- Transferências Diretas - PNATE	65.700,00	65.700,00	12.970,75	19,74
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	197.000,00	197.000,00	19.139,67	9,72
6.1- Transferências de Convênios	197.000,00	197.000,00	19.139,67	9,72
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	532.500,00	532.500,00	303.470,00	56,99
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	9.845.550,00	9.845.550,00	2.972.999,46	30,20

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	31.272.785,00	31.272.785,00	10.007.561,38	32,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	10.755.000,00	10.755.000,00	3.730.708,09	34,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	16.900.000,00	16.900.000,00	5.309.961,33	31,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	73.485,00	73.485,00	21.572,86	29,36
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	234.300,00	234.300,00	82.430,65	35,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	340.000,00	340.000,00	16.759,03	4,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.970.000,00	2.970.000,00	846.129,42	28,49
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	60.715.000,00	60.715.000,00	19.262.932,27	31,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	60.615.000,00	60.615.000,00	19.190.943,06	31,66
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	71.989,21	71,99
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	29.342.215,00	29.342.215,00	9.183.381,68	31,30
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHAS		DESPESAS LIQUIDADAS								
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100							
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	54.295.000,00	54.295.000,00	16.427.757,40	30,26	16.080.593,22	29,62							
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
13.2- Com Ensino Fundamental	54.295.000,00	54.295.000,00	16.427.757,40	30,26	16.080.593,22	29,62							
14- OUTRAS DESPESAS	6.420.000,00	6.420.000,00	2.178.033,04	33,93	2.178.033,04	33,93							
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
14.2- Com Ensino Fundamental	6.420.000,00	6.420.000,00	2.178.033,04	33,93	2.178.033,04	33,93							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	60.715.000,00	60.715.000,00	18.605.790,44	30,64	18.258.626,26	30,07							
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR								
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-								
16.1 - FUNDEB 60%					-								
16.2 - FUNDEB 40%					-								
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00								
17.1 - FUNDEB 60%					0,00								
17.2 - FUNDEB 40%					0,00								
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00								
INDICADORES DO FUNDEB													
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					18.258.626,26								
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					83,48								
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					11,31								
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					5,21								
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR								
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00								
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00								
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB													
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS							
						Até o Bimestre (b)		% (c)=(b/a)x100					
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²		52.525.175,00		52.525.175,00		17.312.336,58		32,96					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHAS		DESPESAS LIQUIDADAS					
						Até o Bimestre (e)		% (f)=(e/d)x100					
						Até o Bimestre (g)		% (h)=(g/d)x100					
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		4.180.000,00		4.180.000,00		1.305.767,61		31,24		1.181.935,43		28,28	
23.1- Creche		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
23.2- Pré-escola		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL		97.112.075,00		97.112.075,00		35.803.205,56		36,87		29.123.709,69		29,99	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		60.715.000,00		60.715.000,00		18.605.790,44		30,64		18.258.626,26		30,07	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		36.397.075,00		36.397.075,00		17.197.415,12		47,25		10.865.083,43		29,85	
25- ENSINO MÉDIO		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
26- ENSINO SUPERIOR		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
28- OUTRAS		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		101.292.075,00		101.292.075,00		37.108.973,17		36,64		30.305.645,12		29,92	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR								
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)								9.183.381,68					
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								-					
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)								71.989,21					
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB								-					
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS								0,00					
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO								-					
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)								306,00					
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)								9.255.676,89					
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))								21.049.988,23					
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %								30,40					
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE													
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHAS		DESPESAS LIQUIDADAS					
						Até o Bimestre (e)		% (f)=(e/d)x100		Até o Bimestre (g)		% (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		5.600.000,00		5.600.000,00		2.870.338,43		51,26		1.577.123,33		28,16	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		3.713.050,00		9.893.561,27		6.891.710,51		69,66		1.214.172,81		12,27	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		9.313.050,00		15.493.561,27		9.762.048,94		63,01		2.791.296,14		18,02	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		110.605.125,00		116.785.636,27		46.871.022,11		40,13		33.096.941,26		28,34	

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	44.780,60	306,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	44.780,60	306,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		19.190.943,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		19.190.943,06	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		19.190.943,06	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		71.989,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		71.989,21	0,00

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## CONTAS PUBLICAS Nº09

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
	10.390.000,00	608.597,22	9.781.402,78	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>				
<b>DESPESAS</b>				
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	97.233.826,56	10.699.826,36	0,00	35.516.523,21
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>97.233.826,56</b>	<b>10.699.826,36</b>	<b>0,00</b>	<b>35.516.523,21</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-86.843.826,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-25.735.120,43</b>

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PUBLICAS Nº10

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				250.000,00	-250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				250.000,00	-250.000,00
TOTAL		0,00				250.000,00	-250.000,00
DESPESAS							
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00					250.000,00
FONTE:							

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3



## CONTAS PUBLICAS Nº11

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	52.543.820,00	52.543.820,00	19.211.740,17	36,56		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.000.000,00	9.000.000,00	6.157.759,58	68,42		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.200.000,00	5.200.000,00	1.290.957,80	24,83		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	24.400.000,00	24.400.000,00	8.189.420,38	33,56		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.233.500,00	7.233.500,00	2.415.848,96	33,40		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	455.270,00	455.270,00	351.806,87	77,27		
Dívida Ativa dos Impostos	5.271.750,00	5.271.750,00	725.178,95	13,76		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	983.300,00	983.300,00	80.767,63	8,21		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	156.331.500,00	156.331.500,00	50.037.811,82	32,01		
Cota-Parte FPM	53.800.000,00	53.800.000,00	18.653.541,44	34,67		
Cota-Parte ITR	1.700.000,00	1.700.000,00	83.795,37	4,93		
Cota-Parte IPVA	14.850.000,00	14.850.000,00	4.230.648,91	28,49		
Cota-Parte ICMS	84.510.000,00	84.510.000,00	26.549.808,48	31,42		
Cota-Parte IP-Exportação	1.171.500,00	1.171.500,00	412.153,32	35,18		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	300.000,00	300.000,00	107.864,30	35,95		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	300.000,00	300.000,00	107.864,30	35,95		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SAÚDE (III) = I + II	208.875.320,00	208.875.320,00	69.249.551,99	33,15		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS  Provenientes da União  Provenientes dos Estados  RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE  OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
	69.979.680,00	69.979.680,00	23.096.493,09	33,00		
	65.609.880,00	65.609.880,00	22.569.343,59	34,40		
	4.369.800,00	4.369.800,00	527.149,50	12,06		
	0,00	0,00	0,00	0,00		
723.900,00	723.900,00	1.232.364,73	170,24			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.703.580,00	70.703.580,00	24.328.857,82	34,41		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES  Pessoal e Encargos Sociais  Outras Despesas Correntes	112.792.420,00	112.344.920,00	66.077.697,49	58,82	33.621.682,86	29,93
	41.089.585,00	41.089.585,00	12.606.227,66	30,68	12.606.227,66	30,68
	71.702.835,00	71.255.335,00	53.471.469,83	75,04	21.015.455,20	29,49
DESPESAS DE CAPITAL  Investimentos	943.150,00	3.021.094,34	2.200.722,56	72,85	753.376,51	24,94
	943.150,00	3.021.094,34	2.200.722,56	72,85	753.376,51	24,94

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	943.150,00	3.021.094,34	2.200.722,56	72,85	753.376,51	24,94
Investimentos	943.150,00	3.021.094,34	2.200.722,56	72,85	753.376,51	24,94
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	113.735.570,00	115.366.014,34	68.278.420,05	59,18	34.375.059,37	29,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	70.275.680,00	71.131.480,00	48.167.149,81	70,55	19.607.952,68	57,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	70.275.680,00	71.131.480,00	48.167.149,81	70,55	19.607.952,68	57,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	70.275.680,00	71.131.480,00	48.167.149,81	70,55	19.607.952,68	57,04
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	43.459.890,00	44.234.534,34	20.111.270,24	29,45	14.767.106,69	42,96
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>			4.379.673,89			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2014	1.406.937,49	1.318,00	283.203,75	1.123.733,74		0,00	
TOTAL	1.406.937,49	1.318,00	283.203,75	1.123.733,74		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00		0,00				
TOTAL (VIII)	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	58.519.620,00	60.150.064,34	23.910.236,29	35,02	18.246.399,71	53,08	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.182.512,00	53.182.512,00	43.609.993,52	63,87	15.650.130,11	45,53	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.047.800,00	1.047.800,00	415.357,26	0,61	309.848,44	0,90	
Vigilância Sanitária	1.006.638,00	1.006.638,00	342.832,98	0,50	168.681,11	0,49	
TOTAL	113.756.570,00	115.387.014,34	68.278.420,05	100,00	34.375.059,37	100,00	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	58.519.620,00	60.150.064,34	23.910.236,29	35,02	18.246.399,71	53,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.182.512,00	53.182.512,00	43.609.993,52	63,87	15.650.130,11	45,53
Suporte Profilático e Terapêutico	1.047.800,00	1.047.800,00	415.357,26	0,61	309.848,44	0,90
Vigilância Sanitária	1.006.638,00	1.006.638,00	342.832,98	0,50	168.681,11	0,49
<b>TOTAL</b>	<b>113.756.570,00</b>	<b>115.387.014,34</b>	<b>68.278.420,05</b>	<b>100,00</b>	<b>34.375.059,37</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LAGES	, 18/06/2015	
ANTONIO ARCANJO DUARTE Prefeito Municipal em Exercício	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora CRC/SC - 029908

CONTAS PUBLICAS Nº12

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PUBLICAS Nº13**

Município de LAGES - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		493.600.000,00		
Previsão Atualizada		493.600.000,00		
Receitas Realizadas		142.724.264,96		
Déficit Orçamentário		97.469.642,36		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		707.866,47		
DESPESAS				
Dotação Inicial		493.600.000,00		
Créditos Adicionais		16.532.049,73		
Dotação Atualizada		510.132.049,73		
Despesas Empenhadas		258.046.032,52		
Despesas Liquidadas		127.979.716,40		
Despesas pagas		112.214.190,92		
Superavit Orçamentário		14.744.548,56		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		258.046.032,52		
Despesas Liquidadas		127.979.716,40		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		384.640.043,14		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		9.875.683,65		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		9.849.952,32		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		25.731,33		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		8.798.500,00	-18.394.392,94	-209,06
Resultado Primário		0,00	15.322.027,36	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.772.850,69	423.800,37	6.426.567,00	4.922.483,32
EXECUTIVO	11.772.850,69	423.800,37	6.426.567,00	4.922.483,32
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	27.864.098,98	171.519,51	23.245.656,14	4.446.923,33
EXECUTIVO	27.864.098,98	171.519,51	23.245.656,14	4.446.923,33
TOTAL:	39.636.949,67	595.319,88	29.672.223,14	9.369.406,65
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		21.049.968,23	25%	30,40
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		16.080.593,22	60%	83,48
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		608.597,22	9.781.402,78	
Despesa de Capital Líquida		10.699.826,36	86.534.000,20	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					250.000,00		-250.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual
							% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					14.767.106,69		15,00
							21,32
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES , 18/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3





## CONTAS PUBLICAS Nº14

MUNICÍPIO DE LAGES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.384.206,81	10.431,44
Pessoal Ativo	180.318.122,65	10.431,44
Pessoal Inativo e Pensionista	62.864,16	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.220,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	119.809,57	10.431,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.276,78	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	94.532,79	10.431,44
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>180.264.397,24</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	385.407.864,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	180.264.397,24	46,77
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	208.120.246,85	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	197.714.234,50	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	187.308.222,16	48,60
FONTE:		

LAGES, 19/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em ExercícioMATEUS LUNARDI  
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PUBLICAS Nº15**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>60.285.275,32</b>	<b>57.546.898,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	53.598.973,19	52.754.683,47	0,00	0,00
Interna	53.598.973,19	52.754.683,47	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa	4.338.514,51	2.438.387,34	0,00	0,00
Outras Dívidas	2.347.787,62	2.353.827,26	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>9.281.442,95</b>	<b>17.603.849,60</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	36.612.040,66	38.529.866,48	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	221.561,73	38.712,49	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	27.552.159,44	20.964.729,37	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>51.003.832,37</b>	<b>39.943.048,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>383.104.374,50</b>	<b>385.407.864,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	15,74%	14,93%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	13,31%	10,36%		0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>459.725.249,40</b>	<b>462.489.437,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>413.752.724,46</b>	<b>416.240.493,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	53.598.973,19	52.754.683,47	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	24.565.615,02	23.540.822,69	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	24.565.615,02	23.540.822,69	0,00	0,00
Previdenciárias	24.565.615,02	23.540.822,69	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	29.033.358,17	29.213.860,78	0,00	0,00

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.941.629,13	4.401.922,99	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.772.850,69	116.359.268,51	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>19.707.536,10</b>	<b>20.194.133,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.469,15	63.062,07	0,00	0,00
Investimentos	19.690.066,95	20.146.447,35	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exeto precatórios)	0,00	15.375,93	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	117.572,34	17.859.308,58	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-19.707.536,10	-20.194.133,49	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LAGES, 19/06/2015

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

\_\_\_\_\_  
MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

**CONTAS PUBLICAS Nº16**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>383.104.374,50</b>	<b>385.407.864,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>84.282.962,39</b>	<b>84.789.730,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>75.854.666,15</b>	<b>76.310.757,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

LAGES , 19/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

**CONTAS PUBLICAS Nº17**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>513.046,63</b>	<b>513.046,63</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	513.046,63	513.046,63
Interna	513.046,63	513.046,63
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	513.046,63	513.046,63
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>55.800,00</b>	<b>55.800,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	55.800,00	55.800,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	55.800,00	55.800,00
Previdenciárias	55.800,00	55.800,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>385.407.864,53</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>513.046,63</b>	<b>0,13</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>61.665.258,32</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>55.498.732,49</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>26.978.550,52</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>568.846,63</b>	<b>0,15</b>

FONTE:

LAGES , 19/06/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE  
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

## CONTAS PUBLICAS Nº18

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)						
										(b)
	(a)						(f) = (a - (b + c + d + e))			
Vinculados a Saúde Gestão SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vinculados a Saúde Gestão SUS - Exerc Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AFA ESTADO - ASSIST FARMACEUTICA SES	(100,00)	0,00	89.178,24	21.492,00	89.178,24	(199.948,48)	95.487,08	0,00	0,00	
Alienação de Bens Dest. a outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens destinados a outros Programas	250.321,55	0,00	0,00	0,00	0,00	250.321,55	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens destinados a outros Programas - Exec. Anteri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANVISA - Taxa de Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação dos recursos na Educação 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aplicação dos recursos na Educação FUNDEF 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assesuas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica - Exec Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	(135.999,54)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar - MAC exerc. anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATB ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA SES	(7.196,76)	0,00	71.935,94	710,85	112.650,95	(192.494,50)	88.624,65	0,00	0,00	
BADESC CIDADES II - JURO ZERO	0,00	4.991,48	0,00	163.951,22	12.472,60	(181.415,30)	277.024,90	0,00	0,00	
BADESC CIDADES/JURO ZERO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BLAF UNIÃO - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2.529,45	14.274,00	226.418,89	10.334,54	226.654,89	(475.152,87)	105.508,82	0,00	0,00	
BLAF/SES/SC - Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BLAF/SUS Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BLAF/SUS/MS - BLOCO AS. FARM. - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BLAT UNIÃO - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BLAT UNIÃO - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA - PAB	(540.477,74)	0,00	0,00	0,00	52.161,15	(592.638,89)	0,00	0,00	0,00	
BLAT UNIÃO - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA (menos PAB)	(2.835.449,68)	0,00	13.637,33	0,00	13.637,33	(2.862.724,34)	14.650,00	0,00	0,00	
BLAT UNIÃO - PROG ESF NASF ESB PACS SAMU	1.783.592,26	0,00	77.926,92	0,00	77.926,92	1.627.738,42	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/22

**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RQCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							Continuação 2/22		R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
			(b)	(c)					
	(a)						(f) = (a - (b + c + d + e))		
BLAT UNIÃO - PROGRAMAS ESF NASF ESB PACS SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLAT/SES/SC - Serviços de At. básica Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLAT/SUS/MS - NEFRO SUS - NEFROLOGIA FAEC SIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLAT/SUS/MS - PAB VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLAT/SUS/MS - RAU SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLAT/SUS/MS - REDE CEGONHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLGES UNIÃO - BLOCO GESTÃO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLGES UNIÃO - BLOCO GESTÃO SUS	(1,94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1,94)	0,00	0,00
BLGES/SUS - Serviços de Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLINV - CONVENIOS E REPASSES INVESTIM FNAS	0,00	14.761,80	0,00	167.882,02	0,00	0,00	(182.643,82)	0,00	0,00
BLINV - CONVENIOS E REPASSES INVESTIM FNAS	24.415,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.415,44	0,00	0,00
BLINV UNIÃO - BLOCO INVESTIMENTO E OUTRAS TRANSF	0,00	53.640,29	14.403,22	20.521,42	0,00	0,00	(88.564,93)	561.964,36	0,00
BLINV UNIÃO - BLOCO INVESTIMENTO E OUTRAS TRANSF	244.204,20	0,00	0,00	0,00	14.792,63	0,00	229.411,57	0,00	0,00
BLMAC UNIÃO - BLOCO IMAC (menos MAC TETO)	237.606,58	0,00	0,00	5.271,82	0,00	0,00	232.334,76	0,00	0,00
BLMAC UNIÃO - MAC TETO (EXCLUSIVO)	5.669.667,44	0,00	0,00	0,00	31.280,14	0,00	5.638.387,30	0,00	0,00
BLMAC UNIÃO - RAU HOSP REDE ATENÇÃO URGÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.785.047,78	0,00
BLMAC UNIÃO - RAU HOSP REDE ATENÇÃO URGÊNCIAS	344.596,82	0,00	0,00	0,00	3.562,07	0,00	341.034,75	0,00	0,00
BLMAC/SES/SC - Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLMAC/SUS Contratualização Hospitalis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLMAC/SUS Serv. de Média/Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLMAC/SUS/MS - BLOCO MAC RAU HOSP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLOCO CONVENIOS COM A UNIÃO	0,00	63.389,15	1.318.317,24	10.341,74	0,00	0,00	(1.392.048,13)	1.793.090,74	0,00
BLOCO CONVENIOS COM A UNIÃO	107.482,93	0,00	0,00	0,00	1.316.091,83	0,00	(1.208.608,90)	0,00	0,00
BLOCO CONVENIOS COM A UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLOCO CONVÊNIO SDR LAGES/GOV ESTADO	1.692.789,62	121.745,85	987.750,98	1.131.487,66	1.029.226,59	0,00	(1.577.421,46)	1.554.690,55	0,00
BLOCO CONVENIOS SDR/LAGES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLOCO LEI ROUANET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/22

R\$ 1,00

Continua 2/22



**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/22

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
BLVIG UNIÃO- BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	7.254,34	418,00	7.023,77	4.850,00	11.199,80	(16.237,23)	174.151,87	0,00	
BLVIG/SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Centro Referência Saúde Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Centro Referência Saúde Trabalhador-exercícios ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEO - Centros de Especialidades Médicas	87.734,39	0,00	0,00	0,00	97,50	87.636,89	0,00	0,00	
CEO Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEO Federal - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEREST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CEREST UNIÃO - CENTRO REF SAÚDE TRABALHADOR	(620,44)	0,00	717,66	0,00	717,66	(2.055,76)	33.842,99	0,00	
CNV/MINIST CIDADES - AV/ANASTÁCIO SILVA MOTTA	0,02	1.928,57	0,00	0,00	0,00	(1.928,55)	0,00	0,00	
COLEGIO GESTAO REGIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária entre Reg. Geral e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para RPPS- Exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição Patronal para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conv FNAS CREA CTR 349.044-95/2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONV MIC SANEAMENTO ARAUCÁRIA (CTR: 350.858-60/2011	0,00	4.311,93	600.723,20	0,00	600.723,20	(1.205.758,33)	6.362.239,45	0,00	
CONV MIN CIDADES - AV. PONTE GRANTE (CTR: 350.967-85	0,00	637.168,87	133.556,29	0,00	133.556,29	(904.281,45)	23.950.304,81	0,00	
CONV MIN CULTURA - PRAÇA ESPORTE E CULTURA (CTR: 3	0,00	0,00	332.414,03	0,00	332.414,03	(664.828,06)	195.657,81	0,00	
CONV PARQUE DA CIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONV SDR REVITALIZAÇÃO MERCADO PÚBLICO ( 2.726/201	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conv. Agricultura PRONAT - Aquisição de Máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conv. Av. Ponte Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conv. Caixa - Natal Felicidade	(96.239,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	(96.239,96)	0,00	0,00	

Continua 3/22

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 4/22

R\$ 1,00

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
			Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
			(a)	(b)						(c)
	Conv. Construção do GRASS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. FNDE - Construção de Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. Funtur/SC Natal Felicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. Ministério das Cidades - CTR 301.683-229/2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. Praça dos Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. Praça dos Esportes e Cultura	(42.260,48)	0,00	0,00	0,00	0,00	(42.260,48)	0,00	0,00	0,00
	Conv. Revitalização do Mercado Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. SUS/Estado - Ref. Central de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. SUS/União - Academias de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conv. SUS/União - Qualifica UBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Araucária CTR 350.858-60/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Av. Duque de Caxias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Defesa Civil Estadual	(280.848,17)	0,00	0,00	0,00	0,00	(280.848,17)	0,00	0,00	0,00
	Convênio Estado - exerc. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Estado Rec. Estradas Vicinais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONVÊNIO MDA PRONAT - Tratores CTR 779.703/2013	4.443,44	0,00	0,00	0,00	0,00	4.443,44	0,00	0,00	0,00
	CONVÊNIO MDS BANCO DE ALIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Ministério da Agricultura e Pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Parque da Cidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Saneamento Araucária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Saneamento Bairro Araucária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONVÊNIO SC REV. MERC PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONVÊNIO SC REVITALIZAÇÃO MERCADO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Sindotruck	155.092,32	0,00	0,00	0,00	0,00	155.092,32	0,00	0,00	0,00
	Convênio Transito - Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Transito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênio Turismo - Natal Felicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/22

R\$ 1,00

Continua 4/22

**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 5/22

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Convenios - Fundação de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convenios Condomínio Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Saúde - exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar - PNAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar - PNATE - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte Transporte Escolar Estadual - PEST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DST/HIV/AIDS	6.297,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.297,36	0,00	0,00
DST/AIDS/SUS/MS - PROGRAMA DST AIDS	(9.272,10)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.272,10)	0,00	0,00
EACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epidemio e Controle de Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epidemiologia e Controle de Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESB	282.542,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.337,27	0,00	0,00
ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC AIH - CIRURGIA OROFACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC AIH - TRANSPLANTES DE ORGAOS, TECIDOS E CELU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC SIA - PROJETO OLHAR BRASIL - CONSULTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC/AIH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC/Odontolo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC/SIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAEC/SIA - exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica	59.609,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.609,24	0,00	0,00
Farmácia Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/22  
R\$ 1,00

Continua 5/22

**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")		R\$ 1,00						
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Exercícios e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(e)				
		(a)	(b)					
Farmácia Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Popular do Brasil	(49.520,72)	0,00	0,00	0,00	553,22	(50.073,94)	0,00	0,00
Farmácia Popular do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Popular do Brasil - exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEX- Auxílio Financeiro ; exerc anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEX- Auxílio Financeiro p/ Fomento Exportações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ. Centro Referência Saúde Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - Média Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - PBF I PISO BASICO FIXO (EXCLUSIVO)	114.760,08	0,00	0,00	0,00	0,00	114.760,08	2.870,20	0,00
FNAS/SUAS - PISO ALTA COMPLEXIDADE	(6.088,57)	0,00	0,00	0,00	608,43	(6.697,00)	0,00	0,00
FNAS/SUAS - PISO BASICO FIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - PISO DE PROTEÇÃO BÁSICA	868.608,46	49.143,55	0,00	0,00	3.256,36	816.208,55	0,00	0,00
FNAS/SUAS - PISO MEDIA COMPLEXIDADE	275.639,68	0,00	12.874,16	0,00	13.827,18	248.938,34	80.062,73	0,00
FNAS/SUAS - Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - SCFV - SERV/ CONV FORT VINCILOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS/SUAS - SCFV - SERV. CONV. FORT. VINCILOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - CONVENIO CONSTRUÇÃO CRECHES	178.231,00	0,00	0,00	0,00	(6.267,99)	184.498,99	0,00	0,00
FNDE - OUTRAS TRANSFERENCIAS FNDE	(188.422,27)	4.920,00	138.770,82	249.327,19	155.464,20	(736.904,48)	5.476.913,19	0,00
FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - PNAE PRO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	35.253,59	0,00	149.709,88	0,00	149.709,88	(264.166,17)	106.634,51	0,00
FNDE - PNATE - PROG TRANSPORTE ESCOLAR	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00
FNDE - Pro Jovem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - PROG BRASIL CARINHOSO	(220,16)	0,00	0,00	0,00	0,00	(220,16)	93.990,00	0,00
FNDE - PROJOVEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	428.402,88	44.772,31	0,00	(473.175,19)	1.293.215,10	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/22

R\$ 1,00

Continua 6/22

**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RQGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 7/22		R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício										
										(a)	(b)	(c)	(d)
FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	(17.143,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	443.933,62	(461.077,58)	0,00	0,00	0,00			
FNDE PNATE - PROG TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
FNDE Prog. Brasil Carinhoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
FUNDEB 40%	5.502.135,50	0,00	0,00	0,00	0,00	15.916,87	5.486.218,63	0,00	0,00	0,00			
FUNDEB 60%	(6.024.803,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	(404.567,55)	(5.620.236,38)	347.164,18	0,00	0,00			
Fundo Especial do Petroleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Gestão SUS	921.155,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	921.155,23	0,00	0,00	0,00			
Gestão SUS - Exerc Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Gestão SUS exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
IGD - Suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
IGD/SUAS - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Incentivo a Implement. Compl. Regulares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - ESTADO	24.540,24	0,00	0,00	0,00	0,00	82,73	24.457,51	0,00	0,00	0,00			
MAC - ESTADO IAC INCENTIVO HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - ESTADO INCENTIVO A CONSULTAS E EXAMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - ESTADO OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAC ESTADO - MEDIA ALTA COMPLEX ESTADO	73.803,71	0,00	0,00	0,00	1.027,60	0,00	72.776,11	0,00	0,00	0,00			
MAC ESTADO exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MACSM - Acomp. Paciente Saúde Mental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MACSM - Acomp. Paciente Saúde Mental ex. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
MEC/FNDE PACII - Quadras Esportivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Média e Alta Complexidade - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Média e Alta Complexidade - MAC Exerc Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/22

R\$ 1,00

Continua 7/22



**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 9/22

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
PAB - ESTADO - exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAB - Fixo	(302.197,97)	0,00	0,00	0,00	0,00	15.874,44	(318.072,41)	0,00
PACS - Rep. Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.354,11	(5.354,11)	0,00
Piso Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Alta Complexidade - exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo exerc. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Transição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Transição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Transição - exerc. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Variat II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Fixo Média Complexidade	(1.258,10)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.258,10)	0,00
Piso Fixo Média Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Fixo Média Complexidade - exerc. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Transição Média Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Transição Média Complexidade - exerc anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pró-Mob (CEF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pró-ob (CEF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pró-Saneamento (CEF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pró-Saneamento (CEF) Impl. Sist. Esg. Sanitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRÓPRIOS PML	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção Social Básica - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção Social Básica/Estado - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção Social Especial / Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção Social Média Comp. - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PSB - Programa de Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 9/22



**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 10/22

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a'))

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
PSB - Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PSB- Proteção Social Basica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PVS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAU HOSPITALAR SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec Impostos e Transf Impostos - Saúde Ex.Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Estado p/ Prog. Saúde - Fcia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Estado p/ Prog. Saúde - Fovia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Rem FUNDEB 60% exerc anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Rem FUNDEB 60% exerc anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Rem. de Dep. Bancários do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - Assis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - Assist. Soc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - FUNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Outorga p/ Pagamento Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Remun. Depósitos Bancários - Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Remuneração Depósitos Bancários - Assist.	2.475,34	0,00	0,00	0,00	0,00	2.475,34	0,00	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	(5.901,45)	0,00	0,00	0,00	0,00	17.528,39	0,00	0,00
Recurso Vinculado Federal -exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Convênio Saúde exercíctos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da PML para Funcultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aplicações Financeiras RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB - 60 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB - 60 % - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/22

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 11/22		R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)				
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras								
		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores											
		(a)	(b)	(c)		(d)				(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos do FUNDEF - 60 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - FUNDO RESSARC.ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVERNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos ESF	608.567,65	0,00	0,00	0,00	0,00	13.286,87	595.280,78	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Ordinarios MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Próprios Vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.171.223,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171.223,38	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - REFORCUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECURSOS VINCULADOS - SAÚDE	(5.136,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.136,02)	0,00	0,00	0,00			

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/22

R\$ 1,00

Continua 11/22



**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 13/22

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Salário Educação(Federal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação(Federal) exerc anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - Incentivo a Serv. de Atend. Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAS/SC - Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAS/SC - Media Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAS/SC - PISO ALTA COMPLEXIDADE	29.720,02	0,00	0,00	17.207,00	0,00	12.513,02	0,00	0,00
SEAS/SC - PISO BÁSICO	(65.590,05)	0,00	0,00	0,00	0,00	(65.590,05)	0,00	0,00
SEAS/SC - PISO MEDIA COMPLEXIDADE	27.163,86	0,00	0,00	17.932,82	0,00	9.231,04	0,00	0,00
SEAS/SC - Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAS/SC- PISO BASICO	30.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.600,00	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel - SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	(10.444,78)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.444,78)	0,00	0,00
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUAS SC - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUAS SC - Fort. Vínculos Familiares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Assessorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Convênio Araucária CTR 350.858-60/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - CONVENIO SC REV. MERC PUBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - EACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - IGD - Suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transf. Recursos FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso Básico Variat II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Recursos Vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 13/22



**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 15/22

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a'))

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Transf. Convênios Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Convênios Estado saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Convênios p/ Pavimentação de Vias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Convênios p/Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Convênios p/Saneamento Básico - FUNASA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Convênios União - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv. da União Destin. Prog. Assist. So	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv. da União FNAS Exerc. anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênio Governo de Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênio Governo de Estado - Fund. Cult	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênio p/SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Convênio p/SUS - exercíctos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Recursos do - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Diretas do FNDE Ações Educ. Comp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Diretas do FNDE referente ao PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Diretas do FNDE referente ao PDDE exerc an	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do - FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Recursos do - SUS - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Recursos do - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Recursos do - FNDE - Exec. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênio - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 15/22

**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 16/22

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação									
Transferências de Convênios - Estado									
Transferências de Recursos da Compl. União - FUNDE									
Transferências do Fundeb - 40%									
Transferências do Fundeb - 60%									
Transferências do FUNDEB - 60%									
Transferências do Fundef - 40%									
Transferências do Fundef - 40% - Exerc. Anterior									
Transf. Convênios Assistência Social									
TRS	(779.286,06)					(779.286,06)			
Vigilância em Saúde	184.979,85				412,77	184.567,08			
Vigilância em saúde exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
xxxxxx	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	(4.550.918,25)	1.240.960,36	5.589.885,32	1.895.211,48	5.464.238,20	(18.741.213,61)	51.396.964,33	0,00	
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - FUND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	10.022.714,67	0,00	0,00	0,00	64.079,04	9.958.635,63	0,00	0,00	
	17.508,92	0,00	0,00	0,00	0,00	17.508,92	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	1.660.602,89	0,00	21.779,15	0,00	104.971,58	1.533.852,16	346.922,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	604.610,14	0,00	35.295,56	0,00	36.561,48	532.753,10	79.931,69	0,00	
	12.264.509,33	0,00	768.347,21	0,00	823.275,47	10.672.886,65	18.878.856,74	0,00	
	737.405,65	0,00	310.590,25	0,00	310.590,25	116.225,15	1.675.192,86	0,00	
	358.244,57	0,00	0,00	0,00	0,00	358.244,57	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	ASPS - Ações e Serviços Públicos em Saúde								
	Assistência Farmacêutica								
	Assistência Farmacêutica - exerc anterior								
	BLAT UNIÃO - PAB PISO ATENÇÃO BÁSICA								
	BLAT UNIÃO - PAB PISO ATENÇÃO BÁSICA								
	BLMAC UNIÃO - BLOCO MAC (menos MAC TETO)								
BLMAC UNIÃO - MAC TETO (EXCLUSIVO)									
BLMAC UNIÃO - NEFROLOGIA									
BLMAC UNIÃO - REDE CEGONHA									
BLMAC/SUS/MS - BLOCO MAC REDE CEGONHA									

Continua 16/22







**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 19/22

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)								
Programa Bolsa Família - IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Bolsa Família - IGD - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRÓPRIOS PML	(1.716.379,25)	2.871.953,04	4.774.233,03	938.921,32	6.963.344,69	(17.264.831,33)	28.122.962,68	0,00	0,00
PRÓPRIOS PML - 25% MDE	(2.029.566,77)	56.860,60	2.271.292,12	10.000,00	4.070.137,16	(8.437.856,65)	6.456.163,87	0,00	0,00
PRÓPRIOS PML (ASPS 15%)	4.872,26	73.396,24	1.738.325,87	34.125,64	2.142.925,15	(3.983.900,64)	4.615.954,71	0,00	0,00
Recursos Ominários - exerc anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec Impostos Transf. Impostos - Saúde - exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec Impostos Transf. Impostos - Saúde - exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária - Saúde	(1.352,06)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.352,06)	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária - Saúde exerc a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Rem. de Dep. Bancários do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - FUNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remuneração Depósitos Bancários - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO PROPRIO - PML	(4.379.905,10)	718.915,12	0,00	0,00	122.510,07	(5.221.330,29)	0,00	0,00	0,00
Recursos da PML para Fomento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da PML para LAGESPREVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da SEMASA p/saúde - exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos da SEMASA para Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 19/22





**MUNICÍPIO DE LAGES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 22/22  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Taxa de Serviços c/ Incêndio - Bombeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Vigilância Sanitária	(21.417,58)	0,00	0,00	0,00	821,98	(22.239,56)	0,00	0,00	0,00
Teste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Financ. Rec. da Semasa p/ PML	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Financ. Rec. da SEMASA p/ PML Exec Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS PROPRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Financ. Rec. da SEMASA p/ PML	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos da Compl. União - FUNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tx. de Serv. c/ Incêndio - Bombeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tx. de Serv. c/ Incêndio - Bombeiros exerc anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	43.080.784,73	4.154.623,72	9.979.259,97	2.078.611,09	14.506.911,72	12.361.378,23	60.988.481,61	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.529.866,48	5.395.584,08	15.569.145,29	3.973.822,57	19.971.149,92	(6.379.835,38)	112.385.445,94	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	20.209.509,42	0,00	15.375,93	0,00	193.732,69	20.000.400,80	17.680.870,18	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

## CONTAS PUBLICAS Nº19

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		385.407.864,53
DESPESAS COM PESSOAL		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		182.214.398,89
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		231.244.718,72
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		219.682.482,78
DÍVIDA CONSOLIDADA		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		39.943.048,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		462.489.437,44
GARANTIA DE VALORES		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		84.789.730,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		513.046,63
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		61.665.258,32
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		26.978.550,52
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	112.385.445,94	(6.379.835,38)

FONTE:



# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.402/15

DECRETO Nº 4.402 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 10.936,54 (dez mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Proj/Atividade: 1.065 – Qualificar os profissionais na área de gastronomia

Elemento da Despesa: 343 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 10.936,54

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Proj/Atividade: 1.065 – Qualificar os profissionais na área de gastronomia

Elemento da Despesa: 339 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 5.468,27

Elemento da Despesa: 341 – 4.4.90.51.00.00.00.00.01 - Obras e Instalações ..... R\$ 5.468,27

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.403/15

DECRETO Nº 4.403 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 14 - Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação

Proj/Atividade: 2.068 – Coordenação e Desenv. de Projetos Urbanos e Habitação

Elemento da Despesa: 316 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01 - Indenizações Restituições Trabalhistas ..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 14 - Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação

Proj/Atividade: 2.068 – Coordenação e Desenv. de Projetos Urbanos e Habitação

Elemento da Despesa: 321 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00

Elemento da Despesa: 323 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.404/15

DECRETO Nº 4.404 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 8º da Lei 1.785/14,

#### DECRETA:

Art. 1 A concessão de indenização de sobreaviso aos motoristas do quadro de pessoal do Município, dar-se-á na forma da Lei nº 1.785/14, observando-se os serviços e critérios definidos no presente Decreto.

Art. 2º Os serviços passíveis de serem realizados sobreavisos e, consequentemente, ensejar o recebimento da respectiva indenização, são aqueles realizados pelos motoristas da Casa Lar (Abrigo Provisório Ana Antonina Antônio) e do Conselho Tutelar.

Art. 3º A escala de sobreaviso deverá observar o período compreendido entre as 18:00 de um dia, às 08:00 h do dia seguinte, não se considerando sobreaviso, qualquer atendimento fora do período definido.

Parágrafo único. A escala de sobreaviso deverá observar também, que o servidor (motorista) não poderá participar da escala por mais de 15 (quinze) dias.

Art. 4º A comprovação da convocação e da realização do serviço em regime de sobreaviso dar-se-á por meio de relatório, onde o

servidor deverá descrever o atendimento/ocorrência, o dia e o horário, assinado pelo servidor e pela Chefia imediata.

Art. 5º O servidor em escala de sobreaviso não poderá se ausentar do Município e, deverá manter-se dentro de determinado raio de ação, que lhe permita atender às chamadas urgentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.405/15

DECRETO Nº 4.405 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.781, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.710 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar/FAEC  
Elemento da Despesa: 87 – 3.3.90.39.00.00.00.00.0101 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 2.200.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0101 - Fundo a Fundo Federal - MAC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 4.400/15.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.406/15

DECRETO Nº 4.406 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, do Município, no valor de R\$ 157.875,00 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências

Projeto/Atividade: 2.003 – Representar o Município judicial e extrajudicial

Elemento de Despesa: 4 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01 – Indenizações Restituições Trabalhistas .....  
..... R\$ 157.875,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado em igual valor recurso da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo  
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências  
Projeto/Atividade: 2.003 – Representar o Município judicial e extrajudicial  
Elemento de Despesa: 1 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil .....  
..... R\$ 157.875,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.407/15

DECRETO Nº 4.407 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura  
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura  
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura  
Elemento de Despesa - 5 - 3.1.90.94.00.00.00.00.01 – Indenizações Restituições Trabalhistas .....  
..... R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura  
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura  
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura  
Elemento de Despesa - 12 - 3.3.90.92.00.00.00.00.01 – Despesas de Exercícios Anteriores .....  
..... R\$ 7.000,00  
Elemento de Despesa - 13 - 4.4.90.52.00.00.00.00.01 – Equipamentos e Material Permanente .....  
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.408/15**

DECRETO Nº 4.408 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 11 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 6 - 3.3.50.43.00.00.00.00.00.01 – Subvenções Sociais .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.409/15**

DECRETO Nº 4.409 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elemento da Despesa: 91 – 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elemento da Despesa: 92 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0006 - Obras e Instalações .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**L.C. 314/15**

LEI COMPLEMENTAR Nº 314 DE 18 DE JUNHO DE 2015

"ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 311/15 - refis".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna e demais contribuintes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 311, de 20 de maio de 2015, passa a vigorar, com a seguinte redação:

"§ 2º Não poderá se beneficiar do REFIs, o contribuinte que tendo obtido o parcelamento em REFIs pretéritos e, dele seja considerado inadimplente na forma da Lei e, ainda aquele que tenha sido condenado com decisão transitada em julgado em Ação Popular ou Ação Civil Pública, por dano ao erário municipal".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 247/2015

PORTARIA Nº 247 DE 16 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ADELMIR CARLIN DO PRADO, Encarregado do Dpto de Patrimônio, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 15/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 248/2015

PORTARIA Nº 248 DE 16 DE JUNHO DE 2015

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JANE ROSE KERN MELO, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA Nº 249 DE 16 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DINACI MACIEL KUWAHARA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA Nº 250 DE 16 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LUCIANO DE SOUZA BUER, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 251/2015**

PORTARIA Nº 251 DE 17 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JANDIRA MACIEL, para ocupar o cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 252/2015**

PORTARIA Nº 252 DE 18 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ELIS DENISE VIDAL, Professora, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 18/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 253/2015**

PORTARIA Nº 253 DE 18 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 066/2015

DECRETO Nº 066, DE 19 DE JUNHO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....	10.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.696/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO N.º 2.696/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 2.593, DE 08 DE JULHO DE 2014, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município

#### DECRETA

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 2.593, de 08 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – 27.462,327 m² (vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois metros, trezentos e vinte e sete decímetros quadrados) formado pela:

a - Área de terra de propriedade de Marcia de Lourdes Nicolao, parte integrante do lote rural nº 321 (trezentos e vinte), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 8.343,714 m² (oito mil e trezentos e quarenta e três metros, setenta e um decímetros quadrados), ora denominada Área 1, com as seguintes confrontações: A poligonal inicia no marco 4, de coordenada N7.009.057,6228m e E 393.537,4092 m, no azimute 79º12'55" na distância de 88,482 metros com os lotes rurais nº 368 e 318 da matrícula 19.380 de Marcelo Fiorentin, donde segue na direção Sudoeste numa distância de 204.502 metros com a área de domínio da Rodovia (Lindóia do Sul – Irani), donde segue na direção norte numa distância de 177,060 metros no azimute 353º77'58", sendo 68,605 metros com a matrícula 3.688 de Rudinei Fiorentin e Ariane Buzanelo Fiorentin e 108,455 metros com a matrícula 19.380 de Marcelo Fiorentin até o marco inicial 4, de coordenadas N 7.009.057,6228 metros e E 393.537,4092 metros, sendo que a atual área é resultado de o imóvel original ter sido cortado pela Rodovia SC 473, de forma a ocasionar uma dissolução de contigüidade;

b - Área de terra de propriedade de Marcia de Lourdes Nicolao, parte integrante do lote rural nº 321 (trezentos e vinte), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 19.118,613 m² (dezenove mil cento e dezoito metros, setenta e um decímetros quadrados), ora denominada Área 2, com as seguintes confrontações: A poligonal inicia no marco 2, de coordenada N 7.008.692,9068 m e E 393.667,5948m do azimute 259º12'55" na distância de 89,200 metros com matrícula 1.509 de Valdomiro Ragnini e Juliano Ragnini, até o marco 3, de coordenadas N 7.008.676,2155 m e E 393.579,9704 m, deste segue com azimute de 353º37'58" e distância de 114,897 metros com matrícula 3.688 de Rudinei Fiorentin e Ariane Buzanelo Fiorentin, donde segue na direção nordeste numa distância de 210,332 metros até o ponto que divisa com a área de domínio da Rodovia (Lindóia do Sul – Irani), donde segue no azimute 175º18'55" na distância de 294,253 metros com matrícula 1.509 de Valdomiro Ragnini e Juliano Ragnini até o marco 2, de coordenadas N 7.008.692,9068 m e E 393.667,5948 m, sendo que a atual área é resultado de o imóvel original ter sido cortado pela Rodovia SC 473, de forma a ocasionar uma dissolução de contigüidade.

Art. 2º O Município pagará pela área de terra discriminada no art. 1º, I, deste Decreto o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido na avaliação do imóvel e termo de acordo de desapropriação amigável. .

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 12 de Junho de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO N.º 2.697/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015

DECRETO N.º 2.697/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO, prefeito municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política na área da saúde no município.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de saúde, a ser realizada no dia 08 de julho de 2015, às 12:30 horas no Centro de Convivência do Idosos, tendo como tema central: "Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: Direito do povo brasileiro!".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de recursos PMAQ e COFINANCIAMENTO.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 18 de Junho de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL FMS 03/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

RONALDO PISCINI – Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, na forma da Lei nº 8.666/93, objetivando a aquisição de um veículo de passeio zero km, foi DECLARADA DESERTA, no dia 19 junho de 2015. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de junho de 2015  
Ronaldo Piscini  
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social



# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML Nº 097.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 097/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 030/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – INDÚSTRIA DE TINTAS OURTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia SC 458, nº 200, Linha Nossa Senhora da Saúde, na cidade de Ouro/SC, CEP 89+663-000 inscrita no CNPJ sob o nº 02.575.973/0001-84, neste ato representada por seu procurador LEONIR PARISOTTO, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 703.403 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 422.419.289-68, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 049/2015, Pregão Presencial nº 030/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de forma parcelada, de tintas acrílica para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, conforme especificado no edital e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	250,00	BLD	Tinta acrílica, na cor branca, balde de 18 litros, conforme abnt nbr 15079.	61,00	15.250,00
2	100,00	BLD	Tinta acrílica, na cor amarela, balde de 18 litros, conforme abnt nbr 15079.	61,00	6.100,00

O FORNECEDOR 1 INDÚSTRIA DE TINTAS OURTO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 21.350,00 (vinte e um mil trezentos e cinquenta reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto na forma e nas características indicadas no edital, em quantidade e nos prazos previstos no Edital e seus anexos.

1.4. O objeto deverá estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.5. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega nos locais previamente indicados, de segunda a sexta-feira, das 13 horas às 19 horas.

1.6. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.10. As materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante.

1.11. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da

regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 1101.15.452.0061.2057 – Segurança do Trânsito Urbano

**CLÁUSULA NONA**  
**DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

LEONIR PARISOTTO  
INDÚSTRIA DE TINTAS OURTO LTDA  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 048/2015 - PP 030/2015 - TINTA ACRÍLICA - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 048/2015 - PML

Pregão Presencial nº 030/2015 – PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 048/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço, para aquisição de forma parcelada, de tintas acrílicas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, conforme especificado neste edital. - Proponente(s) Vencedora(s):

\* INDÚSTRIA DE TINTAS OURO LTDA

- Valor total: R\$ 21.350,00

Luzerna (SC), 22 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PL 052/2015 - PP 033/2015 - MATERIAL DE ENFERMAGEM COM AMOSTRA - PML**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 052/2015 - FMS

Pregão Presencial nº 033/2015 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação objetiva a aquisição, de forma parcelada, de material de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 07 de julho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 07 de julho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.



# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Equipamentos Médicos de Emergência, destinados as Estratégias Saúde da Família, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/07/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 19 de junho de 2015.

Abel Bicheski                      Diego Ricardo Krachinski  
Prefeito Municipal                  Pregoeiro Municipal

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108/2015.

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamentos (Albendazol 400 mg - Comprimido Mastigável e Albendazol 40mg/mL - Suspensão Oral) destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 1.516,00 (Um mil Quinhentos e Dezesesseis reais).

Mafra, (SC) 19 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2015.

FORNECEDOR: SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 17.895.893/0001-83

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças para revisão dos 10.000 km dos veículos Renault Sandero placa MNS-3897 e Renault Sandero placa MLS-3437, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 476,00 (Quatrocentos e setenta e seis reais).

Mafra, (SC) 19 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 111/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 111/2015.

FORNECEDOR: SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 17.895.893/0001-83

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 20.000 km dos veículos Renault Sandero placa MLS 3597 e Renault Sandero placa MLS 3747, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 1.336,00 (Um mil Trezentos e Trinta e Seis reais).

Mafra, (SC) 19 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI  
Prefeito Municipal em Exercício

# Maravilha

## PREFEITURA

### **DECISÃO. PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.942/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.942/2015 – Modalidade de Concorrência Pública n. 003/2015.

#### **DECISÃO. FASE DE HABILITAÇÃO**

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitações analisou os documentos de habilitação das empresas Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda, a qual foi habilitada para a próxima fase e da empresa Penascal Engenharia e Construção Ltda, a qual foi inabilitada. Prazo recursal conforme Art. 109, "a", da Lei Federal n. 8.666/1993. Autos com vista franqueada, nos termos do Art. 109, § 5º, da Lei Federal n. 8.666/1993. Qualquer informação bem como a retirada da Ata n.002/2015, poderão ser obtidas no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.850/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 2.850/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 025/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de lixeiras tipo cesto monobloco sextavado, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 03 de julho de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.



# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 237/2015**

PORTARIA n.º 237/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º O Senhor FERNANDO MAGAGNIN, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da presente data.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0168/2015

DECRETO Nº 0168/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANICE GAVINESKI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 30.06.2015, a Servidora VANICE GAVINESKI, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

VANICE GAVINESKI

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

### DECRETO Nº 0169/2015

DECRETO 169/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE AVALIAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Reforma Administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Permanente de Avaliação Municipal, conforme a seguir nominados:

- ADILSON CESAR BRAUN – PRESIDENTE
- GILDO BATTISTI
- JOÃO PEZENATTO
- ALSEDIR FRANCISCO DE SOUZA
- VALÊNIO JACOB KOTTWITZ
- GILMAR FRIGO
- GILMAR VOGEL
- GILBERTO SIGNOR

Art. 2º - O objetivo da comissão será de proceder a avaliação de bens Imóveis e Móveis, para fins de alienação, permuta, aquisição, na forma da Lei, conforme solicitado pelo Poder Executivo do Município de Modelo – SC, para o exercício de 2015.

Art. 3º - O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### PORTARIA Nº 079/2015

PORTARIA Nº 079/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o pedido de desistência e reclassificação para o final da lista pelo quarto classificado, convocado pela Portaria nº 061/2015,

Considerando que todos os classificados foram convocados em primeira convocação,

Considerando o pedido de reclassificação de aprovados, inclusive o candidato convocado por esta Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado em segunda convocação, para nomeação e posse no cargo de Agente de Saúde Pública, o Sr. ALTAIR EVANDRO RINTZEL, aprovado no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de reclassificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse ou na impossibilidade de assumir a vaga, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, solicitando a desistência da vaga dentro do prazo citado no Art. 2º.

§ 1º - O não atendimento desta convocação para posse no cargo, implicará na perda da vaga considerando que já houve uma

convocação e reclassificação.

§ 2º - Não havendo a manifestação do candidato de que trata o caput deste artigo, após decorrido o prazo de 10 dias da convocação, será efetuada a chamada de novo candidato, obedecida a ordem de classificação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .  
FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR  
ALTAIR EVANDRO RINTZEL

#### **PORTARIA Nº 080/2015**

PORTARIA Nº 080/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2013 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 244/2013 em 21.11.2013, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, a Sra. MARLENE FRIDA OLDENBURG, aprovada no Concurso Público nº 001/2013 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .  
MARLENE FRIDA OLDENBURG

#### **PORTARIA Nº 081/2015**

PORTARIA Nº 081/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade à servidora JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO, ocupante do cargo efetivo de Professor Ensino Superior com designação para o cargo de Diretora Municipal de Educação, conforme Decreto de nomeação nº 020/2008 de 31.01.2008, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de junho de 2015, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2008 a 02/2013 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 19 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

**PORTARIA Nº 082/2015**

PORTARIA Nº 082/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 16.06.2015, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal NILVA FATIMA ALEBRANDT, matrículas nº 1874-0 e 1877-5, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, com dois contratos de 20 horas semanais cada, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 16.06.2015 a 15.07.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16.06.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 19 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor**PORTARIA Nº 083/2015**

PORTARIA Nº 083/2015 de 19.06.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Márcia Wendling Rudiger	02.01.2014 a 01.01.2015	01.07.2015 a 20.07.2015 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 19 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **2ª ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 058/2015**

Município de Morro da Fumaça. 2ª Errata do Registro de Preços 058/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEICULOS DO CORPO DE BOMBEIROS . Data: 25/06/2015 às 09:00. Altera-se o Anexo I acrescentado-se: FIAT UNO ECONOMY e FIAT STRADA WORKING CD Coberturas dos cascos 100% Fipe. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### **ATA PREGÃO PRESENCIAL 87/2015 PMN**

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA A.G.R COMERCIO E SERVIÇOS DEVIDAMENE CREDENCIADA E POSSUIDORA DO BENEFICIO CONTIDO NA LEI 123/2006 (ME/EPP) APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA OS LANCES E APOS ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO. FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE A.G.R ATENDEU COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

NAVEGANTES , 19 DE JUNHO DE 2015

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 069/2015

DECRETO nº 069/2015 de 30 de abril de 2015

Dispõe sobre o processo de avaliação do estágio probatório dos servidores nomeados para o exercício de cargo efetivo no magistério público municipal de Nova Trento .

O Prefeito Municipal de Nova Trento, usando da competência que lhe confere o artigo 94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com os Artigos 29, parágrafo 1º, 30, 32 e 33 da Lei nº 1.668/1999 e tendo em vista o que dispõe a Emenda Constitucional Federal nº 019, de 04 de junho de 1998.

DECRETA:

Art. 1º O servidor nomeado para cargo efetivo no quadro do magistério público municipal fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, com o objetivo de apurar preenchimento dos requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado.

Art. 2º Será objeto de avaliação a competência profissional do servidor para o exercício do cargo, nos seguintes requisitos:

I- idoneidade moral;

II- assiduidade e pontualidade;

III- disciplina;

IV- eficiência e produtividade;

V- dedicação às atividades educacionais, promovidas por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e da própria escola.

Art. 3º Para efeito de avaliação dos requisitos de que trata o artigo 2º, considera-se;

I – idoneidade moral: a conduta correta e leal do servidor no cumprimento dos seus deveres;

II – assiduidade e pontualidade: o comparecimento regular e cumprimento do horário do servidor ao local de trabalho;

III – disciplina: o cumprimento do servidor às normas legais e regulamentares de sua instituição de exercício;

IV – eficiência e produtividade: o bom desempenho do servidor em termos de qualidade, quantidade e prazo;

V – dedicação às atividades educacionais: a forma de se pôr ao serviço educacional em termos de iniciativa em busca de novos conhecimentos, comprometimento, afeição, motivação e dedicação.

Art. 4º O processo de avaliação dos requisitos de que trata o artigo anterior deverá representar, além de uma rotina administrativa, um instrumento gerencial que venha a possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do servidor.

Art. 5º No âmbito de unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação, serão designadas Comissões de Gestão do Estágio Probatório, integrada pelo titular desses segmentos, conforme Portaria Normativa do Secretário Municipal de Educação, para avaliação dos servidores que neles tenham exercício.

§ 1º Caberá à Comissão:

I – viabilizar, comunicar e operacionalizar, no que coube, o treinamento em serviço para integração do servidor;

II – definir com o Diretor as metas, estratégias e indicadores de qualidade a serem utilizadas para o servidor;

III – acompanhar, registrar e avaliar o servidor, conforme os dados anotados pelo Diretor a cada avaliação nos instrumentos e cronogramas estabelecidos pela comissão de cada segmento;

IV – formular síntese dos resultados parciais e final da avaliação e remeter a Secretaria Municipal de Educação ;

V – acompanhar e prestar orientações sistemáticas ao servidor, de forma a oferecer “feedback” sobre seu desempenho;

VI – identificar ações de ajuste, quando necessário, definindo e propondo diretrizes para a concretização do processo.

§ 2º Para dar efetividade ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo anterior, o “feedback” e os ajustes de que trata o artigo anterior

devem ocorrer no 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto) e 31º (trigésimo primeiro) meses da avaliação do servidor.

§ 3º Ao responsável pelo Estágio Probatório e Diretor caberá, juntamente com o servidor, estabelecer os padrões de desempenho, bem como o acompanhamento sistemático do avaliado.

Art. 6º O processo de avaliação a que se refere este artigo terá início após a posse e o exercício do servidor e será efetuado através das seguintes etapas:

I – formação em serviço para o servidor, a ser operacionalizado pelo serviço de Supervisão da Secretaria Municipal de Educação, de forma a prestar orientações básicas de administração pública, estrutura organizacional e funcional dos órgãos da Secretaria Municipal de Educação;

II – definição do plano de trabalho a ser estabelecidas com o Diretor e o servidor, de forma a atingir os padrões de desempenho, observando para tanto, as atribuições do cargo estabelecidas em lei;

III – acompanhamento, visando identificar e registrar dificuldades pedagógicas e funcional de forma continuada e sistemática, objetivando subsidiar o crescimento do servidor, orientando-o a fim de que estes atinja- os resultados propostos; discutir juntos, avaliador e avaliado, os resultados alcançados e todos os aspectos da avaliação;

IV – avaliação dos resultados que consiste na etapa final do processo junto às comissões, as quais formalizarão os resultados obtidos e demais aspectos do processo, objetivando concluir sobre a confirmação ou não do servidor no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º As etapas previstas nos incisos II e IV têm por finalidade registrar o desempenho do servidor considerando-se os requisitos estabelecidos no artigo 2º, que será consignados em instrumentos próprios, constituídos do Boletim de Avaliação ( Avaliação Desempenho Funcional no Estágio Probatório; Resultado da Avaliação; Auto-Avaliação do Ingressante; Considerações do Avaliado/Avaliador; Relatório Semestral e Conceitos da Avaliação do Estágio Probatório).

§ 2º Os instrumentos poderão ser adaptados às especificidades decorrentes das atribuições de cada cargo, desde que aprovados pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º O registro da etapa deverá ocorrer a cada semestre letivo e cada registro deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias após o término de cada semestre letivo, sendo encaminhado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º O servidor durante o estágio probatório não poderá exercer atividades não compatíveis com as do cargo para qual foi nomeado.

Art. 8º O servidor será confirmado no cargo para o qual foi nomeado se atingir o resultado mínimo a ser estabelecido nos instrumentos constantes do previstos no § 1º do Art. 6º deste Decreto.

Art. 9º O servidor avaliado tomará ciência do resultado de sua avaliação perante à chefia imediata, datando e assinando o respectivo documento que será registrado em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo único: No caso do servidor não estar satisfeito como resultado final de sua avaliação deverá, no prazo de 10 ( dez ) dias contados da ciência, manifestar-se junto à Secretaria Municipal de Educação responsável, a qual reavaliará, com ele, todas as anotações e registros de forma a verificar a procedência ou não da sua manifestação.

Art. 10 As Comissões de todos os segmentos da Secretaria Municipal de Educação serão responsáveis pela veracidade das informações contidas nos instrumento de avaliação e pelo acompanhamento do servidor.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Educação, deverá, após apreciação e conclusão do resultado final, emitir relatório circunstanciado



com parecer conclusivo, identificando os servidores que não atingiram o desempenho mínimo esperado.

Art. 12 As situações não previstas neste Decreto serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial o Decreto nº 042/2002.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## FORMULÁRIOS DECRETO Nº 069/2015

### BOLETIM DE AVALIAÇÃO

#### AVALIAÇÃO DESEMPENHO FUNCIONAL NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Município de Nova Trento - SC

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Semestre de Avaliação: \_\_\_\_\_/Ano 201 \_\_\_\_\_

Assinale somente uma alternativa para cada item.

#### 1. IDONEIDADE MORAL

##### 1.1 Ética Profissional

1.1.1. Guarda sigilo quanto às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe foram repassadas ou que teve acesso.

Avalie o comportamento do servidor quanto às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe foram repassadas ou que teve acesso.

- a) ☐ O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações de seu trabalho.
- b) ☐ O servidor mantém sempre em sigilo as informações do seu trabalho.
- c) ☐ O servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo, portanto, confiança quanto a essa questão.
- d) ☐ Pela forma como o servidor age não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas.

##### 1.1.2. Observância da hierarquia

Avalie o grau em que o servidor observa e cumpre a hierarquia funcional.

- a) ☐ O servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional.
- b) ☐ O servidor sempre observa a hierarquia.
- c) ☐ O servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições.
- d) ☐ O servidor observa a hierarquia funcional, porém em algumas ocasiões atropela a delegação de competência a ele atribuída.

1

#### 1.2. Relacionamento Interpessoal

##### 1.2.1. Ambiente de trabalho.

Avalie a forma como o servidor age e procura manter um bom clima de trabalho.

- a) ☐ O servidor age mantendo um bom clima de trabalho.
- b) ☐ O servidor não se envolve com o seu grupo de trabalho.
- c) ☐ O servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas respeita as diferenças individuais e coletiva.
- d) ☐ O servidor não se integra ao grupo de trabalho, e nem os trata com respeito e dignidade.
- e) ☐ O servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar a moral de seus colegas e demais servidores.

##### 1.2.2. Relacionamento com a comunidade escolar

Avalie a maneira como o servidor se relaciona no ambiente escolar (corpo técnico, administrativo, pedagógico, professores, pais e alunos).

- a) ☐ O servidor demonstra educação porém, as vezes tem um temperamento explosivo.
- b) ☐ O servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas.
- c) ☐ O servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente.
- d) ☐ O servidor trata a todos com educação, mostrando ser ponderado com as pessoas.

### 1.3. Zelo por Equipamento e Materiais

Avalie o grau de interesse e preocupação com a guarda e economia de material de trabalho por parte do servidor.

#### 1.3.1. Materiais de trabalho

- a) ☐ O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais.
- b) ☐ O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho.
- c) ☐ O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais da escola, incorrendo no desvio dos mesmos.
- d) ☐ O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.

#### 1.3.2. Patrimônio Público

Avalie em que nível o servidor contribui para a conservação do patrimônio público.

- a) ☐ O servidor utiliza o bem público de maneira adequada.
- b) ☐ O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.
- c) ☐ O servidor se utiliza do patrimônio público, sem, no entanto, se importar com sua conservação.
- d) ☐ O servidor utiliza-se de forma inadequada dos bens públicos, provocando danos aos mesmos.

2

### 1.4. Postura Profissional

#### 1.4.1. Receptividade a críticas

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas

- a) ☐ O servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao seu local de trabalho.
- b) ☐ O servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente.
- c) ☐ O servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre.
- d) ☐ O servidor mostra-se indiferente às críticas.
- e) ☐ O servidor quando recebe críticas analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.

#### 1.4.2. Capacidade de decidir e inovar

Avalie a capacidade que o servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações.

- a) ☐ Não apresenta ideias e nem procura tomar a frente
- b) ☐ Demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente.
- c) ☐ Demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica.
- d) ☐ Implementa a Proposta de Educação em vigor e demonstra interesse em inovações.

#### 1.4.3. Superação de dificuldade

Avalie o grau em que o servidor supera as suas dificuldades e carências profissionais.

- a) ☐ Frequentemente através de participação ativa em Formação Continuada, pesquisas, estudos e leitura em hora atividade.
- b) ☐ Ocasionalmente quando sente necessidade.
- c) ☐ Raramente quando convocado.
- d) ☐ Normalmente só através de participação em Formação Continuada.

3

## 2. ASSIDUIDADE

### 2.1. Presença ao Trabalho

#### 2.1.1. Frequência ao local de trabalho

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local de trabalho

- a) ☐ Não faltou ao trabalho até o presente momento.
- b) ☐ Raramente falta ao trabalho, porém justifica.
- c) ☐ Raramente falta ao trabalho, porém não justifica
- d) ☐ Falta com muita frequência ao trabalho, porém não justifica
- e) ☐ Falta com muita frequência ao trabalho, porém justifica

### 2.1.2. Permanência no local de trabalho

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho.

- a) ☐ Não ausenta-se do local de trabalho.
- b) ☐ Raramente ausenta-se, porém não justifica
- c) ☐ Raramente ausenta-se, porém justifica
- d) ☐ Ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa
- e) ☐ Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa

### 2.2. Pontualidade

#### 2.2.1. Observância de horário e comparecimentos

Avalie a capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros de seu trabalho.

- a) ☐ Não se atrasa
- b) ☐ Eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso
- c) ☐ Raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou algum compromisso
- d) ☐ Quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromisso
- e) ☐ Eventualmente se atrasa ao trabalho ou a compromisso, por motivo alheio a sua vontade.

4

### 3. DISCIPLINA

#### 3.1. Comprometimento, interesse/iniciativa

##### 3.1.1. Zelo e dedicação as suas atribuições

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições.

- a) ☐ Frequentemente segue as suas atribuições e orientações recebidas com zelo.
- b) ☐ Ocasionalmente segue as suas atribuições.
- c) ☐ Raramente segue as suas atribuições
- d) ☐ Normalmente segue as suas atribuições e orientações.

##### 3.1.2. Responsabilidade com o trabalho

Avalie o grau em que o servidor atende aos prazos previstos e o nível de supervisão necessário.

- a) ☐ Realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização
- b) ☐ Merece confiança e raramente necessita de fiscalização.
- c) ☐ Necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas.
- d) ☐ É impossível depender de seus serviços, necessitando de constante vigilância.

### 4. EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE

#### 4.1. Qualidade do trabalho

##### 4.1.1. Apresentação dos seguintes documentos: Diário de Classe, Projeto Pedagógico e Planejamento das aulas.

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado que o servidor realiza este trabalho.

- a) ☐ Os documentos demonstram clareza, objetividade, denotando cuidado no seu feito e manuseio.
- b) ☐ Os documentos contém erros e o trabalho denota falta de cuidado, de clareza e objetividade.
- c) ☐ Os documentos geralmente satisfazem a solicitação.
- d) ☐ Não entrega os documentos na data prevista.

5

#### 4.2. Domínio em sua área de conhecimento

##### 4.2.1. Conhecimento na área

Avalie o conhecimento e domínio do trabalho realizado.

- a) ☐ Domina os conhecimentos, realiza planejamento das aulas e trabalha de forma interdisciplinar com projetos pedagógicos.
- b) ☐ Domina os conhecimentos e realiza planejamento das aulas.
- c) ☐ Possui conhecimento na área, mas precisa melhorar.

d) ( ) Possui conhecimento insuficiente e/ ou ultrapassado, sem interesse em mudar.

#### 4.3. Aspectos Pedagógicos

Observação: Neste item o supervisor poderá assinar uma ou mais alternativas.

##### 4.3.1. Projeto Pedagógico e Organização da Prática Curricular.

Avalie a base fundamental de trabalho profissional.

- a) ( ) Considera necessário para a unidade escolar o Projeto Pedagógico, mas não pratica.
- b) ( ) O planejamento da prática pedagógica está vinculado ao Projeto Pedagógico da unidade escolar e é organizado para transformar a sala de aula num espaço de discussão, apropriação e construção de conhecimento.
- c) ( ) Utiliza recursos tecnológicos, disponíveis na unidade escolar, para a organização de sua prática pedagógica.
- d) ( ) Utiliza na prática pedagógica metodologias adequadas que promovam a ação-reflexão-ação do ensino e da aprendizagem.
- e) ( ) Nenhuma das alternativas acima condizem com as ações do servidor.

#### 5. DEDICAÇÃO AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

##### 5.1. Cooperação

###### 5.1.1 Colaboração com colegas de trabalho

Avalie a disponibilidade de colaborar com a equipe de trabalho na escola.

- a) ( ) Regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho.
- b) ( ) Colaborar com o grupo de trabalho quando solicitado.
- c) ( ) É prestativo, colaborando com a equipe de trabalho.
- d) ( ) Não mostra disponibilidade em colaborar com o grupo de trabalho.

6

##### 5.2. Aperfeiçoamento Profissional

###### 5.2.1. Aperfeiçoamento e atualização

Avalie se o servidor aprimora e/ou atualiza seus conhecimentos considerando as oportunidades oferecidas pela Instituição.

- a) ( ) Atualização do conhecimento raramente é procurada pelo servidor.
- b) ( ) Procura manter-se atualizado, aprimorando seus conhecimentos.
- c) ( ) Eventualmente procura atualizar-se, apenas para manter seus conhecimentos.
- d) ( ) O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.

##### 5.3. Expectativas da Área

###### 5.3.1. Atinge as expectativas da área em que atua no semestre avaliado

- a) ( ) Totalmente
- b) ( ) Ocasionalmente
- c) ( ) Na maioria das vezes
- d) ( ) Muito pouco
- e) ( ) Supera as expectativas

Nova Trento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Comissão de Gestão do Estágio Probatório

Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____

7

#### RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Município de Nova Trento



Unidade Escolar: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_  
 Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
 Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
 Semestre de Avaliação: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

GRUPOS DE ITENS	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTOS					
		a	b	c	d	e	f
<b>1. IDONEIDADE MORAL</b>							
1.1. Ética Profissional							
1.2. Relacionamento Interpessoal							
1.3. Zelo por Equip. E Materiais	1.1.1.Guarda sigilo quanto às informações da Instituição	3	4	2	1		
1.4. Postura Profissional							
	1.1.2. Observância da hierarquia	2	4	1	3		
	1.2.1. Ambiente de trabalho	4	2	3	1	5	
	1.2.2. Relacionamento com comunidade escolar	2	4	1	3		
	1.3.1.Materiais de trabalho	2	4	1	3		
	1.3.2. Patrimônio públicos	3	4	2	1		
	1.4.1. Receptividade às críticas	5	3	1	2	4	
	1.4.2. Capacidade de decidir e inovar	1	3	2	4		
	1.4.3. Superação de dificuldades	4	2	1	3		
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 1						
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 1						
<b>2.ASSIDUIDADE</b>							
2.1. Presença ao Trabalho	2.1.1. Frequencia no local de trabalho	5	4	3	1	2	
2.2.Pontualidade	2.1.2.Permanência no local de trabalho	5	3	4	2	1	
	2.2.1. Observância de horário e comparecimentos	5	2	4	1	3	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 2						
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 2						
<b>3. Disciplina</b>							
3.1.Comprometimento, Interesse/Iniciativa	3.1.1.Zelo e dedicação às suas atribuições	4	2	1	3		
	3.1.2. Responsabilidade com o trabalho	4	3	2	1		
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 3						
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 3						

8

GRUPOS DE ITENS	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTOS					
	a	b	c	d	e	f	
<b>4. EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE</b>							
4.1. Qualidade do trabalho							
4.2.Domínio em sua Área de conhecimentos	4.1.1. Apresentação dos documentos da rotina burocrática da escola	4	2	3	1		
4.3. Aspectos Pedagógicos	4.2.1. Conhecimento na área	4	3	2	1		
	4.3.1. Projeto Pedagógico e Organiz. Da Prática Curricular	1	3	2	2	0	
	TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 4						
	CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 4						
<b>5. DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES EDUCACIONAIS</b>							

5.1. Cooperação	5.1.1. Colaboração com colegas de trabalho	3	2	4	1	
5.2. Aperfeiçoamento Profissional	5.2.1. Aperfeiçoamento e atualização	2	4	3	1	
5.3. Expectativas da área	5.3.1. Atinge a expectativa da área em que atua	4	2	3	1	5
TOTAL DE PONTOS DO GRUPO 5						
CONCEITO OBTIDO NO GRUPO 5						

Nova Trento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 201\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Comissão de Gestão do Estágio Probatório

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

9

#### AUTO - AVALIAÇÃO DO INGRESSANTE

Município de Nova Trento

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Semestre de Avaliação: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_ Análise descritiva do trabalho realizado, considerando os seguintes:

1. Preparação prévia dos conteúdos e materiais necessários para o desenvolvimento dos conteúdos.


2. Uso das várias áreas do conhecimento na exploração dos conteúdos.


3. Exploração dos conteúdos aproveitando as manifestações dos alunos.


10

4 -Respeito as desigualdades sociais.


5. Relação professor x aluno.

## 6. Projeto Pedagógico.

## 7. Comente sobre as áreas que necessita de melhoramentos e quais são suas sugestões para a efetividade

## 8. Comente sobre o processo avaliativo do Estágio Probatório.

Nova Trento, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## Comissão de Gestão do Estágio Probatório

Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____

11

## CONSIDERAÇÕES AVALIADO/AVALIADOR

Município de Nova Trento

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Semestre de Avaliação: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_ Este instrumento deve ser preenchido caso houver divergência da parte do avaliado em relação à pontuação e no caso do avaliador, o campo poderá ser utilizado para fundamentar os conceitos atribuídos.

## CONSIDERAÇÕES DO AVALIADO:

## CONSIDERAÇÕES DO AVALIADOR:

Nova Trento, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

## Comissão de Gestão do Estágio Probatório

Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____

12

## RELATÓRIO SEMESTRAL



Município de Nova Trento

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Nome do Avaliador: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Semestre de Avaliação: \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

PONTUAÇÃO E CONCEITUAÇÃO	Total Geral de Pontos	
	Conceito Geral Obtido	

CONSIDERAÇÕES DO SEMESTRE AVALIADO

Nova Trento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_

Nome do Avaliado: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Comissão de Gestão do Estágio Probatório

Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____
Nome: _____	Cargo: _____	Assinatura: _____

13

## CONCEITOS DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO - 2015

A escala de pontuação para verificar o desempenho do servidor, foi definida a partir das questões da Avaliação de Desempenho Funcional.

O desempenho do servidor será obtido considerando-se os conceitos de cada grupo de itens, isoladamente ou de forma global com o descrito abaixo:

## Grupo de Itens

## 1 – Idoneidade Moral

É composto de 9 (nove) itens, sendo assim definidos os conceitos:

## Conceitos Pontos

SD	Supera o desempenho esperado	30 a 38 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	23 a 29 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	15 a 22 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 15 pontos

## 2 – Assiduidade

É composto de 3 (três) itens, sendo assim definidos os conceitos:

## Conceitos Pontos

SD	Supera o desempenho esperado	12 a 15 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	09 a 11 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	06 a 08 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 06 pontos

## 3– Disciplina

É composto de 2 (dois) itens, sendo assim definidos os conceitos:

## Conceitos Pontos

SD	Supera o desempenho esperado	07 a 08 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	05 a 06 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	04 a 05 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 04 pontos

1

**4 – Eficiência e Produtividade**

É composto de 3 (três) itens, sendo assim definidos os conceitos:

**Conceitos Pontos**

SD	Supera o desempenho esperado	14 a 16 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	11 a 13 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	07 a 10 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 07 pontos

**5 – Dedicação às Atividades Educacionais**

É composto de 3 (três) itens, sendo assim definidos os conceitos:

**Conceitos Pontos**

SD	Supera o desempenho esperado	11 a 13 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	08 a 10 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	05 a 07 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 05 pontos

**Conceito Obtido Semestralmente****Conceitos Pontos**

SD	Supera o desempenho esperado	74 a 90 pontos
AD	Atinge o desempenho esperado	56 a 69 pontos
AP	Atinge parcialmente o desempenho esperado	37 a 52 pontos
ND	Não atinge o desempenho esperado	abaixo de 37 pontos

- O servidor que obtiver conceitos "SD" ou "AD" preenche os requisitos necessários.
- Quando o servidor obtiver conceito "AP" a Comissão de Gestão deverá propor as seguintes ações:
  - encaminhar para capacitação,
  - analisar sua adaptação ao local de trabalho, e,
  - identificar as possíveis dificuldades profissionais.

Após executada as ações acima e mesmo assim o servidor permanecer com o conceito "AP" ou "ND", a Comissão de Gestão deverá concluir o processo de acompanhamento de desempenho, propondo a exoneração do servidor, através do Relatório Semestral/Final.

2

**PORTARIA Nº 478/2015 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 478/ 2015

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 60, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Readaptação a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de maio de 2015 a 19 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 14/05/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 14 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 537/2015**

PORTARIA Nº 537/ 2015

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o artigo 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto dos Servidores do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SONIA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 931, concursada no cargo de Psicóloga, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08 de junho de 2015 a 05 de setembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 12/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 17 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 538/2015**

Portaria nº 538 / 2015

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.284, de 01/10/1993, alterada pelas Leis nº 1.574, de 07/09/1997 e nº 2.323, de 03/06/2009, **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme identificação a seguir, para a gestão 2015/2017:

**I - Representantes de Órgãos Governamentais:****1. Representantes da área da Educação:**

Titular: Luiz Carlos Orsi

Suplente: Moacir Antonio Facchini

Titular: Rosilene Mello Kaipper

Suplente: Tamires Leite

**2. Representantes da área da Saúde:**

Titular: Vilson Dalbosco

Suplente: Maxiliano de Oliveira

**3. Representantes da área da Assistência Social:**

Titular: Samanta Lazzarotto Franzoi

Suplente: Aداuton Raulino

**4. Representantes da área de Finanças:**

Titular: Valdemir Luiz Quaiatto

Suplente: Clarisse Cadorin Marchiori

**5. Representantes da área da Segurança Pública:**

Titular: Giovani Tridapalli

Suplente: Teresinha Ana Cristofolini

**II - Representantes de Órgãos não Governamentais:****1. Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:**

Titular: Moacir Eliseu Battisti Archer

Suplente: Rosimar Darós

**2. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento:**

Titular: Maria Goretti Minatti

Suplente: Luciana Dalprá

**3. Representantes de APPs das Escolas da Rede Municipal/Estadual de Ensino:**

Titular: Silvia Orlandi Batistti

Suplente: Vildemar Klann

**4. Representantes do Clero (Ação Social Neotrentina):**

Titular: Eunice Cadorin Bittencourt

Suplente: Enelita A. Tomazoni de Medeiros

**5. Representantes da Câmara de Dirigentes Logistas:**

Titular: Ana Cléia Marchi

Suplente: Marla D. F.Dorr

**6. Representantes da Câmara de Vereadores:**

Titular: Jucelino Marino Chini

Suplente: Jaison Moacir Marchiori

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

# Orleans

## PREFEITURA

### AVISO DE ERRATA 82/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS

#### AVISO DE ERRATA

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGUROS DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO.

Onde lê-se : Do edital: III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

Leia-se: A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta.

Onde lê-se : Da Minuta: 10.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto a PREFEITURA DE ORLEANS

Leia-se: 10.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto a PREFEITURA DE ORLEANS pelo prazo de até 2 (dois) anos.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 19 de Junho de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

### AVISO Nº 87/2015/PMO - BLOCO DE CONCRETO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS EM CONCRETO MACIÇO PARA EXECUÇÃO DE CONTENÇÕES E MUROS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME EDITAL.

Recebimento das Propostas: até o dia 06/07/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 06/07/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Orleans, 19 de Junho de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

### AVISO Nº 88/2015/PMO - SERVIÇO DE LIMPEZA

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO, BOEIROS, ROÇADAS, PODAS E PLANTIO DE ÁRVORES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO. Recebimento das Propostas: até o dia 06/07/2015 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 06/07/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Orleans, 19 de Junho de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

### AVISO Nº 89/2015/PMO - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE CASAS DE MADEIRA E ALVENARIA, PARA ATENDER FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE HABITACIONAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 07/07/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 07/07/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Orleans, 19 de Junho de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

# Paial

## PREFEITURA

**PP 24/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 024/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 032/2015

Objeto: contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação do caminhão caçamba de placa MCO 4695 da secretaria de obras e infraestrutura do município de Paial conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 02/07/2015

Abertura: 02/07/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial – SC em 19 de junho de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1.840, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.840, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 321.000,00 (trezentos e vinte um mil reais), na dotações orçamentárias abaixo:

05.00 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS  
05.01 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS  
2.029 - Recup. Revit., Proj., constr. Eptos e Manut.de Praças R\$ 20.000,00  
148 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 1.023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 301.000,00  
017 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 301.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

05.00 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS  
05.01 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS  
2.030 - Manutenção e Functo dos Cemitérios Municipais R\$ 120.000,00  
141 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros R\$ 100.000,00  
124 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
133 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
1.157 - Implantação da Praça de Esportes e Lazer-Lauro Mulher R\$ 14.000,00  
136 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
1.178 - Construção de Rodovias R\$ 20.000,00  
166 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
2.096 - Plano Diretor do Município de Palhoça R\$ 32.000,00  
109 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00  
2.140 - Troca do Toldo da Praça 7 de Setembro R\$ 35.000,00  
001 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.841, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.841, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 94.000,00  
328 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 94.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1.115 - Construção do Centro de Ref. CREAS/CRAS R\$ 20.000,00  
329 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
1.166 - Abrigo Institucional para Pessoa Idosa R\$ 14.000,00  
285 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00  
1.167 - Construção do Centro p/População de Ruas R\$ 10.000,00  
296 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
1.181 - Manut. de Restaurante Popular/Cozinha Comunitária R\$ 20.000,00  
343 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
1.183 - Construção de Casas de Passagem R\$ 10.000,00  
340 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
1.184 - Programa Família Acolhedora R\$ 20.000,00  
347 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 1.842, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.842, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 143.000,00  
328 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00  
288 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
1.029 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 20.000,00  
307 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 120.000,00  
338 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
1.184 - Programa Família Acolhedora R\$ 43.000,00  
347 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.843, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.843, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 40.000,00  
079 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$

40.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.035 - Functo e Manutenção da Secretaria Assist. Social R\$ 40.000,00  
063 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.254, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.254, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Núcleo de Estudo Espírita Francisco Candido Xavier.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo de Estudo Espírita Francisco Candido Xavier, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 12.671.338/0001-54, com sede à Avenida Barão do Rio Branco, nº 124, Edifício Dona Eugênie, sala 04, Centro, Município de Palhoça, Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE Nº579/2015.**

PROJETO DE Nº579/2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V., associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 22.218.345/0001-59, com sede à Rua Duilio José Pizani, s/n, Bela Vista, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.132-720.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº562/2015.**

PROJETO DE LEI Nº562/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA, Altera a Lei nº 2.335/2006, de 28 de abril de 2006.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1 da Lei nº 2.335/2006 de 28 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica denominada Rua João Antônio da Silva, via pública, localizada no Bairro Pacheco, com extensão de 400 metros e 7 metros de largura.

Art. 2º A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALHOÇA – APAE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a através da Secretária de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/2015

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a através da Secretária de Assistência Social e a Ação Social Paroquial de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 146/2015

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a através da Secretária de Assistência Social e Fundação Fé e Alegria do Brasil, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 147/2015

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 380/2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 380/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - CADI.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a através da Secretária de Assistência Social e o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 149/2015

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015****01. DO PREÂMBULO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, através de seu SETOR DE LICITAÇÕES, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente no que couber as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93. A Pregoeira, designado através da PORTARIA Nº 051 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015 processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliado pela Equipe de Apoio. O PREGÃO será realizado dia 03 de Julho de 2015, com início às 10h00min, no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situado na Rua Joci José Martins, nº. 101, Passa Vinte, Palhoça, SC, quando deverão ser apresentados, no início, os DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E OS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e os envelopes documentação e proposta, poderão ser entregues no protocolo do Departamento de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente Edital.

**02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

02.01. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia móvel, conforme projeto

básico e planilha descritiva e quantitativa dos serviços e orçamentária de preços básicos, contendo todas as informações necessárias para a execução dos serviços listados neste item (ANEXO I).

02.02. O (A) licitante vencedor(a) deverá executar os serviços mediante solicitação do servidor público designada pela Presidência desta Casa, como gestor do contrato.

### 03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

03.01. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, Mural e Site da Câmara Municipal de Palhoça. As demais condições constam do presente edital, seus anexos e minuta do contrato.

03.02. O contrato terá vigência até 31 de dezembro, iniciando - se a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

### 04. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04.01. As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) abaixo discriminados:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.58.00.00.00 – Serviços de Telefonia Móvel

### 05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.01. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

05.02. Estão impedidas de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

05.02.01. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

05.02.02. Impedidas de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

05.02.03. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei n.º 9.605/98.

05.02.04. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.

05.02.05. Reunidas sob forma de consórcio.

05.02.06. Encontram-se falidas ou concordatárias, por declaração judicial, ou em recuperação judicial, ou estejam em processo de liquidação ou dissolução.

05.02.07. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

05.02.08. As condições de impedimento acima, aplicar-se-ão a eventual empresa subcontratada.

05.03. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão na presente licitação, optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que para usufruí-lo deverão apresentar o TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO VII.

05.04. A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) comprovante de opção pelo "SIMPLES" obtido através do sítio da Secretaria da Receita Federal<sup>1</sup>, para as empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei n.º 9.317/96.

### 06. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (n.º 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (n.º 2).

06.01. Os ENVELOPES respectivamente PROPOSTA DE PREÇOS (envelope n.º 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n.º 02), deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

06.02. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.

06.02.01. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS (envelope n.º 01) obedecerão também os comandos contemplados nos itens e subitens 06.03, 06.03.01, 06.03.01.01, 06.03.01.02, 06.03.01.03, 06.03.02 e 06.03.03.

06.02.02. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA.

06.03. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n.º 02) poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via internet.

06.03.01. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à PREGOEIRA, por ocasião da abertura do ENVELOPE n.º 02, para a devida autenticação.

06.03.01.01. Para fim da previsão contida no subitem 06.03.01, o documento original a ser apresentado não poderá integrar o ENVELOPE.

06.03.01.02. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da PREGOEIRA.

06.03.01.03. A PREGOEIRA não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

06.03.02. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

06.03.03. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.

## 07. CONTEÚDO DA PROPOSTA

07.01. A proposta deverá ser datilografada ou impressa por processo eletrônico em 01 (uma) única via em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta (ANEXO II), redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável, não podendo ser apresentada por meio de cópia "xerox" nem "fax".

07.02. A proposta deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:

- a) Cotação de preço(s) em reais, em duas colunas "Preço Unitário" e "Preço Total";
- b) preço líquido para pagamento na forma do item "26" deste edital;
- c) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma;

07.03. A apresentação de proposta vincula o licitante ao cumprimento do objeto a ele adjudicado e implica na aceitação de todas as condições constantes deste Edital.

07.04. Ao(s) preço(s) proposto(s) não deverá(ão) ser agregado(s) nenhum encargo financeiro, pelo prazo de pagamento, representando preço(s) para pagamento à vista.

07.05. O(s) preço(s) proposto(s) será(ão) de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do(s) mesmo(s), sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

07.06. Se houver divergências entre o preço unitário e o preço total indicados pelo proponente, apenas o preço unitário será considerado válido e o total será corrigido de forma a conferir com aquele.

07.07. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada à execução do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

## 08. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

08.01. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes:

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, para empresa individual;
- b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (sociedades simples), acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b.1) a regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada pela apresentação de certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, emitida através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada à verificação da veracidade via Internet;
- b.2) a regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais;
- b.3) a regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser comprovada sobre os tributos mobiliários relacionados à sede ou domicílio do proponente, através da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito ou da CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (Lei nº 8.212, de 24/06/91);
- d) prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- e) certidão de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

**III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) prova de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitação, por meio de apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do(a) licitante, por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

**IV – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante. Se a certidão do distribuidor contiver a observação “Esta certidão só tem validade no seu original”, também será aceita nas formas indicadas no item “06.03” deste Edital.

**V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES:**

- a) declaração que o(a) proponente cumpre integralmente a norma contida na Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXXIII(conforme modelo – ANEXO VI).

08.02. A apresentação de CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, com validade, emitido pelo MUNICÍPIO DE PALHOÇA substitui os documentos elencados no item anterior, com exceção das certidões de regularidade relativas à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS), obrigando ainda a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo à habilitação.

08.02.01. Qualquer documento indispensável para a obtenção do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, com prazo de validade vencido deverá ser regularizado, impondo-se, para tanto, a apresentação do(s) mesmo(s) juntamente com a documentação contemplada no item “08.02”.

08.02.02. A regularização da documentação aludida no subitem “08.02.01.”, também poderá ser levada a efeito na própria sessão, cuja certidão/documento utilizada para a finalidade deverá observar as previsões contidas nos subitens “06.03.”, “06.03.01.”, “06.03.01.01.”, “06.03.01.02.”, e “06.03.01.03”.

08.03. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documentos àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.

08.04. Se a(o) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

08.05. Caso a(o) licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos no item anterior.

**09. CONSULTAS, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL**

09.01. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no Departamento de Licitações e Compras da Câmara Municipal de Palhoça, sito à Rua Joci José Martins, nº 101 – Loteamento Pagani – Palhoça – SC, Fone (48) 3242-1501– durante o seu expediente normal, de



segunda a sexta-feira, das 13h00 às 19h00 a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", ou impresso gratuitamente através do site [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br).

9.2. O aviso do EDITAL será publicado no SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA (podendo ser solicitado através do email [licitacao@cmp.sc.gov.br](mailto:licitacao@cmp.sc.gov.br), além de ser afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal de Palhoça e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM). O EDITAL será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no item anterior.

## 10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

10.01. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias antes da data fixada para recebimento das propostas.

10.02. A pretensão referida no item "10.01." será formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do item "09.01.". Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do e-mail [licitacao@cmp.sc.gov.br](mailto:licitacao@cmp.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3242-1501, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no item "09.01".

10.03. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

10.04. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO dando-se ciência aos demais licitantes.

## 11. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.01. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 3 (três) dias antes da data fixada para recebimento das propostas.

11.02. As medidas referidas no item "11.01." poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do item "09.01.". Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do e-mail [licitacao@cmp.sc.gov.br](mailto:licitacao@cmp.sc.gov.br) ou, através do telefone (48) 3242-1501, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem "11.01".

11.03. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida para autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 2(dois) dias úteis a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

11.04. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), redundará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a(s) alteração(ões) no edital não afetar(em) a formulação das propostas.

## 12. DO CREDENCIAMENTO

12.01. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no item "12.02" deste EDITAL, o representante da proponente entregará aa PREGOEIRA documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, deverão, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

12.02. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

12.03. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

12.04. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.05. É admitido somente um representante por proponente.

12.06. A ausência da documentação referida nos itens "12.01, 12.02, 12.03 e 12.04" ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas, impossibilitará a participação da(o) proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

12.07. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das(os) proponentes que comparecerem, a PREGOEIRA declarará encerrada esta etapa/fase,

iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento e conferência da declaração exigida neste Edital.

### 13. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DO TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.01. A etapa/fase para recebimento da DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será levada a efeito tão logo se encerre da fase de CREDENCIAMENTO.

13.01.02. O TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos do ANEXO VII acompanhado da documentação comprobatória prevista no item "05.04", se for o caso, será recebido exclusivamente nesta oportunidade e também não deve integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.02. Iniciada esta etapa/fase, a pregoeira receberá e examinará a DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

13.02.01. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da(o) proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.02.02. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.03. Optando a(o) licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, poderão ser entregues no protocolo do Departamento de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente Edital.

### 14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

14.01. Compete à PREGOEIRA proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS, conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e sob a sua guarda.

### 15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

15.01. A PREGOEIRA examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas nos itens 06 e 07.

15.01.01. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.

15.02. Definidas as PROPOSTAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, a PREGOEIRA elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL.

### 16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

16.01. Será desclassificada a PROPOSTA que não atender as exigências do presente edital e aquela que:

- a) não estiver assinada por pessoa(s) devidamente credenciada(s);
- b) apresentar emendas, borrões ou rasuras em lugar essencial;
- c) não estiver totalmente expressa em Reais (R\$);
- d) for baseada em proposta(s) de outra(s) licitante(s);
- e) oferecer vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das(os) demais proponentes; e
- f) aquelas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

### 17. DEFINIÇÃO DOS(AS) PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS

17.01. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, a PREGOEIRA selecionará, sempre com base na classificação provisória, o(a) proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

17.01.01. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no item "17.01.", a PREGOEIRA selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver



para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.01.02.

17.01.02. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.01; ou,

b) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.

17.01.03. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 17.01.02., alíneas "a" e "b", para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio. Caberá a vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

17.01.04. Havendo um(a) único(a) proponente ou tão somente uma proposta válida, a PREGOEIRA poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos para a Câmara Municipal de Palhoça.

## 18. DO OFERECIMENTO OU INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS

18.01. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

18.01.01. Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e/ou do último menor LANCE VERBAL oferecido, observado(s) o(s) seguinte(s) limite(s) mínimo(s) de redução: R\$ 10,00 (dez reais).

18.02. A PREGOEIRA convidará individualmente os(as) proponentes classificados(as) para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir do(a) proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que o(a) proponente da proposta de menor preço será o(a) último(a) a OFERECER LANCE VERBAL. Havendo propostas escritas empatadas, a ordem sequencial de convocação para lances é a de credenciamento, decrescente, conforme previsto no sistema eletrônico de Pregão Presencial.

18.03. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

18.04. Quando convocado pela PREGOEIRA, a desistência do(a) proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.05. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todos os(as) proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.06. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, a PREGOEIRA examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

18.07. A PREGOEIRA decidirá motivadamente pela negociação com o(a) proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.08. Na hipótese de não realização de lances verbais, a PREGOEIRA verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.09. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado a PREGOEIRA negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.10. Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

18.10.01. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

18.11. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação da PREGOEIRA, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

18.12. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no item "18.10.", será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e

apresentar nova proposta.

18.12.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

18.13. A PREGOEIRA deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.14. A PREGOEIRA pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e ao mesmo tempo, o(a) proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

18.15. A não apresentação dos elementos referidos no item anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item "16.01", salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.

18.16. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.

18.17. Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is). A PREGOEIRA poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

18.18. Aberto o invólucro "documentação" em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 02 (dois) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela PREGOEIRA.

18.19. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

18.20. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, o(a) proponente será declarado(a) vencedor(a).

18.21. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências de habilitação, a PREGOEIRA examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos itens e subitens antecedentes.

18.22. Sendo a proposta aceitável, a PREGOEIRA verificará as condições de habilitação do(a) proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo(a) proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado(a) vencedor(a), observando-se igualmente as previsões estampadas nos itens e subitens antecedentes.

## 19. RECURSO ADMINISTRATIVO

19.01. Por ocasião do final da sessão, o(a)(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedido(a)(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

19.02. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, o(a) proponente interessado(a) deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro da síntese das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar do dia subsequente da realização do pregão.

19.03. Os (As) demais proponentes ficarão, desde logo, intimados(as) para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

19.04. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, a PREGOEIRA examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

19.05. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no item "09.01." deste EDITAL.

19.06. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.05. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no item "09.01." deste EDITAL.

19.06. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**20. ADJUDICAÇÃO**

20.01. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo aa PREGOEIRA adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

20.02. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s) a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

**21. HOMOLOGAÇÃO**

21.01. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

21.02. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)(s) proponente(s) adjudicatário(a)(s) para assinar o contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

**22. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO**

22.01. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), bem como no Mural e Site da Câmara Municipal de Palhoça.

**23. CONTRATAÇÃO**

23.01. Não sendo assinado o contrato ou retirado instrumento equivalente, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para celebrar o contrato ou retirar instrumento equivalente nas mesmas condições de sua oferta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

23.02. A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do contrato ou retirar instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da efetiva convocação expedida pelo Departamento de Licitações.

23.03. A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

23.04. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração. Não havendo decisão, a assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente deverá ser formalizada no prazo previsto no item "23.02".

23.05. Para a assinatura do contrato, o Departamento de Licitações poderá verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.

23.06. Também para assinatura do Contrato, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

23.07. A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 30 e subitens.

**24. REGIME DE EXECUÇÃO**

24.01. O regime de execução dos serviços será na modalidade de EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL (artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" c. c. artigo 10, inciso II, alínea "a", ambos da Lei nº 8.666/93).

**25. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

25.01. O objeto da presente licitação será recebido nos termos, prazos e condições estabelecidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93.

25.02. Fica incumbido o servidor público designado pela Presidência desta Casa Legislativa, como gestor do contrato, pela fiscalização dos serviços prestados pela licitante contratada.

25.03 O recebimento definitivo do objeto da presente licitação, fica condicionado a expedição de laudo ou atestado, ou ainda declaração de comprovação da efetiva execução dos serviços licitados, expedido pelo gestor do contrato.

25.04. O recebimento pela Câmara Municipal de Palhoça, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a empresa contratada da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

**26. DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO CONTRATO**

26.01. Consta da Minuta de Contrato que compõe o ANEXO V, as condições e forma de pagamento, as condições de recebimento do objeto, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, que faz parte integrante deste edital.

## 27. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

27.01. Os valores dos preços telefônicos, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato celebrado, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados pelo aludido órgão governamental.

27.02. A possibilidade de repactuação ou de reajuste dos preços contratados deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data da última repactuação, salvo expressa disposição legal em sentido contrário ou para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato (art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93).

27.03. Caberá à empresa contratada efetuar os cálculos referente ao reajuste ou repactuação de preços desejada, e, encaminhá-los mediante ofício endereçado a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA acompanhado de nova planilha de preços.

27.04. Ocorrendo o reajuste autorizado de preços, deverá à empresa contratada encaminhar a o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a Câmara Municipal de Palhoça proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

27.05. Caso seja determinada a redução dos preços pela ANATEL, ficará a empresa contratada, de igual modo, obrigada a repassá-los a Câmara Municipal de Palhoça.

## 28. DA DISPENSA DE GARANTIA

28.01. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

## 29. DAS SANÇÕES

29.01. Ficar impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Palhoça pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, que não conflitem com aquele.

29.02. Pela recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% do valor do instrumento de contrato ou do documento equivalente.

29.03. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a(o) adjudicatária(o) ficará sujeito(a) às seguintes penalidades:

29.03.01. Advertência;

29.03.02. Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços objeto da licitação:

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

29.04. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

29.05. As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de execução total serão cobradas judicialmente.

29.06. A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a empresa contratada os direitos da Câmara Municipal de Palhoça.

29.07. Será propiciado ao licitante, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

29.08. A aplicação das sanções estabelecidas neste edital são de competência exclusiva da Presidência da Câmara Municipal de Palhoça.

## 30. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

30.01. A(O) adjudicatária(o) obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

## 31. DOS ANEXOS AO EDITAL

31.01 Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

31.01.01 Projeto Básico(ANEXO I);

31.01.02 Formulário Modelo de Proposta de Preços(ANEXO II);

31.01.03 Modelo de procuração para credenciamento(ANEXO III);

31.01.04 Modelo de Declaração de que a(o) proponente cumpre os requisitos de habilitação (ANEXO IV);

31.01.05 Minuta do Contrato (ANEXO V);

31.01.06 Modelo de Declaração do art. 7º da C.F.(ANEXO VI); e,

31.01.07 Modelo de Termo de Opção (ANEXO VII).

31.01.08 Comprovante de retirada do Edital (ANEXO VIII).

## 32. DISPOSIÇÕES GERAIS:

32.01. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

32.02. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

32.03. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação da PREGOEIRA em sentido contrário.

32.04. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

32.05. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

32.06. A(O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

32.07. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

32.08. A(O) proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

32.09. A adjudicação do(s) item(ns) ou lote(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.

32.10. À Pregoeira ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

32.11. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(o)(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

32.12. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pela PREGOEIRA, com base na legislação federal e princípios gerais de direito.

## 33. DO FORO

33.01. O Foro da Comarca de Palhoça/SC será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.

Palhoça, 19 de junho de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente



## ANEXO I

PREGÃO Nº 005/2015

## TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia móvel (serviço móvel pessoal-SMP), incluindo pacote de internet 3G ou superior para 19 acessos habilitados, respeitando-se as seguintes descrições técnicas elencadas abaixo:

Item 1 – Telefonia Móvel (serviço móvel pessoal – SMP) 19 acessos habilitados, com portabilidade, incluindo pacote de internet 3G ou superior, com as descrições técnicas a que segue na planilha do respectivo item.

## DOS SERVIÇOS BÁSICOS DE TELEFONIA MÓVEL A SEREM FORNECIDOS:

Tipo de ligação	DESCRIÇÃO
Chamada VC1 – Móvel/fixo	Chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.
Chamada VC1 – Móvel/Móvel (mesma operadora)	Chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Pessoal da mesma operadora
Chamadas VC1 – Móvel /Móvel (Outras Operadoras)	Chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Pessoal de outras operadoras.
Chamadas VC1 – Intra-rede	Chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Pessoal, pertencentes ao Plano Contratado.
Chamadas VC2 – Móvel / Fixo	Chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas em outra área de mobilidade, porém dentro da área de concessão da operadora. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.
Chamadas VC2 – Móvel /Móvel	Chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas em outra área de mobilidade, porém dentro da área de concessão da operadora. Chamadas entre assinantes do Serviço Móvel Celular.
Chamadas VC3 – Móvel / Fixo	Chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas fora da área de concessão da operadora. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo.
Chamadas VC3 – Móvel /Móvel	Chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas fora da área de concessão da operadora. Chamadas entre assinantes do Serviço Móvel Celular
VC2 e VC3 Recebida em roaming	Chamadas recebidas em roaming, dentro da área de concessão da Operadora Original, mas fora da área de registro da linha
VC3 Recebida em roaming	Chamadas recebidas em roaming no resto do Brasil.
Adicional (AD 1)	Chamadas originadas fora da área de mobilidade do assinante e dentro da área de concessão da operadora.
Adicional (AD 2)	Chamadas originadas fora da área de concessão da operadora.
Deslocamento (DSL 1)	Chamadas recebidas pelo assinante quando em "roaming" fora de sua área de mobilidade e dentro da área de concessão da operadora
Deslocamento (DSL 2)	Chamadas recebidas pelo assinante quando em "roaming" fora de sua área de mobilidade e fora da área de concessão da operadora
Caixa postal	Chamadas originadas para o serviço de caixa postal.
Serviço de mensagem	Mensagens originadas para outros aparelhos celulares
Chamadas identificadas	Acesso ao serviço mesmo com o telefone desligado
Transferência temporária	Possibilitar ao usuário receber chamadas outra linha de acesso, móvel ou fixo.
Chamada em espera	Possibilitar ao usuário receber uma chamada, durante outra ligação

Da área de cobertura:

Quanto à abrangência territorial dos serviços, a futura contratada deverá:

I - Oferecer os serviços de telefonia pessoal em todo território nacional com o sistema de transferência automática – roaming automático - quando o equipamento (aparelho celular) estiver fora da área de abrangência da operadora, possibilitando aos usuários da Contratante, na condição de visitantes, receber prestação do SMC em redes de outras prestadoras de serviço; e

II - Dispor de sistema de telefonia celular digital compatível em todos os estados da federação.

Da assinatura mensal e da tarifação:

A contratada deverá fornecer, sem custos de ativação, os 19 Sim Cards.

## CUSTO MENSAL ESTIMADO E PERFIL DE TRÁFEGO

O custo mensal estimado para a prestação dos serviços listados é de:

## TELEFONIA MÓVEL/DADOS:

SERVIÇOS BÁSICOS	QTDE ESTIMADA DE MINUTOS MENSAL	PREÇO UNITÁRIO (POR MINUTO) R\$	PREÇO FINAL MÁXIMO (R\$)
Chamadas VC1 – Móvel/Fixo	2.000	0,28	560,00
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (mesma operadora)	1.000	0,28	280,00
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	5.000	0,28	1.400,00
Serviço Tarifador Zero (valor fixo) Intra-grupo	19	6,00	114,00
Chamadas VC2 – Móvel/Fixo	600	0,50	300,00
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	665	0,35	232,75
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	500	1,00	500,00
Chamadas VC3 – Móvel/Fixo	200	0,50	100,00
Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	200	0,35	70,00
Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	200	1,00	200,00
AD 1 – dentro do SC	100	0,70	70,00
AD 2 – outros estados	100	0,70	70,00
Deslocamento (DSL 1) – dentro do RS	50	0,70	35,00
Deslocamento (DSL 2)	50	0,70	35,00
SMS (TORPEDO)	1000	0,25	250,00
Acesso à Caixa Postal	100	0,28	28,00
Assinaturas mensais	19	7,00	133,00
Serviço de internet – 3 G ou superior– Franquia Mensal	11 pacotes de 2 Gb	69,90	768,90
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS	5.146,65		
TOTAL GLOBAL (para o período de execução de 6 meses)	30.879,90		

## DO PERFIL DE TRÁFEGO

I- O perfil de tráfego informado, para fins de cotação de proposta, não deve ser limitador dos serviços de telefonia a serem prestados à Câmara Municipal de Palhoça/SC. Portanto, esses deverão atender à demanda da CONTRATANTE durante o prazo de vigência do contrato, mesmo que a quantidade de ligações seja superior ao perfil informado.

II-

III- O perfil de tráfego constante da TABELA, em decorrência de sua natureza estimativa, servirá tão somente de referencial para as licitantes formularem suas propostas, indicarem o percentual de desconto e posterior análise da proposta mais vantajosa para a Administração.

IV-

Para a cotação de preços, as licitantes devem considerar que todas as ligações ocorrem nos horários correspondentes à tarifa normal.

## SERVIÇO DE ATENDIMENTO:

A contratada deve manter centro de atendimento único para recebimento de chamadas de assistência técnica, através de numero franqueado (0800).

Prestar atendimento aos chamados em regime 24x7 com equipe de suporte e manutenção treinadas nas tecnologias utilizadas.

Manter estrutura própria de operação e manutenção, estabelecida na localidade de prestação do serviço, objeto deste Edital.

Reparar e restabelecer o serviço em um prazo máximo de 06 horas, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da abertura do chamado para recuperação.

Palhoça, 19 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

## ANEXO II

PREGÃO Nº 005/2015

(MODELO DE PROPOSTA)

PROPOSTA

NOME DA EMPRESA: .....

ENDEREÇO: .....

CIDADE: ..... CEP: ..... ESTADO: .....

FONE/FAX DA EMPRESA: .....

FONE/FAX DO REPRESENTANTE: .....

CNPJ Nº: .....

BANCO: ..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE: .....

E-MAIL: .....

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial Nº 005/2015.



**OBSERVAÇÃO:**

As tabelas abaixo deverão ser preenchidas com duas casas decimais, observando-se o campo valor máximo de referência. Havendo majoração do valor máximo de referência, automaticamente a proponente será desclassificada.

SERVIÇOS BÁSICOS	QTDE ESTIMADA DE MINUTOS MENSAL	PREÇO UNITÁRIO (POR MINUTO) R\$	PREÇO FINAL MÁXIMO (R\$)
Chamadas VC1 – Móvel/Fixo	2.000		
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (mesma operadora)	1.000		
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	5.000		
Serviço Tarifador Zero (valor fixo) Intra-grupo	19		
Chamadas VC2 – Móvel/Fixo	600		
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	665		
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	500		
Chamadas VC3 – Móvel/Fixo	200		
Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	200		
Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	200		
AD 1 – dentro do SC	100		
AD 2 – outros estados	100		
Deslocamento (DSL 1) – dentro do RS	50		
Deslocamento (DSL 2)	50		
SMS (TORPEDO)	1000		
Acesso à Caixa Postal	100		
Assinaturas mensais	19		
Serviço de internet – 3 G ou superior– Franquia Mensal	11 pacotes de 2 Gb		
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS			
TOTAL GLOBAL (para o período de execução de 6 meses)			

**observação:**

1 - A proposta elaborada pela licitante deverá estar de acordo com Anexo I deste Edital, sendo que cada item deve possuir o seu próprio valor individual/mensal para efeito de avaliação da necessidade de eventuais acréscimos e/ou diminuições futuras, conforme preveem as alíneas "a" e "b", inciso I, art. 65 da Lei nº 8.666/093, portanto, recomenda-se que os itens sejam cotados em forma de planilha.

**ANEXO III**

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015

(MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Por este instrumento credenciamos o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação acima referenciada, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, visando a formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

NOTA: Documentos a serem apresentados:

1. Em caso de firma individual, o registro comercial;
2. Nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
3. Em se tratando de pessoa física, a apresentação de cédula de identidade.

**ANEXO IV**

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015

**MODELO**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO.

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistiu fato impeditivo de sua habilitação no certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_ (UF), xxx de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO V

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015

MODELO

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART 27 DA LEI Nº 8.666/93

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa), CNPJ \_\_\_\_\_, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º inciso XXXIII da Constituição da República, ou seja, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 anos em qualquer trabalho exceto se aprendiz, a partir de 14 anos.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO VI

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015

DECLARAÇÃO REGULARIDADE FISCAL

(A SER APRESENTADA FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, licitante no certame acima destacado, promovido por essa Assembleia Legislativa de Santa Catarina, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, RG nº \_\_\_\_\_, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS) e perante a Justiça do Trabalho (CNDT), bem como atende a todas as exigências de habilitação constantes do Edital próprio.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO VII

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015

MODELO DO ATESTADO DE VISTORIA

ATESTADO DE VISTORIA

OBJETO: Contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia e dados móveis, telefonia fixa e serviços de internet banda larga, link dedicado, 20mbps/20mbps, conforme especificação contida no Edital.

Atestamos para fins de participação no PREGÃO Nº \_\_\_\_/2015, que o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ integrante do quadro de responsáveis técnicos da empresa \_\_\_\_\_, esteve no local designado pela CMP, na data a seguir indicada, visitou o local do respectivo serviço, reconheceu as características dos sistemas e da tecnologia da informação, ambiente, instalações e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, inclusive sobre as peculiaridades técnicas dos serviços a serem realizados, cientificando-se de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do objeto licitado.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2015

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

\_\_\_\_ (nome/razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.  
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal  
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO V – PREGÃO PRESENCIAL \_\_\_\_/2015

## CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

## MINUTA

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Rua Joci José Martins nº 101 Loteamento Pagani – Palhoça - SC, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 7580136750001-59, neste ato devidamente representado por seu Presidente, o Sr.º Otávio Marcelino Martins Filho, portador do documento de identidade R.G. n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrito no CPF/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade de, Estado de Santa Catarina, através de seu órgão executivo municipal doravante denominado simplesmente Câmara; e CONTRATADA: \_\_\_\_\_, CNPJ N.º \_\_\_\_\_, inscrição estadual n.º \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade, Estado de \_\_\_\_\_, devidamente representada na forma do contrato social(ou pelo Sr.º/Sr.ª. \_\_\_\_\_), doravante denominada CONTRATADA, fica justo e contratado, perante as duas testemunhas, abaixo assinadas e nomeadas, o seguinte:

## DO OBJETO DO CONTRATO

1ª- Constitui objeto do presente contrato a contratação de prestação de serviços de telefonia móvel, conforme termo de referência e anexos que integram o Edital do Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2015, bem como a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

Parágrafo primeiro: O detalhamento e as especificações dos serviços contratados estão elencados no Anexo I do Edital – termo de referência, que integra este contrato e nas demais cláusulas do presente instrumento.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA declara expressamente, sob as penas da Lei que está tecnicamente, economicamente e financeiramente apta à execução dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo terceiro: A CONTRATADA deverá executar os serviços contratados, mediante solicitação do servidor público designado pela Presidência deste Poder Legislativo, como gestor do contrato.

## DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

2 – A CONTRATADA será remunerada pela prestação dos serviços descritos na cláusula anterior, conforme abaixo discriminado:

## ITEM I – TELEFONIA MÓVEL/DADOS:

SERVIÇOS BÁSICOS	QTDE ESTIMADA DE MINUTOS MENSAL	PREÇO UNITÁRIO (POR MINUTO) R\$	PREÇO FINAL MÁXIMO (R\$)
Chamadas VC1 – Móvel/Fixo	2.000		
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (mesma operadora)	1.000		
Chamadas VC1 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	5.000		
Serviço Tarifador Zero (valor fixo) Intra-grupo	19		
Chamadas VC2 – Móvel/Fixo	600		
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	665		
Chamadas VC2 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	500		
Chamadas VC3 – Móvel/Fixo	200		
Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Mesma operadora)	200		

Chamadas VC3 – Móvel/Móvel (Outras operadoras)	200		
AD 1 – dentro do SC	100		
AD 2 – outros estados	100		
Deslocamento (DSL 1) – dentro do RS	50		
Deslocamento (DSL 2)	50		
SMS (TORPEDO)	1000		
Acesso à Caixa Postal	100		
Assinaturas mensais	19		
Serviço de internet – 3 G ou superior– Franquia Mensal	11 pacotes de 2 Gb		
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS	R\$		
TOTAL GLOBAL (para o período de execução de 6 meses)	R\$		

Parágrafo primeiro: Os valores dos preços telefônicos, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados pelo aludido órgão governamental.

Parágrafo segundo: A possibilidade de repactuação ou de reajuste dos preços contratados deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data da última repactuação, salvo expressa disposição legal em sentido contrário ou para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato (art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93).

Parágrafo terceiro: Caberá à contratada efetuar os cálculos referente ao reajuste ou repactuação de preços desejada, e, encaminhá-los mediante ofício endereçado a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, acompanhado de nova planilha de preços.

Parágrafo quarto: Ocorrendo o reajuste autorizado de preços, deverá à contratada encaminhar a Câmara Municipal de Palhoça o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a Câmara Municipal de Palhoça proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) Desconto(s) ofertado(s).

Parágrafo quinto: Caso seja determinada a redução dos preços pela ANATEL, ficará a contratada, de igual modo, obrigada a repassá-los a Câmara Municipal de Palhoça.

Parágrafo sexto: Além do pagamento dos preços convencionados, nenhuma outra obrigação acessória terá a Câmara Municipal de Palhoça, durante o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

3- O pagamento mensal da despesa será realizado pela Câmara Municipal de Palhoça, por meio de quitação bancária (por meio eletrônico) ou boleto, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos das normas da ANATEL.

Parágrafo primeiro: Se a Nota Fiscal Fatura, emitida pela CONTRATADA, apresentar incorreções, será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura sem imperfeições.

Parágrafo segundo: Em hipótese alguma serão efetivados pagamentos antecipados ou sem a existência da correspondente medição.

Parágrafo terceiro: A Câmara Municipal de Palhoça, poderá descontar dos pagamentos importâncias que, a qualquer título lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato, após instauração de procedimento administrativo, garantindo à Contratada ampla defesa e contraditório.

Parágrafo quarto: No ato do pagamento de cada nota fiscal/fatura, poderá ser retido pela Câmara Municipal de Palhoça os valores relativos à eventuais contribuições devidas ao INSS, no percentual de 11% (onze por cento) ou daquele previsto na legislação federal vigente na época do pagamento do valor da fatura, o qual será recolhido posteriormente em favor do INSS pela Prefeitura, em guia própria, na forma de lei. Idêntico procedimento de retenção será adotado no caso de eventuais incidências do IRRF sobre os valores devidos a CONTRATADA, sendo que a retenção também será efetuada no ato de pagamento, após instauração de procedimento administrativo, garantindo à Contratada ampla defesa e contraditório.

Parágrafo quinto: O não pagamento no prazo previsto nesta cláusula acarretará multa à Câmara Municipal de Palhoça correspondente a:

- aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito, incidente a partir do dia seguinte ao do vencimento;
- juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "prorata tempore", contados a partir da data de vencimento da fatura, bem como atualização do débito pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo sexto: O dia do vencimento mensal será oportunamente definido pela Câmara Municipal de Palhoça, conforme legislação em vigor.

#### DOS RECURSOS

4- As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.58.00.00.00 – Serviços de Telefonia Móvel

#### DA VIGÊNCIA

5 - O contrato terá vigência até dia 31 de dezembro de 2015, iniciando-se a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

Parágrafo único: O objeto deste contrato, não poderá ser cedido, transferido ou caucionado, sem prévio e expressa autorização da Câmara Municipal de Palhoça, sob pena de nulidade do ato e da sua rescisão "pleno jure".

#### FUNDAMENTO LEGAL

6 – Processo de Licitação – Modalidade Pregão Presencial n.º 005/2015 de \_\_\_\_\_ de 2015, devidamente homologada no Processo de Licitação n.º \_\_\_\_\_, e Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações, bem como demais Legislação de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

#### OBRIGAÇÕES

7 - São obrigações da CONTRATADA, aquelas previstas no projeto básico (Anexo I deste contrato), as quais passam a ser parte integrante da presente cláusula independentemente detranscrição, como também as que seguem mais adiante relacionadas:

7.1 - Responder por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: taxas, impostos, contribuições, encargos previdenciários, obrigações sociais e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

7.2 - Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal de Palhoça ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo em decorrência da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara Municipal de Palhoça.

7.3 – Comunicar à Administração da Câmara Municipal de Palhoça por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

7.4 - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde praticada durante a execução dos serviços;

7.5 – Informar ao gestor do contrato, com vistas à solução de possíveis problemas verificados durante a prestação dos serviços.

7.6 – Ressarcir a Câmara Municipal de Palhoça, os prejuízos causados pela própria CONTRATADA ou seu(s) empregado(s), quando estes forem provocados por imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito as normas aplicáveis aos serviços contratados.

7.7 - A manter, durante toda a execução dos serviços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;

7.8 - Realizar os serviços ora contratados dentro da boa técnica e de acordo com toda a legislação, normas e especificações técnicas pertinentes a cada item de serviço, respeitando, ainda, o disposto nas especificações contidas no Projeto Básico; São obrigações da Câmara Municipal de Palhoça:

7.9 - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na cláusula "3ª" deste instrumento particular.

7.10- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.11 - Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços, através de acompanhamento feito por servidor devidamente nomeado para a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à empresa contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

7.12 - Proporcionar à empresa contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

7.13 – Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às instalações da contratante, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para prestação dos serviços;

7.14 - Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício da função que foram atribuídas;

7.15 - Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras de serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuam a ser os mais vantajosos para a Administração;

7.16 - Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas;

7.17 - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes na data da emissão das contas telefônicas;

7.18 - Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;

7.19 - Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com este contrato.

7.20 - Aplicar as penalidades cabíveis.

#### RESPONSABILIDADE

8. A CONTRATADA ficará civilmente responsável pelas obrigações oriundas de ilícitos praticados por si, seu pessoal ou seu preposto, devendo ressarcir todos os danos causados ao Município de Dourado, à pessoas e bens de terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, por sua ação ou omissão.

#### RESCISÃO

9. A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal de Palhoça, nos casos enumerados a seguir:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão constante no cumprimento do atendimento dos serviços, levando a Câmara Municipal de Palhoça a comprovar a falta de interesse da CONTRATADA;
- d) O atraso injustificado no início dos serviços;
- e) A cessão, transferência, ou caucionamento do objeto do presente contrato, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de Palhoça;
- f) O desatendimento das determinações regulares do agente designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- h) A decretação de falência, insolvência ou a dissolução da sociedade contratada;
- i) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do órgão CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- m) A inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a empresa CONTRATADA os direitos da Câmara Municipal de Palhoça;

9.1 - A rescisão contratual poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Palhoça.

9.2 - A rescisão contratual poderá ser também judicialmente requerida, nos termos da lei.

9.3 - No caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Câmara Municipal de Palhoça, decorridos de serviços ou parcelas destes já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, fica assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação caso em que, sua decisão deverá ser comunicada por escrito a Câmara Municipal de Palhoça.

#### VINCULAÇÃO

10. O presente contrato administrativo está vinculado ao Edital do Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/20\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_ e à proposta da CONTRATADA, fazendo parte integrante deste Contrato, como se transcrito estivessem literalmente.

#### DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11. O objeto deste contrato será recebido nos termos, prazos e condições estabelecidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: O objeto do contrato somente será declarado satisfatório quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que o integrem.

Parágrafo Segundo: A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços, subsistirá da Lei, independente do prazo contratual.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Palhoça não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades legais e/ou contratuais.

#### DA PUBLICAÇÃO

12. Caberá a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA providenciar, por sua conta, a publicação do Extrato do presente contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e dentro do prazo legal.

#### DAS PENALIDADES

13. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes penalidades:

I) Advertência;

II) Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços objeto da licitação:



a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

III) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

Parágrafo primeiro: A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo o contratado os direitos da Câmara Municipal de Palhoça

Parágrafo segundo: O descumprimento pela CONTRATADA do objeto contratado acarretará também as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das multas e demais consequências acima estabelecidas.

Parágrafo terceiro: A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços, subsistirá da Lei, independente do prazo contratual.

Parágrafo quarto: A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Palhoça não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades legais e/ou contratuais.

#### DA PUBLICAÇÃO

14. Caberá a Câmara Municipal de Palhoça providenciar, por sua conta, a publicação do extrato do presente contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e dentro do prazo legal.

#### DAS PENALIDADES

15. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento, a CONTRATADA fica sujeita às seguintes penalidades:

I) Advertência;

II) Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços objeto da licitação:

a) até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

b) superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

III) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

Parágrafo primeiro: A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo o contratado os direitos da Câmara.

Parágrafo segundo: O descumprimento pela CONTRATADA do objeto contratado acarretará também as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das multas e demais consequências acima estabelecidas.

Parágrafo terceiro: No caso de rescisão contratual em favor da Câmara e de pleno direito, a CONTRATADA, cumulativamente com a multa moratória, fica obrigada ao pagamento da multa rescisória em qualquer hipótese no valor de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor remanescente do Contrato, devidamente corrigido.

Parágrafo quarto: As multas, moratória e rescisória que serão cobradas cumulativamente, serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

Parágrafo quinto: A aplicação das multas moratória e rescisória, não impede a aplicação das demais penalidades previstas na legislação que regulamenta o presente Instrumento, às quais, desde já, sujeita-se a CONTRATADA, como a cobrança de perdas e danos que a Câmara venha a sofrer em face da inexecução parcial ou total do Contrato.

Parágrafo sexto: A rescisão acarretará as consequências previstas no artigo 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.

Parágrafo sétimo: A inexecução total ou parcial do contrato, importará também na suspensão do direito da CONTRATADA de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Palhoça pelo prazo desde já fixado em 18 (dezoito) meses, contados da aplicação de tal medida punitiva.

Parágrafo oitavo: Será propiciado a CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo nono: Penalidades a que se sujeita a CÂMARA:

I) Sujeita-se, a CÂMARA as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

#### DO VALOR DO CONTRATO

16. Para atender unicamente aos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, fica estabelecido o valor global deste Contrato em R\$



**DO FORO**

17. Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente ajuste, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**DO TERMO ADITIVO**

18. Serão incorporados neste contrato, através de termos aditivos, todas as modificações que se fizerem necessárias, tais como prazos, preços, quantidade e normas gerais de serviços.

**DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

19. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

**REGIME DE EXECUÇÃO**

20. O regime de execução dos serviços será na modalidade de EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL (artigo 6º, inciso VIII, alínea "b" c.c. artigo 10, inciso II, alínea "b", ambos da Lei nº 8.666/93).

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

21. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

Parágrafo segundo: Por conta exclusiva da CONTRATADA correrão todos os ônus, tributos, taxas, impostos, encargos, contribuições outras quaisquer, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, acidentário, comercial, social ou outras, quer sejam de competência fazendária ou não.

Parágrafo terceiro: Em nenhum caso a CONTRATADA transferirá a terceiros as incumbências das obrigações assumidas, sem aprovação prévia da Câmara Municipal de Palhoça. Nenhuma transferência mesmo autorizada pela Câmara, isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

Parágrafo quarto: A CÂMARA reserva-se no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, após instauração de procedimento administrativo, garantindo à Contratada ampla defesa e contraditório.

Parágrafo quinto: A CÂMARA reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização.

Parágrafo sexto: A presença da fiscalização da CÂMARA não eximirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento integral de suas obrigações.

Parágrafo sétimo: A critério exclusivo da CÂMARA, poderá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA, os valores correspondentes a prejuízos causados a CÂMARA sejam por seus empregados ou prepostos, bem como ser descontado qualquer débito tributário apurado, após instauração de procedimento administrativo, garantindo à Contratada ampla defesa e contraditório.

Parágrafo oitavo: O Edital, seus anexos e proposta da CONTRATADA fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

Parágrafo nono: Durante toda a execução do contrato, a contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

Parágrafo décimo: Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama, telex ou fax, no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES da CÂMARA.

Parágrafo décimo primeiro: Qualquer tolerância da CÂMARA quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

E, por estarem assim, justos e acertados entre si, assinarem as partes o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que também o assinam, a fim de que produza os efeitos legais.

Palhoça, \_\_\_\_/2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº558/2015.**

PROJETO DE LEI Nº558/2015.

DENOMINA VIA PUBLICA, Rua Olga da Silva Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Olga da Silva Silveira, com extensão de 95,00 Metros de comprimento, e 6,00 metros de largura e início na Rua Miguel Abel da Silva, via pública localizada no bairro Pinheira, neste Município.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº577/2015.**

PROJETO DE LEI Nº577/2015.

DENOMINA VIA PUBLICA. Rua Marcia Regina Scherer.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Marcia Regina Scherer, com extensão de 57,63 Metros de comprimento, e 7,00 metros de largura e início na Rua Servidão Emiliano, via pública localizada no bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº551/2015**

PROJETO DE LEI nº551/2015

Denomina Via Pública. Rua: ENÉIAS DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua: ENÉIAS DE SOUZA via pública localizada no Loteamento Porto das Águas, no Bairro Bela Vista, neste Município com extensão de 195 metros de comprimento e com 5,5 metros de largura.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº565/2015.**

PROJETO DE LEI Nº565/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça – CADI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral de Palhoça – CADI, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua Vitor Meireles, nº 424, Bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-370, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 30.607,36 (trinta mil, seiscentos e sete reais e trinta e seis centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 33350000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº566/2015.**

PROJETO DE LEI Nº566/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46.250.411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, nº 350, Bairro Barra do Aririú, CEP 88.134-420, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 30.607,36 (trinta mil, seiscentos e sete reais e trinta e seis centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos deztois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº567/2015.**

PROJETO DE LEI Nº567/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Ação Social Paroquial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial de Palhoça, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 85.319.333/0001-30, com sede na Rua José Alfredo Brum, nº 52, Bairro Centro, CEP 88130-190, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 150.554,40 (cento e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos deztois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº568/2015**

PROJETO DE LEI Nº568/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Avenida Manoel Cantalício Vidal s/nº, Bairro Centro, CEP 88.131-110, no valor global de R\$ 23.672,88 (vinte e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos deztois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº574 /2015.**  
PROJETO DE LEI Nº574 /2015.

DENOMINA VIA PUBLICA, no Bairro Nova Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada as vias públicas laterais (L). Na localidade do Bairro Nova Palhoça, neste Município, com os seguintes nomes:  
I – L – 1 – Avenida Aleixo Alves de Souza, com 2 pistas de rolamento e duas faixas de rolagem para cada pista de rolamento, extensão de 1.595 metros de comprimento e largura composta por 7,5 metros para cada pista de rolamento, 7 metros de vala de drenagem central e 2 metros de canteiro central;

II – L – 2 – Rua Sergio Albino da Silva, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

III – L – 3 – Rua Aleijadinho, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

IV – L – 4 – Rua Olimpio João de Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

V – L – 5 – Rua Alfredo Volpi, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VI – L – 6 – Rua Pedro Manoel da Silva, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VII – L – 7 – Rua Anilza Leoni, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VIII – L – 8 – Rua Vereador Francisco Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

IX – L – 9 – Rua Antônio Gomide, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

X – L – 10 – Rua Prof.<sup>a</sup> Lair Quadros de Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XI – L – 11 – Rua Cecília Maria Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XII – L – 12 – Rua Marcos Danete, com extensão de 120,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIII – L – 13 – Rua Manoel João Garcia, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIV – L – 14 – Rua Eduardo Dias, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XV – L – 15 – Rua Prof. Milton João de Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XVI – L – 16 – Rua Emiliano Cavalcanti, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XVII – L – 17 – Rua Nilma Emília Martins, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XVIII – L – 18 – Rua Ernesto Meyer Filho, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIX – L – 19 – Rua Acácio Espindola, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XX – L – 20 – Rua Flavio de Carvalho, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXI – L – 21 – Rua Franklin Cascaes, com extensão de 50,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXII – L – 22 – Rua Valmor Hilário Moreira, com extensão de 240,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXIII – L – 23 – Rua Acácio Martins, com extensão de 120,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXIV – L – 24 – Rua José Antônio Moraes, com extensão de 120,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXV – L – 25 – Rua Artur Sell, com extensão de 120,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXVI – L – 26 – Rua Ladislau Pedro Moreira, com extensão de 270,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

Art. 2º Fica denominada as vias públicas transversais (T). Na localidade do Bairro Nova Palhoça, neste Município, com os seguintes nomes:

I – T – 1 – Avenida Vidal Procópio Lohn, com 2 pistas de rolamento e duas faixas de rolagem para cada pista de rolamento, extensão de 1.352 metros de comprimento e largura composta por 8 metros para cada pista de rolamento e 2 metros de canteiro central;

II – T – 2 – Rua Otávio Marcelino Martins, com extensão de 180,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

III – T – 3 – Rua Paulo Roberto Alves, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

IV – T – 4 – Rua Lauro Bechtold, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

V – T – 5 – Rua Claudio Espindola, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VI – T – 6 – Rua Felisberto Francisco Cardoso, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VII – T – 7 – Rua Vereador Flavio Raul Martins, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VIII – T – 8 – Rua José Vasco Martins, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

IX – T – 9 – Rua João Feliciano da Silva, com extensão de 200,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

X – T – 10 – Rua Zulma Júlia Martins, com extensão de 120,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XI – T – 11 – Rua Abílio Rodão Garcia, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XII – T – 12 – Rua Dorvalina Batista, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIII – T – 13 – Rua Maria Isolina da Silva, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIV – T – 14 – Rua Hercílio Jorge da Silva, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XV – T – 15 – Rua Valdir Batista, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;



XVI – T – 16 – Rua Marcio Antônio de Souza, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XVII – T – 17 – Rua Ari Laudelino Martins, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XVIII – T – 18 – Rua Osmar Rodão Garcia, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XIX – T – 19 – Rua Nicolau José de Farias, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XX – T – 20 – Rua Valdir de Souza Pinheiro, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXI – T – 21 – Rua João Manoel Garcia, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXII – T – 22 – Rua Waldemar Garcia, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXIII – T – 23 – Rua Janete Marilda de Souza, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXIV – T – 24 – Rua Raulino Guilherme Scheimann, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXV – T – 25 – Rua Bernardina Basilissa da Silva, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXVI – T – 26 – Rua Wilson Espindola, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXVII – T – 27 – Rua Roberto Paragó, com extensão de 150,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXVIII – T – 28 – Rua Elias Schmidt, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXIX – T – 29 – Rua João Manoel de Jesus, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXX – T – 30 – Rua Elias Egídio Moreira, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXI – T – 31 – Rua Lídia da Silva Lima, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXII – T – 32 – Rua Flor de Lotus, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXIII – T – 33 – Rua Valter Augustinho Martins, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXIV – T – 34 – Rua Claudemiro João Saibert, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXV – T – 35 – Rua Ary Jorge Ribeiro de Sá, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXVI – T – 36 – Rua Sargento Aldo Genésio Martins, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXVII – T – 37 – Rua Alécio Martins, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXVIII – T – 38 – Rua Campolino Geremias Lostada, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXIX – T – 39 – Rua João Olímpio de Espindola, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XL – T – 40 – Rua Das Felicidade, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLI – T – 41 – Rua Doroteu Pereira de Matos, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLII – T – 42 – Rua Doraci Duarte de Oliveira, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLIII – T – 43 – Rua Vereador Antônio Gaspar Schutz, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLIV – T – 44 – Rua Adelina Vargas Petzold, com extensão de 190,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLV – T – 45 – Rua Osvaldo Bossolan, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XLVI – T – 46 – Rua Manoel Candido de Farias, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

Parágrafo único. A localização das referidas vias públicas de que trata os artigos anteriores, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº580/2015.**

PROJETO DE LEI Nº580/2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Núcleo de Estudo Espírita Francisco Candido Xavier.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo de Estudo Espírita Francisco Candido Xavier, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 12.671.338/0001-54, com sede à Avenida Barão do Rio Branco, nº 124, Edifício Dona Eugênie, sala 04, Centro, Município de Palhoça, Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº581/2015.**

PROJETO DE LEI Nº581/2015.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Pinheira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Pinheira, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 05.086.023/0001-84, com sede à Rua Miguel Abel da Silva, nº 61, sobreloja, Praia de Cima, Pinheira, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.139-379.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014 - Pregão Presencial 35/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA. OBJETO: Aquisição de 25 (vinte e cinco) Relógios Eletrônicos de Ponto, para as Unidades de Saúde São Sebastião e Patural, CEAP, Novo Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Transporte, Policlínica Municipal, CAPSi, NEPS, UPA Centro, UPA SUL, Laboratório e Zoonose, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários para instalação dos relógios.

DATA: 22/09/2014 à 21/09/2015.

Nome da Empresa: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA  
CNPJ: 10.707.063/0001-36

Lote 1: Total Geral dos Itens					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Relógio Eletrônico de Ponto, com as seguintes especificação mínimas: sistema de gerenciamento, sem necessidade de instalação de software na máquina cliente; fornecer interface de controle através de navegador web; Possuir sistema de impressão com velocidade de 90 mm/s com corte parcial e total do papel; Impressão com durabilidade de 5 anos; Gravação dos dados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho (MT) como para a memória de registro permanente (MRP); Permitir o cadastro das informações do empregador, local de trabalho e funcionários; Armazenar na MRP todos os eventos: registro do empregador, marcação de ponto, alteração de data e hora e cadastro de funcionário; Capacidade de gerenciamento de até 15.000 colaboradores na memória de trabalho (MT); Capacidade para armazenamento de registros em memória (MRP) 8.000.000; Trabalhar com vários tipos de comunicação; Calendário perpétuo, com opção de ajuste da data e hora e configuração do horário de verão; Trabalhar com leitura automática da quantidade de dígitos dos crachás (3 a 20 dígitos); Possuir botão para relação da emissão instantânea dos eventos de ponto realizados nas 24 horas precedentes; Possuir senha, configurável, de segurança no menu; Possuir sistema de No-break opcional com recurso de corte inteligente de energia quando o nível de energia baixar demais; Capacidade de armazenamento de digitais: 300, 1.900, 9.500 ou 15.000 digitais; Operar com Auto On (biometria com recurso de toque único), função que permite realizar a identificação da digital somente colocando o dedo no sensor, sem a necessidade de digitar a matrícula, utilizar o crachá ou a tecla de verificação disponível no teclado; Possuir porta fiscal USB para coleta do arquivo AFD para auditoria dos dados do equipamento pelo fiscal do trabalho; Possuir sistema de importação e exportação de dados via segunda porta USB; Possuir sistema de identificação de status e eventos no equipamento, aplicativo embarcado ou software gerenciador; Possuir sistema de gerenciamento que valide as informações recebidas e as salva se precisar; Possuir sensor de papel que indica através de mensagem no display, aviso sonoro e até mesmo no software gerenciador caso o papel esteja acabando; Possui contador de tickets restantes (valor aproximado), de forma que o empregador saiba quantos tickets ainda podem ser impressos com determinada bobina de papel. Possui tecnologia de identificação Biometria e Proximidade Mifare, RFID e Unique. Possui Leitor biométrico tipo ótico com resolução de 500 DPI; Possuir modo de verificação das digitais: 1:1 (reconhecimento feito com a prévia informação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) e 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possuir Auto On: identificação da digital em modo 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possuir capacidade de armazenamento de digitais de até 15.000 digitais, contendo matrículas, PIS e nome do funcionário; Possuir armazenamento em memória flash para a MT e MRP, no qual a memória MRP possui um sistema de gerenciamento interno para garantir a integridade dos dados; Dados do empregador: armazenar em memória a razão social, CNPJ/CPF, CEI e endereço do local de trabalho; Possuir autonomia para mais de 8.500 bilhetes; Possuir impressão de alta resolução com opção de corte parcial e total do papel via menu do relógio; Possuir aplicativo de configuração embutido, e que ofereça suporte a qualquer plataforma que possua navegador de internet; Modos de comunicação: trabalhar em modo off-line, usando os dados contidos na MT para autenticação no equipamento; Tipos de comunicação: serial RS 232, TCP/IP 10/100 MBits e USB nativos; Módulos externos opcionais: Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial RS 485; Fazer conexão utilizando Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial apenas através de um software gerenciador; Velocidade de comunicação (Serial RS 230) : 9.600 bps ou 115.000 bps; Possuir segunda entrada USB, possibilitando a coleta por filtros de registros, configurar o equipamento, cadastrar empregador e digitais; Teclado: 18 teclas sendo 10 em padrão telefônico e 8 teclas adicionais de função; Utilizar display de cristal líquido de 16 caracteres x 2 linhas com backlight (iluminação do display); Calendário perpétuo: gerenciar a passagem da hora, minuto, segundo, dia, mês e ano; Possuir uma bateria de lítio com capacidade de manter a data e hora correta por 1.440 horas, ou seja, 2 meses no caso de desligamento; Sistema de corte da energia do No-break quando a tensão da bateria atingir nível insuficiente para operação; Monitor interno do circuito: possui sistema de "Watchdog" para supervisão do funcionamento do equipamento e dos níveis de tensão; Coleta de dados: possibilitar coleta via porta USB Fiscal, segunda USB no próprio equipamento, aplicativo embarcado em um navegador de internet ou via software gerenciador; Sistema de proteção contra violação: Possuir sensores que bloqueiam o equipamento em qualquer tentativa de violação do mesmo. Tensão de operação: 8 Volts; Potência média: 4,8 W; Bateria externa (opcional): 6,4 V para alimentação em caso de falta de energia (No-break).

1	25,00	UN		R\$1.205,00	R\$30.125,00
Valor Total	(trinta mil e cento e vinte e cinco reais)	R\$30.125,00			



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015 – Pregão  
Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:  
METROMED COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA.  
OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo  
enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal  
do Município de Palhoça.  
DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

**Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO  
HOSPITALAR LTDA.**

**CNPJ: 83.157.032/0001-22**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Avental Cirúrgico Descartável em TNT Manga Longa com Elástico, 20 Gramas, pacote com 10 unidades					
4	50,00	PCT	Sky/TNT	R\$13,0200	R\$651,0000
<b>Especificação:</b> Propé Descartável 30 gramas, pacote com 100 Unidades.					
5	5,00	PCT	Sky/TNT	R\$11,6900	R\$58,4500
<b>Especificação:</b> Lâmina de bisturi estéril nº 24, caixa com 100 unidades.					
6	50,00	CX	Advantive/Aço Inox	R\$16,1000	R\$805,0000
<b>Especificação:</b> Cabo de Bisturi nº4					
7	6,00	UN	ABC/0026	R\$5,7300	R\$34,3800
<b>Especificação:</b> Pinça Hemostática Curva Kelly 16 cm					
8	20,00	UN	ABC/0234	R\$17,7600	R\$355,2000
<b>Especificação:</b> Pinça Anatômica 1X2 dentes (Dente de Rato) 16 cm					
9	10,00	UN	ABC/0178	R\$8,3200	R\$83,2000
<b>Especificação:</b> Pinça Anatômica 16cm					
10	5,00	UN	ABC/0172	R\$7,7700	R\$38,8500
<b>Especificação:</b> Porta Agulha Mayo Hegar 16cm					
11	5,00	UN	ABC/0530	R\$18,1300	R\$90,6500
<b>Especificação:</b> Tesoura Romba Curva 15 cm					
12	10,00	UN	ABC/0314	R\$12,7600	R\$127,6000
<b>Especificação:</b> Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades					
13	10,00	CX	Procare/Monofilamento	R\$20,7200	R\$207,2000

**Especificação:** Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril sem agulha, com 24 unidades

14	10,00	CX	Procare/Monofilamento	R\$20,7200	R\$207,2000
----	-------	----	-----------------------	------------	-------------

**Especificação:** Aparelho de anestesia inalatório com ventilação mecânica.

23	1,00	UN	Brasmed/Vet-1000	R\$9.670,0000	R\$9.670,0000
----	------	----	------------------	---------------	---------------

**Especificação:** Armário vitrine para uso veterinário, com chave. Características: construído em chapa de aço, com pintura eletrostática a pó epóxi branca. Frente e laterais com vidro de 3 mm de espessura, com 03 (três) prateleiras com vidros de 4 mm de espessura, pés em tubos quadrados com ponteiros em PVC. Dimensões aproximadas (AxCxL): 170x65x40cm.

25	1,00	UN	Olimedic/Oli-101	R\$697,0000	R\$697,0000
----	------	----	------------------	-------------	-------------

<b>Valor Total</b>		<b>(treze mil, vinte e cinco reais e setenta e três centavos)</b>			<b>R\$13.025,73</b>
--------------------	--	---	--	--	---------------------

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO CNPJ: 18.258.209/0001-15					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Balança Eletrônica de bancada, capacidade mínima 100Kg. Voltagem 220 ou bivolts. Garantia de 01 ano.					
18	1,00	UN	WELMY/W 100/2 S/C LED	R\$1.200,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Máquina de tosa, mínimo 2 velocidades, duplo isolamento térmico. Voltagem 220 ou bivolts. Acompanhar 04 (quatro) lâminas nº 40. Garantia: 01 ano.					
21	1,00	UN	OSTER GOLDEN/A5	R\$1.300,0000	R\$1.300,0000
Valor Total	(dois mil e quinhentos reais)	R\$2.500,00			

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 03.033.589/0001-12					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Espadrapo Impermeável Branco 10cm X 4,5m;					
1	130,00	UN	MISSNER	R\$4,0900	R\$531,7000
Especificação: Sistema duplo T BARAKA traquéia silicone autoclavável 2 litros					
15	1,00	UN	OXIGEL	R\$267,0000	R\$267,0000
Especificação: Mesa Cirúrgica regulável com pés em aço inoxidável para uso veterinário. Tampo em aço inoxidável, com vincos e furo para escoamento. Pés em tubo quadrado de aço inoxidável com manípulos nas laterais para inclinar e regular a altura. Suporte para soro em aço inoxidável e balde em alumínio. Dimensões aprox. 120x70cm.					
24	2,00	UN	OLIMEDIC/OLI143	R\$1.650,0000	R\$3.300,0000
Valor Total	(quatro mil, noventa e oito reais e setenta centavos)	R\$4.098,70			

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME CNPJ: 18.486.436/0001-06					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.					
19	1000,00	UN	ALLFLEX/Transp.subc	R\$7,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Leitor Universal de microchip para animais. Garantia: 01 ano.					
20	1,00	UN	ALLFLEX/GLOBAL SCAN GS 110	R\$580,0000	R\$580,0000
Valor Total	(sete mil e quinhentos e oitenta reais)	R\$7.580,00			

# Palmitos

## PREFEITURA

### LEI 3.852/2015

LEI Nº. 3.852/2015. De 10 de junho de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a inserir um novo elemento orçamentário no PPA (Lei 3.830 de 19/12/2014), na LDO (Lei 3.831 de 19/12/2014) e na LOA (Lei 3.832 de 19/12/2014) no valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS EM PLANEJAMENTO  
PROJ/ATIV: 2005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0000.0(xx) R\$ 27.000,00  
TOTAL R\$ 27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
UNIDADE: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS EM PLANEJAMENTO  
PROJ/ATIV: 2005 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0(09) R\$ 27.000,00  
TOTAL R\$ 27.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº. 3.852/2015.  
De 10 de junho de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues  
Chefe de Gabinete

### LEI 3.853/2015

LEI Nº. 3.853/2015. De 10 de junho de 2015.	AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PALMITOS INTEGRAR O PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS – PIGIRS/AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica autorizado o Município de Palmitos integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólido da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios – PIGIRS/AMERIOS, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMERIOS, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMERIOS, especialmente sobre:

I – posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II – segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III – disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV – operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V – mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

LEI Nº. 3.853/2015.  
De 10 de junho de 2015.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues  
Chefe de Gabinete

### LEI 3.854/2015

<p>LEI Nº. 3.854/2015. De 10 de junho de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
PROJETO: 1.018 – Obras de Saneamento Básico  
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0013.0 (xx) R\$ 200.000,00  
TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0013 – recursos vinculados ao Governo Estadual, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos  
Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues  
Chefe de Gabinete

### LEI 3.855/2015

<p>LEI Nº. 3.855/2015. De 10 de junho de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	--

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), na dotação orçamentária constante no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJ/ATIV: 1024– Construção/Ampliação e reforma da Unidade de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0002.0(xx) R\$ 71.000,00  
TOTAL R\$ 71.000,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recursos 0000 – recursos ordinários, demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de junho de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues  
Chefe de Gabinete

# Papanduva

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015** RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente Termo, fica RETIFICADA a Ata de Registro de Preços Nº: 045/2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Papanduva, por intermédio do seu Prefeito, para contratação de Mao de obra para realização de assentamento de lajotas, paralelepípedos e meio fios de concreto.

Onde se lê:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa ORIVALDO TORQUATO, inscrita no Nº 22.014.394/0001-70, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

Leia-se:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 040/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa ORIVALDO TORQUATO, inscrita no Nº 22.014.394/0001-70, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

Papanduva, 10 de junho de 2015.

Dario Schicovski Orivaldo Torquato

Prefeito Municipal Contratado

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2015

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 82.291.311/0001-11, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 9.396,37 (nove mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), referente aos itens 01, 12, 13, 32, 56, 62, 64, 88, 89, 90, 97, 155 e 158, objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 005/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato,



inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério do Fundo Municipal de Saúde, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;

6.2 - Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e o Fundo Municipal de Saúde não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_  
- Ricardo Zenfe - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_  
- Erli Edivina Wunche Bacellar -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
- Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
- Amarildo Baseggio – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015

##### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2015

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.365.644/0001-25, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;



1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material lícitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 48.111,80 (quarenta e oito mil, cento e onze reais e oitenta centavos), referente aos itens 07, 08, 09, 10, 15, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 59, 71, 72, 73, 74, 75, 95, 108, 109, 110, 136 e 157, objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 005/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério do Fundo Municipal de Saúde, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;

6.2 - Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e o Fundo Municipal de Saúde não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação

técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_- Ricardo Zenfe - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- Erli Edivina Wunche Bacellar -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Francini Ranieli Postai - Pela  
Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2015

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.595.725/0001-84, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente ao item 122, objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 005/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente,

sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério do Fundo Municipal de Saúde, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;

6.2 - Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 – Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e o Fundo Municipal de Saúde não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_- Ricardo Zenfe - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- Erli Edivina Wunche Bacellar -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Person Dilomar Niec – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2015

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 035/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender a Casa, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 50.139,16 (cinquenta mil, cento e trinta e nove reais e dezesseis centavos), relativos aos itens 01, 08, 10, 11, 17, 20, 21, 23, 26, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 46, 68, 69, 74, 76, 77, 81, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 94, 100, 101, 106, 107, 110, 119, 124, 127, 128, 129 e 130, objeto do pregão presencial registro de preços 035/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no



momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Casa de Passagem, sito à Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, Papanduva/SC;

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos objetos após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes

sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
– Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_  
– Erli Edivina Wunsche Bacellar -  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
– Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
– Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
– Claudia Regina Odachowski  
Martins – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2015

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 035/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender a Casa, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 16.181,80 (dezesesseis mil, cento e oitenta e um reais e oitenta centavos), relativos aos itens 03, 04, 07, 09, 12, 14, 28, 39, 41, 47, 49, 50, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 71, 73, 78, 79, 80, 83, 92, 95, 97, 98, 99, 102, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 122 e 131, objeto do pregão presencial registro de preços 035/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Casa de Passagem, sito à Rua José Zadorosny, nº 827, Centro, Papanduva/SC;

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ao)

efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 035/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos objetos após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

## CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-  
duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, re-  
nunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado  
que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ – Erli Edivina Wunsche Bacellar -

## Equipe de Apoio

— Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
— Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

\_\_\_\_ – Geane Ribeiro de Lima Ritzmann – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2015

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 037/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade:

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 21.683,85 (vinte e um mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos), relativos aos itens 05, 07, 09, 12, 13, 14, 16, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 77, 85, 89, 90, 93, 94, 97, 106, 111, 121, 127 e 129, objeto do pregão presencial registro de preços 037/2015.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura:

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 037/2015 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC.

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 037/2015 e seus anexos:

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGACÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação:

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) que a contratada fornecer fora das especificações do edital.



**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
 Equipe de Apoio – Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
 \_\_\_\_\_ – Erli Edivina Wunche Bacellar -  
 \_\_\_\_\_ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
 \_\_\_\_\_ – Sônia Terezinha Mendes Novack  
 - Equipe de Apoio  
 \_\_\_\_\_ – Claudia Regina Odachowski  
 Martins – Pela Contratada

Dario Schicovski  
 Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2015**

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 036/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA – ME, inscrito no CNPJ sob nº 16.982.129/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de cestas de alimentos e leite em pó destinados a atender ao projeto Cidade Limpa e Solidária, Associação Consciência Ecológica e serviço de proteção básica, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados aos fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade no fornecimento dos objetos licitados pelo primeiro classificado, a administração poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste objeto e assim sucessivamente;

1.4 – O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 193.678,00 (cento e noventa e três mil, seiscentos e setenta e oito reais), relativos aos itens 01 e 03, objeto do pregão presencial 036/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 036/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.





item 02, objeto do pregão presencial 036/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 036/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A contratada deverá entregar os produtos em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Jair Damaso da Silveira, nº 417, centro Papanduva/SC;

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – A entrega dos produtos será de acordo com o aqui estabelecido e nos quantitativos solicitados pelo município;

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão

Presencial nº 036/2015 e seus anexos;

5.9 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
  - b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
  - c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
  - b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
  - c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
  - d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 05 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ – Erli Edivina Wunsche Bacellar

- Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Geane Ribeiro de Lima Ritz-

mann – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 050/2015**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 039/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 83.483.990/0001-93, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 39.750,00 (trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais), relativos ao item 05, objeto do pregão presencial registro de preços 039/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A entrega do item adjudicado deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC;

4.2.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.



**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a contrata der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 12 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
– Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
– Marcio José Drevek – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2015**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 039/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa MARCIO VEIT PILLATI, inscrita no CNPJ sob nº 21.516.490/0001-53, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o

segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais), relativos aos itens 01 e 04, objetos do pregão presencial registro de preços 039/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A entrega do item adjudicado deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC;

4.2.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital

Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a contrata der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 12 de junho de 2015.

- Equipe de Apoio

– Otávio Hunka - Equipe de Apoio

– Sônia Terezinha Mendes Novack

– Equipe de Apoio

– Marcio Veit Pillati – Pela Con-

tratada

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2015

##### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2015

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 039/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PARANAENSE CONSTRUTORA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 77.170.264/0001-18, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 43.170,00 (quarenta e três mil, cento e setenta reais), relativos ao item 08, objeto do pregão presencial registro de preços 039/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

– Márcio Wisniewski – Pregoeiro

– Erli Edivina Wunsche Bacellar

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A entrega do item adjudicado deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC;

4.2.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 039/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a contrata der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 12 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ – Erli Edivina Wunsche Bacellar -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ – Sônia Terezinha Mendes Novack  
– Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ – Fernando Henrique Philippi Fo-  
lador – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 032/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 032/2015, referente ao Pregão Presencial 048/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de computadores para a Vigilância Epidemiológica do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: INFOPLAN LTDA - ME, totalizando o montante de R\$ 8.970,00 (oito mil, novecentos e setenta reais), relativos ao item 03. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega dos equipamentos e vigorará até a data que expire a garantia dos mesmos.

Papanduva, 28 de maio de 2015.  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 060/2014, de 18/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário: item 04 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.004.142 de 22/01/2014 e NFE 000.005.305 de 26/03/2015 da empresa fornecedora IMEC-INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS CUSTÓDIA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,0110 para R\$ 0,017; item 134 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000294431 de 31/05/2014 e NFE 000316457 de 08/10/2014 da empresa fornecedora PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,079 para R\$ 0,091; item 160 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000267590 de 11/11/2013 e NFE 000330095 de 08/01/2015 da empresa fornecedora PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,056 para R\$ 0,059; item 217 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000292630 de 21/05/2014 e NFE 000337733 de 25/02/2015 da empresa fornecedora PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,056 para R\$ 0,066. Contratado: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP,

Papanduva, 28 de maio de 2015  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 066/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 77 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 202017 de 16/06/2014 e NFE 227311 de 27/02/2015 da empresa fornecedora WERBRAN DSITRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,5500 para R\$ 0,6500, bem como o acréscimo do valor unitário para o item 345 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 199714 de 27/05/2014 e NFE 227238 de 26/02/2015 da empresa fornecedora WERBRAN DSITRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,1800 para R\$ 0,1942. Contratado ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP,

Papanduva, 26 de maio de 2015  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 078/2014, de 04/07/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, que a partir do presente, passará ser de 01 de julho de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: NOTILIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO.

Papanduva, 17 de junho de 2015  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal**SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 070/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 41 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 1124563 15/07/2014 e NFE 1250702 de 11/03/2015 da empresa fornecedora CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICOS LTDA, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,1780 para R\$ 0,1875, bem como o acréscimo do valor unitário para o item 128 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 018726 de 03/07/2014 e NFE 000.022.284 de 28/02/2015 da empresa fornecedora PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A, passando portando o preço unitário, registrado de R\$ 0,0200 para R\$ 0,0212. Contratado COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

Papanduva, 26 de maio de 2015  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde**TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 077/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 21 conforme ocorrido e demonstrado pela Nota Fiscal de aquisição da contratada, NFE 28716 17/04/2015 e cotação anexa realização no dia 20 de maio de 2015 da empresa fornecedora AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do item 21 de R\$ 0,095 para R\$ 0,106. Contratado PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Papanduva, 16 de junho de 2015  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015**

Ata de Audiência Pública Nº 002/2015

Ata da 2ª Audiência Pública do ano de 2015, correspondente à Prestação das Contas do Município de Papanduva, realizada em 29 de maio de 2015 às 16:00 horas

Em 29 de maio de 2015, às 16:00 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador Valdecir Vaneski, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, cumprimentando a todos os internautas e presentes, declarou aberta a presente Audiência Pública da prestação de contas do município, referente ao 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, abordando que esta Audiência Pública atende a exigência do Art. 9º, parágrafo 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na sequência o Senhor Valdecir Vaneski, passou a palavra para o senhor Fábio José Padilha, que deu sua explanação inicial e na sequência passou para o senhor José Ratochinski Filho, responsável pela apresentação das informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias do município. O senhor José Ratochinski Filho, Contador do Município de Papanduva, assumiu a responsabilidade pela continuação da audiência, cumprimentou todos os presentes e internautas e agradeceu ao membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, pela oportunidade para realizar os esclarecimentos necessários, referente às contas do município, correspondente ao 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015. O Senhor José Ratochinski Filho fazendo o uso da palavra, começou a exposição das informações, declarando que objetivo de sua presença era de, apresentar a prestação de contas do município de Papanduva, referente ao 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, atendendo assim a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicialmente foi focado o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, onde foi esclarecido a todos os presentes que o montante das receitas devem sempre estar equilibrado ao montante das despesas. Com relação aos valores do 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, o Senhor José Ratochinski Filho comentou que a previsão da receita para o período de janeiro à abril era de R\$ 12.688.000,00 e que foram arrecadadas R\$ 14.113.693,70, sendo arrecadado R\$ 1.425.693,70 a mais que o previsto; as despesas foram autorizadas em R\$ 12.688.000,00, e executadas em R\$ 14.260.025,57, sendo R\$ 1.572.025,57 a mais que a despesa autorizada, sendo que a despesa foi maior que a prevista em decorrência da arrecadação também ser maior que a previsão; resultando assim, através do comparativo entre as receitas e as despesas no cumprimento das metas, um déficit de R\$ 146.331,87, ou seja, a arrecadação foi menor que as despesas. Com relação às metas do resultado primário, este era previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em (-) R\$ 3.300.000,00 e o realizado foi de R\$ 2.439.640,35, totalizando um resultado de (-) R\$ 5.739.640,35. O resultado nominal era previsto em R\$ 510.000,00 e o realizado foi de (-) R\$ 726.631,97, totalizando um resultado de (-) R\$ 1.236.631,97. O Senhor José Ratochinski Filho também abordou os gastos com investimentos, os quais estavam previstos até o mês de abril em R\$ 2.024.000,00 e foram executados R\$ 2.018.772,20, restando uma diferença a executar de R\$ 5.227,80. Na saúde, foi informado que o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 1.382.223,61, neste período foram gastos 24,71% equivalente a R\$ 2.277.226,98, ou seja, foram aplicados R\$ 895.003,37 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Na educação foram gastos 26,50% equivalente a R\$ 2.289.752,55, onde o mínimo a ser gasto é de 25% da receita do município, equivalente a 2.313.572,64 neste período, ou seja, foram aplicados R\$ 23.820,09 a menos que o mínimo exigido pela Constituição Federal, isso devido ao início de ano, onde as despesas com a educação são reduzidas devido às férias dos alunos.

Com relação ao FUNDEB, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de 60%, equivalente a R\$ 1.156.579,75 neste período, sendo gasto 62,70%, equivalente a R\$ 1.349.514,03, ou seja, foram aplicados R\$ 60.801,20 a menos que o mínimo exigido por lei, isso também devido ao período de início de ano. O Senhor José Ratochinski Filho também comentou sobre as Despesas com pessoal do Poder Executivo, onde o máximo a ser gasto da Receita Corrente Líquida média dos últimos 12 meses (maio/2014 à abril/2015) é de 54% correspondente a R\$ 20.105.094,09, porém foram gastos 49,43%, equivalente a R\$ 18.403.656,38, ou seja, foram aplicados R\$ 1.701.437,71 a menos que o limite máximo estipulado em lei. Com relação ao Poder Legislativo o máximo ser gasto da Receita Corrente Líquida do município, média dos últimos 12 meses é de 6% equivalente a R\$ 2.233.899,34 neste período, porém foram gastos 2,21%, representando R\$ 823.017,73, ou seja, foram gastos R\$ 1.410.881,61 a menos que o limite legal. Sobre a alienação de ativos ou venda de bens móveis do município, foi afirmado que no período esta possuía um saldo anterior de R\$ 160.300,00, não houve receita, onde o saldo está aplicado e originou um rendimento no valor de R\$ 775,21, e foram aplicados em equipamentos e materiais permanentes, conforme previsão legal R\$ 123.672,67 resultando em um saldo a aplicar de R\$ 37.402,54. Referente à dívida flutuante, esta possuía saldo anterior de R\$ 2.599.828,31, no decorrer do período houve a inscrição de R\$ 1.010.734,20, e foram pagas R\$ 2.184.613,25, onde o saldo a pagar ficou em R\$ 1.425.949,26. Com relação à dívida fundada interna, esta possuía um saldo inicial de R\$ 1.526.014,24, houve a inscrição de R\$ 8.260,87 e foram pagos até o mês de abril R\$ 291.551,41, restando um saldo de R\$ 1.243.083,70, que segundo o Contador é índice de endividamento bem baixo, em comparação ao limite determinado pelo Senado Federal. Na sequência o Senhor José Ratochinski Filho, comentou que as informações que a lei exige que sejam apresentadas em Audiência Pública são estas colocadas aqui; e para finalizar sua fala, agradeceu ao Membro da Comissão e ao Poder Executivo pela oportunidade de representá-lo, informando que foi o Sistema de Controle Interno e a Contabilidade do município foram responsáveis pela elaboração e apresentação das informações. Na sequência foi aberto espaço para o público fazer questionamentos, porém não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Valdecir Vaneski, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência Pública. A lista de presença em anexo possui valor de confirmação de presença das pessoas participantes. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 29 de maio de 2015.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PR 47/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES,  
COM SEDE NA AVENIDA BEIRA RIO Nº. 20 – CENTRO –  
PASSO DE TORRES - SC, INSCRITA NO CNPJ SOB O  
Nº. 95.782.793/0001-54, INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA,  
COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ  
REALIZAR PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR  
PREÇO POR INTENS" ATRAVÉS DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DO PREGOEIRO (A),  
OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E  
ELETRODOMESTICO PARA A ESCOLA MUNICIPAL  
DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES  
DA SILVA, ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL VILA NOVA, CENTRO EDUCACIONAL  
INFANTIL MUNDO FELIZ, CENTRO EDUCACIONAL  
INFANTIL BARRA VELHA, EJA – EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS E SERVIÇO DE CONVIVENCIA E  
FORTALECIMENTO DE VINCULOS.

ABERTURA: 06/07/2015 ÀS 14H30MIN

O EDITAL COM SEUS ANEXOS, DEVERÃO SER OBTIDOS  
NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA  
MUNICIPAL, LOCALIZADA NA AVENIDA BEIRA RIO Nº. 20 –  
CENTRO – PASSO DE TORRES - SC, NO HORÁRIO DAS  
13H00MIN ÀS 19H00MIN DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.

PASSO DE TORRES/SC, 19 DE JUNHO DE 2015.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL

PREGOEIRA

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 227/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 227/2015**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de B para C, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, brasileira, Neila Aline Felipe, portadora do CPF nº 053.699.709-80, matrícula nº 10419, nomeada pela portaria nº 170/2009, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de Junho 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 228/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 228/2015**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, Fernanda Sprada, brasileira, portadora do CPF nº 049.982.859-39, matrícula nº 11117, ocupante do Cargo de Enfermeira - ESF, contratada pela portaria nº 110/2015, a partir de 18/06/2015, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 18 de Junho de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 229/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**PORTARIA Nº 229/2015**

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Clarice Maria Gonçalves, contratada pela portaria nº 182/2015, brasileira, portadora do CPF nº 040.318.569-62 matrícula nº 11133 ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de junho de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

**PP21/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 02/07/2015 até as 17h00min, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 03/07/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 19 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015

Termo Aditivo de Prazo que entre si celebram o Município de Petrolândia e a empresa JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, CNPJ nº 15.009.878/0001-65. Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE VIAS URBANAS, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO EDITAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA FUNDAM, VINCULADO A PROPOSTA SIGEF Nº 9997, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DE ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Vigência: 16/06/2015 a 16/11/2015. Valor da Obra: R\$ 1.060.384,21.

Petrolândia, 22 de junho de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 34/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE 40m³ DE CONCRETO FCK 25 MPA, PARA COLOCAÇÃO NO PISO DO SALÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ALOÍSIO HAVERROTH, ONDE OCORRERÃO OFICINAS DO ENSINO FUNDAMENTAL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 02/07/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 22 de junho de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 040/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 06 de julho de 2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 040/2015, visando à aquisição de óleo lubrificante para os veículos das Secretarias do Município.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 06/07/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00hs, às 14:15 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 212, DE 16 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA N. 212, DE 16 DE JUNHO DE 2015  
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA DARIANE PERAZZOLI TORCATTO APTA PARA EXERCER A FUNÇÃO EM caráter temporário DE professora de educação física com Bacharelado, Processo seletivo 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata DARIANE PERAZZOLI TORCATTO, para exercer a função de professora de educação física com Bacharelado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 215, DE 16 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA N. 215, DE 16 DE JUNHO DE 2015  
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Viviane Antunes de Lima APTA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM LICENCIATURA, PROCESSO SELETIVO 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Viviane Antunes de Lima, para exercer a função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – COM LICENCIATURA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 226, DE 16 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA N. 226, DE 16 DE JUNHO DE 2015  
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA MARLENE DA SILVA BOTTEGA APTA PARA EXERCER O CARGO DE SERVENTE, CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional e declarar apta para o trabalho a candidata MARLENE DA SILVA BOTTEGA, para exercer o cargo de SERVENTE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 210 DE 15 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 210 DE 15 DE JUNHO DE 2015

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DA SERVENTE MARINES OLIVO BAGGIO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de servente, Iris Aparecida Tonetta, se encontra em licença das funções para tratar de interesses particulares, cujo afastamento tem data prevista para 22 de setembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorroga até dia 22 de setembro de 2016 o contrato temporário de MARINES OLIVO BAGGIO, para a função de Servente.

Parágrafo único: No caso de a servidora retornar antes desta data, o contrato será rescindido na data do retorno.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de Junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 213, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 213, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA DARIANE PERAZZOLI TORCATTO PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM BACHARELADO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, DARIANE PERAZZOLI TORCATTO, brasileira, inscrita no CPF nº 058.458.569-14, para exercer a função em caráter temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 216, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 216, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA Viviane antunes de lima PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM LICENCIATURA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer a função,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, Viviane antunes de lima, brasileira, inscrita no CPF nº 082.905.319-07, para exercer a função em caráter temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria vigorará até que o servidor afastado retorne às suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 217, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 217, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença prêmio à Servidora Pública ROSANIA INÊS ROSSATTO ZAGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER à servidora pública ROSANIA INÊS ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora pós graduada, 01 (hum) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 20 de maio de 2015 a 18 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 222, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 222, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSANGELA LIDVINA GALLAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ROSANGELA LIDVINA GALLAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora pós graduada, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 223, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 223, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença prêmio à Servidora Pública SÔNIA TEREZINHA ZAGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER à servidora pública SÔNIA TEREZINHA ZAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de saúde pública, 01 (hum) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de outubro de 2008 a outubro de 2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 224, DE 16 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 224, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença prêmio à Servidora Pública MADALENA APARECIDA DE BRITO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER à servidora pública MADALENA APARECIDA DE BRITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, 02 (dois) meses de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de outubro de 2008 a outubro de 2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 01 de junho de

2015 a 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 225, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 225, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DARCI DA SILVA AZEVEDO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor DARCI DA SILVA AZEVEDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cortador de pedras, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 08/11/2013 a 07/11/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 227, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 227, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MARLENE DA SILVA BOTTEGA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE "SERVENTE".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público, Edital nº 001/2014, homologado através do Termo de Homologação do Resultado Final do Concurso Público de 18 de março de 2014;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer o cargo,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, mediante concurso público MARLENE DA SILVA BOTTEGA, brasileira, inscrita no CPF nº 010.075.249-79, para exercer o cargo de servente, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no Centro Educacional Padre Trudo Plessner.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de junho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 214, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 214, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA MARLENE DA SILVA BOTTEGA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, MARLENE DA SILVA BOTTEGA, brasileira, casada, inscrita no CPF n.º 010.075.249-79, da função temporário de "SERVENTE", Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 301, de 25 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 218, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 218, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA HEMILY RAAP DO NASCIMENTO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE enfermeira.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, HEMILY RAAP DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 074.920.469-95, da função temporária de "ENFERMEIRA - PSF", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 245, de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 219, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 219, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA NICOLI CRISTINI CERON DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Técnica em enfermagem - ESF.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, NICOLI CRISTINI CERON, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 011.797.089-11, da função temporária de "técnica em enfermagem - ESF", lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 266, de 17 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 220, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 220, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA IVETE MARTINS DO EXERCÍCIO DO Cargo Efetivo de Servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, IVETE MARTINS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF n.º 050.567.609-51, do cargo de "Servente", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 256, de 16 de julho de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 221, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 221, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA DANIEL PIOVESAN DO EXERCÍCIO De emprego público de odontólogo - psf.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, DANIEL PIOVESAN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n.º 044.351.909-90, do emprego público de "ODONTÓLOGO - PSF", Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeado através da Portaria 075, de 22 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de maio de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 228, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 228, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA Jéssica BADO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "diretora de habitação".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, Jessica BADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 084.359.059-93, do cargo de provimento em comissão de "Diretora de habitação", lotada na Secretaria de Administração, para o qual foi nomeada através da Portaria 114, de 02 de abril de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de junho de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 229, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 229, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA HELIN PERAZZOLI DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE analista de licitações e atos administrativos.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, HELIN PERAZZOLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 070.741.229-39, da função temporário de “analista de licitações e atos administrativos”, lotada na Secretaria de Administração, nomeada através da Portaria 309, de 08 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de junho de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.948 DE 18 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.948 DE 18 DE JUNHO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2005 – Atividades de Planejamento e Controle Geral

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03100000 – Convênio de Trânsito – Militar R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 170.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art 3º - O valor resultante da transposição do Art. 2º deste Decreto, serão destinados as seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento

Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 18 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária Gestão Administrativa e Fazendária

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2015

Processo Administrativo n.º 054/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SENAT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE / UNIDADE DE BLUMENAU/SC, PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO "CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA" E AULAS PRÁTICAS DE MANOBRA VEICULAR, DIREÇÃO DEFENSIVA, OSTENSIVA E EVASIVA PARA OS AGENTES DE TRÂNSITO DO PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Curso será ministrado para 17 agentes de trânsito.

Valor total contratado: R\$8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais).

Pomerode/SC, 19 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO 054/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0054/2015 TOMADA DE PREÇO N.º 005/2015

O Município de Ponte Serrada torna publico que realizara licitação na modalidade Tomada de Preços Objetivando a contratação de empresa especializada para reforma do prédio que abriga o CEI Hortência Almeida Rodrigues, localizado na Vila CTG Pouso dos Tropeiros, conforme projeto elaborado pelo Setor de Engenharia e Arquitetura da Prefeitura Municipal, em regime de empreitada por preço global.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 07/07/2015. Abertura: às 08h30min horas do dia 07/07/2015. Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) , ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

PONTE SERRADA, 19 DE JUNHO DE 2015

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1º RETIFICAÇÃO PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 005/2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

#### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – Registro de Preço – 005/2015 FMEDUCA

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de equipamentos (eletrodomésticos) para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Porto Belo, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor Preço por Item;

Onde se lê:

5	REFRIGERADOR DUPLEX CAPACIDADE DE 415 LITROS. REFRIGERADOR DUPLEX COM CAPACIDADE DE 415 LITROS. CARACTERÍSTICA COM SUPER FREEZER 18°C. PUXADORES EXTERNOS RESISTENTES. GAVETÃO TRANSPARENTE PARA FRUTAS E VERDURAS. DESGELO AUTOMÁTICO (REFRIGERADOR) E MANUAL (FREEZER). ILUMINAÇÃO NO REFRIGERADOR. PRATELEIRAS NO REFRIGERADOR. ARAMADAS EM REGULAGEM DE ALTURA. PÉS DESLIZANTES NIVELADORES. VOLTAGEM 220W. FROST FREE NA COR BRANCA.	UND	15	R\$ 1.759,30	R\$ 26.389,50
6	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS.. FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 420 LITROS. CARACTERÍSTICAS: PUXADORES ERGONOMÍCOS, TAMPA, BALANCEADA, RODÍZIOS PARA TRANSPORTE, DRENO PARA DESCONGELAMENTO, FECHADURA QUE PERMITE O TRAVAMENTO. VOLTAGEM 220W FROST FREE NA COR BRANCA.	UND	15	R\$ 2.108,26	R\$ 31.623,90

Leia-se:

5	REFRIGERADOR DUPLEX CAPACIDADE DE 415 LITROS. REFRIGERADOR DUPLEX COM CAPACIDADE DE 415 LITROS. CARACTERÍSTICA COM SUPER FREEZER 18°C. PUXADORES EXTERNOS RESISTENTES. GAVETÃO TRANSPARENTE PARA FRUTAS E VERDURAS. DESGELO AUTOMÁTICO (REFRIGERADOR) E MANUAL (FREEZER). ILUMINAÇÃO NO REFRIGERADOR. PRATELEIRAS NO REFRIGERADOR. ARAMADAS EM REGULAGEM DE ALTURA. PÉS DESLIZANTES NIVELADORES. VOLTAGEM 220W. COR BRANCA.	UND	15	R\$ 1.759,30	R\$ 26.389,50
6	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS.. FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 420 LITROS. CARACTERÍSTICAS: PUXADORES ERGONOMÍCOS, TAMPA, BALANCEADA, RODÍZIOS PARA TRANSPORTE, DRENO PARA DESCONGELAMENTO, FECHADURA QUE PERMITE O TRAVAMENTO. VOLTAGEM 220W. COR BRANCA.	UND	15	R\$ 2.108,26	R\$ 31.623,90

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – Registro de Preço – 005/2015 FMEDUCA.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 19 de junho de 2015.

Giovanni Paolo Voltolini

Vice Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 1.350, DE 17 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.350, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 150, DE 02 DE JANEIRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Decreto nº 439, de 04 de julho do ano de 2008 e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alterados os Art. 2º, 3º e 5º do Decreto nº 150, de 02 de janeiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 2º Os proprietários das embarcações que estejam sobre a areia ou que assim desejarem, deverão comparecer à Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, nos 30 (trinta) dias seguintes a publicação do presente decreto, a fim de regularizar a permanência da embarcação na área pública.

Parágrafo Único - O proprietário da embarcação deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura e realizar um cadastro, solicitando autorização para a realização do reparo que se fizer necessário, informando o tempo de permanência e o trabalho a ser executado, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

[...]

Art. 3º A Prefeitura Municipal, através de técnico competente na área naval fará avaliação das embarcações que não forem cadastradas, no prazo estabelecido no artigo anterior, junto a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura pelo seu proprietário.

[...]

§ 3º - As razões de defesa serão avaliadas por Comissão formada pelo Secretário de Pesca e Aquicultura, Técnico Habilitado na área naval, que poderá ser contratado por empreitada ou por trabalho, e um servidor estável.

Art. 5º [...]

§ 1º - Com o término dos trabalhos na embarcação na areia, o proprietário deverá solicitar a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura que fiscalize a limpeza no local a fim de retirar a embarcação e evitar a aplicação de multa.

Art. 2º Os demais itens permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

**RESOLUÇÃO Nº 017-2015 - CMDCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**RESOLUÇÃO Nº 017/15**

Dispõe sobre a homologação das inscrições de candidatas a Conselheiros Tutelares previstas no Edital nº 001, que trata do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares mandato 2016/2019 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

– CMDCA de Porto Belo, por meio de sua Coordenadora Geral infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006 e a deliberação da Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares 2015, em reunião no dia 16/06/15

CONSIDERANDO a análise dos documentos apresentados pelos interessados em concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, conforme Edital 01/2015, pela CEO;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar as inscrições de

1. Clair Aparecida Soares da Silva;
2. Cleidenir Melo de Godoi Becker;
3. Janete Caitano da Silva Moreira;
4. Janete Conceição Diniz;
5. Cleia Nair da Silva Laguilhon;
6. Fernanda dos Santos;
7. Aurea de Oliveira Corbari;
8. Irenice França dos Santos da Costa;
9. Gledson Roberto Maciel;
10. Jaqueline Candido Martins;
11. Andressa Nadia de Souza França;
12. Samira Costa e
13. Bernardete de Jesus Caiper.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo 19 de junho de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral

CMDCA – Porto Belo

**RESOLUÇÃO Nº 018-2015 - CMDCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**RESOLUÇÃO Nº 018/15**

Dispõe sobre as alterações no Cronograma do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares mandato 2016/2019 no Município de Porto Belo/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Porto Belo, por meio de sua Coordenadora Geral infra-assinada, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006:

CONSIDERANDO o disposto na resolução nº 016/2015 que prorroga o prazo de encerramento das inscrições de Candidatos a Conselheiros Tutelares previstas no Edital nº 001/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar o cronograma eleitoral conforme tabela abaixo:

**CRONOGRAMA ELEITORAL**



AÇÕES	PRAZOS
Publicação do edital de convocação	02 de abril
Registro de candidaturas	06 de abril a 11 de junho
Análise de registro de requerimentos de candidaturas	17 de junho
Publicação da relação dos candidatos inscritos	19 de junho
Pedidos de impugnação de candidaturas	22 a 24 de junho
Notificação e prazo para interessados apresentarem defesa	25 e 26 de junho
Prazo para defesa	29 de junho a 01 de julho
Análise das impugnações e outros requisitos dos registros de candidaturas	03 de julho
Publicação da decisão das impugnações e notificação dos interessados	06 de julho
Recursos com pedido de reconsideração de deferimento de candidatura impugnada ao Plenário do CMDCA	07 e 08 de julho
Análise dos recursos e decisão pelo Plenário do CMDCA	13 de julho
Publicação definitiva das candidaturas deferidas	14 de julho
Comunicação da homologação oficial das candidaturas ao MP e Juizado da infância e adolescência	15 de julho
Reunião com os candidatos habilitados para conhecimento formal das regras e compromisso	21 de julho
Capacitação para os candidatos homologados	27 a 31 de julho
Período da Campanha Eleitoral	03 de agosto a 02 de outubro
Encaminhamento de nome de representantes para a fiscalização	18 de setembro
Eleição	04 de outubro
Divulgação dos resultados da escolha	05 de outubro
Impugnações	07 de outubro
Período para análise das impugnações	08 a 12 de outubro
Notificação dos impugnados	13 a 15 de outubro
Apresentação de defesa escrita	15 a 20 de outubro
Análise da defesa de impugnação com imediata notificação dos cassados	21 a 26 de outubro
Interposição de recursos	27 a 30 de outubro
Análise e decisão dos recursos e imediata notificação dos interessados	3 e 4 de novembro
Publicação do resultado final da Eleição	9 de novembro
Posse dos novos conselheiros	10 de janeiro de 2016

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo 19 de junho de 2015.  
Lilian Mazurek Meyer  
Coordenadora Geral  
CMDCA – Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 733/2015

DECRETO Nº 733, de 19 de junho de 2015.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União – AFRUTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 19 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União – AFRUTA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 01.525.676/0001-61, com sede na localidade do KM 13, Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (01) trator agrícola marca Coyote, Modelo 4475, Ano de fabricação 2015, Cor vermelho, Tração 4X4, Potência 75CV, Chassi 406525, Motor 14006721, Série T4475FC0015.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de desenvolvimento da agricultura em sua área de ação (Comunidade do KM 13), conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União – AFRUTA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 01.525.676/0001-61, com sede na localidade do KM 13 – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 19 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (01) trator agrícola marca Coyote, Modelo 4475, Ano de fabricação 2015, Cor vermelho, Tração 4X4, Potência 75CV, Chassi 406525, Motor 14006721, Série T4475FC0015.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de desenvolvimento da agricultura em sua área de ação, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 19 de junho de 2015.

PERMITENTE:

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA: Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União – AFRUTA

Presidente: ALCIR ADOLFO FREISLEBEN

RG: 2.310.420 – SSP/SC

CPF: 657.824.299-68

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO (SC)

O município de PRESIDENTE CASTELLO BRANCO (SC), com sede na Rua Alberto Ernesto Lang, Nº 29, Centro, Presidente Castello Branco (SC), CEP 89.745-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.777.244/0001-40, telefone (49) 3457-1122, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 07 de JULHO de 2015, tendo como local a SALA DE REUNIÕES da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, localizada na Rua Alberto Ernesto Lang, Nº 61, Centro, Presidente Castello Branco (SC). O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 (um) TANQUE DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com capacidade de 3.000 litros, LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 02: 01 (um) TANQUE DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com capacidade de 3.000 litros, LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 03: 01 (um) TANQUE DE DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO, com capacidade de 4 toneladas, LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 04: 01 (um) TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com capacidade de 6.000 litros, com bomba e rotor, LANCE INICIAL R\$ 7.000,00. LOTE 05: 01 (um) CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK 1113, ano/modelo 1979, Placas LWS 5327, Diesel, cor verde, sem motor, LANCE INICIAL R\$ 4.300,00. LOTE 06: 01 (um) CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK 1113, ano/modelo 1975, Placas IHK 6509, Diesel, cor amarela, sem caçamba, LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 07: 01 (um) Automóvel, VW/GOL SPECIAL, ano/modelo 2004, Placas MEF 8292, gasolina, cor cinza, LANCE INICIAL R\$ 1.250,00. LOTE 08: 01 (um) Automóvel, VW/GOL 16V, ano 1998, modelo 1999, Placas LZV 9725, Gasolina, cor branca, LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 09: 01 (um) Automóvel GM/KADETT IPANEMA AMBULÂNCIA, ano/modelo 1994, Placas MBI 7047, Gasolina, cor branca, LANCE INICIAL R\$ 850,00. LOTE 10: 01 (uma) MOTONIVELADORA HUBER WARCO 140, ano 1975, cor amarela, Diesel, sem rodas e sem pneus. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00. LOTE 11: LOTE DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (Anexo II), LANCE INICIAL R\$ 245,00. LOTE 12: Aproximadamente 7.000kg de sucatas de FERRO VELHO em geral, aproximadamente 2.000kg de VIDROS e aproximadamente 80kg de LATAS DE ALUMÍNIO. LANCE INICIAL R\$ 936,00. LOTE 13: Aproximadamente 3.000kg de PLÁSTICO BAIXA DENSIDADE, aproximadamente 1.700kg de PLÁSTICO ALTA DENSIDADE COLORIDO E LEITOSO, aproximadamente 1.900kg de RAFIA, aproximadamente 500 kg de PLÁSTICO PVC, aproximadamente 100kg de PLÁSTICO PET VERDE, aproximadamente 300kg de PLÁSTICO PET BRANCO, aproximadamente 360kg de PLÁSTICO PET AZEITE, aproximadamente 120kg de COPOS PLÁSTICO DESCARTÁVEIS, aproximadamente 50kg de POLIESTIRENO EXPANDIDO (ISOPOR), LANCE INICIAL R\$ 3.207,90. LOTE 14: Aproximadamente 600kg de PAPEL TETRA PAK, aproximadamente 2.800kg de PAPEL MISTO e aproximadamente 2.500kg de PAPELÃO, LANCE INICIAL R\$ 933,00. LOTE 15: Aproximadamente 100kg de PNEUS, LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 16: Aproximadamente 50kg de LÂMPADAS FLUORESCENTES, aproximadamente 60kg de PILHAS E BATERIAS DE CELULAR e aproximadamente 100kg de ELETROELETRÔNICOS, LANCE INICIAL R\$ 48,00. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, o Edital na íntegra com as descrições através do site [www.julioramos.com.br](http://www.julioramos.com.br) ou [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br) ou ainda pelos telefones (49) 3457-1122, na Prefeitura das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas ou (47) 3521-7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO (SC), 19 DE JUNHO DE 2015.

CLAUDIO SARTORI

PREFEITO MUNICIPAL

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 33/2015

DECRETO N.º 033, de 19 de JUNHO de 2015

“ ESTABELECE TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido TURNO ÚNICO de atendimento junto a Prefeitura Municipal e respectivas Secretarias Municipais, das 12h00min às 17h30min, de segunda a sexta feira, a partir do dia 22 de Junho de 2015.

Art. 2º - Excetuam-se os atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde (turno Normal), serviços de urgência e emergência, transporte escolar, transporte de estudantes para fora do município, transporte da APAE e demais modalidades de transportes, que terão prioridade no atendimento, através de jornada regular e escala de plantão, definidas pelas respectivas secretarias.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu (SC), em 19 de junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 297/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 297/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA MARTINS, portador(a) do CPF nº 089.426.149-57 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, nº 1380 - Bairro Valada São Paulo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, nível II – 90%, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Anibal de Barba, em substituição a Sandra Mara Schons Xavier, que está em Licença para Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.589,00 (dois mil quinhentos e oitenta e nove reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/06/2015 e encerrando-se em 21/07/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes. Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	VANESSA MARTINS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### DECRETO Nº 4750, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4750, de 15 de junho de 2015

“SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 11 da Lei nº 3.699 de 05 de dezembro de 2001, com a redação dada pelas Leis nº 3.792 de 11 de junho de 2002 e nº 4.056 de 02 de junho de 2004,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado a pessoa para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

II Representantes do órgão executivo de trânsito - DITURS:

GIOVANA MARCIA BLOCK – Titular, substituindo Ruan Marcos Cipriani.

RUAN MARCOS CIPRIANI – Suplente, substituindo Giovana Márcia Block.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4757, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4757, de 16 de junho de 2015

“REGULAMENTA A LEI Nº 5.514, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO / PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DENOMINADO ÁREA AZUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e da Lei nº 5.514, de 15 de outubro de 2014, alterada pela Lei nº 5.592, de 12 de maio de 2015,

DECRETA:



Art. 1º-	Fica sujeito ao pagamento de preço público pelo estacionamento na Área Azul, os veículos que ocuparem as vagas de estacionamento nas vias denominadas e constantes no Anexo Único que integra este Decreto, devidamente identificadas por sinalização própria.
Art. 2º-	O preço público pela remuneração do estacionamento nas áreas de estacionamento rotativo será de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o crédito, para 01 (uma) hora de uso.
	§ 1º- O período máximo do estacionamento contínuo numa mesma vaga será de 02 (duas) horas, vedada sua prorrogação;
	§ 2º- Para a utilização da vaga por 02 (duas) horas, deverão ser utilizados 02 (dois) créditos, que correspondem a 01 (uma) hora cada um.
Art. 3º-	O horário de funcionamento do estacionamento rotativo controlado pago deverá ser indicado nas placas de sinalização, e obedecerá o disposto abaixo:
	I - de segunda à sexta-feira, das 09h00min às 12h00min, e das 13h30min às 18h00min;
	II - aos sábados, das 09h00min às 12h00min.
	Parágrafo único - O estacionamento nas áreas destinadas ao estacionamento rotativo controlado pago será isento de remuneração aos domingos e feriados, bem como nas demais horas do dia que antecederem ou ultrapassarem o horário estabelecido para a Área Azul.
Art. 4º-	O pagamento de preço para o estacionamento a que se refere o art. 1º desta Lei, será cobrado através de créditos de estacionamento que serão vendidos em postos de vendas, cujos locais serão amplamente divulgados.
Art. 5º-	É expressamente proibido o estacionamento de motos e veículos com peso bruto total acima de 4.000 kg (quatro mil quilogramas) nas áreas do sistema de estacionamento rotativo controlado pago, durante o seu horário de funcionamento.
	Parágrafo único - Aos veículos citados no caput deste artigo, que fizerem uso das áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago, durante o seu horário de funcionamento, pela infração, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 181, XVII, da Lei Federal nº 9.503/97.
Art. 6º-	Os veículos automotores de passageiros e de carga com peso bruto total até 4.000 kg (quatro mil quilogramas), excetuando-se os veículos enquadrados no artigo anterior, que excederem o período máximo de estacionamento previsto serão considerados como estacionados irregularmente, e pela infração serão aplicadas as penalidades previstas em Lei, conforme estabelecido no artigo 181, inciso XVII, da Lei Federal nº 9.503/97.
	§ 1º- O Aviso de Irregularidade poderá ser regularizado em até uma hora, recolhendo tarifa no valor correspondente a 01 (um) crédito previsto para 01 (uma) hora de estacionamento.
	§ 2º- Depois de notificado através do Aviso de Irregularidade, terá o usuário até às 19h00min do dia útil seguinte para regularizar sua situação, devendo fazê-lo mediante a compra de 04 (quatro) créditos de estacionamento, sendo 02 (dois) créditos utilizados para quitar o estacionamento e os 02 (dois) créditos restantes disponibilizados ao veículo notificado.
	§ 3º- Decorrido o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis da ocorrência da infração, poderá o usuário regularizar seu débito mediante a aquisição de 10 (dez) créditos, sendo que 04 (quatro) créditos serão utilizados para regularizar o estacionamento e os 06 (seis) créditos restantes disponibilizados ao veículo notificado.
	§ 4º- Não observado os prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, os dados do veículo conjuntamente com os documentos comprobatórios da cobrança de tarifas serão encaminhados a autoridade de trânsito municipal, para lavratura do Auto de Infração de Trânsito e aplicação das sanções previstas no art. 181, XVII, da Lei nº 9.503/97.

Art. 7º-	Para motos serão reservados espaços privativos, onde estarão isentos do pagamento.
Art. 8º-	Ficam validados até 31/10/2014 os avisos de irregularidade utilizados quando em vigor a Lei Municipal nº 5.054/2010, revogada pela Lei Municipal nº 5.514/2014.
Art. 9º-	A empresa concessionária/permissionária autorizada a explorar a "Área Azul", deverá apresentar proposta de pagamento diretamente as entidades declaradas de utilidade pública indicadas pelo Poder Concedente pela outorga da concessão/ permissão, valor não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro/resultado dos valores arrecadados com a cobrança deste serviço, os quais deverão ser destinados as seguintes entidades:
	I - 10% (dez por cento) ao Clube das Mães - Lar da Menina;
	II - 10% (dez por cento) à Conferência São Vicente de Paula; e
	III - 10% (dez por cento) à Associação Renal Vida.
	Parágrafo único - A concessionária/permissionária fará arrecadação da tarifa através da comercialização de tempo de permanência na vaga, por meio eletrônico, mediante a venda de créditos, com emissão de recibo, e repassará diretamente às entidades mencionadas neste artigo, o percentual definido até o dia 10 (dez) de cada mês.
Art. 10º-	A concessionária/permissionária deverá encaminhar aos Poderes Executivo e Legislativo, por meio eletrônico, até o dia 10 (dez) de cada mês, prestação de contas relativa ao período e boletins individualizados dos aparelhos e postos de venda de créditos, demonstrando o faturamento diário.
Art. 11º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 12º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4392, de 31 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4758, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4758, de 16 de junho de 2015

"SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR OS COMITÊS ESTRATÉGICO E GERENCIAL E A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SIARQ/RS).".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei nº 2956/1994 e o Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013,

DECRETA:

Art.1º – Ficam nomeados para compor o Comitê Estratégico, de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

I) Secretaria Municipal de Administração:

b. Suplente: Laiana da Silva Ossemer, substitui Jullian Hermann Creutzberg

III) Secretaria Municipal da Fazenda:

a. Titular: Cristiano Contreira Dias Segatto, substitui Rubens Augusto Schwarz Menslin – Secretário Municipal de Fazenda;

b. Suplente: Patricia Mayr, substitui Ronaldo da Rocha;

V) Secretaria Municipal da Saúde:

b. Suplente: Evanir Slemper, substitui Ercides Pfitter;

IV) Procuradoria-geral do Município:

a. Titular Jaison Fernando de Souza, substitui Giovani Galvan

b. Suplente: Daniel Juppa da Silva, substitui Edmir De Lara Rodrigues

Parágrafo Único – O Secretário Municipal de Administração presidirá os trabalhos do Comitê Estratégico.

Art. 2º – Ficam nomeados para compor o Comitê Gerencial, de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

II) Representante da Secretaria Municipal de Administração: Laiana da Silva Ossemer;

IV) Representante do Gabinete do Prefeito, do Controle Interno do Município: Ronaldo Rocha, substitui Jullian Hermann Cretzberg.

§ 1º – O representante da Secretaria Municipal da Fazenda presidirá os trabalhos do Comitê Gerencial.

§ 2º - Representantes de outras Secretarias podem ser convocados pelo presidente do Comitê Gerencial.

Art. 3º – Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os seguintes membros:

V) Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos: Laiana da Silva Ossemer; substitui Valdenir Borges Ribeiro.

§ 1º – O Responsável pelo Protocolo Geral do município de Rio do Sul presidirá os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

§ 2º – Outros integrantes podem ser convocados pelo presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

§ 3º – O presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) fará a convocação de um representante da Secretaria cujos documentos estiverem sendo avaliados.

Art. 4º – Os membros ora nomeados, cumprirão mandato de 02 (dois) anos, cujo período compreende de 07 de outubro de 2013 a 07 de outubro de 2015.

Parágrafo Único – Na conformidade com o Art. 10 do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## LEI 5.612

LEI Nº 5.612, de 18 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO ADEQUADA DO ÓLEO COMESTÍVEL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	É proibido o lançamento de óleo comestível servido, utilizado na preparação de alimentos, na rede pública coletora de esgotos, na fossa séptica, nos aterros sanitários, nos lotes vagos e nos cursos/corpos d'água.
	Parágrafo único - Entende-se por óleo comestível o óleo vegetal de qualquer espécie, gordura vegetal hidrogenada e gordura animal, de uso doméstico e não doméstico.
Art. 2º-	Os responsáveis por estabelecimentos comerciais, empresariais, industriais, prestadores de serviços e entidades públicas e privadas que utilizem o óleo comestível para o preparo de alimentos ficam obrigados a implantar em sua estrutura funcional programa de coleta do referido material para destiná-lo ao reaproveitamento ou à reciclagem, bem como para outro procedimento ambientalmente adequado.
	Parágrafo único - Os profissionais que trabalham em feiras, mercados, hotéis, restaurantes ou afins, também devem possuir métodos de coleta.
Art. 3º-	Os estabelecimentos elencados no art. 2º desta Lei deverão depositar o resíduo em recipiente próprio, com rótulo contendo a seguinte inscrição: "resíduo de óleo comestível", além do nome e do CNPJ do agente que fará a coleta.
	§ 1º- O Poder Executivo, através do setor competente, disponibilizará os recipientes próprios para a coleta, podendo efetuar dos estabelecimentos a cobrança do custo da aquisição do vasilhame, através de preço público.
	§ 2º- O recolhimento dos resíduos de óleos e gorduras em geral deverá ser realizado por entidades cadastradas e autorizadas pelo Executivo para a prestação deste tipo de serviço.
	§ 3º- Os responsáveis referidos no caput deste artigo deverão comprovar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a destinação adequada do óleo de cozinha.
Art. 4º-	A fiscalização da presente Lei caberá aos órgãos responsáveis pela saúde e meio ambiente do Poder Executivo Municipal.
	§ 1º- Os servidores públicos municipais deverão ter sua entrada franqueada nas dependências dos estabelecimentos, onde poderão permanecer o tempo necessário ao cumprimento de suas funções.
	§ 2º- No caso de embargo ou impedimento à ação de tais servidores, estes poderão requisitar o apoio das autoridades policiais, para garantir o exercício de suas funções.
Art. 5º-	Os estabelecimentos mencionados no artigo anterior deverão manter postos de recolhimento do óleo de cozinha de uso doméstico.
Art. 6º-	O Poder Executivo deverá estabelecer normas específicas para o controle do produto descrito no art. 1º desta Lei, devendo alertar sobre os riscos para o meio ambiente em virtude da sua destinação nociva, inclusive com campanhas de esclarecimento e educativas.
Art. 7º-	O Poder Público Municipal poderá firmar convênios e parcerias com outras esferas da Administração Pública, da iniciativa privada ou do terceiro setor para a consecução dos objetivos da presente Lei.



Art. 8º-	Aos infratores desta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:
	I - advertência na primeira ocorrência;
	II - multa de 100 UFM's (Unidade Fiscal do Município) nas reincidências.
	Parágrafo único - O estabelecimento que não se adequar em até 30 dias, contados da lavratura do auto de infração, será considerado reincidente.
Art. 9º-	As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 10-	O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.
Art. 11-	A presente Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
18 de junho de 2015  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**PORTARIA 0408/RH**  
PORTARIA Nº 0408/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 09/06/2015 a 06/10/2015, a ANA PAULA MENEGUETTI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 0409/RH**  
PORTARIA Nº 0409/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/06/2015 até 30/07/2015, a servidora municipal RITA DE CÁSSIA GUTJAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 0410/RH**  
PORTARIA Nº 0410/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0015/RH, de 12/01/2015, pelo período de 22/06/2015 até 18/12/2015, a servidora municipal ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 0411/RH**  
PORTARIA Nº 0411/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0110/RH, de 20/02/2015, ATE AVALIAÇÃO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO, ao servidor municipal FLAVIO HAMILTON RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**PORTARIA 0412/RH**

PORTARIA Nº 0412/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 15/06/2015 a 12/10/2015, a CAROLINE SOSTER CANDIDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - KETLIN CRISTINA HEINZEN****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) KETLIN CRISTINA HEINZEN com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>, para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 22 de junho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.398, 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.398, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Homologa Convênio nº 13 de 2015, que celebram entre si o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a CAGERE – Casa de Assistência EIRELLI - EPP.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 13 de 2015, que celebram entre si o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e a CAGERE - Casa de Assistência EIRELLI – EPP, visando o atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento fisioterápico, psicológico e nutricional às pessoas portadoras de necessidades especiais, com idade de 18 a 59 anos, de ambos os sexos, que dependem de cuidados de terceiros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 23/2015 FMS**

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 23/2015 FMS

CONTRATO ORIGEM:24/2014 FMS

Pelo presente instrumento, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nr. 10.469.199/0001-55, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul Dr. Luiz Carlos Zanis, a seguir denominada de simples Contratante, e de outro lado a REINKJET TINTAS, TONER E INFORMÁTICA LTDA- EEP com sede na Rua Uruguaí, 147, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ/MF sob nr. 03 504 465/0001 - 78, representada neste ato por seu responsável Legal, Sr. Rogério Reuter, portador do RG nr. 3/R2.966.491, CPF nr. 019.058.189 - 12, doravante designada Contratada, estão justas e acertadas para celebrarem o presente contrato, referente ao Pregão Presencial nr. 08/2014 devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em Garibaldi Antonio Ayroso, dentro das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento à locação pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL de impressoras laser com fornecimento de suprimentos, com papel, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações fornecidas pelo edital 08/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogado a prestação de serviços de fornecimento de locação de máquina de fotocópias por um prazo de (12) doze meses a partir do dia 02 de abril de 2015 até 01 de abril de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALORES**

O valor total do presente contrato é representado pela importância de R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais) conforme minuta de contrato nº 24/2014 de 02 de abril de 2014.

**CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES**

As demais cláusulas e condições ajustas no instrumento original do contrato ora aditado permanecem inalteradas, desde que compatíveis, sendo ratificadas neste ato pelas partes.

**CLÁUSULA QUINTA**

Este Termo Aditivo celebrado com fundamento na Lei 8.666/93 conforme art. 65.E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente Termo Aditivo depois de terem lido e achado conforme, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul, 02 de abril de 2015.

Dr.Luiz Carlos Zanis

Secretário do Fundo Municipal

Rogério Reuter

Reinkjet Tintas, Toner E Informática Ltda

**CONTRATO PRORROGAÇÃO Nº 42/2015 FMS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 FMS CONTRATO PRORROGAÇÃO Nº 42/2015

Pelo presente instrumento, de um lado, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, com sede na rua Tuiuti, nº 154, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nr. 10.469.199/0001-55, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, a seguir denominado de simples Contratante, e de outro lado Laboratório de Prótese Dentac Ltda ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.753.151/0001-22, representado neste ato por seu Sócio Administrador, Sr. Everton Bet, portador do CPF nº 988.559.809-04, doravante designado Contratado, estão justas e acertadas para celebrarem o presente contrato, referente ao Pregão Presencial nº 19/2013 FMS, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em 28/05/2013, dentro das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Contratação de empresa especializada para confecção de próteses dentárias para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através do Departamento de Odontologia da Secretaria de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Por força ocorrera um acréscimo no valor global do contrato devido a cláusula sexta – reajuste da minuta de contrato conforme a descrição de tal objeto.O valor total do presente contrato é representado pela importância de R\$ 65.296,69 (sessenta e cinco mil duzentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos), custando ao contratante o preço unitário de R\$ 169,7120 o item 01 (prótese total) e R\$ 286,3890 o item 02 (prótese parcial removível).Mas sofreu um reajuste de preço pelo INPC num acumulado de 12 meses (5,9861%) passando a vigorar um valor global de 69.205,41 (sessenta e nove mil duzentos e cinco reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As despesas decorrente do presente Edital e de seu respectivo contrato, correrão a conta do item orçamentário:

245 – LRPD – LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA

**CLÁUSULA QUARTA**

As demais cláusulas e condições ajustas no instrumento original do contrato ora aditado permanecem inalteradas, desde que compatíveis, sendo ratificadas neste ato pelas partes.

**CLÁUSULA QUINTA**

Este Termo Aditivo celebrado com fundamento na Lei 8.666/93 conforme art. 65.E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente Termo Aditivo depois de terem lido e achado conforme, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul, 12 de junho de 2015.

Dr.Luiz Carlos Zanis

Secretário do Fundo Municipal

EVERTON BET

Laboratório de Prótese Dentac Ltda ME

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 53/2015 - REFORMA DO GINÁSIO COM ADAPTAÇÃO PARA SALAS DE AULA (ESCOLA JOÃO FLORIANI)**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 53/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: pelo total geral

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REFORMA DO GINÁSIO COM ADAPTAÇÃO PARA SALAS DE AULA (ESCOLA JOÃO FLORIANI), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 06/07/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 06/07/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 18/06/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 008/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015

RESOLUÇÃO 008/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos PACTUAÇÃO INDICADORES 2013-2015.
- Considerando a Ata nº 03/2014 que dispõe sobre as regras do processo de pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores para os anos de 2013-2015, com vistas ao fortalecimento do planejamento do sistema único de saúde (sus) e a implementação do contrato organizativo da ação pública da saúde (COAP).

RESOLVE:

ARTIGO 1º : Aprova ad referendum a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores - 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 10 de Junho de 2015.

Éderson Antonio Barboza  
PRESIDENTE DO CMS

### RESOLUÇÃO 005/2015 02 DE JUNHO DE 2015.

RESOLUÇÃO 005/2015 02 DE JUNHO DE 2015.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando a Ata nº 04/2015 de 05/05/2015, a qual sustenta que inúmeras pessoas de outros municípios, solicitam atendimento e amparo à Secretaria Municipal de Saúde, e que além do atendimento que é dado através do Sistema Único de Saúde, o município tem outros mecanismos que ampliam o auxílio aos cidadãos, especialmente os decorrentes da Lei Municipal 1.482/2013.

- Considerando que o atendimento que o Município fornece tem uma série de serviços prestados entendidos como não prioritários pelos SUS.

RESOLVE:

ARTIGO 1º. No caso de atendimento não prioritário, fica condicionado a concessão de auxílio financeiro a comprovação de no mínimo 06 (seis) meses de residência no Município de Salto Veloso.

ARTIGO 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 02 de Junho de 2015.

Éderson Antonio Barboza  
PRESIDENTE DO CMS

### RESOLUÇÃO 006/2015 02 DE JUNHO DE 2015

RESOLUÇÃO 006/2015 02 DE JUNHO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.
- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 05/2015 de 02/06/2015, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL DE 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 02 de Junho de 2015.

Éderson Antonio Barboza  
PRESIDENTE DO CMS

### RESOLUÇÃO 007/2015 02 DE JUNHO DE 2015

RESOLUÇÃO 007/2015 02 DE JUNHO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos REGIMENTO INTERNO DA 3º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 05/2015 de 02/06/2015, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado REGIMENTO INTERNO DA 3º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar REGIMENTO INTERNO DA 3º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 02 de Junho de 2015.

Éderson Antonio Barboza  
PRESIDENTE DO CMS



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 060/2015- PR 060/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos e materiais de informática para as secretarias municipais, que será entregue parceladamente até 31/12/2015. Conforme especificações descritas no presente edital. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 11:00horas do dia 02 de Julho de 2015, início da sessão com credenciamento das 08:00horas até as 09:00horas do dia 03 de Julho de 2015 e abertura dos envelopes e julgamento às 09:15 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 19 de Junho de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 984, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 984, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Dá nova redação ao Art. 40 da Lei 964, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Santa Rosa do Sul/SC seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 40 da Lei 964, de 11 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

“Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído 24 membros, incluindo titulares e suplentes, com a seguinte composição:

I 08 membros representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a 03 Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, e Turismo;

b 01 Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

d 01 Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

e 02 Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano.

F 01 Representante do Gabinete

II 09 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a 1 Representante da área de Artes Visuais e Cênicas do município;

b 2 Representantes dos Artesãos do município;

c 1 Representantes dos Músicos do município;

d 1 Representantes da área de Dança do município;

e 1 Representantes da área da Educação

f 1 Representante da Feira da Agricultura Familiar;

g 1 Representante do Museu do Instituto Federal Catarinense-IFC.”

Leia-se:

“Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 34 membros, incluindo titulares e suplentes, com a seguinte composição:

I - 08 membros representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) 03 Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, e Turismo;

b) 01 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

c) 01 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

d) 02 Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano.

e) 01 Representante do Gabinete do Prefeito;

II - 09 membros incluindo titulares e suplentes representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) 01 Representante da área de Artes Visuais e Cênicas do município;

b) 02 Representantes dos Artesãos do município;

c) 01 Representante dos Músicos do município;

d) 01 Representante da área de Dança do município;

e) 01 Representante da área da Educação

f) 01 Representante da Feira da Agricultura Familiar;

g) 01 Representante do Museu do Instituto Federal Catarinense-IFC;

h) 01 Representante da área de Cultura Popular.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de junho de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 985, DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 985, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Contrato de Comodato para uso de imóvel pertencente à Diocese de Criciúma na localidade de Vila Bitencourt e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber em comodato, um imóvel de propriedade da Diocese de Criciúma/SC, CNPJ nº 02.681.642/0010-10, localizado na comunidade de Vila Bitencourt, neste Município, para uso da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, mediante celebração de Contrato de Comodato.

Parágrafo único. O bem recebido em comodato terá o fim específico da prática comunitária como praça pública, para uso da comunidade na prática esportiva e de lazer.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas tais como: ajardinamento, pavimentação, iluminação e outras benfeitorias e equipamentos especificados ao uso a que se destina o imóvel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de junho de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 61/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 72/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 61/2015.
Objeto: Prestação de serviços de arbitragem, para os jogos a serem realizados pelo Município durante o ano de 2015.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 02 de julho de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 02 de julho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 18 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL 62/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 73/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 62/2015.
Objeto: Aquisição de material hidráulico para conserto/instalação de redes de água potável da sede do Município.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 02 de julho de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 02 de julho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 18 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2015 - EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS EM PRÓTSE DENTARIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTIAGO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS EM PRÓTSE DENTARIA

VOLMIR ANTONIO SOTILE, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sito a Rua Bortolo Nespolo, nº610, na cidade de Santiago do Sul, inscrição de pacientes com necessidade de uso de prótese dentaria removível parcial e total para avaliação do conselho municipal de Saúde e do profissional em odontologia do município conforme dispõe a Lei Municipal 593/2011 de 24 de

novembro de 2011.

#### 1 - DO OBJETO

O presente edital destina-se a receber as inscrições pacientes com necessidade de uso de prótese dentaria removível parcial e total para avaliação do conselho municipal de Saúde e do profissional em odontologia do município.

#### 2 - DA DOCUMENTAÇÃO

Para fins da inscrição os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

- I - Cédula de identidade;
- II - Cartão de Pessoa Física CPF;
- III - Comprovante de renda;
- IV - Comprovante de residência.

#### 2.2 AVALIAÇÃO

I - Os inscritos passarão por avaliação individual de indicação de tratamento reabilitador, realizada pelo profissional de odontologia da Equipe Básica de Saúde do Município;

#### 2.3 CLASSIFICAÇÃO

I - O usuário será classificado frente aos pré requisitos de avaliação financeira feita pelo Conselho Municipal de Saúde e indicação de reabilitação oral com as condições necessárias de tratamento realizada pelo profissional de odontologia da Unidade Básica de Saúde, além de ter residência fixa no município com período mínimo de um ano, anterior ao requerimento.

Parágrafo Único: A pontuação será a seguinte:

- A - Condição Bucal
  - 4 - Precisa e não possui
  - 2 - Precisa e possui
  - 2 - Precisa sem urgência
- B - Financeira "per capita"
  - 5 - Inferior a R\$ 200,00
  - 4 - De R\$ 200,00 a R\$ 350,00
  - 3 - De R\$ 350,00 a R\$ 550,00
  - 2 - De R\$ 550,00 a R\$ 800,00
  - 1 - Superior a R\$ 800,00

C - O critério de desempate será considerado a menor renda

#### QUANTIDADE

Serão confeccionadas as quantidades de 70 próteses totais removíveis e 30 próteses parciais removíveis no ano de 2015.

#### 4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 4.1. As inscrições estarão abertas até a data de 30 de junho de 2015, junto a Unidade Municipal de Saúde;
- 4.2. Os casos omissos no presente edital serão analisados nos aspectos legais pelo Conselho Municipal de Saúde;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de junho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

### **LEI MUNICIPAL N.783/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL N.783/2015 – DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil  
Atividade: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 979,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental  
Atividade: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.905,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche  
Atividade: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.726,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.013 – Manut. Atividades da Educação, Cultura e Esportes  
Atividade: 2.013 – Manut. Atividades da Educação, Cultura e Esportes  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.610,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 19 de Junho de 2015.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 50/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 02 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

**DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do fundo municipal de saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

### EXTRATO DE CONTRATO 157/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2015

**DA ESPÉCIE:** Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME.

**DO OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 25 de maio de 2015 à 21 de novembro de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 152/2015 de 25 de maio de 2015.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, sendo o valor unitário para o Item 1 de R\$ 275,80 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), e para o Item 2 o valor unitário de R\$ 551,60 (quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), totalizando o contrato em R\$ 8.274,00 (oito mil duzentos e setenta e quatro reais).

**DA VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta dias), a contar desta data.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2015.

**ASS:** RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, como Contratada.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/15

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2015

**DA ESPÉCIE:** Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MILIMAQ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

**DO OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de torno, fresa e soldas em geral para manutenção/reforma da frota da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme anexo ao Convite nº 116/2015.

**DO VALOR:** R\$ 25.400,00 – Valor Total.

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2015.

**ASS:** OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MILIMAQ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

### RESOLUÇÃO Nº 08/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FÓRUM PARA A ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL/SC PARA O BIÊNIO 2015/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3.540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 18 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º – Aprovar o Edital nº 03/2015 que dispõe sobre a convocação e regulamentação do fórum para a escolha das entidades não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul/SC para o biênio 2015/2017.

Art. 2º – A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015

Otto Müller

Presidente do CMDCA

EDITAL CMDCA Nº 03/2015

CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FÓRUM PARA A ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA, de acordo com a Lei Municipal nº 3540/2015, convoca o Fórum para a escolha das entidades não governamentais representativas da sociedade civil do Município da São Bento do Sul, para participarem do processo de escolha das entidades que farão parte do CMDCA no biênio 2015-2017, mediante a seguinte regulamentação:

Art. 1º - Poderão participar do processo de escolha as entidades que estejam inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA até o dia 18/06/2015.

Art. 2º - A entidade que preencher os critérios previstos no art. 1º, deste edital, que desejar participar do processo de escolha na condição de candidato ao cargo de membro do CMDCA, deverá fazer sua inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) minutos antes da realização do Fórum, devendo:

I – Preencher formulário próprio de inscrição, disponibilizado pelo CMDCA;

II – Indicar um delegado para a votação; e

III – Indicar o possível titular e suplente, para o caso de ser eleita.

Art. 3º - O Fórum para a escolha dos representantes das organizações da sociedade civil realizar-se-á no dia 13/07/2015 às 9h em primeira chamada e às 09h30min em segunda e última chamada, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Rua João Mühlbauer, 169, bairro Serra Alta.

Parágrafo único – Logo após a votação terá início a apuração dos votos.

Art. 4º - Caberá a Comissão de Normas e Políticas do CMDCA dirigir os trabalhos, esclarecendo dúvidas e resolvendo de pronto as eventuais questões de ordem.

Parágrafo único – A Comissão para este Fórum será presidida pela conselheira Josleine Travinsky e como vice-presidente a conselheira Helenice Granemann Costa Grein, que designará um secretário para elaborar a ata do Fórum e auxiliar na condução dos trabalhos.

Art. 5º - A entidade candidata que desejar expor os motivos de sua candidatura durante o Fórum, deverá manifestar o seu desejo perante a Comissão na abertura do mesmo.

Parágrafo único – Cada entidade candidata terá no máximo 3 (três) minutos para fazer a sua exposição.

Art. 6º - O voto será direto e secreto e será exercido pelo delegado da entidade regularmente registrado no CMDCA, em cédula contendo o nome das candidatas, previamente rubricada pela Comissão, que deverá ser depositada em local determinado pela Comissão.

§ 1º - Cada entidade terá direito a um único delegado.

§ 2º - O representante da entidade, no ato da votação, deverá apresentar a declaração da entidade indicando-o como delegado.

§ 3º – Cada delegado deverá votar em até 06 (seis) candidatas.

§ 4º – Será considerada nula a cédula que apresentar mais de 06 (seis) candidatas assinaladas.

Art. 7º - Serão eleitas titulares as 06 (seis) candidatas mais votadas e suplentes as demais entidades.

Parágrafo único – Em caso de empate na 6ª (sexta) colocação, as entidades presentes votarão apenas nas entidades empatadas.

Art. 8º - Terminada a apuração, a Comissão proclamará as entidades eleitas e encerrará o Fórum.

Art. 9º – O mandato dos Conselheiros das organizações da sociedade civil será de 02 (dois) anos, a partir da publicação do Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 – O dia, o horário e o local da posse dos eleitos serão divulgados previamente pelo CMDCA.

Art. 11 – Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

Otto Müller

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## **RESOLUÇÃO Nº 09/2015 - CMCDA**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 09/2015

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA, ATENDIMENTO, DEFESA E ASSESSORIA ESTRELA DE ISABEL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 3540, de 27 de maio de 2015; de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 18 de junho, resolve:

Art. 1º – Cancelar o Certificado de inscrição do Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel CNPJ nº. 13.616.700/0005-80, sito a rua Helena Mühlbauer, 151, Schramm – São Bento do Sul/SC, inscrito neste conselho no livro nº. 02 – folha 18, emitido em 20 de novembro de 2014.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015

Otto Müller

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# São Domingos

## PREFEITURA

### **DEC 2007 DE 19 06 15 NOMEIA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA VAGNER LUIS DARIO**

DECRETO Nº 2007, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012; e Lei Nº PAN/1.132, de 11/12/98 atualizada;

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Vagner Luis Dario para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Física), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º O servidor integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função – Serviço: Magistério, Cargo: Professor – PD, Símbolo: PD/C-III, Denominação: Professor com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, e nº 0045, de 06/11/12 no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 19/2015

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene, limpeza e alimentícios para o Programa Social Oportunidade e Cidadão Mirim."

VIGÊNCIA: 16.06.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 5.548,32

São João do Oeste – 16 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Veneza- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial 19/2015

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene, limpeza e alimentícios para o Programa Social Oportunidade e Cidadão Mirim."

VIGÊNCIA: 16.06.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 3.960,36

São João do Oeste – 16 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2015

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Saneoste Instaladora de Poços.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 28/2015

OBJETO: "Aquisição de Motobomba para a hidráulica de Beato Roque no município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 16.06.2015

VALOR: R\$ 7.500,00

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2015

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e AMEOSC- Associação dos Municípios de São João do Oeste

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 29/2015

OBJETO: "Elaboração e aplicação das questões de prova na modalidade de teste seletivo para 15 cargos de nível superior e 04 cargos de nível médio."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até a homologação final do resultado do processo seletivo.

VALOR: R\$ 7.950,00

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 79/2015 PMSJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 79/2015

Pregão Presencial 33/2015

Objeto: Aquisição de Escada Giratória para manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de São Joaquim

Tipo: Menor preço por item – Registro de preço

Abertura: 01/07/2015 - 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 12.548,33

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 19 de junho de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal



# São José

## PREFEITURA

### CONTRATOS – CC 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS – CC 005/2015 – Processo 437/2015 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPERFILAMENTO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DOS BAIROS NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CAMPINAS E KOBASOL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

Fornecedores:

I – Co 099/2015 - BRITAGEM VOGELSANGER LTDA – valor: R\$ 2.599.921,36 (dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos);

II – Co 100/2015 - GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA – valor: R\$ 1.096.753,52 (um milhão, noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos);

III – Co 101/2015 - TERRAPLENAGEM AZZA LTDA. – valor: R\$ 1.487.579,71 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).

Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da solicitação do Contratante e o prazo de vigência deste termo é de 26 (vinte e seis) meses, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de junho de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### LEI N.º 5.486 DE 19 DE JUNHO DE 2015

DENOMINA DE DOUGLAS ADAMS, VIA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de Travessa DOUGLAS ADAMS via pública localizada entre o Loteamento Palmares e o Loteamento os Praianos, sob o Código N.º.8370, no Cadastro Imobiliário Municipal, denominada de T11 da Rua Aldemar Schmidt, no Bairro Forquilhas, neste Município, conforme Mapa anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 19 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal e.e.

### PREGÃO PRESENCIAL 076/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 076/2015 – Processo nº 222/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM SOM VOLANTE PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 06/07/2015 às 13h10min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 06/07/2015 às 13h15min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 18/06/2015 Processo: 245/2015
--	--

Resultado Inexigibilidade nº 010/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO nº 245/2015 - Inexigibilidade nº 010/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC PARA O FORNECIMENTO DE MUNIÇÕES PARA AS ARMAS DE FOGO DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC CONFORME AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após análise dos documentos de habilitação e da proposta de preços apresentados, fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	3.900,00	R\$ 5,46	R\$ 21.294,00
1	2	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	100,00	R\$ 10,68	R\$ 1.068,00
1	3	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	100,00	R\$ 5,58	R\$ 558,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 22.920,00	vinte e dois mil novecentos e vinte reais

São José, 18 de junho de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT Presidente	PAULO DUTRA Membro
--------------------------------------	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

## RESULTADO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2015

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 226/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA EDSON BARROS, PICADAS DO SUL, SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP;
- DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP.

Os representantes das empresas STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA-ME, DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP e EMPREITEIRA PAVICON LTDA não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

#### 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP;
- DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 22/06/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 30/06/2015, às 14h e 00min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 19 de junho de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler		
Membro da CPL	Membro da CPL		

Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.599, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 5.599, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“CONVOCA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro - SC, Estado de Santa Catarina, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São José do Cedro - SC, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Saúde no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Saúde, a ser realizada no dia 29 de junho de 2015, tendo como tema central: “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 15 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FRANCYELY CASAGRANDA,  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo

### DECRETO Nº 5.598, DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 5.598, DE 12 DE JUNHO DE 2015

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e as Leis Municipais nº. 1750/1991, de 10 de julho de 1991 e nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Conselho Municipal de Saúde, ficando da seguinte forma constituído:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde  
Titular: Fernando Júlio Will  
Suplente: Idene Pauli

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
Titular: Miria Spironello  
Suplente: Rosimar Zanchett Angeli

III – Representante da Secretaria Municipal de Esportes  
Titular: Anderson Tremea  
Suplente: Odair Mazziero

IV – Representante da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro  
Titular: Romeo Helio Holderbaum  
Suplente: Aline Wartha

V – Representante dos Laboratórios  
Titular: Michele Conte  
Suplente: Cristiane Dassow

VI – Representante da APAE  
Titular: Katia Caron  
Suplente: Marilene Trevisol Pompermaier

VII – Representante da ESF  
Titular: Rodrigo Rocha de Toledo  
Suplente: Jocieli Delazeri

VIII – Representante do Serviço Social  
Titular: Alexandre Vogt  
Suplente: Gabriela Toigo

IX – Representante do CEMAS  
Titular: Francely Casagrande  
Suplente: Letícia Priori

X – Representante da Sociedade Educacional Social Cultural Betânia  
Titular: Roberto Eurico Ferraz  
Suplente: Ismael Batista de Lima

XI – Representante da Pastoral da Criança  
Titular: Maria Backes  
Suplente: Clari Ana Sartori

XII – Representante do Lions Clube  
Titular: Ivandra Simone Dellavechia Cazzoli  
Suplente: Ivanete Basei Schoffen

XIII – Representante da Terceira Idade  
Titular: Dileta Ubert dos Santos  
Suplente: Nilza Becker

XIV – Representante do CDL e ACISC  
Titular: Marilei Kuhn Niedermaier  
Suplente: Suzana Maria Boldrin

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto nº 5.451, de 01 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 12 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo

### **DECRETO Nº 5.600, DE 17 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.600, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, SOELI SIRLEI LENHARDT, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 14º lugar, média final 7,20, a partir de 17 de junho de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5.601, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.601, DE 18 DE JUNHO DE 2015

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei nº 4.319, de 16 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada pelos Senhores MARIEL PERIN, CAMILA CANCELIER, DIOGO LOCATELLI E JOSÉ TARCÍ SCHOLL para, sob a Presidência do primeiro e Secretária do segundo, proceder à avaliação das benfeitorias edificadas sobre o Lote nº 80, Quadra nº 12, Matrícula nº 10.762, de propriedade de Taiane Aline Kraemer Schlindwein, em razão do imóvel ter sido doado pelo Município em 18/12/2008 e as construções não terem sido finalizadas até a presente data, cabendo ao Município

reaver o lote em questão.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias para apresentar relatório de avaliação dos bens.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de junho 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5.602, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.602, DE 18 DE JUNHO DE 2015

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada pelos Senhores JUNIOR KUNZ, DEBORA PAGNO, NADIR BECKER, MARIEL PERIN E JUCINEI BONATO para, sob a Presidência do primeiro e Secretária do segundo, proceder à avaliação das benfeitorias realizadas pelo Município de São José do Cedro no Loteamento Santa Rita, analisando o investimento total e custo por lote.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias para apresentar relatório de avaliação dos bens.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de junho 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5.603, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.603, DE 18 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, FERNANDO CARLOS MALDANER, ocupante do Cargo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula nº 2962, pela chefia da equipe do britador móvel, a partir de 01 de junho de 2015, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de junho de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de junho 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **DECRETO Nº 5.604, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.604, DE 18 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, SIDNEI ONGARATTO, ocupante do Cargo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula nº 2063, pela chefia das equipes de cascalhamento no interior de nosso Município, a partir de 01 de junho de 2015, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de junho de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de junho 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **DECRETO Nº 5.605, DE 18 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5.605, DE 18 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, JOEL PRESTES, ocupante do Cargo de Pedreiro, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula nº 3109, pela Chefia da equipe de pedreiros, a partir de 01 de junho de 2015, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de junho de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 18 de junho 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **DECRETO Nº 5597, DE 12 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 5597, DE 12 DE JUNHO DE 2015

“ALTERA LOCALIZAÇÃO DE PONTO DE VENDA PARA COMERCIO EVENTUAL (CAMELÔ) CRIADO PELO DECRETO Nº 1.828/94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O Ponto de venda para comércio eventual (camelô), nº 01 (um), criado pelo Decreto nº 1.828, de 14 de julho de 1994, passará a localizar-se na Rua Santo Antônio esquina com a Rua Odilo Antônio Link, em frente à propriedade do Senhor José Lario Zimmer, em nosso Município, extinguindo-se desta maneira, a localização anterior, ou seja, Rua Santo Antônio em frente à Loja Gasperin.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 12 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.



Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 109/2014 - SF**

DECRETO Nº. 109/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"261"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"257"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 110/2014 - SF**

DECRETO Nº. 110/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$2.010,29 (dois mil e dez reais e vinte e nove centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.024 CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS/MULTI-USO  
"190"4.4.90.51.00.0.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$2.010,29

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$2.010,29 (dois mil e dez reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 111/2014 - SF**

DECRETO Nº. 111/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
"215"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**DECRETO Nº. 112/2014 - SF**

DECRETO Nº.112/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR  
"412"3.3.90.39.00.00.3.0065 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$6.750,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Transferências do Sistema Único de Assistência Social, Fonte 3.0065, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 113/2014 - SF**

DECRETO Nº. 113/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO  
"325" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Recursos de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

"323"3.3.90.32.00.00.1.0000 Material de Distribuição Gratuita  
..... R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS


SOELI SIRLEI LENHARDT

ROSELI SIMONE PAULINO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

TELEFONISTA

--

VANESSA NICOLA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO IPTU Nº01/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

O Município de São José do Cedro faz saber, ao contribuinte abaixo relacionado, que o mesmo fica NOTIFICADO ATRAVÉS DE EDITAL da notificação de contribuição de melhoria, referente à execução de pavimentação com pedras irregulares (calçamento) na Rua Pedro Trecco, conforme Artigo 308, I a IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº DO CADASTRO	REAIS
CLARICE T. JAGNON	13780	1.169,77

O proprietário acima notificado terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta notificação para impugnar ou requerer revisão do lançamento da contribuição de melhoria, conforme artigo 301 da Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005.

Após a publicação desta notificação o proprietário ou responsável, deverá no prazo máximo 20 (vinte) dias, comparecer na secretaria da fazenda, departamento de tributação, junto à prefeitura municipal, localizada à Rua Jorge Lacerda, 1049, centro, nesta cidade, para fazer opção de pagamento e emissão do carnê.

O PRESENTE EDITAL FOI REGISTRADO E PUBLICADO EM 19 DE JUNHO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito

### **LEI Nº 4.381, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.381, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a entidade “ASSOCIAÇÃO CINEMATOGRAFICA OS AMIGOS”, inscrita no CNPJ sob nº 22.493.422/0001-89, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda, nº 1216, sala 01, neste município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública, todas as vantagens, prerrogativas e direitos previstos em lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Lauri Alberto Centenaro, brasileiro, portador do RG nº 1.383.765 e inscrito no CPF nº 674.402.079-04, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Pessoa, n. 134, 1º Andar, Centro, no Município de Criciúma - SC, CEP: 88.801-530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por seu Procurador, o Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 4.109.423, expedida pela SSP/SC, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob o nº 004.770.259-19, residente e domiciliado à Rua Araranguá, nº 205, apto. 1004, Centro, na cidade de Criciúma - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao item 70 do Processo supracitado, pois se faz necessário levando em conta que a quantidade de horas para serviços técnicos dos sistemas se esgotaram e que o Município precisa frequentemente deste serviço.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 1500,04 (um mil e quinhentos reais e quatro centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA CADA ORGÃO/UNIDADE DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, o seguinte item:

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
70	SERVIÇOS TÉCNICOS PÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, QUANDO SOLICITADO.	25 horas	R\$ 60,0016	R\$ 1500,04
TOTAL	R\$ 1500,04			

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 1500,04 (um mil e quinhentos reais e quatro centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JÚNIOR Betha Sistemas Ltda
LAURI ALBERTO CENTENARO Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 - PR Nº 001/2015 - ICSL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/07/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO, DECORAÇÃO, SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DE CALOUROS, PARA REALIZAÇÃO DO 43º FLIC – FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 16,17 E 18 DE JULHO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste-SC, 22 de Junho de 2015.  
ALTAMIR LEMES DA ROSA  
GERENTE EXECUTIVO

**AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2015 - TP Nº 012/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR os itens 4.4.3 e 4.4.4, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 012/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA MELHORIA E EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS TRAVESSAS E RUAS: PREF. ZENO G. ETGES, LUIZ STANGHERLIN, LUCIA HACK, SETE DE SETEMBRO, ADERBAL RAMOS DA SILVA, DOM PEDRO II, MONTE CASTELO, RUI BARBOSA, LEOBERTO LEAL, DUQUE DE CAXIAS, ATÍLIO GALEAZZI, ISAURA MORETTO FEUSER, GILIO REZZIERI, NEREU RAMOS E, RAULINO LAZARIN, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

(PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1758, DIA 09/06/2015 – PAG. 453).

Onde consta:

“4.4.3 Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, que a empresa dispõe de no mínimo 06 (seis) funcionários qualificados com curso sobre a Norma Regulamentadora nº 10 (NRB 10 básico e complementar) e Norma regulamentadora nº 35 (NR 35) devendo constar:

- a) Prova do vínculo trabalhista com a empresa;
- b) Diplomas ou Certificados no Curso sobre a NR 10 (básico e complementar) e NR 35 (cópias autenticadas em cartório).

4.4.4 Declaração emitida pelo responsável da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que a proponente realizou Visita Técnica e, é conhecedora dos locais onde serão executados os serviços de que trata este Edital, ficando ciente de todos os detalhes, as condições e peculiaridades, descrito no objeto, com a ressalva de que tal documento deverá também ser assinado pelo representante legal da proponente, juntamente com o seu

responsável técnico com formação em Engenharia Elétrica. (Modelo sugestivo Anexo IV).”

Passa a constar

“4.4.3 Declaração formal de que a empresa dispõe de no mínimo 06 (seis) funcionários qualificados com curso sobre a Norma Regulamentadora nº 10 (NRB 10 básico e complementar) e Norma regulamentadora nº 35 (NR 35), mediante relação explícita e declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis.

4.4.4 Declaração de que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição, que realizou visita técnica ao local da obra, ficando ciente de todos os detalhes, as condições e peculiaridades descritas no objeto e tem pleno conhecimento de todas as informações necessárias à execução do objeto licitado, bem como do local para a execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Tomada de Preços, sem restrições de qualquer natureza e de que, se vencedor, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório. (Modelo sugestivo Anexo IV).”

Sendo assim reabre-se o prazo legal para abertura das propostas, designando-se nova data para o dia 07/07/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de junho de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 061/2015 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 008/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO COM ÀREA TOTAL DE 387,31 M<sup>2</sup>, NA RUA RUI BARBOSA ESQUINA COM RUA DOM PEDRO II NA PRAÇA DA LIBERDADE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO DESENV. AGRÁRIO, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT INFRAESTRUTURA CONTRATO DE REPASSE Nº 1021741-29/2014.

FORNECEDOR: ZENI TEREZINHA PONTES - CONSTRUTORA - EIRELI – ME - CNPJ: 18.492.112/0001-72.

VALOR: R\$ 361.595,72 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos).

TOTAL: R\$ 361.595,72 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 09/06/2015.

VIGÊNCIA: 09/06/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

**LEI Nº 2.222, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.222, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Programa de Reforma de Moradias às famílias em situação de vulnerabilidade social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:



Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir Programa de Reforma de Moradias que se encontrem em condições mínimas de habitabilidade, às famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social, por intermédio do repasse do valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em materiais de construção aos beneficiários.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput terá caráter eventual e circunstancial, beneficiando apenas as famílias que comprovem sua situação de vulnerabilidade social, na forma dos artigos seguintes.

Art. 2º O auxílio será concedido aos beneficiários através da entrega de materiais de construção para a reforma das moradias, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o repasse em pecúnia, bem como a venda, doação, empréstimo ou desperdício do material, por parte das famílias beneficiadas.

Parágrafo único. A família beneficiada que proceder à venda, doação, empréstimo ou desperdício do material doado será afastada dos programas sociais municipais de que participe, sem prejuízo da sanção prevista no artigo 7º, §2º, desta Lei.

Art. 3º Os recursos do Programa serão destinados às moradias que estejam em condições precárias, na hipótese de que os moradores não possam arcar com os custos de materiais de construção para a reforma das mesmas.

Parágrafo único. O Programa de Reforma de Moradias atenderá preferencialmente famílias que residam em habitações com risco iminente de ruir.

Art. 4º A mão de obra necessária para a confecção da reforma na moradia, será de responsabilidade da própria família beneficiada.

Art. 5º Para a fixação do quantum a ser repassado, será procedido à verificação in loco e à confecção de estudo socioeconômico, a fim de que se proceda à análise quantitativa do valor necessário à reforma de cada moradia, considerando o material de construção a ser utilizado, de acordo com a necessidade da família moradora e de forma a não ultrapassar o montante previsto no art. 1º.

Parágrafo único. Para fins do caput deste artigo, serão responsáveis pela verificação in loco e confecção do estudo socioeconômico os servidores públicos municipais ocupantes do cargo de Assistente Social.

Art. 6º Serão beneficiárias do Programa, objeto desta Lei, as famílias que atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:  
I - parecer favorável, através de estudo socioeconômico, realizado por servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, considerando especialmente a renda familiar, número de filhos menores de idade e se há pessoas com deficiência na unidade habitacional;

II - laudo ou parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, ou Comissão indicada pelo Conselho Municipal de Habitação e nomeada pelo Prefeito Municipal;

III - comprovação de residência no Município pelo prazo de mínimo de 03 (três) anos, até o requerimento do benefício;

IV - possuir renda familiar de até 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional vigente;

V - apresentação de documentos pessoais;

VI - o responsável pela unidade familiar deverá estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

VII - nenhum membro da família beneficiária poderá ter sido favorecido com outro Programa Habitacional, em nível federal, estadual ou municipal;

VIII - apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais;

IX - a família a ser beneficiada deverá, ainda, apresentar cópia do cartão de vacina, juntamente com o comprovante de frequência escolar atualizado, dos filhos menores de idade;

X - VETADO;

XI - o referido benefício não poderá ser reincidente a nenhum outro

membro da família beneficiada.

Art. 7º A família beneficiada com o Programa de que trata a presente Lei, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão da obra.

§ 1º Se a reforma não for concluída no prazo estabelecido neste artigo, poderá o Poder Executivo Municipal requisitar a devolução dos materiais repassados, caso não haja justificativa plausível para o atraso.

§ 2º Na hipótese da reforma não ser concretizada e houver provas de que os materiais forem destinados a fins diversos, o valor corresponde aos materiais será inscrito em dívida ativa não tributária municipal e os beneficiados terão seus nomes inscritos no cadastro de inadimplentes do SERASA - Centralização dos Serviços dos Bancos S.A., na forma prevista no artigo 195-B, da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979.

Art. 8º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Gerência de Habitação e do Conselho Municipal de Habitação (COMHAB), proceder ao cadastramento das famílias interessadas, avaliação e seleção daquelas que preencham os requisitos de que trata a presente Lei, bem como o acompanhamento e, dentro das possibilidades, a fiscalização do emprego do material doado exclusivamente na reforma da moradia.

Art. 9º Fica permitida a entrada de servidor público municipal, nas moradias em processo de reforma, contempladas com o auxílio de que trata esta Lei, com o fim de acompanhar e fiscalizar o andamento dos trabalhos, desde que previamente identificado.

Art. 10. O procedimento de compra dos materiais de construção que serão posteriormente doados aos beneficiários do Programa, será submetido às regras da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 11. A família beneficiada com o Programa de Reforma de Moradias, se preencher os requisitos dispostos na Lei Municipal nº 2.198, de 26 de dezembro de 2014, poderá utilizar-se da Assistência Técnica Pública e Gratuita.

Art. 12. Os auxílios serão concedidos de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 13. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto, a fim de que sejam suprimidas eventuais omissões.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.223, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 2.223, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Declara de utilidade pública a Associação Protetora de Animais de São Lourenço do Oeste - Fênix.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora de Animais de São Lourenço do Oeste - Fênix, inscrita no CNPJ sob nº 21.433.751/0001-71, constituída em 11 de novembro de 2013 e registrada em cartório competente no dia 03 de outubro de 2014. Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade mencionada no caput, todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.224, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.224, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Altera a Lei nº 2.011, de 29 de maio de 2012, que atribui denominação ao Centro de Eventos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º, da Lei nº 2.011, de 29 de maio de 2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O centro de eventos, localizado na rua Via Parque, bairro Cruzeiro, nesta cidade, passa a denominar-se de “Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira”.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.225, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.225, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênios, concedendo auxílio financeiro a entidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro, visando a manutenção das atividades das entidades a seguir relacionadas, para o exercício de 2015, nos seguintes valores:

I - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrito no CNPJ sob o nº 03.774.688/0001-55;

II - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em favor da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.536.696/0001-51.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Lei nº 2.225, de 19 de junho de 2015)

DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.170, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.226, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 2.226, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o projeto do Loteamento Poggere, com área total de 28.579,10 m<sup>2</sup>, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do "Loteamento Poggere", de propriedade de Velocindo Poggere e Dorací Pedro da Silva Poggere, com área de 28.579,10 m<sup>2</sup> (vinte e oito mil, quinhentos e setenta e nove vírgula dez metros quadrados), consistente em Parte da Chácara nº 22, de matrícula nº 6.975 do Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC, possuindo as seguintes características:

- I - Número de lotes: 40 unidades;
- II - Número de quadras: 08 unidades;
- III - Área total da matrícula: 28.579,10 m<sup>2</sup>;
- IV - Área Faixa de Domínio SC-157 (20,0 m): 2.095,68 m<sup>2</sup>;
- V - Área total urbanizada: 26.519,42 m<sup>2</sup>;
- VI - Área de Quadras: 16.175,50 m<sup>2</sup> (corresponde a 61,00% da área total);
- VII - Área de Circulação: 7.821,55 m<sup>2</sup> (corresponde a 29,49% da área total);
- VIII - Área Pública: 918,42 m<sup>2</sup> (corresponde a 3,46% da área total); e
- IX - Área Verde: 1.603,95 m<sup>2</sup> (corresponde a 6,05% da área total).

Art. 2º Fica o Loteador obrigado a conceder, em forma de hipoteca, os seguintes lotes, correspondentes ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos terrenos pertencentes ao Loteamento, com fundamento nos artigos 16 da Lei nº 1.157/1998 e conforme termo de compromisso firmado com o Município, perfazendo um total de 10 (dez) lotes:

- I - Quadra 04SW: Lotes 04 e 05;
- II - Quadra 08SW: Lotes 01, 02, 03 e 04;
- III - Quadra 10SW: Lotes 01, 02 e 03; e
- IV - Quadra 11SW: Lote 01.

Art. 3º O Loteador responsabiliza-se em transferir as seguintes áreas públicas ao Município, sem qualquer ônus ao Poder Público Municipal, conforme o art. 2º, da Lei 1.410 de 10/06/2003:

- I - Área de Circulação: 7.821,55 m<sup>2</sup> (corresponde a 29,49% da área total);
- II - Área Verde: 1.603,95 m<sup>2</sup> (corresponde a 6,05% da área total);
- III - Área Pública: 918,42 m<sup>2</sup> (corresponde a 3,46% da área total); e
- IV - Área Pública Total: 10.343,92 m<sup>2</sup> (correspondente a 39,00% da área a ser loteada).

Art. 4º O Loteamento deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste, em consonância com o disposto na legislação em vigor.

Art. 5º Fazem parte desta Lei, para todos os fins e efeitos, parecer técnico nº 023/2015, resumo de dados nº 03/2015, termos de compromissos, licença ambiental, certidões, projetos, memorial descritivo, anotação de responsabilidade técnica dos profissionais, cujos documentos constam do Anexo Único desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Lei nº 2.226, de 19 de junho de 2015)

**PROJETO TÉCNICO DO LOTEAMENTO POGGERE**

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8.356/2015 REVOGA DECRETO Nº 8.324/2015-1º FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº. 19 COM A ÁREA TOTAL DE 600,00 M2, SITUADO NO LOTEAMENTO RENÚNCIO PELEGRINI, BAIRRO SÃO GOTARDO, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE DOMINGOS TOFFOLO, DECRETO Nº 8.356/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do Lote urbano nº. 19 com a área total de 600,00 m², situado no Loteamento Renúncio Pelegrini, Bairro São Gotardo, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de DOMINGOS TOFFOLO, Inscrito na matrícula nº 31.673, cujo imóvel será lembrado a o lote urbano nº 20-B, com 300 m², matrícula nº 38.647 de propriedade de ELISIANE ANDREOLLA e FRANCISCO TOFFOLO, passam a ter as seguintes confrontações:

### DESDOBRAMENTO:

Lote Urbano n.19-B, com área de 300 m², confrontando: Ao noroeste: com lote urbano n. 19-A, por linha seca de 15,00 metros. Ao nordeste: com o lote urbano n. 20-B, por linha seca de 20,00 metros, Ao Sudeste: com parte do lote urbano n. 21, por linha seca de 15,00 metros, Ao Sudoeste: com parte do lote urbano n. 18, por linha seca de 20,00 metros.

### REMANESCENTE

Lote Urbano n. 19-A com área de 300,00 m², confrontando: Ao Noroeste: com a Rua Osvaldo Aranha, por linha seca de 15,00 metros. Ao nordeste: com o lote urbano n. 20- A, por linha seca de 20,00 metros. Ao sudeste: com lote urbano n. 19-B, por linha seca de 15,00 metros. Ao Sudoeste: com parte do lote urbano n. 18, por linha seca de 20,00 metros.

### REMEMBRAMENTO

Lote urbano n.19- B, com área de 300m² e lote urbano n. 20-B, com área de 300m², perfazendo um total de 600m², confrontando Ao noroeste: com os lotes urbanos n.s.19-A e 20-A, por linha seca de 30,00 metros. Ao nordeste: com a Rua São João, por linha seca de 20,00 metros. Ao sudeste: com parte do lote urbano n. 21, por linha seca de 30,00 metros. Ao sudoeste: com parte do lote urbano n.18, por linha seca de 20,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.324 de 08 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.357/2015 - OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - COMDES**

DECRETO Nº 8.357/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Municipal nº 7.130 de 21 de maio de 2015 , RESOLVE:

### NOMEAR

Art. 1º Os membros para comporem o Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico Sustentável - COMDES, constituído por 13 (treze) membros titulares e 13 (treze) membros suplentes, representados com a seguinte composição:

a) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico;  
RENATO ROMANCINI - Titular  
AURIO CARVALHO SALES - Suplente

b) Um Representante da ACISMO;  
RAVIER LUIZ CENTENARO - Titular  
EDSON ORTIGARA - Suplente

c) Um Representante Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola;  
LIRIO LINO WATHIER - Titular  
ANTÔNIO TREVISAN - Suplente

d) Um Representante do CDL;  
SILVIO BOLSI - Titular  
JOSÉ RENATO DONASSOLO - Suplente

e) Um Representante do Sindicato dos Contabilistas;  
RUDINEI ALMEIDA DOS SANTOS - Titular  
ADEMIR ORSO - Suplente

f) Um Representante do Conselho de Gestão da UNOESC de São Miguel do Oeste;  
VITOR CARLOS D'AGOSTINI - Titular  
ABILIO AURI SIMON - Suplente

g) Um Representante das Cooperativas com vínculo rural de São Miguel do Oeste;  
VALTER DE RÉ - Titular  
ADÃO DE ALMEIDA - Suplente

h) Um Representante do SENAI;  
IVANOR ROBERTO FINATO – Titular  
ARI ZENI - Suplente

i) Um Representante do SEBRAE  
UDO MARTIN TRENNEPOHL - Titular  
ARILDO MATZGER JACOBUS - Suplente

j) Um Representante do SENAC;  
ADILSON JOSÉ DE ALMEIDA – Titular  
RUTE ROSÂNGELA DALMINA – Suplente

l) Um Representante do SINDICOMERCIO de São Miguel do Oeste;  
SERGIO ROQUE AGOSTINI - Titular

IRINEU MASSAROLLO – Suplente

m) Um Representante da FIESC;  
ASTOR KIST – Titular  
JOACIR ANTÔNIO DALVITT - Suplente

n) Um Representante do Conselho das ENTIDADES;  
VILMAR LIMA DE SOUZA – Titular  
IRTO EDEGAR LAMB - Suplente

Art. 2º O exercício do mandato dos Conselheiros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de dois anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.038 de 10 de Abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.  
Em, 18 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.358/2015 - DISPÕEM SOBRE A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COM FOTO PARA QUALQUER PROCEDIMENTO A SER PROTOCOLADO PERANTE A MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.358/2015  
DISPÕEM SOBRE A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COM FOTO PARA QUALQUER PROCEDIMENTO A SER PROTOCOLADO PERANTE A MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e

CONSIDERANDO a necessidade de otimização dos serviços prestados no Setor de Protocolo da Municipalidade, e

CONSIDERANDO a necessidade de melhor identificar os administrados que fazem uso dos serviços de protocolo do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Para qualquer procedimento a ser protocolado, imprescindível se faz apresentar com anexo, cópia legível de documento com foto do Requerente.

Art. 2º Nos casos de representação por procurador, necessário se faz apresentar procuração pública ou particular com firma devidamente reconhecida em cartório.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.  
Em, 18 de junho de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.359/2015 REVOGA DECRETO Nº 8.326/2015-1º FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 13, CONSTANTE DA SUBDIVISÃO DA CHÁCARA Nº 60 LETRA I, COM ÁREA DE 1.391,95M², SEM CONSTRUÇÕES, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ FELIPPE BELUZZO, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DE PROPRIEDADE DE LEOMIR ANTONIO GUERI**

DECRETO Nº 8.359/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do lote urbano nº 13, constante da subdivisão da chácara nº 60 letra I, com área de 1.391,95m², sem construções, localizado na rua José Felipe Beluzzo, Bairro São Sebastião, perímetro urbano, matrícula nº 33.821, de propriedade de Leomir Antonio Guerini, será desdobrado o imóvel em três lotes: lote "A", com área de 765,54m², sendo 687,906m² edificável e 77,64m² não edificável, Lote "B", com área de 330,09m² e lote "C", com área de 296,32m², passam a ter as seguintes confrontações:

**Desdobramento:**

Lote "A", constante da subdivisão do lote 13, com área de 765,54m², sendo, 687,906m² edificável e 77,64m², não edificável, confrontando: Ao Norte, com o lote urbano nº 12, por linha seca de 41,34m; Ao Leste, com parte da chácara 60-I, por linha seca de 38,03m; Ao Sul, com o lote 16-A e com parte do lote 16, por linha seca de 15,88m; Ao Oeste, com os lotes "C" e "B", por duas linhas inclinadas medindo 12,69m e 16,32m; Novamente ao Sul, com o lote "B", por linha seca de 19,33m; Novamente ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 5,00m.

Lote "B", constante da subdivisão do lote 13, com área de 330,09m², confrontando: Ao Norte, com parte do lote "A", por linha seca de 19,33m; Ao Leste, com parte do lote "A", por linha seca de 16,32m; Ao Sul, com o lote "C", por duas linhas inclinadas, medindo, 13,02m e 11,75m; ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 13,00m.

Lote "C", constante da subdivisão do lote 13, com área de 296,32m², confrontando: Ao Norte, com o lote "B", por duas linhas inclinadas, medindo 11,75m e 13,02m; Ao Leste, com parte do lote "A", por linha seca de 12,69m; Ao Sul, com parte do lote 16 e com os lotes 15 e 14, por linha seca de 27,40m; Ao Oeste, com a rua José Felipe Beluzzo, numa extensão de 12,00m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.326 de 11 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 19 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

# Schroeder

## PREFEITURA

### I ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I Errata do Extrato do Contrato nº. 11/2015 - FAS

Dispensa de Licitação nº. 06/2015-FAS

Processo nº. 10/2015-FAS

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADO/LOCADOR: WALDENIR HANG, CRECI/SC sob nº 20.207F, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3069, sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de imóvel em alvenaria com 101,00m² para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social Município de Schroeder/SC, sendo:

TEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de imóvel em alvenaria com 101,00m², subdivido em 03 salas, 03 banheiros, 01 cozinha, localizado na Rua João Arnoldo Moritz, nº 65, centro, neste Município de Schroeder/SC	12	Meses	1.200,00	14.400,00
VALOR R\$ TOTAL	14.400,00				

Valor do contrato: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), pago o valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 16/06/2015 – Vigência: 30/06/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 6.098/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.098/2015, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Ademir Rech, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 47/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 47/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 106/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/06/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de motosserra, roçadeiras e hidrolavadora profissional para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 79/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 19 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 106/2015, Licitação nº 47/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA., COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada com autenticação vencida, conforme consulta feita ao site da JUCESC e juntada ao processo, documentos exigidos no edital respectivamente nos itens 4.1.2 e 4.1.3 os quais devem estar de acordo com o edital no item 4.1.3.1, sendo assim o representante da empresa JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA., COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização vencido e emitido em 30 de setembro de 2014, documento este exigido no edital no item 7.1.7, o qual deverá respeitar as exigências do edital nos itens 7.5 e 7.6.1, sendo assim a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP apresentou Certidão de INSS e FEDERAL(conjunta) vencida em 23/05/2015, em se tratando de uma Empresa de Pequeno Porte a mesma tem direito aos benefícios da Lei 123/2006 conforme o edital no item 8.2, sendo então consultado a Certidão no site da Receita Federal e a mesma encontra-se válida até 08/09/2015 a qual foi juntada ao processo, diante do exposto a empresa COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA. - EPP a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. não apresentou Contrato Social nem Certidão Simplificada, documentos exigidos no edital nos itens 7.1.11 e 7.1.12, sendo que estes não foram apresentados válidos no ato do credenciamento e apresentou Alvará Sanitário em cópia não autenticada, documento exigido no edital no item 7.1.7 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 7.4, diante do exposto a empresa JAMAIL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP manifesta a intenção de recurso devido ao alvará. Diante do exposto abre-se prazo recursal de acordo com a Lei Federal 8666/93 e Lei Federal 10520/2002. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**Participante:** 9073 - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Roçadeira costal - lâmina dias pontas e fio, no mínimo 35 cilindradas, peso mínimo 10 Kg, rotação máxima (RPM) 12.000, mochila ergonômica e sistema anti vibratório	UN	3,00	Garthen	0,0000	949,00	2.847,00
2	Motosserra - no mínimo 50 cilindradas, peso mínimo 5,5 Kg, potência mínima (kw/cv) 2,5/3,5, rotação máxima 14.000 (RPM)	UN	1,00	Macrotop	0,0000	1.495,00	1.495,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>4.342,00</b>
<b>Total Geral —&gt;</b>							<b>4.342,00</b>

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 47/2015 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 106/2015 Processo de Licitação: 02/06/2015 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 19 de Junho de 2015

COMISSÃO:

- |                          |         |                   |
|--------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki       | - ..... | - Pregoeiro(a)    |
| Ivandra de Souza         | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Gelson Stein             | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - ..... | - Equipe de Apoio |
| Cheila Adriane Klitzke   | - ..... | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- |                  |         |                     |
|------------------|---------|---------------------|
| VANDERLEI FRANZ  | - ..... | - Representante     |
| MOACIR ZILS      | - ..... | - Representante     |
| MARLON CRISTOF   | - ..... | - Representante     |
| ELOIR JOSÉ WENDT | - ..... | - Setor Solicitante |



# Serra Alta

## PREFEITURA

### SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2014

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP, RELATIVO À EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DE 400M<sup>2</sup> DE BARRACÃO INDUSTRIAL COM ÁREA ATUAL DE 900M<sup>2</sup> NO ACESSO A RODOVIA SC 160, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA ABAIXO:

Segundo Aditamento Contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Av. Dom Pedro, 830, centro, inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP, com sede na(o) AV. Dom Pedro, II, Nº 740, centro do Município de Serra Alta/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.853.843/0001-54 ou portador do CPF nº 674.344.109-06 e RG nº 2.430.896 – SSP/SC neste ato representada por seu representante legal Senhor Élio Cesar Da Silva, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO (A), e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente TERMO ADITIVO, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação Nº. 063/2014, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 063/2014, homologado em 12/11/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar os Itens "2.1. Cláusula Segunda – Do Preço e Condições de Pagamento, e 3.1 da Cláusula Terceira– Dos Prazos de Execução e Vigência" relativo ao contrato nº 105/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1. Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 5.399,70 (Cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta centavos) em relação ao contrato inicialmente celebrado, de acordo com a Justificativa Técnica emitida pelo Departamento de Engenharia da Contratante que encontra-se em anexo. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a partir da presente data pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, o total correspondente a R\$ 54.052,00 (Cinquenta e quatro mil e cinquenta e dois reais)".

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

3.1 - A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 30/06/2015 á 30/10/2015, podendo ser prorrogado, mediante novo Termo Aditivo Contratual, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência

mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

Justifica-se o acréscimo do prazo na execução dos serviços da referida obra, devido a problemas de adequações para atender as exigências do Corpo de Bombeiros, quanto ao Projeto Preventivo contra incêndio, que foi elaborado e está em fase de aprovação. Tão logo ocorrer a aprovação, a obra será reiniciada e concluída.

#### CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente ADITAMENTO CONTRATUAL passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 105/2014, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA SC, 22 de junho de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP  
ÉLIO CESAR DA SILVA  
REPRESENTANTE LEGAL  
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
Assessor Jurídico OAB 32.515

Testemunhas:  
VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

DELMAR FRANTZ  
CPF: 607.108.969-72



# Sul Brasil

## PREFEITURA

**DECRETO Nº.132/2015**

DECRETO Nº 132/2015 DE 19/06/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1.040/2015 de 19/06/2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil e Reais), destinados a suplementar os (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

**04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (56)	0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

**04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

**06.02.0024.0722.0.012.1.025- Implantação Programa Cidade Digital**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (147)	0.1.00.000000	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 10.000,00

**05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (106)	0.1.00.000000	Pessoal e encargos Sociais Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 41.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil e Reais), nos (as) seguintes Projetos/Atividades:

**03.01.0028.0846.000.0.001- Contribuição para o PASEP**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (12)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$15.000,00

**06.01.0020.0661.0010.1.006-Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (115)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$10.000,00

**06.01.0020.0609.0010.2.046-Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (118)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$10.000,00
4.4.90.00 (119)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$6.000,00

**06.02.0022.0661.0011.1.016- Ampliação de programa de geração de emprego e renda**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (137)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$ 40.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

**DECRETO Nº.133/2015**

DECRETO Nº 133/2015 DE 19/06/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1.041/2015 de 19/06/2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (13)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

05.01.0010.301.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (23)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.2.024- Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (28)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 60.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

**DECRETO Nº.134/2015**

DECRETO Nº 0134/2015 DE 19/06/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1.042/2015 de 19/06/2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.503,00 (Um Mil Quinhentos e Três Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (218)	0.1.00.001062	Outras Despesas Correntes–Aplicações Diretas. (1.062) Especificação TCE 37	R\$ 1.503,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito Suplementar abertos no artigo 1º serão utilizados os recursos de R\$ 1.503,00 (Um Mil Quinhentos e Três Reais), proveniente de Convênio com FNDE- Fundo Nacional da Educação para aquisição de Brinquedos para Creche Municipal.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027

de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

## LEI 1040/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/2015 DE 19/06/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil e Reais), destinados a suplementar os (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

### 04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (56)	0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

### 04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

### 06.02.0024.0722.0.012.1.025- Implantação Programa Cidade Digital

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (147)	0.1.00.000000	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 10.000,00

### 05.02.0008.0244.0009.2.053- Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (106)	0.1.00.000000	Pessoal e encargos Sociais Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 41.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil e Reais), nos (as) seguintes Projetos/Atividades:

### 03.01.0028.0846.000.0.001- Contribuição para o PASEP

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (12)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$15.000,00

### 06.01.0020.0661.0010.1.006-Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (115)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$10.000,00

### 06.01.0020.0609.0010.2.046-Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (118)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$10.000,00
4.4.90.00 (119)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$6.000,00

### 06.02.0022.0661.0011.1.016- Ampliação de programa de geração de emprego e renda

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (137)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000)	R\$ 40.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

### LEI 1041/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.041/2015 DE 19/06/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (13)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

05.01.0010.301.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (23)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.2.024- Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (28)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 60.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

### LEI 1042/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.042/2015 DE 19/06/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.503,00 (Um Mil Quinhentos e Três Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

## 04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (218)	0.1.00.001062	Outras Despesas Correntes-Aplicações Diretas. (1.062) Especificação TCE 37	R\$ 1.503,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito Suplementar abertos no artigo 1º serão utilizados os recursos de R\$ 1.503,00 (Um Mil Quinhentos e Três Reais), proveniente de Convênio com FNDE- Fundo Nacional da Educação para aquisição de Brinquedos para Creche Municipal.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 19 de junho de e 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 111/2015

DECRETO Nº 111, de 19 de Junho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 2.370,00 (dois mil e trezentos e setenta reais):

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.93.00.00.00.00.0080(11) – Aplicações diretas ..... R\$ 2.370,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080(10) – Aplicações diretas ..... R\$ 170,00

4.4.90.00.00.00.00.0080(12) – Aplicações diretas ..... R\$ 2.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO DE SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06 2015 FUMTRAN**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2015 FUMTRAN

O Município de Timbó/SC torna público que, devido ao recebimento de impugnação e tempo hábil para análise, fica SUSPENSA – "SINE DIE" a licitação acima citada, cujo objeto versa sobre a aquisição de 02 (dois) etilômetros para a Polícia Militar de Timbó, para ser utilizado diariamente no Serviço Operacional de Trânsito.

Nova data será marcada e comunicada por meio de imprensa oficial.

TIMBO (SC), 19/06/2015

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51 2015 PMT - MANUTENÇÃO DE IMPLEMENTOS E TRATORES AGRÍCOLAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço destinado à contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção geral e elétrica (destinada aos tratores agrícolas), e manutenção mecânica (destinada aos implementos agrícolas), conforme especificado nos anexos do edital, em atendimento às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecânica Buzzi Ltda; MTM Auto Center e Comércio de Baterias Ltda Me..

TOTAL ESTIMADO: R\$ 162.300,00 (cento e sessenta e dois mil e trezentos reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/06/2016

Timbó, 19/06/2015

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 56 2015 PMT - OXIGÊNIO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de oxigênio medicinal destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil, e oxigênio para solda destinado à atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente,

EMPRESA FORNECEDORA: White Martins Gases Industriais Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 106.951,20

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/06/2016

Timbó, 19/06/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil



**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 16/2015**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 16/2015 - Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa de Desenvolvimento Rural.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Rubens Borchardt

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pleiteia a autorização para a realização de despesas no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com o evento comemorativo ao "Dia do Colono", a ser realizado no dia 26 de julho de 2015.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de maio corrente e encaminhado a esta Comissão no dia 16 de junho pelo Presidente da Mesa Diretora, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 19 de junho esta comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - Fundamentação:**

As despesas para a execução do Projeto de Lei estão previstas no Orçamento Programa 2015, especificamente do Projeto/Atividade 2072 - Manutenção do Setor de Agricultura - da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Setor de Desenvolvimento Agrário Municipal- sendo o mesmo parte integrante do planejamento municipal neste programa através da ação citada.

Da mesma forma, o mesmo atende os preceitos legais da Lei Complementar Federal nº 101/00 e da Lei Federal 4.320/64, pelo já exposto.

Cabe registrar que a organização do evento deverá apresentar a prestação de contas até trinta dias após a sua realização.

Assim, no entendimento desse Relator, não há óbices à aprovação da proposição em análise.

**III - CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Nada havendo o que impeça a tramitação normal da presente matéria em análise, diante do exposto esse Relator se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 16/2015.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Jorge Augusto Krüger  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 19 de Junho de 2015.

Jorge Augusto Krüger	
Presidente	

John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Relator

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 17/2015**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 17/2015 - Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Rubens Borchardt

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 18 de maio corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 02 de junho, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 10 de junho foi realizada Audiência Pública no Plenário da Câmara Municipal, conforme determina o art. 8.º §2.º da Lei Federal n.º 13.005/2014, onde o projeto fora discutido com a comunidade (conforme comprovam os documentos em anexo).

No dia 15 de junho foi protocolizada Emenda Modificativa ao Projeto, tendo a mesma sido distribuída aos vereadores no dia 16 de junho em Sessão Ordinária e encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação que se manifestou pela sua legalidade e constitucionalidade, cujo parecer fora publicado no dia 17 de junho.

No dia 19 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO****A) Das Emendas**

Foi apresentada Emenda Modificativa tendo como autores todos os vereadores com assento nesta Casa Legislativa, visando a alteração de parte do texto do projeto de modo a adequá-lo à Lei Federal Vigente. Assim, ante a justificativa apresentada no corpo da emenda em análise, esta Comissão se manifesta de maneira favorável à sua aprovação.

**B) Do mérito**

Verifica-se que o presente projeto atende aos preceitos legais da Lei Federal n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atende o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal, sendo pertinente, portanto sua aprovação.

**III) CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Jorge Augusto Krüger  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 19 de Junho de 2015.

Jorge Augusto Kruger	
Presidente	
John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Relator

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 19/2015**  
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 19/2015 - Autoriza a abertura de Crédito Suplementar de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Rubens Borchardt

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2015, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 11 de junho corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 16 de junho em sessão ordinária. No dia 19 de abril a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Emergência e Defesa Civil de Timbó (na ação manutenção do convênio bombeiro militar). A conta de tal anulação, será aberto crédito especial no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) nas dotações do Fundo já referido (ação polícia militar).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

**III) CONCLUSÃO**  
**VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Jorge Augusto Krüger  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 19 de Junho de 2015.

Jorge Augusto Kruger	
Presidente	
John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI Nº 17/2015**  
COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei Ordinária nº 17/2015 - Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 18 de maio corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 02 de junho, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No dia 10 de junho foi realizada Audiência Pública no Plenário da Câmara Municipal, conforme determina o art. 8.º §2.º da Lei Federal nº 13.005/2014, onde o projeto fora discutido com a comunidade (conforme comprovam os documentos em anexo).

No dia 15 de junho foi protocolizada Emenda Modificativa ao Projeto, tendo a mesma sido distribuída aos vereadores no dia 16 de junho em Sessão Ordinária e encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação que se manifestou pela sua legalidade e constitucionalidade, cujo parecer fora publicado no dia 17 de junho.

No dia 18 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**A) Das Emendas**

Foi apresentada Emenda Modificativa tendo como autores todos os vereadores com assento nesta Casa Legislativa, visando a alteração de parte do texto do projeto de modo a adequá-lo à Lei Federal Vigente. Assim, ante a justificativa apresentada no corpo da emenda em análise, esta Comissão se manifesta de maneira favorável à sua aprovação.

**B) Do mérito**

O projeto em análise dispõe acerca do Plano Municipal de Educação, visando cumprir com o disposto no art. 214 da Constituição Federal, no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação) e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação), com duração de dez anos, para o período 2015 – 2024.

O Plano Municipal de Educação define as metas e estabelece estratégias à educação municipal para o próximo decênio e decorre do Plano Nacional de Educação, construído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, devendo guardar sintonia com os parâmetros nacionalmente estabelecidos. Ademais, a elaboração do projeto em análise levou em consideração as condições exigidas pela Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação) em seu art. 8.º,

em especial a participação popular, com a realização de debates amplos com toda a comunidade local.

O Plano Municipal de Educação é o planejamento de ação da educação municipal para os próximos dez anos, caracterizando-se pela elaboração coletiva da sociedade abordando os seguintes temas: educação básica, educação de jovens e adultos, ensino superior e tecnológico profissional, educação no campo, valorização do magistério e financiamento de gestão. Foi elaborado de maneira flexível e aberto às inovações, que possibilite a unidade na diversidade das concepções e práticas educacionais.

Certamente que o plano apresentado trará inúmeros benefícios à educação de nosso município, razão pela qual este Relator se manifesta pela aprovação da matéria.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação Projeto de Lei nº 17/2015, já com as alterações propostas pela Emenda Modificativa n.º 1.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Waldemar Gebauer

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2015.

Guilherme Voigt Júnior	
Presidente	
Fabricio Dalcastagné	Waldemar Gebauer
Relator	Membro

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO TP 53-2015**

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2015

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviços de ampliação do Centro Comunitário do bairro Pôr do Sol, no município de Treze Tílias, conforme projeto constante no Anexo I do presente edital. A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 07 de Julho de 2015 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na integra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br).

Treze Tílias (SC), 19 de Junho de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA 3883/2015

PORTARIA Nº. 3.893/2015  
Em 19 de Junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo DANIEL TIBOLA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Julho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado  
na presente data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA 3894/2015

PORTARIA Nº. 3.894/2.015  
Em 19 de Junho de 2.015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, ao Servidor público efetivo MÁRIO LUIZ BECKENKAMP, da função gratificada de 30% (trinta por cento), conforme artigo 9º da Lei Complementar nº. 025/2010, sobre o seu vencimento a título de CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES E OBRAS, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Junho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Junho de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA 3895/2015

PORTARIA Nº. 3.895/2015.  
Em 19 de Junho de 2.015.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar 025/2010;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, DALVANA LEILA GÖTZ, do cargo comissionado de DIRETORA DE FINANÇAS, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, neste município.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 30 de Junho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Junho de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA 3896/2015

PORTARIA Nº. 3.896/2015.  
Em 19 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014 e considerando o retorno as atividades da Professora Roselene Theisen, em licença tratamento de saúde;

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a professora CAMILA LUIZA SCHMIDT, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de Junho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 19 de Junho de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3897/2015**

PORTARIA Nº. 3.897/2015

Em 19 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora temporária MARCIANE RHODEN TOILLIER, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 26 de Junho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 19 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

# Turvo

## PREFEITURA

### CONVENIO PMT 10/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 010/2015  
CONVENIADA: LAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO.  
OBJETO: Ajuda financeira objetivando a manutenção da entidade, sendo que o mesmo deverá abrigar idosos do Município de Turvo.  
VALOR: R\$ 18.000,00.  
VIGÊNCIA: Maio a Dezembro de 2015.

### CONVENIO PMT 11/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 011/2015  
CONVENIADA: SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE TURVO.  
OBJETO: Ajuda financeira para auxiliar na manutenção de suas atividades estatutárias.  
VALOR: R\$ 20.000,00.  
VIGÊNCIA: De Junho a Dezembro de 2015.

### DECRETO 27/2015

DECRETO Nº 027/15, de 16 de Junho de 2015.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais), assim classificados:  
08.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0047.2.027 – MANUT. DO FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3.3.50.00.00.00.00.0080.0 (094) – Trans. a Inst. Priv.s/ Fins Lucrativos R\$ 28.200,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 28.200,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 16 junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### DECRETO 28/2015

DECRETO Nº 028/15, de 18 de Junho de 2015.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), assim classificados:  
07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15.452.0055.1.021–VIAS RURAIS PAVIMENTAÇÃO PAS. E PRAÇA PÚBLICA  
4.4.90.00.00.00.00.0080.0 (078) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### DECRETO 29/2015

DECRETO Nº 029/15, de 18 de Junho de 2015.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), assim classificados:  
09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.608.0030.2.020–MAUT.DO PARQUE EXP. IRIS OLIVO/REAL. FESTA COLONO  
3.3.90.00.00.00.00.0080.0 (111) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2245/2015

Lei nº. 2.245/15, de 16 de Junho de 2015.  
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PONTE NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Ponte PREFEITO LUIZ MARAGNO", a ponte localizada na Rua Liberato Simon, que faz divisa entre os Bairros São Cristóvão e Imigrantes.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 16 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 192/2015

PORTARIA Nº 192/15, de 08 de Junho de 2015.

ALTERA A CARGA HORARIA DE MONITOR DE ESPORTES ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.232/15, de 18 de março de 2015,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, exercendo a função pública de Monitor de Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Larissa Dagostin Milanez	074.815.829-47	3425

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 193/2015

PORTARIA Nº 193/15, de 09 de Junho de 2015.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 09.06.2015 a 08.07.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0431	Admir Maffioletti	02.05.2014 a 01.05.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 194/2015

PORTARIA Nº 194/15, de 09 de Junho de 2015.

DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Simone Monteiro da Rosa	074.815.989-40	3427

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 195/2015**

PORTARIA Nº 195/15, de 10 de Junho de 2015.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011, RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Simone Monteiro da Rosa por ter pedido a demissão.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Bruna da Silva Gonçalves	109.013.439-86	Creche São Cristóvão

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 10 de Junho de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 196/2015**

PORTARIA Nº 196/15, de 10 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TELEFONISTA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em período gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Cristiane Rampinelli Macarini	067.988.689-32	2896

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 197/2015**

PORTARIA Nº 197/15, de 10 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 21 de Agosto de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Antonio Bá	028.243.729-07	2760
Sandro Figueredo	021.583.809-26	2761
Bonifacio José Luiz	442.848.299-04	2770
Moacir Toretti Correa	017.583.449-03	2771
Donato Policarpe	494.948.569-53	2772
Dário Carbone dos Santos	560.223.109-97	2872
Lindomar Pinheiro	769.750.459-68	3012
Lourival Pereira de Andrade	429.413.349-04	3013
Pedro Marques Silverio	692.668.409-04	2773
Zenaide Indalencio	067.248.289-45	3171
Valmir Trombin	552.334.739-68	3172
Neusa Camilo Pinheiro	690.722.649-91	3188
Nelia Senger da Costa	772.871.939-49	3191
Edilson Damiani Fernandes	074.443.109-39	3220
Bernadeth Munari L. Ferreira	646.128.053-68	3336
Jonas Vicente Pereira	057.194.329-22	3369
Lorete Maria P. Felisberto	063.996.589-00	3370
Daniel Rosa dos Santos	078.481.949-14	3386
Eduardo Cordova Lopes	068.176.689-13	3387
Valcionir Costa	014.488.369-48	3402

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 198/2015**

PORTARIA Nº 198/15, de 10 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 21 de Julho de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Luiz Carlos Patel	486.236.959-68	3004

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 199/2015**

PORTARIA Nº 199/15, de 10 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que o servidor se encontra em auxílio doença,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 14 de Agosto de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Antomar Alexandre Dal Pont	378.291.149-00	3247

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 200/2015**

PORTARIA Nº 200/15, de 12 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 21 de Agosto de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Wanderlei Maciel	369.556.470-91	3244
Ana Silvia T. Parol	020.483.179-28	3407
Tarcisio Figueredo	613.357.629-49	3408

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 201/2015**

PORTARIA Nº 201/15, de 15 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 21 de Agosto de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Ívair dos Santos	725.944.209-30	3245
Antonio de Souza	733.806.799-68	3249

Art. 2º - Prorrogar até 21 de Agosto de 2015, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Moacir Maragno	552.336.009-00	3246

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 202/2015

PORTARIA Nº 202/15, de 15 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando, que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo 002/2015 – SMS,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 17 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80	2122

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 203/2015

PORTARIA Nº 203/15, de 15 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando, que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo 002/2015 – SMS,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 17 de Julho de 2015 a contratação da

servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Andresa Pavei	039.538.089-82	3187

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 204/2015

PORTARIA Nº 204/15, de 15 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando, a necessidade de darmos andamento no Programa Prótese Dentária,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 17 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada exercendo a função pública de Odontólogo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Morgana Vicentin	067.988.569-26	3428

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 205/2015

PORTARIA Nº 205/15, de 15 de Junho de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE DE DIGITADOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,



Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a contratação e conceder Licença Maternidade a servidora DAIANE MONTEIRO PASCOAL, CPF nº 068.301.119-78, matrícula nº 3029, que exerce a função pública de Digitador, até o dia 12 de Outubro de 2015, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 206/2015

PORTARIA Nº 206/15, de 16 de Junho de 2015.  
NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 – PMT, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E AGRICULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91 e BERNARDETE BIZ SOUZA, CPF nº 894.603.919-15, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 003/2015 - PMT, para contratação em caráter temporário de servidores nas áreas da Administração, Obras e Agricultura, sem remuneração para desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 207/2015

PORTARIA Nº 207/15, de 16 de Junho de 2015.  
CESSA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

#### RESOLVE

Art. 1º - Cessar a concessão da Licença sem Remuneração concedida através da Portaria nº 010/14 de 07.01.2014 à servidora PATRICIA MACIEL, CPF nº 058.120.969-96, matrícula nº 1976, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 208/2015

PORTARIA Nº 208/15, de 16 de Junho de 2015.  
EXONERA, A PEDIDO, AGENTE ADMINISTRATIVO DE CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Patricia Maciel	058.120.969-96	1976

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 209/2015

PORTARIA Nº 209/15, de 17 de Junho de 2015.  
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos art. 20 a 26 da Lei Complementar nº. 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento aos Servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	Progressão/Nível
0369	Jiane Tiscoski Ramos Anexo	VII - 2-H para 2-I
1144	Katia Cristina Biz	Anexo VII - 1-H para 1-I
1048	Patricia Manfredini	Anexo VII - 1-H para 1-I
0492	Rosangela Teixeira	Anexo VII - 2-G para 2-H

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de junho de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 210/2015**

PORTARIA Nº 210/15, de 17 de Junho de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos artigos 33 e 34 da Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por DIONE MARIA RICKEN, ocupante do cargo de Orientador Escolar, matrícula nº 1951, CPF nº 999.130.709-53, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de junho de 2015

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 211/2015**

PORTARIA Nº 211/15, de 17 de Junho de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos art. 26 a 32 da Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento aos Servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	REFERÊNCIA/NÍVEL
0044	ANGELA MARIA VELHO MARCON	Nível 8 de A1 para B1
1219	ALESSANDRA TRICHES	Nível 7 de G1 para H1
1261	ANA MARIA CASTELLER VICNTIN	Nível 7 de H1 para I1
0120	BERNARDETE GIRARDI WARMILING	Nível 7 de H1 para I1
0204	CARMEN MARINA S. BARDINI	Nível 7 de F1 para G1
0756	CLAUDETE FAVARO	Nível 7 de H1 para I1
1118	CLEUZA VEFAGO BARDINI	Nível 7 de G1 para H1
1252	CRISTINA RANACOSKI DA ROSA TORETTI	Nível 7 de H1 para I1
1951	DIONE MARIA RICKEN	Nível 7 de D1 para E1
0733	ELAINE MARIA FASSINI	Nível 7 de H1 para I1
0742	ELIANE R. DE FREITAS CASTELLER	Nível 7 de H1 para I1
1216	ELIZABETE FERREIRA LONDERO	Nível 7 de H1 para I1
1978	ELENITA SCARABELOT PAZINI	Nível 4 de D1 para E1
1458	FATIMA MIGUEL	Nível 2 de D1 para E1
1207	GRAZIELA GABRIEL PEZENTE	Nível 7 de E1 para F1
1195	GISELE BENDO NAZÁRIO	Nível 7 de H1 para I1
1869	IDAIA NE CASTANHA VALNIER CECONI	Nível 7 de E1 para F1
0121	IVANIR FERMO CARVALHO	Nível 7 de G1 para H1
0743	JANIR SACHETE FELTRIN	Nível 7 de H1 para I1
1871	JANAINA DA CRUZ COSTA	Nível 1 de D1 para E1
0869	KATIA CARMINATTI PAROLO	Nível 7 de F1 para G1

1206	KATIA RIBEIRO POSSAMAI	Nível 7 de E1 para F1
0721	LUCIANE FONTANA VITTO	Nível 7 de H1 para I1
1887	LIANDRA PIAZZA DAL PONT	Nível 7 de E1 para F1
1059	LUCINÉA DA SILVA	Nível 7 de H1 para I1
1310	LUCILENA ZAVARIZ	Nível 7 de G1 para H1
0719	MARIA APARECIDA BRINA MONDARDO	Nível 7 de H1 para I1
0041	MARIA CLADIR DAL PONT FAVARO	Nível 7 de H1 para I1
0744	MARIA INEZ ROSSO DA ROCHA	Nível 7 de H1 para I1
1058	MARIA IVETE FAVARIN PESCADOR	Nível 5 de G1 para H1
0034	MARIA JOSÉ TEIXEIRA ROCHA	Nível 8 de G1 para H1
1137	MARIA LUZIA FLORIANO SPILERE	Nível 7 de G1 para H1
1090	MARIETI MONTEIRO RODRIGUES	Nível 2 de G1 para H1
1145	MARISETE OSORIO MONTEIRO	Nível 1 de H1 para I1
0100	MARIZETE DA SILVA GIUSTI	Nível 7 de H1 para I1
1868	MARIA ELIANE DA SILVA	Nível 7 de E1 para F1
1057	MARLENE DA SILVA FERREIRA	Nível 2 de C1 para D1
0081	OLINDINA PEREIRA DOS REIS	Nível 7 de H1 para I1
0731	ROSE MIRIAN FAGUNDES	Nível 7 de H1 para I1
1211	ROSELI C. SANTA HELENA MANTOVANI	Nível 7 de G1 para H1
0122	ROSANGELA SERAFIM MENEGARO	Nível 7 de G1 para H1
0990	ROSA FARIAS	Nível 1 de C1 para D1
0758	SILVIA ROSANE SALVARO	Nível 7 de G1 para H1
1210	SIRLEI APARECIDA MARAGNO	Nível 7 de H1 para I1
1867	SCHEILA CRISTIANE HEFFEL	Nível 7 de E1 para F1
0971	SONIA BEATRIZ GAVA MARTGNAO	Nível 7 de H1 para I1
0727	SONIR MAFFIOLETTI BORDIGNON	Nível 7 de H1 para I1
0789	SANDRA REGINA PESCADOR DE SOUZA	Nível 7 de G1 para H1
1202	SUSARA BAUER DA ROSA	Nível 7 de G1 para H1
0724	SUSANA BARBOSA DE O. BARDINI	Nível 7 de G1 para H1
0740	TANIA K. NAZARIO DOS SANTOS	Nível 7 de G1 para H1
0048	VALDETE CORDEIRO	Nível 9 de J1 para A1
0087	VALDETE BORDIGNON	Nível 7 de H1 para I1
0751	VERONICE GABRIEL DA SILVA	Nível 7 de H1 para I1
0754	VERONICA TORETI SCARABELOT	Nível 7 de G1 para H1

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **TOMADA DE PREÇOS PMT 42/2015**

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 42/2015 – Tomada de Preço nº 42/2015

Objeto: Recuperação viária da rodovia de acesso a comunidade de Boa Vistinha - Trecho 2.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 07/07/2015

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 07/07/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC – 18 de junho de 2015.

Ester Z. Barp  
Presidente da C.J.L.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO 006/2015

TERMO ADITIVO Nº 006/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014 DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, nº 841, centro, na cidade de União do Oeste inscrita no CNPJ sob o nº 02.323.196/0001-80, neste ato representada por seu Presidente Sr. ALGEMIRO ALVES MACIEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de União do Oeste, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.544.243/0001-65, com endereço na Rua Conde D'eu nº 27, Município de Quilombo – SC, telefone (49) 3346-3500, representada neste ato pelo Sr. FABIANO WINCK, portador (a) do CPF nº 026.254.649-33, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA;

CONSIDERANDO que há possibilidade de prorrogação do prazo de vigência dos contratos tendo por base a Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada;

CONSIDERANDO que houve atraso do INSS na entrega da Certidão Negativa de Débitos para a empresa contratada sobre o CEI de nº 51.228.09433/74, e que o prazo do contrato está terminando;

Celebram as partes o presente TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 005/2014, decorrente do Processo Licitatório n. 003/2014 na modalidade de Tomada de Preços n. 001/2014, mediante as seguintes disposições, em conformidade com a Lei 8.666/93, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato Administrativo de Execução de Obras e serviços de engenharia nº 005/2014, firmados entre as partes em 21 de Novembro de 2014, cujo objeto é a EXECUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA LISTA DE ITENS, MEMORIAL DESCRITIVO, E COM PROJETOS DE ENGENHARIA, fica prorrogado por mais 10 (dez) dias corridos, com término em 21/06/2015.

#### Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

União do Oeste, 10 de Junho de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL  
CAMARA MUN. DE UNIÃO DO OESTE  
CONTRATANTE

FABIANO WINCK  
WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES  
CONTRATADA

OLDAIR JOSÉ GIOVANONI  
OAB/SC 17.806  
Assessor Jurídico

#### TESTEMUNHAS:

Nome: CLAUDIO BALEN Nome:  
CPF nº. 542.442.939-49

KATIA PRISCILA ANTUNES  
CPF nº. 004.696.869-52

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO PR 30/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 30/2015/PMU

Objeto: aquisição de veículo utilitário novo, 0km, ano 2015. Recebimento dos envelopes: até as 14h do dia 06/07/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 06/07/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2015

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2015

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, que no dia 08 de julho de 2015, às 09h, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal, estará alienando através de Leilão, veículos, ônibus, caminhão e máquinas inservíveis para a Administração Municipal.

Maiores informações serão prestadas pela Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada no Paço Municipal, sita na Rua 7 de setembro, nº 477, Centro, na cidade de Vargeão, SC, ou pelo fone (49)3434-0148.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, SC,  
em 19 de junho de 2015.

AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **LEILÃO Nº. 04/2015 - ALIENAÇÃO TRATOR**

LEILÃO PÚBLICO Nº. 04/2015

FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 04/2015, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de um:

Lote 01 - 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA MARCA AGRALE, MODELO 5085.4 COR VERMELHO, Nº. SÉRIE Z0029289, MOVIDO A DIESEL. O interessado deverá se cadastrar até as 09h00min do dia 17/07/2015 ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 17 de junho de 2015 – Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 – PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 33/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA ATENDER AO ENSINO FUNDAMENTAL CONFORME PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM O TERMO REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO VII, foi encerrada devido a não apresentação da nova documentação escoimada das causas que ensejaram a inabilitação da única empresa participante no prazo em que lhe foi concedido. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9026.

Videira, 16 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 89/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BATERIAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 03/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 19 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE MAIO DE 2015**  
**DECRETO 11.120/14**
**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MAIO DE 2015**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			4.544.944,07		
1.2 - ITBI			758.800,78		
1.3 - ISS			3.638.342,56		
1.4 - IRRF			762.191,21		
1.5 - FPM			9.096.985,29		
1.6 - ITR			3.011,25		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			82.175,24		
1.8 - ICMS			14.994.059,95		
1.9 - IPVA			2.760.102,23		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			237.588,30		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			242.571,69		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			169.210,00		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			37.289.982,57		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			5.593.497,39		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.667.274,55		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.162.621,45		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			299.162,74		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			348.938,83		
TOTAL			11.071.494,96		
3. APLICAÇÃO		RECEITA	DESPESA	%	DIFERENÇA
		ACUMULADA	LIQUIDADA		
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos		5.593.497,39	5.840.787,79	15,66	247.290,40
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		4.829.896,00	1.685.208,25	34,89	-3.144.687,75
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		648.101,57	205.913,97	31,77	-442.187,60
TOTAL		11.071.494,96	7.731.910,01		-3.339.584,95

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 19 de Junho de 2.015.

Juliane M.C.Wartha  
 Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch  
 Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli  
 Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 03/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES Extrato de Termo Aditivo nº 001/2015 ao contrato nº 03/2014.

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:

CONTRATADA: FORMATTO NET LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 03/2014, para prestação de serviço de acesso a internet via fibra óptica, com velocidade de 10 MB, por mais (12) doze meses, com efeitos a partir de 20 de junho de 2015 até 20 de junho de 2016.

VALOR TOTAL: R\$ 1.188,00 (um mil cento e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 20 de junho de 2015 até 20 de junho de 2016.

ASSINATURA: 19/06/2015.

Videira, 19 de junho de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 0049/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0049/2015, tendo como objeto a Prestação de serviços de demolição e retirada de entulhos do Ginásio Municipal Ivo Sguissardi no Município de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 03/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 18 de junho de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0050/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0050/2015, tendo como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa para a Fabricação e Montagem de Abrigos de Passageiros Metálicos para atender as condições de infraestrutura Urbana no Município de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 06/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 19 de junho de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### AVISO JULGAMENTO PROPOSTAS CP 0001/2015

#### AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

O Município de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que a Comissão nomeada pelo Decreto AJG 032/2015, irá reunir-se às 14:00 horas do dia 25/06/2015, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, para análise e julgamento das propostas técnicas referente a Concorrência Pública nº 0001/2015, tipo melhor proposta técnica, tendo como objeto a Seleção de projetos industriais a serem incentivados no Distrito Industrial Pedro Bortoluzzi, mediante doação com encargos de três terrenos. Maiores informações no setor de licitações através do fone (49) 3441 8542. Xanxerê-SC, 19 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 122/2015

#### DECRETO Nº AJG 122/2015

ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DE FORNECEDORES E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de Xanxerê, a partir do mês de junho do exercício de 2015, serão agrupados por período e serão efetuados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da seguinte forma:

I - quando se referirem a fornecedores da unidade gestora Prefeitura Municipal serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade financeira das fontes de recursos;

II - quando se referirem a fornecedores das demais unidades gestoras (Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) serão efetivados até dois dias úteis antes das datas previstas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade financeira das fontes de recursos. Parágrafo primeiro. Na hipótese das datas constantes no Anexo I recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

Parágrafo segundo. Será considerado para efeito de liquidação a data em que o documento fiscal for entregue no departamento de contabilidade do município.

Art.2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - contrapartidas relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação;

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente;

VII - rescisões de contrato com funcionários;

VIII - diárias;

IX - publicações legais;

X - custas processuais, parcelamentos e financiamentos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais para o exercício de 2015, de acordo com a tabela constante do Anexo II, deste Decreto.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo II recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 19 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

(Decreto nº AJG 122, de 19 de junho de 2015).

EXERCÍCIO 2015	
RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	DATA DE PAGAMENTO
De 20/06 a 30/06/2015	10/07/2015
De 01/07 a 09/07/2015	22/07/2015
De 10/07 a 19/07/2015	30/07/2015
De 20/07 a 31/07/2015	12/08/2015
De 01/08 a 09/08/2015	20/08/2015
De 10/08 a 19/08/2015	28/08/2015
De 20/08 a 31/08/2015	10/09/2015
De 01/09 a 09/09/2015	18/09/2015
De 10/09 a 19/09/2015	29/09/2015
De 20/09 a 30/09/2015	09/10/2015
De 01/10 a 09/10/2015	21/10/2015
De 10/10 a 19/10/2015	29/10/2015
De 20/10 a 31/10/2015	11/11/2015
De 01/11 a 09/11/2015	20/11/2015
De 10/11 a 19/11/2015	27/11/2015
De 20/11 a 30/11/2015	10/12/2015
De 01/12 a 09/12/2015	15/12/2015
A partir de 10/12/2015 não serão mais recebidos documentos fiscais	-

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

#### ANEXO II

(Decreto nº AJG 122, de 19 de junho de 2015).

#### DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO
1ª Parcela 13º salário	25/06/2015
Junho	07/07/2015
Julho	05/08/2015
Agosto	04/09/2015
Setembro	07/10/2015
Outubro	06/11/2015
Novembro	04/12/2015
2ª Parcela 13º salário	18/12/2015
Dezembro	31/12/2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

#### ERRATA AO CONTRATO Nº 0036/2015

ERRATA AO CONTRATO Nº 0036/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica o texto das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Têm por objeto o presente contrato a prestação dos serviços, tendo um profissional, para ministrar 16 (dezesesseis) horas semanais, totalizando 64(sessenta e quatro) horas mensais de Curso de Artesanato, destinados aos trabalhos sociais do

CESEX. Conforme proposta apresentada no Processo acima citado o curso será ministrado pela seguinte profissional: Célia Lúcia Balena Pagnoncelli.

Cláusula Segunda: Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais) mensal.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2015. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

#### ERRATA AO CONTRATO Nº 0037/2015

ERRATA AO CONTRATO Nº 0037/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica o texto das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Têm por objeto o presente contrato a prestação dos serviços, tendo dois profissionais, para ministrar 20 (vinte) horas semanais, totalizando 80 (oitenta) horas mensais de Cursos de violão e canto, destinados aos trabalhos sociais do CESEX.

Conforme proposta apresentada no Processo acima citado os cursos serão ministrados pelos seguintes profissionais: Luiz Gustavo Pacheco para o Curso de violão e Rosicler Rheinheimer Pacheco para o Curso de Canto.

Cláusula Segunda: Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensal, entre os dois profissionais.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2015. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

#### ERRATA AO CONTRATO Nº 0038/2015

ERRATA AO CONTRATO Nº 0038/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica o texto das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Têm por objeto o presente contrato a prestação dos serviços, tendo um profissional, para ministrar 8 (oito) horas semanais, totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais de Curso de Teatro, destinados a atender crianças e adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Conforme proposta apresentada no Processo acima citado o curso será ministrado pela seguinte profissional: Leda Maria Dal Zot.

Cláusula Segunda: Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) mensal.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2015. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

#### ERRATA AO CONTRATO Nº 0039/2015

ERRATA AO CONTRATO Nº 0039/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica o texto das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Têm por objeto o presente contrato a prestação dos serviços, tendo um profissional, para ministrar 8 (oito) horas semanais, totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais de Oficina de Taekwondo, destinado a atender crianças e adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Conforme proposta apresentada no Processo acima citado a oficina será ministrado pelo seguinte profissional: Ivanio Hammes Hermes.

Cláusula Segunda: Pelos serviços objeto do presente contrato, a

CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais) mensal.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2015. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0045/2015

Extrato de Contrato nº 0045/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: CASVIG Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de Vigilância Patrimonial através de Monitoramento Eletrônico, com assistência do sistema de alarme, de segunda a segunda feira, inclusive nos feriados, 24 (vinte quatro) horas por dia, compreendendo o fornecimento e instalação de todos os equipamentos necessários nos locais públicos.

Valor: R\$ 4.999,33 p/ mês Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

### EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 004/2015

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 004/2015

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, nas áreas de educação, saúde e assistencial, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014.

Valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) sendo R\$ 5.000,00 mensais, por 12 (doze) meses. Prazo: até 31/05/2016.

Xanxerê-SC, 19/06/2015.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

### LEI Nº AJG 3747/2015

LEI Nº AJG 3747/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 021/2015)

ALTERA A REDAÇÃO DO PREÂMBULO, BEM COMO DOS ARTIGOS 3º E 4º, DA LEI Nº AM 2.664, DE 12.12.2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica alterada a redação do preâmbulo da Lei nº AM 2.664, de 12 de dezembro de 2001, quais passará a ter o seguinte teor:

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A DESAFETAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE PARTE DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL E EFETUAR A INCORPORAÇÃO DA MESMA AO IMÓVEL COMPOSTO DE PARTE DOS LOTES 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 E 11, DA CHÁCARA 144, OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS/INDUSTRIAS NELE EXISTENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº AM 2.664, de 12 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3ºA doação da área de 303,125 m², objeto da presente lei, tem por finalidade objetivar a ampliação das instalações comerciais/industriais existentes no imóvel, localizado na rua João Fernandes Vieira, 231 – Bairro Matinho, nesta cidade de Xanxerê, SC, de propriedade de Hélio da Silva Winckler e NelciGehlenWinckler, conforme embasamento legal dado pela lei municipal nº JB. 1995/93 que dispõe sobre a política municipal de estímulo à expansão de empreendimentos e condições ocupacionais.”

Art. 3º O artigo 4º da Lei nº AM 2.664, de 12 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

“ART. 4º - Ficam os proprietários do imóvel responsáveis pela construção do passeio, nos padrões estabelecidos pela legislação municipal, desde a esquina da rua João Fernandes Vieira até a esquina da rua Dionísio Tomazi, num prazo de 06 (seis) meses a partir da aprovação da presente lei, possibilitando a ampliação da área de utilização da creche municipal localizada na mesma Chácara de nº 144.”

Art. 4ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5ºFicam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### LEI Nº AJG 3748/2015

LEI Nº AJG 3748/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 028/2015)

APROVA ALTERAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 3075/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuiçõesde seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1o Ficam aprovadas as alterações do Plano Municipal de Educação – PME, instituído pela Lei nº 3075/2008, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à

diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II, que trata do diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica, com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput e seus incisos:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação com os demais entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e

locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração do Município de Xanxerê com outros municípios, o Estado e a União incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município de Xanxerê, a cada 2 (dois) anos, contados a partir da publicação desta Lei, promoverá, através do Fórum Municipal de Educação, a revisão do Plano Municipal de Educação anexo.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal



# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 064/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 064/2015

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de 1 (um) veículo tipo furgão para uso como escritório móvel para emprego em policiamento ostensivo em operações no município de Xaxim - SC. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 03 de julho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de junho de 2015.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### Decreto 215

DECRETO Nº. 215/2015.

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e Leis Municipais Nº. 2.352, de 01 de dezembro de 2000. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Efetivos e respectivos Suplentes, os quais representarão o Poder Público no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

#### I – REPRESENTANTES DA ESFERA GOVERNAMENTAL:

a) Dois da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação:

Titular: Mari Stela Simonatto E Ivania Zanetti

Suplente: Ana Maria Zanchet E Luciane Marchetti Bortolanza

b) Dois Da Secretaria Municipal De Educação:

Titular: Paulo Roberto Da Silva E Sonia Priori

Suplente: Valdir Skrzypczak E Alessandra Sorgatto Lorenzetti

c) Um Da Secretaria Municipal De Saúde:

Titular: Claudete Gabriel

Suplente: EmanueleOrlandin

d) Um da Secretaria Municipal De Agricultura:

Titular: Volnei Dervanoski

Suplente: Marta SoccolKammler

e) Um Da Secretaria De Administração E Finanças:

Titular: CatianeCurtarelliSoccol

Suplente: Juvenal Martinazzo

f) Um Da Secretaria Municipal Da Fazenda:

Titular: Edimar Baggio

Suplente: VanilseBressan

#### II – REPRESENTANRE DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) Representante da Polícia Militar e Polícia Civil:

Membros Efetivos: Nilson Manoel da Silva

Membros Suplentes: Delvino Dalla Cort

b) Representante da APP'S:

Membros Efetivos: Sirlei Garrafeti

Membros Suplentes: Sandra Marafon

c) Representante dos Clubes de Serviço:

Membro Efetivos: CleriSotilli

Membro Suplentes: Iraci Barrionuevo

d) Representante das Entidades Religiosas do Município:

Membro Efetivo: Elizabeth Chitolina

Membro Suplente: Joelma Badia

e) Representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):

Membro Efetivo: Velamir José Bressan

Membro Suplente: Simone Sassanovick

f) Representante de Instituição Não Governamental que Preste Atendimento à Criança e ao Adolescente:

Membro Efetivo: GianfrancescoNegri

Membro Suplente: André Giachin

g) Representante das Unidades Escolares (Especialistas em Educação):

Membro Efetivo: Dulci Varnier

Membro Suplente: Juliana Camara

h) Representante de Educação Especial:

Membro Efetivo: Mara Magela GaiCorseuil

Membro Suplente: Simone Aparecida Toniazzo Dal Santo

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente terão mandato de 02(dois) anos, permitida uma recondução, sendo o exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do CMDCA, que imediatamente se reunirão sob a presidência do Conselheiro mais idoso, com a finalidade da eleição de sua diretoria, composta por: Presidente, Vice – Presidente, Secretário Geral e Vice- Secretário.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Nº. 210/2015 de 16 de junho de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de junho de 2015.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

### Decreto 216

DECRETO Nº 216/2015.

Prorroga contrato de médico em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando a demissão/exoneração de médicos que até então prestavam serviços à Municipalidade;

b) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

c) Considerando que, seria um retrocesso e violaria o princípio da eficiência deixar unidade de saúde sem tal tipo de profissional;

d) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

e) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar junto ao Programa de Estratégia de Saúde da Família;

f) Considerando que, como direito básico do cidadão, a ausência de tal profissional, seria extremamente prejudicial à população, violando princípios como o da moralidade e da eficiência;

g) Considerando que, o concurso público nº 001/2015 está em fase final, aguardando em princípio, apenas a homologação do resultado e consequente convocação dos candidatos;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, o contrato emergencial do servidor municipal OMAR MUSTAFA ATYEH, matrícula, na função de MÉDICO, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de julho de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º O servidor ora contratado será pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro  
Procurador Geral do Município

#### Decreto 217

DECRETO Nº. 217/2015.

Exonera secretário municipal da mulher, juventude e terceira idade a pedido e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de julho de 2015, o servidor municipal ALFEU JOSE MATTIELLO, matrícula 273, do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE, retornando ao cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

### LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015. DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE XAXIM – PREFIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2015 de 16 de junho de 2015.  
DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE XAXIM – PREFIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Xaxim – PREFIX, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não-tributários do Município de Xaxim, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014.

§ 1º. O PREFIX abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

§ 2º. Quanto aos débitos inscritos em dívida ativa e protestados via Tabelionato, de igual modo caberá adesão ao Programa, todavia, as despesas cartorárias correrão por conta do aderente.

§ 3º. O presente programa não contempla os casos em que houver a possibilidade de compensação.

Art. 2º. A adesão ao PREFIX dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, formulado até 30 de novembro de 2015.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º. O PREFIX somente alcançará créditos que se encontrarem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V, do artigo 151, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 1º. A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos

termos do inciso V, do artigo 269, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 2º. Havendo ação judicial proposta pelo contribuinte ou responsável, os honorários de sucumbência, decorrentes da extinção do processo para fins de inclusão dos respectivos créditos no PREFIX, serão de 5% (cinco por cento) do valor do crédito consolidado, desde que o Juízo não estabeleça outro montante, os quais deverão ser recolhidos como condição para o deferimento da adesão.

Art. 4º. Ao aderir ao PREFIX, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º. Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º. O valor mínimo de cada parcela, não poderá ser de 50% (cinquenta por cento) do valor de referência (VR) do Município, para o sujeito passivo.

§ 3º. Como forma de estímulo ao pagamento, e como forma de desburocratização, o valor de cada parcela será fixado previamente, adotando-se o índice de reajuste de 1% ao mês.

§ 4º. O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso dar-se-á em até 10 (dez) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 5º. Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º. A adesão ao PREFIX observará os seguintes critérios:

I – Os créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário do Município serão distribuídos da seguinte forma:

a) Contribuição de Melhoria e as correspondentes Multas Acessórias;

b) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Segurança contra Incêndios e as correspondentes Multas Acessórias;

c) Receitas diversas (contraprestação).

II – Os créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro econômico do Município serão distribuídos da seguinte forma:

a) Taxa de Licença para Localização e Permanência, Taxas dos Atos da Vigilância Sanitária e as correspondentes Multas Acessórias;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e as correspondentes Multas Acessórias;

c) Receitas diversas (contraprestação).

§ 1º. A adesão ao PREFIX abrangerá, observados os agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º. A adesão ao PREFIX, em relação aos créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário, poderá ser individualizada para cada imóvel.

§ 3º. A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 4º. Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º. Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal,

são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFIX:

I – a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II – prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa;

§ 1º. Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias principais, observados os seguintes percentuais:

I – 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em parcela única;

II – 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III – 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV – 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

V – 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VI – 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias acessórias, exigidos por notificações fiscais científicas aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2014, observados os seguintes percentuais:

I – 100% (cem por cento) dos juros, multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II – 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III – 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV – 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

V – 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VI – 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIX e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Parágrafo único. Poderá a Administração prorrogar o presente em caso de conveniência e oportunidade.

Art. 9º. A opção pelo PREFIX obriga o sujeito passivo a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art.



1º desta Lei Complementar;  
II – aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;  
III – manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 10. No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFIX segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 11. As parcelas do PREFIX não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 12. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I – verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas e ou intercaladas;

II – constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no PREFIX;

III – decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º. A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 2º. A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária.

Art. 13. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do PREFIX, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 15. O Poder Executivo, através da Procuradoria-geral do município, fica autorizado a firmar acordos, dos débitos ajuizados, concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 16. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder 10% (dez por cento) de desconto a título de incentivo a adimplência, para pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial) em cota única na primeira parcela, dos exercícios seguintes.

Parágrafo único. Fará jus ao referido desconto, o contribuinte que estiver em dia com o pagamento dos tributos relativos à cada unidade imobiliária de modo isolado, até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal regulamentará por Decreto, esta Lei Complementar, no que for necessário.

Art. 18. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o Artigo 19 da Lei Municipal nº 133, de 13 de março de 2014, assim como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4084/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS A CASA FAMILIAR RURAL DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 4084/2015 de 16 de junho de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS A CASA FAMILIAR RURAL DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Xaxim, a doar a CASA FAMILIAR RURAL DE XAXIM, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.783.905/0001-36, instituída através da Lei Municipal 2361/2000, com finalidades específicas, os seguintes bens móveis:

I – 01 (uma) Impressora Multifuncional, marca HP Deskjet Ink Advantage 3546;

II – 01 (um) Computador, marca Positivo Master Monitor 20º Polegadas

III – 01 (um) Notebook, marca Positivo Master Intel Core L5;

IV – 01 (uma) geladeira, marca Consul, 300 litros;

V – 01 (um) congelador, marca Electroluz, de 400 litros;

VI – 01 (um) forno micro-ondas, marca Electroluz, de 31 litros;

VII – 01 (um) forno elétrico, marca Hot-Grill-Fidcher, 33 litros;

VIII – 01 (uma) Batedeira elétrica, marca Arno, 4 quilos;

IX – 01 (um) Projetor de imagens, marca Epson Powerlite X24+;

Art. 2º. Os bens móveis a serem doados, destinam-se exclusivamente para utilização das unidades da Casa Familiar Rural de Xaxim instaladas no município, ficando vedada sua transferência para outras unidades, sob pena de imediata reversão dos bens ao patrimônio público municipal.

Art. 3º. Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º. Todas as despesas oriundas dos bens, ora doados, correrão a partir da sua transferência por parte do Município, as custas da Casa Familiar Rural de Xaxim.

Art. 5º. A doação concretizar-se-á por meio da efetiva entrega dos bens, mediante assinatura de termo próprio.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4085/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015. ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.070/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 4085/2015 de 16 de junho de 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.070/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 1º da Lei 4.070/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de parte do Lote urbano nº “12” da quadra nº 52, localizado no lado par da Rua Amélio José Panizzi, distante pelo lado esquerdo 25,00m da Rua Duque de Caxias, Bairro Frei Bruno, Xaxim, com área superficial de 420,00 m² (quatrocentos e vinte metros quadrados) com matrícula n. 15.757 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de ANGELO PAGANI e remembramento ao Lote urbano “B”, constituído por parte do lote nº 13 com 218,75m² e parte do lote nº 14 com 218,75m², da quadra nº 52, compondo uma área superficial total de 437,50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados, localizado no lado par da Rua Duque de Caxias, distante pelo lado direito 17,50m da Rua Amélio José Panizzi, Bairro Frei Bruno, Xaxim, com matrícula n. 15.805 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, de propriedade de LAORY MAXIMINO DUZ, ficando assim constituído:

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4086/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015. DISPÕE SOBRE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM A COAFAX – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4086/2015 de 16 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM A COAFAX – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar com a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Xaxim – COAFAX, os seguintes imóveis:

I – Lote urbano “c”, da quadra “m”, localizado na esquina da Avenida Júlio Lunardi, Rua Coronel Ernesto Bertaso e Travessa Domingos

José Lunardi, Bairro Guarany, com área superficial de 1.840,00m² (um mil, oitocentos e quarenta metros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 19.441 e de propriedade do Município de Xaxim; II – Terreno urbano, localizado no lado par da Rua Dez de Novembro, esquina com Rua Antônio Lunardi, Loteamento Jardim Bela Vista, Bairro Ari Lunardi, com área superficial de 641,97m² (seiscentos e quarenta e um metros, com noventa e sete decímetros quadrados), com matrícula no CRI sob o nº 23.706 e de propriedade da COAFAX;

§ 1º. O imóvel descrito no item I está avaliado em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

§ 2º. O imóvel descrito no item II está avaliado em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 3º. Em virtude dos imóveis permutados, apresentarem equivalência, não realizar-se-á reposição pecuniária, conforme termo que constará as especificações da permuta.

Art. 2º. A efetivação da transferência dar-se-á com o registro da mesma no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incorporar ao patrimônio Público o imóvel objeto da permuta autorizada através desta Lei.

Parágrafo único. Dê-se a devida baixa do imóvel com matrícula nº 19.441 do patrimônio do Município.

Art. 4º. O imóvel com matrícula nº 19.441 passará à propriedade da COAFAX e será gravado com cláusula de uso restrito e exclusivo às atividades da Cooperativa.

§ 1º. Caso haja a extinção da Cooperativa ou o imóvel deixe de ser utilizado, este reverterá à municipalidade.

§ 2º. As condições de uso em favor da beneficiária possuem caráter perpétuo, ficando impossibilitada a alienação do imóvel.

Art. 5º. Quanto aos emolumentos, cada parte arcará com aqueles que são devidos em virtude da permuta.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário, em especial a Lei 4.023/2014.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

# Consórcios

## ARIS

### **PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2015 - ARIS** FUNDAÇÃO CARLOS JOFFRE DO AMARAL – FCJ

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2015

PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A Comissão Organizadora do Concurso Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento/ARIS, Edital nº 001/2015, no uso de suas atribuições, torna pública a

PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, considerando os critérios classificatórios e de desempate constantes no item 9 do edital, como segue:

Legenda:

CLAS – Classificação

INSC – Número de inscrição

NPCB – Nota da Prova de Conhecimentos Básicos

NPCE – Nota da Prova de Conhecimentos Específicos

NF – Nota Final

Cargo: CONTADOR

CLAS		INSC		NOME		NPCB	NPCE	NF
1	293		GRASIELE HOFFMANN	1.68	5.69	7.37		
2	1160		TATIANA OWCZARZAK CORREA	1.89	5.26	7.15		
3	1624		JEAN CARLO RISSATTI	1.89	5.26	7.15		
4	348		DAYANA TRENTO	1.37	5.69	7.06		
5	290		ANA LÚCIA SCHURHAUS	1.68	5.26	6.94		
6	783		JOÃO MARCOS DE SOUSA SARMENTO	1.47	5.26	6.73		

Cargo: ENGENHEIRO SANITARISTA

CLAS	INSC	NOME	NPCB	NPCE	NF
1	672	LUCAS VINCENT LOPES DE BARROS	2.00	5.90	7.90
2	204	JULIA DE ARAUJO PASCAL	1.79	5.69	7.48
3	973	GUSTAVO COUTINHO ROSA	2.00	5.47	7.47
4	502	JULIANA DO CARMO	2.10	5.26	7.36
5	766	MARTA CRISTINA PENNO	2.00	5.26	7.26
6	313	FÁBIO LEONARDO RAMOS SALVADOR	2.00	5.26	7.26
7	1270	FELIPE BAGATTOLI	1.58	5.26	6.84
8	63	CARLOS SENGER JUNIOR	2.00	4.84	6.84
9	1073	FERNANDO RESENDE FENELON	1.37	5.26	6.63
10	492	THALITA SALGADO FAGUNDES	1.79	4.84	6.63
11	1400	STÉPHANIE LOUISE INÁCIO CASTRO	1.79	4.84	6.63
12	1163	CAMILA DANTAS LÚCIO RONCATO	1.68	4.84	6.52
13	797	SANDRA REGINA ALEXANDRE RAMOS	1.58	4.84	6.42
14	1331	CHARLES BELETTINI HAHN	1.47	4.84	6.31
15	1200	JAQUELINE BOTTAMELLI	1.47	4.84	6.31
16	1455	MARIA ELISA MAGRI	1.37	4.84	6.21

Cargo: ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO – ENGENHARIA CIVIL

CLAS	INSC	NOME	NPCB	NPCE	NF
1	768	EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO	2.00	6.74	8.74
2	737	MARCELO SELEME MATIAS	2.00	5.26	7.26
3	1051	CLAUDIA CEHELLA ZANETTE	1.89	5.26	7.15
4	181	JOANA MAYARA DYSARZ	1.79	5.26	7.05
5	1254	MARCELO HENRIQUE BATILANI NASCIMENTO	2.00	5.05	7.05
6	1285	ANDERSON MARCONI HOLTZ	1.58	5.05	6.63
7	1226	LUCAS EMANUEL MARTINS	1.68	4.84	6.52
8	1033	STEFÂNIA MARTINS HOFMANN MOHEDANO	1.37	5.05	6.42

## Cargo: ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO - CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CLAS		INSC			NOME		NPCB	NPCE		NF
1	464		RICARDO FRANCISCO PITTA	2.10		6.11	8.21			
2	1554		CÁSSIO JOSÉ ALVES CAMARGO VIEIRA GOMES	2.00		6.11	8.11			
3	1574		MAURO MARCELO MACIEL	2.00		6.11	8.11			
4	387		DANIEL PAULON AVANCINI	2.21		5.90	8.11			
5	960		PAULO ALEXANDRE PACHALSKI GARCIA NUNES	1.58		6.32	7.90			
6	1645		BRUNO HENRIQUE FIGUEIREDO BALDEZ	1.89		5.69	7.58			
7	1271		GUSTAVO PINTO DE ARAUJO	1.58		5.90	7.48			
8	549		RAFAELA RODRIGUES CORREIA	1.79		5.69	7.48			
9	893		JÚLIA VIEIRA RODRIGUES BITTEN-COURT	1.68		5.47	7.15			
10	1162		VITOR GOMES REGINATO	1.89		5.26	7.15			

11	47	MAURICIO ROQUE DA SILVA				1.37	5.69	7.06
12	1144	GABRIELA MOREIRA DA MAIA				1.58	5.47	7.05
13	343	GUILHERME GARBELLOTTO SOUTO				1.68	5.26	6.94
14	149	APOENA KAROLYNE DOS SANTOS				1.89	5.05	6.94
15	1268	FELIPE ANDERSON FRANÇA				1.89	5.05	6.94

16	1492	RICHARD SCHNORRENBERGER	1.37	5.26	6.63
17	1533	PATRÍCIA CARVALHO DE SOUZA ARAÚJO	1.47	5.05	6.52
18	1127	HELBERTE JOÃO FRANÇA ALMEIDA	1.58	4.84	6.42
19	888	DANIEL ANTONIO NARZETTI	1.47	4.84	6.31
20	900	ALCEU BALBIM JUNIOR	1.26	4.84	6.10

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

CLAS		INSC			NOME		NPCB	NPCE		NF
1	390		HENRIQUE AUGUSTO REBERTE	2.00		6.53	8.53			
2	295		FERNANDA SOLEDAD JULIANI	1.89		6.32	8.21			
3	595		INÊS FERNANDES PEREIRA RACCIOPPI	2.31		5.90	8.21			
4	1117		RHUANA TOMAZ SCAINI	2.21		5.90	8.11			
5	145		KARINE CACHOEIRA RODRIGUES	2.10		5.90	8.00			
6	136		MAURÍCIO SILVEIRA MOTA	1.79		6.11	7.90			
7	521		VIVIANE BOHN EN-DRES	2.00		5.90	7.90			
8	1427		ANDRÉ RAMOS VIEIRA	1.89		5.90	7.79			
9	923		ANDERSON HOFFMANN	2.10		5.69	7.79			
10	679		GISELE FELIPE MENDES	2.10		5.69	7.79			
11	1403		RAFAEL ALEXANDRE SILVA	2.00		5.69	7.69			
12	195		MARIA CAROLINA SANTIAGO	2.00		5.69	7.69			

13	665	SIDIANE KAYSER DOS SANTOS SCHWINZER	1.89	5.69	7.58
14	1480	CAMILA OLIVEIRA DE ALMEI- DA	2.10	5.47	7.57
15	20	IGOR SECCHES GHELFI	2.52	5.05	7.57
16	1187	RODRIGO FERNANDES DE REZEN- DE	1.58	5.90	7.48
17	1260	MONIK GURZYNSKI DA SILVA	1.58	5.90	7.48
18	968	GISELI MA- RIA NUER- NBERG	1.79	5.69	7.48
19	1211	ALINE DOS SANTOS AMBROSI	1.79	5.69	7.48
20	184	NATALIA ROSSINI	1.79	5.69	7.48
21	824	FABRÍCIO BURGER	1.79	5.69	7.48
22	432	JOICE ADINETE RAMOS	2.00	5.47	7.47

23	683	PAOLA ROSA	2.00	5.47	7.47
24	1305	SIMONE ANGÉLICA GOMES DE MORAES THIBÚRCIO	1.47	5.90	7.37
25	943	RENATO FELIPE MEDEIROS	1.68	5.69	7.37
26	441	TIAGO BRAZ FERREIRA	1.68	5.69	7.37
27	782	UBIRACY DE FREITAS	1.89	5.47	7.36
28	843	RAQUEL VOLPATO GOMINHO	1.89	5.47	7.36
29	250	GEORGE VIEIRA	1.89	5.47	7.36
30	1338	LEONARA SCREMIN HUNDERTMARCH	1.58	5.69	7.27
31	935	ANDRÉIA SOMENSI	1.79	5.47	7.26



32	90	ROSEMARE BARROS CIPRIANI	1.79	5.47	7.26
33	1432	DAVI CESAR GARRO	1.79	5.47	7.26
34	515	DÉBORA DOMICIANO FABIANO SIN	1.79	5.47	7.26
35	1364	PRICILA DELONÊ PEREIRA	2.00	5.26	7.26
36	696	BRUNA TEREZA PEREIRA	2.00	5.26	7.26
37	1406	LETÍCIA MELO DE SOUZA	2.21	5.05	7.26
38	1223	LUCIANA LORENSON PITHAN DA SILVA	2.42	4.84	7.26
39	1197	CARLA PATRICIA ZANATO	1.68	5.47	7.15
40	58	LIZIA CARBOLIN MARTINS	1.68	5.47	7.15
41	59	RÉGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	1.89	5.26	7.15
42	1520	MARIA GRAZIELA SEEMANN	1.89	5.26	7.15
43	494	ERICK ROCHA DE VASCONCELOS BARBOSA	1.89	5.26	7.15
44	1443	PRISCILA HECK SILVA	1.89	5.26	7.15
45	94	GILVANO DA ROSA	2.10	5.05	7.15
46	1471	SIMARA IZABEL DA SILVA FREITAS	2.10	5.05	7.15
47	134	SUZAN MARQUES	2.10	5.05	7.15
48	1510	FERNANDA DIAS	2.31	4.84	7.15
49	314	NICK BOKEKO	1.58	5.47	7.05
50	236	PONCIANO DE ALMEIDA GREFF	1.79	5.26	7.05
51	807	GUILHERME SILVA ROCHA	1.79	5.26	7.05
52	125	VANESSA PÂMELA TOMELIN ROCKENBACH	1.79	5.26	7.05
53	1425	ANDRÉ AZEVEDO BARROS	2.00	5.05	7.05
54	1288	GABRIELA AUGUSTA DA SILVA	2.00	5.05	7.05
55	575	FERNANDA VIEIRA DE SOUZA	1.47	5.47	6.94
56	1583	RODRIGO CHAVES DE SOUZA	1.68	5.26	6.94
57	806	CAROLINA RÖGELIN	1.68	5.26	6.94
58	1483	MARINA DE OLIVEIRA	1.68	5.26	6.94
59	1655	MICHELLY DE CÁSSIA AGUIAR	1.89	5.05	6.94
60	232	FABIO PEREIRA DA SILVA	1.89	5.05	6.94
61	1515	DANIEL SEARA SCHLICHTING	1.37	5.47	6.84
62	1243	RAFAEL ALVES	1.58	5.26	6.84

63	1028	NICOLE MELLO ADADA	1.58	5.26	6.84
64	934	LEONARDO DA SILVA	1.58	5.26	6.84
65	6	LEONILDA SIMONI DE OLIVEIRA	1.79	5.05	6.84
66	1599	SILENE REGINA DA SILVEIRA WILLEMANN	1.79	5.05	6.84
67	963	SAMANTA TELES DE PADUA	1.79	5.05	6.84
68	1546	DOUGLAS RICARDO MARTINS	2.00	4.84	6.84
69	377	TERI OSVALDO BOCHILOF JUNIOR	1.68	5.05	6.73
70	1104	MARIA APARECIDA DE BRITTOS MOLGARO	1.68	5.05	6.73
71	1490	GIOVANI CELIO DEGARAIS	1.68	5.05	6.73
72	1123	CESAR LAUS SIMAS	1.37	5.26	6.63
73	950	ANATALIA CARMELINA CORREA DA SILVA	1.79	4.84	6.63
74	21	PEDRO JOSÉ DA SILVA	1.79	4.84	6.63
75	133	LUCILAINE REGINA STEIN	1.79	4.84	6.63
76	85	ANA ELISA WERNER	1.26	5.26	6.52
77	1016	MARICELIA DE MORAIS	1.47	5.05	6.52
78	340	FABIANE DA SILVA KIST	1.47	5.05	6.52
79	701	ANA PAULA ANSOLIN	1.47	5.05	6.52
80	153	ROGERIO ORIOSVALDO ALVES	1.68	4.84	6.52
81	31	ALYCE MAÇANEIRO HEIDERSCHIEDT	1.68	4.84	6.52
82	128	CARLA ADRIANA VILLANOVA ROSA NOGUEIRA	1.37	5.05	6.42
83	1089	CAMILLA VIEIRA MEIRA	1.37	5.05	6.42
84	459	IRENE MARIA WERLANG	1.58	4.84	6.42
85	32	LEANDRO COSTA TEODORO	1.26	5.05	6.31
86	596	EDUARDO TEIXEIRA COELHO	1.47	4.84	6.31
87	1461	PATRICIA CILENE DOS SANTOS	1.37	4.84	6.21
88	1133	LEANDRO BARCELOS DUTRA	1.26	4.84	6.10

A Comissão Organizadora do Concurso Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento/ARIS.

Lages, 17 de junho de 2015.

**CIMVI****CONTRATO Nº 2015/001 - DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL****DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL**

Pelo presente instrumento de distrato, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, JEAN FIAMONCINI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.624.585/0001-37, com sede à Rua Pomerode, nº 487, Pomeranos, Município de Timbó - SC, doravante denominada CONTRATADA; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Administrativo nº 2015/001, firmado em 02/01/2015, na forma deste e pelos motivos adiante expostos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PRAZO E FUNDAMENTO DO CONTRATO RESCINDENDO:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 2015/001 objetiva a prestação de serviços especializados na área de hospedagem de Website, com capacidade de 1 GB, por meio da utilização dos servidores da CONTRATADA, para armazenamento e publicação de arquivos desenvolvidos e fornecidos pelo CONTRATANTE, através do endereço [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br).

1.2 - O prazo de vigência do contrato teve início na data de sua assinatura (02 de janeiro de 2015), com término previsto para 31 de dezembro de 2015.

1.3 – O contrato está fundamentado no art. 24, II e § 2º da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO:**

2.1 - Apesar disso, interessam-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA em rescindir a aludida avença, pela incompatibilidade legal e operacional encontrada para continuidade da execução deste (encerramento das atividades da CONTRATADA).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

3.1 - As condições gerais da presente rescisão são as seguintes:

I - A CONTRATADA prestará serviços até a data de 30/06/2015, fazendo jus ao recebimento proporcional do valor correspondente ao período de serviço prestado no mês de referência;

II - A CONTRATADA não tem interesse na continuidade da execução contratual, autorizando o CONTRATANTE a promover o distrato consensual do Contrato Administrativo nº 2015/001, bem como anuindo com os atos a serem implementados por este para continuidade dos serviços ora suspensos, por seus meios e na forma da Lei;

III - O CONTRATANTE compromete-se a pagar o valor proporcional dos serviços prestados até a data de que trata o Inciso I do item 3.1 desta Cláusula;

IV - A CONTRATADA declara ter recebido o valor contratado pelos serviços prestados até a competência maio/2015, dando plena e geral quitação dos direitos relativos ao período de contrato, nada mais tendo a reclamar do CONTRATANTE seja a que título for.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

4.1 - Para fins de plena e irrevogável validade deste instrumento, caberá ao CONTRATANTE sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:**

5.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Distrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento de rescisão contratual - distrato - em duas vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, que a tudo presenciam.

Timbó, 01 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
CONTRATANTE

JEAN FIAMONCINI ME  
CONTRATADA

Testemunhas:  
Patricia Barbaresco  
095.555.009-24

Valter Conrado de Araújo  
379.549.389-72

**CONTRATO Nº 2015/002 - DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL****DISTRATO - RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL**

Pelo presente instrumento de distrato, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, JEAN FIAMONCINI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.624.585/0001-37, com sede à Rua Pomerode, nº 487, Pomeranos, Município de Timbó - SC, doravante denominada CONTRATADA; resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato Administrativo nº 2015/002, firmado em 02/01/2015, na forma deste e pelos motivos adiante expostos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PRAZO E FUNDAMENTO DO CONTRATO RESCINDENDO:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 2015/002 objetiva a prestação de serviços especializados na área de hospedagem de Website, com capacidade ilimitada, por meio da utilização dos servidores da CONTRATADA, para armazenamento e publicação de arquivos desenvolvidos e fornecidos pelo CONTRATANTE, através do endereço [www.circuitovaleeuropeu.com.br](http://www.circuitovaleeuropeu.com.br).

1.2 - O prazo de vigência do contrato teve início na data de sua assinatura (02 de janeiro de 2015), com término previsto para 31

de dezembro de 2015.

1.3 – O contrato está fundamentado no art. 24, II e § 2º da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO:

2.1 - Apesar disso, interessam-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA em rescindir a aludida avença, pela incompatibilidade legal e operacional encontrada para continuidade da execução deste (encerramento das atividades da CONTRATADA).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

3.1 - As condições gerais da presente rescisão são as seguintes:

I - A CONTRATADA prestará serviços até a data de 30/06/2015, fazendo jus ao recebimento proporcional do valor correspondente ao período de serviço prestado no mês de referência;

II - A CONTRATADA não tem interesse na continuidade da execução contratual, autorizando o CONTRATANTE a promover o distrato consensual do Contrato Administrativo nº 2015/002, bem como anuindo com os atos a serem implementados por este para continuidade dos serviços ora suspensos, por seus meios e na forma da Lei;

III - O CONTRATANTE compromete-se a pagar o valor proporcional dos serviços prestados até a data de que trata o Inciso I do item 3.1 desta Cláusula;

IV - A CONTRATADA declara ter recebido o valor contratado pelos serviços prestados até a competência maio/2015, dando plena e geral quitação dos direitos relativos ao período de contrato, nada mais tendo a reclamar do CONTRATANTE seja a que título for.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Para fins de plena e irrevogável validade deste instrumento, caberá ao CONTRATANTE sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

5.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Distrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento de rescisão contratual - distrato - em duas vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, que a tudo presenciam.

Timbó, 01 de junho de 2015.  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO  
MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
CONTRATANTE

JEAN FIAMONCINI ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Patricia Barbaresco  
095.555.009-24

Valter Conrado de Araújo  
379.549.389-72

### CIS/AMARP

#### 1º ADITIVO CONTRATO 70 2015 DR LAURO

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 70 2015 - CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA, CNPJ 01.572.964/0001-77, situada na Rua Dr. Cruz Machado, nº 468, centro, União da Vitória – Estado de Paraná, neste ato representada pelo seu representante legal Lauro José Herner, RG 1/R 492.022 SSP/SC CPF 415.857.479-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 70 2015 CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais	*9016481	153,65

Parágrafo único - (...)

(...)"

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 03 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto

Lauro José Herner

#### TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83

VISTO:  
Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Ecodoppler Carótidas e Artérias Vertebrais	*9016481	153,65

(...)"

### 1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 70 2015 DR LAURO

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 70 2015 - CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA .  
Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA, CNPJ 01.572.964/0001-77, situada na Rua Dr. Cruz Machado, nº 468, centro, União da Vitória – Estado de Paraná, neste ato representada pelo seu representante legal Lauro José Herner, RG 1/R 492.022 SSP/SC CPF 415.857.479-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 70/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 70/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 70/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 03 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Lauro José Herner

#### TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

## CIASS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de convocação 003-2015

Senhores Prefeitos.

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de Assembleia Geral Extraordinária, no dia 26/06/2015 (sexta-feira), às 08:30 horas, na Sala de reuniões da Camara de Vereadores de Turvo, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Contratação de pessoal para cargos que não foram preenchidos devido a falta de interessados no processo seletivo 001/2015

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente

Turvo, 19/06/2015  
Ronaldo Carlessi  
Presidente